UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

DANIEL CANDELORO FERRARI

O PROJETO DA COLÔNIA MILITAR DO AVANHANDAVA NO ENSAIO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL PAULISTA (1858-1878).

BAURU

2020

DANIEL CANDELORO FERRARI

O PROJETO DA COLÔNIA MILITAR DO AVANHANDAVA NO ENSAIO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL PAULISTA (1858-1878).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Ghirardello

BAURU

2020

Ferrari, Daniel Candeloro.
O projeto da colônia militar do Avanhandava no ensaio da ocupação territorial paulista (1858-1878)/ Daniel Candeloro Ferrari, 2020
372 f. : il.

Orientador: Nilson Ghirardello

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020.

1. Colonização militar. 2. Colônia Militar de Avanhandava. 3. Ocupação territorial paulista. 4. Salto do Avanhandava. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIEL CANDELORO FERRARI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de abril do ano de 2020, às 09:00 horas, no(a) "via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância", reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. NILSON GHIRARDELLO - Orientador(a) do(a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof.ª Dr.ª MARTA ENOKIBARA do(a) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof.ª Dr.ª MARIA LUIZA FERREIRA DE OLIVEIRA do(a) Programa de Pós-Graduação em História / EFLCH/UNIFESP/Guarulhos, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DANIEL CANDELORO FERRARI, intitulada **O PROJETO DA COLÔNIA MILITAR DO AVANHANDAVA NO ENSAIO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL PAULISTA (1858-1878)**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. NILSON GHIRARDELLO

Prof.ª Dr.ª MARTA ENOKIBARA

Prof.ª Dr.ª MARIA LUIZA FERREIRA DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

A pesquisa pode ser comparada ao desafio de um percurso. O presente estudo foi, por muito tempo, motivo de inseguranças pessoais. Era um caminho a ser trilhado, a ser perseguido. Porém, teríamos que construí-lo, passo a passo, com o que tínhamos em mãos. Por assim ser, faltavam-nos certas balizas em diversos sentidos – mas principalmente no documental. Cada mapa, planta, ou manuscrito encontrado, era novo material que serviria para a construção do trajeto. As ferramentas foram disponibilizadas pela metodologia. No início nos deparamos sozinhos, as demarcações eram parcas, a visão turva; mas com a frequência do caminhar, encontramos outros viajantes que facilitaram a travessia. Indicaram-nos a rota, fortaleceram-nos com palavras de apoio, disponibilizaram-nos os elementos necessários para continuarmos percorrendo o caminho. Por fim, ao olharmos em volta, percebemos que andávamos repletos de pessoas ao redor, e em conjunto descobrimos que seguíamos na direção certa. Assim, venho aqui agradecê-las pelo suporte nesta trajetória:

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e irmãos, que formaram antes de tudo meu caráter como pessoa.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Nilson Ghirardello pelas várias oportunidades de aprendizado, pelo ano dividido em sala de aula durante a realização de dois estágios-docência, pelas viagens a Minas Gerais, pela amizade, conversas, paciência e, sobretudo, pelo desafio da pesquisa e pela total confiança em meu trabalho e esforço.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Gradução em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru; em especial à Profa. Dra. Norma Regina Truppel Constantino, Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira e Profa. Dra. Marta Enokibara.

Agradeço aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP: Helder, Silvio, Ana Paula, Elizângela, Camile e outros. Assim como agradeço à Mitsue e ao Junior, da Secretaria Técnica da Graduação em Arquitetura e Urbanismo; todos, sempre dispostos a ajudar e esclarecer.

Agradeço à Profa. Dra. Maria Luiza Ferreira de Oliveira e Profa. Dra. Marta Enokibara pela participação na banca de qualificação, contribuindo com indicações necessárias para a continuação da pesquisa.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, principalmente Ananda, Pedro (*in memoriam*), Matheus, Rafaella e Gabriela.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio da bolsa durante o período de um ano, contribuindo para a execução deste trabalho.

Agradeço a todas as instituições públicas e privadas que receberam este aprendiz de pesquisador. Agradeço em especial ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (ao Élzio, coordenador da seção de cartografia, e à Márcia, funcionária da seção de acervo textual manuscrito); Biblioteca Mario de Andrade; Museu Paulista da USP; Instituto Geológico de São

Paulo (ao coordenador do acervo histórico José Barcellos *in memoriam*); Arquivo Histórico do Exército (AHEX); Fundação Biblioteca Nacional e seus funcionários; Museu Ferroviário Regional de Bauru (à Cíntia, principalmente); Museu Histórico de Penápolis; entre outros.

RESUMO

Durante o século XIX, principalmente a partir de 1850, o império brasileiro planejou a instalação de colônias militares que deveriam ser implantadas por todo o território. Enquanto na maioria dos países o problema é a falta de espaço geográfico, no Brasil, a imensidão de terras constituiu-se como permanente preocupação dos administradores. Assim, as colônias militares tinham por principal função promover a “povoação e cultura agrícola” de determinadas regiões, bem como a de “policiar e proteger” o interior do país. Ambos os modelos, colônias militares e civis, representavam, antes de tudo, um esforço de levar a “civilização” e marcar presença em locais não ocupados ou mal ocupados pelo homem branco. Na província de São Paulo duas colônias foram implantadas: Itapura e Avanhandava; sendo a primeira, motivo de alguns trabalhos acadêmicos, e a segunda jamais pesquisada. O trabalho proposto pretende estudar a Colônia Militar do Avanhandava, buscando definir os primórdios de sua formação, ocupação inicial e administração. Visa ainda, analisar o material textual e cartográfico coletado em Arquivos Públicos sobre a colônia, especialmente plantas e projetos nunca antes trazidos à luz. O objetivo é demonstrar que havia um ideal que estava além de demarcar, vigiar e proteger o território; mas principalmente, implantar estabelecimentos sob projeto racional, cujas bases parecem vir de colônias militares romanas somadas às questões urbanas do século XIX. O propósito era construir em meio à mata fechada e às margens do rio Tietê, uma cidade planejada, inicialmente de caráter militar e agrícola, que seria a semente de futuro núcleo civil. Com olhares voltados para a Arquitetura e o Urbanismo, o estudo analisa o espaço projetado (e nem sempre construído), revelando precioso material documental, e contribuindo para nova perspectiva voltada para o entendimento do cotidiano dessa colônia e de sua concepção espacial, além do discurso civilizatório que a estrutura.

Palavras-chave: Colonização militar; Colônia Militar do Avanhandava; Ocupação territorial paulista; Salto do Avanhandava.

ABSTRACT

During the nineteenth century, especially from 1850 on, the Brazilian empire planned the installation of military colonies that should be implanted throughout the territory. While in most countries the problem is the lack of geographic space, in Brazil the immensity of territory has been a permanent concern of the administrators. Thus, the military colonies had as main goal to promote the population and also the agricultural culture of certain regions, as well to keep under control and protect the countryside. Both models, military and civilian colonies, were, above all, an effort to bring “civilization” into the interior of the country and to be present in unoccupied or poorly occupied places by the white man. In the Province of São Paulo two colonies were built: Itapura and Avanhandava; being Itapura, subject for some academic research, and Avanhandava has never been studied. This dissertation intends to study the Military Colony of Avanhandava, searching to define the beginnings of formation, initial occupation and administration. It also aims to analyze the textual and cartographic material collected in Public Archives about the colony, especially plants and projects never before brought to light. The objective is to demonstrate there was an ideal that was beyond demarcating, overseeing and protecting the territory; but mainly, the goal of determining settlements under a rational design, whose bases seems to come from roman military colonies added to urban issues of the 19th. century. The purpose was to build in the middle of the closed florest and on the banks of Tietê river, a planned city, initially with a military and agricultural character, that would be the seed of a future civil nucleus. With an eye towards architecture and urbanism, the study analyzes the projected (and not always built) space, revealing precious documentary material, and contributing to a new perspective aimed to understanding the daily life of this colony and its spacial conception, furthermore the civilizing discourse that structure it.

Keywords: Military colonization; Military Colony of Avanhandava; Paulista territorial occupation; Avanhandava waterfall.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AHEX – Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)

BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFNOB – Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CGGSP – Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP)

IG – Instituto Geológico, Secretaria do Meio Ambiente (São Paulo)

MUGEO – Museu Geológico de São Paulo

PPGARQ – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo. 24
Figura 2: Museu do Ipiranga 25
Figura 3: Arquivo Público do Estado de São Paulo 26
Figura 4: Latas com documentos do acervo permanente. Fotografia: Arquivo do Estado 28
Figura 5: Centro Museu Geológico Valdemar Lefèvre, Parque Água Branca (IG-SP). 29
Figura 6: Palácio Duque de Caxias, vista frontal. 30
Figura 7: Palácio Duque de Caxias, estacionamento interno. 31
Figura 8: Sala de consulta – Arquivo Histórico do Exército. 31
Figura 9: Comando Militar do Sudeste, São Paulo (2ª Região Militar). 33
Figura 10: Biblioteca Nacional 34
Figura 11: Biblioteca Nacional, saguão e escadaria interna. 35
Figura 12: Seção de iconografia, Biblioteca Nacional. 36
Figura 13: Seção de cartografia, Biblioteca Nacional. 37
Figura 14: Sala Celso Cunha, manuscritos e cartografia, Biblioteca Nacional. Ao lado direito: utilização de máscara e luvas, autor. 38
Figura 15: Pátio interno do atual Museu Ferroviário Regional de Bauru. As instalações eram antigos escritórios da NOB. 39
Figura 16: “Província de São Paulo. Colônia Militar Avanhandava. Relatório do estado da Colônia. 15 de Novembro de 1861”. 44
Figura 17: Arquivos do poder executivo e legislativo. 45
Figura 18: Notícia sobre o local mais apropriado para a implantação da Colônia Militar do Avanhandava (não conhecida ainda com esse nome) 46
Figura 19: Plantas e documentos manuscritos – “Offícios Diversos Avanhandava 47
Figura 20: “Rio Tieté, Salto de Avanhandava.” 48
Figura 21: Croqui com a localização aproximada dos “Campos do Avanhandava” no Estado de São Paulo. 53
Figura 22: “Demonstração da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi”, por José Custódio de Sá e Faria. [1774?] 56
Figura 23: Carta de Salvador Jorge Velho, capitão-mor de Itu ao governador Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, 3 de março de 1768. 59
Figura 24: “Demonstração do Rio Tieté, desde a Freguezia de Araritaguaba, the sua barra no R. Paraná.” 1775. 61
Figura 25: Detalhe figura anterior. Destaque Campos de Avanhandava. 62
Figura 26: “Mappa da capitania de S.Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus

pouzos, e passagens delineado por Francisco Tosi Columbina." [17--]. Coleção Morgado de Mateus, mapa manuscrito, desenhado a nanquim, 65 x 45,2cm. 66
Figura 27: Detalhe figura anterior "Mappa da capitania [...]". Notar destaque em Piracicaba, Ipotunduba, Avanhandava e Itapura. 67
Figura 28: Vilas e freguesias na capitania de São Paulo em 1775 (Cor laranja = freguesia. Cor vermelha = vila). 68
Figura 29: "Demonstraçam topographica do curso do Rio Tieté desde a Cidade de S. Paulo, thé a confluencia que forma com o Rio Paraná, & desta thé a Barra do Rio Ygatemi, & a direção deste, thé as suas origens". Coleção Morgado de Mateus, desenhado a nanquim, [17--]. 69
Figura 30: Detalhe figura anterior. Em destaque – Salto de Ytapura, Salto de Avanhandava. 70
Figura 31: Rota das monções. 74
Figura 32: Mapa da viagem de Dom Luís de Céspedes Xeria, 1628. 78
Figura 33: Detalhe figura anterior. Notar destaque no Salto do Avanhandava. 79
Figura 34: Prospecto do Salto do Avanhandava, 1769. Juzarte assinalou, no lado esquerdo, o lugar onde as canoas embicaram em terra para passar pelo varadouro com muito trabalho; e abaixo, o lugar onde as canoas foram recolocadas no rio para seguir viagem. 81
Figura 35: Prospecto do Salto do Itapura, 1769. Notar, no lado esquerdo, o lugar onde as canoas embicaram em terra para passar pelo varadouro; logo abaixo, desenhou homens arrastando uma canoa no varadouro e no canto inferior o lugar onde se embarca para seguir viagem. 82
Figura 36: Aquarela do Salto do Avanhandava por Hercule Florence, 1826. 85
Figura 37: "Vista da primeira grande queda do rio Tietê, denominada Salto da Avanhandava", aquarela por Aimé-Adrian Taunay, 1826. 86
Figura 38: "Vista da segunda grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Itapure", aquarela por Aimé-Adrian Taunay, 1826. 87
Figura 39: "Mappa das Capitanias de Matto Grosso, Goiaz e S. Paulo em que se notão os caminhos de S. Paulo para Cuiabá." – Copiado pelo Cap. João Pedro de Gusmão N. Mariz em 1853, colorido, nanquim, aquarela, com nota explicativa, medindo 61cm x 52cm, sem data. 101
Figura 40: Detalhe figura anterior "Mappa das Capitanias [...].". Notar destaque no caminho em vermelho que sai da Vila da Constituição passa pelos campos do Avanhandava, pelo porto no rio Paraná, e segue para Cuiabá. 102
Figura 41: "Itinerário de São Paulo à Cuyabá. Pelo Conselheiro Pimenta Bueno, 1838" – copiado pelo Cap C. P. S. da Cunha em 1869, colorido, nanquim, medindo 69cm x 65cm. 103
Figura 42: Detalhe da figura anterior "Itinerário [...]". Notar novamente destaque em vermelho na picada aberta por J. F. Lopes, passando pelo Salto Avanhandava. 104
Figura 43: Localização de colônias e presídios militares. Notar destaque em amarelo as Colônias Militares de Itapura e Avanhandava na Província de São Paulo. 127

Figura 44: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller. Observar expressão “Sertão Desconhecido” em destaque; e círculos vermelhos com a localização das futuras colônias militares - 1: Salto do Itapura e 2: Salto do Avanhandava. 137
Figura 45: Detalhe 2 da figura 25. Notar as expressões Avanhandava e Avanhandava mirim. - *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller 138
Figura 46: Detalhe 1 da figura 25. Notar as expressões Itapura e Itapura mirim. - *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller. 138
Figura 47: “Planta da situação da colônia militar de Itapura”, desenho datado de 1936 146
Figura 48: Detalhe figura 28 “Planta da situação da colônia militar de Itapura”. 147
Figura 49: Croqui representando o projeto de Antonio Mariano de Azevedo 150
Figura 50: “Planta da Colônia Militar de Itapura em junho de 1878”, por Carlos Frederico de Lima. 152
Figura 51: Colônia Militar de Itapura, 1885, Ercole Giannelli. 153
Figura 52a: Acima – Casa do Diretor, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 52b: Abaixo – Fotografia Casa do Diretor, circa 1905 ; 154
Figura 53a: Esquerda – Igreja da Colônia de Itapura, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 53b: Direita – Fotografia da Igreja, circa 1905. 155
Figura 54a: Esquerda – Escola da Colônia de Itapura, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 54b: Direita – Fotografia da Escola, circa 1905. 155
Figura 55a: Acima – Almoxarifado, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 55b: Abaixo – Fotografia do almoxarifado, cirsca 1905 156
Figura 56a: Acima – Olaria, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 56b: Abaixo – Fotografia da olaria já em ruínas, circa 1905 157
Figura 57a: Acima – “Casa da pharmacia e enfermaria”, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”; Figura 57b: Abaixo – Fotografia da farmácia e enfermaria, já em ruínas, circa 1905 158
Figura 58: Capela da Piedade, em ruínas. Colônia Militar de Itapura, circa. 1905. 161
Figura 59: “Planta do Rio Tieté”, 1906, Escala 1:50000 163
Figura 60: Detalhe figura anterior - Notar a planta da ‘Ex-Colônia Militar do Itapura’. 163
Figura 61: Planta da Antiga Colônia de Itapura no levantamento da CEFNOB (detalhe à direita). 164
Figura 62a: Esquerda – Planta da Colônia Militar de Itapura, 1878; Figura 62b: Direita – Planta da antiga Colônia de Itapura, 1906 165
Figura 63: Representação do traçado do regulamento interno proposto em agosto de 1860. 189
Figura 64: “*Carta da Província de São Paulo, organisada por C. D. Rath, 1877. Escala 1:1500000.”* – Notar Círculo 1: Localização C.M. Itapura / Círculo 2: Localização C.M. Avanhandava. 191
Figura 65: Detalhe figura anterior, círculo 2: Salto e C.M. Avanhandava. Notar Colônia Militar Avanhandava e Arraial da N. S. do Carmo 191

Figura 66a: Esquerda – O campo militar romano segundo descrição de Políbio; Figura 66b: Direita – A cidade romana em rabuleiro de xadrez no tratado de Vitrúvio (ilustração de 1536) 198
Figura 67: Planta da cidade de Timgad (Thamugadi)..... 200
Figura 68: Timgad, vista aéra. Reparar a clareza dos eixos *cardo* e *decumanos.*..... 201
Figura 69: “Planta Topographica do Arraial da Colônia Militar Avanhandava, 5 de Julho de 1861.” 203
Figura 70a: Esquerda – Planta da cidade fictícia de Verbonia, em vermelho o *cardo* e *decumanus;* Figura 70b: Direita – Acampamento militar, *castrum* romano.; Figura 70c: Abaixo – Planta Colônia Militar Avanhandava, 1861..... 209
Figura 71: “Planta do Quartel da Colônia Militar Avanhandava, 5 de julho de 1861.” 212
Figura 72: “Planta da Capella e Cemiterios da Colonia Militar Avanhandava, 5 de julho de 1861.” 214
Figura 73: “Nova planta de São Paulo e subúrbios: publicada por Jules Martin, 1881”. Notar destaque para o conjunto de cemitérios da Consolação. 218
Figura 74: Detalhe figura anterior. Conjunto Cemitério da Consolação – notar cemitério dos protestantes e do Carmo, 1881..... 219
Figura 75: Detalhe da planta da capela e cemitérios. Notar destaque da região azul. 221
Figura 76: “Planta Topographica do Arraial da Colonia Militar Avanhandava, 16 de novembro de 1861.” 229
Figura 77: Detalhe figura anterior “Plantra topographica [...] 16 de novembro de 1861.”..... 230
Figura 78: Exigências da 3ª seção em relação à planta de 15 de novembro de 1861. 231
Figura 79a: Esquerda - Igreja de Nossa Senhora de Santana, início do século XIX; Figura 79b: Direita – Quartel no Campo de Santana, início do século XIX..... 234
Figura 80: O Campo e a Igreja de Santana em gravura de 1817, Thomas Ender. 235
Figura 81: Quartel General do Exército Brasileiro, fotografia de 1894..... 235
Figura 82: Mercado da Candelária (RJ), fotografia final do século XIX começo do XX..... 239
Figura 83: Mercado 25 de Março, em 1870..... 240
Figura 84: Detalhe segunda planta para a Colônia Militar Avanhandava. Notar “logradouro público [...]” ao sul..... 243
Figura 85: Croqui demonstrativo por cores – “Planta topographica, 15 de novembro de 1861”... 244
Figura 86: “Planta do Cemiteio da Colonia Militar Avanhandava, 17 de Novembro de 1861”..... 246
Figura 87: Cemitério São Francisco de Assis, Ouro Preto. 248
Figura 88: “Planta da Capella, Colonia Militar Avanhandava, 17 de novembro de 1861.” 249
Figura 89: Localização da légua quadrada da Colônia Militar Avanhandava, 1863. 254
Figura 90: Croqui explicativo – Légua quadrada da colônia e lotes a serem distribuídos. 255
Figura 91: “Planta do Telheiro para officina da Colonia militar Avanhandava, 31 de Dezembro de 1863.” 257

Figura 92: “Planta do telheiro construido para servir de quartel ao Cyrurgião, Botica e Enfermaria da Colonia Militar Avanhandava”, 25 de agosto de 1864. 259
Figura 93: “Planta do Telheiro construido na Colonia Militar Avanhandava para servir de Capella em quanto não houver Igreja, 5 de Setembro de 1864.” 261
Figura 94: “Projecto para a Enfermaria, Pharmacia, Residencia do Medico e Pharmaceutico na Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.” 270
Figura 95: “Projecto para a Capella da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.” 271
Figura 96: “Projecto para o Quartel da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.” 272
Figura 97: “Projecto da Casa de Officinas da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.” ... 273
Figura 98: Salto do Avanhandava, 1905. 285
Figura 99: Fotografias do Salto do Avanhandava, 1905. 286
Figura 100: “Acampamento no Salto do Avanhandava.” 287
Figura 101: Detalhe figura anterior – notar as construções ao longe. 287
Figura 102: “Planta do Rio Tieté, 1906” – Notar ao lado direito: Salto do Avanhandava. 288
Figura 103: Detalhe figura anterior: Salto do Avanhandava, notar círculo azul – “Colonia”; e outros pontos como o cemiterio. 289
Figura 104: Detalhe figura 101: Salto do Avanhandava – notar caminho de varação, moinho, cruz do padre e outras construções. 290
Figura 105: “Porto 14 de Julho, 1905.” 291
Figura 106: “Esboço do Salto do Avanhandava.” 294
Figura 107: A primeira hidrelétrica do Salto do Avanhandava, final da década de 1930. 296
Figura 108: Primeira hidrelétrica do Salto do Avanhandava. Fotografia sem data. 297
Figura 109: Ampliação da Usina, fotografia da década de 1960. 298
Figura 110: Vista aérea do Salto do Avanhandava e usina hidrelétrica inaugurada em 1947. Fotografia início da década de 1980. 299
Figura 111: Salto do Avanhandava e usina hidrelétrica. Fotografia início da década de 1980. ... 299
Figura 112: UHE Nova Avanhandava. 300
Figura 113: Municípios localizados na área de influência da UHE Nova Avanhandava. 301
Figura 114: Imagem da represa da Usina Hidrelétrica de Nova Avanhandava, rio Tietê. 302
Figura 115: Salto do Avanhandava, sem data. 302
Figura 116: Salto do Avanhandava, passarela de pesca ao centro e o restaurante à direita. Sem data. 303
Figura 117: Restaurante do Salto do Avanhandava, sem data. 303
Figura 118: Salto do Avanhandava, sem data. 304
Figura 119: Salto do Avanhandava, sem data. 304
Figura 120: Salto do Avanhandava, sem data. 305

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Colônias e Presídios Militares no Império do Brasil em 1862.....126

Quadro 2: “Mappa demonstrativo do pessoal da Colonia, 28 de Junho de 1860”.....180

Quadro 3: “Mappa da população existente em Dezembro de 1860”.....194

Quadro 4: “Mappa demonstrativo do Estado da Colonia no mes de Dezembro de 1860”.....195

Quadro 5: “Mappa do pessoal que ora compoem a dita Colonia, 25 de Julho de 1861”.....196

Quadro 6: “Mappa demonstrativo do pessoal da colônia em 15 de novembro de 1861”.....227

Quadro 7: “Mappa do pessoal que chegou á este sertão em Fevereiro de 1860”.....265

Quadro 8: “Mappa do pessoal existente hoje na Colonia, 26 de Setembro de 1864”.....266

Quadro 9: “Mappa estatistico da colonia, com declaração dos predios e mais objectos, dezembro de 1864”.....267

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
Relevância/diferencial da dissertação 17
Estrutura geral da dissertação 18
Objetivos 21
Metodologia 22
1 CAPÍTULO I: A REGIÃO DOS "CAMPOS DO AVANHANDAVA" 52
1.1 Século XVIII: as primeiras tentativas de ocupação do Avanhandava e Itapura no governo de Morgado de Mateus e o plano de Cândido Xavier de Almeida e Souza 54
1.1.1 O plano de Cândido Xavier de Almeida e Souza 63
1.2 O Tietê e os Saltos do Itapura e Avanhandava. 71
1.2.1 Os Saltos do Avanhandava e Itapura na cartografia e iconografia paulista. 77
1.3 *"O sertão é do tamanho do mundo."* 88
1.4 Os mineiros na região dos Campos do Avanhandava 93
1.5 O "Picadão Cuiabá – Piracicaba" 97
2 CAPÍTULO II: O PLANO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO MILITAR; A COLÔNIA MILITAR E O ESTABELECIMENTO NAVAL DO ITAPURA. 105
2.1 A questão territorial no Império do Brasil 105
2.2 Sistemas de colonização utilizados até meados do século XIX 109
2.3 Antecedentes e origens das colônias militares no Brasil 115
2.3.1 Legislação que estruturava o sistema de colonização militar 122
2.3.2 As diversas funções das colônias militares 124
2.3.3 "Plano de uma Colônia Militar no Brasil", por José Joaquim Machado D'Oliveira. 131
2.4 Duas colônias militares na Província de São Paulo e a expedição de Antônio Mariano de Azevedo ao rio Tietê 136
2.5 Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura 143
2.5.1 As múltiplas funções exercidas por Itapura 143
2.5.2 O projeto urbano de Itapura 145
2.5.3 As plantas da Colônia de Itapura 151

3 CAPÍTULO III: A COLÔNIA MILITAR DO AVANHANDAVA 169
3.1 O Decreto de criação 169
3.2 O início: acampamento provisório e a escolha do local de implantação do “Arraial”..... 171
3.3 O “Regulamento interno da Colônia Militar Avanhandava” em agosto de 1860. 181
3.4 A “utopia”: planos e projetos para a Colônia Militar do Avanhandava 197
3.4.1 As colônias militares romanas 197
3.4.2 A primeira planta para a Colônia Militar Avanhandava 202
3.4.3 A segunda planta para a colônia 228
3.5 A “realidade” 252
3.5.1 Orçamento para demarcação dos lotes rurais e obras construídas 252
3.5.2 A gradual decadência da colônia e outros projetos não concluídos 266
3.5.3 As estradas para Avanhandava 276
3.5.3.1 Estrada Itapura-Avanhandava 276
3.5.3.2 Picadão Botucatu-Avanhandava 278
3.6 Avanhandava no século XX 281
3.6.1 Relatório “Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)”, Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. 281
3.6.2 Relatório da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1906 292
3.6.3 Hidrelétricas e a inundação do Salto do Avanhandava 295
3.6.3.1 A primeira hidrelétrica 295
3.6.3.2 A segunda hidrelétrica 297
3.6.3.3 A terceira hidrelétrica e o fim do Avanhandava 300
CONSIDERAÇÕES FINAIS 306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 309

INTRODUÇÃO

Antigamente sobre os lombos muares, igualmente nos leitos dos rios, posteriormente o advento dos trilhos de ferro, e atualmente apenas as autoestradas. Este é o rápido resumo dos caminhos que foram percorridos desde o período colonial, caso desejássemos sair da capital São Paulo e adentrar no íntimo de seu Estado. Ao viajar pelo interior paulista, conforme o trajeto, uma paisagem pode ser constante: o rio Tietê. Cruzando este caudaloso veio d'água, ou percorrendo seu sentido contrário à costa, vislumbram-se os imensos lagos, resultados da construção de hidrelétricas. Era necessária a energia para abastecer o país em crescimento, e esse foi o meio escolhido para tê-la. Questionável, contudo, o fato é que a paisagem se alterou. Atualmente submersas pelas águas deste rio, numa época em que o Brasil ainda era monarquia constitucional, um dia se ergueram duas colônias militares nas regiões dos majestosos Saltos do Avanhandava e do Itapura. Estes concederam seus topônimos às colônias, emprestaram seus recursos naturais, sua posição estratégica, seus peixes, seu caminho encachoeirado. Porém, ao mesmo tempo, exigiram muitos esforços, as grandes distâncias, o isolamento, a necessidade de varação, as maleitas que grassavam em suas margens.

A presente dissertação tem como propósito estudar a Colônia Militar do Avanhandava na província de São Paulo, em meados do século XIX, buscando definir os primórdios de sua formação e ocupação inicial. Além disso, volta-se para sua organização social, administração, desenvolvimento, seu declínio e enfim, seu sepultamento sob as águas. Descobrir a razão e os determinantes da escolha do local, e compreender como a colonização militar fora importante e estrategicamente pensada para a ocupação territorial do oeste paulista. Como foco do trabalho, pretendemos analisar o projeto da Colônia Militar do Avanhandava, trazendo luz à documentação coletada – plantas, mapas e croquis. Com olhares voltados para a Arquitetura e o Urbanismo, o estudo analisa o espaço projetado (e nem sempre construído), revelando precioso material documental, e contribuindo para nova perspectiva voltada para o entendimento do cotidiano dessa colônia e de sua concepção espacial, além do discurso civilizatório que a estrutura.

Para tanto, este estudo é formado por três capítulos: o primeiro debruça sobre a ocupação do Estado de São Paulo e a região oeste paulista, sua relação com o rio Tietê e os Saltos de Avanhandava e Itapura; o segundo capítulo analisa o plano nacional de colonização militar e discorre sobre o projeto urbano da Colônia Militar de Itapura, colônia essa já relativamente estudada, com o intuito comparativo; e por fim, o terceiro constitui propriamente o núcleo da pesquisa: a Colônia Militar do Avanhandava, nunca antes motivo de trabalho científico acadêmico – abordam-se os trabalhos de exploração e fundação, os aspectos relacionados ao funcionamento, a estrutura, o plano urbano, a vivência dos colonos e seus diretores, os diversos obstáculos e problemas que resultaram em seu declínio, além dos ideais atribuídos na criação de um futuro núcleo povoador.

Relevância/diferencial da dissertação

Ao ter o primeiro contato com o Prof. Dr. Nilson Ghirardello pelos interesses na temática em comum, conversamos a respeito de suas pesquisas desenvolvidas. Assim, ao expor seus estudos sobre a formação de cidades no interior paulista, foi mencionada a existência de duas colônias militares no período imperial, as quais foram muito importantes como ensaios de ocupação ao oeste da antiga província de São Paulo. Descreveu que as duas colônias militares paulistas (Itapura e Avanhandava) foram brevemente estudadas em sua tese de doutorado, publicada como livro em 2002.[1] Após ser questionado acerca do funcionamento de tais estabelecimentos, o professor respondeu que a bibliografia existente continha pouquíssimas informações a respeito. Acrescentou, então, que o assunto merecia um estudo aprofundado, principalmente sobre a Colônia Militar Avanhandava, pois era a que menos obtivera dados.

Desta forma, a sugestão foi acatada com apreço e tinha como objetivo conhecer não somente o funcionamento dessa forma singular de colonização militar, mas também se havia existido construções, arruamento, como era sua configuração espacial, entre outras questões. Além disso, quais eram seus ideais de colonização "civilizadora", identificando também a importância alcançada pelos vários estabelecimentos em todo o território nacional. Igual razão de escolha que pode ser enumerada, diz respeito a algo pessoal de cada pesquisador: o interesse sob o fato histórico do qual não há estudos mais detalhados. Com isso pretendeu-se debruçar pelo desafio da pesquisa, não apenas com o intuito de responder questões particulares, mas para que outros interessados pudessem compreender a problemática escolhida.

Com o intuito de destacar a relevância da dissertação, é importante deixar claro que a pesquisa tratada aqui pode ser considerada como pioneira em sua área do conhecimento. Ou seja, há pouquíssimos estudos publicados sobre o tema Colônia Militar do Avanhandava. Parafraseando Maria A. Silva,[2] pesquisadora da Colônia Militar de Itapura, se a originalidade do assunto e o papel relevante (das colônias) que lhe atribuíam os estadistas do Segundo Reinado (1840-1889) no cenário político-administrativo, não bastassem para justificar a escolha do tema, outra forte razão nos teria levado a desenvolver esta investigação: as regiões das duas colônias militares atualmente jazem submersas sob o leito do rio Tietê.

Assim decorrem-se três pontos importantes: o primeiro é que não há possibilidade de realizar-se pesquisa *in loco* devido à especificidade do objeto de estudo. A região conhecida como Campos do Avanhandava, onde se localizava a antiga Colônia Militar, foi inundada pela construção das barragens da Usina Hidrelétrica Nova Avanhandava, na década de 1980. Em

[1] GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
[2] SILVA, Maria Apparecida. *Itapura – Estabelecimento Naval e Colônia Militar (1858-1870).* Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1972.

segundo, o discente/pesquisador submete-se principalmente à busca de fontes primárias[3] - e balizará grande parte do trabalho nelas, pela escassez de fontes secundárias sobre o assunto específico. O terceiro, é que, em hipótese alguma, o trabalho pretende findar os estudos sobre a Colônia Militar do Avanhandava, tampouco sobre a colonização militar. Não há qualquer pretensão em esgotar a temática, mas tão somente de ser, talvez, aquele que preliminarmente sugere caminhos e aponta possibilidades em grande leque de perspectivas futuras. Mesmo com todos os impasses que ocorrem aos marinheiros de primeira viagem, desejamos que essa dissertação seja acolhida como contribuição para futuras pesquisas, e para aqueles que se sentem atraídos em estudar pouco mais sobre a colonização militar no Brasil e a ocupação do território paulista.

Tratar sobre a colonização militar no Império, paulista ou não, é debruçar-se sobre tema essencial para pensar o processo de consolidação do Estado: a conformação de seu território, espaço de exercício soberano, com seus limites pouco definidos na época. Às vezes, as colônias militares paulistas são esquecidas pela sua suposta inoperância, deixadas de lado pela sua brevidade temporal, ou apenas ganhando curtos registros pela maioria dos pesquisadores. Talvez por acharem-se apagadas pela força e importância brutal do binômio café-ferrovia. Promotor material na formação, expansão, e consolidação do povoamento – numa escala territorial e urbana – do oeste paulista e a delimitação da sua rede de cidades.

Talvez, por atualmente repousarem sob o leito do rio Tietê, apenas como memórias submersas. Itapura devido à construção da barragem da usina hidrelétrica de Jupiá, na década de 1960; e Avanhandava devido à construção da barragem da usina de Nova Avanhandava, década de 1980. Como testemunho arquitetônico das colônias militares em solo paulista, restou-se somente a antiga casa do diretor de Itapura. Em relação à cultura material, alguns resquícios da colônia militar de Itapura foram preservados, são eles: três sinos da igreja e um canhão – todos em bronze e pertencentes ao acervo do Museu Paulista.

Estrutura geral da dissertação

Este estudo é formado por três capítulos assim estruturados:

Capítulo I: para melhor conhecer-se a região em que se localizava a Colônia Militar do Avanhandava, trata sobre a ocupação territorial do oeste da Província de São Paulo, muitas vezes nomeada genericamente como “Sertão Desconhecido” [4] em mapas da época. Têm-se as seguintes perguntas como bases do pensamento em questão: o que existia, em relação à

[3] As questões relacionadas à busca de fontes primárias e outras fontes serão explicadas nos itens: Metodologia e objetivos e Fontes de pesquisa bibliográfica.

[4] A expressão é certamente conhecida para aqueles que já visualizaram algum mapa da Província de São Paulo, desde meados do século XIX até início do XX. O termo aparece no: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller. Iremos mencionar adiante outros termos utilizados na época.

ocupação urbana (como vilas, patrimônios e cidades) no oeste paulista até então? Quais eram as vilas ou núcleos próximos aos Campos do Avanhandava? Além disso, quais foram as primeiras tentativas de se ocupar a região? Assim, a parte inicial do capítulo buscará esclarecer tais questões, descrevendo os primeiros planos de povoamento para a região, elaborados no século XVIII por D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus.

Na segunda etapa iremos demonstrar a intrínseca relação do rio Tietê (e os Saltos do Avanhandava e Itapura, que eram grandes obstáculos à navegação) com as monções e expedições científicas que adentravam o sertão paulista, além de demonstrar a cartografia e iconografia que representava os saltos desde o século XVII. Ademais, discorre-se brevemente sobre a existência do termo “sertão” e do processo “civilizador”, no qual se creditava ao homem branco a “missão” de trazer e “iluminar” os povos indígenas, retratados como “selvagens”, para o berço da “civilização”. As referências bibliográficas utilizadas nos capítulos estão descritas no tópico específico sobre as fontes secundárias.

O capítulo busca também descrever como era a paisagem natural: região do cerrado, matas virgens, com vegetação ciliar mais densa próxima aos cursos d’água; outras vezes oferecendo horizontes abertos, formações campestres que permitiam visão livre e descortinada. Época de ocupação e posse de terras, com o fluxo e a penetração dos migrantes sertanejos, mineiros principalmente. Onde, na ausência de estradas de ferro, a comunicação era feita essencialmente por meio dos cursos d’água e por estradas rústicas chamadas de picadas ou picadões. A ocupação era esparsa, as propriedades imensas, com limites geralmente definidos pelos espigões e rios. Apenas um ou outro raro posseiro se sujeitava a isolar-se, defrontando a distância e os povos indígenas. Tudo isso anterior às fundações da maioria das cidades do oeste paulista e da implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a primeira a adentrar a região a partir de 1905.

Capítulo II: expõe e analisa a estratégia utilizada pelo governo imperial que consistia, teoricamente, em promover a ocupação territorial nas áreas fronteiriças: o sistema de colonização militar. Explora como a manutenção da integridade territorial, em perspectiva de proteção e expansão das fronteiras, colocou-se como sendo tarefa emergencial das elites políticas do império. Discute sobre a concentração de significativa parcela da população centralizada majoritariamente em áreas litorâneas, a desigualdade regional no que tangia às infraestruturas de transporte e comunicação com o interior, com o “sertão”. Busca explicar a abrangência, a importância, o ideário e as aspirações que os governantes depositavam nas colônias militares.

De certa forma, pode-se considerar tal estratégia como plano nacional de colonização militar, iniciado em meados do século XIX, pois fora implantado no mínimo, um estabelecimento em quase todas as províncias do império. Nesse sentido, o Segundo Reinado, essencialmente a partir de 1850, é apontado como período de transição entre o território de passado colonial, para o território voltado à construção do projeto de nação. O capítulo não pretende abordar e promover o

debate teórico dos inúmeros e diversificados estudos desenvolvidos sobre o império e a consolidação do conceito de Estado-nação. Interessa-nos sim, destacar algumas características principais para podermos compreender o contexto em que o plano, que determinou a criação de duas colônias militares em território paulista, fora elaborado. Uma nação juridicamente criada pela Constituição de 1824, que só se representava por pequena parcela de seus cidadãos, tendo em vista sua situação financeira, e excluía grande parte de seus habitantes, a saber, os escravos. Busca entender a razão da escolha dos locais apontados para a implantação de tais colônias, sua relação intrínseca com os saltos do rio Tietê.

Outro importante aspecto que o segundo capítulo discute é a questão das terras devolutas, a “Lei de Terras” de 1850, a proibição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós, a influência da legislação imperial, e o arcabouço jurídico criado para subsidiar a fundação das colônias militares. Como era o funcionamento básico de uma colônia militar, seu cotidiano, o conceito de colonização militar-agrícola-civil, a distribuição de terras aos colonos, etc. Além disso, ainda no capítulo II, estuda-se a Colônia Militar de Itapura, focando principalmente em seu projeto urbano. Pois, além de ter sido instituída no mesmo ano que a Colônia Militar do Avanhandava, as duas conviveram na província, foram implantadas em lugares geograficamente parecidos, e serviram como estruturas de apoio mútuo. Além disso, ao compararem-se as plantas da colônia de Itapura do século XIX com as imagens de suas ruínas, fotografadas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo no início no século XX, verifica-se a exuberância arquitetônica de suas construções e a qualidade urbanística de seu plano, pouco analisado até hoje, e considerado inovador para a época.

Capítulo III: em síntese, este capítulo constitui-se o núcleo do trabalho. Baseado, sobretudo, em fontes primárias, abordam-se nessa etapa os trabalhos de fundação da Colônia Militar do Avanhandava, a escolha do local, os aspectos relacionados ao seu funcionamento, seu curto desenvolvimento e seu declínio. O capítulo divide-se em duas partes principais: a “utopia, e a realidade”. O subcapítulo “utopia” refere-se, principalmente, aos planos realizados pelo diretor da colônia (Manoel Giraldo do Carmo Barros) em 1861. Com olhares voltados para o espaço projetado (e nem sempre construído), o estudo analisa e revela precioso material documental – mapas, plantas, projetos e croquis – contribuindo para nova perspectiva voltada ao entendimento do cotidiano dessas colônias e de sua concepção espacial, além do discurso civilizatório que a estrutura.

O subcapítulo “realidade” evidencia o que de fato foi edificado (poucas e singelas construções), além das tentativas frustadas de distribuição de lotes, de abertura de estradas, de sobrevivência em lugar ermo. Descreve os diversos problemas e obstáculos que dificultaram o crescimento e expansão da colônia, além de outros projetos que não vingaram. Com a emancipação da colônia militar no último quartel do século XIX, o tópico final apresenta o Salto do Avanhandava no início século XX: os relatórios da Comissão Geográfica e Geológica, da

CEFNOB; as hidrelétricas, e por fim, a inundação do Salto, de parte da região e com ela o desaparecimento definitivo na antiga colônia.

Objetivos

A pesquisa visa tratar, com o olhar do arquiteto e urbanista, sobre a história da Colônia Militar do Avanhandava, a qual pode ser considerada como pouco estudada e conhecida. Ademais, deve-se destacar que o estudo busca demonstrar o pioneirismo da implantação estratégica das colônias militares relacionado à ocupação territorial paulista – uma das primeiras tentativas concretas de povoamento do interior e suas consequências, que precedem a abertura da ferrovia (CEFNOB), meio pelo qual a região foi definitivamente povoada pelo homem branco, no início do século XX. Desde modo, procura-se esclarecer a pequena lacuna na história da colonização militar brasileira, visando às atribuições da mencionada colônia, além de buscar os primórdios da ocupação no interior do Estado de São Paulo.

Ao buscar definir o recorte temporal para delimitação da pesquisa, preferiu-se iniciar pela data de criação da colônia (1858),[5] e finalizar no momento em que esta fora emancipada do regime militar (1878).[6] Assim o período de estudo, por rigor metodológico, resulta entre os anos de 1858-1878. Porém, como a Colônia Militar do Avanhandava nunca foi pesquisada a fundo, pretendeu-se continuar com a busca de informações do local – mesmo sendo considerada como ex-colônia militar.[7]

Assim pode-se considerar que, dependendo da perspectiva, a finalização da pesquisa resultaria somente no fato da inundação da região da colônia militar, juntamente com o Salto do Avanhandava, a partir da construção da barragem para a hidrelétrica "UHE Nova Avanhandava" no rio Tietê, durante a década de 1980. Então, a princípio, devido ao pioneirismo da dissertação, a busca de informações sobre o local da Colônia Militar do Avanhandava não se extinguirá ou se limitará ao ano de 1878. Ademais, sabe-se que em 1905 a equipe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo encontrara em ruínas o que restava das duas colônias – a do Avanhandava e de Itapura.

Em suma, o objetivo geral consiste em:

A Colônia Militar Avanhandava (1858-1878):

---

[5] BRASIL, *Colleção das Leis do Império do*. Tomo XIX, parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1858, p. 161.

[6] BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra* – Marquês do Herval. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro. Typographia Universal Laemmert, 1878, p. 35.

[7] Existem notas sobre a colônia de Itapura e a "ex-colonia Avanhandava" realizadas pelo major dos engenheiros Alfredo Ernesto Jacques Ourique sobre as razões de descrédito no sistema de colonização militar, a necessidade de estradas e outros assuntos. Em: BRASIL. *Revista do Exército Brasileiro*. Anno Quinto. Colonias Militares – Jacques Ourique. Rio de Janeiro, Typographia da Revista do Exército Brasileiro. 1886. p. 3-18

1. Estudo sobre os planos de colonização militar no império brasileiro, a origem das colônias militares, e sobre a tentativa concreta de ocupação no interior paulista;
2. O objetivo é demonstrar (hipótese) que havia um ideal, um plano que estava além de ocupar e demarcar o território paulista; mas, principalmente, tendo como meta implantar estabelecimentos sob projeto racional, cujas bases parecem vir de colônias militares romanas somadas às novas perspectivas arquitetônicas e urbanísticas vigentes no século XIX. Para isso será necessário analisar as plantas da colônia;

Objetivos específicos:

1. Estudo do início da situação e implantação da colônia militar Avanhandava na região oeste da Província de São Paulo;
2. Identificar as funções da colônia militar (militar-estratégica, comunicação);
3. Detectar, descrever e estudar a possível ocupação "urbana" – fundação e desenvolvimento;
4. Identificar os motivos de impedimento de seu desenvolvimento, assim como o seu declínio;
5. Analisar as fontes primárias: trazer à luz plantas, projetos, mapas e documentos sobre o objeto de estudo que ainda não são conhecidos no meio acadêmico.

Metodologia

O estudo realizado pode ser amplamente denominado como pesquisa histórica interpretativa, definida por Groat e Wang como "a investigação de fenômenos sócio-físicos em contextos complexos, com vista a explicá-los de forma holística e essencialmente narrativa".[8] Desta forma, o objetivo do método é coletar o máximo possível de evidências sobre o fenômeno (Colônia Militar do Avanhandava) e procurar descrevê-lo. A busca de documentos é guiada para os objetivos já descritos. Isso requer que a metodologia se divida em quatro partes: a busca de evidências; a organização deste material; a avaliação e análise; e finalmente, a construção da narrativa verossímil a partir de tais fatos, ou conclusão.

> Sendo a bibliografia brasileira sobre a colonização militar quase inexistente e, no caso específico do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, totalmente inexistente, dedicamo-nos à pesquisa de campo e à pesquisa de fontes primárias. Nossa primeira preocupação foi realizar levantamento fotográfico das ruínas ainda eretas.[9]

[8] GROAT,L.; WANG, D. *Architectural research methods.* New York, John Wiley & Sons, 2002, p. 136, tradução nossa.
[9] SILVA, M., 1972, p. II.

A frase acima descrita por Silva caracteriza de certa forma a metodologia utilizada nesta dissertação. A primeira parte consiste em busca de evidências bibliográficas, ou seja, considerar a bibliografia existente sobre o tema colonização militar no Brasil: o que já foi estudado até então? Quais as teses, dissertações e artigos publicados? Sabe-se que é a partir da década de 1970 que se iniciam estudos acadêmicos sobre a colonização militar no Brasil.[10] Assim torna-se necessário estabelecer a base para que seja possível construir o contexto histórico sobre o local e o período delimitado (Brasil, Província de São Paulo, meados do século XIX – 1858 a 1878). É necessário estudar a bibliografia que contextualize o tema: o rio Tietê, o processo de ocupação da Província de São Paulo, os planos de colonização militar, aspectos políticos, econômicos, e sociais do império, etc.

Além de fontes bibliográficas, ainda na etapa metodológica de busca de evidências, serão necessárias fontes iconográficas, cartográficas e textuais (manuscritos) a respeito da Colônia Militar do Avanhandava. Da mesma forma como descrito acima por Silva, dedica-se nesta dissertação **à pesquisa de fontes primárias.** Esta é a principal parte da metodologia relacionada à coleta de informações. Foi esta a etapa[11] em que o discente/pesquisador visitou algumas das mais importantes instituições de acervos públicos de duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda fase da metodologia refere-se à organização, avaliação e análise de todo o material coletado – e será mais bem descrita no item 1.7 e posteriores (forma de análise da documentação). Finalmente, a terceira etapa da metodologia é a construção da dissertação e a conclusão desta como tentativa de estudar, buscando sempre a verossimilhança, a história da Colônia Militar do Avanhandava com o olhar de arquiteto e urbanista.

Fontes de pesquisa utilizadas

Acervos

Antes de apontarmos as diversas fontes consultadas, este tópico foi elaborado para descrever parte do processo de pesquisa – a busca de evidências em fontes primárias[12]– realizada nesta dissertação. Como descrito anteriormente, foi necessário visitar diversas instituições que gerem os acervos públicos. Aqui iremos apresentar as principais instituições e os principais materiais que obtivemos – não pormenorizando assim os inúmeros materiais, e seções dentro dos arquivos para não prolongarmos demasiadamente. A critério de exemplo: em um arquivo público existem diversos segmentos, os principais são: seção de manuscritos (textuais),

[10] Em tópico posterior, na descrição das fontes bibliográficas, iremos expor as principais pesquisas, estudos e publicações sobre a colonização militar no Brasil até os dias atuais.

[11] Acreditamos que a etapa de pesquisa nos acervos públicos deve ser descrita em tópico à parte, devido à importância desta na metodologia da dissertação. Iremos explicar as instituições que foram visitadas, quais os materiais e documentos que encontramos (quais não encontramos), a importância do acervo consultado, entre outros esclarecimentos.

[12] É necessário mencionar que o discente optou por manter todos os documentos estudados nesta dissertação, tanto manuscritos quanto cartográficos, com sua grafia original.

seção de cartografia, seção de iconografia, seção de obras raras, seção de obras gerais. Visitamos cada uma delas, na maioria das instituições, e todas merecem sua devida atenção. Cada seção tem certa forma de atendimento, dias possíveis para visita, horários, regras específicas para manuseio do material, digitalização (se possível), documentação exigida para acesso, entre outros.

Buscamos percorrer, desta maneira, as principais instituições com acervos públicos do Estado de São Paulo (pois a localização da colônia em estudo era na Província de São Paulo), e algumas instituições na cidade do Rio de Janeiro (antiga capital do império). Nestes estabelecimentos, nosso objetivo era procurar materiais relacionados à temática de pesquisa: ou seja, documentos referentes, em primeiro momento, à Colônia Militar do Avanhandava; em segundo momento, sobre o Salto do Avanhandava e a região próxima; e, em terceiro, sobre a Colônia Militar de Itapura.

Instituições visitadas na cidade de São Paulo

Figura 1: Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/BMA_1271282219.jpg. Acesso em: 12 jun. 2019

- *Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo):* tivemos a oportunidade de visitar a Biblioteca Mário de Andrade no mês de junho de 2018. Em seu acervo de obras raras e mapoteca encontramos preciosíssimos mapas da Província (e Estado) de São Paulo do século XIX (1875,[13] 1877,[14] 1887,[15] sem data,[16] e 1893[17]), onde foi possível observar as expressões

[13] "Carta Illustrada da Provincia de São Paulo levantada sobre os estudos do Engenheiro R. Habersham dedicada a Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II por Jules Martin Gravador Lithographo. S. Paulo 1875". Acervo obras raras/mapoteca – Biblioteca Mario de Andrade.

[14] "Carta da Provincia de São Paulo organisada por C. D. Rath, 1877". Acervo obras raras/mapoteca – Biblioteca Mario de Andrade.

"Colônia Militar Avanhandava, Salto de Avanhandava, Colônia Militar Itapura e Salto de Itapura". O fato de estarem grafadas tais expressões nos mapas da Província, já representa, de certa maneira, a importância dos saltos e das colônias. Não foi encontrada iconografia sobre o objeto de estudo.

Figura 2: Museu do Ipiranga



Fonte: http://www.mp.usp.br/museu-do-ipiranga. Acesso em: 12 jun. 2019

- *Museu do Ipiranga (Museu Paulista – Universidade de São Paulo):* o edifício-monumento, conhecido como Museu do Ipiranga, está fechado para visitas e pesquisa em função das obras de restauro e modernização (previsto para reabrir somente com o bicentenário da independência em 2022). Contudo, o serviço de Documentação Histórica e Iconográfica (SVIDHCO) do Museu Paulista da USP reabriu em outro endereço (Rua Xavier Curado, 25). Parte do acervo, equipe e laboratórios foram transferidos para o novo imóvel, localizado ao lado do Parque da Independência. Visitamos o local em junho de 2018.

  Sobre o objeto de estudo pouco foi encontrado – apenas seis fichas (uma datilografada e cinco manuscritas) com anotações gerais, contendo dados sobre a Colônia Militar do Avanhandava – no chamado "Arquivo Aguirra", ou "Coleção Fundo João Baptista de Campos Aguirra". Outras fichas com o nome "Avanhandava" foram encontradas, mas estas eram sobre a atual cidade da região noroeste paulista. Não foi encontrado nenhum material iconográfico. Todo o material foi fotografado pelo discente.

  Sobre a Colônia Militar de Itapura: foram averiguadas três fichas (duas datilografadas e uma manuscrita) com informações gerais sobre a colônia. Encontramos várias fotografias tiradas em aproximadamente 1905 pela Comissão Geográfica e Geológica (CGG) das

[15] "Carta da Provincia de S. Paulo organisada e gravada por Claudio Lomellino de Carvalho. Editores – Proprietários Laemmert &C^{A}. Rio de Janeiro, 1887". Acervo obras raras/mapoteca – Biblioteca Mario de Andrade.

[16] "Carta da Provincia de S. Paulo organisada por ordem do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^{r}. Conselheiro Laurindo Abelardo de Brito Presidente da Provincia, e concluida sob a administração do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senr. Conselheiro Franc^{o}. de Carvalho Soares Brandão pelo engenheiro E. Stevaux. Publicada com autorisação do Governo por Jules Martin" (sem data). Acervo obras raras/mapoteca – Biblioteca Mario de Andrade.

[17] "Mappa Parcial dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes. Com indicação de todas as Estradas de Ferro em tráfego e em construcção. Cidades, Villas, Povoados, Estações e Serras, com altitudes em referencia ao mar. Organisado por Arthur H. O'Learly. Engenheiro da Comissão Geographica e Geológica do Estado de S. Paulo, 1893". Acervo obras raras/mapoteca – Biblioteca Mario de Andrade

ruínas da Colônia Militar de Itapura. Apesar da má qualidade das imagens, elas eram, no momento, o mais rico material que tínhamos em relação à fotografia de colônias militares em território paulista.

Figura 3: Arquivo Público do Estado de São Paulo



Fonte: autor, 2018.

- *Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):* a primeira visita ao acervo também foi ao mês de julho de 2018 – posteriormente, foram diversas as visitas para pesquisa. Primeiramente visitamos o acervo cartográfico, onde conseguimos materiais relacionados ao local do Salto do Avanhandava e cartas da Província de São Paulo.

  Abaixo listaremos os mapas disponibilizados:

  - "Carta da Provincia de São Paulo levantada sobre os Estudos de varios Engenheiros dedicada a Mocidade Paulista e publicada por Jules Martin. Gravador Lithographo. S. Paulo, 1878";
  - "Planta sem titulo. Relatório n.º 112 de 6 de Dezembro de 1883, onde o Barão de Guajará então Presidente da Provincia encarrega o cidadão Joaquim Lemos da Silva de reabrir pelo rumo de um antigo caminho a estrada que vai do porto do Taboado situado no Rio Paraná termo da Vila de Sant'Anna do Parnahyba, provincia de Mato Grosso à extinta colonia de Avanhandava situada á margem do Rio Tietê, distancia de 30 léguas. Original nanquim colorido com aquarela em papel almaço";

- “Carta da Provincia de S. Paulo organisada por ordem do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^{r}. Conselheiro Laurindo Abelardo de Brito, Presidente da Provincia e concluida sob a administração do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^{r}. Conselheiro Franc^{o}. de Carvalho Soares Brandão, pelo engenheiro E. Stevaux. Publicada com a autorisação do Governo por Jules Martin, 1883”;
- “Carta da Provincia de São Paulo, organisada por C.D. Rath, 1886” – igualmente encontrada na Biblioteca Mario de Andrade.
- “Planta do reconhecimento para uma nova estrada de rodagem entre São José do Rio Preto e o Salto do Avanhandava. Original papel vegetal nanquim colorido, 1897”;
- “Planta sem título. Ver memorial descritivo da lei de 27 de Abril de 1895, que autoriza a abertura de duas estradas ligando Bahurú a Campos Novos e Avanhandava. 1897. Original papel vegetal nanquim”;
- “Estrada de Ferro do Avanhandava e Porto Taboado a Tracção Eletrica. Planta de Reconhecimento da Estrada de Ferro do Avanhandava que já esta licenciado pelos municipios de Ribeirão Bonito, São José do Rio Preto e outros, afim de ser reconhecida como estrada Estadual. Impresso colorido. 1900”;
- “Croquis sem título. Orçamento organisado para a construção da estrada que de Baurú vá aos Campos do Avanhandava, e a conclusão da estrada ao Alto Paraná, assinado pelo Engenheiro Jorge Maia em 10 de Fevereiro de 1904. Original papel vegetal nanquim colorido”;
- “Comissão Geográphica e Geológica do Estado de São Paulo. Carta Geral do Extremo Sertão do Estado, 1908”;[18]
- “Planta do Rio Tieté ou Anemby na Capitania de S. Paulo desde a Cidade do mesmo nome até sua confluencia com o Rio Grande ou Paraná – Instituto Geográfico e Geológico. Secção de Estudos Geográficos. Desenhista No. SEG. 4716 Data. 2.8.1956”. Acredita-se que o mapa consultado não seja o original – e sim, um desenho datado de 1956.

Lembrando que todos estes documentos cartográficos (mapas, croquis, cartas, etc) foram prontamente disponibilizados como arquivos digitais com ótima qualidade – arquivos em formatos .TIFF e .JPG.

[18] Nesta carta, ao lado esquerdo, temos em detalhes as plantas do Salto do Avanhandava (rio Tietê); Salto do Itapura (rio Tietê) e da Ex-Colônia Militar do Itapura; e Salto do Urubupunga (rio Paraná).

Figura 4: Latas com documentos do acervo permanente. Fotografia: Arquivo do Estado



Fonte: https://saopaulosao.com.br/conteudos/outros/2682-arquivo-publico-do-estado-comemora-125-anos.html# Acesso em: 12 jun. 2019

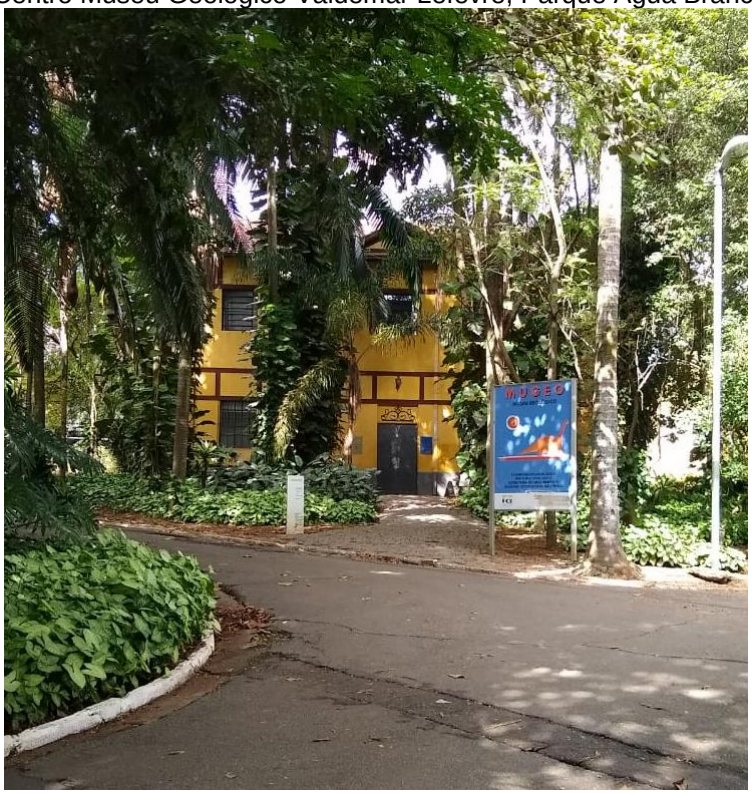
- *Acervo textual (APESP):* o acervo textual é constituído por documentos manuscritos, datilografados e impressos, como os ofícios e requerimentos produzidos e acumulados pela administração pública. Estes documentos, em sua totalidade, são de grande importância porque consistem no principal instrumento que relaciona os cidadãos com a administração pública, o que faz deles fonte riquíssima de informações para pesquisadores de modo geral. O acervo textual é formado por variados fundos, procedentes das diversas secretarias de Estado ao longo da história de São Paulo, assim como arquivos particulares ou de entidades privadas de interesse público e social (como exemplo as Companhias de Estradas de Ferro).

  Após visitarmos a seção cartográfica, direcionamo-nos para a seção do acervo textual. Aqui encontramos o principal núcleo de documentos por nós investigado: "Officios Diversos Avanhandava. Annos 1859 – 1864"[19]; e "Officios Diversos Avanhandava. Annos 1865 – 1882".[20] Estes dois grupos de manuscritos contêm, de forma geral, a maior quantidade de informações relacionadas à Colônia Militar do Avanhandava.

  Os papéis examinados eram guardados em latas de metal (a Figura 4 é somente ilustrativa, não eram exatamente estas latas que guardavam o material consultado), e passavam por processo de alteração de acondicionamento e armazenamento, segundo explicação do servidor quando perguntado pelo discente. Os tópicos seguintes explanam detalhadamente sobre as diversas fontes de pesquisa utilizadas nesta dissertação.

[19] "Officios Diversos Avanhandava" Annos 1859 – 1864. Nº de ordem [CO 0820]. Pastas 1 a 4 (Manuscrito).
[20] "Officios Diversos Avanhandava" Annos 1865 – 1882. Nº de ordem [CO 0821]. Cx. 27. Pastas 1 a 4 (Manuscrito).

Figura 5: Centro Museu Geológico Valdemar Lefèvre, Parque Água Branca (IG-SP).



Fonte: autor, 2019.

- *Acervo histórico do Centro Museu Geológico (IG-SP):* Em maio de 2019, além das visitas ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), tivemos a oportunidade de pesquisar no Acervo Histórico do Centro Museu Geológico (MUGEO) do Instituto Geológico (IG) que se encontra dentro do Parque Água Branca, Barra Funda/Perdizes, São Paulo. Nesta instituição, obtivemos o Relatório da Comissão Geográfica e Geológica chamado "Exploração do Rio Tieté, CGGSP, 1905"[21] e, também, os raros álbuns de fotografias que o compunham. Ao todo foram consultados quatro álbuns – referentes à exploração do rio Tietê e Paraná – com admiráveis fotografias datadas de 1905.

  A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP) foi criada em 1886, dirigida por Orville Derby, e segundo Silvia Figueirôa[22] foi justificada pelas "demandas práticas colocadas pela cafeicultura paulista", em processo iniciado por volta de 1860. Para a autora, a CCGSP "significou a materialização da opção 'científica' para a resolução de parte dos problemas que afligiam a expansão da economia cafeeira, refletindo a visão de uma sociedade já transformada pelo próprio processo de modernização com o qual essa instituição iria interagir".

[21] Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo "Exploração do Rio Tieté" (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) Publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho, 1905. Typographia Brazil de Rothschild & Cia. São Paulo. 3ª edição 1930.

[22] FIGUEIRÔA. S. F. de M. *A ciência na busca do eldorado:* institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907). 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Apud COSTA, L. A. M. *O ideário urbano paulista na virada do século* – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: Rima, Fapesp, 2003, p. 144.

O acervo foi importante local de pesquisa, pois, a hipótese era tal que: se a Comissão Geográfica e Geológica captou diversas fotografias das ruínas da Colônia Militar do Itapura, caso existissem fotografias possíveis das ruínas da Colônia Militar Avanhandava, estas teriam sido, provavelmente, captadas na mesma expedição realizada pela CGG ao longo do rio Tietê no ano de 1905. Todos os arquivos foram disponibilizados de forma digital com altíssima qualidade de imagem.

Encontramos fotografias, fascinantes por sua beleza, do Salto do Avanhandava, Itapura e outras correntezas do rio Tietê (a maioria das fotos não era nomeada). Infelizmente não foram encontradas fotografias das ruínas da Colônia Militar do Avanhandava. Ao final do Relatório da CGGSP, têm-se várias plantas do rio Tietê: entre elas, importantíssimos mapas do Salto do Avanhandava,[23] com a marcação da expressão “Colônia” próxima ao salto; e também do Salto do Itapura,[24] com planta da “Ex-Colônia Militar do Itapura”.

Instituições visitadas na cidade do Rio de Janeiro

Figura 6: Palácio Duque de Caxias, vista frontal.



Fonte: autor, 2018

- *Palácio Duque de Caxias – Arquivo Histórico do Exército (AHEX - RJ):* localizado na cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Histórico do Exército – que se encontra dentro do Palácio Duque de Caxias – destaca-se por ser instituição responsável pela preservação da

[23] In: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA “Planta do Rio Tietê”, 1906, Folha IV.
[24] Ibidem, Folha VIII.

memória do país, sendo considerada organização arquivística de referência quando trabalhamos com documentação militar. Tivemos a oportunidade de realizar a pesquisa em seu acervo – cartográfico, principalmente – em dezembro de 2018.

Figura 7: Palácio Duque de Caxias, estacionamento interno.



Fonte: autor, 2018

Figura 8: Sala de consulta – Arquivo Histórico do Exército.



Fonte: autor, 2018

Abaixo listaremos os mapas consultados:

- “Carta Chorografica da Capitania de São Paulo, anno de 1766, em que se mostra a verdadeira situação dos lugares por onde se fizerão as sete principais divizoens do seu Governo com o de Minas Geraes.” – copiado

pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo em 1869, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, papel canson telado, bom estado, medindo 60,5cm x 48cm;

- "Itinerário de São Paulo á Cuyabá, pelo Conselhº Pimenta Bueno, 1838." – copiado pelo Cap C. P. S. da Cunha em 1869, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, com legenda, com escala, papel canson telado, bom estado, medindo 69cm x 65cm;
- "Carta Topographica da Provincia de São Paulo. Gravada na Litographia Imperial de Vr. Laréé. Rio de Janeiro, 1847." – impresso, colorido, com nota explicativa, com legenda, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 62cm x 49,5cm;
- "Mappa da Provincia de São Paulo, organisado no escriptorio technico da companhia Mogyana sob a direcção do Engenheiro em chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa, 1884." – impresso, colorido, com legenda, com tabelas, escala 1:500000, papel canson, restaurado, bom estado, medindo 66,5cm x 51,5cm;
- "Carta de Progresso da Comissão Geographica e Geologica de S. Paulo. João Pedro Cardoso. Chefe. 1907. Publicada no periodo presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho." – impresso, monocromático, com nota explicativa, escala 1:2000000, papel canson telado, bom estado, medindo 60,5cm x 40cm;
- "Carta Chorographica da Capitania de S. Paulo." Sem data. – copiada pelo Cap. Antônio Vilella de Castro Tavares, em 1870, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com rosa dos ventos, legendas, notas explicativas, escala em léguas portuguesas, papel canson, telado, bom estado, medindo 87 cm x 64,5 cm;
- "Itinerarios das principais Estradas da Provincia." (de São Paulo) Sem data. – copiado pelo Cap. C. P. S. da Cunha em 1869, monocromático, nanquim, com nota explicativa, papel canson telado, bom estado, medindo 33cm x 39,5cm;
- "Mappa das Capitanias de Matto Grosso, Goiaz, e S. Paulo em que se notão os caminhos de S. Paulo para Cuiabá." – copiado pelo Cap. João Pedro de Gusmão N. Mariz em 1853, colorido, nanquim, aquarela, com nota explicativa, com seta norte, papel canson telado, bom estado, medindo 61cm x 52cm;
- "Mapa dos Rios navegaveis que sahem da Capitania de São Paulo e dao entrada para os Dominios da Espanha, e Rio da Prata." Sem data –

colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 48,5cm x 37,5cm.

Lembrando que os mapas foram consultados em sua forma original, ou seja, o discente não obteve arquivos digitais dos mesmos. Felizmente, tivemos a permissão de fotografá-los. Informaram-nos que o Arquivo Histórico do Exército não possuía material específico relacionado à Colônia Militar Avanhandava. Somente que, ela fora criada em 1858 e possivelmente, encontraríamos algo relacionado ao tema em Relatórios do Ministério da Guerra e em Boletins da 2ª Região Militar do Sudeste (localizada em São Paulo). Visitamos o Comando Militar do Sudeste (figura 9) em maio de 2019, porém, ali não foi encontrado material sobre o objeto de estudo.

Figura 9: Comando Militar do Sudeste, São Paulo (2ª Região Militar).



Fonte: Google Street View. Captura da imagem: jun. 2017 – editado pelo autor.

Figura 10: Biblioteca Nacional

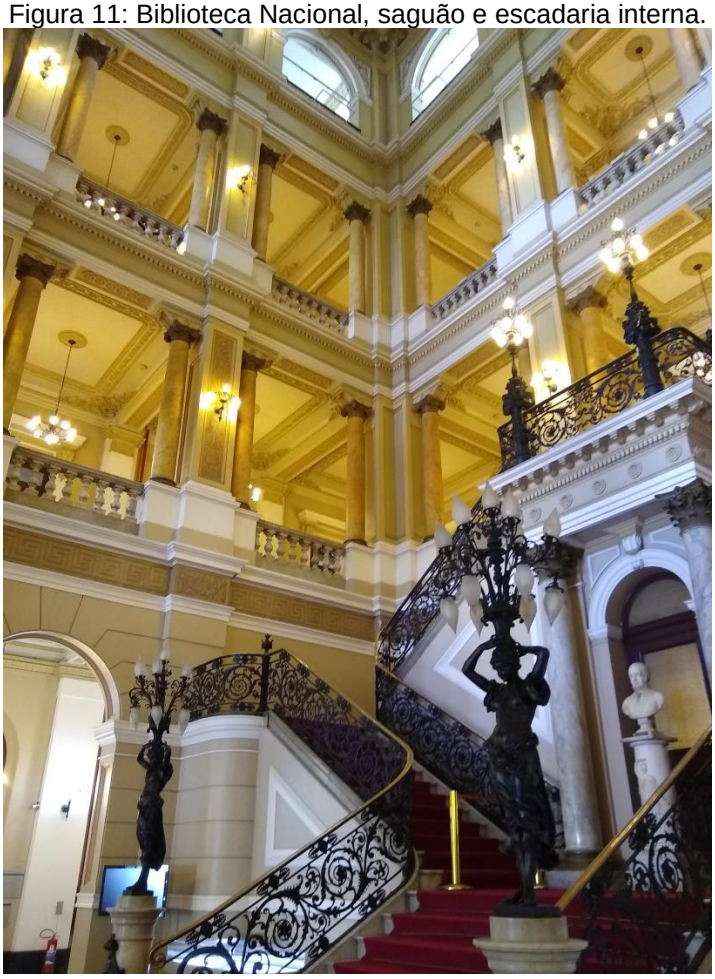


Fonte: autor, 2018

- *Biblioteca Nacional (BN):* localizada na região popularmente chamada de Cinelândia, em frente à Praça Floriano Peixoto, a Biblioteca Nacional do Brasil compõe com o Museu Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, conjunto arquitetônico e cultural de imenso valor. É considerada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura) uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, e também a maior biblioteca da América Latina.[25] A Biblioteca Nacional é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, salvaguarda, preservação e difusão da produção intelectual do País. Com mais de duzentos anos, sua história se associa com a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Tem-se o ano de 1810 como marco, pois nesta data foi criada a Fundação Real Biblioteca. É considerada assim, a mais antiga instituição cultural brasileira.

[25] Informações retiradas do endereço eletrônico oficial da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico Acesso em: 14 jun. 2019.

Figura 11: Biblioteca Nacional, saguão e escadaria interna.



Fonte: autor, 2018.

Tivemos grande contentamento de visitar a Biblioteca Nacional em dezembro de 2018. Consideramos verdadeiro privilégio poder pesquisar em uma instituição como esta. Em suas seções, pudemos adentrar nos acervos de: obras gerais, obras raras, cartografia, iconografia e manuscritos. Nas seções de obras gerais e obras raras não havia material importante relacionado à Colônia Militar do Avanhandava. Por sua vez, nas seções de cartografia, iconografia e manuscritos, encontramos documentos que nos interessavam. Em sequência, listaremos os documentos consultados de acordo com as seções de acervo.

Seção de iconografia:

- “Saltos de Itapura e Avanhandava no Rio Tietê de Saltinho no Rio Paraná, Brasil, 1905?” – descrição: três fotos, panorama, negativo de segunda geração, triacetato de celulose, estado de conservação ruim.

No acervo iconográfico tivemos acesso a três fotografias, datadas de aproximadamente 1905: Salto do Avanhandava (rio Tietê), Salto do Itapura (rio Tietê) e Saltinho no rio Paraná. Infelizmente o estado de conservação estava ruim. As fontes iconográficas serão descritas com mais detalhes no item 1.5.3.5.

Figura 12: Seção de iconografia, Biblioteca Nacional.



Fonte: autor, 2018.

Seção de cartografia:

- “Planta da Colonia Militar de Itapura em junho de 1878.” – descrição: autor Carlos Frederico de Lima, T^{e}. Coronel do Corpo de Engenheiros, escala 1:4000, 45,5cm x 36,5cm;
- “Provincia de S. Paulo: Colonia Militar de Itapura, 1885. Esboço mandado tirar pelo Ill^{mo}. Sn^{r}. Capitão Director Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto. Colonia militar de Itapura, 1º de maio de 1885. O Architecto, Ercole Giannelli.” – descrição: mapa desenhado fora de escala, planta, 74cm x 113cm.

No acervo cartográfico tivemos acesso a duas plantas da Colônia Militar de Itapura, datadas de 1878 e 1885. A primeira pode ser considerada mais técnica, em escala, possivelmente com exatidão maior. A segunda, em particular, é belíssima planta, com menor teor técnico, porém, com ricos detalhes das fachadas das construções existentes até então na colônia. As plantas serão analisadas no capítulo II, dentro do tópico sobre Itapura. Não encontramos material cartográfico referente à Colônia Militar do Avanhandava.

Figura 13: Seção de cartografia, Biblioteca Nacional.



Fonte: autor, 2018.

Seção de manuscritos:

- "Memória sobre Colônias Militares por José Rufino Rodrigues Vasconcellos. Chefe da 1ª Secção da 4ª Directoria Geral da Secretª. de Estado dos Negocios da Guerra, 1865" – descrição: manuscrito original, 310 f., Rio de Janeiro.

No acervo de manuscritos tivemos acesso a dois documentos sobre Itapura, além do "Memória sobre Colônias Militares" de José R. R. Vasconcellos. Este documento foi o que mais nos interessou, pois Vasconcellos descreve em suas 310 folhas diversos aspectos sobre as colônias militares estabelecidas em território brasileiro até então. Existe um capítulo sobre as colônias militares paulista em que relata o caso da Colônia Militar do Avanhandava.

Figura 14: Sala Celso Cunha, manuscritos e cartografia, Biblioteca Nacional. Ao lado direito: utilização de máscara e luvas, autor.



Fonte: https://www.bn.gov.br/visite/espacos/sala-celso-cunha-manuscritos-cartografia. Acesso em: 12 jun. 2019. Ao lado direitor: fotografia do autor, 2018.

Outras instituições e acervos visitados:

- *Museu Ferroviário Regional de Bauru (SP):* instalado junto à Estação Ferroviária da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), o Museu Ferroviário oferece ao visitante a volta ao passado glorioso das ferrovias brasileiras, com exposição de fotografias, documentos, peças originais, maquetes e recriação de ambientes que remetem aos tempos da construção da NOB, até o final dos anos 1930. Pertencente ao Museu, o arquivo ferroviário foi estruturado a partir da reunião de documentos do antigo Centro de Memória da UNESP (campus Bauru). O acervo documental é composto de boletins de trânsito, resumo de trajetos, fichas funcionais, diários oficiais, mapas, fotografias e outros.[26]

  Em suma, no acervo histórico do Museu Ferroviário, interessa-nos principalmente os "Relatorios da Directoria da Companhia E. F. Noroeste do Brazil apresentado á Assembléa

[26] Informações retiradas do endereço eletrônico oficial do Museu Ferroviário Regional de Bauru (SP), disponível em: http://www.projetomuseuferroviario.com.br/ Acesso em: 16 jun. 2019.

Geral Ordinaria" realizados no começo do século XX. São relatórios produzidos pela CEFNOB em que apresentam os estudos de reconhecimento, trabalhos exploratórios, apontamentos, projetos definitivos, etc. Outros materiais também têm o nosso interesse, como fotografias e memoriais. Isso porque nestes estudos exploratórios, se encontram várias menções, descrições de estradas, e até plantas da região do Salto do Avanhandava. Servindo desta maneira, como material de análise da paisagem após a extinção da colônia militar em estudo.

Outras instituições e acervos foram visitados, como o Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração (NUPHIS/USC), e o Museu Histórico de Penápolis.

Figura 15: Pátio interno do atual Museu Ferroviário Regional de Bauru. As instalações eram antigos escritórios da NOB.



Fonte: autor, 2018.

As pesquisas sobre colônias militares brasileiras

Pode-se afirmar que as pesquisas que abordam especificamente a temática sobre colônias militares brasileiras têm seu princípio na década de 1970. Dois trabalhos desta década são utilizados como grandes referências, principalmente para a elaboração do capítulo II, mas também de forma geral em todo o processo de estudo. Os autores são David L. Wood,[27] e Maria A. Silva.[28]

[27] WOOD, David Lyle. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913.* A dissertation submitted to the faculty of the University of Utah in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy – Department of History, University of Utah, 1972.

[28] SILVA, M., 1972.

De nacionalidade americana, o brasilianista David Wood é o primeiro pesquisador a se debruçar sobre os estudos das colônias militares brasileiras criadas em território nacional. O trabalho de Wood é pioneiro, também, em seu aspecto holístico de investigação das diversas colônias militares, analisando o plano nacional de criação de tais estabelecimentos. O próprio título *Abortive panacea* já infere muito do que defende o autor. Traduzindo livremente a palavra *abortive*, temos abortivo(a) e seus significados: ou seja, aquilo que é relacionado ao aborto, com a interrupção voluntária ou provocada da gravidez, uma substância abortiva é aquela capaz de interromper a gravidez, cujo nascimento ocorreu antes do momento exato, que não se desenvolveu por completo, o que não progrediu, não evoluiu.

E *panacea,* que em tradução livre seria panaceia: além de que, na mitologia grega, Panaceia (ou Panacea) era a deusa da cura, o termo é muito utilizado com o significado de remédio para todos os males, ou aquilo que tem a capacidade de curar qualquer tipo de doença. Desta forma, segundo o autor, o plano nacional de colonização militar acabou sendo, na realidade, "panaceia abortiva". Acreditava-se, na época, que as colônias militares seriam remédio para todos os males (panaceia), mas terminou por não se desenvolver, não progredir, não evoluir (abortive). A ideia que Wood defende em sua tese, talvez com visão um pouco trágica, é de que tais estabelecimentos, de modo geral, não serviram a seus propósitos.[29]

No mesmo ano de 1972, Maria A. Silva defendia sua tese de doutoramento sobre a Colônia Militar de Itapura. Para ela, o estabelecimento foi pensado como estratégico para a criação de nova rota até a província do Mato Grosso. Entretanto, a colônia não cumpriu seu papel militar, nesse caso, durante a Guerra do Paraguai, e sequer atraiu a colonização desejada. Seu ponto de vista, assim como o de Wood, é de que a criação das colônias militares constituíram segmentos do projeto nacional que fracassou.

A dissertação de mestrado de Vera Lucia F. Barros,[30] de 1980, estuda a Colônia Militar do Chopim na região sudoeste do atual Estado do Paraná. Em consequência de tal estudo, e isso será verificado na maioria dos trabalhos que pesquisam colônias militares, Barros se debruça sobre assuntos territoriais, que convergiam para a chamada "Questão de Palmas".[31] Fundada em 1859, porém instalada somente em 1882, a criação da colônia não representava ato isolado: estava inserida em plano maior de instalação de vários presídios e colônias militares, que foram implantadas a partir de 1850.

---

[29] Essa ideia será desenvolvida e discutida com outros aspectos no capítulo II desta dissertação.

[30] BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim – 1882 a 1909.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1980.

[31] Segundo a autora, a Questão de Palmas ou das Missões, envolvia uma área territorial de aproximadamente 30 mil km² que era reivindicada pela Argentina. Região a oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina, próximas aos rios Chapecó e Chopim. A demarcação e definição dos limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América Meridional foram estipuladas pelo Tratado de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). Basicamente, ocorreram incontáveis usurpações e violações das linhas limítrofes apontadas pelos tratados, provocadas tanto por portugueses e brasileiros, quanto por espanhóis e argentinos. A questão foi resolvida no ano de 1895, ficando o território disputado para o Brasil.

A tese de doutoramento de Izabel Missagia de Mattos[32], de 2002, sobre os povos indígenas Botocudos, as missões capuchinhas, e a colonização da região do Mucuri em Minas Gerais, explica em seu capítulo II a influência das colônias de imigrantes juntamente com a Colônia Militar de Urucu. Estas que foram criadas em meados do século XIX onde "A ambição mineradora e o desejo de 'domesticar' terras e índios parecem ter continuamente motivado empreendedores seguros das riquezas contidas naquela região, à época ainda praticamente inexplorada".[33] A concepção presente na fundação de tais estabelecimentos foi a de abrir o caminho que ligasse aquele oeste "selvagem", repleto de riquezas reais e imaginárias, ao oceano Atlântico.

Sobre a Colônia Militar de Foz de Iguaçu (PR) existem dois trabalhos principais: a tese de Antonio M. Myskiw[34], e a dissertação de Evandro Ritt.[35] Em 2009, Myskiw faz estudo de história agrária, que tem por tema a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O autor investiga como o território situado a oeste dos campos de Guarapuava passou a ser explorado, ocupado e colonizado, a partir de meados do século XIX, via abertura de picadas e a formação de fazendas de criação. Busca explicar como a região ficou cedida aos poderes de ações coronelísticas de um grande latifundiário após a saída dos militares da administração da colônia. Já o trabalho de Ritt, de 2011, tem como objeto de análise a própria colônia militar, sua fundação, sua permanência, e as ações dos militares na região da colônia para ocupá-la definitivamente, a fim de torná-la território da nação brasileira, processo conflituoso provocado pela resistência da população que ali residia anteriormente.

Johny Santana de Araújo,[36] em 2009, defende sua tese sobre a campanha, a propaganda e a mobilização na Província do Piauí durante os anos de 1865 e 1868 para a Guerra contra a República do Paraguai. Analisa a importância da imprensa na construção do discurso propagandístico a fim de fortalecer o alistamento militar para os objetivos do Governo imperial. Resumidamente, o que nos interessa sobre o trabalho é seu último capítulo: Um lugar para os que voltaram – Terras nas Colônias Agrícolas, Civis e Militares. É neste capítulo em que o autor descreve como a criação de colônias agrícolas-civis e militares promoveram a ocupação do território sul e sudoeste do Piauí – onde um dos objetivos, era assentar os ex-combatentes que

---

[32] MATTOS, Izabel Missagia de. *"Civilização" e "Revolta": Povos Botocudos Indigenismo Missionário na Província de Minas*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, 2002.

[33] Ibidem, p. 94.

[34] MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1887/1907).* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Curso de Pós-Graduação em História, Niterói, 2009.

[35] RITT, Evandro. *A Colônia Militar de Foz do Iguaçu – PR. Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880-1920.* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina (UEL), Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Londrina, 2011.

[36] ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866.* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

retornavam da Guerra do Paraguai, além de promessas que previam a distribuição de terras em tais colônias.

Em 2013, a Colônia Militar Pedro II, considerada a primeira colônia fundada em território brasileiro, foi alvo de estudo da dissertação de mestrado de Rafael Amaro da Silva.[37] Criada em 1840, às margens do rio Araguari, no atual estado do Amapá, a análise do autor tem como objetivo as questões que envolvem os limites da região que se tornou delicada devido ao pós-Cabanagem, e a contestação do território tanto pelo Brasil, quanto pela França. Além disso, o trabalho visa abordar como o discurso oficial, apresentado pelos jornais e relatórios, influenciava e retratava o cotidiano na colônia militar, marcado pela precariedade da vida na fronteira.

No mesmo ano, Adelson André Brüggemann[38] apresenta sua dissertação de mestrado sobre a Colônia Militar de Santa Thereza. Estabelecida em 1854, no caminho entre as vilas de São José e Lages, cumpriu, segundo o autor, importantes funções durante o período imperial brasileiro, como povoar o interior do território, cobrar impostos sobre mercadorias transportadas pelo caminho, realizar obras de manutenção nesse percurso e combater os ataques indígenas na região. O objetivo principal do estudo é explorar e analisar o cotidiano da colônia, os soldados e os oficiais, além do trabalho desenvolvido pelos moradores e as relações estabelecidas entre eles.

Em relação à colonização militar no Maranhão, encontramos dois pesquisadores que estudam a temática, sobretudo as interfaces da história política e social, a Colônia Militar São Pedro de Alcântara do Gurupi, as disputas com povos indígenas e questões territoriais, são eles: Regina Helena Martins de Faria[39] e Arthur Germano Santos.[40] Outra pesquisadora que estudou as relações entre colonização militar e aldeamentos indígenas foi Jéssika de Aquino Bezerra.[41] Em 2015, Bezerra defende sua dissertação de mestrado sobre a criação da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos indígenas no vale do rio Tibagi, juntamente com o processo de expansão das suas fronteiras de povoamento, no norte da Província do Paraná.

---

[37] SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013.

[38] BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada. O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

[39] FARIA, Regina Helena Martins de. *Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX*. Revista de Pesquisa Histórica – CLIO, Universidade Federal de Pernambuco, n 29.2, 2011.

_____. *Colonização militar e a formação do capesinato no século XIX: O caso da Colônia Militar do Gurupi, Maranhão.* In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. Eixo 10. 2009. p.1-10.

_____. Policiamento em Área de Fronteira Interna: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão oitocentista. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009, p.1-9.

[40] SANTOS, Arthur Germano. *Poder e administração no Maranhão Oitocentista: o caso da Colônia Militar do Gurupi.* Almanack. UNIFESP, Guarulhos, n. 12, jan./abr. 2016.

[41] BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar os Sertões, Consolidar o Estado: A Colônia Militar do Jataí e os Aldeamentos Indígenas no Tibagi (1845-1897).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Maria Luiza Ferreira de Oliveira[42] também deve ser mencionada pelas pesquisas em relação às colônias militares, o processo de construção e consolidação da unidade nacional (meados do século XIX), além do estudo de colônias militares na região das matas de Jacuipe, entre Pernambuco e Alagoas. Análogos à temática têm-se os estudos realizados por Amaro Hélio Leite da Silva[43] em sua tese sobre a Colônia Militar Leopoldina (AL), região que na época, era notadamente marcada por revoltas e rebeliões.

Outros estudos relacionados à Colônia Militar de Itapura foram realizados por Jéssica de Freitas G. da Silva[44] em sua dissertação de mestrado; e também Ghirardello.[45] O foco das pesquisas de Silva foi a Armada Imperial, mobilizada pelo Ministério da Marinha para possível conflito armado na Guerra do Paraguai, promovendo a defesa, ocupação e integração da Província do Mato Grosso. Sua análise se divide nas seguintes medidas realizadas: Trem naval do Mato Grosso, Estação naval do Mato Grosso, modernização tecnológica da Esquadra e o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar. Já o estudo realizado por Ghirardello, importante referência utilizada no capítulo II, teve como objetivo o olhar do arquiteto e urbanista sobre o traçado urbano de Itapura; considerando-o ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro.

Fontes primárias

Documentos manuscritos

As fontes manuscritas utilizadas nesta dissertação são variadas. Além disso, é necessário esclarecer outro aspecto: como os documentos são da época imperial, existe certa dificuldade na leitura. Todo pesquisador que tem como principal fonte de informação, e trabalha com esse tipo específico de documentação, conhece suas dificuldades. As luvas e máscaras são somente o começo do desafio. O que queremos frisar é que, no processo de transcrição paleográfica livre, procuramos manter a grafia como original e focarmos na ideia geral, ou seja, o que aquele ofício procurava exprimir, 'dizer', relatar. Certamente equívocos de transcrição serão cometidos. Alguns manuscritos são de fácil leitura, outros, verdadeiramente inviáveis de se ler - ou pela grafia, ou

---

[42] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870.* In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
_____. *As Guerras nas matas de Jacuípe.* CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, Universidade Federal de Pernambuco, n. 33.2, 2015.
_____. *O Exército, a circulação e a ocupação – embates pela construção da unidade nacional na segunda metade do século XIX.* In: Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais. G17 – Instituição militar e ordem social, 2015.

[43] SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Colônia Militar Leopoldina: das "Matas incultas" às "Matas civilizadas" (1851-1867).* (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em História, 2016.

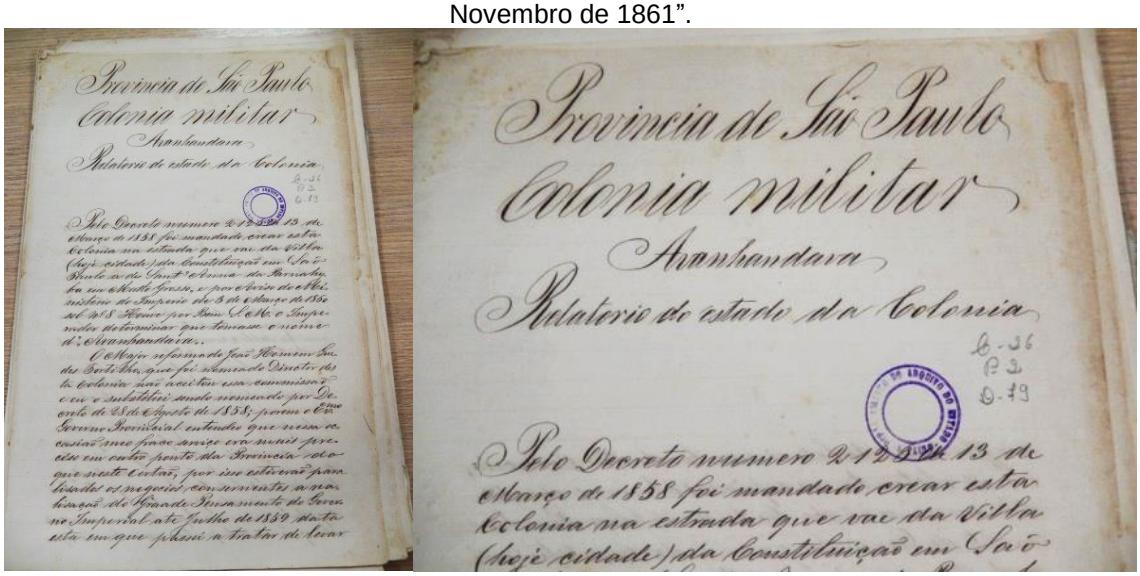
[44] SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da. *"Na paz, cumpre-se preparar a guerra": a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865).* (Dissertação de Mestrado). Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos, Rio de Janeiro, 2017.

[45] GHIRARDELLO, Nilson. *Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro.* IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – IX SHCU. São Paulo, 4 a 6 de Setembro de 2006.

pelo estado de conservação do documento. Somente um especialista conseguiria realizar o processo de transcrição ideal.

As principais fontes manuscritas são as denominadas “Officios Diversos Avanhandava. Annos 1859 – 1864” e “Officios Diversos Avanhandava. Annos 1865 – 1882”, que estão contidos no acervo textual do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses ofícios são, basicamente, relatórios dos diretores da colônia militar do Avanhandava encaminhados à tesouraria (Tesouraria da Fazenda), à Assembleia Legislativa Provincial e ao Presidente da Província de São Paulo. Os relatos são circunscritos à pequena sobrevida de vinte anos da colônia (1858-1878).

Figura 16: “Província de São Paulo. Colônia Militar Avanhandava. Relatório do estado da Colônia. 15 de Novembro de 1861”.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, autor, 2018.

Arquivos do poder executivo e legislativo; e revista militar

Listados os principais e o local onde são disponibilizados (os anos podem variar):

- *Revista do Exército Brasileiro* (1883-1886);

Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-exercito-brasileiro/>

- *Revista Militar* (1858);

Redes de Bibliotecas da Defesa Nacional – Biblioteca do Exército: <https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bibex>

- *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra* (1858-1895);

Hemeroteca Digital Brasileira Fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>; e Biblioteca Digital Internet Archive: <https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Ministerio+da+Guerra%22>

- *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, (1858-1860);

Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>

- *Coleção das Leis do Império do Brasil* (diversos anos);

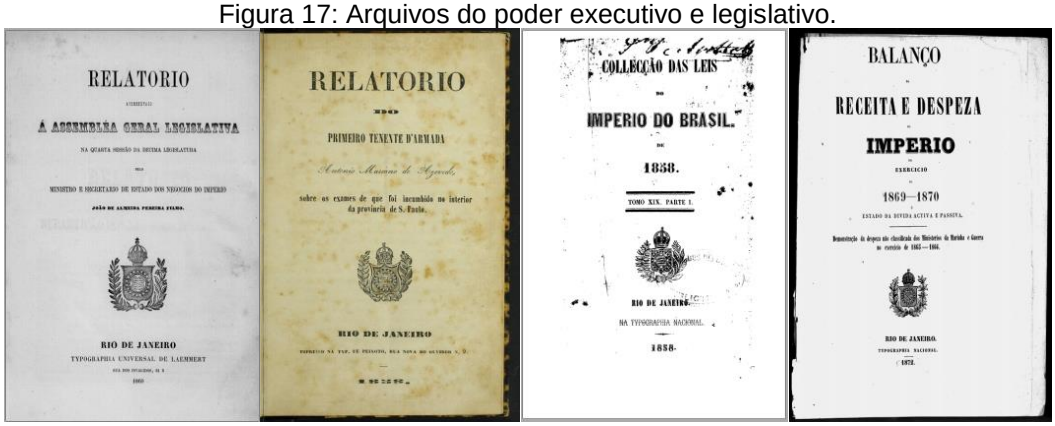
Biblioteca Digital Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

- *Balanço da receita e despesa do Império* – demonstração da despesa não classificada dos Ministérios da Marinha e da Guerra, (1869-1874);

Memória Estatística do Brasil – Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, publicações digitalizadas:

<http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?c=t&p=1>

Figura 17: Arquivos do poder executivo e legislativo.



Fonte: endereços eletrônicos descritos nos itens acima

Arquivos jornalísticos

A pesquisa em jornais recorrentes do período imperial foi realizada pelo método de acompanhamento nominativo e de palavras-chave. Assim, têm-se algumas notícias sobre o estado da Colônia Militar e do Salto do Avanhandava em determinada época, relatório de diretores, ataques indígenas, navegações no rio Tietê que passaram pelo Salto, necessidade da construção de estradas (picadões), casos de epidemias e doenças contagiosas, etc. Todos os exemplares consultados estão disponíveis em formato digital pelo site da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira (http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx).

Os jornais são diversos, como: Correio Paulistano (SP, 1858); O Publicador Paulistano (SP, 1858); A Pátria (RJ, 1858); Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ, 1866); Archivo Municipal (RJ, 1860); Correio Official de Goyaz (GO, 1876); Constitucional (RJ, 1862), entre outros.

Figura 18: Notícia sobre o local mais apropriado para a implantação da Colônia Militar do Avanhandava (não conhecida ainda com esse nome)



CORREIO PAULISTANO.

PARTE OFFICIAL.

Transcripção.

Fonte: Correio Paulistano, 20 de Novembro de 1858. Disponível em: site oficial Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira

Arquivos cartográficos

Os documentos cartográficos, considerados primários, são basicamente plantas, elevações, mapas e desenhos técnicos relacionados diretamente com a Colônia Militar do Avanhandava, seu entorno próximo, e também do próprio Salto do Avanhandava – lembrando que também foi pesquisada cartografia referente à Colônia Militar do Itapura e ao Salto do Itapura. As fontes cartográficas coletadas foram das instituições: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Exército e Museu Ferroviário Regional de Bauru. Os principais documentos cartográficos também foram encontrados no acervo textual, Arquivo Público do Estado de São Paulo, em meio aos relatórios de diretores. O objetivo do capítulo III é, justamente, trazer à luz tal documentação, e analisar o projeto da Colônia Militar Avanhandava. Assim, o espaço projetado, e às vezes construído, juntamente com o discurso civilizatório imbuído nele, precisa ser mais bem conhecido e investigado.

Figura 19: Plantas e documentos manuscritos – “Offícios Diversos Avanhandava”.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, fotografia do autor.

Arquivos iconográficos

As fontes iconográficas encontradas sobre a temática geral em estudo são de duas categorias: fotografias e obras artísticas (pinturas, desenhos, aquarelas). Sobre a Colônia Militar do Avanhandava ou suas ruínas em específico, não foi encontrada iconografia nos acervos pesquisados. Porém, existem em relação aos Saltos do Avanhandava e Itapura: aparecem, por exemplo, no seguramente documentado “Diário de Navegação”[46] escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, em que descreve de maneira vívida e minuciosa o roteiro fluvial, a técnica de construção das embarcações, a forma de navegar, as venturas e desventuras da monção que partiu de Araritaguaba (hoje Porto Feliz), às margens do Tietê, no ano de 1769, com destino a Iguatemi. Afonso d’E. Taunay afirma sobre o álbum de desenhos de Juzarte “se assim é exato serão essas peças os mais antigos documentos iconográficos monçoeiros de que temos notícia”.[47]

Existem fotos já conhecidas sobre as ruínas da Colônia Militar de Itapura (SP), publicadas em teses e artigos, principalmente do ‘palacete do diretor da colônia’. Estas fotos de Itapura foram encontradas pelo discente/pesquisador no acervo iconográfico do Museu Paulista; porém a maior quantidade (e com melhor qualidade) foi disponibilizada pelo Museu Geológico do Instituto Geográfico. Novamente, como já dito em item anterior, são belíssimas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica na expedição realizada pelo rio Tietê no começo do século XX.

[46] “*O Diário da Navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná e Rio Gatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios, seus cursos, sua distância, e de todos os mais rios que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste diário pelo tempo de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769”.* É uma das mais extraordinárias narrativas da navegação fluvial no Brasil do século XVIII. In: SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.) *Diário de navegação – Teotônio José Juzarte.* São Paulo: Edusp. Imprensa Oficial, 2000, p.12.

[47] Citado por SOUZA; MAKINO, 2000, p. 13.

Figura 20: “Rio Tieté, Salto de Avanhandava.”



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, acervo iconográfico, fotografia do autor.

Fontes secundárias

Bibliografia (Livros, teses, dissertações, artigos).

A bibliografia utilizada foi separada por capítulos para facilitar o próprio processo de escrita. Algumas palavras foram utilizadas para relembrar as temáticas. Logicamente, isso não faz com que as referências fiquem estanques aos capítulos, ou outras não possam ser adicionadas sem que aqui sejam mencionadas.

- Introdução e Capítulo I: Referências sobre o contexto histórico – Brasil império, século XIX, ocupação da região oeste do Estado de São Paulo, primeiras vilas, posse de terras, paisagem natural, o rio Tietê, as monções, expedições científicas, os chamados ‘sertões’, os povos indígenas e o processo ‘civilizador’, cartografia e iconografia paulistas, Saltos do Itapura e Avanhandava – posteriormente, a chegada do café e da ferrovia, CEFNOB e a criação de cidades.

  Principais referências: Holanda (2014), Derntl (2012, 2010), Neme (2009, 2010), Nóbrega (1978), Taunay (1975), Monbeig (1984), Arruda (2000), Di Creddo (2003), Lima (1978), Dean (2018), Deffontaines (1944), Barros (1992), Ghirardello (2002, 2010), Schwarcz (1998); entre outros.

- Capítulo II: Sobre o plano nacional de colonização militar – busca de delimitação das fronteiras brasileiras, colônias militares em outras províncias, questões territoriais, conflitos

e disputas com indígenas, construção da ideia de nação, legislação imperial, etc, além da Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura e Salto do Itapura.

Principais referências: Wood (1972), Janke (2014), Sousa Neto (2010), Mattos (1987, 2004), Silva M. (1972), Hobsbawm (2018), Holanda (2004), Costa E. (1998), Vasconcellos (1867), Faria (2011), Oliveira (2015, 2017), Azevedo (1858), Ghirardello (2006), autores já citados no item "As pesquisas sobre colônias militares brasileiras", entre outros.

- Capítulo III: Colônia Militar do Avanhandava e Salto do Avanhandava - grande parte do capítulo III será baseada na documentação pesquisada, porém há alguns temas relacionados - história da cidade e colonização militar romana.

  Principais referências: documentação primária, Marx (1980,1989), Reis Filho (2000), Benevolo (2019), Mumford (1982), Grimal (2003), Bueno (2009), Barros (1992, 1957), Cesp (1988), Segaud (2016), Ghirardello (2002, 2010), Costa L. (2003), Reis (1991), entre outros.

Arquivos cartográficos

Os arquivos cartográficos, que tratam sobre o tema de forma secundária são, principalmente, os mapas da Província de São Paulo do século XIX. O discente/pesquisador busca na cartografia do século XIX como eram representadas (**caso** o tenham sido) as colônias militares de Itapura e Avanhandava com seus respectivos Saltos no rio Tietê. Os principais mapas coletados pelo autor da Província de São Paulo (séc. XIX) foram na Biblioteca Mário de Andrade, APESP e AHEX.

Justificativa da escolha das fontes de pesquisa

"Cabe ao historiador, desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada [...]."[48] Esta frase de Bacellar se relaciona muito bem com a metodologia adotada nesta dissertação. Assim, anteriormente à etapa de busca de fontes primárias, a revisão bibliográfica foi importante parte do trabalho, pois é ela que subsidiará o **contexto**. Ou seja, a bibliografia forma a base contextual, a qual auxilia na organização e análise das fontes coletadas. Um está intrinsecamente ligado ao outro, e o conjunto é justificado a partir dessa relação.

A justificativa da escolha dos documentos manuscritos ("Officios Diversos do Avanhandava") como principal fonte é seu conteúdo informativo: desde casamentos e óbitos, até importantes relatórios técnicos, orçamentos de estradas e edificações, descrição do número exato

[48] BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos.* In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

de colonos, pedidos de mantimentos, verbas e armamentos necessários, relação dos empregados, pagamento de serviços diversos, balanço monetário da colônia militar, etc.

Além disso, preciosas são as informações pertencentes ao arquivo do poder executivo e legislativo. Por exemplo, é na "*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1858.* Tomo XIX. Parte II" em que encontramos o decreto nº 2.126 (23 de Março de 1858) de criação da Colônia Militar do Avanhandava (não conhecida ainda com esse nome). Além disso, são nos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra que é possível encontrar relações de descrição sobre o estado de cada colônia e presídio miliar implantado pelo império brasileiro até aquele determinado ano. Informações sobre o decreto de criação, o local de implantação (se foi realmente implantado), a composição dos colonos, dos empregados, a principal cultura agrícola da colônia, etc.

É na *Revista do Exército Brasileiro*, organizada por oficiais, que encontramos textos do Major Jacques Ourique, grande conhecedor da problemática das colônias militares e responsável por algumas inspeções. Seus textos são fontes indispensáveis de informações sobre a necessidade de preparação material, escolha de pontos estratégicos apropriados, construção de boas estradas, e críticas sobre o gerenciamento das colônias.

Os arquivos cartográficos, diretamente ou indiretamente ligados ao objeto de estudo, também constituem importante fonte de informação. As plantas, cortes e desenhos técnicos de edifícios para a Colônia, nos mostra a habilidade projetual técnica, as relações espaciais e relata o discurso existente, soberano e militar, próprio deste período em estudo. Novamente, esse material será analisado no capítulo III. O mero desejo ou tentativa de concretizar tais projetos já é considerado (para o discente/pesquisador) algo extremamente valoroso. Ora, estamos tratando de um arraial, ocupação militar em meio ao vasto oeste paulista, às margens do Tietê e de sua mata atlântica, com dificuldades de comunicação e acesso, ameaças de ataques indígenas e doenças endêmicas como a malária.

Forma de análise da documentação

Caso tomemos a ordem metodológica como foi proposta pelo discente no início, antes da análise da documentação existem previamente as etapas de pesquisa bibliográfica, documental, cartográfica, iconográfica (como já foi explicado nos itens anteriores); a caracterização e organização do material coletado. Para não estender o tema demasiadamente, a etapa de organização é intrínseca ao processo de análise. Nesta pesquisa em particular, a maioria dos documentos a serem coletados, organizados e analisados estão presentes em acervos de instituições públicas como Arquivos Estaduais, por isso são necessários alguns cuidados prévios (além daqueles que já se conhecem, como utilizar luvas, máscara e manusear os papéis com cautela, pois estes, geralmente, se encontram em estado precário). Em primeiro momento, empregaremos a digitalização de tais documentos manuscritos por meio de câmera fotográfica

para que as fontes estejam acessíveis ao pesquisador. Isso facilita o processo e faz com que não tenhamos que nos dirigir ao Arquivo Público somente para ter acesso aos documentos necessários para a elaboração do trabalho.

Bacellar diz que “ao se avaliar as possibilidades de uma fonte documental, é buscar perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer [...].”[49] Ou seja, a qualidade da informação é genérica ou específica? Qual o rigor e a veracidade da informação? É necessário tomar extremo cuidado e ler tais fontes com muita atenção. Os documentos são produzidos por alguém e para alguém. São produzidos para atender a necessidade específica e não somente para trazer informação qualquer ao pesquisador. Eles devem ser entendidos em sua particularidade, isto é, o contexto em que foram produzidos. Podemos considerar que nenhum tipo de fonte é transparente. Um mapa, por exemplo, é representação política do espaço geográfico. Aquele documento foi produzido, escolhido e guardado por uma instituição. Segundo Beier,[50] pode-se também, por exemplo, analisar aquilo que **não** foi representado, ou omitido em mapa – geralmente aldeamentos indígenas próximos às vilas e cidades, grupos de populações que viviam esparsos pelo território, entre outros. É fundamental entender os diferentes significados das palavras e expressões da época (sem nos estender na questão das transcrições e paleografia).

As variadas fontes – bibliográficas (teses, artigos, livros e dissertações), cartográficas, iconográficas, textual/manuscrita e jornalísticas – serão analisadas criticamente, a fim de identificar mudanças, permanências, atentando para datas e fatos. Assim, a diversidade de acervos buscada é, justamente, para poder realizar a análise das fontes - sobretudo para ter quantidade de dados possíveis para a crítica documental (que envolve o cruzamento de fontes, justaposição de documentos, e outras características já citadas acima).

[49] BACELLAR, 2008, p. 68.

[50] BEIER, José Rogério. Biografia de um mapa: A trajetória do primeiro mapa impresso da província de São Paulo (1835-1842). In: *Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica.* Petrópolis, RJ, nov./2013.

1 CAPÍTULO I: A REGIÃO DOS "CAMPOS DO AVANHANDAVA"[51]

Foi na antiga vila de Tordesilhas onde, em 1494, assinaram juntos, Espanha e Portugal, o tratado que dividia o "novo mundo" em dois hemisférios, estabelecendo a partilha das futuras terras "descobertas". Porém, ao longo dos séculos XVII e XVIII, devido às ações dos bandeirantes, às extrações de drogas dos sertões, às monções, à mineração e à procura de pedras preciosas, devido às ordens religiosas, entre outros diversos motivos; os portugueses ocuparam área que, em tese, pertencia à coroa espanhola. Contudo, naquela época, era muito complexo dizer ao certo se um território estava a leste ou a oeste desta linha imaginária. Para que os conflitos não se transformassem numa verdadeira guerra, a diplomacia entra em questão, e é assinado o Tratado de Madrid (1750). O princípio defendido pelos portugueses para o novo tratado era o *uti possidetis,* que provinha do direito romano. Tal princípio, em resumo, estabelecia que quem de fato deveria ficar com o território, é quem o ocupou, quem povoou e dera início a alguma atividade econômica naquele local. E isto fora respeitado, de certa maneira. Alguns autores como Barros[52], afirmam que os "Campos do Avanhandava" só passarão a ser de direito dos portugueses a partir deste último tratado. Entretanto, é difícil precisar tal informação.

De fato, sabe-se que o primeiro mapa[53] onde se demonstrou o Salto do Avanhandava fora datado em 1628. Produzido a partir da viagem de D. Luis de Céspedes Xería, militar e

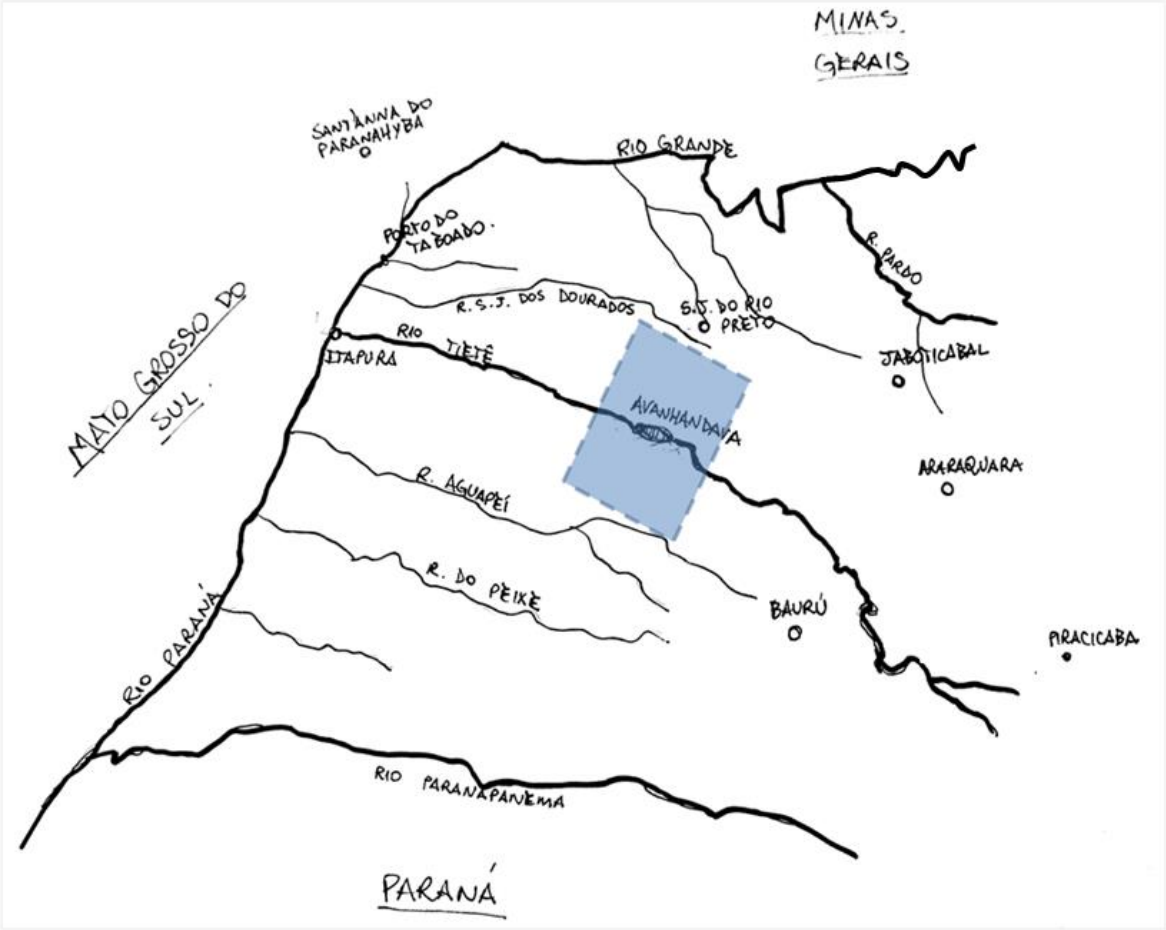
[51] O nome AVANHANDAVA já foi alvo de estudos e numerosas interpretações. Topônimo de origem tupi, juntamente com outras nomenclaturas de acidentes geográficos e de localidades, se constitui prova da notável influência indígena tupi em nosso vocabulário. Para Teodoro Sampaio em *"O tupi na geografia nacional. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987"* Avanhandava resulta de *Abá-nhandaba*, do tupi *a'ba,* ou *aba* (o homem, pessoa, a gente) e *nhan'dab* (lugar de correr): sendo então "lugar onde o homem corre" ou "a carreira da gente" (para evitar os perigos da navegação). Ainda para Sampaio: "Daí resulta que, ao interpretar-se um nome tupi, se ele, porventura, aplica a uma localidade, é mister conhecer destas feições características, quer topográficas, quer indicadoras das suas produções mais abundantes; enfim, conhecer-lhe a característica, tanto a atual como a de outrora, que, decerto, deu origem à denominação que se investiga." (SAMPAIO, 1987, p. 179).
No "Diccionário Geographico da Provincia de S. Paulo" de João Mendes de Almeida (apud CESP, 1988, p. 46) que considera Avanhandava derivação de "*Ayê-anhã-d'-aba*": lugar de correnteza excessivamente veloz. De "*ayê",* superlativo da ação do verbo: "anhã*",* correr, correnteza, velocidade; "*daba"*, o mesmo que lugar.
Para Moacyr Ribeiro de Carvalho em "*Dicionário tupi (antigo) – português. Salvador: s. n. 1987.*" – *aba* ou *abá* (substantivo homem, índio, pessoa, povo); *nhan-a* (verbo intransitivo, agente ativo: correr); *nhandab-a* (modo, tempo, lugar, meio, - de correr); *nhan-ara* ou *nhand'-ara* (substantivo: o que corre, corredor). Assim também *abá-nhand'-aba* (substantivo: a corrida de gente).
Por fim, em publicação mais recente denominada "A origem dos nomes dos municípios paulistas. Enio Squeff (Org.). São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003." temos que: "O nome Avanhandava (Do tupi, *abá-nhã-daba)* é bastante antigo. Data dos primeiros relatos dos bandeirantes paulistas que, no século XVII, rumavam Tietê acima para Cuiabá, e que tinham de transpor o que, ainda hoje, é chamado salto do Avanhandava. Literalmente, *avanhandava* quer dizer "lugar de correr dos homens", ou seja, referia-se ao sítio em que os viajantes tinham de passar, rapidamente, uma vez que a cachoeira em questão seria intransponível para quem estivesse de barco ou canoa, que eram os meios então usados pelas bandeiras. Pode-se supor assim, que, em virtude desse transtorno, os bandeirantes tivessem que interromper a viagem pelo rio, sair das embarcações, enquanto seus escravos (em geral, índios) obrigavam-se a levar, nas costas, os barcos, as canoas, ou mesmo as jangadas. Daí portanto o nome: seria o lugar em que os homens *corriam*, ou *andavam*, diferentemente do local em que eles *se locomoviam de barco*, ou simplesmente *navegava."* (Ibidem, p. 53). A expressão foi logo estendida para toda a região, também chamada de Campos do Avanhandava.

[52] BARROS, Fausto Ribeiro. *Penápolis.* História e Geografia. Penápolis-SP: Gráfica do Jornal Diário Interior, 1992.

[53] Trataremos da descrição e análise de tal mapa no item: 1.2.1

administrador colonial espanhol, na época governador do Paraguai. Por isso, pode-se supor que, provavelmente, os portugueses percorriam tal zona no mesmo período. Consideramos a região chamada “Campos do Avanhandava” a área geográfica que abrange o vale ao redor do Salto do Avanhandava, situado no baixo-Tietê, até os espigões dos rios S. José dos Dourados, ao norte; e o rio Aguapeí (Feio) ao sul. Esta aproximação foi convencionada estritamente por este autor, para este estudo, pois não se encontra bibliografia que precise os limites exatos da área, mas é comumente referenciada como os terrenos que pertencem às margens direita e esquerda do Salto do Avanhandava. Com a figura a seguir procura-se, de forma aproximada, demonstrar o local para aqueles que não são habituados ao termo. As cidades destacadas abaixo não representam a realidade da época estudada, estão ali para balizar o discernimento das zonas no atual Estado de São Paulo.

Figura 21: Croqui com a localização aproximada dos “Campos do Avanhandava” no Estado de São Paulo.



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

No subcapítulo abaixo, procuramos explicitar as primeiras tentativas de ocupação da região dos Saltos Avanhandava e Itapura, seguramente documentadas, que ocorreram no século XVIII durante o governo do 4º Morgado de Mateus.

1.1 Século XVIII: as primeiras tentativas de ocupação do Avanhandava e Itapura no governo de Morgado de Mateus e o plano de Cândido Xavier de Almeida e Souza

Em meados do século XVIII a capitania de São Paulo permaneceu por dezessete anos subordinada ao governo do Rio de Janeiro, entre 1748 a 1765. Os motivos de sua extinção foram variados: considerada como economia modesta, pouco favorecida em riquezas minerais, pequeno contingente populacional, enfim, não era vista com olhos atenciosos da Coroa portuguesa naquele momento e, se comparada a outras capitanias, não era local de grande interesse. O agravamento dos conflitos com os castelhanos na região do Prata acendera alerta em Lisboa: "era preciso fortalecer áreas que poderiam ser cruciais na defesa do território no caso de incursões mais ousadas do inimigo no rumo das regiões auríferas."[54] Embora os primeiros sinais da decadência do ouro cuiabano já fossem perceptíveis na segunda metade da década de 1760, os espanhóis não tinham tal conhecimento, e forçavam assim, a necessidade de novas políticas econômicas para o Ultramar.

Dessa maneira, devido às constantes ameaças dos espanhóis, a capital do Vice-Reino é transferida para o Rio de Janeiro, fortalecendo a presença do poder régio nas partes meridionais da colônia. É nesse momento que São Paulo é restaurada, devendo atuar na reorganização da defesa sulista e no reforço da segurança da fronteira oeste. Reestabelecida a divisão administrativa em 1765, um governador (capitão-general) é nomeado: D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus.[55]

Como dito anteriormente, a capitania em questão não era região decadente, mas sim de continuada modéstia econômica (comparando-se com Minas Gerais, por exemplo), que o governador recém-empossado pretendia alterar.[56] De acordo com os estudos de Bellotto,[57] a recuperação da capitania de São Paulo veio a reafirmar diretrizes estabelecidas pelo secretário de Estado do reinado de D. José I, o Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo) – no sentido de combater e afastar os espanhóis, perseguir os jesuítas, promover a efetiva assimilação dos indígenas, reavivar a economia, e, em última instância, consolidar e fortalecer o poder central:

> O Morgado chega, assim, a São Paulo em 1765 com uma profusão de propostas reformistas: promover a agricultura, povoar, reunir os habitantes em vilas, organizar as milícias, atentar para o perigo dos castelhanos, dentre outras. Criar vilas foi uma de suas prioridades, que perseguiria com afinco, conforme as orientações emanadas de Lisboa. Ele buscou reunir possíveis povoadores para

[54] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista brasileira de estudos de população*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 549-565, set./dez., 2017, p. 550.
[55] BACELLAR, 2017.
[56] Ibidem, p. 551.
[57] Citado por DERNTL, Maria Fernanda. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 20, n. 1, p.109-131, jan-jun, 2012.

> tais iniciativas, instalando-os em pontos do território que julgava estratégicos para o desenvolvimento da capitania.[58]

O novo programa exigido pela Coroa portuguesa a São Paulo, contido da carta régia de 1765, autorizou o governador a criar vilas e freguesias nos lugares em que julgasse conveniente.[59] Foi instrumento político-administrativo essencial de intervenção no território. Segundo Derntl[60] em 1765 havia 38 freguesias, 18 vilas e uma cidade na capitania de São Paulo. Entre 1765 e 1775 foram instaladas dez vilas, na seguinte ordem: São José da Paraíba (1767), Faxina (1769), Mojimirim (1769), Atibaia (1769), Sabaúna (1770), Itapetininga (1771), Guaratuba (1771), Lajes (1771), Apiaí (1771), São Luís do Paraitinga (1773). Também houve ordens que não se efetivaram para elevar a vila: Nossa Senhora de Escada (1767), Santo Antônio do Registro (1771), Mojiguaçu (1769) e a Praça e povoação do Iguatemi (1770). Mais tarde, entre 1775 e 1811, foram elevadas as seguintes vilas: Cunha (1785), Lorena (1788), Antonina (1797), Bragança (1797), Campinas (1797), Porto Feliz (1797), Vila Bela da Princesa (1805) e Vila Nova do Príncipe (1806).

Ainda para Derntl, as diretrizes enviadas para a capitania de São Paulo, que estabeleciam a conquista territorial dos sertões a oeste e a retomada de territórios ocupados pelos espanhóis na região sul, estavam dentro da perspectiva de "diversão para o oeste" – termo utilizado para exemplificar o plano de avanço da colonização. Uma dessas estratégias foi a criação do Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, ou simplesmente "Forte do Iguatemi", concebido como "porta" que impediria a entrada dos espanhóis pelo oeste da colônia.[61]

A 27 de julho de 1767, partia de Araritaguaba (Porto Feliz) a expedição preparada com todos os requisitos militares da época, sob a chefia do Capitão-mor João Martins de Barros. Tal frota desceu o rio Tietê e o Paraná, atingiu o rio Iguatemi e, subindo por este, estabeleceu-se em suas margens, algumas léguas acima da foz do rio Paraná. Fundou-se aí o local do Forte Iguatemi, com o objetivo de patrulhar toda a zona marginal ao rio Paraná e impossibilitar os espanhóis de adentrarem naquelas plagas. Desejava-se garantir a integração e continuidade territorial entre o sul e o oeste coloniais.[62]

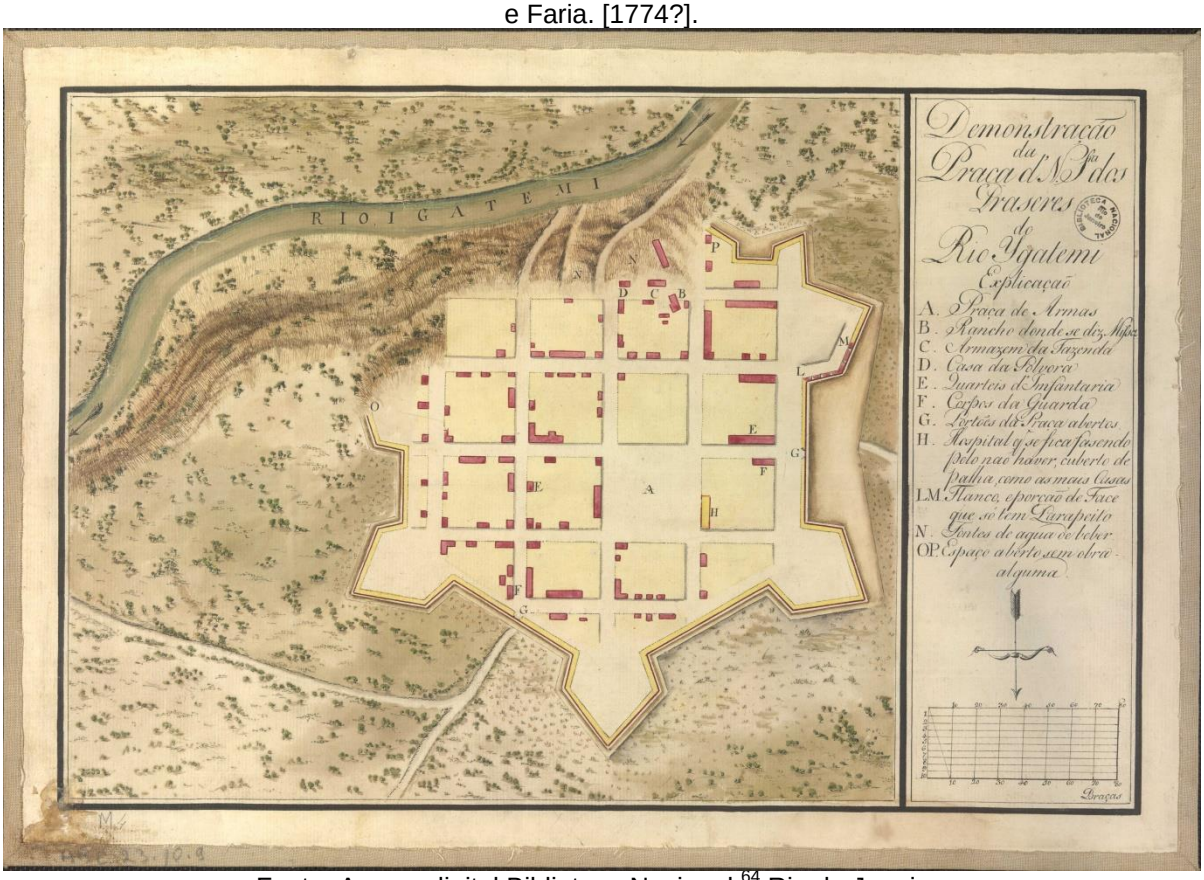
Além disso, o Forte auxiliaria a assegurar a rota de navegação a Cuiabá pelos rios Paraná e Pardo. Com função defensiva, o Iguatemi era parte da estratégia de avanço da colonização, que, em conjunto com outra fortificação prevista no rio Ipané, mais a oeste, visava dominar a

---

[58] BELLOTTO, 2007, citado por BACELLAR, 2017, p. 551 (grifo nosso).
[59] NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. Piracicaba, SP: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009.
[60] DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811.* Tese (Doutorado), São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAUUSP, 2010.
[61] Ibidem, p. 71
[62] NEME, 2009.

navegação do rio Paraguai. O povoamento da região seria realizado com fazendas de gado e sítios, sem descartar a viabilidade de comércio ilegal com os espanhóis.[63]

Figura 22: "Demonstração da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi", por José Custódio de Sá e Faria. [1774?].



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional,[64] Rio de Janeiro.

Para Holanda,[65] o primeiro passo para superar os diversos e tamanhos empecilhos numa empreitada dessa envergadura estaria no estabelecimento de condições capazes de garantir o mínimo de segurança à navegação fluvial. Começara então o desejo de se povoar aqueles sertões, e para isso, era necessário fixar população nas barras principais e junto aos sítios em que se fazia mais perigosa navegação do acidentado Anhembi. Em 1766, determinara Morgado de Mateus, o estabelecimento de espécie de arraial permanente na barra do rio Piracicaba. Concebida conforme velha tradição portuguesa de aglutinar numa forma de vida civil os "criminosos, vagabundos, e vadios de toda sorte", que então ocupavam a capitania.

Por provisão de 24 de julho de 1766 era Antonio Corrêa Barbosa nomeado para cargo de "Diretor e Povoador de Piracicaba". Dando cumprimento às ordens recebidas, Barbosa funda oficialmente a povoação de Piracicaba em 1º de agosto de 1767, para onde fora "com

[63] DERNTL, 2010.
[64] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543427/cart543427.html. Acesso em: 08 set. 2019.
[65] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista.* Organização Laura de Mello Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 36.

administrados vadios, dispersos e outros".[66] Segundo Neme,[67] o próprio governador da capitania recomendava justamente a reunir gente para esse fim e, movimentando capitães-mores, ajudantes, auxiliares das vilas e povoações, destinava "presos e vagabundos" para aumentar a nova população.

Além de Piracicaba, a intenção de estabelecer o povoado de Botucatu, junto à Fazenda Santo Inácio, que anteriormente pertencia aos jesuítas, também pretendia dar suporte à navegação para o oeste, porém através do rio Paranapanema, e seguindo antiga rota sertanista para as missões de Guairá.[68] De acordo com Derntl,[69] conforme recomendação de João Martins Barros, chefe das expedições do Iguatemi e capitão-mor daquela Praça, o núcleo nas margens do rio Piracicaba, ou próximo dali, prestaria grande auxílio; porém, o ideal seria a transferência da povoação prenunciada em Botucatu para o Salto do Avanhandava e a povoação de Faxina para o Salto do Itapura. Ressaltando assim a utilidade de povoar o baixo Tietê.

Se assim fizer, ponderava Barros "ficarão os povoadores arrumados, os cuiabanos socorridos, e este lugar tão facilitado, que canoinhas de duas pessoas podião andar sem susto e darem as mãos uns aos outros em qualquer ocasião e tempo [...]."[70] A princípio, o governador Morgado de Mateus prosseguiu com o plano de estabelecer Botucatu e Faxina e, além disso, estabeleceu que seriam doadas sesmarias nas bordas do rio Tietê, a quem as pedisse: "Tambem tenho determinado mandar passar um bando por toda a [Capita.] pa. q. todos os q. quizerem tirar as sesmarias nas bordas do Tieté pa. se lhe darem" (Trecho de carta de D. Luis Antonio a Salvador Jorge Velho, 10 de março de 1768).[71]

A intenção era de criar povoados nas margens e ao longo do rio Tietê, até sua embocadura no Paraná, notadamente nas regiões de corredeiras e saltos: Piracicaba, Avanhandava e Itapura. Estas facilitariam o transporte das expedições que iam carregadas de provisões e armamentos, e de formar portos de reabastecimento para as tropas a caminho do Iguatemi.[72] Em 1768 cuidava D. Luis Antonio de realizar o povoamento do vale do Tietê, e em janeiro, escrevia ao povoador de Piracicaba, Antonio Corrêa Barbosa:

> O ajudante Manuel José Alberto entregará a vmcê., os presos vagabundos que constam na relação por mim rubricada; de que vmcê. deve tomar conta e fazer-lhe assentos de suas naturalidades. Com os mesmos, irá vmcê. povoar na margem do rio Tietê os sítios de Avanhandava, barra de Piracicaba, e Itapura, e os mais que forem convenientes para bem dos povos, na forma que vmcê. deve participar para que tudo se execute na forma que determino. Dessa povoação assistirá vmcê.

[66] NEME, Mário. Piracicaba no século XVIII. Separata da Revista do Arquivo nº XLV. Piracicaba, São Paulo: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2010, p.18.
[67] NEME, 2010, p. 18.
[68] DERNTL 2010.
[69] DERNTL, 2010.
[70] In: HOLANDA, 2014, p. 36.
[71] In: NEME, 2010, p. 52.
[72] NEME, 2009.

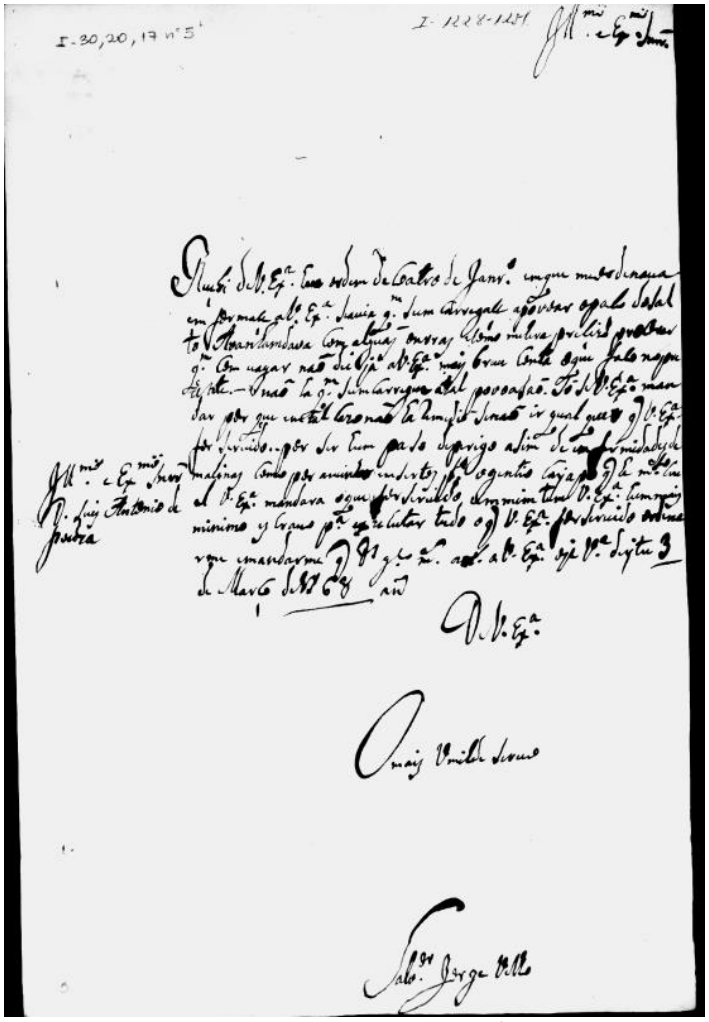
> com alguns mantimentos aos homens, e com alguma ferramenta para os serviços [...].[73]

Assim, com o auxílio daquela população, pretendia a administração colonial lançar sementes de plano ambicioso que teria por objetivo transformar o rio Tietê em verdadeira linha estratégica para a ocupação bem-sucedida do oeste e sudoeste. Porém, os primeiros entusiasmos do governador logo se esvaeceram diante das notícias de dificuldades que encontravam seus ajudantes. O pessoal que ele dispunha era insuficiente para tamanha realização, e a situação no sul do país "ia de mal a pior", em face da crescente ameaça castelhana.[74]

Conforme Neme,[75] foram inevitáveis os impasses que Morgado de Mateus encontrara para a realização de seu intento. Ninguém aceitava os convites para ir povoar aquelas paragens, alegando que tais lugares eram pestilentos e o solo incultivável. Mesmo a facilidade no tocante à concessão de sesmarias marginais ao Tietê abaixo não era aproveitada pelos eventuais ocupantes que preferiam estabelecer-se nos povoados mais adiantados. A seguir, carta de Salvador Jorge Velho, capitão-mor de Itu, ao governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, comunicando não haver interessados em povoar o Paço do Salto Avanhandava por ser local muito perigoso. Itu, 3 de março de 1768. Original abaixo:

[73] Ibidem, p. 59.
[74] HOLANDA, 2014.
[75] NEME, 2009.

Figura 23: Carta de Salvador Jorge Velho, capitão-mor de Itu ao governador Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, 3 de março de 1768.



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional[76], Rio de Janeiro.

Entretanto, segundo Holanda, D. Luis Antonio tratara, em primeiro momento, de fechar os olhos para tais informações, aceitando somente de bom grado aquelas que buscassem ir ao encontro de seus ideais:

> Enquanto ao passo do Avanhandava, me tenho informado que o Lugar pestilento e doentio hé só onde faz inundação, porém que tem Campos Saudaveis, e aprazíveis, em que Se pode formar Povoação; e pouco mais ou menos já sei quem hade ser o que hade ir a essa deligência e os Carijós se farão conduzir de outra parte, visto já não os haver por essa vesinhança.[77]

Perseverante em relação ao Iguatemi, o governador procurou logo abrir caminho também por terra para fomentar aquele posto militar e propiciar o transporte de expedições de socorro para as forças ali aquarteladas. Por conseguinte, decidiu enviar Antonio Corrêa Barbosa (fundador de Piracicaba) para procurar vestígios do antigo picadão aberto para Cuiabá por Luiz Pedroso de Barros, que passava pelo salto do Avanhandava.

[76] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1469780/mss1469780.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.
[77] HOLANDA, 2014, p. 37.

> Porquanto tenho encarregado a Antonio Correa Barboza a abertura do caminho para a nova praça do Guatemy, e tem mostrado nesta deligencia tanto adiantamento que se acha na dereitura da Caxoeira de Avanhandava, de onde facilmente por ser já campo se poderá passar ao rio Grande. [78]

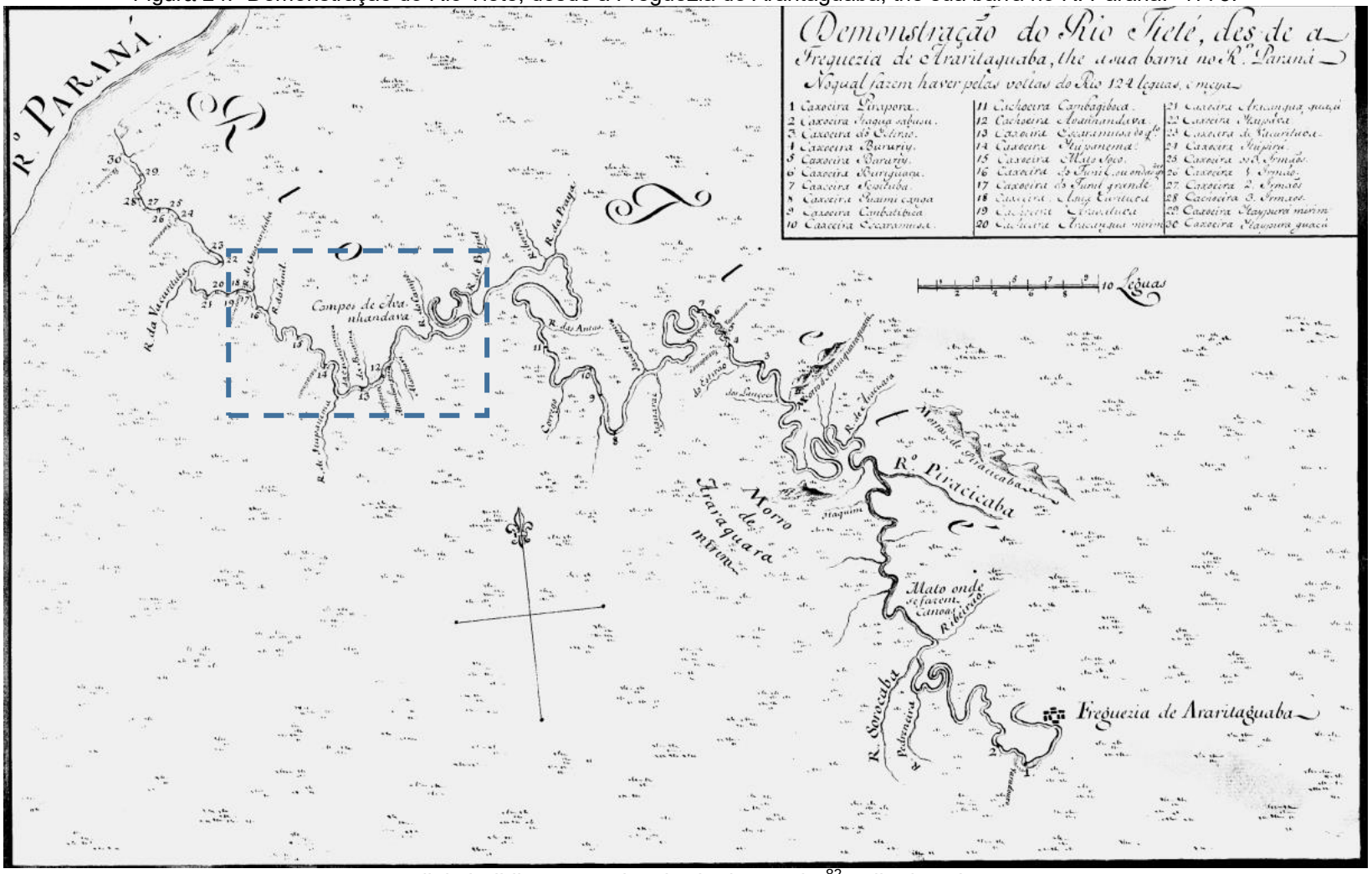
A maioria dos núcleos propostos não vingou, contudo, Piracicaba e "Campinas do Mato Grosso" (atual Campinas) tiveram desenvolvimento inicial emparelhado ao abastecimento das expedições para o Iguatemi. Piracicaba fora fundada não na barra do rio, mas onze léguas acima, em local que os colonos alcançaram terras generosas, águas com mais disponibilidades de pescado, ambiente mais sadio, e um pequeno povoado de roceiros já estabelecidos ali por longa data. Assim, os outros povoados propostos, só seriam viabilizados com o trânsito fluvial frequente, pois suas existências dependiam exclusivamente dele. Era necessário motivo externo para que as navegações fossem alimentadas constantemente.[79] E isso não acontecera.

Ora, as minas do Cuiabá já estavam em decadência na época, principalmente na segunda metade do século XVIII. O próprio caminho fluvial tão defendido por Morgado cederia rapidamente à ideia de uma estrada por terra, mais simples e direta, mandada realizar ainda em seu governo.[80] Ademais, a "empresa do Iguatemi, animada pela caprichosa vaidade dos governos, estava em vésperas de arruinar-se."[81]

[78] Trecho da portaria de D. Luiz Antonio ao Provedor da Fazenda Real, 20/Nov./1770. In: NEME, 2010, p. 55.
[79] HOLANDA, 2014.
[80] BACELLAR, 2017.
[81] HOLANDA, opus cit., loc. cit.

"Cartas Topograficas do Continente do Sul e parte meridional da America Portugueza Com as Batalhas que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Conde de Bobadella ganhou aos Indios das Missoens do Paraguay. Recopilladas pello Gov^{or} e Cap^{m} Gen^{al} de S. Paullo Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mouram. S.l. [1775]. 23 mapas aquarelados. Os mapas são numerados de 1 a 26, faltando no códice os de nº 8 a 10." Figura abaixo é a nº2.

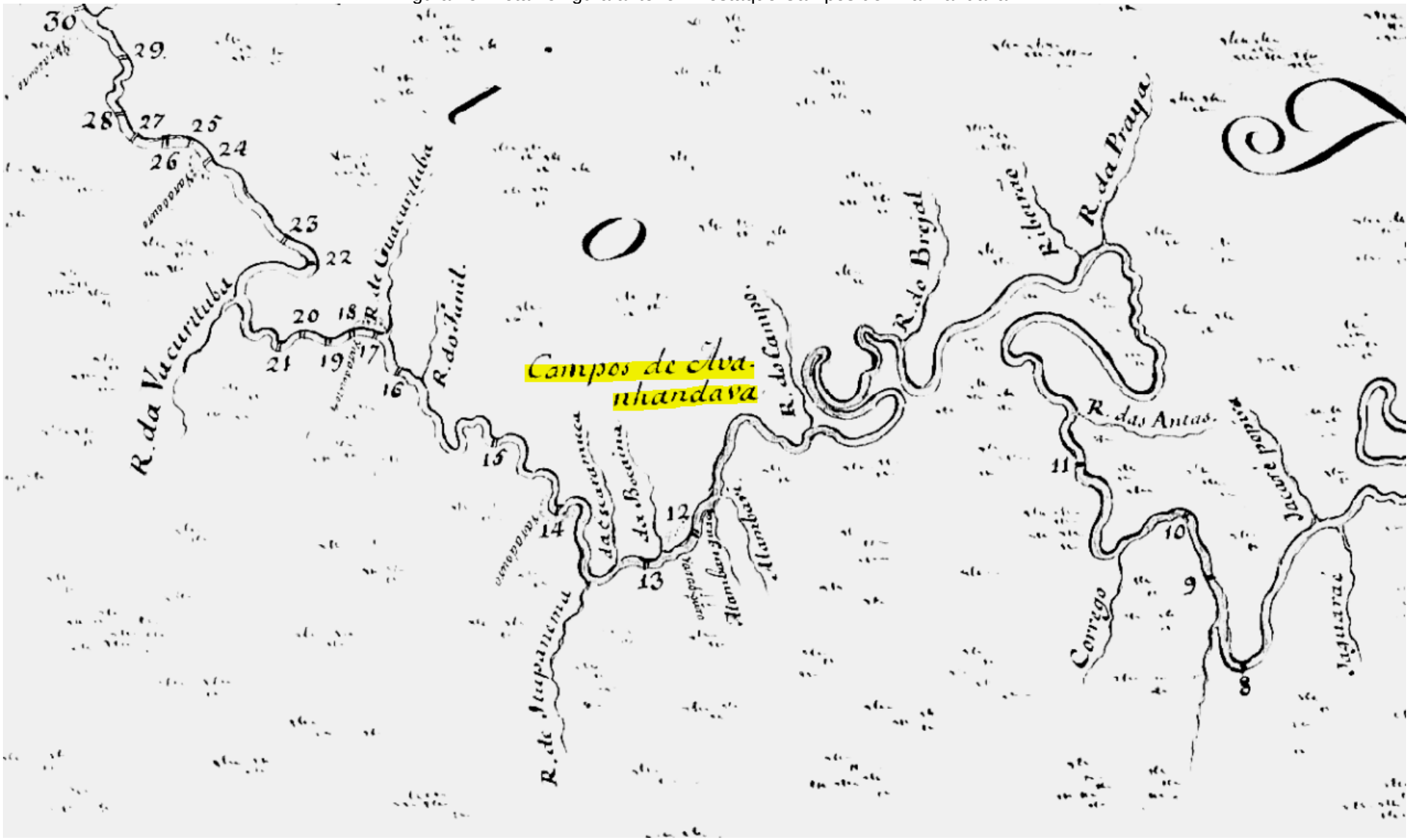
Figura 24: "Demonstração do Rio Tieté, desde a Freguezia de Araritaguaba, the sua barra no R. Paraná." 1775.



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro[82], editado pelo autor, 2019.

[82] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461104/mss1461104.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

Figura 25: Detalhe figura anterior. Destaque Campos de Avanhandava.



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, editado pelo autor, 2019.

Em junho de 1775 tomava posse, substituindo Morgado de Mateus, o brigadeiro do exército português Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), que de acordo com Neme, [83] procurou durante todo seu governo denegrir a imagem de seu antecessor, desfazendo-lhe as obras e perseguindo seus antigos auxiliares e colaboradores. Bem como, negligenciou-se o governador Saldanha inteiramente da colônia do Iguatemi, a qual passou a imperar sob desordem. O Iguatemi era longínquo, difícil de abastecer, de manter, e sujeito a ataques indígenas. Em 1885 foi publicado na "Revista Trimensal do Instituo Histórico Geographico e Etnographico do Brazil" o texto "Fortificações no Brazil", por Augusto Fausto de Souza que descreve além de outras coisas, o fim do Iguatemi:

> [...] Começada em 1765, achava-se prompta em 1770 e armada com 14 bocas de fogo, segundo informou em junho deste anno o governador Luiz Pinto. Em 1774 foi atacada pelos Guaicurús, que matárão varias pessoas e destruirão propriedades circumvizinhas; e trez annos depois, antes que chegasse ao Paraguay a noticia da suspensão d'armas (ou si chegou a tempo, foi ahi dissimulada, diz Varnhagen), o governador D. Agostinho Penedo com uma grande força de Hespanhóes e indios, assaltou-a e demolio parte. Ainda devem existir vestigio della, pois que ainda em 1854 havião ruinas, nas quaes esteve o sertanista Joaquim Francisco Lopes, quando, por ordem do governo, foi explorar os rios Escopil e Iguatemy.[84]

Diante disso, em 1777 fora atacado pelas forças espanholas e posto ao fim. Como se não bastasse, na sua decadência, o Iguatemi arrastou consigo a prematura, porém crescente, freguesia de Piracicaba, que até então fora destinada a suprir, quase que exclusivamente, as necessidades daquela praça com os produtos de sua florescente lavoura.[85]

1.1.1 O plano de Cândido Xavier de Almeida e Souza.

O grande desejo de D. Luis Antonio de povoar as margens do Tietê foi recuperado alguns anos depois, quando o capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça assume o governo da capitania de São Paulo no final do século XVIII (1797-1802). O propósito continuava análogo: auxiliar os viajantes que tinham como destino o Cuiabá e Mato Grosso, e favorecer a efetiva comunicação com as fronteiras. Para retomar tal empreendimento, Mendonça encarrega o tenente coronel Cândido Xavier de Almeida e Souza que traçará o plano dos novos estabelecimentos.

O plano desse oficial consistia em fundar quatro povoações junto ao rio Tietê. A primeira seria na região de Potunduva, onde se instalariam casais de povoadores, com suprimentos de alimentação, ferramentas para lavrar a terra e algumas cabeças de gado. Para o pastoreio deveriam utilizar os campos do Araraquara e, a partir deste, abrir comunicação com a freguesia de

---

[83] NEME, 2010.

[84] SOUZA, Augusto Fausto. Fortificações no Brazil. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil.* Tomo XLVIII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C. 1885, p. 138-139.

[85] NEME, 2010.

Piracicaba. A segunda seria erguida no Salto do Avanhandava. As adversidades de povoar áreas circunvizinhas dos dois maiores saltos do Tietê, que já tinham sido alvo dos olhares de Morgado de Mateus, não poderiam deixar de ser inclusas no projeto de Cândido Xavier. Neste caso do Avanhandava, deveria ser estabelecido um número de indivíduos providos com pequena lavoura e carros de bois à tração; dando suporte ao penoso processo das varações e, permitindo certa economia nos gastos aplicados ao pessoal que fazia tal serviço.[86]

A terceira povoação seria implantada junto ao Salto do Itapura, que traria iguais vantagens. Interessante notar que, desde o final do século XVIII, em tal planejamento, Souza pensara que depois de realizada as fundações dos povoados, seria necessária abertura de comunicação por terra entre os dois saltos, valendo-se dos terrenos planos que margeiam o rio Tietê. A quarta seria estabelecida perto do rio Paraná, na desembocadura do rio Pardo, com o intuito de ponto de apoio aos navegantes, e também aqueles que iam por terra, em estrada próxima dali, que se dirigissem a Cuiabá e outras minas de Mato Grosso.[87]

São duas as principais diferenças do plano de Cândido Xavier para o de Morgado de Mateus. Para Xavier, as povoações deveriam fixar-se em sítios afastados do rio, a fim de evitar epidemias, o que ocorria com frequência em época de vazante. As localizações das povoações de Avanhandava e Itapura deveriam ser cuidadosas e estrategicamente pensadas devido às corredeiras que exigiam a retirada das embarcações (canoa caiçara, canoa monóxila) das águas. Além disso, divergiam essencialmente no critério proposto para a seleção dos povoadores. Em sua perspectiva, esse pessoal deveria ser recrutado não somente entre os “desocupados, vagabundos”, que importunavam a tranquilidade pública nos lugares habitados; mas sim indivíduos trabalhadores, laboriosos, e “dotados de alguns meios e de trato urbano e civil”.[88] Ponderava que o atraso das colônias portuguesas provinha do antigo erro de serem povoadas apenas de homens indigentes, degredados ou foragidos – sem posse alguma, nem o mínimo de recursos, que pudessem contribuir para o crescimento dos lugares onde residiam.

A seguir transcrevemos trecho da sexta parte da “Descrição diaria dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800” de Cândido Xavier Almeida e Souza, onde consta os planos das povoações:

> POVOAÇÕES precizas.
>
> Calculando a terça parte da extensão do Rio Tiete no Sitio denominado Putumduva, ali se deve estabellecer a primeira Povoação com os cazaes possiveis, subsistencia para seis mezes como he costume, as ferramentas precizas para a agricultura, e principios de creação, para propagação dos animaes quadrupedes. Esta podem aquelles moradores cultivar nos campos de Araraquara, que se lhes aproximão e por elles ter abreviada comunicação por terra com a Freguezia de Piracicaba, pella parte Septentrional do mesmo Rio.

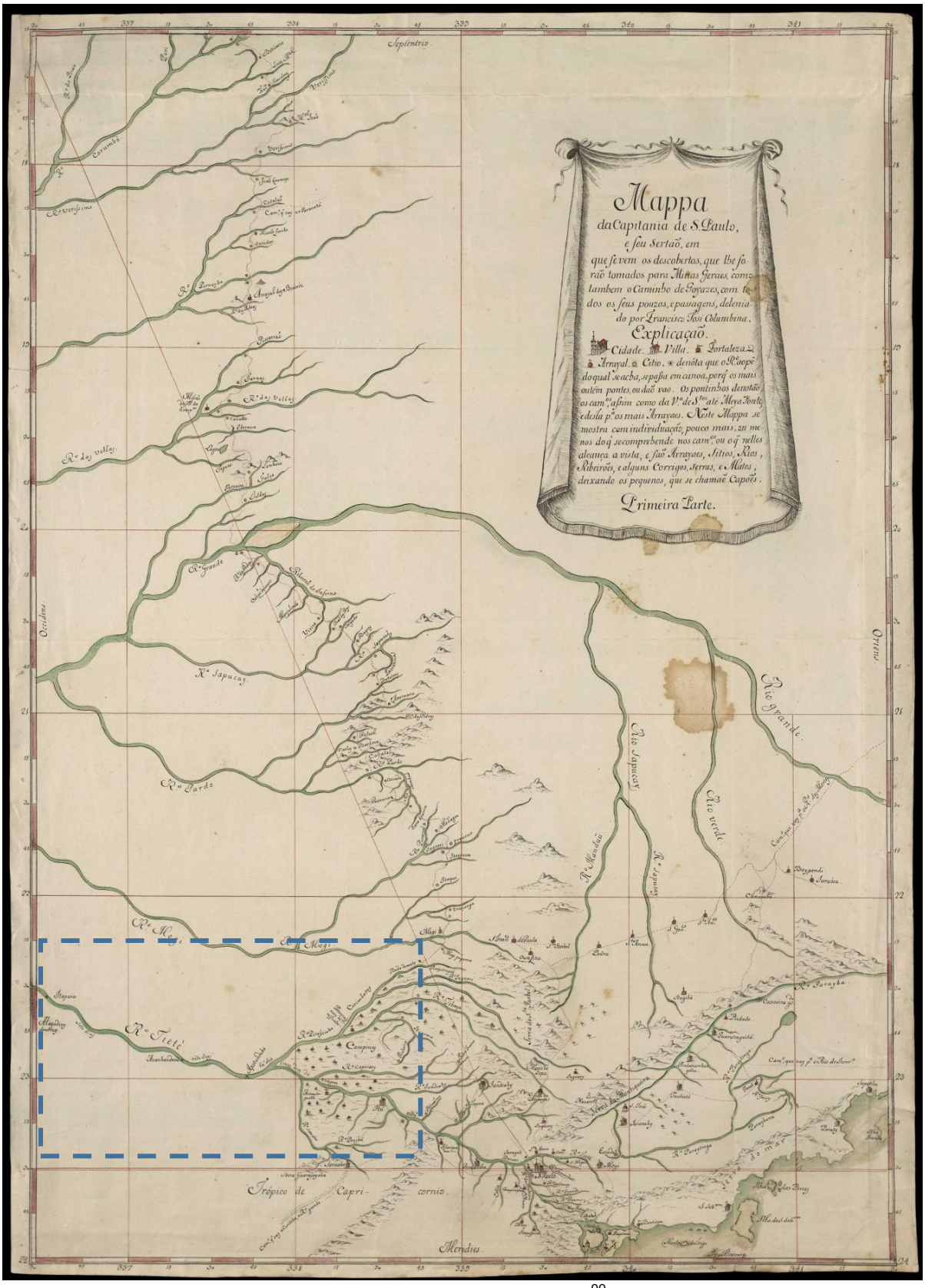
[86] HOLANDA, 2014.
[87] Ibidem, p. 38.
[88] Ibidem, p. 38.

> Em quaze igual distancia se deve estabellecer a segunda Povoação com as mesmas providencias, no salto denomidado do Ivanhandava pella utilidade de ajudarem aquelles moradores a varar por terra com seis bois e carros as canoas quando se fizer precizo mandar alguma de Avizo com 4 ou 6 pessoas, que athe ao prez.te he necessario multiplicadas com grande numero pella dependencia de m.tas forças nas varações, que podem execusar-se havendo nellas Vizinhos, que suavizem esta grande difficuldade.
>
> Para desvanecer a mesma se deve estabellecer a 3ª Povoação no salto denominado Itapura na barra do referido Rio a pte. Meridional para evitar algum assalto do Gentio Cayapó, que no tempo secco costuma passar o Paraná no Salto de Uruvupungá, e viza aquelle Sitio, que lhe não excede a distancia de tres legoas.
>
> Por este motivo deve transportar-se a extensa Varação deste Salto para a mesma parte da Povoação, que sendo, Ex.a servido, logo sobre a mesma marcha, deixarei prompto este novo caminho tão precizo para izentar os viajantes do mesmo risco, como para frequencia, emenos detrimento da mesma dita projectada Povoação.
>
> A estas tres he de necessidade obrigar a comunicarem-se por terras de hûas a outras pella mesma planicie, p.r onde se despenha o Rio, que as rega, e por este meio conseguiremos mais promptidão, mais promptos seccorros as Fronteiras, huma Estrada desta Capital athe o Paraná.
>
> [...]
>
> Nesta Situação deve ser a quarta Povoação para abrigo dos Commerciantes com as mesmas providencias das outras ainda algûa distancia retirada da margem do Rio por evitar as epedemias nas occaziões das Vazantes com a circunstancia de se poder communicar athe esta Capital pella antiga estrada, do que facilm.te se podem franquear os Vestigios.
>
> Athe esta quarta Povoação posso ser util a todas as que mi ficão em caminho na prezente jornada, deixando-lhes, roças, feitas nos lugares em que prommeterem milhor fruto para dous alqueires de planta de milho enquanto he tempo, sendo V. Exa. servido em expedir os Povoadores neste mesmo anno ainda ha tempo de queimar e plantar, o que se costuma fazer athe principios do mez de Dezembro.
>
> [...]
>
> Todas dependem de hum Capellão para administração dos Sacrementos n'aquellas distancias [...].
>
> Conciste o atrazo das Colonias Portuguezas no antigo erro de serem povoadas unicam.te por Homens indigentes, degradados e foragidos, sem cabedais, abonos, nem creditos, que possão cultivar as correspondencias p.a. augmento do Commercio nos lugares em que rezidem; e para obviar este inconveniente seria de grande utilidade incumbir o diretoria de cada huma das projectadas Povoações, a hum Official de Melicias dos Muitos, que ha nesta Capitania [...].[89]

Procuramos demonstrar a localização das povoações previstas por Xavier na figura 26 abaixo, e seu detalhe posterior (figura 27), em mapa da capitania de São Paulo datado do século XVIII.

[89] SOUZA, Cândido Xavier de Almeida e. Descrição diaria dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Volume 202, Janeiro-Março de 1949. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, p. 130-131.

Figura 26: “Mappa da capitania de S.Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens delineado por Francisco Tosi Columbina.” [17--]. Coleção Morgado de Mateus, mapa manuscrito, desenhado a nanquim, 65 x 45,2cm.



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro[90], editado pelo autor, 2019.

[90] Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415/cart1033415.html. Acesso em: 16 out. 2019.

Figura 27: Detalhe figura anterior “Mappa da capitania [...]”. Notar destaque em Piracicaba, Ipotunduba, Avanhandava e Itapura.

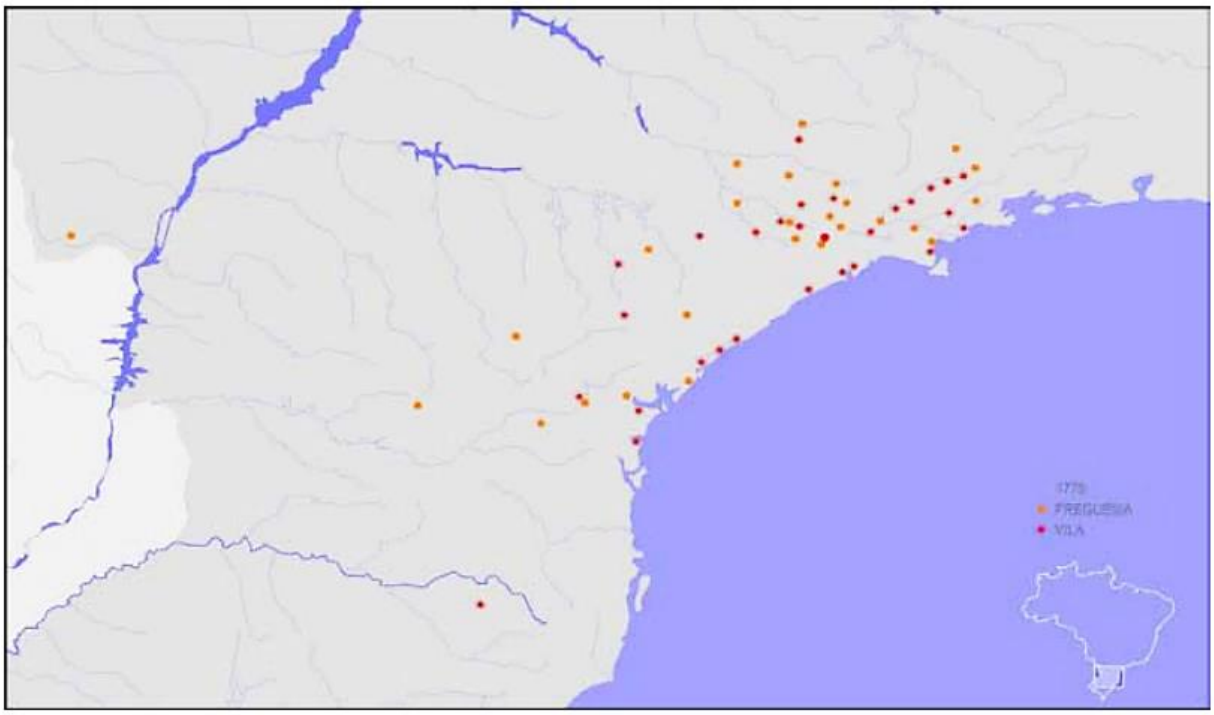


Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, editado pelo autor, 2019.

Fundar oficialmente os povoados não bastava, era necessário atrair para os arredores uma população estável, que fornecesse vida e florescimento aos arraiais e às vilas. Porém isto não aconteceu. De acordo com Holanda,[91] não consta que as propostas do tenente coronel Cândido Xavier tivessem merecido maior interesse do que as de Morgado de Mateus. Para Bacellar,[92] os povoados de Avanhandava e Itapura nem mesmo chegaram a sair do papel. Segundo Silva,[93] todos os esforços envidados para povoamento dos vales do Paraná e Tietê, durante o século XVIII não foram além de planos teóricos. Conforme Nóbrega,[94] os estudos de Xavier não se realizaram.

Os maiores empecilhos para a fixação do homem era a falta de base econômica, o agreste dos sertões, os "selvagens" e as inúmeras doenças que grassavam as suas margens. O deslocamento de certo número de colonos para aquelas paragens, notoriamente pestilentas, separadas por imensidão de quilômetros até a vila ou freguesia mais próxima, como Piracicaba, ou Porto Feliz – que eram até onde o povoamento branco chegara – seria dificilmente praticável durante a época das monções.[95] Somente após esvaecer o trânsito fluvial do Tietê é que, para fins militares, foram efetuadas as primeiras tentativas concretas de povoamento da região a partir das colônias militares de Itapura e do Avanhandava, nos meados do século XIX.

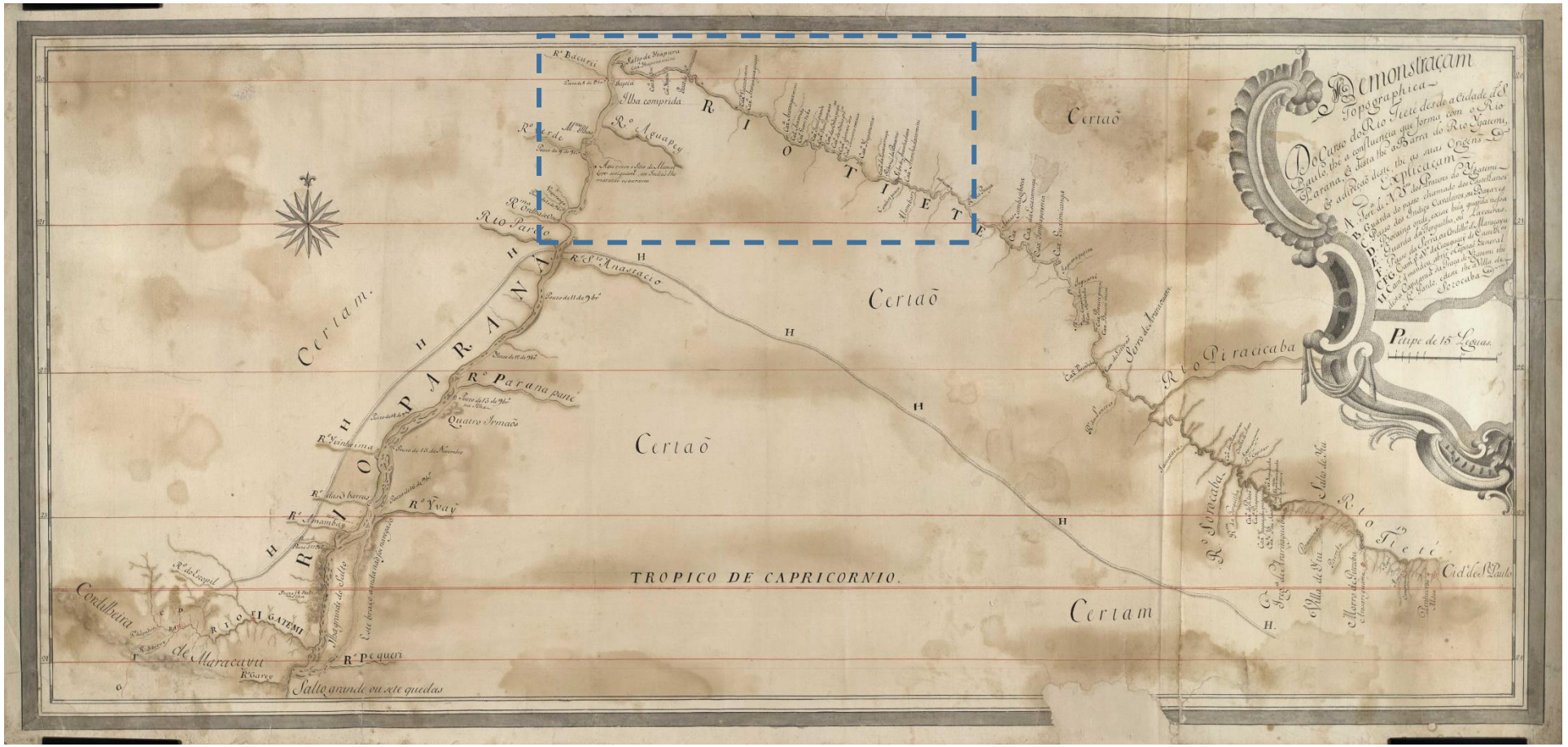
Figura 28: Vilas e freguesias na capitania de São Paulo em 1775 (Cor laranja = freguesia. Cor vermelha = vila).



Fonte: DERNTL, 2010, p. 69.

[91] HOLANDA, 2014, p. 38.
[92] BACELLAR, 2017.
[93] SILVA, 1972, p. 5-6.
[94] NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê.* 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Coleções paulísticas, v. 8, 1978, p. 192.
[95] HOLANDA, opus cit., p. 38.

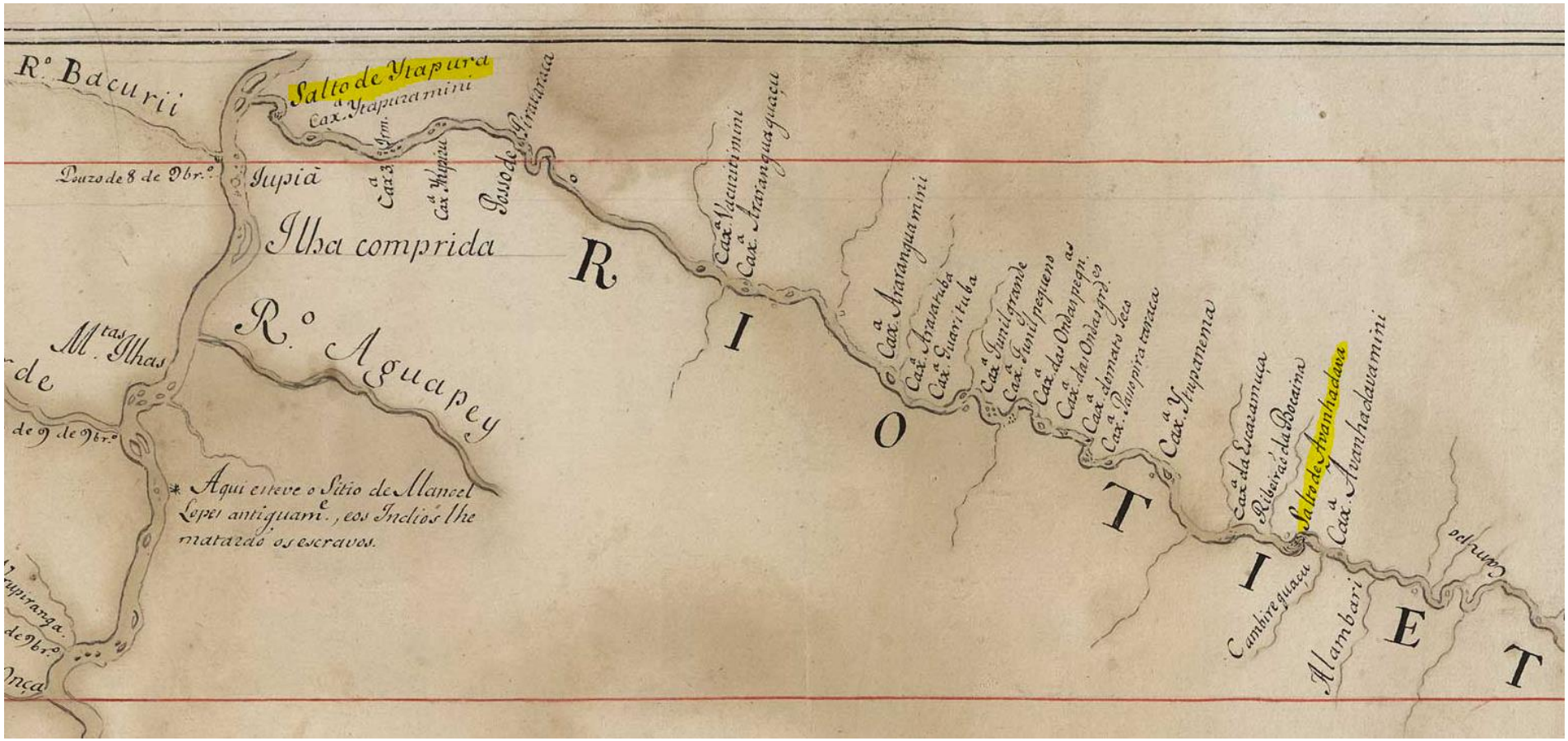
Figura 29: “Demonstraçam topographica do curso do Rio Tieté desde a Cidade de S. Paulo, thé a confluencia que forma com o Rio Paraná, & desta thé a Barra do Rio Ygatemi, & a direção deste, thé as suas origens”. Coleção Morgado de Mateus, desenhado a nanquim, [17--].



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro[96], editado pelo autor, 2019.

[96] Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033421/cart1033421.html. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 30: Detalhe figura anterior. Em destaque – Salto de Ytapura, Salto de Avanhandava.



Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, editado pelo autor, 2019.

1.2 O Tietê e os Saltos do Itapura e Avanhandava.

De tarde, quando o sol poucos brilhos expande,
Sósinho, a meditar em tanto não sei quê,
Tomo o rumo da Luz, vou até à Ponte Grande,
Afim de conversar com o meu velho Tietê...

[...]

Refere-se às Monções que elle, soberbamente,
Tantas vezes levou, na faina das conquistas,
Escutando pulsar o coração valente
Daquela geração de valentes paulistas!

[...]

E a Cidade crescia. Ora os paes em que pensam?
Elle, vendo-a crescer, dava-lhe mais ternura,
Quando a filha jovial vinha pedir-lhe bençam;
Mas agora cresceu; nunca mais o procura!

E, por isso, arrastando o lamento das aguas,
De parcel em parcel, de cachão em cachão,
Vai levando no seio outro rio de maguas,
Ao qual não sobredoura a espuma da ilusão.

Meu ingênuo Tietê! O progresso o apavora!
Por toda a parte vê traves e encanamento,
E, por isso, a tremer, todo nervoso, implora
Que lhe não vão tapar o azul do firmamento!

Que importa a ingratidão da Cidade querida
Que, de longe, lhe mostra os altivos torreões?
Emquanto elle tiver uma gotta de vida
Ha de beijar-lhe os pés, cheio de commoções!

[...]

Antes nunca deixasse o veio transparente
Em que um dia nasceu e até hoje bemdiz!
Ah! corrente fatal ah teimosa corrente,
Que o fez grande demais para ser infeliz!

O Tietê, Baptista Cepellos, 1911 [97]

[97] CEPELLOS, Baptista. *Os Bandeirantes.* 3ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1911, p. 49-52.

> O aproveitamento dos rios brasileiros para a navegação andou sempre muito aquém das possibilidades que à primeira vista oferece a nossa rede hidrográfica. É certo, no entanto, que fora da Amazônia raramente chegaram aqueles cursos d'água a representar caminho ideal para transportes a longa distância. A tanto se contrapunham estorvos de toda ordem, que só se atalhavam com expedientes já em uso entre os antigos naturais da terra, longamente habituados a tais embaraços. À influência indígena, decisiva até nesse particular, deveu-se o recurso em larga escala à canoa de casca, indicada, segundo alguns, nos rios de cachoeiras. Podendo ir à siga e varar por terra com facilidade, chegou ela a ser grande préstimo na exploração do nosso território. [98]

É com a passagem acima que Sérgio Buarque de Holanda (re)inicia o capítulo intitulado "*O transporte fluvial",*[99] de seu livro *Monções* que completa em 2020 setenta e cinco anos de sua primeira publicação. O trecho destacado indica a presença de "estorvos de toda ordem" que se opõem à navegação fluvial, e neste caso, explicitamos aqui a árdua navegação do rio Tietê. Destas grandes dificuldades, duas permeiam a descrição de viagens desde o século XVII: os temidos e majestosos Saltos do Itapura e Avanhandava.

O Tietê nasce na Serra do Mar próximo à atual cidade de Salesópolis, distante aproximadamente vinte quilômetros do oceano Atlântico, e em altitude que ultrapassa os 1000 metros, corre para o interior do Estado, e deságua no rio Paraná:

> Basta lembrar que somente há pouco tempo foi rigorosamente determinado e localizado o manadeiro do rio. Sabia-se que era no sítio denominado Pedra Rajada, no município de Salesópolis, mas a confirmação foi estabelecida em fins de 1953 [...]. As nascentes do Tietê estão a 25 quilômetros daquela cidade paulista, em terras [...] diante da casa da fazendola, no valezinho formado por três abas de morros, debaixo de duas grandes pedras sobrepostas, flui o olho de água que, não muito longe, pela confluência de córregos e riachos, será o Rio das Monções. Faz-se ribeirão e, de repente, desvia-se para o interior, começando o longo trajeto de mil e trezentos quilômetros, no rumo noroeste, cortando obliquamente quase todo o território paulista.[100]

O rio é elemento de fixação, a fertilidade dos solos aluviais, a abundância da caça e da pesca, a disponibilidade de argilas, o suprimento de água que se pode beber, tudo isso estabilizava o homem primitivo e este acabou criando suas raízes à beira-rio. Pode-se dizer que as antigas civilizações foram ribeirinhas, e ainda hoje, as cidades que não são litorâneas, se erguem ou procuram se erguer junto aos rios para o abastecimento de água doce. Porém, o rio também tem sua função de transporte e movimento. A navegação fluvial que, durante séculos se constituiu como, se não o principal, um dos mais relevantes meios de transporte.

---

[98] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista.* Organização Laura de Mello Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 247. (grifo nosso).

[99] Publicado pela primeira vez em 1945, Sérgio Buarque de Holanda reescreveu os capítulos de *Monções*, e o fragmento inicial exposto aqui é a versão reescrita. A nova versão foi aumentada significativamente e só se deu ao público postumamente, na terceira edição de *Monções,* em 1990. "Comparando-se a versão original deste capítulo com a reescrita, percebe-se que são semelhantes. Sérgio Buarque de Holanda fez algumas alterações no texto, procurando melhorá-lo, como era seu costume. Em outras passagens, porém, nota-se que ele incorporou informações novas. Provavelmente seu cargo como diretor do Museu Paulista (entre 1945 e 1958) e a bolsa que obteve da Fapesp em 1965, quando era professor da Universidade de São Paulo, facilitaram o acesso a documentos e fontes raras e/ou inéditas no estudo da expansão paulista." (Nota de rodapé - HOLANDA, 2014, p. 270-271).

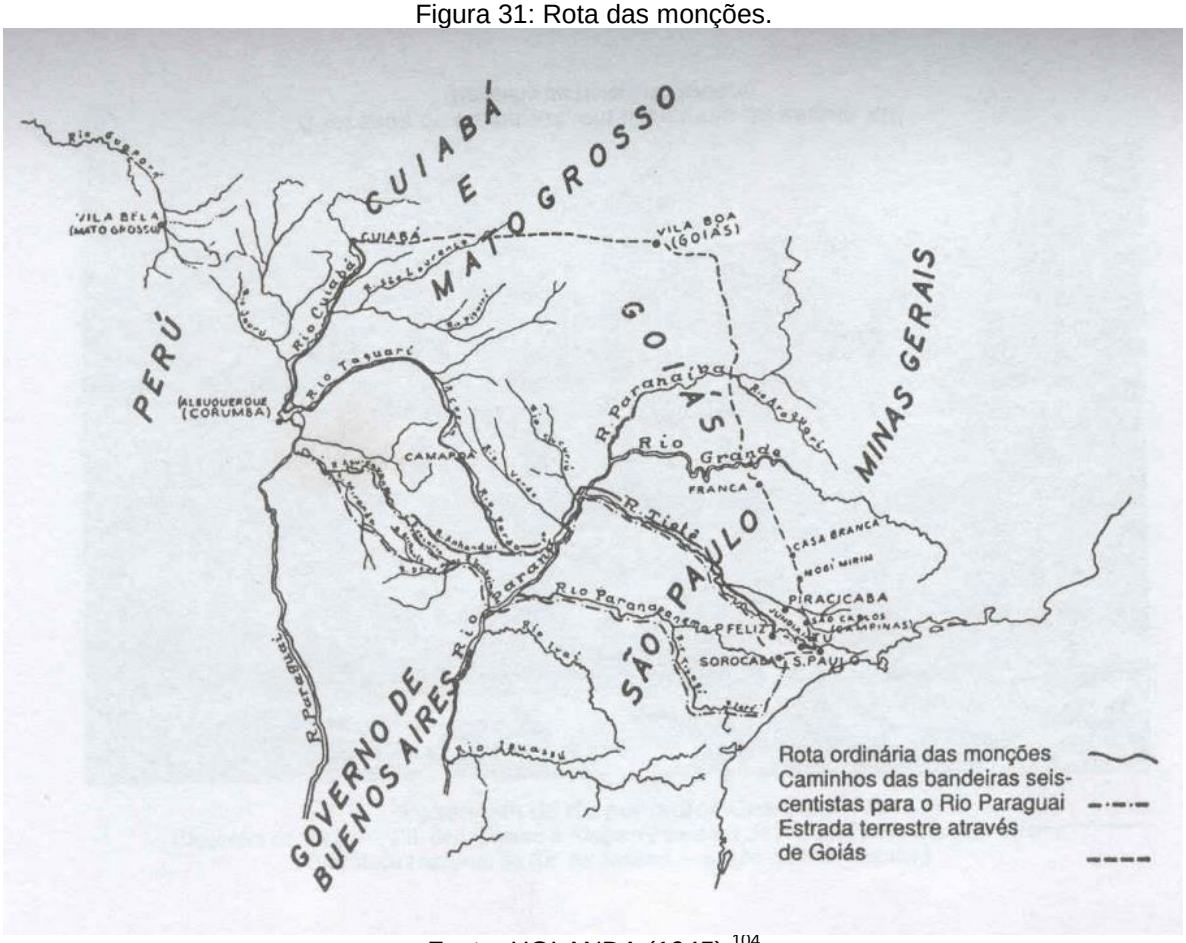
[100] NÓBREGA, 1978, p. 47.

As redes hidrográficas no Brasil (e pelo que se sabe em grande parte do mundo) exerceram na orientação dos fluxos migratórios primitivos, e na expansão dos povos, indiscutível influência. E com o rio Tietê não foi diferente. É difícil imaginar a história da expansão paulista, e mesmo brasileira, sem menção honrosa ao Tietê. Em suma, foi este rio que permitiu algumas bandeiras e as monções; até, posteriormente, as estradas muares, o advento do barco a vapor e, ainda, a ferrovia dominar o cenário do transporte na história do estado. Segundo Nóbrega "A disposição geral do relevo do território brasileiro determinou o traçado de seus grandes rios e, consequentemente, a história de sua colonização".[101] A carta hidrográfica brasileira é ímpar na composição e na particularidade de que todas as correntes fluviais, com exceção apenas das tributárias do sistema platino, correm em direção ao litoral ou procuram dele aproximar-se. Assim, apenas os formadores dos rios brasileiros que se fundem para abrir o estuário platino correm em sentido diverso, aparentemente paradoxal, da periferia para o interior.[102] Dessa maneira, é indiscutível que a bacia do rio da Prata exerceu papel relevante nas primeiras incursões colonizadoras, muito embora não tenha rios favoráveis à navegação.

Devido ao percurso contrário à costa, o antigo Anhembi atraiu indígenas, exploradores, bandeirantes e cientistas, como desafio a se vencer. Com função de comunicação, comercial, política e estratégica, desde os primeiros movimentos para o ocidente da antiga colônia portuguesa foi muito explorado, estudado, mapeado em extensas, arriscadas, penosas, e por vezes catastróficas viagens. Elemento de contato, fixador de populações em postos e povoações ao longo de seu vale, condicionante de novas atividades no planalto ocidental paulista; mistura de etnias e conflitos culturais, foi sobre as águas do rio Tietê, a bordo de canoas monóxilas, canoões, pirogas, ou outras embarcações, entre as margens de vilas como Araritaguaba (Porto Feliz) que se inscreveu um "autêntico drama histórico a que não faltam aspectos de tragédia grega."[103] Não se propõe aqui o romantismo literário, entrar profundamente em aspectos da historiografia tradicionalista paulista, ou mesmo a investigação da "mitologia bandeirante", onde este era visto como herói, fundador de nacionalidade e símbolo paulista. Pretende-se, porém, frisar que o Tietê era considerado rio de difícil e penosa navegação.

[101] NÓBREGA, 1978, p. 20.
[102] Ibidem, p. 20.
[103] ARROYO, Leonardo. *Tietê-rio, homem e livro. Prefácio.* In: NÓBREGA, 1978, p. XV-XVI.

Figura 31: Rota das monções.



Fonte: HOLANDA (1945).[104]

As numerosas corredeiras, cachoeiras, e itaipavas, frequentemente variam na descrição dos mais antigos viajantes do Tietê. Aparentava a relação com o volume de água ao leito do rio: quanto mais cheio, em tempos de chuva – menos acidentes; quanto mais vazio, épocas de seca – mais acidentes. Teotônio José Juzarte, em 1769 registrou 46 obstáculos, de Araritaguaba à foz do rio Tietê. Um passageiro de monção, identificado por Afonso d'Escragnolle Taunay como sendo Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, em 1784 descreveu 61 acidentes. Gervasio Leite Ribeiro, que viajara com o capitão-general Rodrigo Cesar de Meneses, registra o elevado número de 160 acidentes entre corredeiras, itaipavas, cachoeiras, saltos e contra-saltos, despenhadeiros, funis, jupiás, tucunduvas. Em 1786, Cândido Xavier de Almeida e Sousa apontava 75 acidentes.[105]

Para Arroyo,[106] o que torna o Tietê e suas relações com os povoadores fenômeno excepcionalmente original é justamente o conflito que ele estabelece com os fatos da geografia humana – como podia então este rio, de tão difícil navegação, tão adverso no convívio e nas necessidades do povoador, servir de instrumento de penetração para o interior? Ora, não é

[104] Apud: PEREIRA, Sonia Maria Couto. Etnografia e iconografia nos registros produzidos por Hércules Florence durante a Expedição Langsdorff na Província do Mato Grosso (1826-1829). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2008, p. 49.
[105] NÓBREGA, 1978, p. XVIII.
[106] In: NÓBREGA, 1978, p. XVIII.

questão de fácil resposta, mas de certa maneira, a escolha pela navegação fluvial esteve vinculada a um período de deficiência, ou mesmo inexistência, dos outros meios de transporte.

Vários autores falaram sobre a importância de o rio Tietê correr para o oeste. Segundo Alfredo Ellis Júnior [107] "De ordinário se faz ideia de que a bandeira se valeu muito da facilidade do sistema potamográfico paulista, orientado para Oeste". Segundo Teodoro Sampaio [108] "rio cujas nascentes mais se aproximam do litoral que, [...] era estrada natural e admirável, por onde era possível chegar ao íntimo de nossa terra".

> A geografia local de Piratininga era um convite tácito. O Tietê corria para o interior, para os sertões. O planalto um divisor de águas de uma relevância ímpar. De um lado, olhava para o oceano, muito próximo, marulhante, que significava contacto e dependência da metrópole. Do outro, dominava o sertão. Acenava com as conquistas maravilhosas [...] A própria posição geográfica indicava o sentido da nova etapa. É quando começa o ciclo das monções. [109]

É interessante mencionar os relatos de Saint-Hilaire[110] (escritos no começo do século XIX) sobre sua *"Viagem à Província de São Paulo"*, em que narra o período de "descoberta" do ouro na região de Cuiabá (início do séc. XVIII), e a migração de paulistas através do rio Tietê:

> Desde o tempo em que os paulistas tinham começado a percorrer os desertos, alguns dos seus bandos, passando de um rio para outro, atravessando infinidade de catadupas, passando por pantanais insalubres, guerreando constantemente hordas de selvagens, alcançaram o rio Paraguai e as vastas regiões regadas pelos seus afluentes. No ano de 1718, Antônio Pires de Campos, o mais terrível dos exterminadores de indígenas, subiu o rio Cuiabá, para conquistar a valorosa tribo dos *curhipós.* Estava ele por demais preocupado com a apreensão de escravos, para se interessar por qualquer coisa. A honra de descobrir os tesouros dessas terras que percorria estava reservada a Pacoal Moreira Cabral, outro destemido desbravador dos desertos, que seguia suas pegadas. Pascoal, subindo o rio Cuxipó-Mirim, viu grãos de ouro brilhar em meio das areias das margens deste rio. [...]
>
> Um outro bando, que percorria também os desertos, foi levado, por acaso, ao local em que acampara o primeiro. Era constituído também por paulistas, que se reuniram com Pascoal e seus companheiros, perfazendo, juntos, um grupo de vinte pessoas. Depois de reunidos, resolveram enviar um emissário a São Paulo, para avisar o governador do que ocorria e receber ordens. A título provisório, elegeram Pascoal por chefe [...] que soube fazer-se querido dos mesmos, guiando-os com grande prudência, desde o ano de 1719, até o de 1723, época em que foi substituído por dois magistrados enviados por Dr. Rodrigo César de Meneses, governador de São Paulo.

---

[107] Citado por: NÓBREGA, 1978, p. 25.

[108] Citado por: NÓBREGA, 1978, p. 25.

[109] SODRÉ, Nelson Werneck, 1941, citado por: NÓBREGA, 1978, p. 24.

[110] Auguste de Saint-Hilaire era um botânico e naturalista "a quem se deve as tão célebres narrativas de viagens realizadas em nossa terra de 1816 a 1822 e livros absolutamente notáveis pela valia científica e a probidade dos informes, como não há quem ignore. Na primeira viagem a São Paulo, viera de Goiás depois de atravessar o Triângulo Mineiro. Na segunda resolveu ir do Rio de Janeiro a Minas, passando pelo registro do Rio Preto, Barbacena, São João d'El-Rei, Aiuruoca, Baependi e Pouso Alto, para depois, descendo a Mantiqueira, chegar a Cachoeira e Guaratinguetá. Daí tomaria o rumo de Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes e, afinal, São Paulo. Na viagem de volta foi-lhe este o itinerário: Mogi das Cruzes, Nossa Senhora da Escada, Jacareí, Taubaté. Desta última rumou em direção à capital brasileira, por Aparecida, Guaratinguetá, Areias, Bananal, São João Marcos, Itaguaí e Santa Cruz." In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo.* Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros, 2002, p. 9-10.

> Logo que São Paulo se soube das descobertas de Pascoal e de seus companheiros nas vizinhanças de Cuiabá, jovens e velhos paulistas partiram para a região que tantas riquezas prometia. Divididos em diversos bandos, embarcaram pelo rio Tietê e outros rios, pensando, unicamente, no fim da viagem. A ambição de tal forma os cegava, que não se preocupavam com o que lhes seria necessário, nem com os perigos que iam afrontar, pelo que não tomaram, nesse sentido, nenhuma das mais indispensáveis precauções. Foram atacados por febres em meio dos pantanais, e não possuíam medicamentos; devendo durar alguns meses sua travessia pelos desertos, seus mantimentos eram escassos. [...] Faltavam-lhe todos os recursos para tão arrojada empresa; e a fome, as doenças e as horríveis fadigas fizeram perecer grande número deles, sucumbindo outros nas lutas com os selvagens. Só chegou a Cuiabá um minguado número desses infelizes, depauperados, macilentos, mal podendo tomar parte nos trabalhos dos que os haviam precedido. Tão funesto exemplo não deteve as emigrações. [...] Durante muitos anos, homens atormentados pelo desejo de adquirir riquezas partiram para Cuiabá [...].[111]

Dessa maneira a importância do rio Tietê se definiu, principalmente, na época do descobrimento do ouro em Goiás e Mato Grosso, quando a rede fluvial, diretamente ou por meio de varadouros, abriria a vastidão de novas terras. E nessa rede comunicativa, o Tietê se impôs como estrada principal, apesar de todas as dificuldades que lhe perturbam o curso. Foi uma corrida para o Mato Grosso. A 16 de julho de 1726 partia de Araritaguaba uma das maiores monções, chefiada pelo Capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, composta por 308 canoas e 3 mil pessoas aproximadamente, entre soldados, pilotos navegadores, aventureiros, que iam tentar fortuna nas lavras do Cuiabá: e o "Tietê coalhou-se, como nunca, de canoões armados à pressa e que se iam dispersando no pedregal das itapevas".[112]

Porém nas primeiras décadas do século XIX, prosseguiu o tráfego para Cuiabá via rio Tietê cada vez mais escasso. Novamente, Saint-Hilaire em 1819, descreve que a navegação deste rio relacionada ao comércio já estava sendo abandonada havia alguns anos, em substituição às tropas de muares. Em seus comentários é possível notar a perda da importância, que anteriormente tivera Porto Feliz:

> Na ocasião de minha viagem, já havia quinze anos que a mesma estava sendo desprezada [sobre as rotas fluviais comerciais - de São Paulo a Cuiabá] e depois de três anos os viajantes a renunciaram completamente. Da mesma só servia o govêrno, algumas vêzes, para o transporte, a Mato Grosso, de tropas ou munições de guerra. Alguns meses antes da minha passagem por Pôrto Feliz, uma expedição dêsse gênero tinha sido realizada. Não foram as fadigas e as dificuldades da viagem que desgostaram os viajantes; se os costumes dos paulistas tinham se abrandado, não haviam êles, entretanto, perdido, seja o espírito empreendedor seja a intrepidez: as viagens pelo Tietê o Paraná e o Camapuan foram substituídas por outras que não são muito menos penosas, mas que deixam maiores lucros. Parte-se de São Paulo com mulas carregadas; passa-se por Goiaz, e, chegando-se a Mato Grosso, as mercadorias transportadas são vendidas [...].
>
> Antes de chegar a Porto Feliz não sabia eu da pequena importância que desde então tinha a navegação pelo Tietê; esperava encontrar ali pouco mais ou menos o mesmo movimento que há em nossas pequenas cidades situadas à margem dos

[111] SAINT-HILAIRE, 2002, p. 174-176.
[112] NÓBREGA, 1978, p. 63.

> rios, por menos consideráveis que sejam; mas, minha imaginação ficou infinitamente aquém da verdade.[113]

Desse modo, o ciclo do muar foi se impondo e a disponibilidade de animais de carga se tornou abundante, caindo assim verticalmente a utilização do rio Tietê pelos comerciantes, pelos povoadores, pelos viajantes, aventureiros, e pelo pessoal da administração da Coroa, encarregada dos impostos, os chamados 'quintos'. Reduzindo assim o movimento das embarcações quase que exclusivamente para o transporte de utensílios, carga, tropas e munições para Mato Grosso. O advento do ciclo do muar aconteceu concomitantemente à queda da extração do ouro em Cuiabá.[114] Desta maneira, houve intensa substituição do quadro econômico da região interior. Aqueles que descobriram o ouro assistiram ao declínio de sua extração. Fundaram algumas vilas, as quais fixaram os povoadores e estes começaram a produzir, consumir, e a criar gado para a população local cada vez mais crescente. Logo, tiveram que modificar a economia de extração para a economia de troca, garantindo-lhes a continuidade do trabalho.

Com o passar do tempo, e o surgimento das novas vias de comércio, muitos proeiros e práticos acabaram abandonando o caminho fluvial de Porto Feliz a Cuiabá. Isto significou sério abalo nas tradicionais monções comerciais, e uma das causas de sua decadência, já no final do século XVIII. Desde então, e especialmente, depois da independência, as viagens fluviais tornaram-se cada vez mais escassas, até desaparecem completamente por volta de 1838.[115] A partir de então, salvo em pequenos trajetos navegáveis, em que foi buscado o estabelecimento de linhas regulares à vapores, o Tietê só foi percorrido por expedições científicas. Trataremos adiante de dois atos do governo imperial que tentaram reavivar, por algum período, o movimento da navegação tietana e a ocupação das regiões – as duas colônias militares instaladas próximas aos Saltos do Itapura e Avanhandava.

1.2.1 Os Saltos do Avanhandava e Itapura na cartografia e iconografia paulista.

Várias incursões que acompanharam os rios do sistema potamográfico paulista descreviam cachoeiras, bariris[116] e saltos, além das grandes distâncias percorridas. Sobre as dificuldades de navegação no Tietê, dizia Taunay:

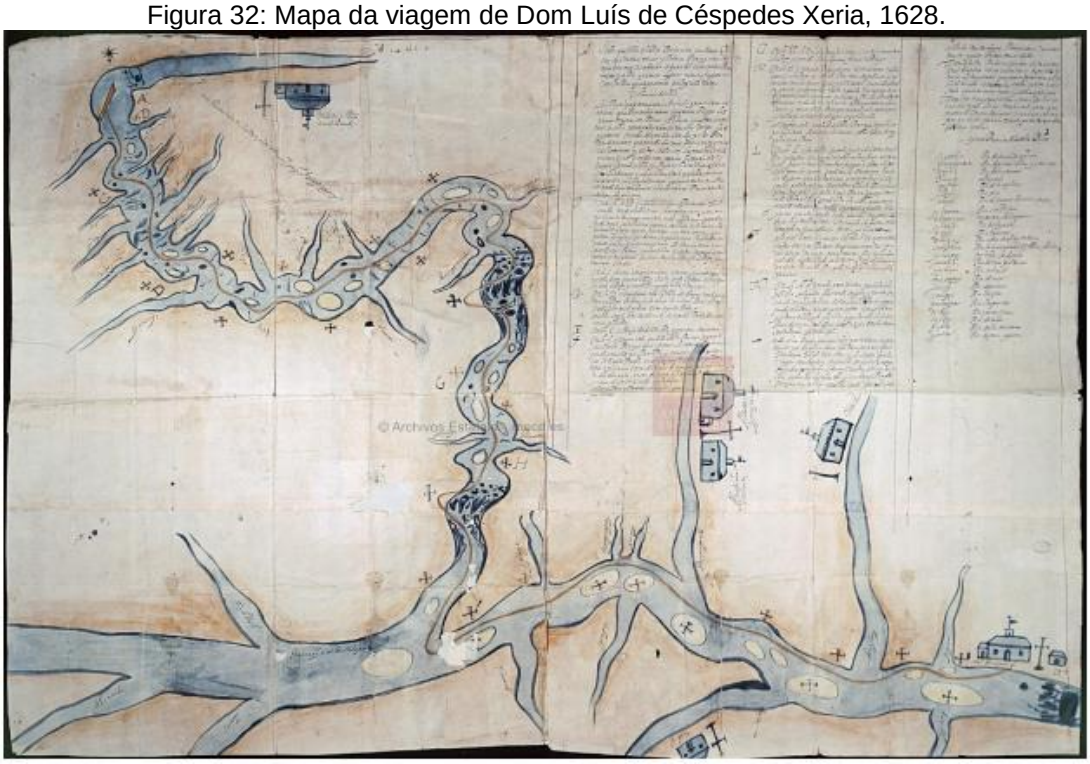
> No conjunto das vias de penetração do Brasil ignoto e selvagem, nenhum tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê tão notável realce empresta. Está o nome do grande rio de São Paulo, tributário do Paraná, indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do imenso Brasil ocidental. [...] Inçado de dificuldades, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a providência propositalmente lhe tornará áspero e penoso o vencimento do dilatado

[113] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Provincia de São Paulo. Direção de Rubens Borba de Moraes. Biblioteca História Brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 243-244.
[114] ARROYO In: NÓBREGA, 1978, p. XX-XXI.
[115] HOLANDA, 2014, p. 53.
[116] Corrente veloz das águas dos rios em trechos onde há sensível diferença de nível; corredeira, declive no leito do rio.

> curso [...]. A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos instransponíveis às embarcações, como os de Itu, Avanhandava, e Itapura.[117]

O Salto do Avanhandava e do Itapura figuram talvez, em um dos mais antigos e pitorescos documentos cartográficos do território paulista, o célebre *"Mapa apresentado à Sua Majestade por D. Luís de Céspedes Xeria, para la mejor inteligência del viagem que hizo desde la Vila de San Pablo del Brasil à la Ciudad Real del Guayrá"* [118]*:*

Figura 32: Mapa da viagem de Dom Luís de Céspedes Xeria, 1628.



Fonte: CINTRA; BEIER; RABELO (2018, p.6).[119]

A figura representa o mapa da viagem realizada por D. Luis de Céspedes Xeria, capitão-general do Paraguai, datado de 1628, saído do porto que chamou de Nossa Senhora de Atocha (provavelmente próximo de onde, mais tarde, seria fundada a povoação de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araraitaguaba, hoje Porto Feliz) com destino à Cidade Real do Guairá. Segundo Taunay (1975, p. 106) "Este mapa, mero roteiro ou topografia como no tempo se chamava, é talvez a mais antiga carta conhecida de penetração do Brasil, e certamente o primeiro documento existente da nomenclatura geográfica [...] Está cheio de denominações até hoje persistentes".[120] E ainda, para Nóbrega,[121] inaugura-se com tal viagem, o levantamento cartográfico do rio que iria

[117] TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *História das Bandeiras paulistas.* Relatos Monçoeiros. São Paulo: Edições Melhoramentos, 3ª ed., Tomo III, 1975, p. 7.

[118] Original existente no Arquivo Geral das índias em Sevilha onde o encontrou Pablo Pastells. Colorido. Mede 1,89x 0,79m. Afonso de E. Taunay mandou copiá-lo pelo cartógrafo Santiago Montero Diaz, em 1917, para a mapoteca do Museu Paulista. Publicado em 1922 na *"Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga",* vol.1. Cf: NÓBREGA, 1978.

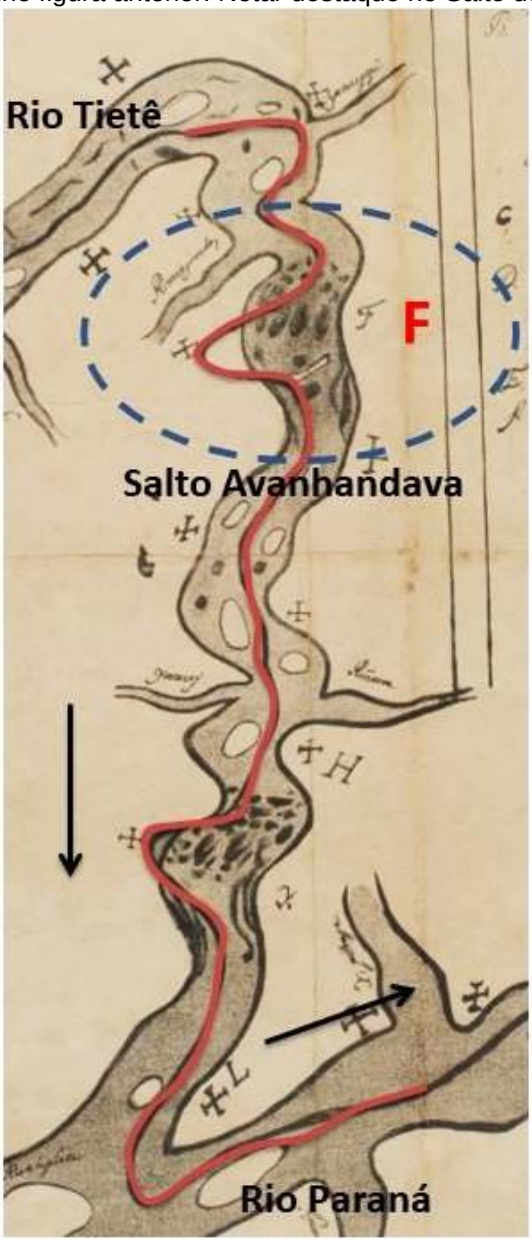
[119] CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, São Paulo, vol. *26*, e33, p. 1-53, 2018.

[120] TAUNAY, 1975, p. 106.

[121] NÓBREGA, 1978, p. 41.

ser ultimado somente em 1905 pelos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

Figura 33: Detalhe figura anterior. Notar destaque no Salto do Avanhandava.



Fonte: CINTRA, BEIER, RABELO (2018, p.6); composição do autor, 2019.

Com a figura acima é possível notar em destaque (círculo tracejado azul) o Salto do Avanhandava. As flechas em cor preta indicam a direção da navegação, em sentido favorável às águas do rio Tietê e, posteriormente, Paraná. Observar o caminho em vermelho que, ao se aproximar do Salto do Avanhandava, desvia-se do rio e passa por terra – seria a representação do processo de varação do salto. Juntamente com o mapa, havia os “Dizeres que o acompanham” – cada letra representa local específico, transcreve-se aqui, a passagem realizada pelo Salto do Avanhandava (letra F):

> *en la F, es um gran salto que haze el Rio por sima de grandíssimas peñas, por cuya causa sacamos las canoas por tierra por ser impusible yr por el Rio y se bajaron dos mil passos. Su nombre próprio es abayandaua donde se nos atrabeso*

> *una canoa entre dos peñas despues de aver laborado los dichos passos sin ser poderoso a poderlas sacar con cinquenta yndios y los dos los que veniamos acomodámonos lo mejor que pudimos.*[122]

A partir dessa investigação, fica claro que o autor está descrevendo o Salto do Avanhandava. Ao mencionar "*gran salto"* e "*sacamos las canoas por tierra";* refere-se ao trabalho de varação do salto, lugar em que perdeu uma de suas canoas, presa em meio às rochas. E ao indicar "*su nombre próprio es abayandaua"* corresponde ao topônimo Avanhandava.

Na citação abaixo, Céspedes Xeria refere-se ao Salto do Itapura:

> *en la H, es un salto peligrossimo donde sacamos de las canoas la ropa y comida por sima de peñascos y corrientes mas de media legua y adviertase que des de el salto grande de abayandava hasta aqueste de tapira todos los dias desnudos y embujando para las canoas y teniendolas per que no se haziessem pedasos y otras veses echandolas alagua con palancas.*[123]

Nesta passagem, "*salto peligrossimo, donde sacamos de las canoas la ropa y comida por sima de peñascos y corrientes"*, indica Itapura e o processo de varação, antes da desembocadura no rio Paraná. Novamente vê-se a expressão "*salto grande de abayandava"* (Salto do Avanhandava). O mapa[124] deixa claro que a navegação do rio Tietê e Paraná era algo comum em princípios do século XVII, assim como as descrições do Salto do Avanhandava e Itapura evidenciam a importância dos locais de extrema dificuldade para os navegantes.

As monções do século XVIII eram jornadas ou expedições fluviais saídas de Porto Feliz, rumo ao oeste durante o período colonial. Seguramente documentado é o "Diário de Navegação"[125] escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, em que descreve de maneira vívida e minuciosa o roteiro fluvial, a técnica de construção das embarcações, a forma de navegar e as venturas e desventuras da monção que partiu da Freguesia de Nossa Senhora da Pena de Araritaguaba (atual Porto Feliz), às margens do Tietê, no ano de 1769, com destino à Praça do Forte Iguatemi (atual Mato Grosso do Sul), às margens do rio de mesmo nome. Juzarte recebera de Morgado de Mateus, que o escolhera para comandar a monção a seguinte recomendação: "Não se esqueça vosmecê de fazer o diário que tenho recomendado e lançar em planta todos os rios, todos os países e todas as cousas mais notáveis que se tiverem descobrido".[126] Afonso d'E. Taunay afirma sobre o álbum de desenhos de Juzarte "se assim é exato serão essas peças os mais antigos documentos iconográficos monçoeiros de que temos notícia".[127]

---

[122] Dizeres de Céspedes Xeria que acompanham o mapa. In: TAUNAY, 1975, p. 112 (grifo nosso).
[123] TAUNAY, 1975, p. 112 (grifo nosso).
[124] Aqui evidenciamos somente os Saltos do Avanhandava e Itapura, porém para saber mais sobre o célebre Mapa de Céspedes Xeria e suas versões ver: CINTRA; BEIER; RABELO, 2018, p. 1-53; e também CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista. Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v 19, n. 1, p. 81-109, jan-jun. 2011.
[125] SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.) *Diário de navegação* – Teotônio José Juzarte. São Paulo: Edusp. Imprensa Oficial, 2000.
[126] Ibidem, p. 13.
[127] Ibidem, p. 13.

Novamente aparecem os Saltos de Avanhandava e Itapura, enfatizando Juzarte, sobre os riscos, os perigos e a violência das águas, verdadeiras barreiras à navegação. Transpassar tais saltos via fluvial era impossível. “Era o arrastamento de pesadíssimas canoas através de picadas íngremes, abertas a beira-rio, sobre rolões de madeira, à força de bimbarras, com o desembarque e reembarque das armas e mantimentos.”[128]

Figura 34: Prospecto do Salto do Avanhandava, 1769. Juzarte assinalou, no lado esquerdo, o lugar onde as canoas embicaram em terra para passar pelo varadouro com muito trabalho; e abaixo, o lugar onde as canoas foram recolocadas no rio para seguir viagem.



Fonte: SOUSA; MAKINO, 2000, p. 385.

Juzarte ao narrar a viagem na manhã de 24 de abril de 1769, escreve sobre a varação:

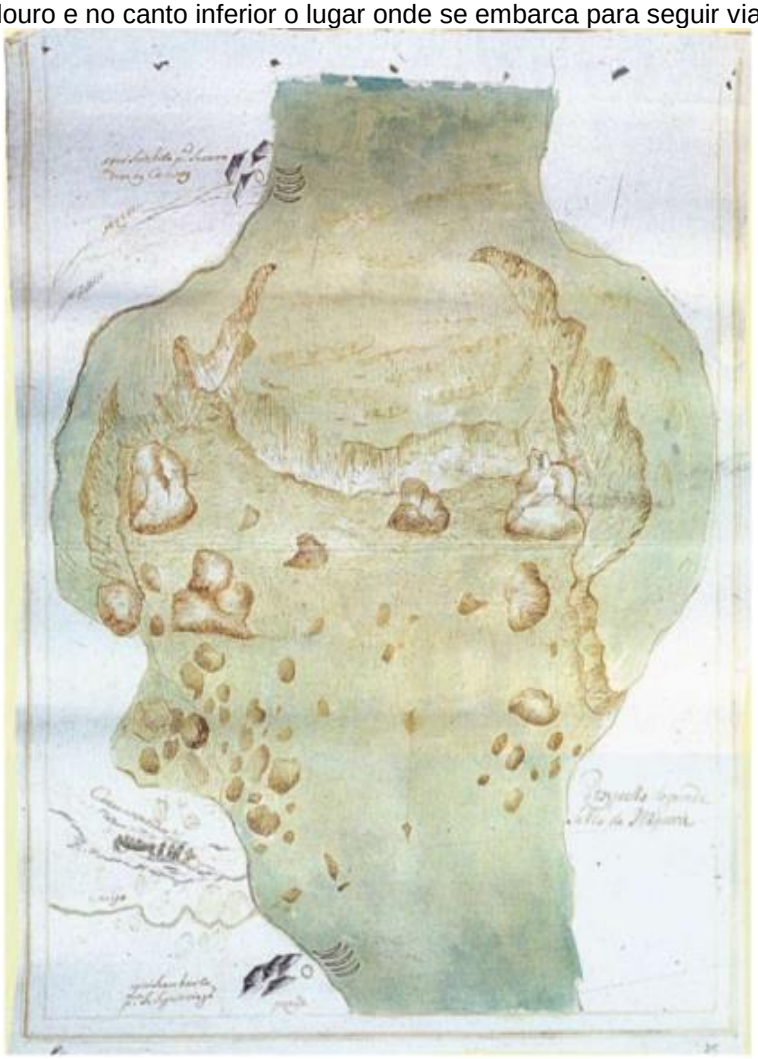
> [...] fomos procurar o grande, o perigoso salto de Avanhandava, que quer dizer em português onde correm os homens, e acima dele na distância de cem braças embicaram as canoas em terra com muito risco, porque as águas neste lugar puxam com tal violência para se despenharem por este salto abaixo, que escapando por ele nunca mais se viu, nem gente, nem a mesma embarcação que escapar, aqui se descarregou toda a expedição e se passa por terra tudo; neste trabalho se gastou todo este dia sem que alguém descansasse [...]. [129]

Sobre a beleza do lugar, sentimentos de encanto e medo:

[128] NÓBREGA, 1978, p. 81.
[129] In: SOUSA; MAKINO, 2000, p. 40

> É este salto de Avanhandava uma obra da natureza cuja altura excede a cinquenta braças que, despenhando-se por ele copiosas águas ao ponto que faz uma agradável vista e figura, causa pavor e medo, porque fazendo várias figuras, em umas partes à imitação de degraus de sepulcro, em outras fazendo vários redemoinhos pendurados pelo ar, em outras formando grossas e dilatadas fontes à maneira de chafarizes, que é tal a bulha que para se ouvirem os homens uns aos outros é necessário gritar; além disso se experimenta nesta paragem um granizo continuado à maneira de chuva, que levanta, pela monstruosidade de águas que se despenham [...] tem neste espaço suas ilhas pequenas da figura de penínsulas com suas árvores, as quais se acham cheias de musgos, que na verdade figuram uma deliciosa cascata.[130]

Figura 35: Prospecto do Salto do Itapura, 1769. Notar, no lado esquerdo, o lugar onde as canoas embicaram em terra para passar pelo varadouro; logo abaixo, desenhou homens arrastando uma canoa no varadouro e no canto inferior o lugar onde se embarca para seguir viagem.



Fonte: SOUSA; MAKINO, 2000, p. 394.

Sobre Itapura, Juzarte no dia 5 de maio, descreve a varação:

> [...] a poucas voltas do rio chegamos ao famoso e grande salto de Itapura-guaçu, que quer dizer em português onde faz ponta a pedra grande, e de muito longe se ouve uma grande bulha, e fumaça, que fazem as águas ao despenhar-se, embicamos em terra longe deste salto à distância de quarenta braças, e se cuidou em descarregar as embarcações para tudo se passar por terra [...]. este varadouro não é tão comprido como o outro de Avanhandava; mas é mais perigoso por ter

[130] In: SOUZA; MAKINO, 2000, p. 41-42.

> muitas pedras suas covas, subidas e descidas; aqui nos abriu uma canoa grande pelo fundo a qual conduzia.[131]

Sobre a beleza do salto do Itapura:

> É este uma majestosa obra que fabricou a natureza, que causa admiração: sua figura é de um círculo e no meio, pegado a ela, um grandioso penhasco com muitos bancos de pedra, o que tudo banha a monstruosidade de águas, que perpendicularmente caem por toda a sua circunferência [...] que olhando-se para ele causa medo, porque são tantas as figuras que formam as águas por toda a parte, além de sua grande bulha, que se assusta a gente, e fazendo sol se vê continuamente o arco-íris por causa da neblina que levanta; tem embaixo, onde as águas se ajuntam, um grande lado, o que é impenetrável pelos grandes redemoinhos e ondas que metem medo [...].[132]

Além daquela percentente às monções, existe documentação sobre os saltos nas expedições científicas realizadas durante o século XIX. Escolhe-se mencionar principalmente a iconografia elaborada pela expedição científica do Barão Georg Heinrich Von Langsdorff [133] – cônsul geral da Rússia no Rio de Janeiro, realizada entre 1821 e 1829, pelas então províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará, percorrendo desde o rio Tietê até o Amazonas. Nesta expedição, artistas e cientistas atravessaram mais de 17 mil quilômetros pelo interior do Brasil e realizaram importante inventário do país.[134] Na definição de Langsdorff, os objetivos da expedição foram "descobertas científicas, pesquisas geográficas, estatísticas e outras, estudo dos produtos ainda pouco conhecidos no comércio, coleções de todos os reinos da natureza que eu possa coletar e que possam concorrer para o enriquecimento das atuais coleções do Império."[135]

Fiel às tradições iluministas, que inauguraram no século XVIII uma área de predomínio da racionalidade e de primazia do conhecimento, a equipe multidisciplinar compreendia, além de Langsdorff, os artistas franceses Hercule Florence e Aimé-Adrian Taunay, e o alemão Johan Moritz Rugendas; os zoólogos Edouard Ménétriès, francês, e o alemão Friedrich Hasse; o astrônomo-cartógrafo russo Néster Rubtsov; e o botânico alemão Ludwig Riedel.[136] Segundo Pardim,[137] há grande complexidade no estudo desta expedição, devido ao vasto material, o que faz com que até os dias de hoje existam pesquisas com o intuito de organizar, analisar e publicar

---

[131] In: SOUSA; MAKINO, 2000, p. 49.

[132] Ibidem, p. 49-50.

[133] A expedição do século XIX foi patrocinada pelo Czar Alexandre I e teve na figura de seu líder, o Barão Langsdorff – seu ícone máximo. Membro da Academia de Ciências de Petersburgo e cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro. A figura de Lagsdorff se confunde com a expedição que carrega seu nome, foi tanto reverenciado quanto desdenhado, contemplado com a seriedade de um cientista e a extravagância de um insano. In: PARDIM, Sonia Leni Chamon. Imagens de um Rio. Um olhar sobre a iconografia do rio Tietê. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2005.

[134] WANDERLEY, Andrea C. T. *O francês Hercule Florence (1804-1877).* In: Brasiliana Fotográfica. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?p=10341. Acesso em: 05 set. 2019.

[135] KOMISSAROV, Boris. *Langsdorff: com o Brasil, para sempre*. In: EXPEDIÇÃO LANGSDORFF, Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: Gráfica Trena, 2010, p. 17. Disponível em: https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

[136] ALONSO, Ania Rodríguez. Desvelando a expedição Langsdorff. In: EXPEDIÇÃO LANGSDORFF. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: Gráfica Trena, 2010, p. 41. Disponível em: URL acima.

[137] PARDIM, Sonia Leni Chamon. *Imagens de um Rio.* Um olhar sobre a iconografia do rio Tietê. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2005.

tal documentação. Portanto o objetivo, nesta etapa, é mencionar os artistas e a iconografia que representavam os saltos de Itapura e Avanhandava.

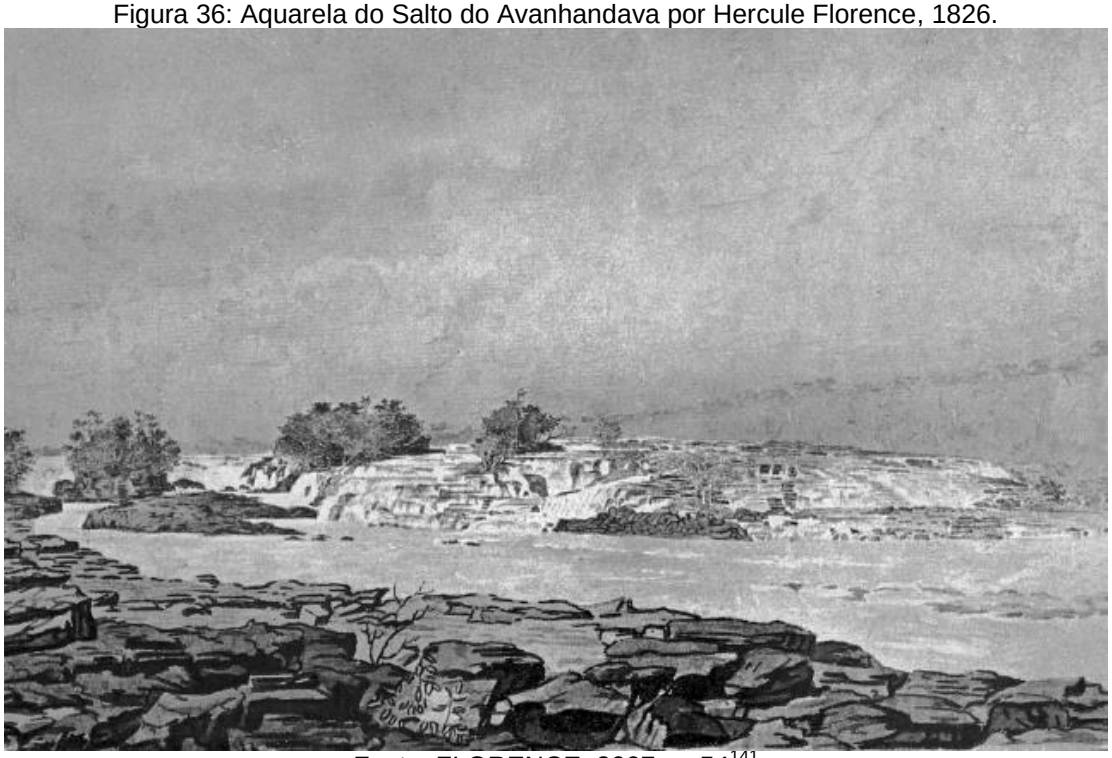
O primeiro artista a ser mencionado será Hercule Florence e sua aquarela representando o Salto do Avanhandava em 1826 (figura 36). Florence nasceu em Nice, na França, e viveu em São Paulo, quase ininterruptamente por cinquenta anos, falecendo em Campinas, em 1879. De acordo com Taunay "Tinha notáveis qualidades de observador [...] Desenhista eminente, homem de mais elevada vocação artística, foi dos mais notáveis observadores da natureza brasileira no século XIX."[138] Além de excelente desenhista, era também homem dotado de vários talentos: somava-se às suas aptidões o potencial de um brilhante cientista-inventor, não apenas executou grande número de desenhos durante sua participação na expedição (1825-1829), como também destacou-se no campo literário, publicando anotações, bastante minuciosas, que fizera durante a viagem.[139] Ainda, Antonie Hercule Romuald Florence tornou-se pioneiro na história da invenção da fotografia, cuja biografia e legado foram traçados pelo pesquisador brasileiro Boris Kossoy.[140]

[138] TAUNAY, Afonso d'E. Duas palavras como prefácio. In: FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 93, 2007.

[139] KOMISSAROV, In: EXPEDIÇÃO LANGSDORFF, 2010, p. 25.

[140] "O método fotográfico de Florence foi comprovado cientificamente pelo pesquisador brasileiro e emérito historiador da fotografia brasileira Boris Kossoy, entre 1972 e 1976. Em meados de 1976, foi testado com sucesso, nos laboratórios do Rochester Institute of Technology, nos Estados Unidos, sob a chefia do professor Thomas Hill. Foi a partir da pesquisa e do teste realizado por Kossoy, aos quais se seguiu a publicação do livro "1833: a Descoberta isolada da fotografia no Brasil". Ver também: HOLLANDA, B.; ALFONSI, D. Entrevista com Boris Kossoy. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 65, p. 495-520, setembro-dezembro 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n65/2178-1494-eh-31-65-495.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.
Ver mais em: http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=boris-kossoy e https://jornal.usp.br/cultura/boris-kossoy-lanca-livro-sobre-hercule-florence-em-nova-york/.

Figura 36: Aquarela do Salto do Avanhandava por Hercule Florence, 1826.



Fonte: FLORENCE, 2007, p. 54[141]

Assim como Juzarte, em parte, a descrição de Florence diante dos saltos é envolta no visual, no sensível e no poético, o artista frente a algo impressionante relata o pitoresco:

> O salto de Avanhandava é uma bela e majestosa catarata. [...]. À direita veem-se as águas se precipitar entre a margem umbrosa, uma ilhazinha coberta também de árvores e uns grandes penedos. Formam-se, pois, duas gargantas por onde atiram-se as massas líquidas em tal agitação e revolvimento de espumas, que densas nuvens de vapores se erguem com neblina cerrada. As águas que caem pelo lado do grande maciço de rocha não são tão revoltas: milhares de cascatinhas divididas por pontas de rochedos constituem um anfiteatro de pedra riscado por fios d'água, alva como neve. O grande maciço não se prende à margem esquerda. De permeio a eles fica uma ilha, e no intervalo lançam-se, espumantes e furiosas, espadanas de água, que se desfazem em vapores.[142]

Sobre a descrição de Langsdorff do Salto do Avanhandava:

> É difícil descrever essa maravilha da natureza, a rapidez com que aquela massa de água se transforma em espuma branca e poeira. Junto às rochas, a terra treme. O estrondo é semelhante ao de um trovão que não pára de troar. A água parece um rio de leite. Nossos artistas, o Sr. Taunay e o Sr. Florence, fizeram alguns croquis. Mas a cena é muito grande e extensa; seriam necessárias várias semanas de estudo para representar todo o espetáculo num único retrato. Não há só um salto, mas quatro ou cinco, que não podem ser vistos todos de uma vez, pois, ao se contemplar um, os outros se perdem atrás das ilhas.

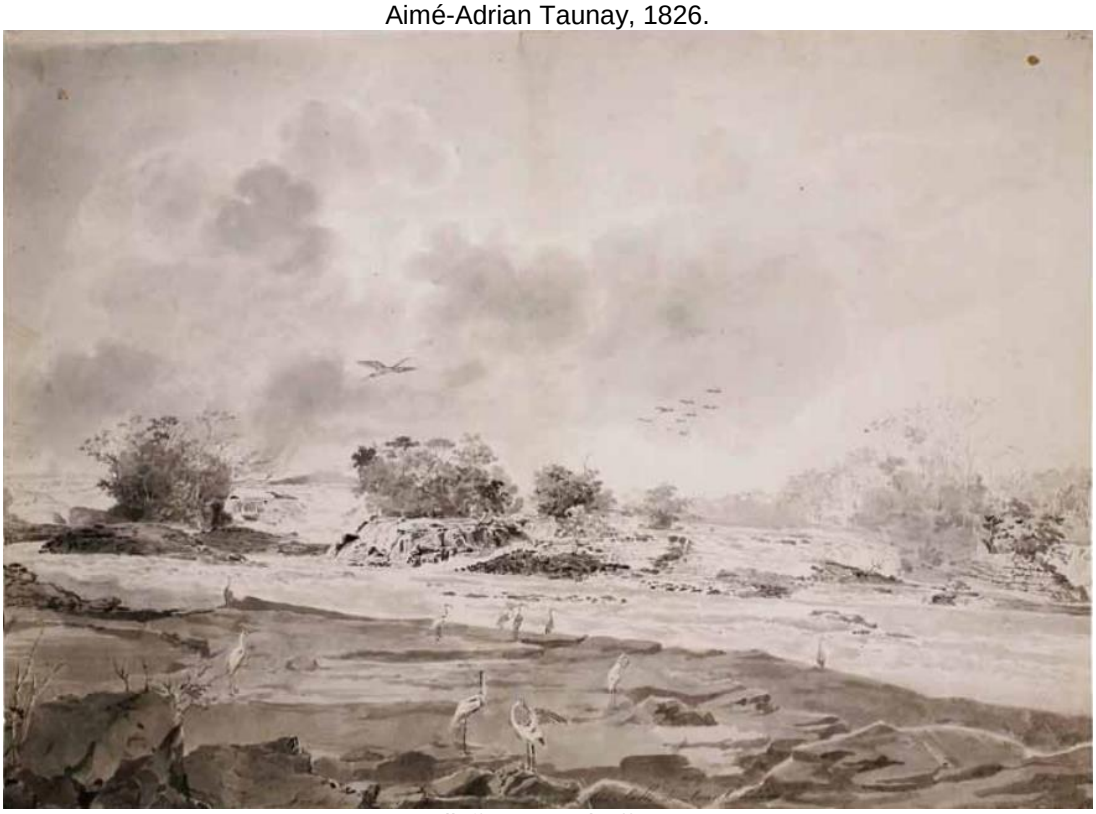
O segundo artista a ser mencionado é Aimé-Adrian Taunay, que foi convidado por Langsdorff a participar do grupo de artistas da expedição. Nascido em Paris, em 1803, Taunay chega ao Brasil aos 15 anos de idade, acompanhando seu pai, Nicolas Antoine Taunay, membro da "Missão Artística Francesa" que vem ao país em 1816. É contratado como primeiro desenhista

[141] FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.* Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 93. 2007, p. 54

[142] FLORENCE, 2007, p. 40.

em 1825, devido ao seu talento artístico e à experiência que tinha com outras expedições científicas – na Oceania e no Brasil (expedição Freycinet). Acompanha a expedição ao longo das viagens de São Paulo a Mato Grosso, fixando-se em Cuiabá por aproximadamente um ano. Dramaticamente Taunay acaba se afogando, em 1828, numa tentativa de cruzar o rio Guaporé.[143]

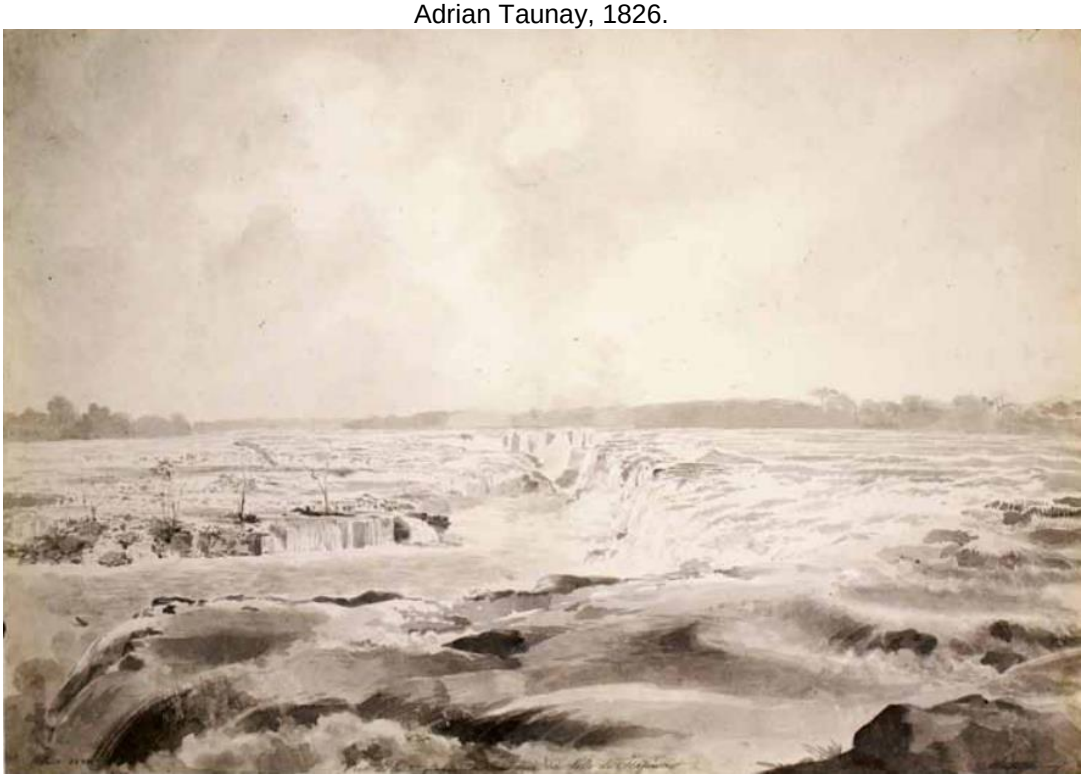
Figura 37: “Vista da primeira grande queda do rio Tietê, denominada Salto da Avanhandava”, aquarela por Aimé-Adrian Taunay, 1826.



Fonte: Expedição Langsdorff, 2010, p. 110.

[143] ALONSO, Ania Rodríguez. Aimé-Adrian Taunay. *In:* EXPEDIÇÃO LANGSDORFF. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: Gráfica Trena, 2010, p. 49. Disponível em: https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf. Acesso em: 29 out. 2019

Figura 38: “Vista da segunda grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Itapure”, aquarela por Aimé-Adrian Taunay, 1826.



Fonte: Expedição Langsdorff, 2010, p. 111.

Sobre Itapura, transcrevem-se abaixo as palavras de Florence:

> Já dissemos que em Itapura não há ilhas que separem as águas: não há também aquele anfiteatro de cascatinhas do outro salto. O jato é unido em forma de semicírculo. No meio há uma reentrância na qual se precipitam grandes massas d’água, confundindo-se e formando um todo espumante e de alvura deslumbrante. É o que se vê no fundo daquele recinto donde saem, por abertura correspondente ao centro do semicírculo, revoltas ondas que perdem para logo aquela agitação em serena bacia, fechada, de um lado, pelo semicírculo, de outro, pelo estreitamento do leito do rio. As águas reunidas saem com rapidez, formando torvelinhos, mas sem ferver, nem espumar e assim se escoam, enquanto o álveo é apertado e fundo.
> [...]
> Entre as grandes e belas cenas da natureza, um salto como o de Itapura ou Avanhandava oferece tanta magnitude como outras, sem contudo incutir n’alma nenhum sentimento de terror. [...] Fica-se preso de admiração, dominado pelo tumulto, pelo estrondo e agitação; os abismos se abrem e cada instante mas não nos inspiram medo nem horror.[144]

Somente a menção aos saltos desde o século XVII já confirma a importância destes locais como pontos a serem analisados cuidadosamente àqueles que transitavam via fluvial por ali. Como se não bastasse a relevância destas indicações desde séculos passados, no próximo capítulo tentar-se-á confirmar a hipótese de que os locais escolhidos para a implantação das colônias militares paulistas foram estrategicamente relacionados à posição destes saltos no percurso do antigo rio Anhembi.

[144] FLORENCE, 2007, p. 44

1.3 *"O sertão é do tamanho do mundo."*[145]

Ao se debruçar sobre a história da ocupação territorial paulista, a partir da perspectiva neo-europeia,[146] comumente nos deparamos com curiosa expressão: "o sertão". E cabem aqui algumas considerações sobre o assunto. É fundamental reconhecer que, antes do processo de colonização do oeste paulista tratado em específico no que se refere à Colônia Militar do Avanhandava, havia um contexto histórico primitivo, vinculado aos povos nativos daquela área – os indígenas. Estes foram os "verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra",[147] os primeiros habitantes, antes das ações organizadas pelo governo e pelo exército para "povoar e desenvolver" aquela superfície em meados do século XIX.

Isso, pois, a região de estudo desta dissertação, e toda a zona até a margem esquerda do rio Paraná era apontada como "Sertão desconhecido". A paisagem natural circundante ao Salto do Avanhandava era de cerrado, no planalto ocidental paulista, composta por extensas faixas de boas terras para lavoura e a cultura do pastoreio, recobertas de matas nos altos dos espigões e tendo à meia encosta os campos nativos, orlados pela vegetação ciliar mais densa acompanhando os cursos d'água. Nos campos, segundo Morais Filho[148], ainda vagavam alguns cervos e veados, além de bandos de perdizes, cordonizes e siriemas. Nas lagoas abundavam os patos, marrecos e também as anhumas. As aves eram das mais variadas espécies. O Salto exigia o transbordo das embarcações e das cargas para transpassarem por terra, geralmente pela margem direita do rio; e para tal serviço, seria mais fácil realizá-lo com a presença de moradores próximos, as suas pequenas roças ajudariam quem passava por ali.

O fato é que "caso saíssemos à procura da localização geográfica do dito "sertão" chegaríamos à conclusão de Guimarães Rosa: o 'sertão' ou 'os sertões', ou não existem ou estão em todas as partes."[149] Para Roncari, sertão talvez nem seja lugar definido, o não-lugar, que estava sempre fora, e vinha depois da fronteira do habitável, onde não se chegava o comércio regular, as leis do governo, talvez poucos preceitos da Igreja e nenhum poder das autoridades. Era, de certa maneira, o desconhecido, e de onde vinham as ameaças:

> Um espaço movediço, sempre em fuga das expansões colonizadoras, refúgio dos que não se submetiam à dominação, à servidão, e ao baixo assalariamento; alternativa para aqueles que preferiam se colocar à margem, mas em liberdade. [...]
>
> Região do homem-livre: nem escravo nem senhor. Ir para o sertão era se perder, estar perdido para a boa sociedade. O lugar das feras, dos bugres selvagens, dos bandos de escravos fugidos, das maltas de traficantes e contrabandistas. O sertão

[145] ROSA, João Guimarães. *Grande sertão:* veredas. [S. l.], Editora Nova Aguilar, 1994, p. 96. Disponível em: https://bit.ly/2PxaEiJ Acesso em: 14 nov. 2019.
[146] Termo muito utilizado por DEAN, Warren. *A ferro e fogo.* A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
[147] MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec, Polis, 1984, p. 129.
[148] MORAIS FILHO, J. G. Pioneiros da Noroeste. *Separata da Revista do Arquivo,* vol. CXXXVLIII. Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, São Paulo, 1951.
[149] ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões:* entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 13.

> era perigoso, metia medo. O cidadão olhou o sertão com atração e pavor, e quando lá entrou, foi fortemente armado para conquistar, e se tornou herói: os bandeirantes, mineradores e traficantes de escravos, os desbravadores, as expedições militares, Rondon [...]. Refúgio das raças, índios, negros, mestiços, brancos, livres [...].[150]

A palavra sertão e seus arcaísmos, como "certão", "certam", "sertam", seus posteriores derivantes "sertão desconhecido", "sertão desabitado", "sertão pouco conhecido e ocupado por indígenas" e termos como "terrenos desabitados", "terras devolutas não exploradas"; foram usualmente utilizados na grafia de mapas desde, no mínimo, o século XVIII. Também os verbos utilizados como "conquistar" e "humanizar" correspondem à perspectiva da época, num sentido ocidental colonizador, visão colonialista social em que as povoações indígenas não eram consideradas humanas, e o "grande trabalho" do homem branco, neo-europeu, português, era catequizar e submeter tais nações ao "progresso colonizador". A noção de vazio, de "tabula rasa", e os mais diversos termos mencionados, ignorava totalmente a presença das povoações indígenas.

Para Arruda "Por trás de toda concepção espacial, arranjo e utilização da terra, mapeamentos e descrições da paisagem, valorização ou não de lugares, estão os valores culturais, o universo da cultura, da política, e das ideologias".[151] Ainda segundo o autor, os termos "cidades" e "sertões" são representações culturais, ou seja, são leituras elaboradas da realidade, constituídas com algumas características dos lugares físicos, mas principalmente, da memória do processo de transformação da paisagem – com os diversos conflitos que ocorreram na reocupação territorial de regiões antes chamadas de "sertões".

Reocupação, pois, as terras já estavam ocupadas pelos pioneiros indígenas, desde há milhares de anos, que utilizavam esse território como espaço de suas sociedades. Reocupação esta, que se desenvolveu desde meados do século XIX, principalmente, e a partir da preocupação em absorver tais terras consideradas "vazias" pelo neo-europeu, e introduzi-las ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, os povos indígenas eram considerados verdadeiros obstáculos.

É igualmente em tal período que, de acordo com Di Creddo,[152] o governo provincial concebeu e pôs em prática a política de povoamento expressa na implantação de aldeamentos, no apoio à formação de bandeiras e na abertura de picadões. Com tais ações, pretendia garantir a existência das grandes propriedades rurais e promover a estruturação de núcleos de povoamento. O interesse em "incorporar os índios à civilização" são relacionados aos da economia mercantil. A intenção principal, em meados do XIX, era a primitiva terra dos índios; mas também a instrução nas artes mecânicas e o aproveitamento de sua mão de obra nas culturas e lavouras.

---

[150] RONCARI, Luiz. Lugar do Sertão. *Revista UFG*, v. 8, n. 2, 28 jul 2017. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48103 Acesso em: 16 nov. 2019.

[151] ARRUDA, 2000, p.28.

[152] DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios.* Propriedade da terra no Vale do Paranapanema. São Paulo: Arte & Ciência, Coleção Universidade Aberta, 2003.

Tais objetivos ficavam claros no relatório do presidente da província de São Paulo, em 1858:

> Desde que conseguíssemos convencê-las [as tribos] de que mais comodidades encontrariam na regeneração de seus costumes nômades, vê-las-íamos empregar-se na lavoura, na exploração e navegação de nossos rios, na tripulação de nossos barcos mercantis e de guerra; e bem sabeis senhores, quanto obteríamos desses homens que ainda conservam toda a força e vigor do estado primitivo.[153]

O Documento da Repartição Geral das Terras Públicas, de 1862, evidenciava seu viés utilitarista ao demonstrar que:

> continuando a pedir aos países mais antigos e adiantados os braços e os capitais que lá não deparam emprego satisfatório, não devemos nos esquecer que no recesso das matas erram muitas centenas de milhares de aborígenes que vegetam na barbária, inúteis para si próprio, desconversáveis à civilização de que podem ser ativos operários.[154]

Ainda, em 1863, outro relatório reafirmava a preocupação ao lastimar a presença de "milhares de entes que vivem despojados e internados nas matas, faltando ao mesmo tempo à lavoura e à outras indústrias do país um tão avultado contingente de população".[155] Para Lima, o depoimento de 1871 representa, de forma decisiva, o que significa para a presidência da província a organização dos aldeamentos:

> Está no pensamento do Exmo. Ministro da Agricultura promover a catequese e civilização dos indígenas, e é este pensamento tanto mais digno de execução, quanto na situação atual do país tudo se deve tentar, para que seja aumentado o numero de braços que sustentem e desenvolvam a sua lavoura, o que o mesmo é dizer que promovam o aumento da sua riqueza pública e privada.[156]

Ou seja, através dos discursos acima, vê-se que o intuito era claro: afastar os indígenas do território em processo de povoamento branco e, caso não fosse possível, dever-se-ia adotar a prática de aldeamento, para "domesticá-los", "civilizá-los", e enfim tentar utilizá-los como mão de obra. Para Di Creddo,[157] a manutenção dos índios em aldeamentos, isto é, a sobrevivência física dos mesmos, representava a transformação em mão de obra barata e submissa – os aldeamentos eram idealizados como reservatórios de mão de obra disponível. Porém, a política de aldeamento do Estado não correspondia de imediato às expectativas dos grandes proprietários. Estes almejavam expulsar os povos aborígenes a fim de valorizar as suas propriedades e atrair mão de obra, bem como povoadores interessados em fixar-se na região.

As críticas à politica de aldeamento eram variadas por não resolver a questão dos ataques indígenas e prejudicar a expansão "pioneira". Assim, foi somente a partir de 1862 que o governo

---

[153] Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1858/1859. São Paulo, 1859, p. 502 In: LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru.* Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978, p. 91.

[154] Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1861. São Paulo, 1862, p. 73. In: LIMA, 1978, p. 92.

[155] Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1862. São Paulo, 1863, p. 152. In: Ibidem, p. 92.

[156] Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1871. São Paulo, 1871, p. 83. In: Ibidem, p.92.

[157] DI CREDDO, 2003, p. 118.

imperial decidiu empregar nova prática (talvez nem tão nova assim) em relação à presença dos índios, as conhecidas bandeiras. Tal proposta de formação de bandeiras fora apresentada pelo Diretor Geral de Índios ao Presidente da Província, que determinou critérios para formá-las:

> A política do Estado, em relação aos indígenas, se consubstanciava em retirá-los de áreas povoadas e de suas imediações, com o objetivo de concentrá-los em locais apropriados para que os mesmos não oferecessem riscos ao povoamento. Uma vez aldeados, a grande propriedade estaria em segurança, juntamente com a população dos povoados.[158]

Acreditava-se que seria esta seria uma nova forma de política indígena, mais eficiente, que consistia em atingir os locais onde as tribos se encontravam fixadas. Assim, as bandeiras contornariam as imediações destes lugares e pressionariam para que os índios debandassem. Caso não conseguissem tal intento, os alojamentos deveriam ser destruídos para que os indígenas, agora ameaçados, fossem obrigados a se dirigir para fora da província paulista.[159]

Não nos estendendo demasiadamente na questão dos indígenas, aldeamentos, e bandeiras, é necessário, entretanto, destacar a existência de visão, uma perspectiva neo-europeia, que consagrava termos como “civilização” e “barbárie”, análogos aos anteriormente mencionados em relação à “cidade” e “sertão”. Tais expressões reconheciam na ação no homem branco o caráter de heroísmo e via na obstinação, na resistência dos aborígenes, o chamado “obstáculo ao progresso civilizador”.[160] Dessa maneira, as populações primitivas, com os diferentes grupos étnicos existentes, não mais eram vistos como “reservatório de mão de obra”, mas “detentores de um meio de produção vital à economia baseada na propriedade da terra”.[161] O braço indígena já não interessava mais. A construção da nova ordem social provocava a destruição dos verdadeiros pioneiros daquelas terras. E estas, agora, eram o foco das atenções. Neste ponto da implantação da nova burguesia cafeeira, a força de trabalho seria outra, e nesse sentido, “os bugreiros são armados para tomar a terra ao índio, e caso fosse necessário, e não pensando duas vezes, em matá-lo, como aliás ocorreu, tendo em vista os objetivos visados”.[162]

É nesse momento, portanto, em que a fronteira de povoamento neo-europeia expande-se mais depressa que antes, e os invasores almejavam a simples e rápida eliminação dos indígenas. Estes eram vistos e tachados como “preguiçosos, indolentes e desocupados”, entregues à “embriaguez e rapinagem” e “habituados apenas ao emprego da ameaça para satisfazerem suas exigências”. Como os índios não se incorporavam às fazendas como assalariados, os brancos começaram a rejeitar, como “desordeiros”, “improdutivos”, “vagabundos” e “desocupados”, os prisioneiros nativos.[163] Assim, se por um lado, a introdução econômica nas novas terras correspondia à produção de mercadorias, aumento de lucros, entrada de capitais estrangeiros,

---

[158] DI CREDDO, 2003, p. 114.
[159] Ibidem, p. 114.
[160] Ibidem, p. 130.
[161] Ibidem, p. 130.
[162] LIMA, 1978, p. 198.
[163] DEAN, 2018, p. 172; DI CREDDO, 2003, p. 122.

etc; em contrapartida, para o índio, representava a destruição de seu modo de vida, de sua estruturação social, de sua cultura.[164] Conclui-se então que, num primeiro momento, os índigenas perderam suas primitivas terras, declaradas devolutas pela lei de 1850; e, em segundo, removidos para os aldeamentos, não tendo a posse garantida e, ao mesmo tempo, não desenvolvendo a produção para o mercado atual, que estava em plena expansão – são ali acometidos, perdendo progressivamente a extensão de suas áreas originais.[165]

A prática usual que se constituiu foi remover os primitivos ocupantes através da utilização da violência. Desse modo, conforme a perspectiva colonizadora, não se podia esperar pacientemente que os índios modificassem sua estrutura social e se integrassem ao organismo da nova sociedade em formação: era necessário afastá-los, deslocá-los para longe, e não importava os meios. Aldeamentos, bandeiras, ordens "pacificadoras", abertura de picadas, tudo isso acabou por anular os traços originais da cultura de populações indígenas.[166] Com o passar das décadas e a aproximação do final do século XIX, as terras do oeste paulista foram sendo incorporadas ao capitalismo em expansão. São Paulo, no final do século XIX e início do XX, já se encontrava em meio ao avanço do capitalismo industrial e, a partir da elite cafeeira, buscava o chamado "progresso": com o advento das ferrovias, telégrafos, companhias de hipotecas, novas ideias, novos sujeitos sociais, novos artefatos técnicos, novas comunicações e transporte, novas companhias comerciais, etc. Para Arruda:

> O processo que levou ao fim do Império e à proclamação da República, desencadeou o desejo ou o esforço de "atualizar" o Brasil com o ritmo das nações europeias ou com os Estados Unidos. Esta "atualização" corresponde às transformações ocorridas nos significados atribuídos ao "sertão". Uma das questões que passou a ser objeto de preocupação dos novos detentores do poder foi o problema da integridade do território nacional. Abriu-se novamente o debate sobre a necessidade de ocupar o espaço territorial da nação e sobre o que fazer com seus moradores, os povos indígenas e os chamados sertanejos.[167]

Conforme o autor, no período citado, talvez a principal questão a ser confrontada por aqueles que queriam "atualizar" o Brasil, era o declamado desconhecimento dos "sertões". Uma vez que grande área do território nacional, e inclusive parte do Estado de São Paulo, era tida como "sertão"; ou seja, retratando assim uma incógnita para o poder governante, e para os habitantes das cidades. No Estado de São Paulo, a representação de parte do seu território grafado como "terrenos pouco explorados" ou "terrenos ocupados por índios", foi considerada verdadeira "mancha" que obstruía o "progresso do Estado".[168] O autor continua dizendo que tal mancha desencadeia o movimento político cujo objetivo maior era "conhecer", explorar e ocupar o espaço representado:

> Os discursos assentavam-se basicamente em ideias-força, como civilização e barbárie, progresso e atraso, identificando nos grupos indígenas e moradores

[164] DI CREDDO, 2003.
[165] LIMA, 1978.
[166] DI CREDDO, 2003, p. 131.
[167] ARRUDA, 2000, p. 19-20.
[168] Ibidem, p. 21

> daquelas regiões, os inimigos do "avanço da moderna civilização". [...] Os movimentos desencadeados para transformar – no caso, eliminar – a representação de parte do território como uma "mancha de desconhecimento", justificavam a necessidade do reconhecimento, isto é, o seu mapeamento como forma de "atualizá-la", prepará-la para o desenvolvimento e reocupação por novas formas de produção. Tratava-se de atualizar a informação que existia sobre um determinado espaço considerado como "desconhecido", "pouco explorado" ou como "extremo sertão do Estado".[169]

1.4 Os mineiros na região dos Campos do Avanhandava

Tomamos, portanto, os Campos do Avanhadava como espaço natural, que historicamente foi-se constituindo como espaço econômico, a partir de sua inserção na pauta de interesse capitalista brasileira após a metade do século XIX. Principalmente, em razão da decadência econômica que sofria Minas Gerais, resultado da declinante produção aurífera. Segundo Monbeig,[170] os "pioneiros" mineiros começam a migrar para a província de São Paulo. Também é possível afirmar que essa migração se inicia poucos anos antes, devido à tentativa revolucionária liberal de 1842, que veio a reforçar a partida de tais pessoas para as terras paulistas. O autor também aponta como motivo da "fuga" o alistamento para a Guerra do Paraguai (1864-1870); muitos (paulistas e mineiros) preferiam correr os riscos da vida no "sertão" a sujeitarem-se às batalhas:

> Fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos. [...] Foi igualmente obra da gente de Minas, a tentativa de penetração nos campos do Avanhandava.[171]

Além disso, grande quantidade de migrantes mineiros foi em direção às regiões paulistas mais próximas à divisa norte, como Franca, Ribeirão Preto, Batatais, Pinhal, São João da Boa Vista. Podemos utilizar a passagem abaixo, de Theodoro Sampaio, como exemplo de descrição destes migrantes, entretanto, destaca-se aqui que o período e a localização referenciada por Sampaio são diferentes: a região que o engenheiro bahiano faz alusão é o Vale do Paranapanema e o ano de publicação de seu trabalho junto a Comissão Geográfica e Geológica é em 1890:

> A população, que hoje afflue a estes sertões, é quasi toda oriunda do sul de Minas, donde vem em bando considerável, ao menos até 1886; composta toda ella de criadores e de agricultores, representando-se por familias interiras, transportando-se para estas longinquas paragens com todos os seus haveres, abundancia de gado e de capitaes. É, como se vê, uma immigração das melhores e que, além da força que representa como numero e importancia de suas posses,

[169] ARRUDA, 2000, p. 21 (grifo nosso).
[170] MONBEIG, 1984.
[171] Ibidem, p. 133 (grifo nosso).

> é uma população corajosa, tenaz, activa e que já vem disposta a luctar, dia por dia, com um inimigo invisivel e perigoso como é o indio bravo.[172]

De acordo com Barros, os primeiros ocupantes brancos nos Campos do Avanhandava vieram de Minas Gerais, a partir de 1842, por estradas rústicas (exemplo "picadão Cuiabá-Piracicaba"), passando por algumas freguesias antes de se fixarem na dita região. As famílias Castilho e Goulart, vindos de Piumhy (atual Piumhi-MG) foram as que inicialmente se radicaram nos campos com o objetivo de criação de gado bovino. O intuito era ocupar a gleba, garantir a posse, criar gado como "negócio" e cultivar o solo apenas por subsistência. A posse na época, ainda não era propriedade. E foi dessa maneira que os mineiros, com certos hábitos e tradições econômicas, "despontaram para o sertão paulista, e as posses foram-lhes estimulantes atrativo".[173]

Nesta região se instalaria a Colônia Militar do Avanhandava, em meados do século, facilitando assim, a ocupação e a segurança daqueles moradores. Deffontaines em seu conhecido artigo "Como se constituiu no Brasil a rêde de cidades",[174] publicado em 1944, descreve como se orientaram as primeiras formas de povoamento – entre reduções jesuíticas, zonas auríferas mineiras, povoações estabelecidas nos pousos das antigas estradas, patrimônios religiosos e leigos, cidades de navegação fluvial, cidades que nasceram com a chegada das estações e suas ferrovias, e as conhecidas como "bocas de sertão". Além disso, comenta rapidamente sobre as aglomerações de origem militar: "Às vezes, também se fundaram postos militares e regiões assoladas pelos assaltos para fazer respeito aos bandidos. Assim foram estabelecidas em 1850, Itapura sobre o Paraná na fronteira de Mato Grosso, e Avanhandava sobre o Rio Tietê, perto de Bauru."[175]

Entretanto, não é possível afirmar com precisão, se foi antes ou depois da efetivação da colônia, talvez concomitantemente, que outros mineiros começaram a se destinar para os campos do Avanhandava, ocupando fazendas denominadas Degredo, Brejo Alegre, Cachimba, Água Limpa, Lageado, Moreira Farelo, Patos e Banhado[176] – muitas com nomenclatura de córregos e ribeirões próximos.

É dessa forma que os Castilhos, cujos descendentes posteriormente tiveram a possibilidade de assistir a "chegada" da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil aos antigos domínios paternos, vieram pouco depois da revolução de 1842, atravessando o rio Tietê no Avanhandava e penetrando terras adentro até alcançarem o divisor de águas do Aguapeí. Essa família estabeleceu sua moradia em terras altas, porém vertentes ainda para o Tietê e

---

[172] SAMPAIO, Theodoro. *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema.* Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. Nº 4. São Paulo: Typographia King, 1890, p. 22.
[173] BARROS, F., 1992.
[174] DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico (São Paulo),* v. 14, p. 141-148, 1944; v. 15, p. 299-308, 1944.
[175] DEFFONTAINES, 1944, p. 143.
[176] BARROS, F., 1992, p. 8.

distantes quatro léguas do Avanhandava.[177] Segundo Morais Filho, essa gente que vinha de Minas era ativa e laboriosa, sobretudo pacífica, conseguiam até, estes moradores próximos do Avanhandava, relações de boa vizinhança com os índios, podendo assim cultivar a terra, trabalhar, e de forma modesta, prosperar.

Desde 1822 o sistema de concessão de sesmarias havia sido suspenso, e, a partir de então, o desimpedido apossamento de terras representou um quadro em que o recente Estado Imperial praticamente "saiu de cena", com relação ao ordenamento legal da apropriação de terras.

> Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pode, com o correr dos anos, vir ser considerada como legítimo modo de aquisição e domínio, paralelamente, a princípio, e após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de sesmarias. [...] Depois da abolição das sesmarias – então a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica.[178]

A Lei de Terras (1850) viria justamente para inibir tais ações de apossamento[179], tornando a compra, o único meio possível de aquisição de terras devolutas. Porém, sabe-se que não foi bem isso o que ocorreu, ao contrário, a lei aumentou a busca desenfreada por terras devolutas, e amplificou, posteriormente, serviços e agentes criminosos que burlavam a legislação vigente. Como exemplo, tinham-se os grileiros, que elaboravam processos fraudulentos para adquirir propriedades; expurgadores de pequenos posseiros; além das conhecidas "dadas" ou "batidas" – expedições punitivas de completo extermínio de povos indígenas.

É dessa maneira, conforme explicita Morais Filho,[180] que tais sujeitos, se apresentavam em juízo com falsos títulos de propriedade, filiados geralmente a velhos registros de posse, estes referentes a outros sítios vagamente determinados; ou mesmo com documentos completamente forjados, com emprego de selos antigos, tinta enferrujada, velhos pergaminhos, mediante os quais requeriam a divisão judicial das terras em grandes glebas.

Para Ghirardello:

> O que facilitava todo o procedimento era que a maioria das terras não tinha tido nenhuma ocupação pelo homem branco, tratava-se de áreas devolutas, embora tenha havido casos de disputa entre grileiros, e mesmo entre estes e descendentes dos primeiros ocupantes do século XIX. A imprecisão das divisas dessas ocupações, pelo desconhecimento geográfico das glebas estabelecidas em meio à floresta, a ausência de demarcações físicas, a nomenclatura incerta e

[177] MORAIS FILHO, 1951.
[178] LIMA, Ruy Cirne, 1954, p. 47 Citado por DI CREDDO, 2003, p. 19.
[179] A Lei de Terras, entretanto, estabelecia a legitimação das posses em seu artigo 5º onde:
"Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente [...]." In: BRASIL, Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850. Tomo XI, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 308.
[180] MORAIS FILHO, 1951.

> por vezes repetida de córregos e ribeirões em muito contribuíam para a indeterminação de propriedade.[181]

Continua o autor: “Por fim, a falta de registro de muitas áreas pelos seus antigos ocupantes, gente simples e desinformada, além do fato de muitos serem analfabetos, tornando desnecessária a falsificação de assinaturas, cuidava do restante.”[182] A terra, portanto, tratava-se do mais importante problema com que se defrontavam índios e homens brancos. Seja, contudo, através das mãos dos primitivos ocupantes, novos posseiros, ou mesmo grileiros, o fato é que as terras devolutas, pertencentes ao Estado ou ao gentio, tinham se convertido em mercadoria[183]; e a posse dependia ainda mais da violência do que as antigas sesmarias. De acordo com Tidei Lima “A conquista da maioria das terras do oeste paulista não se fará pela via da compra junto ao Estado [...]. A fraude e a violência darão o tom dominante do processo”.[184]

Segundo Dean, o presidente da província do Rio de Janeiro, já em 1840, confessara em assembleia que “é sabido que para estabelecer uma posse e mantê-la [...] é indispensável a força. Aquele que carece dela é obrigado a ceder a terra a outro que é mais forte ou a vendê-la a alguém que seja capaz de retê-la mediante a mesma força”.[185] As posses anteriores à lei de terras, por maiores que fossem, eram reconhecidas, na condição de não serem contestadas, e seguramente registradas em cartório de terras. Dean ainda afirma que:

> A aplicação desta lei [de terras, de 1850] foi quase tão caricata quanto o período anterior de ausência de lei. Essas concessões, como as sesmarias, eram registradas sem demarcações nos cartórios. Os ocupantes que detinham lotes de subsistência eram normalmente pobres demais para pagar a taxa de registro e ficavam em situação tão precária quanto antes. A usurpação prosseguiu como até então, sujeita a numerosas fraudes para fazer parecer que a ocupação era anterior a 1850.[186]

Esta lei sobre as terras públicas, adiada por tanto tempo e aprovada em 1850, consagrou o princípio legal da época colonial de que todo território nacional pertencia à Coroa, por direito de conquista, postulado 350 anos antes, “quando a tripulação de Cabral lavrou uma cruz de madeira na areia da praia em Porto Seguro, extinguindo todos os direitos indígenas anteriores.” É a partir de então, de 1850 adiante, que se expandem as ocupações e posse de terras no ocidente paulista, com o fluxo e a penetração dos migrantes sertanejos (mineiros principalmente). Onde, na ausência de estradas de ferro, a comunicação era feita essencialmente por meio dos cursos d’água e pelas picadas ou picadões. A ocupação era esparsa, as propriedades imensas, com limites geralmente definidos pelos espigões e rios. Apenas um ou outro raro posseiro se sujeitava a isolar-se, defrontando a distância e os povos indígenas. Sobre esse período, a passagem de

[181] GHIRARDELLO, 2002, p. 90.
[182] GHIRARDELLO, 2002, p. 91
[183] Ibidem, p. 92.
[184] LIMA, 1978, p. 116.
[185] DEAN, 2018, p. 166.
[186] Ibidem, p. 166.

Schwarcz abaixo resume alguns pontos importantes sobre a própria lei de terras, a relação com o tráfico de escravizados e sua extinção, além de outras informações:

> O ano de 1850 significa, de fato, um marco decisivo na história do Segundo Reinado. No poder, desde 1848 estava um Ministério nitidamente conservador [...]. É esse Ministério que terá de legislar sobre questões fundamentais: o problema da estrutura agrária, o incentivo à imigração e, por fim, a espinhosa questão do tráfico de escravos. O "comércio infame" passa a sofrer grande pressão da Inglaterra, que em tal conjuntura diplomática sentia-se lesada no que se referia ao tráfico de escravos. Sem esquecer o contexto internacional, marcado por uma grande expansão comercial [...]. Assim, apesar de compactuar com o tráfico, o Estado imperial tinha na interdição uma condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Por outro lado, a manutenção do negócio jogava o Brasil dentro do grupo de "nações bárbaras", imagem essa bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar. A determinação não era, no entanto, de fácil assimilação no interior do país, profundamente dependente da mão-de-obra escrava.
> [...]
> Diante de uma questão de tal vulto, não se podem entender as novas leis do Império de forma isolada. Com efeito, a Lei de Terras, a abolição do tráfico e a reforma da Guarda Nacional são medidas vinculadas. A polêmica Lei de Terras de 1850, apresentada pela primeira vez em 1843, visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo [...].
> [...]
> Mas foi o final do tráfico que trouxe maiores consequências. Como se tratava de uma atividade generalizada, quando foi encerrada, uma massa de recursos apareceu da noite para o dia. Investiu-se muito na infra-estrutura do país e acima de tudo nos transportes ferroviários. De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro, as primeiras linhas telegráficas e as primeiras linhas de navegação; a iluminação a gás chegou às cidades, e começou a crescer o número de estabelecimentos de instrução. [...].
> A extinção do tráfico também coincidiu com a alta do café nos mercados estrangeiros. Deficitário durante o período de 1840 a 1844, o comércio de café torna-se extremamente lucrativo a partir de 1845. As vendas subiram 23% entre 1850 e 1851, e o otimismo passou a ser a nova palavra de ordem do império.[187]

1.5 O "Picadão Cuiabá – Piracicaba"

A abertura e manutenção de estradas e pontes, ou a falta destas, isolava os incipientes núcleos populacionais quanto à obtenção de gêneros básicos para a sobrevivência, bem como ao escoamento da produção, fatores estes de abastecimento e comércio, além da comunicação de forma geral. Para Ghirardello,[188] o acesso às vilas através de caminhos era um dos fatores importantes para sua criação. Apesar de serem muito precárias, as estradas começaram a aumentar a partir das primeiras décadas do século XIX. Ainda para o autor, não existia profissionalização na empreitada de abrir picadas, assim como sua manutenção era determinada pelo governo aos inspetores de estradas da província. A tarefa de fiscalizar os caminhos era sempre dividida e entregue aos homens mais importantes do lugar, considerada como cargo honroso e de prestígio social. Anteriormente a isso, como já foi comentado, o bandeirantismo

[187] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 139-141 (grifo nosso).
[188] GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900).* São Paulo: Editora UNESP, 2010.

abrira caminhos que facilitaram o fluxo migratório em outras regiões – como as províncias de Mato Grosso e Goiás, e também para o oeste de São Paulo.

Muitas vezes as estradas atravessam regiões onde nenhuma colonização branca tinha ainda começado, e antes das fazendas, os pousos junto àquelas, constituíram os primeiros sinais de povoamento. Relacionando a interiorização da ocupação urbana da província de São Paulo, e a região dos Campos do Avanhandava aqui considerada, citaremos três (atuais) cidades de significativa importância: Botucatu, Araraquara e Piracicaba. Rapidamente apontamos as razões:

Botucatu (freguesia de Itapetininga em 1846): desde 1720 apresentara doações de sesmarias localizadas próximas a serra de mesmo nome, onde antes era uma fazenda jesuítica, formada por ordem do Morgado de Mateus. Somente em 1855 é elevada à categoria de vila, e a razão de ser mencionada como de importância é por ter tido papel "boca de sertão": ponto de partida para a penetração e a conquista de terras localizadas mais ao oeste. Vários caminhos partiam de Botucatu em direções diversas, mas principalmente iam ao Vale do Paranapanema. Não se pode negar que a recente vila era localizada em ponto geográfico privilegiado em relação a diferentes núcleos importantes, e várias estradas conduziam, passavam, ou saíam de Botucatu a partir de meados do XIX.[189]

Araraquara (inicialmente freguesia de Itu, em 1817, posteriormente freguesia de Piracicaba em 1821 e vila desde 1832)[190]: formada por via terrestre, criada nos campos do mesmo nome, que tinha como destino as minas de Cuiabá. Para Correa:

> A descoberta das minas de ouro em Cuiabá contribuiu para despertar as atenções sobre a região de Araraquara. [...] Esse caminho era o preferido, mas havia aí o perigo dos índios que dificultavam nessas regiões o acesso de brancos. Para alcançar as minas de Goiás, havia se estabelecido uma rota, na direção de Atibaia, Moji-Mirim, Batatais, segundo os altos cursos dos rios. As preferências por essas duas vias, a de Atibaia e a do Tietê, isolaram a região de Araraquara, que ficou mais ou menos à margem da penetração mineira. Mas, mesmo assim, não escapou à sanha desesperadora de se alcançar as minas pelos caminhos mais fáceis e mais rápidos. Os inconvenientes do caminho pelo Tietê, principalmente os ataques dos índios teriam contribuído para que se transferisse o interesse pela via dos Campos de Araraquara.[191]

Destacamos Araraquara, pois, oficialmente, a região que foi estabelecida a Colônia Militar do Avanhandava, estava sob jurisdição daquela comarca, instalada em 1866, portanto, pertencia às terras daquele município.

---

[189] DI CREDDO, 2003.

[190] As datas de criação de freguesia, vilas e outras, são baseadas segundo a publicação: Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. Secretaria Instituto Geográfico e Cartográfico, 2011. Disponível em: https://bit.ly/2POJRgT . Acesso em: 20 nov. 2019.

[191] CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Araraquara 1720-1930:* um capítulo da história do café em São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 27.

E, finalmente, Piracicaba (freguesia de Itu em 1784)[192]: pois, além de ser ponto de apoio às embarcações que desciam o Tietê, a estrada que deu origem à colônia do Avanhandava, foco e objeto de estudo desta dissertação, saía da então Vila da Constituição (elevada em 1856, atual Piracicaba) e tinha como destino a Vila de Sant'Anna do Paranahyba (elevada em 1857, atual Paranaíba – MS). De acordo com Torres,[193] Piracicaba localizava-se na rota de Mato Grosso e desde seus primeiro anos a povoação era considerada como ponto estratégico no caminho de Cuiabá. Esse caminho era essencial para as relações econômicas e sobrevivência da florescente cidade.

Segundo Silva e Borges,[194] foi em 1836 que Joaquim Francisco Lopes recebera de José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), então presidente da província de Mato Grosso, certa quantia para efetivar a abertura da picada que partisse dessa província, passasse através do rio Paraná e terminasse na atual cidade de Piracicaba, na época ainda Vila Nova de Constituição. Revivia-se assim a antiga picada às minas de Cuiabá. Conforme trecho da cláusula de compromisso: "Levantada seja a Bandeira, hirá passar o Rio Paraná no lugar em que julgar mais conveniente, começando a picada por onde possa passar hum cargueiro, até que vare na Vila de Piracicaba, que também se chama Constituição, na Província de São Paulo."[195]

Ainda de acordo com as autoras, a construção desse caminho teve início em julho de 1836, a partir de um porto no rio Paraná, que ficava na foz do Ribeirão Quitéria (Porto do Taboado) onde Joaquim Francisco Lopes partiu juntamente com Geraldo da Silva e Manuel Ribeiro, abrindo a picada na província paulista até determinada distância do Córrego da Onça. A partir deste ponto voltaram para Sant'Anna do Paranahyba. Em setembro de 1838, Lopes recomeça a abertura da picada, porém partindo agora de Piracicaba, e depois de alguns embaraços, em novembro do mesmo ano os dois caminhos se encontram.

Destaca-se aqui este picadão, pois ele passava pelos Campos do Avanhandava, paralelamente ao rio Tietê. Abaixo, trecho da descrição de Lopes sobre sua *derrota*:[196]

> Seguir a estrada de Antônio Ferreira de Sousa morador em S. Lourenço, passar por cima da morada em rumo ou ventos a noroeste, atalhar uma volta que tem na picada que abriu o sr. Manuel José Hornelas, a sair em sua fazenda nos campos de Gonhandava. Advirto faltara o ribeirão dos porcos a sair na estrada nas cabeceiras do córrego dos Fugidos; seguira a estrada em bom rumo até os altos da Barra Mansa, aonde pega os primeiros campos; advirto que este pedaço de terreno é composto e manchado e tem diferença nas madeiras: plano firme, boas pastagens, papuãs, taquarizais e boas culturas; advirto que examinei a morada do dito Hornelas, ficando toda a sua estrada até Barra Mansa, limpa de foice. Dia 6

[192] Piracicaba nasce como povoado por ordem de Morgado de Mateus, em 1767. Em 1774 constitui-se freguesia de Itu. Em 1784 é transferida para a margem esquerda do rio, logo abaixo do salto, e continua como freguesia de Itu.

[193] TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Piracicaba no século XIX.* Editora Equilíbrio: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba IHGP, Piracicaba-SP, 2009.

[194] SILVA, Cassia Queiroz da; BORGES, Maria Celma. Caminhos antigos no sul de Mato Grosso (século XIX): a estrada do Piquiri. *In: Anais da XV Semana de História UFMS,* p. 337-353, 2013.

[195] GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos.* 1º volume. Editora Equilíbrio: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba IHGP, Piracicaba-SP, 2009.

[196] O termo derrota, utilizado por Lopes, tem sentido de viagem, percurso, rota, caminho percorrido.

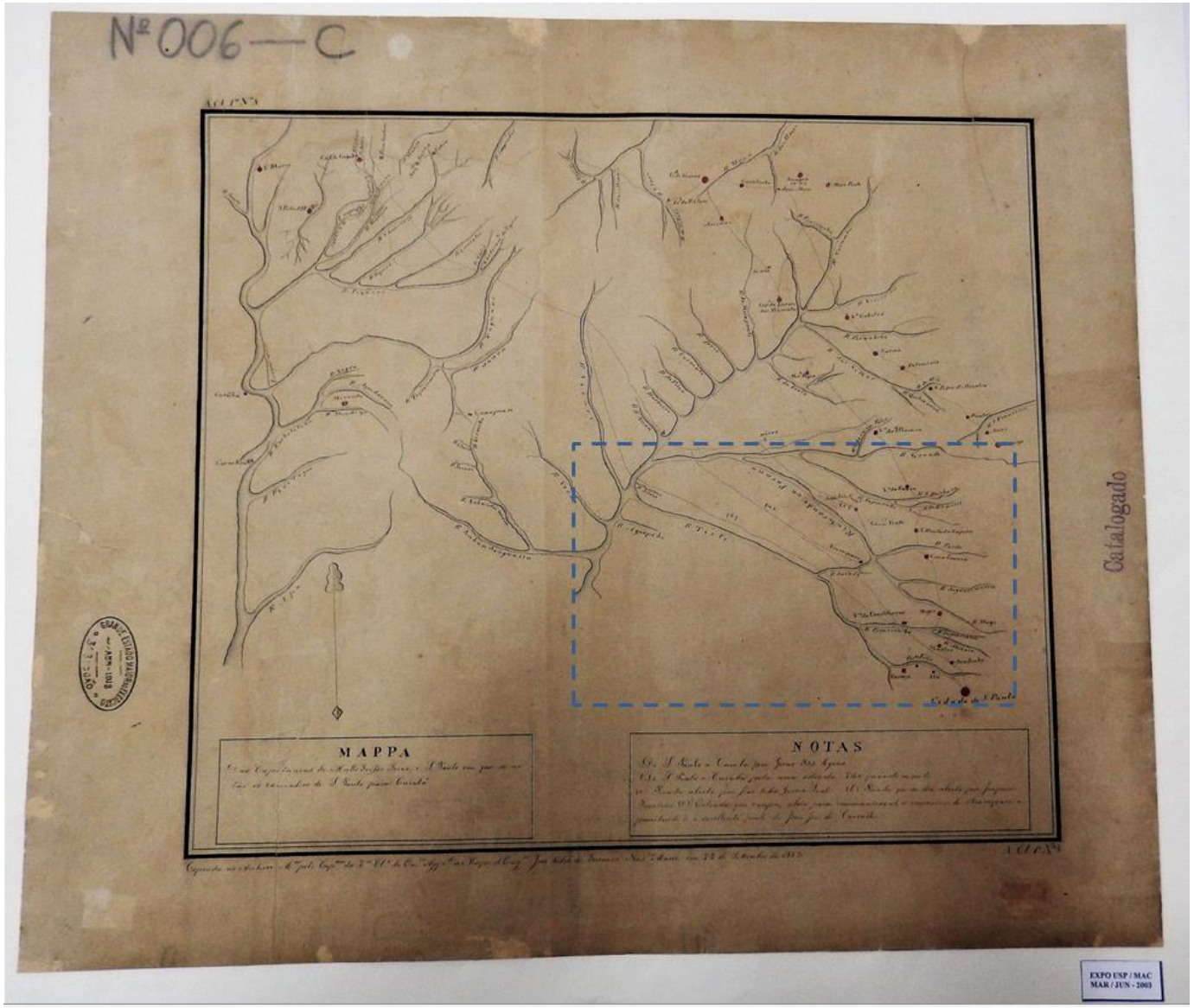
> de maio larguei a estrada do dito à esquerda; em campos, na entrada do mato, segue o meu picadão em ventos a noroeste a sair no ribeirão da Fartura; acompanhando suas margens de campos. Deu boa pastagem. Faço ter da Constituição a este lugar trinta e quatro léguas, e juntaram-se em minha companhia o sr. Matias, sr. Ricardo, e seus companheiros, destinados a se arrancharem na beira da estrada. Continuemos a nossa diligência até o ribeirão de Antônio Cardoso; faz sua barra por cima do salto de Gonhandava; advirto que tem bonito lugar para capela em um campeste de campos de flecha com sua larga terra amarelada. Fica arretirado do rio Tietê três léguas e meia. Seguimos o mesmo rumo, passando matos cerrados, córregos, campos, até o ribeirão Santa Bárbara que faz sua barra defronte do salto de Tapanema; passa a estrada fora do rio três léguas. Os terrenos são compostos de boas culturas nos espigões, muitas fruteiras, jabuticabas grandes e grumixás – um barreiro de caça e bom barro de telha.[197]

Atentando-nos para a descrição de Lopes, podemos destacar algumas considerações. A primeira é sobre a expressão “campos de Gonhandava”, confirmando novamente a utilização comum do termo e a presença da picada na região do Avanhandava. Outro ponto importante é menção a “estrada de Antonio Ferreira de Sousa morador em S. Lourenço” e “fazenda de Manuel José Hornelas” demonstrado a presença, mesmo que ínfima, dos primeiros povoadores, posseiros e fazendeiros. Além disso, interessante é a descrição que faz da paisagem local: um plano firme, campestre, boas pastagens, a presença de gramíneas como a papuã, e “taquarizais” (taquara), diferentes madeiras, “bonito lugar para capela”, “campestre de campos de flecha (capim-flecha) com sua larga terra amarelada”, fragmentos de matos cerrados, boas culturas nos espigões com frutíferas como jabuticabas, e bom barro de telha. Nota-se, também, que a picada passava a aproximadamente três léguas e meia do rio Tietê, pela margem direita; e, daquele lugar, até Piracicaba, a distância era de trinta e quatro léguas.

A seguir, nas figuras número 39, 40, 41 e 42, demonstraremos a picada aberta por Joaquim Francisco em mapas coletados no Arquivo do Exército, Rio de Janeiro. Esta “picada” é indicada no decreto de criação da Colônia Militar Avanhandava, que será posteriormente comentado.

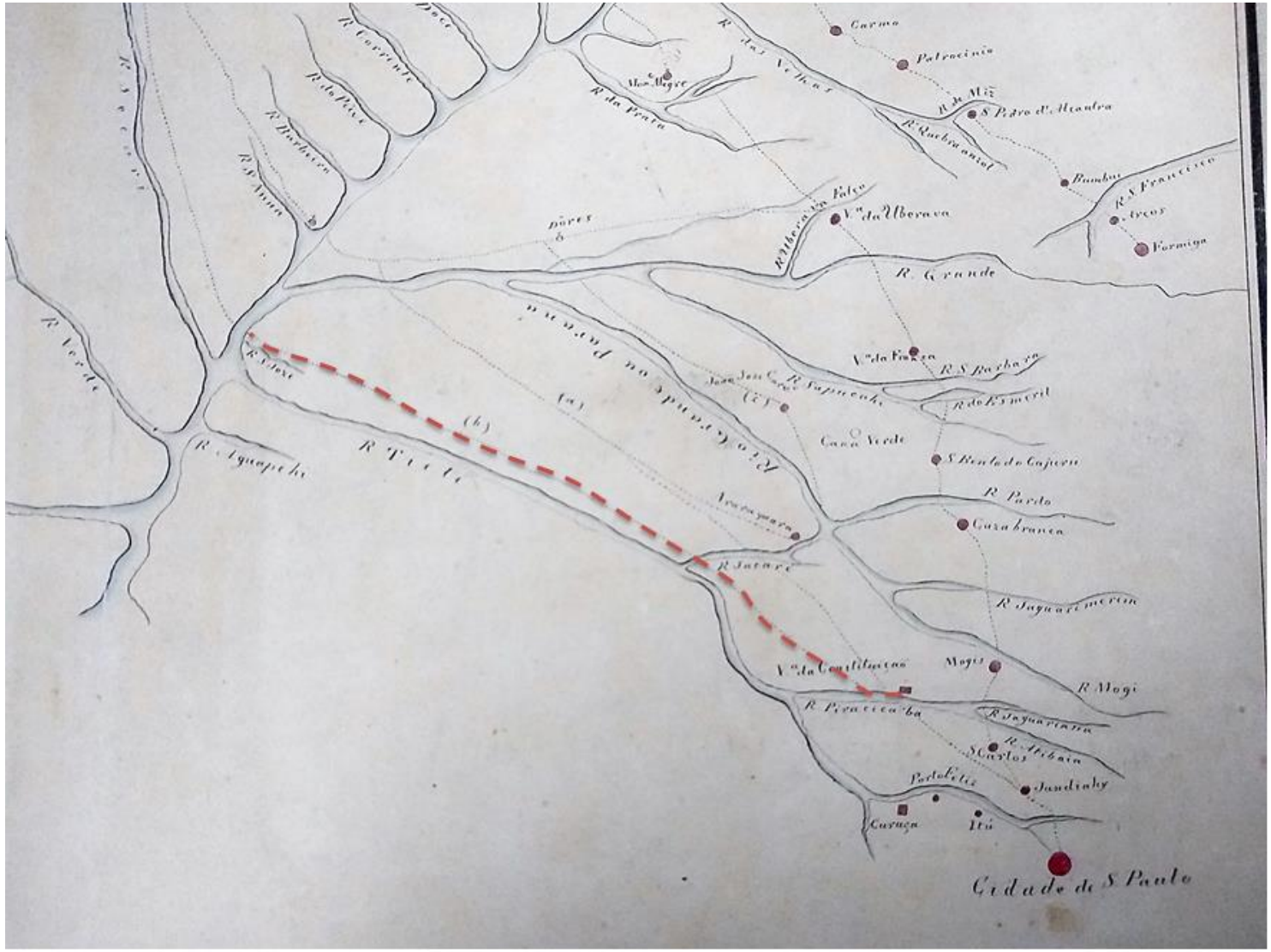
[197] LOPES, Joaquim Francisco. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes.* Atualização e introdução por Hildebrando Campestrini. Série Relatos Históricos, vol. II, Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007, p. 58-59, grifo nosso.

Figura 39: “Mappa das Capitanias de Matto Grosso, Goiaz e S. Paulo em que se notão os caminhos de S. Paulo para Cuiabá.” – Copiado pelo Cap. João Pedro de Gusmão N. Mariz em 1853, colorido, nanquim, aquarela, com nota explicativa, medindo 61cm x 52cm, sem data.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – fotografia do autor, 2018, editado em 2019.

Figura 40: Detalhe figura anterior “Mappa das Capitanias [...].”. Notar destaque no caminho em vermelho que sai da Vila da Constituição passa pelos campos do Avanhandava, pelo porto no rio Paraná, e segue para Cuiabá.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – editado pelo autor, 2019.

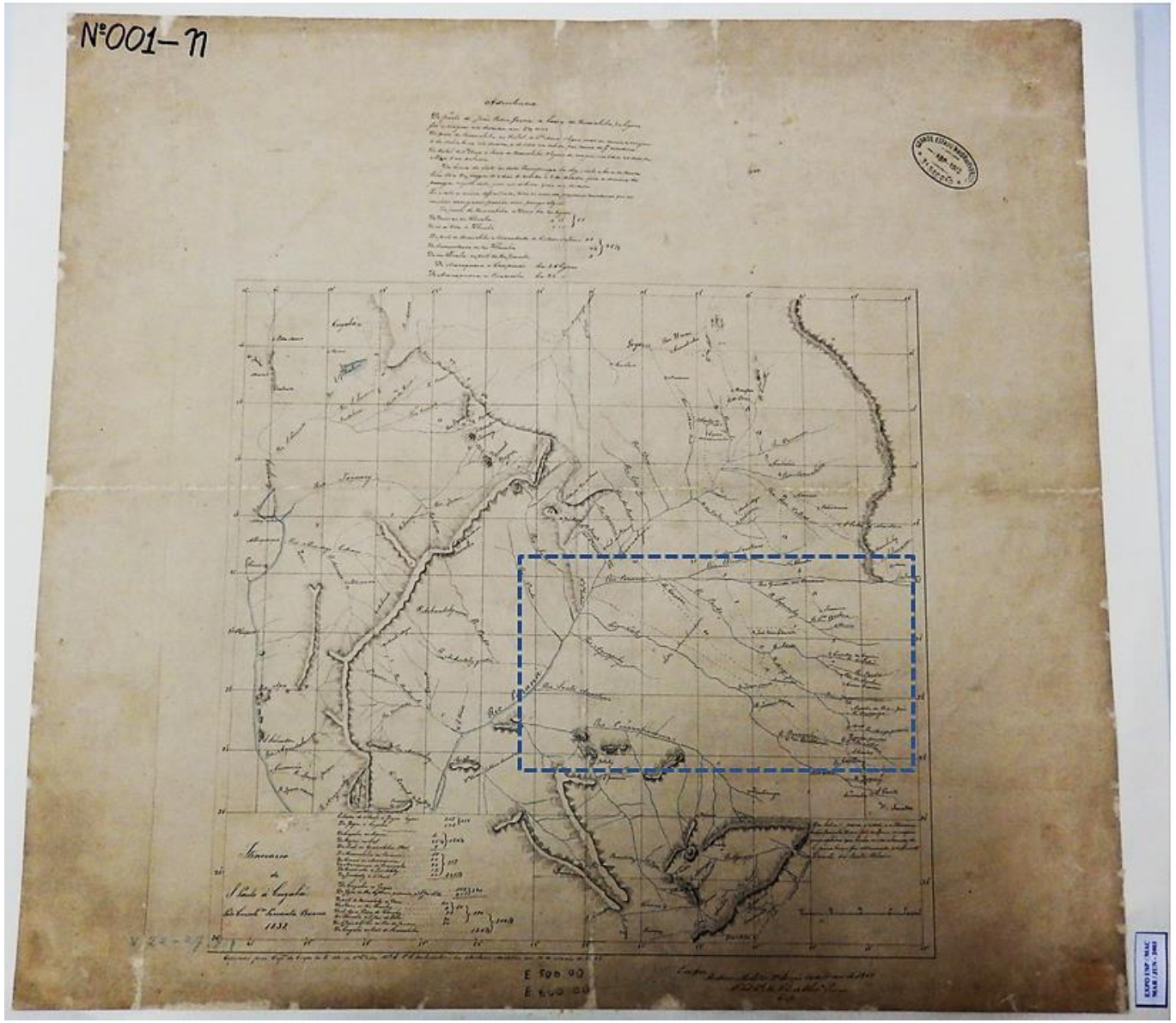
Nota explicativa do mapa (ver figura anterior, parte inferior):
De S. Paulo a Cuiabá por Goiaz 355 legoas.
De S. Paulo a Cuiabá pela nova estrada 240 legoas quando muito.

(a) Picada aberta por João Pedro Garcia Leal.

(b) Picada que se diz aberta por Joaquim Francisco (em destaque, tracejado vermelho).

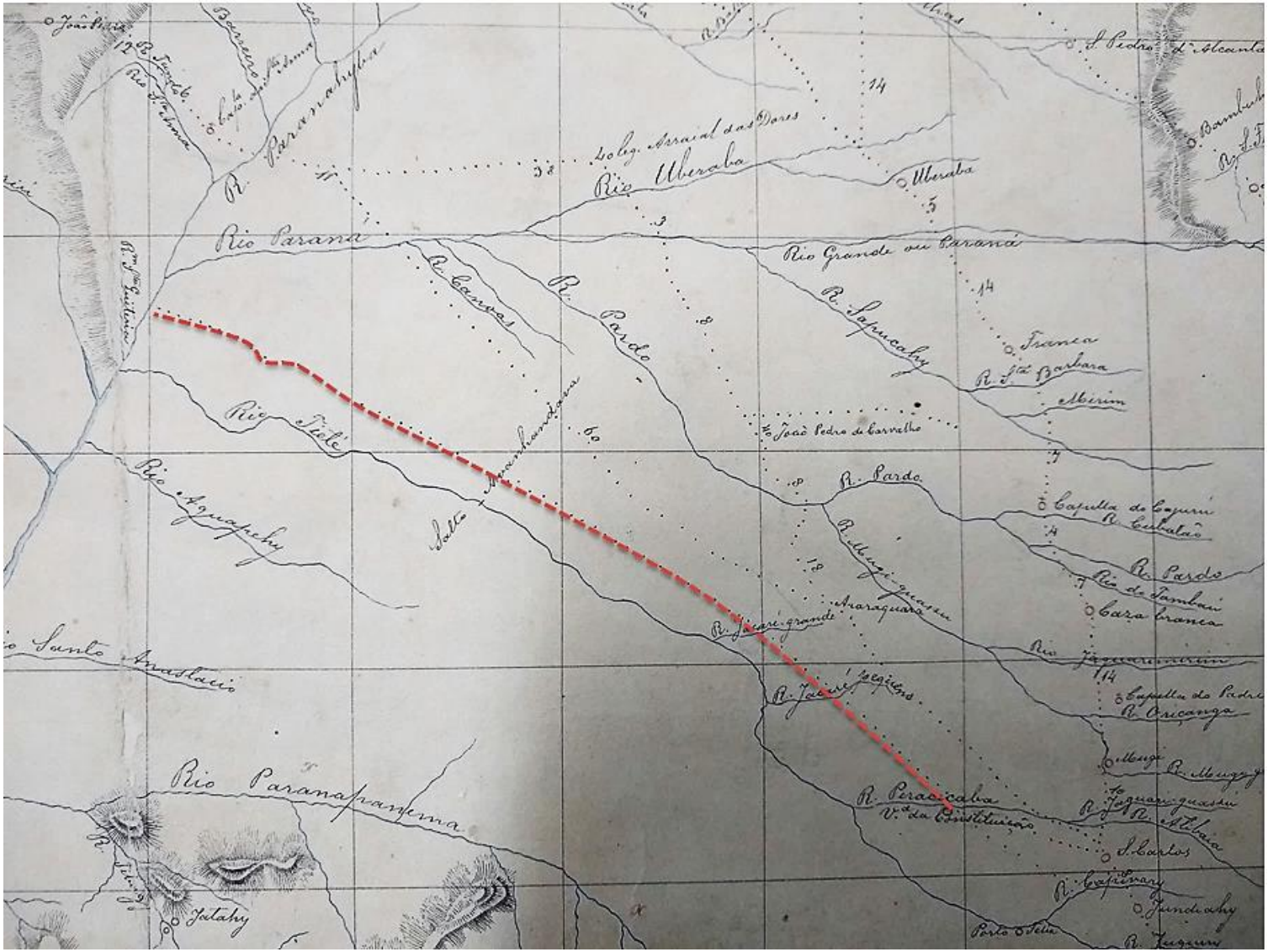
(c) Estrada que cumpre abrir para communicação, e commercio de Araraquara aproveitando-se excellente ponte de João José de Carvalho.

Figura 41: “Itinerário de São Paulo à Cuyabá. Pelo Conselheiro Pimenta Bueno, 1838” – copiado pelo Cap C. P. S. da Cunha em 1869, colorido, nanquim, medindo 69cm x 65cm.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – fotografia do autor, 2018, editado em 2019.

Figura 42: Detalhe da figura anterior “Itinerário [...]”. Notar novamente destaque em vermelho na picada aberta por J. F. Lopes, passando pelo Salto Avanhandava.


Rio Paraná
Rio Grande ou Paraná
Rio Uberaba
Uberaba
R. Pardo
R. Sapucahy
Rio Tieté
Salto Avanhandava
Rio Aguapehy
Rio Paranapanema
Rio Santo Anastacio
R. Peracicaba
Villa da Constituição
Porto de Tietê
Jatahy
Fundahy
S. Carlos
Capella do Rio Claro
Capella do Rio Corumbataí
Capella do Rio Piracicaba
Capella do Rio Tatuhy
Capella do Rio Onçanga
Capella do Rio Jundiahy
Capella do Rio Tieté
Capella do Rio Mogy
Capella do Rio Pardo
Capella do Rio Sapucahy
Capella do Rio Jaguary
Capella do Rio Atibaia
Capella do Rio Capivary
Capella do Rio Tuguim
Capella do Rio Mogy Guassu
Capella do Rio Jaguary Guassu
Capella do Rio Pardo
Capella do Rio Tatuhy

2 CAPÍTULO II: O PLANO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO MILITAR; A COLÔNIA MILITAR E O ESTABELECIMENTO NAVAL DO ITAPURA.

2.1 A questão territorial no Império do Brasil

Sobre a história do Brasil, houve algumas constantes. Uma delas foi o desafio de se "conquistar e humanizar os sertões".[198] Nas variadas possibilidades e ritmos desiguais, tal desafio foi sendo superado às vezes espontaneamente, por exemplo, na marcha para o oeste que se projetou desde os tempos coloniais com o movimento das bandeiras. Estas, quando se tratando de personagens paulistas, são visivelmente aclamadas, vistas como a primeira manifestação de proeminência de São Paulo. Contudo, também são condenadas, e revelam-se brutais no comportamento dos bandeirantes, sedentos por lucro. Após as bandeiras, têm-se as chamadas monções, jornadas ou expedições fluviais, geralmente saídas de Porto Feliz, rumo ao oeste, à Província de Mato Grosso, Goiás, e outras localidades. Além disso, os obstáculos, às vezes também eram vencidos por iniciativa do poder público, deliberada e artificialmente, em seus esforços de marcar a posse da terra imensa pela ocupação e colonização continuada.

O Império herda da antiga metrópole um território de certa maneira fragmentado, com a ausência de verdadeira unidade nacional, marcado por fortes identidades locais e regionais.[199] Além disso, o período imperial enfrentara inúmeros conflitos. Externos e internos. Foram muitos os esforços para garantir as linhas fronteiriças, sejam eles por guerras, arbitramentos ou negociações. Somente a título de exemplo: têm-se os principais conflitos externos pela posse da Província Cisplatina (1825-1828), e a Guerra contra o Paraguai (também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, 1864-1870), esta última considerada o maior confronto armado ocorrido na América do Sul. Como exemplos de revoltas internas: Confederação do Equador (1823-1824), Sabinada (1837-1838), Balaiada (1838-1841), Cabanagem (1835-1840), Revolução Farroupilha (1835-1845), entre inúmeras outras.

A realidade é que, no começo do século XIX, as fronteiras eram parcamente definidas; internamente entre as próprias províncias, e externamente entre o Brasil e os países Platinos: a fronteira Brasil-Argentina só irá ser definida no final do século XIX; fronteira Brasil-Paraguai definida somente em 1872; fronteira Paraguai-Argentina definida em 1876; a única fronteira que

---

[198] Os termos aqui utilizados (como 'conquistar' e 'humanizar') correspondem a uma perspectiva da época, num sentido ocidental colonizador, visão colonialista social de que as povoações indígenas não eram consideradas humanas, e o 'grande trabalho' do homem branco, europeu, português, era catequizar e submeter tais nações ao 'progresso colonizador'. A noção de vazio, de terras desconhecidas, desocupadas, não ocupadas, e os mais diversos termos empregados, ignorava totalmente a presença das povoações indígenas.

[199] Cf. JANKE, Leandro Macedo. *O Império do Brasil e o moderno conceito de Nação.* In: JANKE, L. M. *Duarte da Ponte Ribeiro. Território e territorialidade no império do Brasil.* (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014, p. 1-16.

fora definida nas primeiras décadas do XIX era a Brasil-Uruguai, justamente pelo processo de independência do Uruguai. Segundo Sousa Neto;

> [...] a ocupação e controle do território passou a ser capital para as elites políticas que, até a segunda metade do século XIX, ou mais precisamente, após o fim da Guerra contra o Paraguai, sequer contavam com um Estado consolidado. Assim, é possível que, embora não raro houvesse por parte das elites o desejo de integrar todo o território, faltava-lhes em efetivo os meios que iam desde o seu mais completo esquadrinhamento cartográfico às condições materiais para executar políticas com esse fito. [200]

A composição do Brasil nos moldes de uma nação moderna, sobretudo no que se refere à elaboração de identidade nacional, remete à necessidade que seus habitantes deveriam reconhecer-se como partes de um todo coeso. Ora, era preciso que, nesse momento, os "homens livres" do Império tanto se reconhecessem, quanto se fizessem reconhecer como membros de uma "nova sociedade": o "mundo civilizado", que era movido pelo então ideal de "progresso". Os novos cidadãos não deveriam perder de vista as nações europeias e seu poderio industrial. Na realidade, "se as instituições civis do Império não corriam 'parelhas em perfeição com as das nações mais civilizadas da Europa', distinguiam-se, quer pelo modo pacífico como foram erigidas, quer pelo respeito que sempre os habitantes do Império haviam guardado pelo 'direito sagrado de propriedade' [...]."[201]

Desta forma, a manutenção da integridade territorial e, simultaneamente, de uma perspectiva de expansão das fronteiras colocou-se como sendo a mais emergencial das tarefas das elites políticas do Império.[202] A construção da ideia de Nação Brasileira não foi tarefa fácil, e esteve ausente nas duas primeiras décadas que se seguiram à emancipação política. Ou seja, era necessário esforço que buscaria associar o Império e seus habitantes por meio da difusão dos valores e signos imperiais, conexão com uma história nacional, ao passado comum, língua e literatura comuns, implicando dessa forma, na ruptura com as identidades nacionais geradas pela colonização.[203]

Recém-independente então, o Brasil se caracterizava por apresentar não uma identidade nacional, mas mosaico de identidades locais.[204] Paulistas, mineiros, fluminenses, baianos, pernambucanos, gaúchos, e até mesmo portugueses-americanos, entre diversos outros, identificavam-se com suas regiões, vivendo nas partes constituintes de um todo, porém, não se identificavam com ele, não se identificavam como brasileiros. É através da apropriação física e

---

[200] SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889).* São Paulo: Alameda, 2012, p. 24.

[201] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Império do Brasil.* In: MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1987.

[202] SOUSA NETO, 2012.

[203] MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos.* Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 727-736.

[204] Cf. JANKE, 2014. O conceito de mosaico foi criado e utilizado por JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. – Ver por exemplo: Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *In: Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 21 (2000), p. 389-440.

política que os dirigentes imperiais tentavam superar os obstáculos que se apresentavam para a formação da nação.[205]

Devido a isso, o atributo central que vai adquirir destaque no processo de organização e consolidação do Império como Estado-nação soberano é o **território.** É interessante perceber então, que seria o território a referência principal na efetivação da conduta política estatal. Em outras palavras, caberia ao território, e não à sociedade, estabelecer e legitimar a identidade política do Estado imperial em vias de formação.[206] Pode-se exemplificar, com o comentário sobre o texto constitucional de 1824, referente à divisão do Império em províncias, feito por José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, evidenciando que:

> [...] o território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza interior e exterior.[207]

Para Leandro Janke,[208] a própria Constituição Imperial, chama a atenção em seu início, pois declara não os direitos do cidadão, mas preocupa-se primeiramente na definição de Império, seu território, seu governo, sua dinastia, sua religião e quem eram seus cidadãos. Em seu artigo 1º: "*O Império do Brazil é a associação política de todos os cidadãos brazileiros*."[209] Adiante no artigo 6º define que: "*São cidadãos brazileiros; I – Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.*" Para o autor, isso evidencia que a relação entre nascer e pertencer à nação, é fundamentalmente construída pela existência do território, representado como nacional. Os debates e divergências em relação à definição dos limites territoriais foram marcantes e presentes ao longo de todo o processo de construção do Estado Imperial. Estas discussões refletem, entre outras coisas, a complexidade em que os dirigentes imperiais estavam por operar, simultaneamente, com determinadas heranças, obstáculos e necessidades – um território até então desagregado, a centralização política-administrativa e a escravidão. Estes três elementos colaboraram de forma efetiva para na construção e consolidação de uma territorialidade estatal pautada na definição das fronteiras nacionais que se consolidaria somente após meados do século XIX.[210]

> De posse de um Estado territorial em meio à modernização do mundo, era chegada a hora de construir um Estado-nação [...]. Isso implicava, uma vez mais de maneira antinômica e complementar, em unificar em torno do mesmo projeto

---

[205] Cf. JANKE, Leandro Macedo. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, julho 2011.
[206] JANKE, 2014.
[207] BUENO, Jose Antonio Pimenta. *Direito publico brazileiro e analyse da Constituição do Imperio.* Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., Rio de Janeiro, 1857. In: MATTOS, Ilmar R., 1987, p. 83, grifo nosso.
[208] Cf. JANKE, 2011.
[209] BRASIL, *Constituição Política do Imperio do Brasil.* Carta de Lei de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.
[210] Cf. JANKE, 2014.

> uma população tão diversa (histórica, cultural e materialmente), distribuída de modo absolutamente desigual em território tão imenso. O projeto modernizador sairia, é claro, daqueles que controlavam o Estado e eram responsáveis, segundo eles próprios, por civilizar as gentes, estabelecer a ordem e realizar o progresso.[211]

Ao se afastarem da pretensão de que o Império do Brasil deveria possuir domínios territoriais ilimitados, os dirigentes imperiais exerceram outro tipo de expansão: uma expansão para o interior, em direção aos seus imensos fundos territoriais, considerados não explorados pelo homem branco. Expandir-se sobre os sertões era fundamental no processo de negociação dos limites do império com as repúblicas vizinhas, garantindo assim a soberania do Estado imperial.[212] Nas palavras de Mattos, "O Estado imperial deveria empreender uma expansão para dentro, de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava."[213] E era em tal expansão que residia o traço mais significativo na construção de uma unidade.

É nesse sentido que, o Segundo Reinado, particularmente a partir de 1850, representa período apontado pela historiografia como de transição do território de passado colonial para o território estatal – em vias de consolidação como nacional. Além disso, de múltiplas transições entre o regime senhorial e a formação da burguesia nacional, entre o trabalho escravizado, trabalho servil, e o trabalho livre, entre um território marcadamente de tempos lentos e outro, que alternaria temporalidades diferenciadas.[214] Talvez, fosse *A Era do Capital* [215] que apenas se iniciava: a expansão da economia capitalista pelo mundo anunciando profundas modificações.

Parece-nos então, que, este Estado, saído em crise das entranhas do maior conflito ocorrido na América do Sul, buscava se modernizar, buscava entrar para o concerto das nações civilizadas. Primeiro, para deixar de ser monárquico, porque a monarquia, assim como a escravidão, e as demais heranças coloniais, já haviam cumprido seu importante papel: tornar os vastos fundos territoriais, sob a égide do Império, novamente recursos.[216]

Com base nestas reflexões, propõe-se posicionar os planos de colonização militar dentro deste panorama, tendo como foco a consolidação do Estado territorial a partir de meados dos oitocentos, além da busca constante de inserção no mundo capitalista global. Lembrando ainda que a colonização militar precedeu os Planos de Viação,[217] produzidos, em sua maioria, durante as duas últimas décadas do Segundo Reinado (1869-1889), que visavam – após a Guerra contra

---

[211] SOUSA NETO, 2012, p. 50.
[212] Cf. JANKE, 2014.
[213] MATTOS, Ilmar R., 2004, p. 736.
[214] Cf. SOUSA NETO, 2012.
[215] HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875.* Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
[216] SOUSA NETO, 2012.
[217] Um dos primeiros planos foi o Plano Geral de Viação, realizado por Cristiano Benedito Ottoni, em 1859, que influenciou outros trabalhos posteriores. Ottoni abordou questões não só relativas ao traçado das ferrovias, mas também à melhor forma que considerava mais correta de distribuir o dinheiro público. Após o trabalho de Ottoni são elaborados ainda no período imperial: Plano Moraes (1869), Plano Queiroz (1874), Plano Rebouças (1874), Plano Bicalho (1881) e Plano Bulhões (1882). Cf. GHIRARDELLO, 2002, p. 17-22. Para saber mais sobre os Planos de Viação do Império ver: SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889).* São Paulo: Alameda, 2012.

o Paraguai recolocar a problemática de comunicação terrestre novamente em pauta, pois impediu a navegação brasileira no rio Paraguai, isolando a Província de Mato Grosso da área oriental do país – dar respostas à boa parte dos problemas que diziam respeito a diversas questões: a unidade territorial, a aproximação dos habitantes, mas principalmente, a comunicação e a interação entre os mercados internos e externos.

Permite-se assim, compreender de que maneira os grupos – os dirigentes imperiais, os planejadores, os administradores e, por que não, o próprio exército e a marinha, já que trataremos de estratégias militares – em seu contexto específico, concebiam o território e que ideologias geográficas permeavam suas ações políticas. O que se pretende demonstrar então é que os planos de colonização militar possam ser inseridos dentro desse panorama, dentro deste contexto. Não foram as primeiras estratégias de colonização forçadas pelo poder público, tampouco os últimos planos de comunicação, ocupação ou interiorização realizados pelo Império que, para alguns, fracassaram totalmente em seus objetivos.

2.2 Sistemas de colonização utilizados até meados do século XIX

As primeiras tentativas de se colonizar o interior brasileiro, que adotaram regime de pequena propriedade agrícola, foram propostas por Morgado de Mateus, coordenado por Marquês de Pombal. Através do intermédio das colônias – tanto no extremo norte, como o vale do Amazonas, quanto ao extremo sul, nas futuras Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – tentava-se criar uma classe que fosse independente dos latifundiários, uma classe média. Pois, social e economicamente, a estrutura se dividia em dois lados básicos: os senhores donos de latifúndios, brancos, com posses de monoculturas açucareiras; e do outro lado os escravizados, mão de obra, sem posse alguma, ou possibilidade de.[218]

Assim, no final do século XVIII, determinou-se que, devido a sua operosidade, açorianos iriam para o norte, e além deles, desertores casados com portuguesas. As colônias criadas tinham o perfil agrícola, cada família recebia uma propriedade relativamente pequena (1000 hectares, pois os latifúndios tinham no mínimo 13000 ha.). Ademais, recebiam ainda subsídios em forma de ferramentas, animais domésticos e alimentos. Sua principal função era de consolidar, para os portugueses, a posse daquelas regiões conflituosas, alvo de constantes disputas com a Espanha, dilatando cada vez mais aquela linha imaginária delimitada em tratados anteriores. As colônias ficavam sob a direção do oficial miliar, e sua função era, sobretudo "[...] evitar que os colonos se dedicassem ao abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual."[219]

---

[218] OBERACKER JR. Carlos H. *A colonização baseada no sistema de pequena propriedade agrícola.* In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (Dir.) *História geral da civilização brasileira.* O Brasil monárquico: reações e transações. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, volume 5, p. 260-288.

[219] Ibidem, p. 261.

Apesar dessas medidas, as tentativas da época pombalina referentes à formação de uma camada média, colonizadora, baseada na pequena propriedade agrícola, foram frustradas. Pois, em função da mentalidade e do espírito dominante na época, o trabalho na lavoura, corporal, era desprezado e considerado humilhante para o homem branco, conduzindo-os à ociosidade. Os açorianos ao norte acabaram por empregar escravos, além de usar os indígenas para a procura de especiarias agrestes; e ao sul, preferiram o pastoreio ou a pesca.[220]

O primeiro estadista após Pombal a tentar mais uma vez a colonização baseada no minifúndio e no trabalho livre foi o Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal (1817-1821). Mas, por que a escolha (ou a tentativa) de se implantar o trabalho livre? Pode-se dizer que com a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, muito começou a mudar. A abertura dos portos às nações amigas foi, talvez, a primeira grande mudança. A partir de 1810, a Coroa manifestava preocupação com o suprimento de braços, de mão de obra para a economia, que necessitava urgentemente ser repensado diante das pressões inglesas. Pois, em 1809, a Inglaterra, logicamente procurando novos mercados para sua pulsante manufatura, acaba por abolir o tráfico africano para todas as suas colônias, passando assim a pressionar seus aliados para que estes adotassem medidas semelhantes. O sistema escravista no Brasil consistia certo obstáculo à expansão inglesa. Desta maneira, a Coroa portuguesa, literalmente fugindo em terras brasileiras durante as guerras napoleônicas, e, inteiramente dependente da potência inglesa, viu-se na obrigação, em decorrência dos tratados assinados em 1810, a se preocupar com as questões do tráfico negreiro.

Foi a partir de 1808 que, um decreto permitia a imigração de não-portugueses para a Colônia, e até a concessão de terras a católicos estrangeiros; além deste, outro decreto de 16 de março de 1820 constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes, dirigindo-se aos “diversos povos da Alemanha e outros Estados.” [221] Foi este decreto que instituiu o programa para atrair imigrantes, como esforço para resolver a escassez de mão de obra que era problema endêmico no país, transtorno que ameaçava piorar, à medida que a agitação em favor da abolição dos escravos aumentava. Mesmo antes do decreto, fora criada no Espírito Santo, aproximadamente em 1817, a colônia Viana, que possivelmente já se apoiava na pequena propriedade.[222]

Houve tentativa semelhante na criação de colônia na embocadura do rio Itajaí (SC), dirigida por um militar e constituída com ex-soldados portugueses. Pretendia ainda, Tomás Antônio de Vilanova, estabelecer outras colônias com os mesmos elementos “de distâncias em distâncias nos caminhos de Minas e São Paulo.”[223] Ainda que não se baseasse no trabalho livre, e

[220] OBERACKER JR., 2004.
[221] Ibidem p. 262.
[222] OBERACKER JR., 2004.
[223] MELLO MORAES, Alexandre J. *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio.* Tomo I, Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1871, p. 192 apud. HOLANDA, 2004, p. 262.

sim no aproveitamento de escravos, as primeiras colônias estrangeiras alemãs (continham suiços também) foram fundadas neste período, no sul da Bahia, com o nome de Leopoldina (1818) pelo naturalista Freyreiss e seus conterrâneos Busch e Psycke; e sob o nome de Frankental (1821) pelo médico viajante Dr. Jorge von Schaeffer, no Peruípe, perto de Viçosa.[224]

Em 1819, há quem diga que fora criada a primeira colônia que correspondia perfeitamente ao novo tipo de colonização estrangeira aplicando o trabalho livre e a pequena propriedade: no atual Estado do Rio de Janeiro, a colônia Nova Friburgo,[225] que recebeu mais de mil imigrantes suíços (recebeu também alemães) cada um com sua pequena propriedade, com a tarefa de cultivá-la com as próprias mãos, como um empreendimento familiar.

No Governo Imperial, por influência das ideias de José Bonifácio, von Schaeffer (Major da Guarda-Civil e Agente de negócios públicos) foi enviado à Alemanha por D. Pedro I, juntamente com D. Leopoldina, angariar soldados para a guerra iminente com Portugal e colonos para a formação de colônias de caráter agro-militar. Assim, criou-se a Colônia alemã de São Leopoldo (1824) e que, segundo Oberacker Jr,[226] chegou a demonstrar, melhor que todas as outras, as principais características que faziam divergir a nova colonização do antigo sistema português. Os colonos recebiam, no início, glebas de 70 a 75ha, que foram doadas pelo Governo até o ano de 1854 – a partir desta data, cobrava-se certa importância. A colônia abrangia, a princípio, 1028 lotes, tendo lugar para a mesma quantidade de famílias, sendo aproximadamente 5000 imigrantes.

> Cada colônia era formada de picadas ou linhas de uma sede, que era o local destinado para futura vila ou cidade, dividido em ruas, quadras e pequenos lotes, reservando-se lotes especiais para a futura prefeitura, igrejas, escolas, cemitério. Na sede localizava se a administração da colônia, bem como os primeiros comerciantes, artesãos, o padre, o médico, etc. Os lotes dos colonos agricultores ficavam situados nas chamadas picadas; para a divisão da gleba territorial destinadas aos colonos partia-se de uma linha previamente fixada, abrindo-se verticalmente a ela, numa largura de 6,6 metros, as picadas ou linhas, nas quais se marcava a frente dos lotes, medindo 220 metros, enquanto que o fundo, somente assinalado atingia 3.300 metros. Mais tarde passaram a ser consideradas as condições geográficas do terreno a ser loteado, sendo então as

[224] OBERACKER JR., 2004.

[225] Não adentraremos em detalhes, mas, de forma muito sucinta, pode-se dizer que, em Nova Friburgo, foi construído um mito fundador da "suíça brasileira": evidenciando a visão romantizada de discurso com uma forte noção de civilização e prosperidade da colônia, que segundo MARRETTO é uma tese que não resiste a uma análise empírica e consiste numa força para apagar o passado escravista da história do atual município. Segundo o pesquisador, "A memória mais difundida sobre a fundação de Nova Friburgo baseia-se na ideia de que a cidade havia sido colonizada exclusivamente por suíços e que a escravidão não existia, ou, quando existia estava em segundo plano [...]. Esta teoria isolacionista, evidente no discurso, visa diminuir a importância do passado escravista para a formação da Vila de Nova Friburgo e para atingir esse objetivo afirma que Nova Friburgo era uma ilha de 'liberdade', cercada pelo mundo escravista." In: MARRETTO, Rodrigo M. *A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX.* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014, p. 6.

[226] OBERACKER JR., 2004. – Outras colônias foram situadas ao longo do caminho para a fronteira sulina: Santo Amaro e Itapecerica (1829), próximos da capital paulista; Rio Negro (1829), na fronteira entre PR e SC; São Pedro de Alcântara (1828), perto de Florianópolis (SC); Três Forquilhas e S. Pedro de Alcântara, perto de Torres (RS), além de São Leopoldo (1824) perto de Porto Alegre (RS).

> medidas mais em uso 250 metros de largura e 1000m. de comprimento. [...] Todas as picadas, direta ou indiretamente, desembocavam na sede da colônia.[227]

Ainda, para o mesmo autor,[228] a colonização baseada no regime da pequena propriedade não era somente de alcance demográfico, mas de amplitude favorável a todos o setores da vida nacional, influenciando a economia, a sociedade, a cultura, principalmente nas três Províncias sulinas. Surgiu com os colonos, que eram tanto agricultores quanto artesãos, pequenos industriais e comerciantes, a possibilidade de uma classe média, que, ao passar das décadas, começou a constituir o fundamento do progresso econômico do sul brasileiro.

Entretanto, em suma, o sistema de núcleos coloniais adotados por D. João VI e D. Pedro I não dera resultados muito animadores. Reconhecia-se a necessidade de povoar o país, e para isso valia-se de políticas colonizadoras. Com exceção de alguns núcleos criados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (pode-se até mesmo abranger outros casos no Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro), onde após muitos esforços, a colonização chegou a prosperar; nos demais, fracassou invariavelmente, mesmo através do empenho da administração Imperial em estimular seu desenvolvimento. [229]

Diversas vezes o Império visou à criação de núcleos semelhantes aos que haviam fundado em SC e RS, com o objetivo de promover estabelecimentos de mineração, agricultura e indústria. Todavia, as condições não eram favoráveis, e as diversas tentativas feitas, com o intuito de se promover a formação de núcleos coloniais, estavam fadadas, se não ao completo fracasso e malogro, pelo menos a um resultado decepcionante. Havia dificuldades em motivar a imigração, e quando se conseguia trazer o colono, este se deparava com sérios problemas de adaptação. Por isso, basicamente, os resultados de tais iniciativas foram escassos e diminutos. Acarretando, desta forma, incertezas e descrenças em relação ao êxito da imigração, desanimando as experiências, e desprestigiando a política imigrantista – dando assim, força ao discurso que via no trabalho escravo a única e duradoura solução para o problema de mão de obra.[230]

Os representantes da grande lavoura, os senhores das terras, ansiosos com as questões de mão de obra (que estavam por vir, substituindo os negros escravizados), não aceitavam a política colonizadora levada a efeito pelo Governo Imperial. Em seus discursos, afirmavam que o "país" necessitava de braços e não de núcleos de povoamento que consumiam verbas governamentais e revelavam-se, cada vez mais, ineficazes e improdutivos. Na realidade, essa opinião se manifestava em certos setores – nas terras em expansão, os cafezais principalmente – mais empenhados na obtenção de mão de obra para suas fazendas, do que realmente numa

---

[227] OBERACKER JR., 2004, p. 266-267.
[228] Ibidem, p. 285-288.
[229] HOLANDA, Sergio Buarque de. Et al. O escravo na grande lavoura In: HOLANDA, S. B. (Dir.) *História geral da civilização brasileira.* O Brasil monárquico: reações e transações. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, volume 5, cap. II, p. 165-218
[230] COSTA, Emília Viotti da. Primeiras experiências do trabalho livre. In: COSTA, E. V. *Da Senzala à Colônia.* 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 109-168.

política geral de povoamento, que só muito remotamente, poderia vir a satisfazer seus interesses mais urgentes.[231]

Para Costa,[232] era clara a oposição entre a política dirigida pelo poder central e os interesses dos fazendeiros paulistas, principalmente. Com tais políticas colonizadoras, o governo do Império visava, sobretudo, estimular a imigração de povoamento – tipo de colonização levada a efeito em núcleos coloniais, nos quais o imigrante tinha acesso à propriedade. Considerava-se que, somente assim, poderia se estabelecer um tipo de imigração com resultante realmente civilizadora. Ainda para a autora, a ameaça que pairava sobre o tráfico de escravos desde a década de 1830, – e que se tornou realidade na década de 1850 – serviu para estimular o prosseguimento das tentativas de colonização. Obrigava desta forma, a expansão cafeeira em pensar em alguma solução que resultasse na substituição do braço escravo.

Começaram tentativas de substituição do elemento escravo pelo então sistema de parceria. Foi realmente a iniciativa particular, levada a efeito por Nicolau de Campos Vergueiro (o qual foi Ministro do Império, da Fazenda, da Justiça, deputado, senador por Minas Gerais, etc), que promoveu as primeiras experiências – importação de trabalhadores europeus para a lavoura paulista – de forma ampla e sistemática. Em 1840, quando a crise de braços ainda não tinha chegado a sua pior fase, Vergueiro introduzira cerca de 90 famílias de camponeses da região de Minho (Portugal) em sua fazenda. Foram os primeiros imigrantes europeus chamados por iniciativa particular a trabalhar na grande lavoura.[233]

Alguns anos depois, conseguindo subsídios do governo imperial, Vergueiro organiza uma sociedade visando promover a vinda de colonos, dessa vez, como empreendimento. Voltava-se agora para a Suíça e Alemanha, fazendo vir para sua fazenda Ibicaba, próximo a Limeira (SP), colonos que chegaram em 1847. As primeiras 364 famílias foram contratadas na Alemanha. Os colonos tinham a viagem e o transporte pagos até a fazenda. Essas despesas eram feitam como adiantamento, assim como os gastos com manutenção, até que começassem a produzir para seu sustento. Cada família de colono teria a seu cargo determinado número de pés de café para o cultivo, colheita e benefício, segundo sua capacidade. Aos colonos era permitido o cultivo de mantimentos para a própria subsistência nas terras das fazendas, entre as fileiras de café, mas deveriam dividir com o fazendeiro os lucros obtidos na venda dos mesmos. O colono receberia metade do lucro líquido apurado na venda do café colhido por ele.[234]

Por esse sistema de parceria, foram introduzidos em São Paulo, principalmente intermediados pela Sociedade Vergueiro & Cia., e entre os anos 1852 e 1855, numerosa

[231] COSTA, 1998.
[232] COSTA, 1998.
[233] HOLANDA, Sergio Buarque de. As colônias de parceria. *In:* HOLANDA. (Dir.) *História geral da civilização brasileira.* O Brasil monárquico: reações e transações. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, volume 5, cap. IV p. 289-307.
[234] HOLANDA, 2004.

quantidade de colonos. No ano de 1855, o vice-presidente Antônio Roberto de Almeida, assinalava: uma colônia em São Sebastião, quatro em Jundiaí, quatro em Rio Claro, sete em Campinas, uma em Constituição, duas em Bragança, uma em Paraibuna, cinco em Limeira, quatro em Ubatuba, uma em Taubaté; e registrava 3217 colonos, sem contar os da colônia de Ubatuba, pois lhe faltavam dados.[235]

Acreditaram alguns ter finalmente alcançado a fórmula para a substituição dos escravos Porém, logo depois, as esperanças foram logo desfeitas. Iniciado entre as expectativas mais otimistas, o sistema Vergueiro não correspondeu, entretanto, ao entusiasmo com que a princípio foi aclamado. Muitos donos de terras conseguiam assegurar o serviço permanente de tais trabalhadores, forçando-os por meios indiretos a acumular outras dívidas que os reduziam praticamente à condição de servos. Outros proprietários queixavam-se que os colonos eram indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, dados ao vício da bebida, violentos e avessos a cumprir tarefas e pouco produtivos. Os fazendeiros diziam que os colonos não se adaptavam aos trabalhos braçais e árduos que exigia a cultura do café – que um escravo cuidava em média de 3 mil pés de café, chegando a 3,5 mil enquanto que uma família de colonos não era capaz de se ocupar de mais de 1,5 a 2 mil pés.[236]

Os colonos assim que podiam, reagiam fugindo das fazendas, fixando-se em núcleos urbanos e dedicando-se ao comércio, à pequena indústria e ao artesanato. Reclamavam contra o sistema de contas feito para deduzir sua parcela de lucro sobre a produção obtida. Consideravam injusta a obrigação de dividir com os proprietários, os excedentes dos gêneros alimentícios. Os descontentamentos acumulados chegaram a explodir várias vezes em pequenas revoltas. Os que dispunham de alguma reserva de dinheiro, migravam para áreas mais novas, onde compravam pequenas parcelas de terras e plantavam café. [237]

Dessa maneira, o regime de parceria que, em princípio, se apresentara como a solução ideal para o problema de mão de obra nas regiões de economia cafeeira, falhara na prática:

> O sistema de parceira perdia rapidamente o prestígio, minado pelas próprias contradições. Os colonos sentiam-se reduzidos à situação de escravos, e os fazendeiros, por seu lado, viam-se burlados nos seus interesses. O regime pecara pela base. Pretendera-se criar um tipo de trabalho que pudesse substituir vantajosamente a mão de obra escrava na cultura cafeeira. Procurara-se a solução num regimes misto que conciliasse o interesse do fazendeiro habituado à rotina do braço escravo com o do colono, ansioso por adquirir uma propriedade, melhorar as condições de vida e ascender na escala social.[238]

Nesse mesmo período, meados do século XIX, outro sistema que, teoricamente surgiria não para resolver a problemática da mão de obra escrava, mas para solucionar diversas outras questões, entre as principais, a territorial – foi a colonização militar. Todos os exemplos

[235] COSTA, 1998, p. 125.
[236] Ibidem, p. 129.
[237] COSTA, 1998.
[238] Ibidem, p. 136.

mencionados até então, criados em sua maioria até 1850, foram, novamente, para situar os planos de colonização militar dentro do panorama em que diversas outras tentativas estavam sendo experimentadas. No processo de formação territorial do Brasil há clara vinculação entre as políticas territoriais de Estado e as formulações estratégias do Exército. Eram intrínsecas as relações entre as classes dominantes – neste caso a oligarquia agrária, basicamente os grandes fazendeiros cafeicultores – o poder e administração Imperial, e o Exército; em jogo complexo, o qual não se desejava ter um único vencedor.

2.3 Antecedentes e origens das colônias militares no Brasil

É interessante recordar que a maioria das antigas nações cogitou em povoar seu território de elementos nativos, para que, dessa maneira, seus habitantes estivessem penetrados com o sentimento de Pátria, com apego ao solo, com a ocupação continuada, e as suas tradições. Além disso, sabe-se, pois, que todas as antigas nações serviam-se, umas mais, outras menos, conforme as exigências de segurança, em suas fronteiras, de postos de guarda para a proteção do seu território. Entretanto, não bastava para isso aparato somente militar, porque tais entrepostos passariam a viver muitas vezes de recursos locais, onde instáveis e incertos eram os meios de subsistência. Foi a partir daí, que se tornou necessidade associar àqueles pontos ou guardas territoriais a elementos civis, nacionais, de procedência militar, para trabalhos agrícolas e a exploração de produtos naturais.[239] Segundo Silveira de Mello,[240] no Brasil colonial, a expansão foi balizada de forma semelhante ao norte, ao oeste e ao sul, por destacamentos militares em torno dos quais se fizeram ensaios de povoamento. Graças a estes postos de guardas, tornou-se possível por aqueles extremos, desenhar, de certa maneira, os contornos territoriais da época.

Tal desejo e empenho em proteger e povoar as fronteiras mostra-se, em diferentes épocas, na história da Colônia do Sacramento (atual Uruguai), dos Fortes de Sta. Teresa (atual Uruguai) e S. Miguel (atual Uruguai), da Vila de São Pedro (BA), da Praça de Nossa Senhora do Iguatemi (MS), de Coimbra (MS), Casalvasco (MS), Real forte do Príncipe da Beira (RO), Tabatinga (AM), São José de Marabitanas (AM), São Joaquim (RO), entre tantos outros. Apesar de não utilizar o sistema de colonos, eram verdadeiros fortes e fortalezas que realizaram parte fundamental na ocupação e defesa de nossas fronteiras. Ainda segundo o autor,[241] o Governo imperial, no começo do Segundo Reinado (1840-1889), precisou voltar à guarda e proteção das fronteiras. Dessa forma, recorreu então à experiência "deixada pelos velhos baluartes ali outrora estabelecidos."[242] Porém, pensou-se em corrigir a insuficiência destes últimos, no que tange ao povoamento, dando-lhes função *colonizadora* – apropriada com a ocupação das terras nestas regiões.

---

[239] MELLO, Raul Silveira de. *A Epopéia de Antônio João. Aos 100 anos da epopéia militar dos Dourados.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969 (Coleção General Benício, v. 71, publ. 393).
[240] MELLO, 1969.
[241] MELLO, 1969.
[242] Ibidem, p. 71.

Com isso em mente, pode-se afirmar que uma, das diversas origens da colonização militar brasileira fora inspirada no império romano. Alguns planejadores buscaram na prática romana de, após a conquista por guerra, formar acampamentos militares e daí colônias militares. Essas ainda eram bases de futuras cidades, como se deu com inúmeras delas, entre os anos 300 AC e 150 DC. Ora, sendo nosso exército do século XIX de certa maneira obsoleto, nada mais natural em escolher aquele sistema que tipificava a colonização militar:

> Assim procederam os romanos na fronteira do Reno face às nações bárbaras do norte. As terras, eles as repartiam em glebas e as distribuíam aos soldados ao completarem o tempo de serviço, sob a dupla condição de ali se estabelecerem com suas famílias e levarem seus filhos, na idade propícia, às juntas de alistamento militar. Estes, por seu lado, depois de cumprido o serviço das armas, deviam voltar ao teto paterno ou receber as glebas que lhes coubessem.[243]

Outra influência, segundo Mello,[244] pode ter sido a experiência em que Valdívia, na conquista das terras do Chile colonial, serviu-se também desse gênero de ocupação e defesa do solo, a que chamou de colônias militares. Em razão disso, pôde cuidar da cultura do solo e garantir-se contra os mapuches (ou araucanos) que se mostravam irredutíveis na defesa de seu território.

Machado D'Oliveira, que publica em 1846 o "Plano de uma Colonia Militar no Brasil",[245] – o qual irá ser descrito em tópico seguinte – de grande influência no período, diz que foi através das viagens e escritos de Duque de Ragusa (nobre e marechal do império francês), que conheceu sobre as colônias militares nos Governos da Rússia e Áustria. Tais sistemas eram de organização metódica, e que beiravam o despotismo militar. Continua explicando que os estabelecimentos se aproximavam de acantonamentos militares, onde os corpos eram completamente organizados, com todo aparato militar disponível, e que não se relacionava com a intenção brasileira de criar colônias objetivando a posse e o cultivo a terra. Dessa forma, não serviria ao Brasil como modo de colonização.

Segundo Oberacker Jr., o ministro das Relações Exteriores Luís José de Carvalho e Melo (1823-1825) estudava a temática das colônias militares e, a partir disso, solicitou a Antonio Teles da Silva Meneses (embaixador em Viena), conhecido também como Marquês de Resende, informações sobre as colônias do império Austríaco. Em 1825, Teles da Silva enviou de Viena ao ministro o livro "Fronteiras Militares" escrevendo: "[...] pela ideia que tenho dessas colônias me parecem um estabelecimento de militares que são ao mesmo tempo agricultores [...] o que será muito vantajoso na nossa querida pátria [...]", pois "[...] o esgrimir com uma mão a espada, não impede a outra de guiar o arado."[246]

---

[243] MELLO, 1969, p. 70.
[244] MELLO, 1969.
[245] D'OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Plano de uma Colonia Militar no Brasil*. In: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa. Tomo sétimo. nº 26, julho de 1846, p. 239-255.
[246] OBERACKER JR., 1975, p. 96 citado por BRÜGGEMANN, 2013, p. 39.

Os planos do inglês M. Gladstone também foram consultados quando fazia parte do segundo gabinete do 1º ministro Robert Peel (1841-1846), e apresentara projeto para alcançar a preparação material das colônias a baixo preço. O plano consistia no emprego de corpo de soldados sujeito à direção de um engenheiro geral. Com o emprego da mão de obra militar, propunha o grande estadista a obter 10 mil colonos por 100 mil libras – ou seja, 10 libras por colono.[247]

Já de acordo com Vasconcellos, em "*Colônias Militares – Memória*",[248] publicado em 1867, entre todos os sistemas, o que pareceu mais regular no caso de ser adotado, foi o proposto para a Argélia no ano de 1841 por Landemann. Este sistema, que conforme o autor seria o mais apropriado às nossas circunstâncias, teria mais relação com os nossos usos e costumes, com muitos mais pontos de semelhanças e de contato do que outro qualquer; resume-se em criar colônias agrícolas, religiosas e militares na Argélia para defesa de suas fronteiras e catequese dos indígenas.

> Nós (o Brasil) modificando-o (o sistema), o poderemos adoptar, colhendo maiores vantagens, porque estamos em condições muito mais favoraveis, sem inimigos encarniçados e combater, sem uma guerra religiosa a sustentar com povos de crença diverça, e sem hordas irreconciliaveis a domar, caso em que a França se tem visto mais de uma vez depois da conquista. [...] Com este systema podem ligar-se perfeitamente o de colonisação agricola, o de mendicidade e vagabundos e o penitenciário; e assim caminharemos a differentes pontos debaixo dos mesmos princípios:
>
> *Á guarda e defensa das fronteiras.*
> *Á catechese e civilisação dos Indios.*
> *Á protecção da navegação fluvial.*
> *Á colonisação agricola do paiz.*
> *Á expurgar a sociedade de mengios e vadios.*
> *A dar trabalho e futuro a sentenciados civis e militares por crimes leves.* [249]

Igualmente, há possíveis modelos no pequeno artigo publicado originalmente na revista francesa *Moniteur de l'Armée,* traduzido e reeditado na *Revista Militar*[250] em 1858, que expõe sobre as colônias militares na China. Conforme o texto, é tradicionalmente ligado ao oriente a utilização de sistemas coloniais e militares-agrícolas. Um célebre general chinês, comandante-chefe dos exércitos, inaugurou em 61 AC o sistema que consistia em dar aos soldados – encarregados de ocupar diferentes posições para a defesa da fronteira – terras, gado,

---

[247] OURIQUE, Jacques. Colônias e Estradas militares*. In: Revista do Exército Brasileiro.* Anno Quarto. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1885, p. 97-101.

[248] VASCONCELLOS, José Rufino Rodrigues. *Colônias Militares – Memoria.* In: BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra – João Lustosa da Cunha Paranaguá. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. – O texto contém 130 páginas muito bem elaboradas que propõem, na verdade, uma reestruturação do sistema de colônias militares e mistas no território brasileiro: Neste estudo, o autor explica sobre os objetivos com que foram instituídas as colônias militares (CM); descreve todas as colônias criadas até então nas Províncias brasileiras; esclarece as causas da decadência das CMs e como devem ser recuperadas e reorganizadas; e por fim, elabora um novo projeto de regulamentação geral para as colônias militares e mistas, entre outros aspectos importantes.

[249] Ibidem, p. 4.

[250] COLONIAS Militares na China. Revista Militar. Tomo X. Lisboa: Typographia Universal, 1858, p. 509-511.

instrumentos de lavoura, sementes e habitações, para que pudessem viver com certa comodidade. Desde então diversas colônias foram estabelecidas. Elas estão divididas em duas categorias: a primeira compreende todas as que são destinadas à defesa da fronteira, foram quase em sua maioria estabelecidas, por motivos políticos e estratégicos, ao norte e oeste da Mongólia. O segundo tipo são aquelas que foram implantadas no interior do império, e têm como função à cultura agrícola e abastecer às tropas do imperador.

> Passado o tempo, as colonias foram propagadas até o interior do império, nas margens dos rios e em toda parte onde a agricultura tinha pouco desenvolvimento. [...] Em 1812, as colonias chinezas occupavam uma porção de solo equivalente a 2.568.000 hectares; actualmente já occupam mais de 3 milhões de hectares, e cada vez tomarão maior desenvolvimento. Os magníficos arrozaes de Khai-Fung foram estabelecidos em 1849 por uma colônia militar [...].[251]

Ainda como parâmetro, estudaram-se experimentos na Bélgica com colônias-presídios, práticas inglesas de colonização na Índia, América do Norte, e nas fronteiras da Rússia com a Ásia também foram considerados. Buscavam também inspiração das colônias austríacas na Croácia e na região da Eslavônia.[252] Com todos estes exemplos prospectados, o governo imperial formulou sua própria versão de colônia militar.

Abordando visão contemporânea, Alves[253] compreende as colônias militares dentro do amplo aspecto do século XIX relacionadas à formação de instituições militares, ao lugar da ciência e do conteúdo científico na constituição das elites intelectuais do império, e à produção do conhecimento geográfico e histórico pelo Exército no Brasil. Segundo a autora, a profunda desigualdade baseada na propriedade de terras e escravos marcava a formação das elites dirigentes do Império, originadas na violência, e que perpassava e abrangia vários aspectos além de somente as relações sociais.

A supremacia das oligarquias regionais, tradicionalmente já estudadas, configurara uma sociedade imbuída de interesses privados da classe dominante – que se recusava, resistia em diversos níveis, a se submeter à mediação do Estado na manutenção do controle. As forças discordantes que operavam na estruturação do Estado imperial brasileiro se refletiam na própria constituição das forças militares. O Exército configurava-se, por assim dizer, a força de coerção, também repressiva, diretamente ligada ao poder central. Desta maneira, o trabalho de domínio do território, indispensável à segurança nacional, exigia a presença de tal corporação em todo o país.[254]

Foi em meados do século XIX, que se criou o campo de experiências que estariam na base da produção intelectual dos oficiais do Império, permitindo que o exército viesse a ser

---

[251] REVISTA Militar, 1858, p. 510.
[252] WOOD, 1972, p. 2.
[253] ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales.* Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (60), 1 de agosto de 2006.
[254] ALVES, 2006.

pensado como instituição capaz de fornecer homens para dirigir a nação. Consolidando-se assim na década de 1850, a presença nacional das forças do exército. Desta forma, associavam-se as obrigações do exército ao conhecimento específico diretamente relacionado ao domínio do território. Ainda as:

> [...] iniciativas de povoamento de áreas do interior do país, iniciadas na década de 1850 foram exemplos da associação entre a função precípua do exército com a relação à guarda do território o estabelecimento de um campo de experiência e conhecimentos sobre o país e as questões vinculadas à construção da Nação. [...] Ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país.[255]

Apesar das frustradas experiências anteriores, os estadistas do Segundo Reinado elaboraram tentativa com colonos brasileiros – e, em alguns casos excepcionais, estrangeiros – mas agora, sob a disciplina militar. Cria-se então, o novo sistema de implantação de colônias militares, onde o colono, sob orientação militar, deveria ser ambivalente: soldado e agricultor. Havia a preocupação de, sempre que possível, a preferência recair sobre elementos nacionais, ao invés de doar terras a imigrantes, os benefícios deveriam ser em favor dos brasileiros.[256]

Para Joaquim da Silva Rocha[257], o Governo Imperial elaborou a colonização militar com o intuito de atrair espontaneamente cultivadores para os campos, mas não era esse o único objetivo. Atendendo também às particularidades brasileiras – como o território insuficientemente povoado – pretendia-se levar habitantes para os sertões, garantindo assim a posse da terra, e a proteção das fronteiras. Além disso, Rocha descreve brevemente em "*Colônias de aspecto triplo e comparação sobre colônias militares em periodos diversos*"[258] que os problemas apresentados nas propostas interessavam a vida do país de modo positivo: porque, se de um lado, vinha garantir-se a integridade territorial da nação, do outro, além da questão de regeneração do caráter de parte considerável da população, e diga-se, improdutiva, proporcionavam-se meios de grande desenvolvimento da agricultura. A esses novos postos de guarda, sem mencionar outros similares de fins policiais e punitivos, chamados de *presídios militares*, deu-lhes o governo o nome de *colônias militares.*

Dessa maneira, sonhos quase utópicos acompanharam o governo brasileiro nas decisões de estabelecer colônias militares, em meados dos Oitocentos. Defensores dos planos creditavam a essa forma de colonização um poder de reparação capaz de solucionar amplos espectros de problemas sociais, econômicos e políticos. Para eles, as colônias militares resolveriam quase tudo: desde pacificar os indígenas, até construir estradas e impulsionar a economia.[259] Ora, com a

---

[255] ALVES, 2006, p. 5.
[256] SILVA, M., 1972.
[257] ROCHA, Joaquim da Silva. *História da Colonização do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, 1º vol., citado por: SILVA, M., 1972, p. 13.
[258] ROCHA, Joaquim da Silva. *História da Colonização do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, 2º vol., p. 307-321.
[259] WOOD, 1972, p. 3.

confiança tão alta neste tipo de colonização, não é de se admirar que os resultados obtidos, por mais consideráveis que fossem, não teriam correspondido às expectativas. Uma carta enviada ao Visconde de Olinda (Pedro de Araújo Lima) de Francisco José de Sousa Soares de Andrea (militar e político luso-brasileiro) – que era um grande defensor do sistema de colonização militar no Brasil – resume algumas das funções e objetivos das colônias militares além dos sentimentos e o potencial atribuído a tal sistema:

> As colônias militares são indispensáveis para a ocupação e posse do território ao longo de nossa fronteira, para a proteção de remotas estradas e da navegação fluvial, para forçar a civilização e obediência às hordas de selvagens que ocupam vastas extensões de terras, ou para impor respeito às pessoas indisciplinadas, espalhadas por essas grandes regiões [...].
>
> Subsidiando-as por cinco ou seis anos, é o suficiente para garantir dez ou doze famílias [...] Em poucos anos elas atrairão a população tão indispensável para a segurança de uma fronteira tão extensa e desenvolverão a riqueza necessária.
>
> O tempo, esforço e dinheiro gasto neste projeto serão bem recompensados pela exposição de regiões distantes às forças armadas, mostrando aos índios a impossibilidade de continuar sua existência errante, desenvolvendo a população e a agricultura [...] facilitando, acelerando, e tornando segura a nossas comunicações internas.[260]

Então, foi a partir de 1850 que o império instalou criteriosamente pequenos contingentes de soldados-colonos em locais estratégicos, aplicando com muito esforço todos os seus recursos físicos e humanos, acreditando que havia resolvido muito dos seus problemas. Localizados em pontos-chave nas principais rotas de transporte, os assentamentos militares procuraram estabelecer e manter comunicações essenciais e ao mesmo tempo incentivar e proteger o tráfego comercial. O governo esperava que estes estabelecimentos trouxessem a lei e a ordem para as fronteiras, assim como transformariam índios hostis, fugitivos da justiça, vagabundos e outros elementos marginais da sociedade em cidadãos produtivos, submetendo-os ao regime militar.[261]

Ainda segundo Wood,[262] embora cada estabelecimento tendesse a ter seu próprio foco de utilidade e proveito, duas considerações fundamentais inspiraram o fomento da colonização militar no Brasil. Um dos objetivos básicos era o estratégico; e o outro econômico. Em primeiro lugar, estrategicamente, governantes acreditavam que as colônias iriam ajudar a pacificar o interior pelo policiamento de suas estradas, rios e florestas; a fim de livrá-lo de índios hostis, quilombolas, bandidos, criminosos, etc. Ao mesmo tempo, tinham esperança que a colonização ajudasse a explorar territórios pouco conhecidos e a estabelecer e manter a reivindicação brasileira de áreas fronteiriças disputadas entre nações vizinhas. Defensores deste sistema de colonização alegavam que, em casos de agitação civil ou ataque estrangeiro, as colônias serviriam de bases de suporte para as forças governamentais, provendo as tropas com gêneros alimentícios, animais de carga e transporte, além outros tipos de reforços.

---

[260] WOOD, 1972, p. 4 (tradução nossa).
[261] Ibidem, p. 11.
[262] Ibidem, p. 5.

Em segundo lugar, economicamente, oficiais viam os estabelecimentos militares como método de povoar o interior. Com a ordem reforçada pelas guarnições coloniais, eles sentiam que haveria mais incentivo para os brasileiros principalmente, mas também os imigrantes, povoarem o sertão. Por este meio, o governo poderia introduzir o sistema de pequenas propriedades rurais, e sob disciplina militar, poderia "lucrar" com a "energia latente" de "índios, negros livres, veteranos e vagabundos". Como resultado final, o governo seria capaz de explorar os recursos naturais, especialmente o solo, e ao mesmo tempo, estimular e expandir o comércio e a indústria, além de melhorar os sistemas de transportes e comunicação. Porém, antes de acontecer qualquer um desses benefícios, soldados teriam a grande tarefa de pacificar o interior da nação.[263]

Os "Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Guerra", ou simplesmente Ministros da Guerra, eram enérgicos ao discorrerem sobre a conveniência e a necessidade de fomentar o desenvolvimento das colônias militares. As passagens adiante, que constam nos relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa, além de confirmar as ideias de David L. Wood referenciadas anteriormente, resumem muito o pensamento sobre as colônias militares na época, e as diversas funções que se creditava ao sistema.

A primeira é relativa ao ministro Jeronymo Francisco Coelho (mandato 1857-1858), e a segunda pertence a Luis Alves de Lima e Silva, mais conhecido como Marquês de Caxias (mandato 1861-1862):

> O fim destas fundações, como sabeis, varia conforme a necessidade, que as aconselha. Entre nós a sua adopção não tem, como em outros paizes, por origem, certas necessidades especiaes, que lhe imprimem o caracter essencialmente agricola, ou industrial e artístico, ou o penitenciário, ou o philantropico; não se trata, por meio dellas, nem de combater o pauperismo, nem de moralisar e utilisar os vagabundos, e os desregrados, nem mesmo (como fim principal), o de aumentar os productos do solo. O de que se trata é estabelecer nucleos de povoações, em lugares remotos centraes e despovoados, onde só a principio podem resistir ás privações, e permanecer como colonos, individuos habituados á obediencia passiva, adquirida pelos severos habitos da disciplina militar. A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se tem accumulado vagabundos e malfeitores, que ameação a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais proximos. Taes colonias, portanto, têm o caracter pronunciadamente militar, e embora nellas entre o elemento agricola, ainda assim são mais que tudo colonias policiaes, de segurança e de defesa, que garantem ao mesmo tempo futuro o infallivel desenvolvimento de povoações, que um dia indemnisaráo, com vantagem, todos os sacrificios, que com ellas se fizerem. [264]

> Em um paiz vastissimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldo de população civilisada; em outros, apenas habitado por selvagens; limitrophe, além disso, com estados em identicas senão menos lisongeiras condições, o estabelecimento de colonias militares não é só uma conveniencia administrativa, é também uma medida politica de reconhecida necessidade.

[263] WOOD, 1972, p. 6.

[264] BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra* – Jeronymo Francisco Coelho. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 45, grifo nosso.

> Promovendo o desenvolvimento da população em lugares ermos, e procurando atrahir ao gremio do christianismo e da civilisação milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorancia, os quaes infelizmente ainda abundão em nossas virgens florestas, as colonias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretenções de absorpção de territorio, e de poderoso auxilio ao cultivo das relações de boa intelligencia com as nações vizinhas; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da industria e do commercio com as mesmas nações. [265]

2.3.1 Legislação que estruturava o sistema de colonização militar

De acordo com Faria,[266] após a destituição das numerosas revoltas regenciais, foi possível alcançar maior centralização do poder e certa estabilidade política. Isto resultou na deliberação de questões significativas para a manutenção da ordem política e social, desejada por quem tinha o poder de influenciar as decisões políticas e econômicas. Ou seja, uma ordem que possibilitasse a garantia das posições privilegiadas dos detentores de terras e escravos, e conservasse sob domínio os sujeitos e grupos sociais que eram vistos como perigosos ou, no mínimo, dignos de atenção. Com isso, ainda segundo a autora, o arcabouço legislativo – relacionado às questões dos povos indígenas, da ocupação e propriedade da terra (e os problemas que a envolviam), do tráfico negreiro e necessidade da mão de obra escrava, entre muitas outras – foi criado e construía assim as bases para o que viria posteriormente com o sistema de colonização militar.

O primeiro decreto que podemos citar é o "*Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilisação dos Índios*"[267], decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que basicamente traçou novas instruções para a política relacionada aos povos indígenas, atestando que devessem ficar sob tutela do Estado. Ou seja, política indigenista de cunho nacional que deveria ser aplicada em todas as províncias do império. Delineou ademais, as bases para a criação de aldeamentos no Segundo Reinado. Quando o governo decreta tal regulamento, esperava-se de certa maneira, inserir as populações indígenas dentro de um conceito de identidade nacional em construção. Além da "natureza dos índios", seu "grau de civilização" e "barbárie", dos modelos e ações necessárias para "incorporá-los" ao projeto nacional; debatia-se igualmente de que maneira isso deveria ser feito, tirando-se os índios de seu "habitat", ou "preservando-os" do contato com o homem branco.

A colonização militar foi utilizada também neste sentido. A Colônia Militar do Gurupi,[268] por exemplo, fora concebida para ser polo estratégico para o avanço do "processo civilizador" na região Turiaçu-Gurupi. Para isso, deveria destruir os quilombos e (re)escravizar os negros

---

[265] BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra* – Marquês de Caxias. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 28, grifo nosso.
[266] FARIA, 2011; 2009.
[267] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1845*. Tomo VII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846, p. 86.
[268] Cf. FARIA, 2011.

foragidos, apoiar a catequese dos índios e garantir a navegação do rio Gurupi. Conforme Faria,[269] segundo as narrativas dos militares, houve relacionamento pacífico entre a população do núcleo colonial e os povos indígenas da região, com quem estavam em frequente contato, utilizando-os inclusive como mão de obra. Nos relatos dos diretores, são raros os acontecimentos que envolviam conflito com moradores das proximidades da colônia militar. Para a autora, os índios eram mencionados nos trabalhos da construção das primeiras edificações, na abertura de estradas, realizando diversos serviços para os militares, como guias de expedições, remeiros de barcos, entre outras atividades. Mas ainda competia à colônia militar "chamar à civilização, mediante o auxílio da catequese, os índios selvagens, que se encontram dispersos e aldeados pelo Alto Gurupi",[270] como estava disposto no artigo 1º, parágrafo 3º do Regulamento da referida colônia, primeiro de fevereiro de 1855.

Outra determinação muito importante foi a "Lei de Terras" – Lei imperial nº 601, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850[271]; que determinou novos parâmetros e normas sobre a posse, a manutenção, o uso e a comercialização de terras. Há diversos estudos de direito agrário que versam sobre como a Lei de Terras acabou por mudar o regime que era conhecido como o sagrado direito de propriedade. Assim, além de colocar então a terra como mercadoria, reflete vários problemas interligados – tentando ser o remédio jurídico para posicionar ordem na instituição da caótica propriedade agrária, que existia em meio às arcaicas sesmarias e posses por legitimar.

Interessa-nos mencionar o artigo 12º da referida lei em que o Governo reserva terras para:

> O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos Indigenas; 2º, para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de Estabelecimentos publicos; 3º, para a construcção naval.[272]

A Lei de Terras vem justamente para tentar contrapor o quadro agrário que estava apontando traços de uma situação incontrolável, isto é, a realidade fundiária estava fugindo ao controle estatal. A lei nasce, então, para reafirmar este poderio, impondo normas para regularizar a questão da propriedade do solo. Ainda no mesmo período, quatorze dias antes da Lei de Terras (18 de setembro de 1850), foi promulgada a chamada "Lei Eusébio de Queirós":[273] lei nº 581 que

---

[269] FARIA, 2011.

[270] Ibidem, p. 15-16.

[271] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850.* Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 307. – Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850: "*Dispoem sobre as terras devolutas do Imperio, e ácerca das que são possuídas por titulo de sesmarias sem preenchimento das condições legaes, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejão ellas cedidas a titulo oneroso assim para emprezas particulares, como para estabelecimento de Colonias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara."*

[272] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850.* Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 310, grifo nosso.

[273] Ibidem, p. 267. – Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. "*Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio."*

proibiu a entrada africanos escravos no Brasil, criminalizando quem a contrariasse e fazendo com que, gradativamente, a utilização de mão de obra escrava tornava-se cada vez mais dispendiosa. Com a proibição do tráfico internacional de escravos, a imigração estrangeira e a formação de núcleos coloniais, tanto por iniciativa privada, quanto pelo próprio poder público, será alvo de intensa discussão no Parlamento e na imprensa.

Oficialmente, o preceito que guia a instituição de colônias militares no país foi publicado somente em 1850[274] — dentro da Lei Orçamentária do Império, para o exercício de 1850-1851, na lei nº 555, de 15 de junho de 1850, em seu capítulo III, artigo 11º - "*O Governo fica autorisado para:*" § 5º "*Estabelecer onde convier, presidios e colonias militares dando-lhes a mais adequada organisação.*" [275]

Além disso, é com o Decreto nº 1318[276], de 30 de janeiro de 1854 (regulamento expedido para normatizar a execução da supracitada Lei de Terras), que define em seu capítulo VII "*Das terras devolutas situadas nos limites do Imperio com Paizes estrangeiros*", alguns artigos sobre as terras das Colônias Militares:

São eles: Art. 82º "*Dentro da zona de dez leguas contigua aos limites do Imperio com Paizes estrangeiros, e em terras devolutas, que o Governo pretende povoar, estabelecer-se-hão Colonias Militares.*"[277]

O Art. 83º estabelecia que a medição das Colônias deveria ser feita por um agrimensor:

> Para o estabelecimento de taes Colonias não he necessario, que preceda a medição; porém esta deverá ser feita, logo que for estabelecida a Colônia, por Inspectores, e Agrimensores especiaes, á quem serão dadas instrucções, particulares para regular a extensão, que devem ter os territorios, que forem medidos dentro da zona de dez leguas, bem como a extensão dos quadrados, ou lotes, em que hão de ser subdivididos os territorios medidos. [278]

E decide-se no Art. 84º que *"Deliberado o estabelecimento das Colonias Militares, o Governo marcará o numero de lotes, que hão de ser distribuidos gratuitamente aos Colonos, e aos outros povoadores nacionaes e estrangeiros [...]."*[279]

2.3.2 As diversas funções das colônias militares

Desta maneira, mesmo determinado no Regulamento de 1854 que a localização deveria ser em áreas próximas às fronteiras com países vizinhos, as colônias militares tiveram sua

[274] A primeira colônia militar criada foi em 1840, chamada de "Pedro II", localizada no território do atual Estado do Amapá. Falaremos brevemente sobre alguns aspectos de tal colônia em tópico adiante.
[275] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850*. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 54, grifo nosso.
[276] BRASIL. *Colleção das Leis do Imperio do Brasil de 1854.* Tomo XVII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 24.
[277] BRASIL, 1854, p. 24.
[278] Ibidem, p. 24-25.
[279] Ibidem, p. 25.

implantação em locais apontados como problemáticos para a segurança interna.[280] Esta recomendação indica que esse tipo de colonização era considerada estratégia para ocupar fronteiras externas, evitando o avanço das nações vizinhas sobre o território nacional. Antagonicamente, a maioria das colônias militares criadas após as referidas leis localizaram-se em áreas internas. Porém, segundo Faria[281], situaram-se em áreas tidas como ainda "pouco exploradas e desconhecidas", que precisavam ter seu acesso facilitado, constituindo-se assim polos avançados do "processo civilizatório".

Foi neste contexto histórico-político que o plano de colonização militar se desenvolveu. É desta forma que, com grande confiança, o governo implantou no mínimo, um estabelecimento militar em quase todas as províncias do império. A colonização militar era vista como uma ferramenta que possuía as qualidades para ajudar a moldar o futuro do Brasil, e assegurar sua liderança perante seus vizinhos da América do Sul. Tida como verdadeira panaceia.

Cada novo assentamento era um instrumento de centralização política que poderia trazer o aumento do número de brasileiros sobre o controle efetivo do governo imperial. Os oficiais acreditavam que as colônias militares iriam estimular a economia nacional, envolvendo-as em centros agrícolas e trazendo para a produção vastas áreas. Assim, atraindo imigrantes e fornecendo uma solução para a crise de mão de obra que o fim do tráfico de escravizados ameaçava intensificar. [282]

As colônias militares propostas para o país (Quadro 1) tinham como finalidade ocupar e garantir que as terras nas quais estavam inseridas compusessem, irreversivelmente, o território nacional. Pode-se afirmar, ainda, que algumas delas foram utilizadas como medidas estratégicas do império brasileiro para que as nações vizinhas não reclamassem a posse das terras em questão, além de impedir possíveis invasões. Os problemas relacionados às demarcações fronteiriças, a partir de 1850, cresciam intensamente no Brasil, como também aumentava a necessidade de se nacionalizar essas regiões que, na prática, ainda não estavam inseridas no contexto brasileiro.

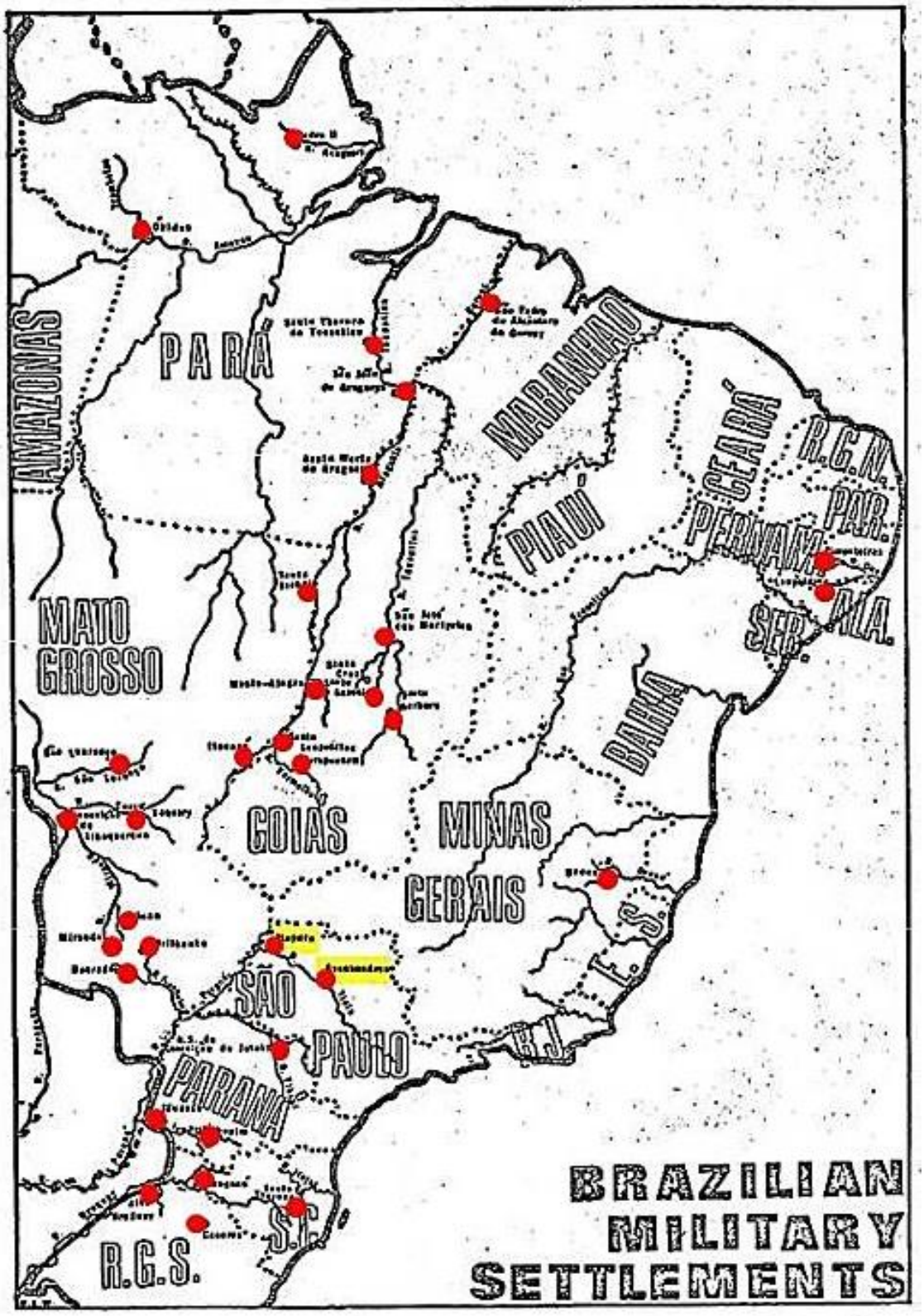
[280] FARIA, 2009.
[281] FARIA, 2009.
[282] WOOD, 1972, p. 4.

Quadro 1: Colônias e Presídios Militares no Império do Brasil em 1862.

Ano de criação	Nome da Colônia Militar	Referencial - Rio - Estrada - Cidade	Província
1854	Colônia de Óbidos	*Margem esquerda do rio Amazonas, legua e meia distante da cidade d'aquelle nome. (Óbidos)*	Pará
1840	Colônia Pedro II	*Margem esquerda do rio Araguay, 36 leguas distante de sua foz, no município de Macapá*	
1850	Colônia São João do Araguaya	*Margem direita do rio Tocantins, município de Cametá*	
1853	Colônia de S. Pedro de Alcantara do Gurupy	*Margem direita do rio Gurupy, perto da confluencia do Gurupy-mirim*	Maranhão
1850	Colônia de Pimenteiras	*Margem direita do rio Pirangy-Grande*	Pernambuco
1850	Colônia Leopoldina	*Margem direita do rio Jacuipe, defronte do lugar denominado - Riacho do Matto*	Alagoas
1854	Colônia do Urucú	*Á margem do ribeirão S. Matheus (...) depois foi escolhido o local definitivo (...) entre os dous ribeirões do Urucú e das Lages, á margem direita deste*	Minas-Gerais
1854	Presídio de Santa Bárbara	*(...) perto da barra do rio das Almas*	Goiás
1854	Presídio de Santo Antonio	*fundado (...) nas cabeceiras do rio Santa Thereza, ou Arêas, perto do ultimo porto*	
1855	Presídio de Santa Cruz	*(...) na estrada que vai para o Porto Imperial, á margem direita do rio Canabraba na forquilha de duas pequenas vertentes*	
1856	Presídio de Santa Leopoldina	*Está situado á margem direita do rio Araguaya, pouco abaixo da confluencia do rio Vermelho*	
1857	Presídio de Monte Alegre	*A 15 leguas da ponta meridional da ilha do Bananal, e a 3 leguas da margem direita do Araguaya*	
1856	Colônia de Dourados	*Acha-se situada abaixdo da nascente do rio Dourados, e nas fraldas da serra do Maracajú*	Mato Grosso
1855	Colônia de Nioac	*Demora sobre o pequeno rio Nioac, confluente do rio Miranda*	
1859	Colônia de Lamare	*(...) á margem direita do rio S. Lourenço*	
1859	Colônia de Miranda	*Foi estabelecida (...) nas cabeceiras do rio deste nome (Miranda)*	
1855	Colônia Brilhante	(...) sua fundação nas abas da serra do Maracajú	
1858	Colônia do Avanhandava	*(...) á margem direita do rio Ferreira, na mesma estrada que se refere o decreto (...) mas uma legua distante do lugar de desembarque da navegação fluvial, existe entre a cidade de Constituição e o Salto do Avanhandava*	São Paulo
1858	Colônia do Itapura	*(...) á margem do rio Tietê, possue um regulamente especial, que foi expedido por aquelle ministério (Ministério da Marinha)*	
1851	Colônia Jatahy	*Creada (...) á uma legua da cachoeira.*	Paraná
1853	Colônia Santa Thereza	*(...) está assentada na estrada que communica a cidade de S. José com a villa de Lages. O local da colonia é á margem direita do rio Itajahy*	Santa Catarina
1859	Colônia de Caseros	*(...) acha-se estabelecida no lugar denominado Pontão, do município de Santo Antonio da Patrulha*	Rio Grande do Sul

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra – Marquês de Caxias. Rio de Janeiro: Typ. Un de Laemmert. 1862, p. 28-39

Figura 43: Localização de colônias e presídios militares. Notar destaque em amarelo as Colônias Militares de Itapura e Avanhandava na Província de São Paulo.



Fonte: WOOD, 1972, p.xiii [283]– editado pelo autor, 2019.

[283] Infelizmente o autor não cita em qual período (ano) foi baseado a elaboração do mapa. Esta ilustração não é a demarcação das colônias e presídios militares citados no quadro anterior - não se pode afirmar se realmente todos os estabelecimentos foram demarcados. Mas acreditamos que seja importante para ter-se a noção da quantidade e da localização aproximada.

É possível observar com o Quadro 1 a quantidade de colônias (17) e presídios militares (5) no ano de 1862. Além disso, é importante mencionar que os locais de escolha em que cada colônia fora implantada, eram frequentemente referenciados por marcos geográficos: como nascentes (cabeceiras), margens, confluências, cachoeiras, itaipavas e saltos de rios, ribeirões ou córregos; morros, "pés" de serra, espigões; além da proximidade a algum vilarejo ou cidade, alinhados ou atrelados às estradas de importância para a região. O fato é que o local de implantação, da maioria das colônias, era escolhido com cuidado e estrategicamente, conforme se lê no Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, pelo Marquês de Caxias onde são apontados locais específicos, com determinadas características: *"fertilíssimos os seus terrenos", "attenta á consideração de que o rio é navegável a vapor", "uberdade de suas terras", "possuem excelentes madeiras de construcção. O clima é muito saudável", "são férteis as suas terras, e o rio [...] dá navegação facil para a capital da provincia".*[284]

Em suma, a colonização na perspectiva militar esteve vinculada às diversas funções:

- Domínio dos povos indígenas considerados perigosos e amparo à catequização dos respectivos aldeamentos;[285]
- Apoio aos projetos de algumas novas cidades;[286]
- A intensa preocupação com as fronteiras – a negociação com as repúblicas vizinhas era delicada, ameaças vindas da Bolívia, embates com os paraguaios com recorrentes invasões;
- Funções estratégicas de posicionamento em lugares para a colonização (já mencionado anteriormente);
- Postos de proteção em áreas para informações e comunicações (estafetas, correio), policiamento,
- Função naval;
- E até mesmo planos desenvolvimentistas de futuros centros agrícolas e comerciais.

Abaixo, busca-se descrever brevemente duas visões sobre as colônias militares, além das que já foram mencionadas até então. A primeira será por José Rufino Rodrigues Vasconcellos em seu texto *"Colônias Militares – Memória",*[287] publicado em 1867, porém escrito em 1865[288]; a

[284] BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra* – Marquês de Caxias. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1862, passim.

[285] No Paraná, por exemplo, a colônia de Jatahy foi promovida por um sistema de colonização do oeste paranaense juntamente com apoio a um aldeamento maior e quatro menores. Cf. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *O Exército, a circulação e a ocupação – embates pela construção da unidade nacional na segunda metade do século XIX.* Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais. G17 – Instituição militar e ordem social, 2015, p. 2.

[286] Em Minas Gerais a colônia daria apoio aos aldeamentos e à nova cidade de Philadelphia, parte do ambicioso projeto de Teófilo Ottoni. Cf. OLIVEIRA, 2015.

[287] VASCONCELLOS, 1867.

[288] Tivemos contato com o volume original com 310 folhas no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional (RJ).

segunda, por José Vieira Couto de Magalhães em *"Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas."*[289]

Vasconcellos era chefe da '1ª seção da Diretoria Fiscal da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra' quando escrevera tal texto. A primeira crítica estabelecida por ele, é que os estabelecimentos militares não poderiam passar para o Ministério da Agricultura (opondo-se à opinião do Marquês de Caxias, por exemplo, que como Ministro da Guerra, acreditava que o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas era mais bem preparado para suprir as necessidades das colônias – e que a força militar poderia ser somente para proteger os colonos).[290] Isto porque, as colônias militares, de acordo com o autor, são, em grande parte, compostas em maior número de militares com suas famílias, do que paisanos.

> Em qualquer destas hypotheses é fora de duvida que ellas são verdadeiros pontos militares; sua administração é toda militar, e pois é incontestavel, que emquanto essas povoações não chegão ao estado norma, em que possão ter uma administração toda civil, emquanto não puderem deixar a tutela immediata do governo, convem que estejão sujeitas á acção do ministerio da guerra, não só para harmonia, como para mais celeridade na expedição das respectivas ordens. Se, porém estes postos militares forem considerados unicamente como estabelecimentos agricolas, nesse caso esta secção será a primeira a reconhecer a necessidade de descartar o ministerio da guerra desse onus [...] Ora se a sua disciplina é toda militar, não haverá razão para que deixem de estar a cargo do ministerio da guerra.[291]

Para Vasconcellos, os fins com que foram instituídas as colônias militares eram:

1º - Estabelecer postos militares em nossas fronteiras, como núcleos de colônias agrícolas e pontos de apoio à emigração espontânea – com o fim de povoar as fronteiras, para que, por esse modo, se pudesse evitar a invasão dos povos limítrofes, que "*insensivelmente se queirão ir apossando do territorio brasileiro*.";[292]

2º - "*Para conter, em respeito, os índios, e proteger as populações de seus assaltos e correrias*."[293] Estes pontos militares atingem ao mesmo fim: são núcleos agrícolas, envolto dos quais devem-se agrupar famílias de colonos, que, auxiliando-se, contenham em respeito os indígenas e facilitem sua catequese;

3º - Outras foram criadas para proteger a navegação fluvial;

---

[289] MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas.* Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875. Citado por: BRÜGGEMANN, 2013. – Infelizmente não tivemos acesso *ipsis litteris* a tal obra de Magalhães, sendo ela consultada, então, através da tese de Brüggemann e outros artigos Cf: FERREIRA, Lúcio Menezes. *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

[290] Em 1860, quando a maioria das colônias já havia revelado seu caráter mais civil que militar, o Governo Imperial resolveu transferi-las para a tutela do recém criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com a criação da Repartição Geral das Terras Públicas e Colonização, pela lei 601 de 18 de setembro de 1860, delegou-se poderes, incumbindo-a de, a partir de então, cuidar do progresso dos estabelecimentos coloniais de caráter militar (SILVA, M., 1972, p. 57-58).

[291] VASCONCELLOS, 1867, p. 7.

[292] Ibidem, p. 9.

[293] Ibidem, p. 10.

4º - "*Para expurgar certas mattas dos vadios e criminosos refugiados nellas*.";[294]

5º - Por último, existem aquelas que foram criadas para nelas se distribuírem as terras.

"Comparadas e estudadas as cinco causas, é minha opinião, que, propriamente colonias militares, só devem ser reputadas as das fronteiras para os fins determinados no primeiro caso; e que as outras devem ser modificadas segundo as circumstancias e localidades."[295]

De acordo com Brüggeman, Couto de Magalhães foi um militar e político muito influente: presidiu três províncias, profundo conhecedor das regiões interiores do território brasileiro, poliglota, falante do tupi, fundou colônias militares na região do Araguaia, e transitava com facilidade entre ministros, consultores de Estado, e outros políticos da corte do Rio de Janeiro. Destaca-se aqui, seu conceito de colônia militar:

> Sendo o fim principal do exército defender o estado contra ataques de inimigos externos ou internos, só serão militares as colônias criadas: ou com o fim de proteger comunicações em linhas táticas, ou que se destinarem às indústrias agrícolas, como a criação de gado e cavalhada em lugares onde, por outro meio, se não possam conseguir esses artigos de que dependem uma das mais importantes funções de um exército, que é a sua mobilidade. As colônias que puderem atingir a estes dois fins serão muito proveitosas, não só como elemento de defesa, mas como elemento de riqueza.[296]

Para melhor definir tal conceito, Magalhães ainda aponta as finalidades que uma colônia militar precisaria ter:

> As colônias militares são uma instituição empregada por todos os povos que tiveram grandes territórios a defender e povoar desde os fenícios, gregos e romanos até nossos dias. Foi por meio delas que os ingleses criaram núcleos de populações cristãs no interior das Índias, os Russos no interior da Ásia, [...] os portugueses e espanhóis ali [na África] e na América. Além do meio de fazer estradas de ferro para desertos (meio que não esta ao nosso alcance) a colônia militar é o único de que dispomos para dirigir população para lugares desabitados. [...] Os presídios e registros militares (eram os nomes antigos) foram fundados com um destes quatro fins:
> 1º Impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras.
> 2º Impedir incursões de selvagens contra nossas populações.
> 3º Criar núcleos de população ao longo do sertão, naqueles lugares onde uma solução de continuidade entre as populações podia impedir que o centro do governo se comunicasse com as extremidades.
> 4º Impedir o extravio dos direitos que a metrópole percebia sobre ouro e diamantes.[297]

Em suma, Couto de Magalhães, em sua "*Memória [...]",* disserta sobre o recente projeto de reformulação das colônias militares – Lei nº 2261, de 24 de maio de 1873.[298] Para reestruturá-las, ele propõe, então, que lhes tivessem duas finalidades: a primeira, militar, seria a de garantir as

---

[294] VASCONCELLOS, 1867, p. 10.
[295] Ibidem, p. 10.
[296] MAGALHÃES, 1875, p. 13. apud BRÜGGEMANN, 2013, p. 37.
[297] MAGALHÃES, 1875, p. 14-15. apud BRÜGGEMANN, 2013, p. 37-38.
[298] Lei nº 2261, de 24 de maio de 1873: *"Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1873-1874."*
Em seu art. 2º: "*É desde já autorizado o Governo:",* § 6º *"Para dar novo plano e organização aos Presidios e Colonias Militares, suprimindo ou creando os que julgar convenientes."* In: BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1873. Tomo XXXII. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 175-176.

comunicações entre as províncias do Império e proteger as populações das regiões interiores dos ataques dos “selvagens”; a segunda, econômica, seria a de colonizar os terrenos despovoados para o homem branco, incrementar a riqueza e o progresso da Nação.

Uma grande questão colocada, segundo Ferreira, [299] sobre os projetos de colonização do interior, era o consenso de considerar o indígena como ente “degenerado”. “Como fundar um contrato social com seres degenerados, como interiorizar a civilização contornando-se as ‘ruínas de povos’, como trazer à ‘comunhão brasileira’ tantos ‘inimigos internos’?”.[300] Para Magalhães, indígenas falando o português seriam “de um incalculável resultado para o futuro”[301] da unidade geopolítica do Brasil, sobretudo nas fronteiras - não havia dúvidas que se podia civilizar e colonizar os indígenas por meio do exército; que se podia proclamar um colonialismo interno.

Dessa maneira, Magalhães pretendia evitar, de certa maneira através da colonização militar, o derramamento de sangue indígena como tributo para a interiorização da civilização. Os indígenas, para ele, uma vez civilizados, representariam, mais de um milhão de braços aclimatados e úteis às indústrias agropecuárias, extrativas e de transportes. Os braços indígenas seriam assim, os mais adequados para interiorizar a civilização.[302]

2.3.3 “Plano de uma Colônia Militar no Brasil”, por José Joaquim Machado D’Oliveira.

A primeira colônia militar a ser criada e implantada no país foi a de Pedro II (atual Amapá), logicamente, em grande homenagem à Sua Majestade. Foi em 1840 que o então presidente da Província do Pará, João Antônio de Miranda, formula tal implantação, às margens do rio Araguari, em território disputado entre o Brasil e a Guiana Francesa. A preocupação com a região do Cabo Norte vinha desde o período colonial, entretanto, segundo Amaro da Silva,[303] na primeira metade do século XIX a tensão torna-se mais evidente com os conflitos na área do Contestado Franco-Brasileiro.

É a partir da década de 1840, então, que os primeiros planos de colonização militar serão idealizados. Já foram expostas algumas das origens e antecedentes da colonização militar. Buscou-se destacar as variadas funções, e como os políticos da época atribuíam grandes esperanças a estes estabelecimentos. Ilustrou-se quais foram as principais leis que permitiram o governo estabelecer as colônias militares. No entanto, ainda resta a dúvida: como era organizada uma colônia militar, de forma geral? Quais os indivíduos que a compunham? Buscar-se-á

[299] FERREIRA, 2006.
[300] Ibidem, p. 282.
[301] MAGALHÃES, 1875, p. 49, apud FERREIRA, 2006, p. 284.
[302] FERREIRA, 2006.
[303] SILVA, R., 2013.

esclarecer algumas destas questões na descrição do artigo “Plano de uma Colonia Militar no Brasil”,[304] de José Joaquim Machado D’Oliveira, publicado em 1846, escolhido como exemplo.

Anterior ao primeiro capítulo “*Considerações preliminares*”, o autor já declara que procura *“unicamente dar ao plano uma fôrma como a de um projecto de empresa [...].”*[305] A partir disso, faz uma abordagem da ‘lastimosa’ condição que se encontra aqueles que são demitidos do serviço militar – que acabam por ficar *“abandonados a um destino vago e incerto, evidentemente improfícuo [...], e no meio da qual vai elle lançar-se como um miseravel proletario, esmolando o amargoso pão do mendigo, com que procura curar de sua penosa existencia.”*[306] Dessa maneira, a solução seria enviar estes ex-combatentes, ex-soldados, e outros, para os estabelecimentos militares. Ainda na primeira parte, exprime que é necessário aumentar os meios de ‘elaborar a agricultura e a indústria’, principalmente pelos nacionais e por braços livres:

> [...] o Brazil precisa de homens que se dêem a esses trabalhos; mas homens seus, que a elles estejam habituados, que tenham o amor a Pátria[...] os meios mais certos e adequados com que para tal fim podemos contar, acham-se entre nós, no meio da nossa população, nos braços dos nossos compatriotras [...] é o soldado o homem mais adequado para taes estabelecimentos, pelo espírito de obediência a que se contahiu em sua precedente occupação [...] entregando a nossa agricultura a braços brazileiros que, sem dúvida, deverão elaboral-as com mais interesse e dedicação, do que o fazem forasteiros [...] [307]

Na segunda parte do texto, o autor descreve “*O local da colonia e sua distribuição.”* Inicia elegendo as principais condições para a escolha do local:

- Em primeiro, que o solo seja fértil, de boa qualidade, e que nele possa se admitir toda a variedade de cultura agrícola própria ao nosso país;
- Que seja vizinho a algum porto de embarque – para facilitar as conduções e transporte;
- Localizado em sítio elevado;
- Que tenha o ar puro e salubre, com boa ventilação;
- Que, quando não possa haver em suas proximidades “águas altas que dêem movimento a machinas agricolas” [308] ao menos haja água potável e em abundância – e de preferência que possam oferecer navegação para o mar ou rio mais próximos;
- O território que for eleito para nele se estabelecer a colônia será medido e demarcado por um oficial engenheiro;

---

[304] D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado. *Plano de uma Colonia Militar no Brasil.* In: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa. Tomo sétimo. nº 26, julho de 1846, p. 239-255.
[305] Ibidem, p. 239.
[306] Ibidem, p. 240.
[307] Ibidem, p. 241-243.
[308] Ibidem, p. 243 – Nesta passagem, quando o autor se refere “às águas altas”, declara que seria muito útil ter rios próximos que, com certa diferença de nível e velocidade em suas águas, possam mover moinhos e outros equipamentos agrícolas, por exemplo.

- Depois de designar sua extensão – que deve ser em razão do número de colonos – serão destinadas, e pertencentes a cada um deles, as 'sortes de terras' para cultivá-las. Aqueles que são casados e com filhos terão direito à maior extensão de terras.

> O numero de individuos que se quizer colonizar é que deve determinar a extensão que cumpre dar a esse território [...] se quizer estabelecer uma colonia d'essas para 50 individuos, deverá o territorio ser de uma legua em quadro, para que possa pertencer a cada colono 150 braças de terra tambem em quadro, que é o menor espaço que se lhe pode destinar; reservando-se o testo para a povoação central, que se faz indispensavel em estabelecimentos d'esta natureza.[309]

- Os indivíduos que pertencerem à classe de colonos proprietários terão em propriedade as 'sortes de terras' que lhes forem designadas no território da colônia; e os colonos militares as possuirão nesta condição (propriedade) só depois de passarem desta classificação para a de colonos proprietários (ou seja, existia certa quantidade de anos que os colonos militares tinham que cumprir para poder ser proprietários de terras);
- No centro desse território, ou próximo a ele, deverá ser erigido o arraial da colônia – nele haverá capela, hospital, quartel, oficinas para os colonos artífices, casas para a escola, para o chefe da colônia, e para os mais empregados nela. Sendo esses edifícios sujeitos a um plano que antecipadamente se fará, com o auxílio da 'Fazenda Pública';
- Os colonos, além das casas que serão obrigados a ter em suas terras – que serão feitas à sua custa – poderão ter outras dentro do recinto do arraial – sujeitas também ao plano comum, [310] e também, feitas a seu custeio.

Sobre a terceira parte, denominada "*O pessoal da colonia e suas vantagens; deveres dos empregados n'ella.":*

- A força material da colônia militar deve ser os soldados que forem julgados inaptos para o serviço ativo e não tenham concluído seu tempo de engajamento, ou que, tendo concluído, quiserem voluntariamente entrar no número de colonos; e ainda os demitidos do serviço e reformados, que espontaneamente o desejarem;
- As 'sortes de terras' que forem distribuídas aos colonos miliares, para serem por eles cultivadas, lhes pertencerão como propriedade depois de um determinado prazo;
- A administração colonial será exclusivamente exercida pelo chefe da colônia – também denominado diretor – que terá a patente de Capitão da 3ªclasse do Exército, ou reformado;
- Que o chefe da colônia concorra para o bem estar desta, sendo ele o primeiro zelador dos interesses coloniais, que seja ativo, vigilante, assíduo, prudente, humano e que, com justiça e equidade, promova o bem geral e o particular dos colonos; zele com

[309] D'OLIVEIRA, 1846, p. 244.

[310] Desde então se pode observar a ideia deste plano comum. Um projeto que seria elaborado e que – além dos edifícios 'oficiais' como quartel, igreja, oficinas, etc – todos aqueles que viessem a construir no arraial da colônia deveriam seguir tal ordenamento.

imparcialidade pela segurança e economia pública, mantenha a ordem, o respeito, e faça com que todos os empregados cumpram exatamente os deveres que lhes são pertinentes;

- O chefe da colônia deve, antes de tudo, possuir a ideia de que não vai comandar um corpo militar em seção de serviço, mas sim administrar uma colônia formada de indivíduos saídos do serviço militar, que, postos e submetidos à obediência militar e algumas regras – aplicáveis, por exemplo, à segurança comum, aos trabalhos de manutenção diversos, como reparação de edifícios, construção de estradas, pontes, etc – vão ser empregados, exclusivamente, à cultura de terras, para se constituírem proprietários rurais, e também naqueles afazeres de que se resultem benefícios a este estabelecimento (como possíveis artífices e outros ofícios);
- Serão igualmente empregadas na colônia as respectivas funções: um Capelão, um Cirurgião, um Almoxarife, dois Sargentos e quatro Cabos;
- Ao Capelão, além de suas funções paroquiais, as quais deverá realizar com zelo e brandura evangélicos, cumprirá também de ensinar o catolicismo aos meninos da colônia, promover os colonos com dedicação sincera, aconselhar a moral pública e privada, a exatidão de seus deveres religiosos, o respeito e a obediência legal, a harmonia e sociabilidade. Além disso, o Capelão poderá encarregar-se do ensino das primeiras letras aos meninos e meninas da colônia;
- A carga do Cirurgião será em tratar e realizar os curativos dos colonos, suas famílias e mais empregados que ali se enfermarem;
- O Almoxarife (ou escrivão) será encarregado do pagamento dos soldos e mais vencimentos que competirem aos colonos e nos empregados da colônia; da distribuição e arrecadação dos objetos que forem utilizados, entre outras diversas funções administrativas;
- Seria conveniente a divisão da colônia em duas seções – para que mais facilmente se preencham os fins a que foram destinadas, para que se obtenham rapidamente informações e o exato conhecimento das circunstâncias e do pessoal – as quais ficariam sobre vigilância dos dois Sargentos;
- Os Cabos se empregarão, alternadamente, no comando do piquete armado, que convirá fazer-se efetivamente no arraial; serão condutores das ordens que a administração houver de distribuir à colônia, e ajudarão aos Sargentos nas atribuições que a estes competem.

O quarto capítulo, definido como "*O regimen da colônia"* é divido em duas explicações, a disciplina militar e a disciplina colonial:

Disciplina militar:

- Enquanto o indivíduo que, na qualidade de soldado aplicado ao serviço militar – e como tal, mandado retirar-se do corpo em que servira para ir fazer parte da colônia – não tiver preenchido o tempo do serviço que se comprometera, e satisfeito com as condições do

seu engajamento, será considerado como *colono militar* (sujeito assim à disciplina militar da colônia).

O prazo desta disciplina para o colono militar será de quatro a oito anos – e no fim deste período deverá ser o mesmo colono isento de tal disciplina – pertencendo-lhe então (caso ainda queira permanecer como residente na colônia) de plena propriedade das terras que, anteriormente, as foram entregue para cultivar. Nota-se que a isenção da disciplina militar não exonerará o colono das mais disposições à disciplina colonial.

Disciplina colonial:

- A disciplina colonial obrigará o colono proprietário de terras a ter sua residência na área da colônia, enquanto não for dispensado pela administração colonial. Por isso, está sujeito às ordens da mesma administração e ao regulamento colonial , assim como à cultura de suas terras, conforme o que for disposto a respeito.

O quinto trecho do plano explica sobre "*A cultura da colônia":*

- O pensamento mais preponderante na formação destes estabelecimentos é o de cultivar a terra por braços livres;
- Sobre a cultura agrícola, convém ser a que for mais adaptada ao local em que se fundar a colônia. O autor usa o termo *cultura provincial* – que, basicamente, enfatiza que o local da colônia é que deve determinar a cultura que se deverá dar preferência, e que, certamente, a que mais prospera na respectiva Província.
- Na colônia também será promovido com igual zelo o plantio de árvores frutíferas, assim como todo gênero de hortaliça, além da criação de aves e animais domésticos para consumo.

Por fim, nas "*Disposições gerais",* último fragmento do plano, o autor define que:

- Logo que for designado o local da colônia, que sejam medidas e demarcadas as 'sortes das terras', e se façam seguir para ali os soldados dos corpos que deverão formar a classe de colonos militares, com os empregados da colônia – e que com eles comecem os primeiros trabalhos do estabelecimento, como construção das casas para os colonos. Para isso seria oportuno que o Governo os auxiliasse com os possíveis meios.
- O arraial deverá ter um 'piquete armado e permanente', composto de três homens que pertençam à disciplina militar;
- Haverá escola de primeiras letras no arraial para a instrução gratuita dos filhos dos colonos.

> Por aviso de 30 de agosto de 1844, ordenou o Ministro da Guerra ao Conselheiro de Estado José Joaquim de Lima e Silva que, sendo a Memoria acima examinada pelas secções reunidas da Marinha, Guerra e Imperio do Concelho de Estado, se organize, quando um tal estabelecimento seja exequível, um regulamento proprio

> para a fundação de colonias militares, das quaes, como ensaio, poderá organisar-se uma em logar que fôr indicado para isso vantajoso.[311]

Lembrando que todas as ideias expostas são, particularmente, do plano aqui descrito, elaborado por Oliveira, publicado em 1846. O relevante em descrever tal plano é que ele será utilizado como base geral para outros regulamentos. Outros dirigentes terão ideias semelhantes, mas não completamente iguais. Por exemplo: alguns planejadores evidenciam seus conceitos no povoamento, na produção agrícola, na distribuição das propriedades, e até mesmo nos imigrantes; já outros, concentram-se no destacamento militar, na organização e na disciplina, na proteção e segurança às fronteiras; e há ainda aqueles que frisam que o estabelecimento militar deveria, como visto anteriormente, pacificar e catequizar os povos indígenas.

2.4 Duas colônias militares na Província de São Paulo e a expedição de Antônio Mariano de Azevedo ao rio Tietê

"O Brasil sempre teve problemas com o espaço."[312] Longe de ser uma questão de pouco espaço, o Império brasileiro apresentava um território com dimensões continentais. Sua dificuldade foi a existência de vastas regiões, consideradas pelo homem branco como terras "desocupadas, pouco exploradas e indomáveis". É possível dizer que a falta de conhecimento sobre os recursos e o potencial destas áreas envolveram muitas regiões do Brasil no mistério. Uma delas foi o oeste paulista. Basta olhar para a cartografia da Província de São Paulo do século XIX, até início do XX, onde hoje se encontra o atual oeste do Estado, que vislumbraremos expressões controversas como "sertão desconhecido", "terras não exploradas", "terrenos desconhecidos habitados pelos indígenas", entre outras. Novamente, desconhecido e não explorado pelo homem branco. Mas ora, "que episódio de 'história gloriosa', em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime?".[313] Os sonhos de riqueza, enterrados em algum lugar dentro desse inconsciente, geraram forças poderosas que atraíam indivíduos, grupos e governos em um grande esforço para se aproveitarem de tais recursos. Alguns alcançaram sua busca, mas muitos falharam enquanto desperdiçavam forças na variedade e alcance de seus planos.

Pedro II herdou, precocemente, um império envolto por multiplicidade de problemas. As fronteiras brasileiras estavam mal protegidas e definidas, as grandes distâncias e a dificuldade de comunicação bloquearam vários dos esforços para proteger a integridade nacional. Grandes extensões de terras cultiváveis, consideradas como principal recurso natural da época, estavam "desocupadas". Parte da população exigia maior proteção contra os perigos inerentes à vida em regiões "selvagens". Como visto anteriormente, em meados do século XIX, um grande projeto de D. Pedro II e seu governo imperial (1840-1889) consistia em colonizar o Brasil em todos os

[311] D'OLIVEIRA, 1846, p. 255.
[312] WOOD, 1972, p. 1.
[313] MONBEIG, 1984, p. 121.

quadrantes, defender as fronteiras, proteger as vias de comunicação, integrar os índios na civilização e desenvolver a agricultura e o comércio.

O relevante é destacar que, antes da formação dos povoados, transformados posteriormente em cidades, antes mesmo dos planos desbravadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), precursora na região, existiram algumas tentativas de abertura e ocupação do território no "Sertão Desconhecido" (ver figura 24), chamado também genericamente de oeste paulista. Essas tentativas marcaram um capítulo na história do império brasileiro. A colonização militar pode ser apontada como parte deste capítulo, pouco estudada e considerada pela historiografia da expansão territorial paulista, demonstrando as primeiras experiências concretas de povoação e colonização destas regiões..

Figura 44: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller. Observar expressão "Sertão Desconhecido" em destaque; e círculos vermelhos com a localização das futuras colônias militares - 1: Salto do Itapura e 2: Salto do Avanhandava.



Fonte: BEIER, 2013[314] – Arquivo Público do Estado de São Paulo, editado pelo autor, 2019.

A preocupação de colonizar, no sentido de ocupação produtiva e fixação do homem ao solo, era tão importante naquele momento histórico (meados do XIX), que se cuidava de propor incentivos aos povoadores para estes imigrarem com suas famílias. Era patente a necessidade de assegurar o domínio na região ocidental do Brasil.[315] Portanto, devido possuir um caminho natural

[314] BEIER, José Rogério. *Biografia de um mapa: A trajetória do primeiro mapa impresso da província de São Paulo (1835-1842).* In: Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Petrópolis, RJ, nov./2013.
[315] SILVA, M., 1972.

para adentrar-se ao interior do país, o rio Tietê foi alvo de esforços e planos oficiais de povoações, elaborados durante o século XVIII, já abordados no capítulo I.

Figura 45: Detalhe 2 da figura 25. Notar as expressões Avanhandava e Avanhandava mirim. - *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital[316], editado pelo autor 2019.

.

Figura 46: Detalhe 1 da figura 25. Notar as expressões Itapura e Itapura mirim. - *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, 1841, por Daniel Pedro Müller.



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital, editado pelo autor 2019.

[316] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176169/cart176169.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

É assim que, em meados do século XIX, o plano de larga visão de colonização militar do império foi posto em prática. E no caso de São Paulo, o rio Tietê era considerado o principal acesso em direção a Mato Grosso, portanto deveria ser resguardado, evitando-se com isso invasões, e a implantação de postos avançados de comando e policiamento. Nessa conjuntura resolveu o governo – mais especificamente, a ordem foi do então Ministro da Marinha, José Antônio Saraiva, já com intenções de criar um estabelecimento naval na foz do rio Tietê – enviar para a Província de São Paulo, Antônio Mariano de Azevedo. O jovem oficial da marinha faz incursão ao rio Tietê até o sertão de Itapura em 1857, para averiguar as possibilidades de criação de centros povoadores, além de reconhecer locais estratégicos para sediar o estabelecimento naval.[317]

O resultado da expedição ao rio Tietê foi o *"Relatório do Primeiro Tenente d'Armada Antonio Mariano de Azevedo, sobre os exames que fui incumbido no interior da província de São Paulo"*,[318] publicado em 1858. O relatório era dividido em três partes. A primeira iria expor todas as medidas que tomara para facilitar o transporte do vapor (navio Tamandatahy) – que o governo imperial desejava colocar no Alto Paraná, as despesas exigidas, e sobre a fundação de um estabelecimento naval na foz do rio Tietê. A segunda seria a descrição, o roteiro da viagem que fez pelos rios Piracicaba e Tietê – lembrando que a expedição parte da cidade da Constituição (atual Piracicaba) através do rio Piracicaba, passando pelo Tietê e chegando aos sertões de Itapura. E por fim, a terceira, faria as considerações finais *"motivadas por tudo quanto vi e apreciei, e com ellas esforçar-me-ia por demonstrar a utilidade da grande idéa, que o patriotismo e a ilustração suggerirão ao Exm. Sr. Ministro da marinha."*[319] Contudo, ele decide retirar *"do todo do relatório as duas partes que ião aumenta-lhe a esterilidade, e inclui na ultima o que das primeiras me pareceu aproveitável."*

Assim, Mariano inicia seu texto revelando o desconhecimento de nossos cursos d'água*: "Os nossos rios interiores, atravessando centenas de legoas de despovoados sertões, são em geral tão pouco conhecidos, que não admira o estado de ignorancia em que nos achamos a seu respeito, e o quasi abandono em que até hoje tem elles jazido."*[320] Retrata, ainda, que o rio Tietê poderia ser mais lembrado e menos desconhecido: devido às muitas vezes que foi utilizado para as incursões que 'descobriram' as províncias de 'Goyaz' e 'Matto-Grosso', para a exploração do ouro obtida em tais províncias; circunstâncias estas de um valor histórico-político incontestável, entre outras diversas razões:

---

[317] GHIRARDELLO, N. *Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro.* IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – IX SHCU. São Paulo, 4 a 6 de Setembro de 2006.

[318] AZEVEDO, Antonio Mariano de. *Relatorio sobre os exames de que fui incumbido no interior da província de São Paulo.* Rio de Janeiro: Typ. de Peixoto, 1858.

[319] Ibidem, p. 3.

[320] Ibidem, p. 5.

> Parece pois que um rio em taes condições deveria ha muito ter feito aquilatar as vantagens e desvantagens que nelle se póde encontrar, máxime se nos recordarmos de que pertencemos a um paiz, onde a falta de communicações é a causa da retardação da sua prosperidade, e do seu poder. Mas não acontece assim. As cousas tem marchado de tal modo, que o Tieté é hoje menos conhecido do que nos tempos coloniaes. [321]

O autor delibera sobre a comunicação fluvial que, durante o século XVIII, foi estabelecida entre São Paulo e Cuiabá, e deveria ser novamente retomada para integrar a província de Mato Grosso à Corte. Além disso, defende a navegação dos rios 'interiores', inclusive, para acabar com a dependência da rota estrangeira pela bacia do Prata. O isolamento geográfico e a economia desenvolvida pela província (sem elevados níveis de exportação e muito mais próxima aos vizinhos latinos) ameaçavam suas relações com o resto do país. Dessa forma, contribuindo para a possibilidade de separação – caso o governo argentino, ou outras repúblicas "invejosas" como diz Mariano, expandissem seus comércios com a província de Mato Grosso, por exemplo. Ora, *"quem poderá assegurar que os habitantes de Mato-Grosso acharão muito vantajosa a continuação de sua existencia politica entre a communidade brasileira? [...] Esta verdade geographica-politica não pode continuar a ser-nos indiferente."* [322]

De acordo com Gonzaga da Silva,[323] o discurso do oficial Antonio M. de Azevedo ia ao encontro de diversos políticos brasileiros: defender a província de Mato Grosso significava estimular sua ocupação, comércio e integração. Considerando o comércio argentino e a presença paraguaia como elementos ameaçadores na região, o plano estratégico para construção do estabelecimento naval foi ampliado ao sugerir adoção do sistema de colônias agrícolas e militares a fim de desenvolver o comércio, o povoamento e a civilização no interior.[324] Dessa maneira, Azevedo julgava como boa proposta fundar na margem direita do Salto do Itapura um estabelecimento naval-militar, e em outras localidades, colônias agrícolas-militares, como é no caso do Salto do Avanhandava.

> Tudo quanto acabo de dizer póde mostrar o grande alcance da idéa de fundar um estabelecimento naval na foz do Tieté, e de fazer navegar pelo Alto Paraná alguns vapores do Estado. O estabelecimento do Itapura não é só de grande importancia estrategica, no caso de sermos forçados a uma guerra pela impertinencia de algum de nossos vizinhos. Elle é tambem a primeira manifestação dessa iniciativa do governo de que eu ha um instante falei: será como que as vertentes dessas torrentes de brasileirismo que tem de regar o coração de Mato-Grosso, e de espalhar em todo o seu territorio os grandiosos fructos da nossa patriotica união.
> [...] Bem se vê que ao estabelecimento do Itapura devem seguir-se outros nucleos de população que reproduzão em maior escala os resultados que se forem obtendo daquelle. E para o futuro, quando desaparecerem os actuaes sertoes banhados pelos rios acima citados, para darem lugar a boas e transitadas

[321] AZEVEDO, 1858, p. 5-6.
[322] Ibidem, p. 20.
[323] SILVA, J., 2017, p. 163.
[324] SILVA, J., A criação do Estabelecimento naval do Itapura e Colônia Militar (1858). In: *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 135, n. 04/05, abr./jun. 2015, p. 125-136.

> estradas, que comuniquem entre si proximas e florescentes povoações, uma politica sábia e patriotica [...].[325]

A escolha da região do Itapura recaía aos diversos critérios estratégicos: terras férteis para agricultura, abundância de madeiras para construção naval, possibilidade de construção de estradas ligando o interior da Província de São Paulo, incentivo à povoação no Alto Paraná:

> O lugar que escolhi para a fundação da colonia naval é excellente em todos os sentidos. Além de gozar de todas as condições de salubridade, possue as mais férteis terras do mundo. Mas cumpre mandar quanto antes para ali braços agricultores, que poupem ao governo as enormes despesas que se farão se se comprar em Piracicaba os gêneros de alimentação dos colonos [...].[326]

A respeito de Avanhandava, Mariano de Azevedo escreve:

> Finalmente, um elemento civilisador de grande eficcacia seria a creação de uma colonia agricola, ao lado esquerdo do salto do Avanhandava. Para as vizinhanças daquella localidade, dirige-se actualmente uma emigração de sertanejos de Minas, attrahidos pela superioridade das terras, pela facilidade com que ali fazem as suas posses. Durante os tres dias que passei no lado direito, presenciei a emigração de uma dessas famílias. [...]
>
> Uma colonia agricola, que se fundar no lado esquerdo do salto do Avanhandava, encontrará terrenos os mais ferteis do mundo, e uma via fluvial para a exportação dos seus productos, em quanto não houver uma boa estrada [...]
>
> O lugar mais apropriado e vantojoso para a fundação de uma colonia agricola é o lado esquerdo do proprio salto do Avanhandava. Ella poderá remetter facilmente pelo rio os seus productos, depois que no systema de navegação actualmente em uso se adoptar as reformas que proponho. Seria muito conveniente que a colônia fosse composta de lavradores, e artistas alemmães.[327]

Pelas razões citadas acima, Azevedo acreditava de urgência a criação de uma colônia agrícola com bases militares, considerada o único meio de oferecer tranquilidade aos habitantes dos chamados campos de Avanhandava. O oficial pensava que assim poderia o governo ser capaz de atrair, além dos colonos nacionais, imigrantes estrangeiros (alemães principalmente) que, inteligentes e laboriosos, trariam progresso à região de solo fértil, e de fácil comunicação até Piracicaba. Segundo Silva, o depoimento de Mariano de Azevedo quanto ao povoamento da região foi extremamente importante: “em sua longa jornada, percebeu que as margens do rio Piracicaba já estavam amplamente povoadas e o mesmo ocorrendo no Vale do Tietê até Guaimicanga, 29 quilômetros acima do Avanhandava.” [328]

Para Ghirardello,[329] no parecer de Azevedo fica definido a importância destes estabelecimentos como pontos de relação e integração com a capital da província; nunca como sítios isolados, imaginando-os e juntando esforços para que se constituíssem como venturos centros urbanos, importantes e salubres, bem como áreas de produção agrícola relevante. Pensando em incrementar a atividade agrícola nas regiões, determinava-se que todos os colonos

[325] AZEVEDO, 1858, p. 22-23.
[326] AZEVEDO, 1858.
[327] Ibidem, p. 44-45-48.
[328] SILVA, M., 1972, p. 9.
[329] GHIRARDELLO, 2006.

e operários poderiam, após preencher certos requisitos, requerer lotes no distrito colonial e mais tarde até os “africanos livres” teriam esse direito.

Assim, Mariano também defendia a ideia era a de colônia militar-agrícola que, logo, entraria em um sistema de distribuição de pequenas propriedades de terras:

> Estou persuadido de que um futuro, talvez bem proximo, resolverá o problema extinguindo a grande propriedade. Esse velho resto do feudalismo, e do regimen colonial não poderá substituir por muito tempo ainda em um paiz como o nosso, onde tanta preponderancia, e estabilidade se deu ao elemento democratico, e cuja população será por longos annos escassa, em relação à extensão do seu territorio.[330]

Ademais, Mariano propõe algumas mudanças na navegação ao longo do Tietê. Além de propor mudar as embarcações de ‘canoas’ por ‘pranchas’, basicamente, ele acreditava que, após o Salto do Avanhandava, a navegação fluvial no Tietê não poderia continuar existindo devido às inúmeras correntezas, itaipavas e continuamente outros saltos:

> Quanto a mim, a verdadeira peste do Tieté tem sido o systema de navegação ali usado até hoje. [...] O único melhoramento que proponho para o rio Tieté, é uma completa reforma no systema de sua navegação, emquanto não a pudermos dispensar. Substituão-se as actuaes exóticas canoas pelas *pranchas* de que usão os alemães do Rio Grande do Sul nos rios Pardo e Caxoeira [...]
>
> Julgo escusado dizer, que não me abalançaria a falar nessa especie de embarcações, se não estivesse convencido de que ellas poderão navegar por todo o rio, passando sem difficuldades por todos os canaes das caxoeiras, principalmente até o salto do Avanhandava, ponto em que, segundo a nova ordem de cousas que ali se vai crear, deve findar a navegação.

Mariano propõe, entre outras melhorias, a construção de uma estrada marginal que vá de Avanhandava a Itapura, como forma de incentivo à atração de habitantes para as povoações e, principalmente para facilitar a comunicação entre as duas colônias. Em seu plano, divide o Tietê em duas partes: uma como inavegável, outra como navegável. A primeira compreende o trecho entre o salto de Avanhandava e a foz do rio Tietê que, segundo ele, contém 18 cachoeiras, sendo quase todas perigosas e trabalhosíssimas pelo completo descarregamento e contínuas varações por terra que obrigam a fazer. A segunda é a parte compreendida entre a foz do rio Piracicaba e o salto do Avanhandava, “cujas caxoeiras são pouco espinhosas, à excepção de trez, que comtudo, em risco e difficuldades, não tem comparação com as da parte inferior áquelle salto.”[331]

> Apreciando devidamente estas circumstancias, e procurando tirar dellas um resultado vantajoso, no sentido de dar brevidade á realisação das vistas do Exm. Ministro da Marinha, fiz ver a S. Exc. o quanto seria util mandar principiar desde já a factura de uma estrada, que ligue os dois saltos de que me tenho occupado. A vantagem que tive em vista obter salta aos olhos. Uma estrada de Piracicaba ao Avanhandava exigirá para sua promptificação muito mais tempo, trabalho, e dispendio do que uma do Avanhandava ao Itapura. [...] Ora, se se principiasse pela primeira, as coisas continuarião [...] a necessidade de navegar a parte ruim do Tieté, que eu chamei innavegavel. Ao passo que, principiando pela segunda, ficaremos libertados das prejudiciaes varações dos saltos daquelle rio, e dos

[330] AZEVEDO, 1858, p. 21.
[331] Ibidem, p. 35.

> perigos e trabalhos das bravas caxoeiras da sua metade inferior, por quanto em seu lugar encontrar-se-ha um commodo e breve transito por terra..[332]

O Relatório elaborado pelo oficial da marinha foi importante para determinar a localização das futuras colônias militares – que serão criadas, por decretos de leis, no ano de 1858. O texto é uma fonte histórica que nos fornece subsídios para compreender as ações do Ministério da Marinha, investindo na criação de um estabelecimento naval próximo à foz do rio Tietê, e atribuindo diretrizes de localizações para se criarem outras colônias agrícolas-militares, como Avanhandava.

2.5 Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura

2.5.1 As múltiplas funções exercidas por Itapura

Em 26 de junho de 1858, o então Ministro dos Negócios do Império, Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), promulgava o Decreto nº 2200, que: *"Crea a Colonia Militar do Itapúra na Provincia de S. Paulo.",*[333] juntamente com o seu Regulamento próprio. A Colônia Militar do Itapura fora a única das colônias militares sob direção do Ministério da Marinha – ao invés do Ministério da Guerra – devido a sua função também de Estabelecimento Naval. Em seu relatório explicitado anteriormente, Mariano – que iria se tornar o primeiro diretor de Itapura – já tinha a intenção de criar algo mais que uma simples colônia militar. Mas também, uma base naval que protegeria o local banhado por dois grandes rios navegáveis (Tietê e Paraná), vias naturais dos produtos produzidos em Mato Grosso, e por serem os únicos acessos, "sítio estratégico por excelência."[334] Segundo seu relatório, o local escolhido tinha por fim também aproveitar as 80 léguas de navegação livre que se dispunha entre o Salto do Urubupungá e as Cachoeiras das Sete Quedas.[335]

Silva[336] esclarece que Itapura apresentou múltiplas funções: militar, naval, agrícola e comunicação (todas já descritas por Mariano em seu relatório), que, na realidade, eram de difícil separação. As funções estavam conectadas umas às outras. O objetivo militar era por motivos óbvios: proteção. Principalmente *"no caso de sermos forçados a uma guerra pela impertinencia de alguns de nossos vizinhos."* [337] Os objetivos navais também já foram tratados acima. Basicamente,

---

[332] Ibidem, p. 35-36.
[333] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858*. Tomo XIX. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 378.
[334] GHIRARDELLO, 2006, p. 3.
[335] Atualmente, tanto o Salto do Urubupungá quanto as Cachoeiras das Sete Quedas não existem mais, assim como o Salto do Avanhandava e o Salto do Itapura – estão todos submersos nas águas das barragens construídas para hidrelétricas no país. O Salto do Urubupungá, localizado na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, foi submerso pela construção da Usina Hidrelétrica de Jupiá (Engenheiro Souza Dias), que também submergiu o Salto do Itapura, na década de 1960. O famoso Salto de Sete Quedas, ou Cachoeira das Sete Quedas, foi submerso na construção da maior hidrelétrica brasileira – a Usina Hidrelétrica de Itaipu (década de 1980). Já o Salto do Avanhandava foi submerso pela construção da Usina Hidrelétrica Nova Avanhandava, na década de 1980.
[336] SILVA, M., 1972, p. 19-30.
[337] AZEVEDO, 1858, p. 22.

era necessário aproximar as relações do litoral com o interior do Império – com a Província de Mato Grosso. O Estabelecimento Naval de Itapura deveria ser uma espécie de sustentação da navegabilidade do Alto Paraná, necessariamente mantendo uma pequena esquadrilha fluvial.

Itapura, devido a sua importância, recebera o Vapor de guerra *Tamandatahy*: comprado dos ingleses pelo governo brasileiro, chegou desmontado ao porto de Santos, e carregado, primeiramente por tropas de burros e muares pela serra até São Paulo; e de lá, indo até onde o Tietê se tornava navegável, e a partir de então (ainda desmontado), através da via fluvial até Itapura.[338] Por fim, um ano após a instalação do Estabelecimento Naval, era o navio de guerra lançado ao rio, pretendendo-se experimentar suas máquinas, para depois, realizar uma "viagem de exploração minuciosa pelo rio Paraná até o salto de Sete Quedas, ponto mais extremo ao sul que permitia navegação, e bem perto da fronteira com países estrangeiros."[339] Apesar das inúmeras dificuldades, ali foi montado e, em 1860, fez sua primeira viagem de exploração:

> Lançado ao rio em março de 1860, o elegante vapor, de dois rodeirões de ferro laterais e uma chaminé central, vinha prestando serviços à Colônia Militar do Itapura há anos a fio. Fazia, regularmente, uma viagem por mês até o rio Paraná, transportando mercadorias, gado, passageiros, médico e remédios. Era o orgulho daquele pessoal do Itapura.[340]

Outra função do estabelecimento naval era o desenvolvimento da agricultura na região. De acordo com Gonzaga da Silva, [341] a exploração da terra era um modo de garantir a ocupação e o desenvolvimento do interior. No plano ideal, o objetivo era investir na agricultura, criação de gado e indústria a fim de desenvolver o comércio que seria estabelecido com a bacia do Prata e com a província do Mato Grosso, após o estabelecimento da navegação a vapor, estradas de terra, e até mesmo, posteriormente, ferrovias.[342] No entorno do seu futuro agrupamento urbano deveria ser promovida a ocupação rural através de pequenas propriedades de terra a serem distribuídas aos colonos-agricultores, que abasteceriam a colônia e, com êxito, suscitariam para a região mais ocupantes.

Consequentemente, o ideal seria usufruir as vantagens topográficas, climáticas e a situação geo-política, inicialmente de Itapura, mas que os incentivos transpassassem para Mato Grosso. Os produtos subtropicais desta província encontrariam mercado certo na Argentina, país que, pela posição geográfica, prescindia de produtos de clima quente. De acordo com Silva, a

---

[338] SILVA, M., 1972, p. 22. – Antonio Mariano assim se referia ao vapor: *"Eu trouxe em pedaços um vapor de ferro, que tinha que arma-lo aqui imediatamente em navio de guerra [...] só os profissionais podem imaginar o trabalho que consumia a reunião das peças do casco desse navio, depois de tão longa viagem; a armação e assentamento de sua caldeira; o motor de sua machina, e a promptificação de todos os seus arranjos internos; todos feitos com madeiras tiradas das florestas do Itapura."* (AESP – São Paulo. Of.6. Officios Diversos Itapura – Annos 1858-65, Cx. 268, nº ordem 1063, manuscrito. Citado por: Ibidem, p.23.

[339] BARROS, Fausto Ribeiro de. *Itapura. Ex-Colônia Militar e Estabelecimento Naval.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), São Paulo: Gráfica Canton Ltda., Volume LIV, 1957, p. 292.

[340] Ibidem, p. 309.

[341] SILVA, J., 2017, p. 167-168.

[342] Lembrando que há pouquíssimo tempo fora inaugurada a primeira ferrovia brasileira, em 1854, a conhecida Estrada de Ferro Mauá (Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis) ligando o porto de Mauá e a cidade de Magé no Rio de Janeiro.

partir de 1851, a Argentina passara a ser grande importadora de açúcar, aguardente e café. Assim, em virtude da proximidade de Mato Grosso com esse país, e em razão à fácil navegação para a Bacia do Prata por navios a vapor – haveria mercado vantajoso para ambas as nações. "O planejamento era maravilhoso. Executá-lo, porém, constituía toda a dificuldade. Onde encontrar a mão de obra para tão arrojado plano?"[343]

Pensou-se, então, Azevedo, que o Itapura seria a primeira manifestação de desenvolvimento da vasta província mato-grossense, além de se apresentar como uma sentinela, por onde se infiltraria na província tudo quanto pode concorrer para abrasileirá-la. Porém, sabe-se que o plano de produzir os gêneros de primeira necessidade à colônia, no próprio local, veio a falhar, assim como falharam os demais objetivos da colônia.

Facilitar as comunicações com Mato Grosso era preocupação permanente do governo imperial: ao serem criadas as colônias de Itapura e Avanhandava, nelas se instalou um grupo especial, chamado de estafetas – responsável pelo correio entre as duas províncias (São Paulo e Mato Grosso). O local escolhido situava-se na rota obrigatória dos estafetas que, conduziam as malas do correio, e partindo de São Paulo, passavam por Piracicaba, pelo Avanhandava, e daí se dirigiam ao Itapura (poderiam seguir, posteriormente à Sant'anna do Paranahyba) e ao Pequiry, com destino a Cuiabá.[344]

> Como se vê, ao criar-se o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, existia completo otimismo em torno dos benefícios que ele traria ao país. Mas os fatos incumbir-se-iam de demonstrar a sua insuficiência, quer como colônia agro-militar, quer como estabelecimento naval, quer como zona postal.[345]

2.5.2 O projeto urbano de Itapura

Os porquês da escolha do sítio onde se implantaria a Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura já foram respondidos anteriormente. Somente para evidenciar: o local escolhido fora no pontal do Tietê-Paraná, no chamado "sertão do Itapura", entre os Saltos de Itapura, Urubupungá e Jupiá, a aproximadamente 13 quilômetros da foz do Tietê no Paraná, à sua margem direita, junto ao Salto do Itapura.

As colônias militares deveriam ser fundadas de preferência em terras devolutas – de acordo com a "Lei de Terras" já citada anteriormente. Porém, quando a escolha recaísse a área de propriedade privada, a compra do terreno poderia ser efetuada. Itapura foi estabelecida em terras devolutas. Em seu Regulamento, Capítulo I, Art. 1º, consta que: *"O Governo fará medir e demarcar huma legoa quadrada para territorio da Colonia Militar do Itapura, creada por Decreto desta data; e bem assim mais quatro outras contiguas à primeira para districto da mesma*

[343] SILVA, M., 1972, p. 28.
[344] AZEVEDO, 1858, p. 43-44.
[345] SILVA, M., 1972, p. 30.

Colônia."[346] Assim, pode-se afirmar que a área de Itapura teria cinco léguas quadradas (aproximadamente 23km²).[347] A planta a seguir ilustra o que foi comentado:

Figura 47: "Planta da situação da colônia militar de Itapura", desenho datado de 1936



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, CONDEPHAAT, processo nº 12318/69.[348]

[346] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858.* Tomo XIX. Parte II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1858, p. 378, grifo nosso.

[347] Utilizando a medida de légua equivalente ao valor métrico de 4,82 km: têm-se que 5 léguas quadradas = aproximadamente 580km².

[348] A planta foi retirada do Processo de tombamento do edifício conhecido popularmente como "Palácio do Imperador" em Itapura. Secretaria de Estado da Cultura: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT. Processo nº 12318/1969. Disponível em: http://www.infopatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/02/COND_012318_1969.pdf Acesso em: 19 out. 2018. Segundo Maria A. Silva, o original pertence à Prefeitura Municipal do Itapura ("Planta da Situação da Colônia Militar do Itapura" – Organizada de acordo com documentos existentes no S.E.R. da 2ª Região Militar – S. Paulo. Escala 1:200000 – 69 – 3A, A.R.M. 20. VEG. 7A, Tubo 41, ARM. 2.)

Figura 48: Detalhe figura 28 “Planta da situação da colônia militar de Itapura”.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, CONDEPHAAT, processo nº 12318/69.

No mesmo regulamento supracitado, no Capítulo III, Art. 26º, esclarece sobre os colonos:

> Os Colonos serão considerados de quatro classes, pertencendo á 1ª as praças de pret; á 2ª os colonos operários; á 3ª os que por consentimento do Director e approvação do Presidente da Província morarem na Colônia na conformidade do art. 3º deste regulamento; e á 4ª os colonos marinheiros e operários navaes contractados.[349]

Somente a título de esclarecimento, o termo ‘praça de pret’ (equivalente ao atual praça de pré, ou mesmo praça) referencia a classe militar que corresponde aos soldados e cabos, principalmente – são aqueles pertencentes à categoria inferior na hierarquia militar, ou seja, não são ainda considerados com a patente de oficial. Dessa maneira, o regulamento estabelecia que a colônia fosse composta de 150 ‘praças de pret’ e suas famílias. Além disso, poderiam ser admitidos até 200 colonos de 3ª classe, preferindo aqueles que tenham servido o Exército, fossem casados, ou viúvos com filhos, lavradores e laboriosos. Seriam também considerados os colonos operários necessários para os trabalhos da colônia – aqui o regulamento não estipula números. Os colonos de 4ª classe seriam os marinheiros retirados das tripulações, ou operários navais contratados, preferindo os que requererem, e dentre eles os que tiverem família.

Sobre as pequenas propriedades de terra, Cap. III, Art. 32º: *“A cada hum dos colonos, que requerer, se dará um lote de terras de 10.000 braças quadradas, não tendo família; de 22.500 se tiver família, que não exceda de tres pessoas; e de 40.000 se a tiver mais numerosa.”* [350] Ou seja, se fizermos rapidamente um cálculo, descobriremos que os lotes rurais iam aproximadamente de

[349] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858*. Tomo XIX. Parte II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1858, p. 383.
[350] Ibidem, p. 384.

2 a 8 alqueires paulistas.[351] Para o lote de terra ser considerado realmente propriedade do colono, este deveria permanecer trabalhando na colônia por um determinado tempo – que era, geralmente de três anos, variando de acordo com a classe.[352] Porém, apesar dos incentivos no regulamento, a situação no Itapura era tal em 1864, que apenas 120.000 braças eram cultivadas de milho, arroz, mandioca e mamona, culturas anuais. A produção agrícola sempre foi irrisória, e a pecuária também não se desenvolvera. [353]

Segundo Silva,[354] um engenheiro deveria ser encarregado dos trabalhos relacionados à fundação das colônias oficiais. Iria ser o técnico responsável pelo levantamento da planta geral, na qual deveriam constar: os lotes medidos e demarcados, o traçado das estradas, pontes projetadas, rios e grandes córregos, e os acidentes geográficos de maior destaque. A urbanização fazia-se indispensável. Azevedo via no planejamento um verdadeiro pré-requisito para o sucesso da colônia, e pretendendo um traçado reticulado, afirmava que: *"dos actuaes sertões que se vão povoar surja, não uma agglomeração desordenada de casas esdruxulas; mas sim uma cidade edificada sob um plano topographico regular, e moderno."* [355]

Caso a colônia fosse fundada em bases urbanísticas, decorreria a tendência de atrair não apenas os 'praças de pret' e outros militares, ou mesmo oficiais da marinha, mas também os artesãos, colonos civis das regiões mais próximas (como Piracicaba e Sant'Anna do Paranahyba), sem contar, por exemplo, os mineiros, que neste período migravam para os sertões ribeirinhos do Tietê – e que, provavelmente se dedicavam à agricultura, e à criação de gado e suínos.

A Colônia Militar de Itapura terá, então, Antônio Mariano de Azevedo como primeiro diretor. É ele quem contará com absoluto apoio do Ministro da Marinha, e define assim o local da colônia: situava-se à margem direita do rio Tietê, numa área relativamente plana e alta, em uma encosta, constituída de terras ubérrimas. Bem escolhida a escolha do sítio, a implantação em acrópole,

---

[351] Utilizamos aqui a medida 'braça' equivalente ao valor métrico de 2,2 m. Lembrando que esse exercício é somente para ter-se melhor noção do tamanho aproximado de tais propriedades e que elas, segundo o Regulamento Geral da Colônia, estariam dentro da légua quadrada, ou no caso de Itapura – das cinco léguas quadradas. Têm-se assim os três tipos de lotes, supondo, obviamente que os lotes rurais eram quadrados:
Colono sem família: lote de 10000 braças quadradas = 220mx220m (48400m² ou 4,84 ha. ou 2 alqueires paulistas);
Colono com família até três pessoas: lote de 22500 braças quadradas = 330mx330xm (108900m² ou 10,89 ha. ou 4,5 alqueires paulistas);
Colono com família mais numerosa: lote de 40000 braças quadradas = 440mx440m (193600m² ou 19,36 ha. ou 8 alqueires paulistas).

[352] BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858. Tomo XIX. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 384. Art. 33: *Os colonos da 1ª e 4ª classes, excepto os operarios navaes contractados, não adquirem o direito de propriedade ao lote de terras, senão quando, tendo sido excusos do serviço, continuarem a residir na Colônia, e beneficiarem a terra por espaço de tres annos, tendo sempre bom comportamento, e meio de vida conhecido.*
Art. 34: *O colono da 3ª classe adquire o direito de propriedade, cultivando o seu lote, e residindo na Colônia por tempo de tres annos a contar do dia, em que deixar de receber as diarias de família, tendo bom comportamento e meio de vida conhecido.*
Art. 35: *Os colonos da 2ª classe e os operarios navaes contractados adquirem direito de propriedade, residindo na Colônia, e cultivando o lote por espaço de tres annos.*

[353] SILVA, M., 1972, p. 26.

[354] Ibidem, p. 37.

[355] AZEVEDO, 1858, p. 43.

típica das primeiras cidades portuguesas no Brasil, como por exemplo, Salvador e Porto Seguro, garantindo assim a visualização do horizonte e do rio. Lembremos que o rio Tietê era o principal, se não o único, caminho que permitia acesso à colônia, e que, devido ao Salto do Itapura, os barcos precisavam ser retirados da água para varação. Desta forma, é imperativo que tal posição era estrategicamente interessante, visando à proteção e policiamento daqueles que por ventura, cruzassem o Salto. [356]

Assim sendo, Azevedo aspirava algo racional, disciplinado, ordenado e regular, próprio da disciplina militar. Outra grande questão era que a colônia deveria ser, de certa forma, a semente de uma futura cidade. O projeto presumido por ele, em quadrícula, estabelecia a configuração:

> O plano que adoptei para a povoação é um grande quadrado de 500 braças por lado, composto de 25 outros mais pequenos de 100 braças, separados uns dos outros por meio de ruas de 60 palmos, todas por consequência de 500 de extensão, perpendiculares entre si. [357]

De acordo com Ghirardello,[358] é possível afirmar que o diretor da colônia cumpriu fielmente as indicações da "Lei de Terras" de 1850, que em seu Art. 14, §1º diz:

> A medição e divisão serão feitas, quando permittirem as circunstancias locaes, por linhas que corrão de norte a sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de quinhentas braças por lado demarcados convenientemente.[359]

Pode-se notar que as dimensões urbanas do projeto de Azevedo batem exatamente com as dimensões indicadas pela passagem supracitada. Apesar de que, na lei, a indicação seja para o módulo rural, neste caso, se torna assim, talvez devido à pequena extensão da colônia, congruente com sua zona urbana. Além disso, "os quarteirões eram divididos em lotes de 10 braças ou 22m de frente, por 50 braças ou 110m de fundo, destinados à casa dos colonos e respectivo quintal."[360] A partir desta citação percebe-se que, novamente, Mariano se apoia em leis estabelecidas até então, como é o caso do Art.77, pertencente ao já citado Decreto nº 1318, que regulamentava a Lei de Terras, em 1854:

> As terras reservadas para fundação das Povoações serão divididas, conforme o Governo julgar conveniente, em lotes urbanos e ruraes, ou somente nos primeiros. Estes não serão maiores de 10 braças de frente e 50 de fundo. Os ruraes podem ser de maior extensão, segundo as circunstancias o exigirem, não excedendo porem cada lote de 400 braças de frente sobre outras tantas de fundo.[361]

Ainda sobre a descrição dos lotes da colônia:

---

[356] GHIRARDELLO, 2006.

[357] Arquivo do Estado de São Paulo – S. Paulo."Officios Diversos do Itapura" – Annos 1858-65, Cx. 268, nº de ordem 1063 (manuscrito), apud. SILVA, M., 1972, p. 38.

[358] GHIRARDELLO, opus cit., p. 7.

[359] BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p. 307.

[360] SILVA, M., opus cit., p. 40.

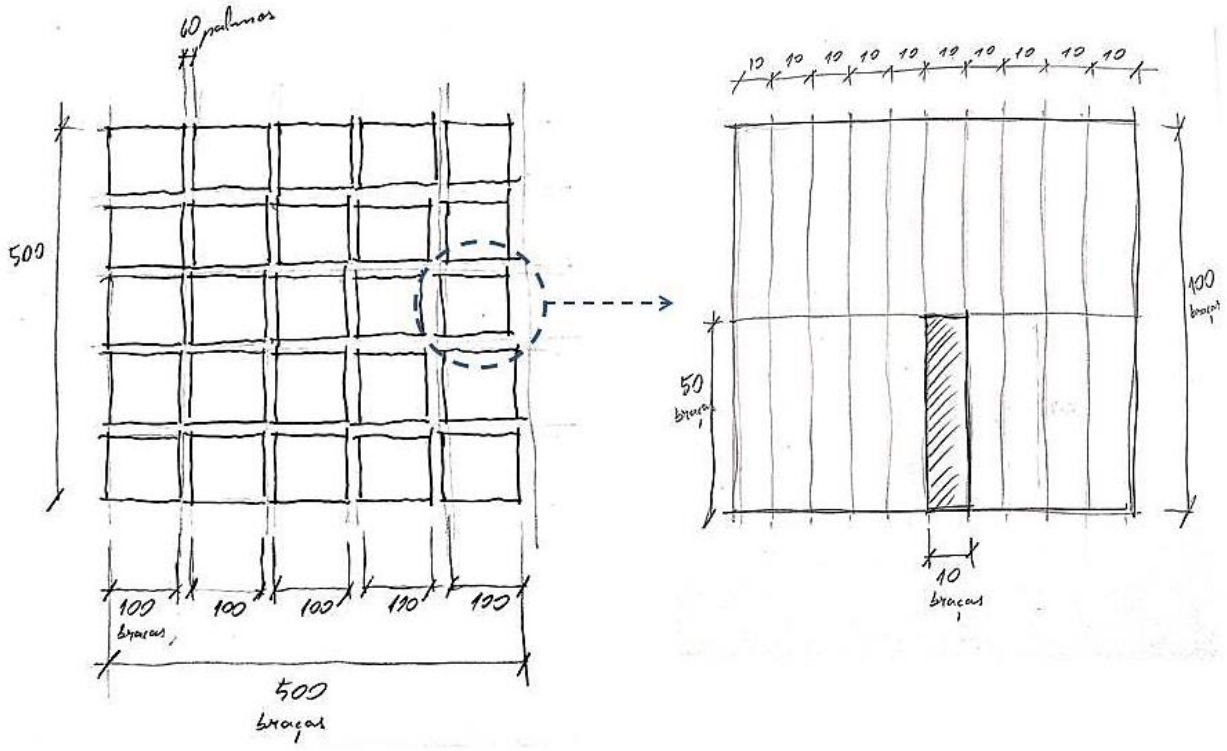
[361] BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1854. Tomo XVII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854, p. 23

> Esses lotes forão distribuídos aos colonos para caza e quintal e em quase todos elles há com effeito um rancho barreado mais ou menos bem feito, e quintal com hortas, aves, porcos, cabritos, carneiros, vaccas de leite. Os quintaes são separados entre si, e das ruas, por cercas de arueira rachadas e solidamente enterradas. A frente das cazas mesmo está 20 palmos para dentro dessas cercas, de sorte que ao passo que a área das ruas é marcada em alinhamento perfeitamente regular, o pequeno affastamento em que dellas se achão as habitações formão em suas frentes pateos, que dão a seos moradores recreio e independencia.[362]

Assim nesse período, e o diretor da colônia decerto saberia, que a regularidade urbana estava cada vez mais presente nas cidades brasileiras – principalmente em núcleos novos, em áreas pioneiras, o denominando de sistema 'regular e moderno'. A simplicidade da implantação de uma malha em xadrez facilitava, então, a demarcação do traçado, era expansível, com quadras e lotes previsíveis, além de tornar os processos de compra, venda, ou transmissão, rápidos e acessíveis. Regras simples, abrangentes, e gerais; imposição essencial do capitalismo cada vez mais em vigor.[363]

Abaixo busca-se, de maneira simples porém ilustrativa, demonstrar a espacialidade exposta através do plano de Mariano de Azevedo:

Figura 49: Croqui representando o projeto de Antonio Mariano de Azevedo



Fonte: autor, 2019, sem escala.

Ao lado esquerdo têm-se a quadrícula de 500x500 braças imaginada por Mariano de Azevedo, com seus 25 quadrados menores, medindo 100x100 braças cada, margeados pelas ruas de 60 palmos perpendiculares entre as intersecções. À direita, uma amostra de possível

[362] SILVA, M., 1972, p. 40.
[363] GHIRARDELLO, 2006, p.8.

quadra, conformada por 10 lotes verticais de cada lado, medindo 10x50 braças, com suas testadas faceando somente duas ruas, sendo as outras duas, apenas com as divisas laterais dos lotes. Talvez, outra possibilidade seria simplesmente inverter em 90º os lotes, que estando neste caso todos na vertical, passariam a ficar na horizontal. Por fim, o croqui seria somente uma ideia do que fora planejado.

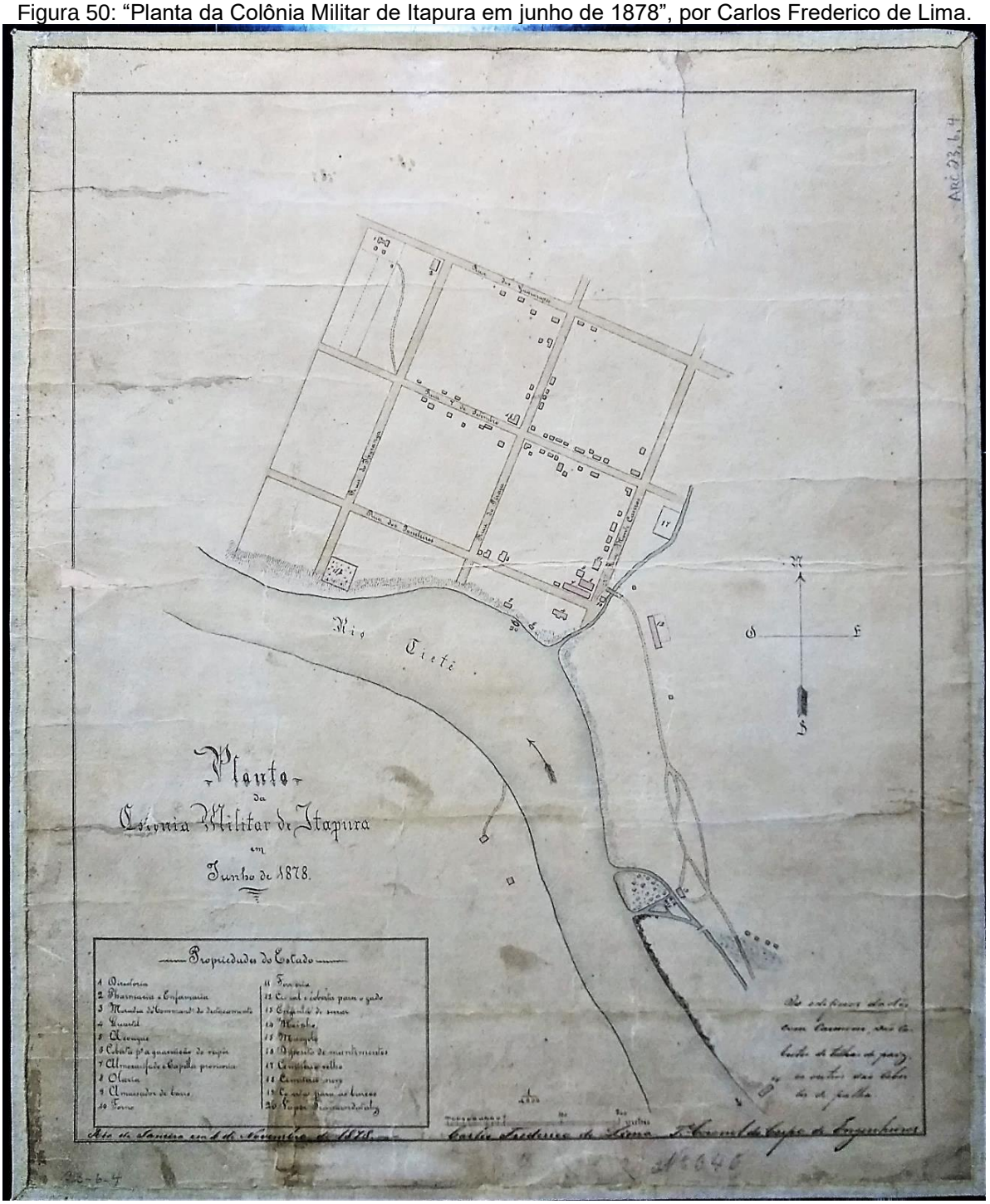
Muito provável que o projeto ideal de Azevedo tenha experimentado adaptações em sua implantação no sítio, concluir-se-á adiante, que sua dimensão será bem menor do que a prevista em função do número reduzido de habitantes, o perímetro será menos preciso, e outros elementos surgirão – como praças e espaços públicos por exemplo. Contudo, Ghirardello[364] afirma que, entre o ideal e o possível, transformado em função do terreno, estradas que se dirigiam às áreas rurais circundantes, caminhos e pontes também eram realizados nas cidades militares romanas, onde a regularidade da grade era interrompida por algumas curvas.

2.5.3 As plantas da Colônia de Itapura

Cabe-nos aqui considerar os levantamentos alcançados a respeito das quatro plantas coletadas. As duas primeiras plantas pertencem ao século XIX, e as outras duas ao século XX. Primeiramente irá se analisar as plantas elaboradas enquanto a Colônia Militar ainda estava em plena função, apesar das dificuldades. O primeiro documento, cronologicamente, é de junho de 1878, e denominado “Planta da Colônia Militar de Itapura” – elaborada por Carlos Frederico de Lima, tenente-coronel do corpo de engenheiros. O original se encontra na Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico.

[364] GHIRARDELLO, 2006, p. 8.

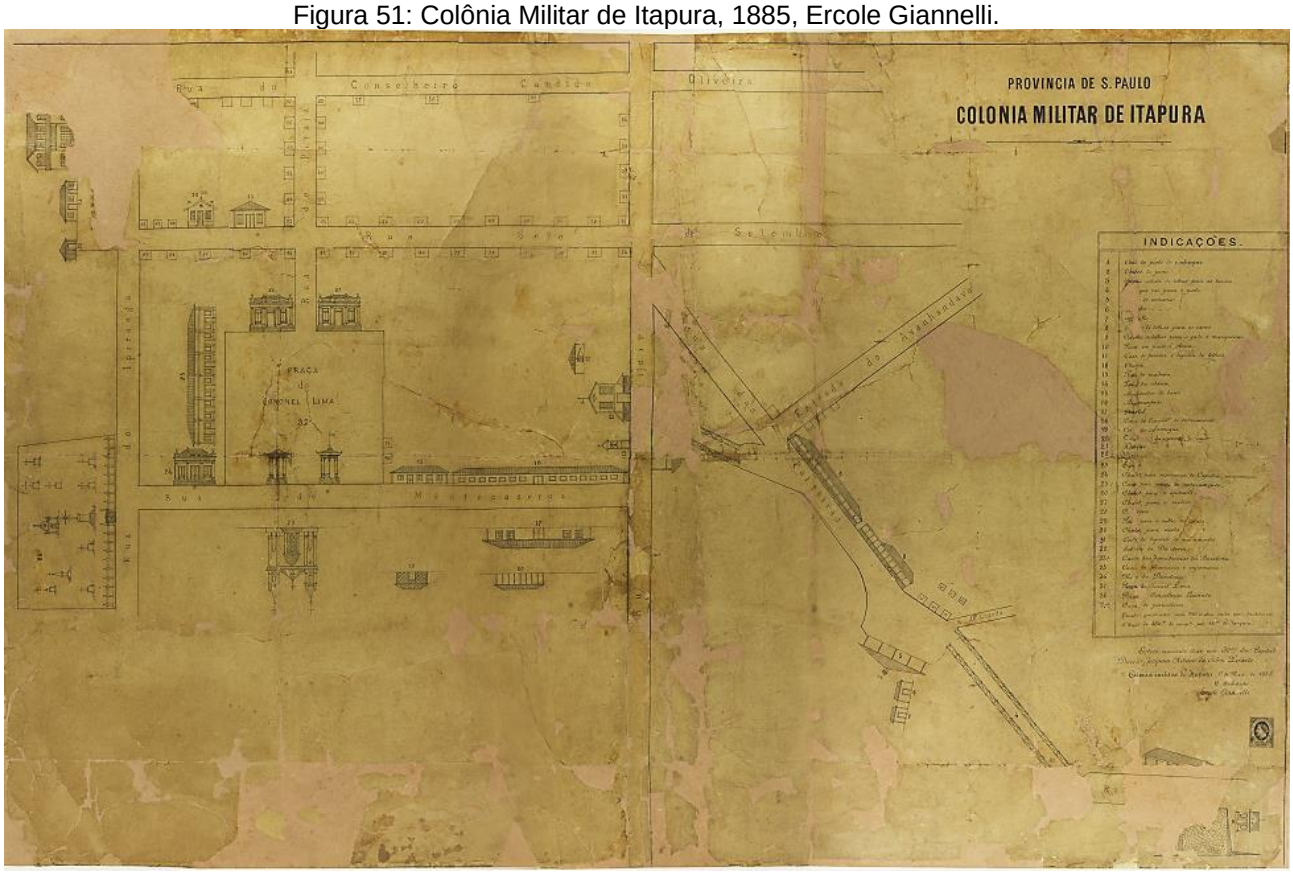
Figura 50: “Planta da Colônia Militar de Itapura em junho de 1878”, por Carlos Frederico de Lima.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico – fotografia do autor, 2018.

A segunda planta foi elaborada por Ercole Giannelli em 1885: “Província de S. Paulo: Colônia Militar de Itapura.”, disponibilizada pelo Arquivo Histórico do Exército – RJ (a original foi encontrada no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro):

Figura 51: Colônia Militar de Itapura, 1885, Ercole Giannelli.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx – RJ).

A partir disso, podemos constatar algumas diferenças. A planta de Giannelli (figura 51) talvez seja a que mais se distancia, entre as quatro plantas, do plano descrito por Azevedo. O traçado apesar de ser representado, o que mais se destaca no desenho são as construções de maior importância, e os detalhes de suas fachadas.

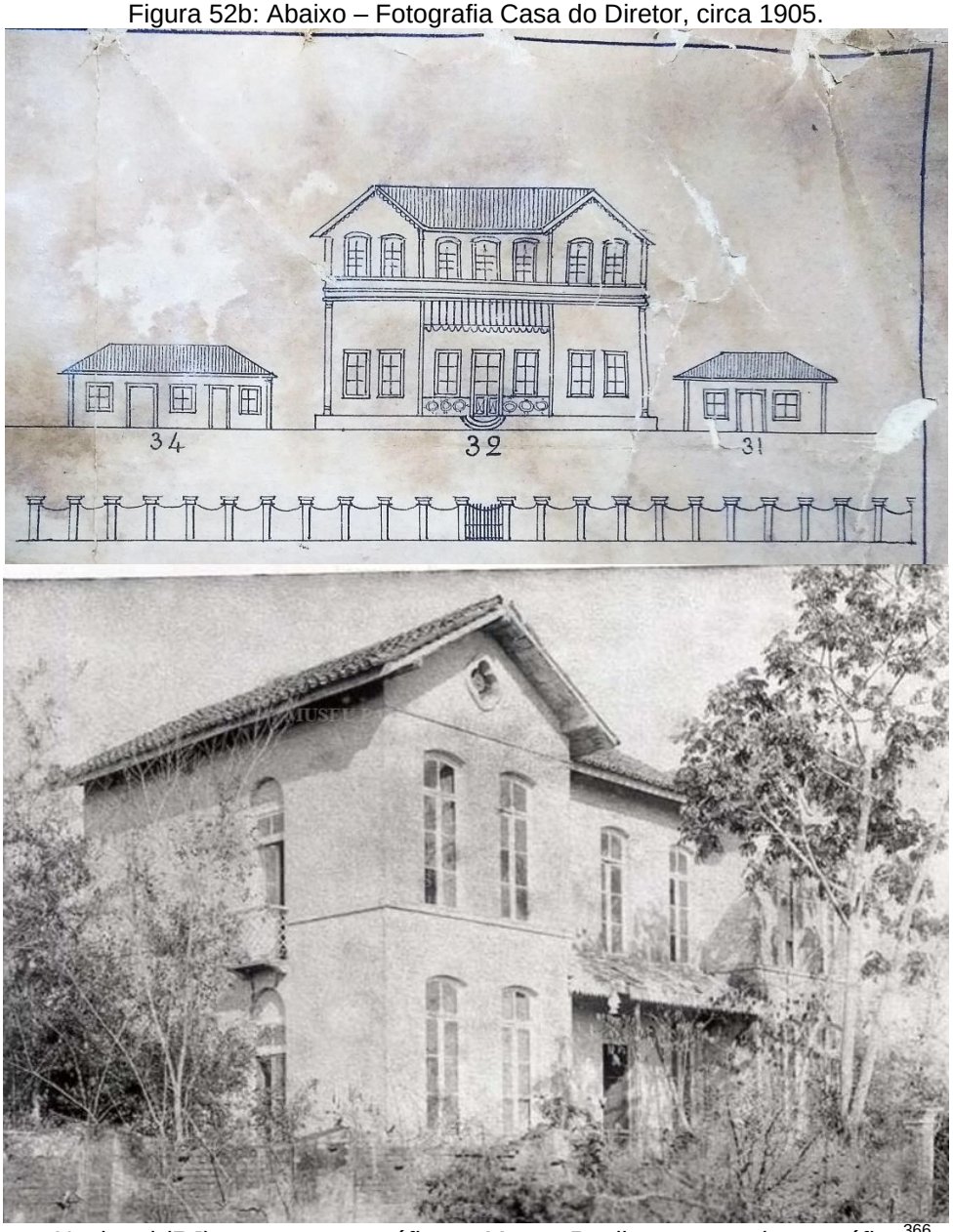
Grande diferença a se notar é que as quadras, na planta de Giannelli, não são representadas como quadrículas exatas – apresentam-se, portanto, com dimensões irregulares. Além disso, aparece à direita uma "Estrada do Avanhandava" – que provavelmente era a Estrada que se destinava ao Salto Avanhandava. A rua que se dirige ao porto (em diagonal) existe em ambas, a única diferença é que Giannelli a representa de forma mais retilínea e em sua planta está denominada de "Rua das Paineiras"; enquanto que no desenho anterior não consta tal nomeação. Outro aspecto que chama atenção é a posição da Casa do Diretor: na planta de Giannelli ela se encontra próxima ao tecido urbano; já no desenho elaborado por Lima (figura 50), a posição é mais acima, distante do conjunto urbano.

Entretanto, temos que considerar que Giannelli foi notadamente fiel em relação às fachadas das edificações, pois, ao comparar com as fotografias da CGGSP (ver composições de figuras adiante) tiradas da colônia nos anos 1905 aproximadamente, vê-se que são semelhantes. Assim como defende Ghirardello[365], resta-nos então, considerar que a planta de Giannelli talvez seja mais mental do que real, ou seja, como o desenho não apresenta escala gráfica ou numérica,

[365] GHIRARDELLO, 2006, p. 10.

não havia comprometimento com a proporção dimensional do desenho, com o tamanho das vias, e mesmo a posição exata das edificações nas quadras. Porém, comprovando-se pelas fotografias adiante, é um levantamento muito rico sobre as edificações existentes em 1885 na Colônia Militar de Itapura, do mesmo modo sobre sua tipologia arquitetônica. A seguir algumas comparações:

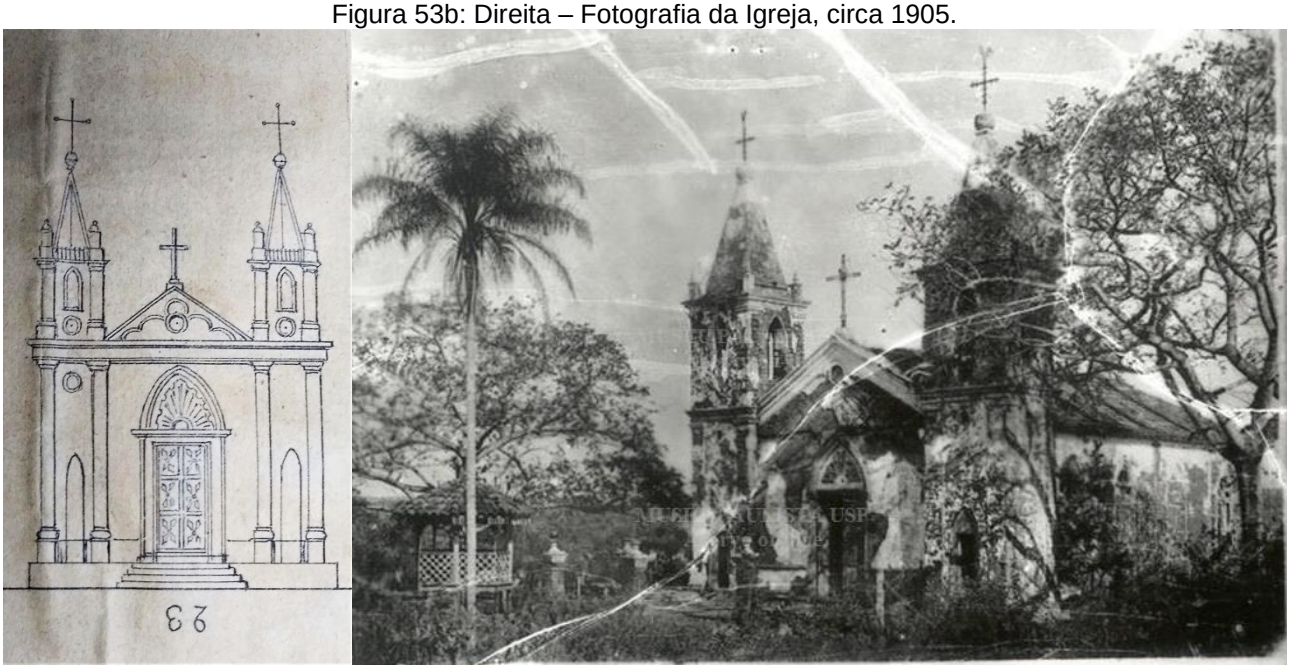
Figura 52a: Acima – Casa do Diretor, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 52b: Abaixo – Fotografia Casa do Diretor, circa 1905.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Museu Paulista, acervo iconográfico[366] – composição autor, 2019.

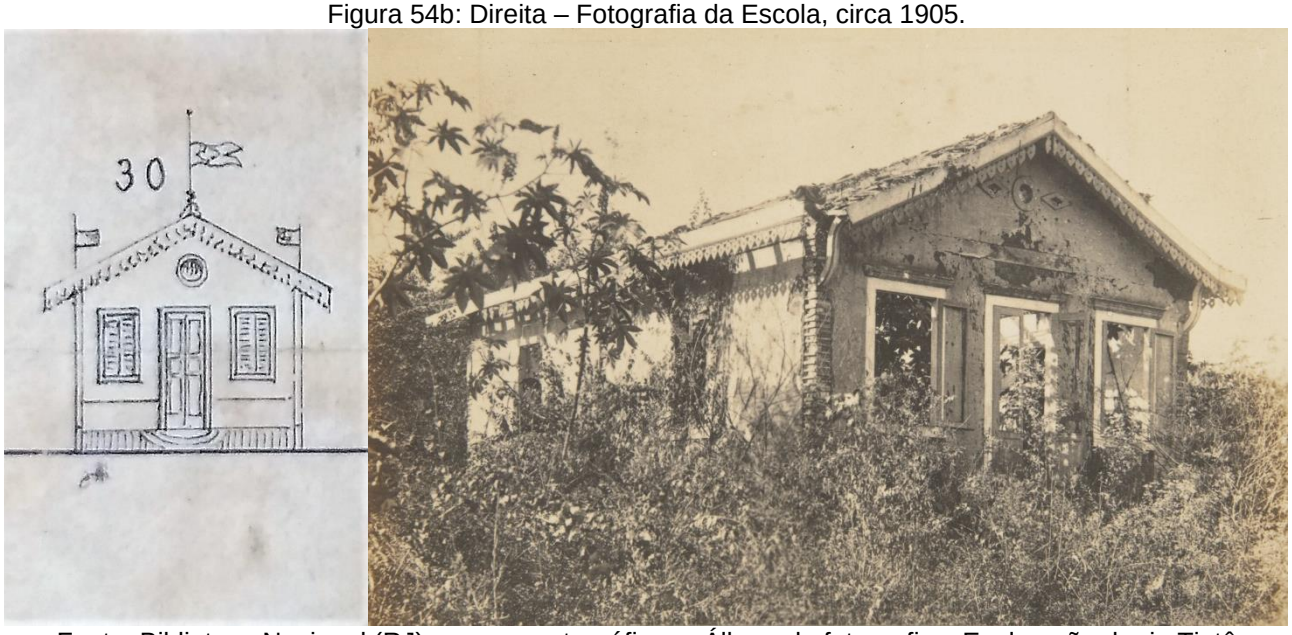
[366] Acervo iconográfico do Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga) – disponível em: http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#. Acesso em: 15 jun. 2019.

Figura 53a: Esquerda – Igreja da Colônia de Itapura, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 53b: Direita – Fotografia da Igreja, circa 1905.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Museu Paulista, acervo iconográfico – composição autor, 2019.

Figura 54a: Esquerda – Escola da Colônia de Itapura, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 54b: Direita – Fotografia da Escola, circa 1905.



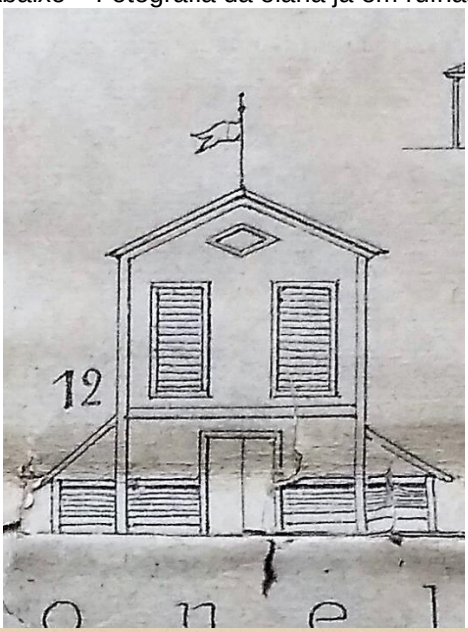
Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP, Acervo Histórico do Instituto Geológico – composição autor, 2019.

Figura 55a: Acima – Almoxarifado, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 55b: Abaixo – Fotografia do almoxarifado, circa 1905.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP, Acervo Histórico do Instituto Geológico – composição autor, 2019.

Figura 56a: Acima – Olaria, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 56b: Abaixo – Fotografia da olaria já em ruínas, circa 1905.





Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP, Acervo Histórico do Instituto Geológico – composição autor, 2019.

Figura 57a: Acima – “Casa da pharmacia e enfermaria”, detalhe “Planta Colônia Militar de Itapura, 1885”;
Figura 57b: Abaixo – Fotografia da farmácia e enfermaria, já em ruínas, circa 1905.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP, Acervo Histórico do Instituto Geológico – composição autor, 2019.

Ao observarmos atentamente, percebe-se, com as figuras lado a lado, as semelhanças existentes entre as elevações desenhadas por Giannelli em sua planta, e as fotografias das ruínas de Itapura, captadas pela equipe da CGGSP, aproximadamente em 1905. Uma semelhança entre as duas plantas demonstradas é a extensão da Colônia, representada bem menor do que proposto por Azevedo (500x500 braças – ou cinco quadras por cinco quadras), contendo somente poucas quadras. Pode-se supor, então, que o tamanho representado seja devido ao não crescimento da colônia como se imaginava. Possivelmente, tenha sido essa a razão da Casa do Diretor ter ficado isolada, em ponto mais alto, quando deveria estar inserida na malha urbana, porém esta não se expandiu o bastante para ‘alcançá-la’.

Segundo Silva,[367] cerca de 192 pessoas compunham a população inicial. Tudo ali precisava ser feito. A presença do 'africano livre' logo se fez sentir. Foi ele quem desflorestou as matas para a demarcação do centro da colônia, suas picadas e seus arredores. Ao lado da floresta apareciam os cerrados e cerradões. No início foi extremamente difícil. Os futuros moradores se abrigavam em barracadas de algodão trazidas na viagem, assim como nos acampamentos romanos. A seguir, ainda em caráter provisório, surgem os primeiros ranchos, ou ranchões, principalmente para abrigar os materiais da marinha. Após isso, são construídas as 'palhoças' – para abrigar os colonos. Os materiais utilizados para as primeiras construções eram encontrados *in loco*, como areia, pedras, 'madeiras de lei' (como cedros, aroeiras, perobas, ipês, cabriúvas). "Entretanto, a improvisação teve caráter e efêmero, o que destacou o Itapura das demais colônias militares, nas quais as choças e barrotes adquiriam características definitivas." [368]

A evolução fazia-se de maneira gradativa. No começo as construções foram precárias, contudo, diferentemente das outras colônias que permaneceram nesse estado precário, Itapura foi substituindo suas palhoças por obras arquitetônicas de qualidade significativa para a época. Logo foi instalada uma olaria (ver figura 56), com dois pavimentos: no inferior fabricavam-se telhas; e na parte superior, tijolos. Estes tinham tamanho excepcional – com 3,90kg, 27cm de comprimento e 7cm de altura. Chegou-se a fabricar até 4000 telhas numa única fornada. De fora vinha o ferro, o vidro e cal, geralmente trazidos de Piracicaba.[369]

Ao passo que na maioria das colônias erguia-se de início a igreja, as primeiras construções erguidas em Itapura foram a Casa de Desenho e Risco, em seguida uma oficina de serralheiro e outra de ferreiro, além do almoxarifado (ver figura 55). Ou seja, isso demonstra o sentido lógico e o plano construtivo que guiava as ideias de Azevedo, o qual procura erguer, portanto, as construções que subsidiam e fornecem os elementos básicos – desenhos técnicos e materiais de construção basicamente, dando fundamento para edificar sua colônia.

Em 1862, após a aclimatação dos colonos, foi um período propício para o desenvolvimento urbano do estabelecimento. Neste ano construiu-se uma enfermaria, com alojamento para o médico e o boticário. Depois foi construído o quartel de pedra e tijolos, "tão sólido que, à exceção do da capital, não havia outro na província de São Paulo."[370] Ergueu-se também nesse ano a prisão, com dois compartimentos, um para cada sexo, possuía tarimbas[371] e janelas gradeadas de

[367] SILVA, M., 1972, p. 43-54.

[368] Ibidem, p.45. Itapura podia ser considerada uma colônia especial no recebimento de recursos. As verbas eram realmente vultosas segundo Silva. Pelos orçamentos dos anos 1859 e 1863, nota-se que os gastos efetuados pelo Ministério da Marinha com Itapura eram muito superiores aos demais. A Colônia Militar e Estabelecimento Naval do Itapura foi um dos mais dispendiosos estabelecimentos do Segundo Reinado. Em 1858, quando a Lei Orçamentária do Império previa a soma de 200:000$000 para todo o sistema de presídios e colônias militares, só o Itapura gastara 179:966$543. No período 1859-60 a quantia calculada foi de 106:153$012. O governo imperial considerava Itapura uma criação diferente das demais. (Ibidem, p. 58).

[369] SILVA, M., 1972.

[370] Ibidem, p. 46.

[371] Tarimbas: estrados de madeira, planos e duros, onde dormiam os soldados nos quartéis e postos de guarda.

ferro. Após isso, a residência dos soldados casados, e a do comandante do destacamento militar. Movidos à água, eram as casas de serraria, o monjolo e o moinho de fubá, além de abastecer posteriormente, por encanamento, toda a colônia.

O estabelecimento chegou a possuir 90 edifícios de alvenaria, logo, era certamente mais organizado que muitas cidades do império.[372] As construções de realce eram a escola, a enfermaria, a igreja, o cemitério, a prisão, o quartel, e a casa do diretor. A igreja, segundo Barros,[373] foi iniciada no ano de 1878, construída em tijolos, com esteios e baldrames de aroeira lavrada, e que ainda se achava em pé em 1905, quando no Itapura esteve a comissão exploratória do rio Tietê, chefiada pelo Dr. Jorge Black Scorrar (ver figura 53). A base do templo achava-se em seguros alicerces de pedra e cal. As paredes de tijolos mediam 46 cm. de espessura e 5 metros de altura. A nave tinha 22 metros de fundo por 8m de frente. Na fachada havia duas torres laterais de planta quadrada e cúpulas piramidais, o frontão era neoclássico dotado de óculo central, terminados por cruzes de ferro (ao todo eram três – duas nas torres e uma ao centro), o vigamento era todo em peroba e sucupira. Possuía uma porta principal, dez janelas laterais, em arcos ogivais – já representando o gosto eclético e neogótico – e mais duas na frente e duas no fundo; além de dois coretos de madeira treliçada e com planta sextavada, que ficavam à sua frente. [374]

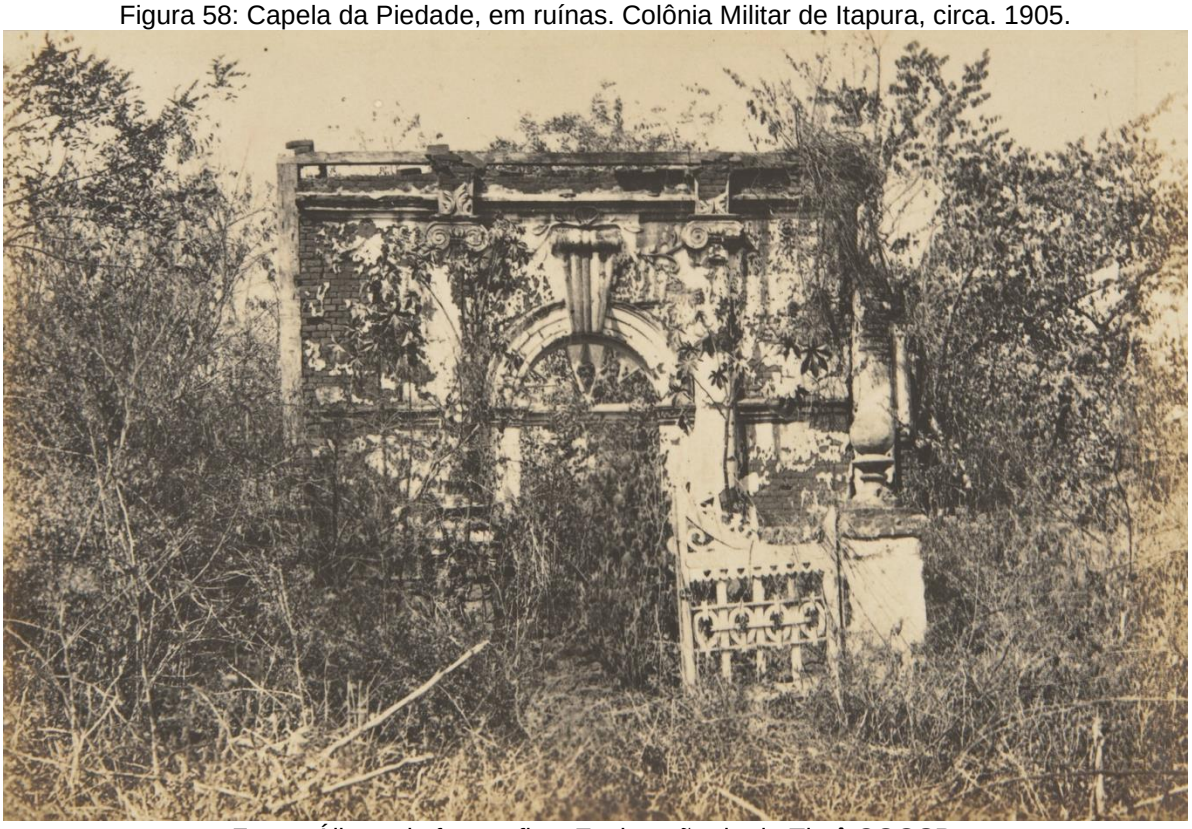
Outra construção importante, embora pequena e muito bela, foi a Capela da Piedade de estilo neoclássico. “Sua fachada se remetia a um Arco do Triunfo romano com portada em arco pleno e magnífico dintel, tendo ao lado pilastras jônicas, frisos e arrematando o conjunto, elaborada arquitrave.”[375] (ver figura 58, a seguir). O ‘chalet’ da escola também merece destaque (ver figura 54), dotada de telhado em duas águas, beirais com esmerados lambrequins de madeira rendilhada, muito provavelmente montados em Itapura, comprovando a qualidade artesanal da serraria e marcenaria local – não era somente o chalet da escola que apresentava lambrequins de madeira.

Contudo, o edifício que ostentava maior elegância era a casa do diretor (ver figura 52), a única construção que ainda existe e resiste até hoje, tombada pelo CONDEPHAAT em 1969, situada em cota mais elevada, dentro do traçado urbano. Um amplo edifício, em planta “H”, com dois pavimentos, construído em tijolos e com todos os cômodos forrados e assoalhados, alguns até elegantemente dotados de pinturas e murais pintados e forrados de papel francês. Com janelas de vidro e sacadas-balcão nas laterais com grades de ferro. “No tímpano dos frontões, óculos em quadrilóbulo, de nítida influência neogótica, telhas em capa e canal, beirais de madeira, onde primitivamente deveria haver lambrequins.”[376] Exibia em sua fachada sete portas no piso

[372] SILVA, M., 1972; GHIRARDELLO, 2006.
[373] BARROS, F., 1957.
[374] BARROS, F., 1957; GHIRARDELLO, 2006.
[375] GHIRARDELLO, 2006, p. 12.
[376] Ibidem, p. 12.

inferior, e sete janelas no superior, com bandeiras em arco abatido. Infelizmente hoje está abandonada.

Figura 58: Capela da Piedade, em ruínas. Colônia Militar de Itapura, circa. 1905.



Fonte: Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP.

Ao voltar-se para a configuração espacial, expressa na planta de Lima (figura 50), percebe-se que havia três ruas paralelas ao rio Tietê: Toneleiros, Sete de Setembro e Guararapes (há certa diferença entre os desenhos, por exemplo, na planta de Giannelli, a rua que antes era denominada Toneleiros, aparece agora como Montecaseros). Também têm-se as ruas perpendiculares, na planta de Lima: Ipiranga, que ligava a Praça da Diretoria ao Cemitério, arborizada com cajás; Pirajá e Montecaseros. Apesar do suposto equívoco de Giannelli ou Lima ao mesclarem os nomes das ruas, ou o fato destas realmente trocarem de denominação; o que realmente importa é que havia uma preocupação com o traçado harmonioso.

Numa demonstração de cuidado com as técnicas urbanísticas havia três praças: Coronel Lima (provavelmente em homenagem ao engenheiro, tenente-coronel que elaborou a primeira planta de 1878), a da Diretoria e a do Conselheiro Laurindo – que só aparecem assim denominadas na planta de Giannelli. A praça principal, de acordo com Ghirardello, era a Coronel Lima, centralizada, e que possuía a Igreja Matriz regendo o espaço, ao seu redor os coretos, e as duas construções ecléticas na face oposta (que, segundo a legenda, eram os ‘chalets’ do ajudante e do médico). Espaço nobre e central por excelência, onde provavelmente, deveriam acontecer as solenidades oficiais e ser o local onde os soldados perfilavam para serem passados em revista.[377]

[377] GHIRARDELLO, 2006, p.13.

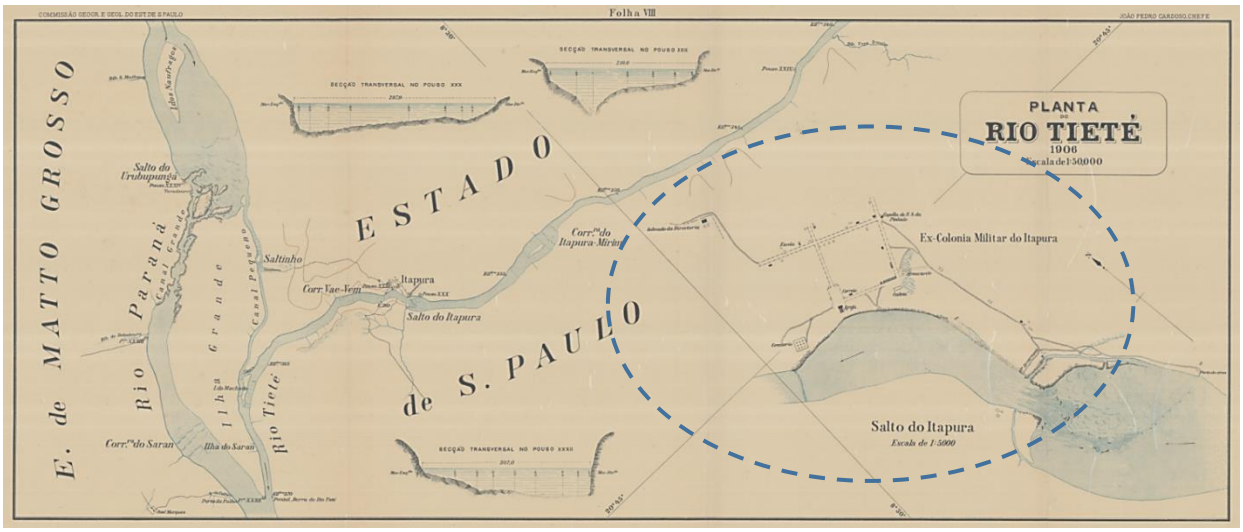
Havia também a Rua das Paineiras, que seguida por uma ponte, ligava ao cais do porto, cavado na própria rocha. Existia ainda, em frente à olaria, outra ponte, que sendo a entrada principal à cidadela, era guardada por torres de madeira. De acordo com Silva,[378] as ruas eram calçadas com paralelepípedos e arborizadas com paineiras, palmeiras e cajazeiros, mostrando o cuidado com o paisagismo.

> As espécies, é bom frisar-se, vinham da flora brasileira o que não era comum, pois as espécies estrangeiras eram as mais valorizadas. O uso do jerivá, ainda, é algo surpreendente, pois vinha da mata de cerrado da região da colônia e substituiu a exótica Palmeira Imperial, na criação de renques junto às ruas. O símbolo paisagístico maior da aristocracia do Império é trocado em favor de outra espécie menos nobre, mas nem por isso menos bela.[379]

O terceiro documento/mapa coletado, referente à planta da colônia militar de Itapura, é datado do início do século XX (neste período a Colônia já havia sido desativada). Encontra-se em um dos mapas anexos ao Relatório de "Exploração do Rio Tietê (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)",[380] realizado pela CGGSP no ano de 1905 – sob a direção de João Pedro Cardoso, e também chefiada por Jorge Black Scorrar. O levantamento mostra em detalhes precisos o Pontal do Rio Tietê: o deságue das águas do rio Tietê no rio Paraná; o Salto do Itapura e seus arredores (planta da colônia militar), a Ilha Grande, o Salto do Urubupungá, as seções transversais de cada um dos rios, sua profundidade, dimensões até as margens, e outras informações. Ver a seguir:

[378] SILVA, M., 1972.
[379] GHIRARDELLO, 2006, p. 13.
[380] Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo "Exploração do Rio Tieté" (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) Publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho, 1905. Typographia Brazil de Rothschild & Cia. São Paulo. Acervo Histórico do Instituto Geológico.

Figura 59: “Planta do Rio Tieté”, 1906, Escala 1:50000



Fonte: “Exploração do Rio Tietê” – CGGSP, folha VIII, Acervo Histórico do Instituto Geológico, editado pelo autor, 2019.

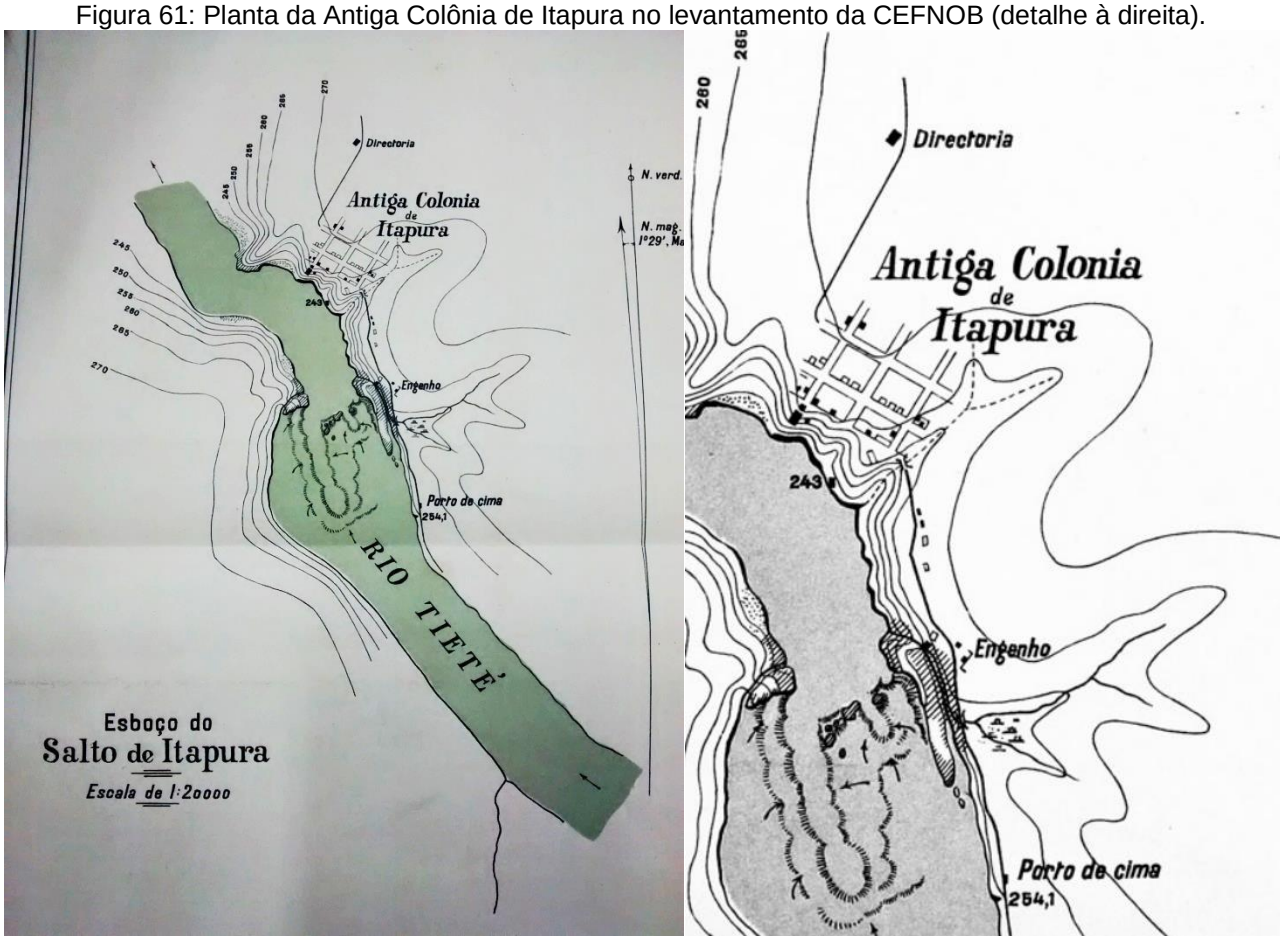
Figura 60: Detalhe figura anterior - Notar a planta da ‘Ex-Colônia Militar do Itapura’.



Fonte: “Exploração do Rio Tietê” – CGGSP, folha VIII, Acervo Histórico do Instituto Geológico, editado pelo autor, 2019.

O quarto desenho, reproduzido no Relatório da CEFNOB,[381] de 1906, onde aparece novamente o “Esboço do Salto de Itapura” e, em seus arredores, a planta da “Antiga Colônia de Itapura” – realizado pelos engenheiros da CEFNOB, durante o levantamento do percurso proposto para a ferrovia em 1905.

Figura 61: Planta da Antiga Colônia de Itapura no levantamento da CEFNOB (detalhe à direita).



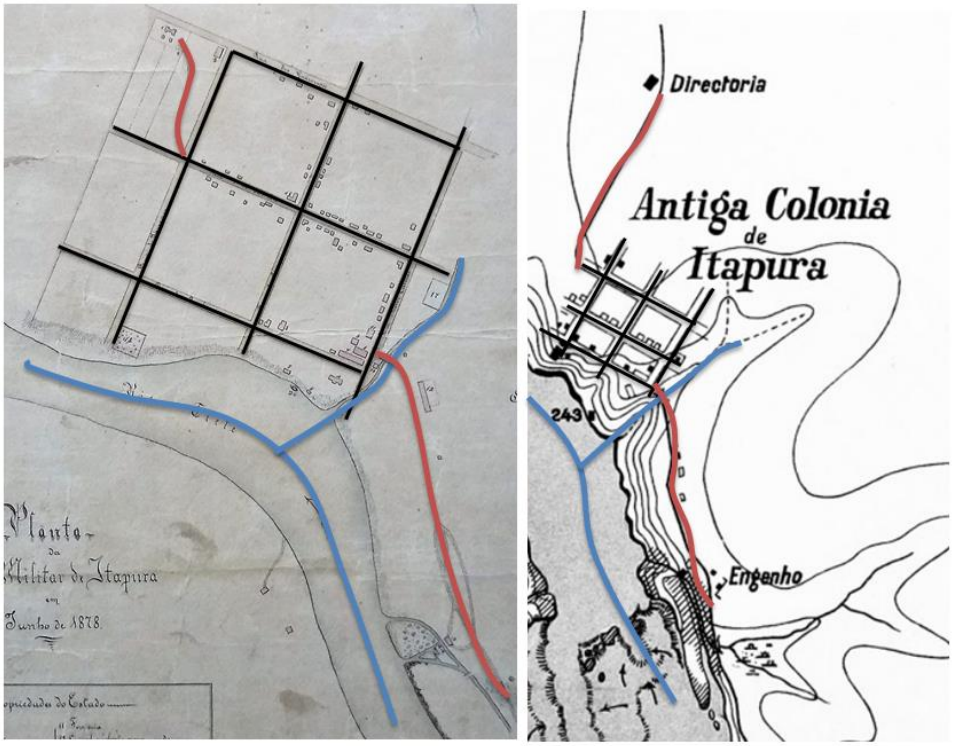
Fonte: Relatório da CEFNOB de 1906. Acervo Museu Ferroviário Regional de Bauru.

Caso pudéssemos sobrepor a planta elaborada por Lima e as últimas duas do século XX, seria possível perceber que elas batem. Há grande semelhança no traçado do primeiro desenho da colônia de Itapura em 1878, e os dois últimos documentos encontrados, representados acima. Abaixo, novamente, fazemos um exercício para ilustrar espacialmente o que se buscou explicar:

[381] RELATORIO da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil, apresentado à Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de junho de 1906. Rio de Janeiro: Typographia de Heitor Ribeiro &C., 1906, p. 66, mapa nº 2.

Ao lado esquerdo, a primeira planta da Colônia de Itapura, de 1878, elaborada por Lima. O traçado urbano reforçado por linhas pretas, os cursos d'água em azul, e as estradas sinuosas em vermelho. No lado direito, o mesmo esquema de traços e cores, agora representado no desenho feito pelos engenheiros da CEFNOB, em seu relatório de 1906. Com a composição abaixo, fica fácil observar as semelhanças. A única diferença talvez seja a distância da Diretoria em relação ao traçado – na planta à esquerda a casa do diretor está mais próxima; e à direita, mais distante.

Figura 62a: Esquerda – Planta da Colônia Militar de Itapura, 1878;
Figura 62b: Direita – Planta da Antiga Colônia de Itapura, 1906.



Fonte: Biblioteca Nacional (RJ), acervo cartográfico; e Relatório da CEFNOB de 1906. – composição autor, 2019

Com isso, é possível demonstrar que o desenho feito por Lima – se comparado com o de Giannelli – parece o mais próximo da realidade em relação ao traçado das vias e quadras, pois percebe-se a continuidade dos quadriláteros nas plantas do século XX, feitas por equipes que exploraram o rio Tietê com viés tecnicista, a CGGSP e os engenheiros da CEFNOB. Assim, as ruínas encontradas pelos membros da Comissão Geográfica e Geológica de S. Paulo, vistas nas fotografias expostas anteriormente, revelam ter havido um verdadeiro empenho em transformar as construções primitivas em sólidas e belas obras arquitetônicas. Logo, parece que o objetivo era construir no interior uma cidade planejada, inicialmente de caráter militar, e que seria a semente de um futuro núcleo populacional civil. Pode-se dizer que Itapura, com sua organização espacial e edilícia apresentada aqui, representou de certa forma, um marco ainda pouco conhecido no urbanismo brasileiro, que precisa ser melhor estudado (assim como Avanhandava). A análise apresentada aqui, a respeito de Itapura, será igualmente efetuada no capítulo III através dos planos, projetos, e documentos coletados, referentes à Colônia Militar do Avanhandava.

De fato, no isolado “sertão do Itapura” ergueu-se um núcleo urbano com traçado pré-estabelecido. De acordo com Silva,[382] algumas de suas construções, arrojadas para o local e época, deviam superar as de Sant’Ana do Paranaíba e Constituição (Piracicaba), centros com os quais matinha relações comerciais. A realidade é que Itapura pode ser considerada um ‘ponto fora da curva’: a riqueza arquitetônica atingida por seus edifícios deu-lhe caráter único entre as demais colônias militares brasileiras.

Porém, apesar da pujança inicial em relação aos vultosos valores recebidos do governo imperial, posteriormente Itapura é sufocada pela falta de recursos, sem base econômica e prescindível situação militar. Seu isolamento em relação aos mercados a tornou economicamente impotente. Continuava assim Piracicaba a ser o centro fornecedor, mas mantendo os obstáculos representados pela distância e demora das monções. Os esforços para melhorar as comunicações, como a estrada Avanhandava-Itapura, não tiveram êxito.

> A terra inculta embora ubérrima; a dificuldade na remessa de verbas; a dependência de centros distantes, tudo isso fazia do Itapura, desde seu início, uma péssima propaganda, dificultando a presença de elementos que lhe engrossassem à população e o ajudassem na autonomia econômica.[383]

Ainda para a autora, a maleita foi o flagelo daqueles sertões e uma das causas da estagnação da colônia Itapura e da colonização da área nessa tentativa inicial:

> Se a situação da Colônia era topograficamente ideal, como afirmava o oficial que a escolheu, o local não possuía a salubridade que ele esperava. A área do Tietê seduziu Azevedo, fazendo-o duvidar de todas as notícias que sobre a maleita lhe davam. Julgava-as exageradas e sem fundamento. [...] O ano de 1860 foi calamitoso no Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. Os anofelinos – transmissores da malária – atacaram agressivamente quase toda a população. Eram 66 as pessoas atingidas pela doença endêmica [...]. foi grande o número de mortes por maleita: 12, incluindo o sacerdote [...]. Era esse o preço do pioneirismo.[384]

De acordo com David Wood,[385] 28 pessoas morreram na Colônia de Urucu (MG) em 1865 pela falta de médicos e remédios; em 1873 foram registrados 149 casos de doenças na Colônia de S. Pedro de Alcântara do Gurupi, que tinha 289 habitantes; a Colônia Pimenteiras sofrera com as 126 mortes causadas pela cólera, em 1856, e mais 157 baixas no ano seguinte; durante o ano de 1857, a Colônia de Leopoldina perdera 358 residentes por moléstias, e outros 88 pereceram em 1865; 12 morreram de cólera em 1856 na Colônia Óbidos. Ainda segundo o autor, a malária, o tifo, a pleurisia, a varíola e outras doenças endêmicas e infecciosas eram muito comuns e verdadeiros perigos para as colônias.

Durante a Guerra do Paraguai as colônias mostraram-se improdutivas na defesa, e de modo geral, revelaram-se inoperantes. O isolamento de Itapura e Avanhandava, que teoricamente

---

[382] SILVA, M., 1972, p. 138.
[383] Ibidem, p. 134.
[384] Ibidem, p. 135-137.
[385] WOOD, 1972, p.88.

seriam pontos de conexão com as colônias de Mato Grosso, uma vez que não foram concluídas as estradas de ligação entre elas, consideradas importantíssimas, deixou-as à margem dos acontecimentos.

Para Gonzaga da Silva,[386] a invasão pelas tropas de Solano López e a ocupação da fronteira, em disputa, foram consequências dos erros cometidos pelo Governo imperial em não promover as estratégias construídas pelo Ministério da Marinha. O Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura era uma destas estratégias. Porém, a defesa de um território não seria garantida apenas com a assinatura de um decreto. Sobretudo quando se trata de uma estrutura naval para operações militares, que não deve ser improvisada – muito menos organizada e executada diante de tantas eventualidades. Ora, o estabelecimento requeria mão de obra qualificada, estrutura de portos e até mesmo outros postos navais para a manutenção das embarcações, combustível como o carvão, armamentos para navios, oficiais e praças, além de outros materiais.

> Não era possível assegurar o território apenas no âmbito do discurso. As práticas discursivas deveriam ser empregadas em conjunto com as medidas concretas. O poder político deveria reconhecer a importância dessas políticas para defender o território e desenvolver o próprio Estado, e convergir, não só para aprovar as medidas momentaneamente, mas para prover dos instrumentos necessários para coloca-las em prática no decorrer dos anos. A defesa do território não seria alcançada apenas com a colocação de novos estabelecimentos militares.[387]

Dessa forma a autora explicita que era necessária a atenção do Império nos investimentos coloniais referentes à economia, incentivo à ocupação da população, construção de vias de integração – através de rios e estradas – fatores que iriam auxiliar diretamente no desenvolvimento destes postos militares.

Já em 1866 o Conselheiro João da Silva Carrão, Presidente da Província de São Paulo, declarava a inutilidade desses estabelecimentos, "sorvedouros de dinheiros públicos"[388] É transferida assim, posteriormente ao conflito, para a administração do Ministério da Guerra em 1870, e como a colônia não era prioridade, praticamente a abandona desde estão:

> Sua inutilidade foi logo notada, e por influência de alguns ministros da marinha em 1870, extinguiu-se a base naval e o pequeno arsenal da marinha; do seu destino frustrado só restou a estrutura metálica da canhoneira Tamandatahy, como um fantasma, encravada nos entulhos do Tietê, antes da inundação visível no período da vazante, amedrontava os incultos moradores que lá se estabeleceram depois da extinção da colônia.[389]

Por último, foram diversos os fatores que culminaram na extinção da Colônia pelo governo republicano em 1895. Em 1968, já totalmente abandonada, seus materiais consumidos pelos

---

[386] SILVA, J., 2017, p. 189.
[387] Ibidem, p. 188.
[388] CESP. *Salto do Avanhandava: História e Documentação.* Orentino Martins, Penápolis: Companhia Energética de São Paulo, 1988, p. 12.
[389] SILVA, M., 1972, p. 140.

vizinhos da antiga colônia, o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura assiste suas ruínas arqueológicas serem submersas pelas águas da represa de Jupiá, sobrevivendo como testemunho de um período somente a antiga Casa do Diretor. O sacrifício do antigo núcleo urbano, e da própria beleza do salto do Itapura – assim como acontecerá em Avanhandava – talvez não tenham sido em vão. A energia elétrica produzida na área poderá representar o início de uma nova era. Um marco, novamente, do já conhecido “progresso”.

3 CAPÍTULO III: A COLÔNIA MILITAR DO AVANHANDAVA[390]

3.1 O Decreto de criação

É através do Decreto nº 2126, de 23 de Março de 1858, que criava-se a Colônia Militar do Avanhandava, ainda não conhecida com esse nome:

Crêa huma Colonia militar na estrada que vai da Villa da Constituição em São Paulo á de Sant'Anna da Parnahyba.

Hei por bem crear huma Colonia militar na estrada, que vai da Villa da Constituição em São Paulo á de Sant'Anna da Parnahyba, a qual será regida pelo Regulamento, que com este baixo, assignado pelo Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Março de mil oitocentos e cincoenta e oito, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.[391]

Ao relermos com atenção a primeira frase do decreto de criação da colônia, algo interessante a se notar é que ele não definia o local exato de sua implantação. Sabe-se que a Vila da Constituição é a atual cidade de Piracicaba (Estado de São Paulo), e que a de Sant'Anna da Parnahyba é Paranaíba (antiga Provincia de Matto Grosso, atual Estado do Mato Grosso do Sul). É de se deduzir, portanto que, a colônia deveria ser instalada nesta estrada – e que o local fosse próximo ao Salto Avanhandava, indicado por Mariano de Azevedo em seu Relatório. Cumprindo assim, um dos principais objetivos de sua criação: estabelecer uma linha postal de estafetas (correio) entre as duas províncias. Quem determinará a localização exata da colônia será o primeiro diretor, alguns anos depois de sua criação.

---

[390] Antes de iniciar o capítulo é necessário fazermos algumas considerações. Os documentos coletados no Arquivo Público do Estado de São Paulo são, em sua maioria, ofícios dos diretores da colônia destinados aos presidentes da província. Isto é, acabamos por ter uma perspectiva única: a do diretor. De modo que, as ideias expostas, as dificuldades, os pedidos, as omissões, os orçamentos, as mentiras, os dados, os discursos; serão somente a partir daquele que comandava a colônia, de seu "bom entendimento" e de seu ponto de vista. Ora, dessa maneira, ficam obscuras as tentativas de análise do ocorrido. A incompatibilidade e incoerência de algumas informações e dados é notável: por exemplo, frequentemente o diretor narra o acontecimento e, pouco depois, o mesmo acaba por contradizer-se em ofício ou relatório posterior. Assim, a crítica (o cruzamento de dados, informações, datas e etc) sem incluir outras referências, não poderá ser feita de forma completa. Portanto, destacamos que a visão do diretor poderia ser (e geralmente era) composta de muito preconceito para com os colonos e seus familiares. Estes eram vistos como "vagabundos", com desconfiança, certa hostilidade, poucos laboriosos, entre outros adjetivos pejorativos e difamatórios. Porém, raros são os relatos em que é possível "escutar" a voz destas pessoas constrangidas pela disciplina militar que deveriam seguir, pelas dificuldades cotidianas, pela falta dos mais diversos recursos. Infelizmente estamos diante de um complexo quebra-cabeça em que este pesquisador não contém todas as peças; logo, algumas imprecisões poderão ocorrer. Tentemos imaginar as dificuldades que todos enfrentavam em local tão distante das vilas e cidades.

[391] BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858, Tomo XIX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 161.

Neste mesmo decreto é instaurado o Regulamento geral da colônia, no qual destacaremos vários pontos importantes, explicando assim a estrutura do estabelecimento:

(1) Capítulo I: é definido que a colônia *"terá por districto não só huma legua quadrada, que será medida e demarcada, como todo o mais territorio, que for designado pelo Presidente da Provincia [...]."*

Além disso, que será composta por 12 *"praças de pret"* (ou colonos de 1ª classe) e suas famílias, com até o triplo de colonos da 3ª classe.[392]

(2) O capítulo II descreve os empregados da colônia, suas funções principais e secundárias, seus recebimentos, entre diversas outras informações. Compunham o quadro de empregados: o diretor, o ajudante (do diretor), o escrivão, o capelão e o médico (cirurgião do exército, juntamente com o enfermeiro).

(3) Já no capítulo III, explica-se como é a composição dos colonos em geral, considerados de quatro classes:

- 1ª classe são as *"praças de pret"*, retirados do corpo do Exército, que tenham feito pelo menos três anos de serviço militar, *"sendo bem morigerados, preferindo-se os que requerem e dentre estes os casados"*. Os colonos de 1ª classe não adquirem o direito de propriedade ao lote de terras, senão quando, tendo sido isento do serviço, continuar a residir na Colônia, e beneficiar a terra por período de três anos.
- 2ª classe são os colonos operários, que serão contratados para os serviços da Colônia. Estes adquirem direito de propriedade residindo na Colônia, e cultivando o lote pelo período de três anos.
- Os colonos de 3ª classe *"serão lavradores casados ou viuvos com filhos, preferindo-se os que tiverem servido no Exercito, com direito á hum lote de terras, na conformidade [...]."* (são aqueles que, com o consentimento do Diretor, poderiam morar na colônia ou em seu distrito).
- Os de 4ª classe serão aqueles que forem contratados para o serviço do Correio, em número de 20, os chamados estafetas. Igualmente aos anteriores, para adquirirem direito de propriedade precisam residir na Colônia e cultivar o lote por três anos.
- Em relação ao tamanho da propriedade rural: lote de 10.000 braças quadradas para aqueles que não têm família; 22.500 braças se tiver família até três pessoas; e de 40.000 para família mais numerosa;

(4) O capítulo IV rege sobre os direitos e obrigações dos colonos estafetas de 4ª classe.

[392] Somente a título comparativo, no Regulamento da Colônia de Itapura, mencionado anteriormente, a composição era de 150 "praças de pret" e até 200 colonos de 3ª classe; ou seja, já pode-se notar a grande diferença na quantidade de praças do exército propostos para cada colônia.

(5) O capítulo V é constituído de disposições gerais, destacando-se as seguintes:

- A colônia ficava sujeita à disciplina militar até ser convertida em povoação regular.
- Todos os habitantes da colônia e seu distrito, do sexo masculino, tendo entre 14 a 50 anos (exceto os colonos estafetas) deverão prestar um dia por mês de trabalhos gerais: *"São trabalhos geraes para este caso factura e concerto de estradas, e construcção de cadêa, Casa de Câmara, e Igreja."*
- *Art. 65 "Todos que possuirem terras na Colonia e seu districto são obrigados a conservarem a estrada de dar franco e seguro transito, fazendo cavas, atterrados, vallas de esgoto e estivas. [...]."*

Em suma, os colonos estavam submetidos à disciplina militar e, após cumprir determinado tempo de serviço na colônia, declaravam ao diretor se desejavam ou não continuar residindo na mesma – caso a resposta fosse positiva, poderiam ser contemplados com o direito de propriedade de um lote de terra. Assim, o colono teria que continuar cultivando tal terreno por três anos, com bom comportamento, etc; e posteriormente, requerer o titulo de propriedade: *"Art. 34 – Tendo o colono na forma dos artigos antecedentes adquirido o direito de propriedade, o Presidente da Provincia passará carta definitiva da concessão do lote por intermedio da Repartição das Terras Publicas, com exposição das circumstancias, que occorerão".*

3.2 O início da colônia: acampamento provisório e a escolha do local de implantação do Arraial definitivo

Apesar de ser criada por decreto em março de 1858, é somente em 1860 que a comissão chegará ao local próximo ao Salto do Avanhandava. O primeiro diretor nomeado para a colônia foi o Major reformado João Homem Guedes Portilho, mas este não aceita a tarefa por motivos de saúde. Em vista disso, é escolhido o Capitão Manoel Giraldo (Geraldo) do Carmo Barros em 28 de agosto de 1858. Contudo, o governo imperial entendeu que, naquele momento, os serviços do recente diretor eram mais urgentes em outro ponto da Província (na comarca de Franca) *"do q. naquelle certão",* como é explicado posteriormente em relatório.[393]

O primeiro ofício redigido pelo diretor da Colônia Militar Avanhandava, que se tem documento, é datado no dia 2 de julho de 1859[394]. Neste relato, Manoel Giraldo que estava na

[393] Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) Fundo Secretaria de Governo da Província, Grupo 5G1: *"Officios Diversos Avanhandava".* Caixa C00820, 1859-1864, 15/11/1861, documento manuscrito.

[394] *Ilmº e Ex^mo Snr.*

Tendo eu sido nomeado Director da Colonia Militar que por Decreto Imperial deve ser creada entre a Cidade da Constituição desta Provincia e a Villa de Santa Anna da Parnahiba da Provincia de Matto Grosso, cheguei hoje da diligencia em que estava na comarca da Franca desde Agosto do anno passado, pelo que preciso hir a Villa do Iguassú da Provincia do Rio de Janeiro buscar minha familia, que tem de comigo seguir para a colonia, por isso peço a V. Ex^cia haja de conceder-me permissão para esse fim; mandando-me [dar] passagem por conta do Governo, não só por ter sido separado de minha familia por causa do serviço publico, como pelas excessivas dispesas que acabo de faser com o meu regresso a esta cidade. (Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). *"Officios Diversos do Avanhandava",* Caixa C00820 1859-1864, 02/07/1859, documento manuscrito).

cidade de São Paulo, vindo da comarca de Franca, pede permissão ao governo imperial para ir buscar sua família na Corte do Rio de Janeiro. É a partir de então que iniciam os preparativos para a penosa viagem que partiria de São Paulo através de carros de bois até a Vila de Constituição (Piracicaba), e daí em diante seguiria por canoas pelo rio Tietê até o Salto do Avanhandava.

Neste período (meados de 1859 até o final do ano) o diretor realiza diversos afazeres: desde a organização e contratação do pessoal (colonos de 3ª classe e 4ª classe, estafetas), até inúmeras despesas com armamentos e artigos bélicos, suprimentos gerais, diárias (salário dos colonos), livros oficiais (que tinham de ser selados e rubricados por autoridades "na forma da lei"), objetos eclesiásticos e paramentos litúrgicos (que incluem livros de tombo, batismo, casamento, vestes sagradas, etc.), além dos meios de transporte (carros de bois, compra de canoas), entre outros gastos.

Interessante frisar as dúvidas recorrentes no ofício do diretor em 30 de setembro de 1859 relacionadas à légua quadrada da colônia, seu local de implantação e suas terras devolutas ou particulares:

Ilmº e Ex^{mo} Senrº

Não estando designado o lugar onde deve ser fundada a colonia militar creada pelo Decreto nº 2126 de 13 de Março de 1858, e tendo eu como seo Director de hir explorar o terreno e fixar o ponto onde tem de realizar-se o pensamento do Governo Imperial, por isso recorro a V. Ex^{cia}, pedindo haja de mandar me dar instrucções que me sirvão de bussola, e me esclareção as seguintes duvidas:

Se a legoa quadrada de que trata o artigo 1º do respectivo regulamento pode ou não ficar a um lado do territorio da colonia, ou se hé de absoluto necessidade que fique no centro.

[Que] porçao de terreno [hé] designado para territorio da colonia.

[Deve] ou não ser preferido terreno de propriedade particular a terreno divoluto, quando este seja de inferior vantagem á aquelle; e qual a fôrma de desapropriar no caso de ser preciso.

Quaes as despesas que o Director da colonia pode e deve fazer para explorar o terreno, descortina-lo e mandar construir o abarracamento que tem de servir provisoriamente aos colonos e seos empregados até que as circunstancias deixem de ser [anormaes], pois do contrario terei de me ver em maior difficuldade, por ser prohibido, pelo artigo [10] do citado regulamento, o Director faser qualquer despesa sem previa authorisação de V. Ex^{cia}.[395]

As dúvidas do atento diretor eram pertinentes. Ora, quer da leitura do decreto de criação ou de seu regulamento, não havia como deduzir qual o local exato de implantação da colônia. A resposta seria dada logo, em 12 de outubro do mesmo ano expediram-se as instruções solicitadas[396]. Resolveu o governo que:

- A légua quadrada que tinha de pertencer à colônia, nos termos do art. 1º do regulamento, fosse demarcada em terras devolutas (o que evitaria despesas) e na parte mais "azada", ou seja,

[395] APESP, *"Officios Diversos Avanhandava"*, Caixa C00820, 1859-1864, 30/09/1859, documento manuscrito (grifo nosso).
[396] In: VASCONCELLOS, 1867, p. 42.

mais oportuna, apropriada, adequada; para satisfazer o fim de sua criação e alcançar seus objetivos;

- Que o distrito da colônia deveria ser contíguo à légua quadrada ou contê-la numa extensão que pudesse ser protegida pela colônia;

- Que somente se começassem os trabalhos quando houvesse planta e orçamento aprovados;

- Que o governo não tinha dados suficientes para orçar as quantias que se deviam despender com as explorações para se reconhecer o ponto em que a colônia deveria se assentar;

Em síntese, certamente para o governo a légua quadrada pertencente ao novo núcleo deveria ser demarcada em terras públicas, não havendo necessidade de gerar mais despesas com a aquisição de terrenos particulares, possuindo aquela região grande quantidade de terras devolutas. Assim, recomendou-se ao diretor que procedesse com a máxima economia, mandando adiantamento, além dos soldos e etapas, a quantia de 10:000$000 (dez contos de réis), para as despesas com as explorações, derrubadas, abarracamento e outros gastos.

No dia 29 de dezembro de 1859, partem da cidade de São Paulo em direção à Piracicaba por via terrestre os comboios do diretor (alguns já tinham partido anteriormente, com parte da bagagem), juntos com o Capelão Alferes Padre Joaquim Araujo Rangel e Silva, o Escrivão 2º Sargento Felisberto Egidio de Araujo Cantalice, além dos colonos de 1ª e 3ª classe, e suas respectivas famílias; totalizando aproximadamente 30 pessoas. Abaixo, transcreve-se ofício que relata tal percurso e a relação dos empregados e colonos que juntos seguiram:

Ilmº e Ex^{mo} Senrº.

Tendo eu sahido d'essa Capital com as praças e paizanos constantes da relação incluza destinados para a fundação da Colonia militar creada pelo Decreto numero 2126 de 13 de Março de 1858 na tarde de 29 de Dezembro proximo passado, [desprendi-me] da comitiva no dia 9 do corrente mez, por ser necessario fazer tomar outro caminho as carretas, pela falta que ha de ponte no arroio ["Quilombo"]; por isso cheguei á esta Cidade na tarde de 10, e as carretas só hoje he que poderão vir á este lugar, sem [novidade] mais do que as difficuldade proprias de uma viagem com algumas chuvas por caminhos pessimos em carros de má construcção, e derigidos por pessôas pouco habilitadas para isso, como as que me entregou o Cidadão Felicio Antonio Mariano Fagundes, com quem por má sorte minha tive de contratar a conducção dos objectos que nos accompanharão. Hoje porem que estao terminados esses trabalhos venho dar parte á V. Ex^{cia} de que fica dito.

Deos Guarde á V. Ex^{cia}.
Cidade da Constituição 14 de Janeiro de 1860.

Colonia Militar creada pelo Decreto numero 2126 de 13 de Março de 1858.
Relação dos Empregados e colonos que no dia 29 de Dezembro de 1859 sahirão da Cidade de São Paulo com destino á Cidade da Constituição onde hoje se achão.

Capitão	*Manoel Giraldo do Carmos Barros*	*Director da Colonia*
Capellão	*Alferes Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva*	*Capellão da Colonia*
Segundo Sargento	*Felisberto Egidio de Araujo [Cantalice]*	*Escrivão*
Cabo d'Esquadra	*José da Silva*	
Anspeçada	*Manoel de Deos Pinheiro*	*Colonos de 1ª Classe*
Soldados	*João de Olanda Cavalcante* *José Soares de Menezes* *Manoel Jozé Teixeira* *Manoel Joaquim Pereira* *Manoel da Silva*	
Paizanos	*Manoel de Jesus Catanheda* *João Antonio de Oliveira* *José Francisco de Souza* *João [Chrisortomo Martins] da Silva*	*Colonos de 3ª Classe*
Paizanos	*Francisco de Castro Moreira* *Manoel [Fidencio] de Andrade* *Rodolpho [Henrchsen Esald]* *Joaquim Moreira Neves* *Francisco José Martins [Uchôa]*	*Apresentarão-se pedindo serem admittidos colonos de 3ª Classe*
Paizanos	*Firmino [Fermino] Lacerda Leite* *Guilherme Christiano Henrique [Fatum]* *Arlindo Martins de Oliveira*	*Apresentarão-se pedindo serem admittidos colonos de 3ª Classe*

Familias

Dona	*Idalina Pessoa do Carmo Barros*	*Mulher do Director*
	Anna Maria da Annunciação *Maria Antonia [Honerata]* *Guilhermina Maria da Conceição*	*Da 1ª Classe*

Maria Clara Bueno
Benedicta Maria do Espirito Santo Nunes } *Da 3ª Classe*
Helena Gabriela – India do Brasil -

Cidade da Constituição 14 de Janeiro de 1860.
Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia[397]

Chegando a Piracicaba aproximadamente 10 dias após sair de São Paulo, o diretor continua registrando suas despesas e contabilizando os diversos gastos com as acomodações do pessoal e sua bagagem nesta vila; além da compra das canoas e contratação de remeiros para seguir viagem ao Salto do Avanhandava, desta vez por via fluvial. Neste interim, contrata outros colonos, entre eles um serralheiro, já demonstrando assim preocupação em admitir operários para trabalhar nas futuras obras que viriam a ser construídas na colônia. Além disso, no dia 25 de janeiro, ordena ao escrivão e três colonos a seguirem por via terrestre, com o intuito de examinarem a condição da estrada que saía daquela Vila em direção ao Salto[398] (o "picadão Piracicaba-Cuiabá").

Descendo o rio Tietê na época das cheias em oito de fevereiro, a comitiva chegara ao Avanhandava somente doze dias depois. Durante a viagem, vários tripulantes além do próprio diretor, ficaram adoecidos de "sezões".[399] É por esta razão que, aportando no Salto do Avanhandava, este decide seguir aproximadamente duas léguas acima para, no Arraial de Nossa Senhora do Carmo, improvisar acampamento provisório, procurando deste modo reparar a saúde de todos. Infelizmente não se encontram mais informações sobre o Arraial de Nossa Senhora do Carmo e o número de pessoas presentes na redondeza. Contudo, acreditamos que fosse uma aglomeração de posseiros mineiros que já tinham, mesmo que parcamente, se estabelecidos pela região. [400]

No ofício de 12 de março, pode-se retirar alguns informes mencionados:

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Tendo chegado ao Salto do Avanhandava no dia 20 do [mes] passado como já dei parte á V. Exa. em Officio dessa data, transportei o pessoal e bagagem da Colonia para este arraial onde estou mandando fazer o abarracamento que tem de servir provisoriamente.

[397] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava"*, Caixa C00820, 1859-1864, 14/01/1860, documento manuscrito.
[398] Ver ofício de 25/01/1860 em anexo.
[399] Sezão é o mesmo que maleita, impaludismo, sezonismo ou até mesmo malária. Estas são doenças infecciosas geralmente causadas por protozoários e transmitidas por picadas de mosquito de regiões quentes, úmidas, e também pantanosas. Os sintomas mais comuns das "sezões" eram as febres intermitentes: febres que são ciclicamente interrompidas, em período de dias, com calafrios, febre intensa e sudorese. Era temida em regiões distantes das cidades, sem acesso ao médico e boticário, pois causava morte caso não tratada.
[400] Os moradores do chamado "Bairro do Avanhandava" (juntamente com os habitantes da colônia militar) tentaram criar um Distrito de Paz naquele local. Documentos manuscritos enviados pelo juiz e pela Câmara Municipal de Araraquara ao presidente da província confirmam tal tentativa. Em anexo, ao final do trabalho, constam os documentos transcritos.

Alem das difficuldades que era de prezumir encontrar-se por estes sertões, tive mais de luctar com as febres intermittentes que accometteo a todos em geral, e quazi nos mesmos dias, por isso o soffrimento foi grande, mas hoje Graças ao Todo Poderôso o mal [declina].

Achando-me no arraial de Nossa Senhora do Carmo do Avanhandava hé de meo dever informar á V. Exa o que hé que aqui se chama = arraial =. Alguns agricultores que no [tempo] em que [concedido] posses de terras [vierão] habitar este sertão, e passado alguns annos dos esperados pela longitude em que se achão de povoado (pois é mais proximo que ainda hoje [ha hé] a Villa de Araraquara distante d'aqui trinta e muitas leguas) resolverão entre si [dar] para patrimonio de Nôssa Senhora do Carmo um quarto de legoa em quadro das terras que possuem na estrada que passa para Santa Anna da Parnahyba distante do Salto Avanhandava pouco mais de uma legua para assim o patrimonio participar [nao] só do tranzito da estrada, como da navegação fluvial da Cidade da Constituição ao Salto dito, e mandarão construir quatro telheiros, e uma casa de trinta palmos de largo, e cincoenta de fundo para orações [...] Se ficou chamando este lugar = arraial do Carmo do Avanhandava. Dos quatro telheiros achei dous abandonados que não obstante servirão para accomodar a gente; e dous habitados por uma [velha] pobre com suas filhas e netas [vivendo] na maior [indigencia] que dar-se pode.

Deos Guarde á V. Ex^{cia}.
Acampamento Provisorio no Arraial do Carmo do Avanhandava 12 de Março de 1860.[401]

Neste local será estabelecido, então, o acampamento provisório da colônia, onde permanecerá até 1864. Interessa-nos explicitar que neste momento, o diretor começa a planejar o local onde se instalaria o Arraial definitivo da colônia; além de elaborar o regulamento interno, que coordenaria os principais aspectos, desde o espaço físico, como ruas, lotes e estradas, até proibições, impostos, multas e questões sanitárias, ou de higiene pública.

A primeira menção ao local indicado para estabelecer o arraial da colônia é feito no ofício de 12 de março de 1860. Vide transcrição:

Passo ás mãos de V. Exa. a inclusa petição, que cinco habitantes deste sertão dirigem á Sua Magestade O Imperador implorando a Graça de mandar que a Colonia de que sou Director seja definitivamente estabelecida no Ribeirão = Ferreira = proximo a um Salto que ha no dito Ribeirão distante deste lugar uma legua pouco mais ou menos. Tenho a honra de informar á V. Exa. que me parece muito justa a Graça que [pedem], pois, segundo me [hão] dito as pessoas com quem tenho conversado a respeito da localidade em que deve ser fundada a Colonia, [he] esse o melhor lugar, não só para utilidade dos poucos cidadaos que por aqui habitão, como porque se presta o todo e qualquer plano economico, ou politico que o Governo Imperial em qualquer tempo queria por em pratica. Terras devoluta ha d'aqui a [douze] leguas pouco mais ou menos, e são banhadas pelo Ribeirão Alambary, e me dizem tambem que essas terras são de boa cultura e pastos; e que só a desvantagem que ha de ficar o dito Ribeirão Alambary mais distante do Salto do Avanhandava porto de dezembarque da navegação fluvial que ha da Cidade da Constituição até esse Salto, cuja navegação convem [alimentar] por ser o rio Tieté digno disso.

Não posso dizer á V. Exa quando poderei ir examinar essas terras, não só por ainda ter parte da gente doente, como por estar mandando apromptar o abarracamento para os [agasalhar], contudo espero que no principio de Abril poderei entrar para as mattas.

---

[401] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava"*, Caixa C00820, 1859-1864, 12/03/1860, documento manuscrito (grifo nosso).

Deos Guarde á V. Ex^{cia}.
Acampamento Provisorio no Arraial do Carmo do Avanhandava 12 de Março de 1860.

Il^{mo} e Ex^{mo} Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colônia

_____
(3ª Secção) – Anexo ao documento acima.

Com aviso do Ministerio do Imperio de 14 de Maio do anno [p.p.] foi devolvido a esta Presidencia um [requerimento], em q. 5 Cidadãos e proprietarios das terras proximas ao Salto do Avanhandava pedião que a Colonia militar, a que se deu [este] nome, fosse difinitivamente estabelecida no Ribeirão Ferreira, [autorisando] a [m.ma] Presidencia a resolver como mais acertado lhe parecesse, dando da resolução [immediatam.te] conta ao Governo Imperial, antes de se começarem quaes q.r. construcções e obras definitivas.
Em [cumprim.to.] a este Aviso, declara esta [Presd.a.] [ilegível] [Off.o] de 18 de Junho do m.mo anno [sob nº 86], q. julgava digno de [deferim.to] favoravel a petição (que se devolvia), aceitando-se a proposta, e aguardando-se a decisão do Ministerio do Imperio, para ser ordenada a remoção da Colonia [p.ª] o [dito] Ribeirão Ferreira.

[...]

N. L. Bellegard.[402]

Antes de comentarmos a passagem, é necessário pormenorizar que, a maioria dos ofícios dos diretores da Colônia Militar Avanhandava era destinada aos presidentes da província de São Paulo. Dessa forma, como órgãos de assessoramento dos presidentes da província, era função da Secretaria de Governo Provincial a expedição dos atos do governo e a guarda das correspondências recebidas, mantendo registro de tais documentos. O secretário era o chefe da repartição (ou seção), e como tal, encarregado de coordenar e fiscalizar os trabalhos, assinar editais, cópias de ofícios que precisavam dessa formalidade, além de subscrever os diplomas e termos lavrados, suprindo e fornecendo ao presidente informações sobre os negócios da administração.[403]

Em 1857, expediu-se regulamentação que criava três seções para tratar com áreas específicas da administração e do governo. Com o novo regulamento procurava-se racionalizar o serviço, dividindo o expediente, buscando evitar que chegassem à presidência assuntos que poderiam ser resolvidos pelo secretário ou seus auxiliares. Ficaram a cargo da 1ª seção os principais negócios do governo, relacionados com o Ministério do Império, a Repartição Geral de

[402] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava"*, Caixa C00820, 1859-1864, 12/03/1860, documento manuscrito.
[403] Arquivo Público do Estado de São Paulo. Guia do Acervo: Secretaria de Governo da Província de São Paulo. Disponível em: http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/secretaria-de-governo-da-provincia-de-sao-paulo;isaar. Acesso em: 07 jan. 2020.

Terras, o Diretório de Índios, as Câmaras Municipais, os Inspetores de Estradas, Instrução Pública e Vacinação. Deveria assim passar por ela todos os termos, contratos, nomeações, expedientes da Assembleia Provincial, além de cartas imperiais, leis, decretos e portarias. A 2ª seção ficava responsável os serviços relativos à Justiça, Estrangeiros e Eclesiásticos, incluindo correspondências de juízes, promotores, delegados, etc. Enquanto na 3ª, percorriam os negócios relativos à Fazenda, Guerra, Guarda Nacional, Capitania dos Portos, entre outros. Posteriormente, o número expandiria até seis, devido ao aumento de atividades por conta do crescimento populacional e econômico da província de São Paulo. Assim, em diversos manuscritos analisados aqui, estão anexos aos ofícios dos diretores estes pequenos trechos com informações valiosas vindas da 3ª seção, geralmente assinados por "N. L. Bellegard".[404]

No relato supracitado, o diretor expõe que cinco habitantes, "proprietários de terras" próximas ao Salto Avanhandava, pedem encarecidamente que a colônia fosse implantada definitivamente no Ribeirão Ferreira, que ficava uma légua distante do atual acampamento provisório. Necessário lembrar que a propriedade da terra naquela região, e naquele período, é de difícil confirmação. Pretende-se dizer que, possivelmente, tais habitantes eram somente posseiros que estavam buscando formas de obter aquelas terras, registrá-las legalmente. Estas "novas propriedades" eram posses baseadas no direito de ocupação ou invasão de terras devolutas. E, novamente, é deveras complicado afirmar com grau de certeza que os cidadãos realmente possuíam os termos de propriedade daquelas terras.

Proprietários de fato ou não, a realidade é que o governo imperial nunca realizou um inventário das terras públicas. Boa parte das posses iniciais de glebas rurais na região em estudo foi registrada em nome de mineiros. Estes plantavam suas lavouras de subsistência como milho, mandiocas, arroz, feijão, cana, às vezes algodão, fumo e café, criavam seus porcos, tinham carros de bois e também algumas vacas; abriam-se desmatando pequenas clareiras em meio às matas para construção de moradia rústica, geralmente casas de pau-a-pique e barreadas, chão batido e sapé. Nas cidades próximas, buscavam o sal, também o toucinho, a pólvora e as ferramentas.[405]

Nesse período, de acordo com Ghirardello[406], a terra era registrada nas sedes das paróquias, tomando-se o cuidado de afirmar a data da posse dentro dos períodos permitidos em lei, contudo boa parte, supõe-se, tenha sido feito posteriormente. Ainda para Monbeig:

> Não é muito fácil dar com pontos de partida para balizar o perímetro de uma propriedade, que ainda estivesse recoberta pela mata. Não se prestavam à demarcação das terras a uniformidade do terreno e a monotonia da cobertura florestal. Os topônimos eram extremamente incertos ou repetidos. Quantos ribeirões Novos, de São José, da Onça? Ignorava-se até o traçado dos grandes rios, pois foi preciso esperar a expedição de 1905, pela Comissão Geográfica, para saber que o rio do Peixe era independente do rio Feio-Aguapeí. [...] Quanto aos precursores mineiros, não eram isentos de incorreção, na forma e no

[404] Acreditamos que Nuno Luiz Bellegarde (N. L. Bellegard) era chefe da 3ª Secção na Secretaria de Governo na Província de São Paulo.
[405] BARROS, F., 1992.
[406] GHIRARDELLO, 2010, p. 66.

> conteúdo, seus próprios títulos de posse, frequentemente posteriores às leis de 1850 e 1854. E tratava-se de homens simples, desprovidos de apoio, sem outra riqueza que a vastidão dos seus campos.[407]

Em ofício de 28 de março seguinte, o diretor informava à presidência o lugar próximo ao Ribeirão São José do Ferreira e a intenção de fixar-se ali a colônia:

Ilmº e Ex^mo Senrº.

[...]

Como já tive a honra de dizer á V. Ex^cia. em Officio de 12 do correntes mes, [hé] no Ribeirão Ferreira proximo a um Salto que ahi ha distante uma legua ou pouco menos da Catadupa Avanhandava no Rio Tieté, que deve ser deffinitivamente assentada a Colonia de que sou Director, pois alem dos poucos habitantes que por ahi ha offerecem gratis ao Governo Imperial tres quartos de legoa em quadro e mais quinhentos mil reis em dinheiro [acresço] que há esse lugar o que reune todas as vantagens que se possa desejar para um Estabelecimento publico tanto para o tempo de [paz] como para o de Guerra. Portanto supondo ser a colonia fundada no lugar mencionado do = Ribeirão Ferreira = tem [dahi] ao Porto do taboado trinta e duas leguas, e nessa extensão de terreno se encontrão sete ribeiroes e dez corregos que precisão de pontes, ou outro meio de transpo-los.

A construcção de dezesete pontes por pequenas que sejão consome muito tempo, e não pouco dinheiro, e exigem de tempos em tempos reparos que nem sempre será possivel de prompto [fazer-se]; por isso lembrei-me do que passo a expôr: Colocar em cada um desses Ribeirões e corregos pessoas afamilhadas com as vantagens concedidas pelo Regulamento da Colonia aos Colonos de terceira classe, e mais as canoas que forem precisas para [dar] passagem aos [viajantes]; cujas canoas ficarão muito mais em conta do que as pontes e o reparo d'ellas mais facil; e a estrada ficará habitada n'esses logares, que de muito servirá não só ao caminhante como aos que desejão-se [internar] para estes certões.

Sem duvida custôzo será achar-se quem queira vir povoar essa estrada, mas para isso ahi estão as [cadeias] civis e [prisões] militares com hommens afamilhados, condenados a annos de [prisão] sem ser por crimes horrorosos, e [de intre elles] bem bons cidadaos se podem fazer [dando-se-lhes] terras para virem cultivar nestes desertos. Não ficarão elles isolados de tal maneira que se torne inhumano tal especie de degredo, pois tem essa estrada de ser frequentada pelos estafetas do Correio tres vezes no mes d'aqui para a Villa de Santa Anna da Parnahyba, e outras tantas de Santa Anna para este lugar, por meio [do] quaes se terá noticia d'elles, e do seo estado de saude para ser acudido com remedios. Portanto se V. Ex^cia. em sua sabedoria julgar que esta minha [lembrança] pode ter bom resultado rogo á de V. Ex^cia. haja de [toma-la] em consideração e dar-lhe seo valioso apoio afim de se pôr em pratica.[408]

O primeiro trecho sublinhado além de apontar o local de escolha a ser implantada a colônia, destaca que os habitantes presentes ali oferecem de graça ao Governo Imperial três quartos de légua em quadro e mais quinhentos mil réis (500$000) em dinheiro. Posteriormente o diretor já inicia a explicitar seu pensamento (ou por que não, planejamento) em posicionar "pessoas afamilhadas" nos vários ribeirões e córregos próximos para empregá-las como colonos de 3ª classe e servindo-as de canoas, auxiliarem no trânsito dos viajantes; além de amparar àqueles que passavam pela estrada. Parece-nos, portanto, que neste momento, Barros procurava trazer aos olhos do presidente da província o seguinte:

---

[407] MONBEIG, 1984, p. 145.

[408] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 28/03/1860, docum. manuscrito (grifo nosso).

- que apesar do ocorrido com as maleitas e a má saúde do pessoal, ele decidiu afastar-se uma légua das margens do rio Tietê e do Salto Avanhandava (fugindo das cheias) para estabelecer o abarracamento provisório e cuidar dos colonos doentes no denominado arraial de Nossa Senhora do Carmo, onde encontrara algumas casas abandonadas e cidadãos na redondeza;

- que tinha procurado terras devolutas na região e não encontrara (mesmo isso soando incomum e aparentemente incerto); e convenientemente cinco habitantes estavam “doando suas terras” (na hipótese de que eram realmente suas) para o estabelecimento da colônia. O fato de doarem para o Estado, de certa maneira, garantiria a posse (análogo ao que se fazia na época em relação às doações para Igreja);

- e que seria propício enviar presos civis e militares “homens afamilhados e bem bons cidadãos” para ajudar na ocupação e cultivo das terras.

Diante disso, ainda que vago, o discurso do diretor aparenta assegurar a tentativa de implantação da futura semente colonizadora, desejo inerente do governo imperial. A primeira relação de moradores do acampamento provisório, que se tem conhecimento, foi feita em junho, os chamados “mappas do pessoal”, ou “mappas demonstrativos”, somando no total 42 habitantes:

Quadro 2: “Mappa demonstrativo do pessoal da Colonia, 28 de Junho de 1860”.

Colônia Militar do Avanhandava															
Mappa demonstrativo do pessoal da dita Colonia															
	Empregados e suas familias					***Colonos da 1ª classe e suas familias***					***Colonos da 3ª classe e suas***				***Total***
	Director	***Medico***	***Capelião***	***Escrivão***	***Mulheres***	***Cabo de Esquadra***	***Anspeçada***	***Soldados***	***Mulheres***	***Filha***	***Homens***	***Mulheres***	***Filhos***	***Filhas***	
Prezentes no Acampamento	***1***		***1***	***1***	***2***	***1***	***1***	***6***	***6***	***1***	***12***	***3***	***1***	***4***	***40***
Com licença na Cidade de Santos											***1***				***1***
Ainda nao aprezentado		***1***													***1***
Somma	***1***	***1***	***1***	***1***	***2***	***1***	***1***	***6***	***6***	***1***	***13***	***3***	***1***	***4***	***42***
N. B. Ha colonos tanto da primeira como da terceira classe que são cazados, mas que suas familias ainda não vierão para a companhia de seos maridos. = Acampamento Provizorio da Colônia Militar Avanhandava 28 de Junho de 1860 ***Manoel Giraldo do Carmos Barros*** ***Capitão, Director da Colônia***															

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 1859-1864, 28/06/1860, documento manuscrito. Elaboração do autor.

3.3 O "Regulamento interno da Colônia Militar Avanhandava" em agosto de 1860.

Na época colonial, os problemas de conservação e limpeza das vias públicas nos povoados atormentavam permanentemente os oficiais das Câmaras Municipais. Apesar de todo o poder centralizador das Capitanias Hereditárias, as Câmaras assumiam importantes funções do governo, entre elas o estabelecimento de regras e normas, seguindo padrões culturais do período, que buscavam facilitar a convivência dos habitantes nas vilas. A liberdade das Câmaras era grande na composição das próprias posturas e possivelmente complementavam as leis maiores de ordenação vindas do reino. Nesta condição de certa autonomia, as cidades eram geradas com ruas que não se assemelhavam entre si, eram bastante adaptadas aos sítios, de modo a não existirem cidades com traçados idênticos ou com espaços livres, adros e largos padronizados.[409]

A maioria das povoações brasileiras mais antigas eram à imagem das portuguesas, com caráter de cidadelas medievais que se acomodavam em terrenos acidentados, marcados pela irregularidade. O sítio urbano geralmente decidia e justificava os traçados irregulares. As ruas tortas, esquinas com ângulos diferentes e praças; quase nunca eram calçadas.[410] A limpeza era sempre precária, e o movimento de pessoas, carros movidos à tração animal, etc; causavam problemas que, aos poucos, exigiam certos cuidados de reparação. Por vezes, nos centros providenciava-se o calçamento de alguma praça ou rua, principalmente das ladeiras, com grande sacrifício.[411]

> O crescimento dos centros maiores ocorrido na segunda metade do século XVII veio trazer uma nova dimensão ao problema. Na cidade de Salvador as questões de calçamento e conservação passam a constituir uma das principais preocupações da Câmara. Desde 1656 resolvem os seus oficiais, para ocorrer às despesas com esses serviços, estabelecer um imposto sobre as matanças nos currais e açougues da cidade.[412]

Assim, com o crescimento da vida urbana, aumentava significativamente a importância do cenário urbano, trazendo como resultante no final do século XVII maior atenção às ruas estreitas, além de cuidados com o alinhamento e nivelamento. Apesar disso, lembremos que a escala do povoado era diferente, e os usos eram outros; dispensavam facilmente as maiores dimensões em todas as cidades, inclusive nas europeias. De acordo com Reis Filho[413], a Câmara de Salvador estabelecia através das posturas, a largura de 66 palmos (14,6 metros) para as ruas da cidade – o que era muito para a época. Porém, Salvador pode ser considerada uma exceção: foi fundada como primeira sede administrativa da nova colônia, em ponto elevado, teve e ainda resguarda seu centro reticulado, que "luta por se adaptar a um relevo rebelde".[414]

---

[409] GHIRARDELLO, 2010.
[410] MARX, Murillo. *Cidade brasileira.* São Paulo: Melhoramentos. Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 24.
[411] REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720).* 2ª ed. São Paulo: Pini, 2000.
[412] Ibidem, p. 139-140.
[413] Ibidem, p. 143.
[414] MARX, opus cit., p. 26.

De forma geral, nos núcleos mais modestos do período colonial, as ruas eram sempre mais estreitas e raramente grandes dimensões seriam conservadas, mesmo em Salvador. As praças e terreiros eram quase sempre irregulares. A ausência da rigidez do traçado das ruas era encontrada, geralmente, no alinhamento junto ao largo dos conventos e igrejas, ou acolhendo edifícios mais importantes que apresentavam modesta e relativa monumentalidade, implantação que constituía certamente as principais referências na paisagem urbana. As casas eram implantadas no alinhamento da rua, eram construídas sobre as divisas laterais e tangenciavam-se umas às outras, seus telhados projetavam as águas da chuva em direção às ruas e aos quintais. Não existam passeios para pedestres. Quando completamente edificadas as quadras, a composição era contínua com as construções lado a lado e o grande vazio constituído pelos quintais na parte interior.[415]

Em suma, com o passar do tempo, mas ainda no período colonial, o ambiente urbano alcançou novas significações para os diferentes agentes sociais. Para a Metrópole, era meio de controle da vida social, por entre as forças dos administradores; para estes, era o local onde deveriam morar, muitas vezes em circunstâncias piores do que a da Metrópole, realizando suas tarefas de ganho e dominação; para os grupos sociais menos prestigiados, como artesãos e comerciantes, a cidade era oportunidade de afirmação e desenvolvimento para seu trabalho; para os escravizados, talvez a brecha de contato com um mundo menos rigidamente estratificado, e situação inegavelmente superior à do campo; e para os grandes proprietários de terra, verdadeira área de competição com os novos grupos dominantes.[416]

> A vida urbana nos centros maiores apresentou, a partir de meados do século XVII, nova escala. Surgiram formas diversas de utilização das povoações, que se refletiram sobretudo na importância crescente das ruas e dos aspectos da arquitetura, que para estas eram voltados. [...].
> A administração das Câmaras acompanhou as tendências da Coroa, nesse aspecto, legislando em escala crescente sobre questões urbanísticas.[417]

Com a independência, a primeira constituição brasileira de 1824 apresentaria o Título 7º referente “Da Administração e Economia das Províncias” e o capítulo II dedicado “Das Câmaras” (municipais), onde os artigos definiam que:

> Art. 167 – Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.
>
> Art. 168 – As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e que obtiver maior numero de votos, será Presidente.
>
> Art. 169 – O exercicio de suas funcções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.[418]

[415] REIS FILHO, 2000.
[416] Ibidem, p. 197.
[417] Ibidem, p. 197.
[418] BRASIL. Constituição Politica do Imperio do Brazil, 25 de março de 1824. In: Collecção das Leis do Imperio do Brazil. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 30 (grifo nosso).

Para Faoro[419], citado por Maia, a aprovação deste texto constitucional, faria supor que o espírito municipal conquistaria lugar de relevo nas novas instituições políticas. Entretanto, o que se comprovou foi a manutenção do poder centralizado, atribuindo pouca autonomia às Câmaras Municipais. Ainda no Primeiro Reinado (1822-1831), a Lei de 1º de outubro de 1828, regulamentará e padronizará o tratamento do espaço urbano realizado pelas Câmaras Municipais. As denominadas "Posturas Policiaes" estão descritas no Título III, artigo 66 (§1º ao §12º) até o art.73. Como exemplo transcreve-se os primeiros:

> Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas os objectos seguinte:
>
> § 1º. Alinhamento, limpeza, illuminação, e desempachamento das ruas, cáes e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segunraça dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações.[420]

Não há necessidade da reprodução de todos os parágrafos e artigos da referida Lei, apesar de serem interessantíssimos e acreditarmos que serviriam como base para os futuros Códigos de Posturas Municipais. Também é importante demonstrar que, houve significativa ampliação do controle por parte do governo provincial sobre os assuntos da municipalidade, por ressaltar que seria apenas função da Assembleia Legislativa Provincial aprovar as deliberações feitas pelas Câmaras Municipais. Ou seja, apesar do município elaborar as posturas, estas deveriam ser aprovadas pelo governo provincial. Para Santana:

> Em grande medida, podemos destacar que em relação às Câmaras Municipais durante o regime monárquico, os estudos historiográficos enfatizam a nulificação destas instituições, como uma implantação direta de medidas adotadas pelo governo central no sentido de fortalecer as Assembleias Legislativas, cujo objetivo principal era minar o poderio dos potentados locais em favor das elites regionais.[421]

Ainda sobre o assunto afirma Ghirardello que:

> A dependência da Assembleia era tanta que não apenas os códigos de postura passariam por sua aprovação, mas também questões irrelevantes, de alçada puramente municipal, tinham que ser aprovadas e sofrer ingerência dessa instância maior, como: desapropriações, criação de escolas de primeiras letras, impostos municipais, nomeação de funcionários para as câmaras e até mesmo os regulamentos dos cemitérios.[422]

---

[419] FAORO, 1987, apud MAIA, D. S. Normativas urbanas no Brasil imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822-1850). Geo UERJ. Rio de Janeiro – Ano 16, nº 25, v. 2, 2º semestre de 2014, p. 458-476. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/14407. Acesso em: 12 jan. 2020.

[420] BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 83.

[421] SANTANA, Ana C. S. Códigos de posturas municipais: reflexo de um discurso e suas problemáticas. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de Julho de 2013. Disponível em: https://bit.ly/2sHLp4G. Acesso em: 12 jan. 2020.

[422] GHIRARDELLO, 2010, p. 57.

Isso demonstra que as Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pelo ordenamento e disciplina da vida e paisagem urbana, estavam subordinadas ao poder centralizado. As mencionadas "Posturas Municipais" tratavam-se de conjunto de princípios e regras estabelecido pela Câmara – que procurava instituir uma ordem de convívio social, normatizando práticas individuais e coletivas, privadas e públicas. Tais normas representavam a vontade que os governantes tinham de controlar o crescimento das vilas e cidades, assim como a própria conduta de seus habitantes. Desse modo, no período imperial os códigos de postura passaram a expressar, cada vez mais, os interesses de certa elite que buscava assim reforçar seus privilégios e afirmar posições bem definidas no poder.

Para Vicente[423], ainda, se existia alguma preocupação política relacionada aos interesses de grupos sociais abastados e opositores entre si, aquilo que se dirigia aos populares parece não ter sido intuito de grandes discussões – pois, de forma geral, os códigos disciplinavam, principalmente, aspectos relacionados à vivência dos mais pobres e menos afortunados, como a utilização de fontes públicas, os horários festivos e de trabalho, a forma de caminhar, os locais de encontro, o despejo de águas nas ruas, o comércio de carnes verdes, enterros, atividades comerciais em espaços públicos, entre muitos outros. Assim, para o autor, o desejo de controle social, especialmente presente nos discursos civilizatórios, era corroborado pela ação uniformizadora das Câmaras em função de uma unidade política, burocrática, e por que não – territorial. "Era necessário, pois, disciplinar toda a nação a partir dos mesmos padrões de conduta."[424]

Se desde a época colonial as "posturas" expressavam a necessidade de demarcar-se a praça, o largo, o rossio; no império, as mesmas sofrerão alterações, entretanto sem modificar sua principal função – a de definir o ordenamento das cidades e a conduta da vida na mesma.[425] Aparecem assim, desde as primeiras décadas dos oitocentos, os primeiros artigos das posturas que, posteriormente, seriam conjugados em códigos. A título de exemplo, na cidade da Corte, editados em 1830, revisados e ampliados em 1838; Recife em 1831; Porto Alegre em 1831; Fortaleza em 1835. Na província de São Paulo tem-se: Campinas em 1864, Jundiaí e Piracicaba em 1865, Botucatu em 1867.

Apesar das diversas modificações que ocorreram no passar dos anos, principalmente da instalação do governo imperial, as Posturas Municipais desenharam as formas que iriam ser expressas no cotidiano daqueles que viviam em meio urbano. Os primeiros códigos das cidades pequenas, quase de essência rural, eram acrescidos por dezenas de editais sobre os mais diversos assuntos possíveis: cemitérios, enterros, venda de gêneros alimentícios e remédios,

---

[423] VICENTE, M. F. O Código de Posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o Código da Vila de Guarany (1898). *In: Anais do Evento XII Semana de História da FECLESC* – Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em: http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos.html. Acesso em: 12 jan. 2020.
[424] Ibidem, p. 4.
[425] MAIA, 2014.

águas pluviais estagnadas, esgotos e pântanos, limpeza pública, matadouros e curtumes, hospitais e casas de saúde, moléstias contagiosas, alinhamento das ruas e edificações, vozerias, casas de negócios e jogos, vacinas, segurança, cobrança de impostos e multas, venda de pólvora e armamentos, trânsito de pessoas e carros de bois, chiqueiros e pocilgas, arruamento, construção e demolição de cortiços, pesos e medidas, mercado público, fábricas, oficinas de ferreiro, serralheiros e outras profissões, estábulos, açougues, criação de animais, vadiagem e loucos, festividades, e muitos outros.[426]

É assim que em agosto de 1860 o diretor da Colônia Militar do Avanhandava escreve os "apontamentos para servirem de Regulamento interno da Colônia". Considera-se este documento importantíssimo para demonstrar os ideais que o diretor, representando grosso modo o pensamento que o Ministério da Guerra e o Governo Imperial tinham em relação ao estabelecimento de uma futura vila. Ainda, é possível assegurar que o Regulamento interno constituía-se de caráter igualmente referenciado aos Códigos de Postura da época:

Colonia Militar Avanhandava

Apontamentos que julgo poderem servir para a organização do Regulamento interno desta Colonia.

Havendo como ha no Ribeirão São Joze (mais conhecido pelo nome de Ribeirão Ferreira) caxoeiras que dão agua em qualquer estação do anno para volver maquinas que forem precizo assemtar-se, tendo alem disso em ambas as margens bôas terras para cultura, e campestres (cerrados como por aqui chamão) que dão para criação de gado; e [estando] sua fóz a uma legua abaixo da catadupa Avanhandava no Rio Tieté, e vinte e tantos a trinta leguas distante do Estabelecimento Naval do Itapura parece dever ser no dito Ribeirão Ferreira a fundação da Colonia Militar Avanhandava creada pelo Decreto numero dous mil centro e vinte e seis de treze de Março de mil oitocentos e cincoenta e oito na estrada que vai da Cidade da Constituição na Provincia na Provincia de São Paulo á Villa de Santa Anna da Parnahyba em Matto Grosso, por isso que tambem he o supracitado Ribeirão o que está mais ou menos no centro da refferida estrada.

O terreno banhado pelo Ribeirão Ferreira está [apociado] (não sei se bem ou mal) pelo que he necessario compra-lo a seos donos, os quaes desejão que a colonia fique nessas terras portanto he de [prezumir] que vendão por preço razoavel.

Penso que duas leguas em quadro será sufficiente terreno para territorio da Colonia.

Julgo de necessidade que na legua quadrada mencionada no Artigo primeiro do Regulamento que baixou com o Decreto que creou esta Colonia deva ficar uma area de trezentas braças em quadro para Arraial da Colonia, cuja area será dividida por seis ruas perpendiculares, e seis horizontaes com oitenta palmos de largo cada uma, formando assim um quadro com quarenta e nove quadras de trezentos e sessenta palmos em cada face; em cujas quadras se levantarão os edificios publicos que forem precizos, e as restantes serão aforadas aos que quizerem ter predios

[426] Como grande exemplo, temos o "Codigo de posturas, leis, decretos, editaes e resoluções da Intendencia Municipal do Districto Federal. Compilação feita por ordem da Prefeitura, pela repartição do Archivo Geral. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Mont'Alverne, 1894." – o qual é uma compilação com aproximadamente 450 páginas das posturas publicadas no Rio de Janeiro até aquele ano. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185. Acesso em: 15 jan. 2020.

no Arraial, o producto do aforamento fará parte da receita geral do estado para suavizar as dispezas que se estão fazendo com a colonia, e quando for a colonia convertida em Villa servirá esse rendimento para as despezas Municipaes.

Suponho ser saudavel a localidade indicada para a Colonia, não obstante, depois das chuvas (quando o Rio Tieté começa a descer da sua enchente), aparecer annualmente febres intermittentes que alguns annos se torna [pernicioza] por complicar-se com a typhoie e [Vrª]. Este mal, porem, creio dezaparecerá á proporção que se descortinarem as margens do Tieté, serviço este que nas [proximidades] do Ribeirão Ferreira será mais facil do que em algum outro lugar.

Estando esta Colonia na estrada e tendo de ser convertida em Villa bem se pode desde já impôr alguns direitos como os que se se arrecadão nas municipalidades, com o que muito allivirará as despezas que o estado está fazendo, por isso entendo:

Que deve ser prohibido haver caza de negocio no territorio da Colonia fora do Arraial da mesma sôb penna de multas.

Que as cazas de negocio do Arraial paguem um direito, alem do aforamento do terreno que occuparem por exemplo.

Para venderem generos alimenticios 3000
Para venderem [ilegível], louças e ferragens 6000
Para venderem bebidas [espirituosas] 12:000
Para venderem ouro, prata, brilhante, etc..... 24:000
Para venderem cartas de jogos e dados 30:000
Para em uma só caza venderem mais de um dos generos acima especificado.....75:000

As cazas de jogos permittidos por lei, como bilhar e [ect.] devem pagar um direito como as cazas de negocio, e bem assim as [hospedarias], sendo o direito [destes] muito mais inferior ao daquellas.

Cujos direitos serão pagos adiantados e seu vencimento será nos mezes de Junho a Dezembro de cada anno, embora a caza de negocio se estabeleça em qualquer tempo.

Tambem deve o Director ser authorizado a poder reduzir a multas [pecuniarias] os dias de prizão que devão soffrer os colonos que comettão [faltas]; bem assim ser pago pelo colono em dinheiro o dia que he obrigado a dar serviço na semana, devendo ser a quantia igual a que na epoca da multa ou serviço se pagar a um jornaleiro. Os multados que não pagarem a multa serão prezos por tantos dias quanto [der] a multa para pagar a um jornaleiro.

Convem acabar com os carros de eixo movel por isso devem elles ser sobrecarregados de direitos.

Os de eixos fixo tambem devem pagar ainda que seja uma diminuta quantia mui principalmente os de quatro rodas.

O gado vaccum, cavallar, muar, soinos, ovelhum, cabrum, que pelo territorio da Colonia passarem para outros mercados pagarão um direito á Fazenda Publica.

No Matadouro publico do arraial da colonia he o unico lugar competente para serem [carneados] os gados, seja de que qualidade for, que tiverem de ser vendidos ao Publico sob penna de multa.

Pelo gado [carneado] no matadouro do Arraial se cobrará um direito por cabeça de gado conforme sua especie.

Deve ser vedado o [ter] no Arraial da Colonia solto pelas ruas toda e qualquer qualidade de quadrupedes, sob penna de multa por cabeça de animal, salvo os [cães] que accompanharem qualquer pessôa, os quais assim mesmo devem [hir] por ellas seguros, ou açaimados.

Ha necessidade de vigiar-se com espingarda de caça, facão do matto, e mesmo faca de ponta, mas isto [he] nas estradas, porem no Arraial da Colonia deve ser prohibido sob penna de multa.

Embora seja em possilga contudo não deve ser permittido crear-se no arraial porcos sob penna de multa, podendo quando muito consertir-se que possa cada caza ter um para engordar.

As cazas tanto do Arraial como do territorio da Colonia devem ser vizitadas pelo Director ou pessôa por elle authorizada para verificar se estão ou não conservadas em acceio, e os donos dos que assim não tiverem serão multados.

Para arrecadação dos dinheiros da Fazenda Nacional haverá um cofre com trez chaves differentes.

Podem ser [clavicularios] o Vice-Director, Medico e Capellão.

O cofre deve ser depositado na Directoria da Colonia.

Tanto o Director [...]

[...]

Os que se estabelecerem em campos de criar, cercarão suas [roças] sob penna de multa alem do [estrago] que soffrerem.

Os que se estabelecerem em mattas de cultura cercarão seos gados sob penna de multa, a pagarem o [ilegivel] cauzado.

Os formigueiros que houverem no Arraial da Colonia em lougradouros publicos serão tirados á custa da Fazenda Publica, e os existentes nos terrenos aforados serão tirados pelos que nelles morarem sob penna de multa.

No arraial da Colonia não deve ser permettido correr á cavallo sob penna de multa.

Da mesma forma deve ser prohibido ter ou [passar] cavallo por dentro do passeio das ruas sob penna de multa.

O que edificar no Arraial da Colonia mandará durante a noute conservar uma luz no lugar dos [andaimes], sob penna de multa, e neste cazo a luz será posta por conta da Fazenda publica.

Não será permittido trancar a rua com madeiras ou outras couzas que possão [obstar] o transito de carro sob penna de multa.

Os divertimentos publicos como Circo Olimpico, cavalhadas e [ect, ect, ect.] devem pagar um tanto pela licença por cada espectaculo exceptuando porem se forem dados gratis ao publico.

As pessoas do sexo masculino maiores de dôze annos que no fim de dous annos de rezidencia na Colona não souberem ler nem escrever quanto baste ao menos para assignar seo nome devem soffrer uma multa.

Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava, 6 de Agosto de 1860
Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão Director da Colonia.[427]

Dessa maneira, Manoel Giraldo busca adicionar vários itens no Regulamento Geral da Colônia, decretado em 1858, pedindo ao presidente da província que os tome em consideração. Destacaremos alguns pontos importantes: o primeiro é, assim como os códigos de posturas das cidades, o objetivo maior do regulamento interno era a normatização dos princípios que determinavam a vida dos colonos. Em segundo, são claras as intenções do diretor ao escrever o regulamento, conceber e pressupor a existência futura dos edifícios públicos mais comuns e necessários na cidade – como o matadouro, as casas de negócio, casas de jogos, e até mesmo os "divertimentos públicos como Circo Olimpico" – desejos que nunca se concretizaram. Porém o conteúdo ainda era bastante rural, como nas primeiras vilas dos meados do século XIX.

[427] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 06/08/1860, documento manuscrito (grifo nosso). Esse "Regulamento interno" será novamente escrito pelo diretor Barros com algumas modificações em novembro de 1861. Incorporamos-o como anexo ao fim do trabalho. Data do documento: 15/11/1861.

Lembremos também que o território da colônia era composto por duas regiões:

- Uma podendo ser considerada "urbana". Seria o futuro núcleo, onde a vida citadina iria florescer, ao menos em teoria e nos planos realizados; onde após o parcelamento, se instalariam nas quadras e datas os edifícios públicos, eclesiásticos e militares – como a Igreja, o cemitério, o matadouro, o quartel, o mercado, a enfermaria, a botica, a câmara e a cadeia. As datas (lotes) que não fossem ocupadas por estes, poderiam ser aforadas[428] para os colonos (e talvez, posteriormente até para não-colonos,[429]) que quisessem construir suas residências, casas de negócio, oficinas, etc. Importante mencionar que o diretor ao expor tais informações seguia diretamente o que estabelecia o Art. 79 do Capítulo VI "Das Terras Reservadas" no Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a "Lei de Terras". Ver comparação abaixo:

"*em cujas quadras se levantarão os edificios publicos que forem precizos, e as restantes serão aforadas aos que quizerem ter predios no Arraial, o producto do aforamento fará parte da receita geral do estado para suavizar as dispezas que se estão fazendo com a colonia, e quando for a colonia convertida em Villa servirá esse rendimento para as despezas Municipaes.*[430]

> Art. 79 – O foro estabelecido para as terras assim reservadas, e o laudemio proveniente das vendas dellas serão applicados ao calçamento das ruas, e seu aformoseamento, á construcção de chafarizes e de outras obras de utilidade das Povoações, incluindo a abertura e conservação de estradas dentro do districto que lhes for marcado [...].Neste caso a Municipalidade proverá sobre a cobrança e administração do referido foro, não podendo dar-lhe outra applicação, que não seja a acima mencionada.[431]

Ao colocarem-se lado a lado as passagens, fica claro observar que o diretor estava seguindo o que fora previsto pelo Decreto de 1854. A área "urbana" também é chamada de "Arraial", tida como o centro da colônia e local mais importante, deveria seguir as regras contidas no regulamento e, consecutivamente, era foco dos relatórios da diretoria;

- A outra região era considerada rural. Chamada pelo diretor de "distrito (ou destricto) da colônia" e geralmente delimitada como uma "légua quadrada". Seriam as terras envoltórias ao "Arraial", onde os colonos ganhariam inicialmente a posse de um lote rural, e após cultivá-lo por

---

[428] O aforamento, ou enfiteuse, é quando o proprietário (senhorio, união, igreja), transfere ao adquirente (enfiteuta), em caráter perpétuo, o domínio útil, a posse da terra, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre o bem imóvel, mediante o pagamento do foro (renda anual). Ainda, para Ghirardello: "O aforamento, por sua vez, era instituto pré-capitalista, onde aquele que aforava, o enfiteuta, não possuía propriedade plena do bem, mais ou menos semelhante ao que acontecia com as sesmarias até o início do século XIX, que não eram propriedades privadas, mas concessão do rei para um súdito. Só poderiam, também por lei, ser objeto de enfiteuse terras rurais sem cultura, e, no caso dos patrimônios (religiosos), apenas as datas urbanas livres de edificações, muito embora, mesmo após a construção, os direitos do aforador sobre estas permanecessem." (GHIRARDELLO, 2010, p. 76).

[429] O diretor não especifica neste regulamento se o aforamento seria somente para os colonos. Acreditamos que, enquanto a Colônia estivesse sob o regime militar e sob jurisdição dos Ministérios dos Negócios da Guerra, do Império e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – não se poderiam aforar terras a outrem Porém, após convertida em povoação regular, e cessado o regime militar, os não-colonos poderiam ser enfiteutas.

[430] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 06/08/1860, documento manuscrito.

[431] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1854.* Tomo XVII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854, p. 24. Lembrando que o foro aqui não era para a Igreja, e sim para a Municipalidade.

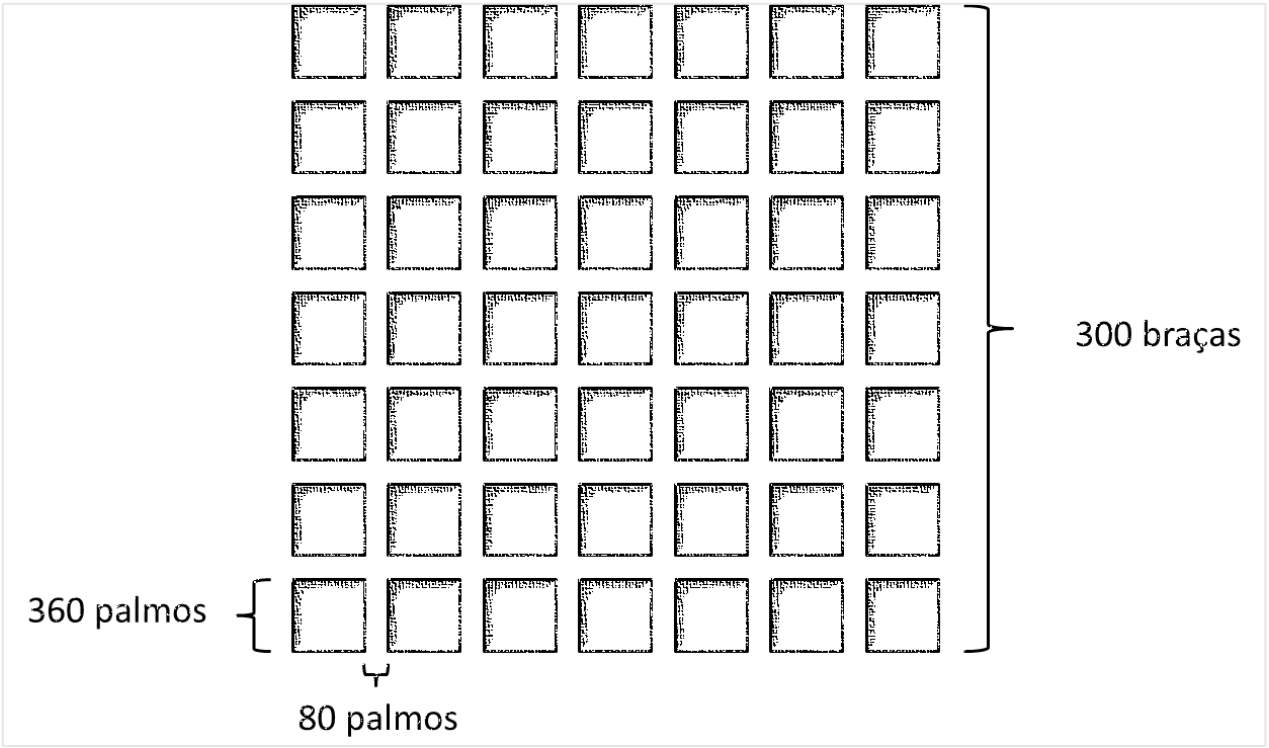
determinados anos, solicitariam a propriedade; assim como foi descrito anteriormente no capítulo 3 do Regulamento Geral.

A primeira descrição do traçado para o Arraial da colônia (que posteriormente será alterado em outro plano do diretor) é feita no regulamento de agosto de 1860:

Julgo de necessidade que na legua quadrada [...] (desta) Colonia deva ficar uma area de trezentas braças em quadro para Arraial da Colonia, cuja area será dividida por seis ruas perpendiculares, e seis horizontaes com oitenta palmos de largo cada uma, formando assim um quadro com quarenta e nove quadras de trezentos e sessenta palmos em cada face; em cujas quadras se levantarão os edificios publicos que forem precizos, e as restantes serão aforadas aos que quizerem ter predios no Arraial [...].[432]

Não nos estenderemos na análise desta primeira ideia de traçado, pois este mudará. Contudo, a princípio, a planta do Arraial da colônia seria semelhante à figura seguinte:

Figura 63: Representação do traçado do regulamento interno proposto em agosto de 1860.



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 06/08/1860. Elaboração do autor, 2020.

Ao findar o ano de 1860, o diretor escreve importante relatório o qual está transcrito integralmente como anexo[433]. Preferimos resumir as informações mais importantes. Barros inicia o relatório narrando a chegada do pessoal ao Salto Avanhandava, o advento das febres intermitentes e o chamado "Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo":

[432] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 06/08/1860, documento manuscrito. Utilizando 0,22cm para cada palmo, e 2,2m para cada braça, temos: Arraial de 300 braças = 660 metros. Rua de 80 palmos = 17,6 metros. Quadra de 360 palmos = 79,2 metros.

[433] Ver transcrição integral do relatório em anexo – Data do documento: 20/12/1860.

[...] só em Fevereiro de 1860 é que cheguei a este logar, afim de funda-la sem que estivesse designado o terreno para seu estabelecimento. Não sendo então conveniente [permanecer] junto ao Salto Avanhandava, por estar em [reinando] as febres intermitentes, [mister foi internar]. Informado de haver terras [dadas] para Patrimonio de Nossa Senhora do Carmo, onde já se tinha [comessado] a criação de um Arraial, sahi do Salto Avanhandava com direcção ao Norte em busca dellas, e a duas legoas e meia [2 e tanto] de bôa matta sem agua cheguei ao [carrasquinho] (ou campestre como por aqui denominão) onde provisoriamente está acampada da Colonia.[434]

Prossegue descrevendo que no "Arraial de Nossa Senhora do Carmo" encontrou uma capela e outras casas abandonadas; além de construírem o abarracamento para a colônia. Importante destacar que foram duas casas construídas – uma com 50 palmos (11 metros) de comprimento ocupada pelo capelão, escola de primeiras letras, depósito de ferramentas, medicamentos e secretaria; e outra de 170 palmos (37,4 metros) que era habitada por vinte e seis pessoas.

No lugar em que estamos encontrei uma [caza] que era destinada para Capella a qual não estava acabada e nem ainda hoje está, mas é onde se celebrão os Officios Divinos para cujo fim foi [rebocada], caiada, e [feichada] da melhor forma que [esteve] a nosso [alcance], ficando contudo muito longe [do que deva ser?]; e nella encontrei as Imagens de Nossa Senhora do Carmo e São José que forão [bentas] pelo Capellão da Colonia, e igualmente existia um sino de duas arrobas e sete [libras]. [Tambem] achei neste lugar [quatro] ranchos cobertos de telha e dois [de palha] em [mau estado]; como estivessem dois dos telheiros [abandonados] me servi delles, até que construisse o abarracamento. O abarracamento construido são duas casas cobertas de sapé tendo uma cincoenta palmos de comprimento e é ocupada pelo Capellão, escolla de 1ªˢ lettras, deposito de ferramentas, medicamentos, e secretaria; a outra é [de cento e setenta] palmos de [comprido] e habitada por vinte-seis pessoas; os mais colonos estão por ora em [barraquinhas] que por falta de dinheiro mandei construir para abrigar do tempo.[435]

Abaixo, a "Carta da Província de São Paulo, de 1877" exibe além da colônia militar Avanhandava, a localização do "Arraial de N. S. do Carmo". Ver figuras a seguir.

[434] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 20/12/1860, documento manuscrito (grifo nosso).
[435] Idem (grifo nosso).

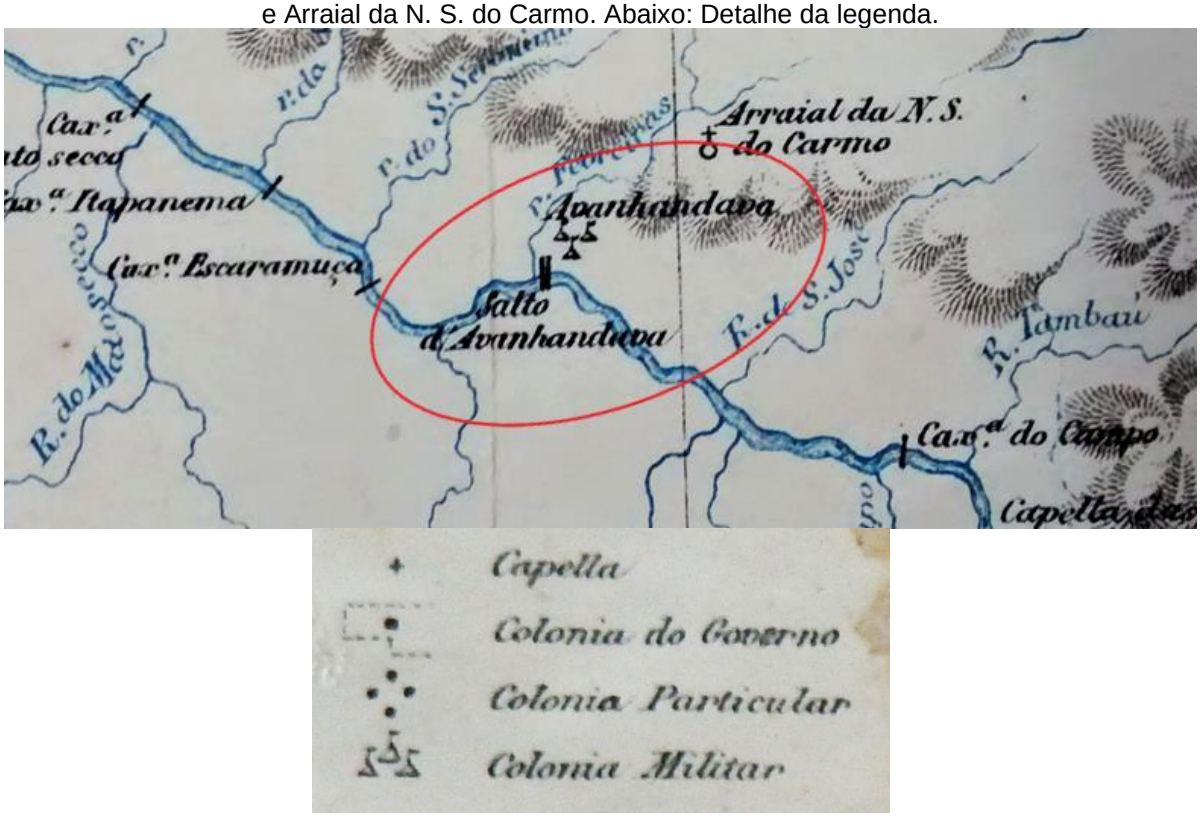
Figura 64: "*Carta da Província de São Paulo, organisada por C. D. Rath, 1877. Escala 1:1500000."* – Notar Círculo 1: Localização C.M. Itapura / Círculo 2: Localização C.M. Avanhandava.



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade, fotografia do autor 2018, e edição em 2019.

.

Figura 65: Detalhe figura anterior, círculo 2: Salto e C.M. Avanhandava. Notar Colônia Militar Avanhandava e Arraial da N. S. do Carmo. Abaixo: Detalhe da legenda.



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade, fotografia do autor 2018, editado em 2019.

O relatório continua retratando que o Ministério do Império aprovou o Ribeirão Ferreira como lugar determinado para se estabelecer a Colônia, e que ainda assim era necessário abrir os caminhos e derrubadar matas para se chegar até aquele local:

Por aviso do Ministerio do Imperio de 10 de Junho deste anno sob numero 23, foi [determinado] que a Colonia se estabeleça deffinitivamente no Ribeirao Ferreira, para onde ainda não possui por ser [preciso] abrir caminho e [faser] derrubada para [a que/o que] necessito de dinheiro que já [pedi]. A colocação do Arraial da Colonia no Ribeirao Ferreira me parece que [preencherá] satisfatoriamente as [vistas] do Governo Imperial, pois [ao meo ver] prestar-se-há tanto para ponto [civel/civil] como militar, [e fica] em lugar que participará não só do transito da estrada que da Cidade da Constituição vai a Villa de Santa Anna da Parnahyba, como da navegação fluvial d'aquella Cidade ao Avanhandava.

No salto do Avanhandava há optimo lugar para povoação, mais [a prudencia e a economia] aconselhão que em quanto não houverem [exgostos] que evitem as aguas das enchentes annuaes ficarem extagnadas seja a povoação afastada do dito Salto; assim [pois] no Ribeirão Ferreira ficará a Colonia na distancia de preservar-se mais das enfermidades que [provirem/provierem] das aguas [putridas] do Avanhandava e irá preparando o terreno para a futura Cidade, sem que [por/para] isso nesse tempo desmereça aque se tiver feito no Ferreira tal é sua posição [vantajosa].

Chegamos aqui na maior influencia das febres intermitentes, o abrigo que tivemos foi mau, o [passadio] [ilegível] por isso foi bom, uma só pessoa não deixou de ser affetada da epedemia e della nennhuma morreo, [acrescendo?] mais que até com falta de remedios lutamos, pois a botica não estava convenientemente [provida] para a molestia que tivemos.[436]

Ainda, o diretor comunica sobre o falecimento do Escrivão, que também realizava os serviços como enfermeiro; queixa-se da não nomeação do ajudante do diretor, da ausência de médico cirurgião na colônia (o qual era considerado importantíssimo), do número inferior de colonos da 2ª classe, e da inexistência de estafetas para o serviço de correio, além de solicitar o dinheiro para as despesas do 1º semestre de 1861. Outras considerações gerais feitas:

Em Fevereiro chequei no Avanhandava com trinta e seis pessoas, nasceo uma, fallecerão cinco (inclusive a recem nascida) e [tenho] hoje cincoenta e uma pessoas; devendo notar [se] que o que por aqui temos passado não é tão bom que faça cobiça, mais tal era [a] necessidade de colonisar os nossos propios patricios. [...]

Assim pois [nutro] as melhores esperanças que se podem imaginar pelo futuro de uma Colonia em um Certão tão [ilegível] como é o do Avanhandava. [...]

Não [obstante] não haver terreno marcado para a Colonia, com tudo os colonos fiserão roças nas terras do Patrimonio, e [nas] do Cidadão José Lourenço de Oliveira que as offereceu gratuitamente para esse fim, e plantarão em pequenas quantidade arroz, amendoim, abobora, cana, feijão, mandioca, mellão, milho, quiabos, e verduras. [...]

A escolla de 1ªs letras aberta no dia 2 de Julho conta hoje oito meninos e duas meninas. O thermometro de Fahrenheis no dia de mais frio desceo a 50°, e no de maior calor (por occasião das queimadas) subio a 98°, no mais tempo regula de 75 a 85°. O terreno não é montanhoso mas também não tão plano que seja [paludoso]. [...][437]

---

[436] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 20/12/1860, documento manuscrito (grifo nosso).
[437] Idem (grifo nosso).

Destaca-se a afirmação sobre as roças feitas por colonos nas terras do Patrimônio e do cidadão José Lourenço de Oliveira que, de acordo com o relatório, ofereceu-as gratuitamente para esse fim.

Três quadros (ou chamados “mappas”) são apresentados abaixo, nas próximas páginas; dois deles (quadro nº 3 e 4) são referentes à população da colônia em dezembro de 1860 [438]; e o último (quadro nº 5) refere-se à população em julho de 1861. Vê-se que nesse período de seis meses, aproximadamente 20 indivíduos se juntam ao pessoal da colônia, provavelmente contratados como colonos de 3ª e 4ª classe.

[438] Preferimos anexar ao fim do trabalho os documentos “Informação de conducta dos empregados da Colonia Militar Avanhandava no simestre de Julho á Dezembro de 1860” e “Balanço da entrada e sahida dos diverços objetos ao cargo da Colonia acima dita no simestre de Julho á Dezembro de 1860.”; datados em 1º de janeiro de 1861.

Quadro 3: “Mappa da população existente em Dezembro de 1860”.

Colônia Militar do Avanhandava											
Mappa da População existente em Dezembro de 1860											
Classificação	***Empregados***					***Familia dos Empregados***	***Colonos***				***Habitantes que não são da Colônia***	***Total***
	Director	***Ajudante do Director***	***Medico***	***Capellão***	***Escrivão***		***Da 1ª Classe***	***Da 2ª Dita***	***Da 3ª Dita***	***Da 4ª Dita***		
Do sexo mascolino	***1***		***1***	***1***		***1***	***7***		***19***			***30***
Do sexo feminino						***1***	***7***		***13***			***21***
Somma	***1***		***1***	***1***		***2***	***14***		***32***			***51***
Acampamento Provizorio da Colônia Militar Avanhandava 20 de Dezembro de 1860 ***Manoel Giraldo do Carmos Barros*** ***Capitão, Director da Colônia***												

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Cx. C00820, 1859-1864, 20/12/1860, documento manuscrito. Elaboração do autor.

Quadro 4: “Mappa demonstrativo do Estado da Colonia no mes de Dezembro de 1860”.

Colônia Militar do Avanhandava																									
Mappa demonstrativo do Estado da Colonia no mes de Dezembro de 1860																									
Classificação	*[Fogos]*	*Numero de pessoas que contem o [fogo]*	*Predios*	*Engenhos*				*Producção agricola*									*Animaes*						*Diversos objectos*		
				De moer	*De [Ralar]*	*De Socar*	*De Serrar*	*Aguardente*	*Algodão @*	*Arros alqueire*	*Assucar @*	*Farinha de mandioca*	*Farinha de tapioca alqe.*	*Feijão alqueire*	*Milho alqueire*	*Trigo alqueire*	*Cabras*	*Cavallares*	*[Carduns]*	*Muares*	*[Ovelhum]*	*[Vaccum]*	*Arados*	*Canôas*	*[Carros]*
Da Fasenda Nacional			*2 barracas*															*1*					*1*	
Dos Empregados	*3*	*5*															*6*	*1*						
Dos Colonos da 1ª Classe	*7*	*14*															*2*	*1*	*1*			*4*			
Dos dittos da 2ª Ditta																									
Dos dittos da 3ª Ditta	*15*	*32*																*2*	*5*			*16*		*1*	
Dos dittos da 4ª Ditta																									
Dos habitantes que não são da Colonia																									
Somma	*25*	*51*	*2 barracas*														*8*	*5*	*6*			*20*		*2*	
Acampamento Provizorio da Colônia Militar Avanhandava 20 de Dezembro de 1860 *Manoel Giraldo do Carmos Barros* *Capitão, Director da Colônia*																									

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Cx. C00820, 1859-1864, 20/12/1860. Elaboração do autor.

Quadro 5: “Mappa do pessoal que ora compoem a dita Colonia, 25 de Julho de 1861”

Colonia militar Avanhandava ***Mappa do pessoal que ora compoem a dita Colonia***				
Classificação	***Empregados***	***Colonos de diversas Classes***	***Pessoas de familia***	***Total***
Director	***1***		***1***	***2***
Cyrurgião	***1***		***1***	***2***
Capellão	***1***			***1***
Colonos da 1ª Classe		***7***	***8***	***15***
Colonos da 3ª Classe		***17***	***29***	***46***
Colonos da 4ª Classe		***2***	***2***	***4***
Somma	***3***	***26***	***41***	***70***
Acampamento da Colonia Militar Avanhandava 25 de Julho de 1861 ***Manoel Giraldo do Carmo Barros, Capitão Director da Colonia***				

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Cx. C00820, 1859-1864, 25/07/1861. Elaboração do autor.

3.4 A "utopia": planos e projetos para a Colônia Militar do Avanhandava

3.4.1 As colônias militares romanas

Para podermos analisar as plantas e projetos realizados no ano de 1861 para a Colônia Militar Avanhandava será necessário voltar o nosso olhar para o maior e mais poderoso império da antiguidade clássica: o romano. Quando é mencionado, pensa-se logo em sua capital: Roma, a cidade por excelência. Igualmente, recordamos de seus símbolos prestigiosos e claramente visíveis – aquedutos, arcos, pontes, teatros e anfiteatros, vias pavimentadas cortando sinuosamente colinas e vales, transpassando rios e pântanos, movimentando-se de forma ininterrupta. Cidade que foi formada às margens do território etrusco, uma pequena potência que começa a crescer até dominar todo o mundo mediterrâneo. Seu prestígio como cidade mundial foi estabelecido na era de Augusto, e permanecerá como "centro do mundo" mesmo depois de, na Idade Média, ter revertido-se a modesta aldeia, e na Era Moderna, uma cidade secundária.[439]

Porém, apesar da importância de Roma, não nos atreveremos aqui a narrar seus mais de doze séculos de história. Deixemos de lado a *Urbs*, a capital, e vejamos os métodos de colonização utilizados pelos romanos em todo o território do império. O fato é que este último, apesar de ter sido produto de único centro urbano de poder em expansão, foi em si mesmo vasta corporação construtora de cidades – deixando marcas em todas as partes da Europa, Ásia Menor, Norte da África e estabelecendo seu tipo especial de ordem, a partir do chão, em centenas de novos alicerces, cidades "coloniais", cidades "livres", cidades sob a lei municipal romana, entre outras.[440] Destacaremos aqui a prática romana de, após a conquista por guerra, a criação de colônias agrícolas-militares, a divisão da área em fazendas e terrenos cultiváveis e, posteriormente a fundação de novas cidades.

Pierre Grimal afirma que os romanos, forçados pelas exigências de suas conquistas a desenvolver cidades já existentes ou a fundar novas outras, tiveram que implementar verdadeira doutrina do urbanismo que iria fornecer soluções uniformes *a priori* para todos os problemas práticos. Assim mostrou-se tanto mais necessário, quanto frequente, que as primeiras pessoas enviadas como colonos eram os antigos soldados, disciplinados e persistentes. Era necessário rapidez: logo após a escolha do local, os fundadores contentavam-se em aplicar um plano simples, mérito de ser facilmente compreendível e executável.[441] Pode-se afirmar ainda, que a "ocupação romana introduziu e impôs novos modelos que determinariam durante séculos o *habitat* humano." [442]

---

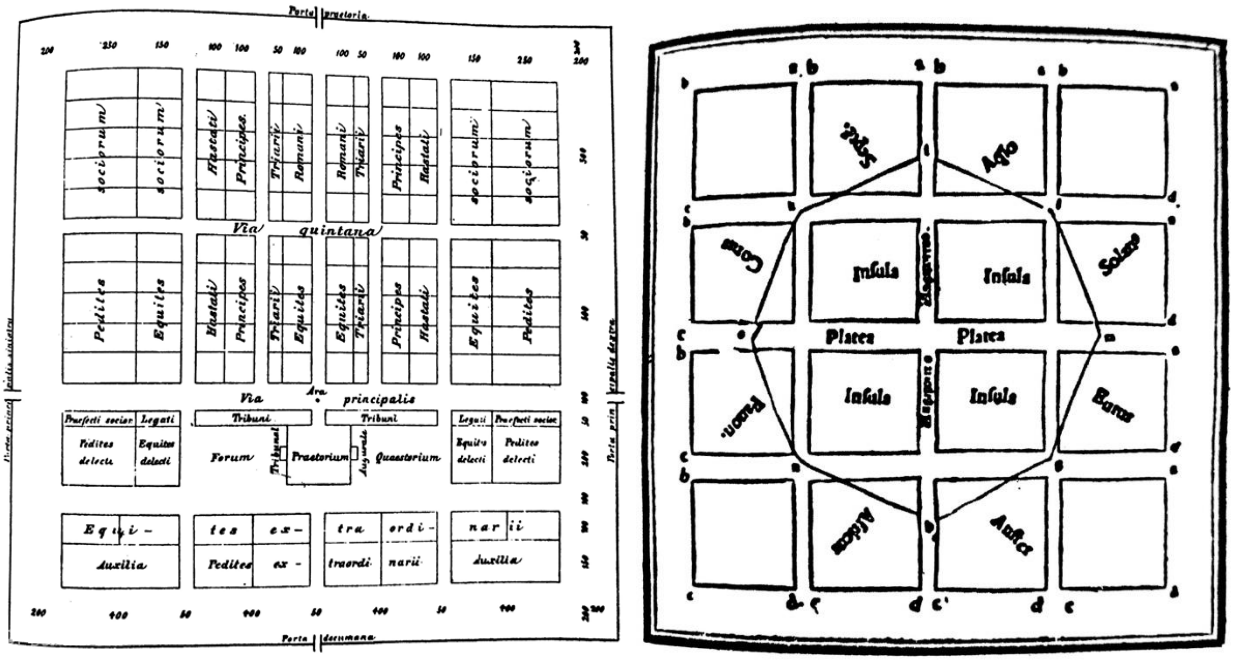
[439] BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade.* 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
[440] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história:* suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, Editora Universidade de Brasília, 1982.
[441] GRIMAL, Pierre. *As cidades romanas.* Presses Universitaires de France. Lisboa: Edições 70, 2003.
[442] Ibidem, p. 9.

A origem das regras para a planificação das cidades, as quais os romanos vão-se utilizar, é atribuída aos etruscos. Os traçados retilíneos das estradas principais serviam de balizas para a divisão racional do território cultivável (*centuriatio)* – que, posteriormente, era distribuído aos colonos romanos, ou mesmo latinos enviados para os locais conquistados.[443]

Para Benevolo:

> No projeto da *centuriatio* há referência a dois eixos principais, o *decumanus maximus* e o *cardo maximus*, que têm comprimento maior e se cruzam num ponto, considerado o centro ideal da colônia. Os textos antigos consideram o caso mais feliz quando os dois eixos da organização territorial coincidem com os dois eixos da cidade: desse modo, de fato, as estradas rurais que partem das portas da cidade são a continuação das urbanas.
>
> O campo militar romano [ver Figura 66a] também é desenhado da mesma maneira; sabe-se que muitos campos se tornaram cidades permanentes e, por outro lado, os colonos enviados nas *centurationes* são, muitas vezes, veteranos militares. [...].
>
> Portanto, as cidades romanas traçadas com um desenho regular, de origem militar ou civil, devem ser consideradas uma aplicação em escala urbana do método geral da *centuriatio*, isto é, um prosseguimento, simplificado e padronizado, da prática hipodâmica difundida no mundo helenístico.[444]

Figura 66a: Esquerda – O campo militar romano segundo descrição de Políbio.
Figura 66b: Direita – A cidade romana em tabuleiro de xadrez no tratado de Vitrúvio (ilustração de 1536).



Fonte: Benevolo, 2019, p. 223-225.

Conforme explicita Grimal,[445] em relação à criação dessas colônias,[446] o fundador oficialmente encarregado seria, frequentemente, um agrimensor. Este determinava, em primeiro

[443] BENEVOLO, 2019.
[444] Ibidem, p. 222.
[445] GRIMAL, 2003, p. 18.
[446] Não entraremos nos detalhes religiosos desta fundação. Em suma, os romanos creditavam a um sacerdote o traçado dos contornos da futura cidade – este seria o *pomerium* – um cinturão sagrado, uma linha de proteção

lugar, a localização do centro da futura cidade. Neste ponto, onde se cruzariam o *cardo maximus* e o *decumanus maximus,* com um instrumento chamado *groma,* ele começava a determinar com exatidão o nascer do Sol – e assim traçava o *decumanus* (leste-oeste). Em seguida, tirando a perpendicular, delineava o *cardo.* A cidade teria deste modo, quatro portas, geralmente em cada um dos pontos cardeais. Logo após, bastaria traçar as vias secundárias em quadrículas, obtendo assim os *decumani* e os *cardines* que são respectivamente paralelos aos dois eixos principais.

> Tal procedimento é, evidentemente, muito artificial, só sendo aplicável num terreno desocupado e sem acidentes muito marcantes. Era aquele a que recorriam, todas as tarde, os oficiais encarregados de estabelecer o acampamento onde se acantonavam as tropas em campanha. Sob este ponto de vista, a colônia pode aparecer como o mero desenvolvimento do sistema do acampamento onde a disciplina militar tinha formado os veteranos. As vantagens são evidentes: os lotes atribuídos a cada um são comparáveis ao que satisfaz o espírito de igualdade que impele os cidadãos romanos. Além disso, uma povoação deste gênero é fácil de defender, dada a sua forma regular constituindo o tipo próprio das colônias militares estabelecidas em regiões mal pacificadas, sendo por isso que encontramos os seus exemplos mais característicos na África, nomeadamente em Timgad.[447]

Timgad, ou *Thamugadi*[448]*,* foi criada por volta do ano 100 d.C., nas proximidades da região montanhosa dos Aures, interior da Numídia (atual Argélia), norte da África. Erguida pelos veteranos que receberam terras nos arredores para se assentarem com suas famílias, após as lutas da Guerra Parta na *Legio Ulpa Victrix*. A colônia era considerada posto avançado do império, situava-se numa vasta planície, atendendo aos interesses romanos de se resguardar dos possíveis ataques de comunidades tribais vindas da região montanhosa do Aures. Cumpria objetivos paramilitares, desenvolvendo papel de centro de romanidade numa região considerada bárbara. Timgad foi imagem e projeção da *Urbs* fora de Roma, possuindo caráter econômico, religioso, e político-administrativo.[449]

Ainda, Mumford[450] se refere à Timgad como verdadeiro exemplo da arte urbanística romana em toda sua virtude. Segundo o autor, foi planejada e construída, apresentando simplicidade diagramática, o traçado regular em tabuleiro, com limites retangulares, calçadas com arcadas, o fórum, o teatro, a arena, os banhos, os lavatórios públicos, todos constituiam equipamento padrão. Estas cidades eram esculpidas segundo o novo modelo – dimensões modestas, traçado simplório, “quase o exato oposto da cidade-mãe desordenada e dispersa.”[451]

---

mágica, religiosamente intransponível, onde nenhum edifício poderia ser situado. Para saber mais sobre os ritos religiosos de criação das cidades romanas ver GRIMAL, 2003.

[447] GRIMAL, 2003, p. 18-19.

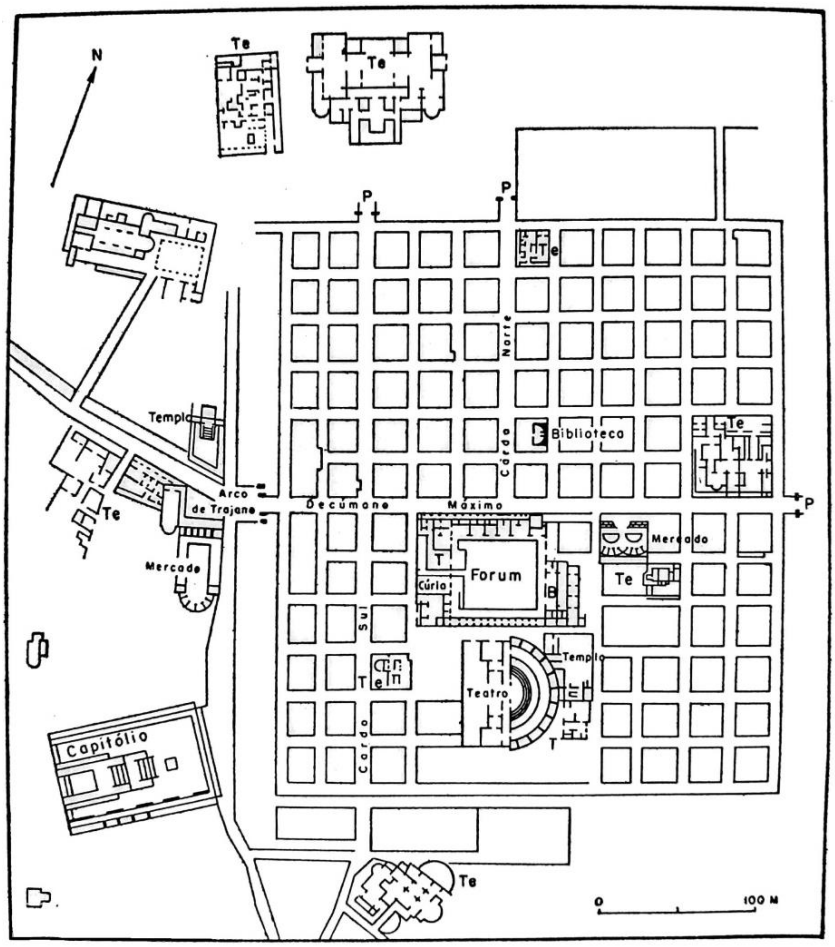
[448] Lembrando que Timgad foi abandonada no século VII e quase inteiramente escavada, considerada patrimônio mundial da UNESCO em 1982. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/194/. Acesso em: 21 jan. 2020.

[449] BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *De Architectura* de Vitrúvio e *Thamugadi:* Teoria e Prática. In: *Phoînix*, Rio de Janeiro. V. 3, N. 1, 1997, p. 381-401.

[450] MUMFORD, 1982.

[451] Ibidem, p. 230.

Figura 67: Planta da cidade de Timgad (Thamugadi).



Fonte: AYMARD; AUBOYER, 1976, p. 226.

De acordo com Aymard e Auboyer o tipo ideal, como em matéria de nova instituição, era a colônia; tratava-se agora, porém, da cidade concebida e implantada em terreno livre, segundo plano racional que outro não é senão o do campo militar. Neste caso chegando ao quadrilátero regular, que coincidia com plano adotado pelos arquitetos gregos desde os meados do século V (a.C.). Continuam os autores elucidando que a desordem, verdadeiramente, só existia nas antigas cidades, ou antes, nos seus antigos bairros – pois os novos dobrariam-se à disciplina: tal qual é o caso da cidade de Timgad.[452]

Portanto, Timgad é exemplo de cidade fundada a partir da colonização militar romana, estabelecida para servir de ponto de apoio em território conquistado. Durante os séculos III e II a.C., o império romano pôde deixar suas marcas características numa série de novas colônias destinadas a emigrantes romanos e regionais. Ele teve que, para manter unidas tais regiões, desenvolver estratégias mais evoluídas do que simplesmente a coerção militar: a construção de cidades foi uma delas, principalmente nas províncias ocidentais. As novas cidades atraiam as populações nativas tanto pelas comodidades urbanas, quanto pelos aspectos econômicos e

[452] AYMARD, A.; AUBOYER, J. *Roma e seu Império.* Tomo II, 2º volume. As civilizações da unidade romana. Tradução P. M. Campos. 4ª Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976 (Coleção História Geral das Civilizações, 4, Dir. Maurice Crouzet), p. 228.

políticos que podiam oferecer aos seus habitantes. Fazendo com que estas fossem células-base do sistema imperial romano, constituindo-se, portanto, em centro de radiação da romanidade.[453]

Figura 68: Timgad, vista aéra. Reparar a clareza dos eixos *cardo* e *decumanos.*



Fonte: BENEVOLO, 2019, p. 229.

Assim, traz-se o comparativo das colônias miliares romanas para ilustrar o que buscaremos nos tópicos seguintes. Roma e seu império são comparados, para Mumford[454], a um grande moedor – que transformava outras culturas, com sua variedade de conteúdos e formas, em seus próprios elos uniformes. Talvez a comparação caiba aos já mencionados códigos de postura, e às regras militares próprias do exército, visto que expressavam padronização dos costumes sociais e até mesmo do ambiente físico citadino. Igualmente, tem-se o comparativo através da "nova" política de implantação de pontos militares (nem tão nova assim), utilizada no Segundo Reinado como forma de expansão da fronteira do povoamento branco.

[453] BUSTAMANTE, 1997.
[454] MUMFORD, 1982.

3.4.2 A primeira planta para a Colônia Militar Avanhandava

A cartografia passa por uma forma de afirmação, de controle e de potencializar o conhecimento, a posse, e o futuro uso daquele espaço. Para Bueno, é fundamental indagar-se sobre a natureza do mapa e os desejos que orientaram sua elaboração. Os mapas são produtos da ação humana, apresentando, assim como documentos históricos, uma natureza social. São, ao mesmo tempo, imagens (representações gráficas) e texto (discurso) – desenhos e desígnios, respectivamente. Logo, os mapas são uma construção social do mundo, expressa por meio da cartografia.[455] De acordo com Harley:

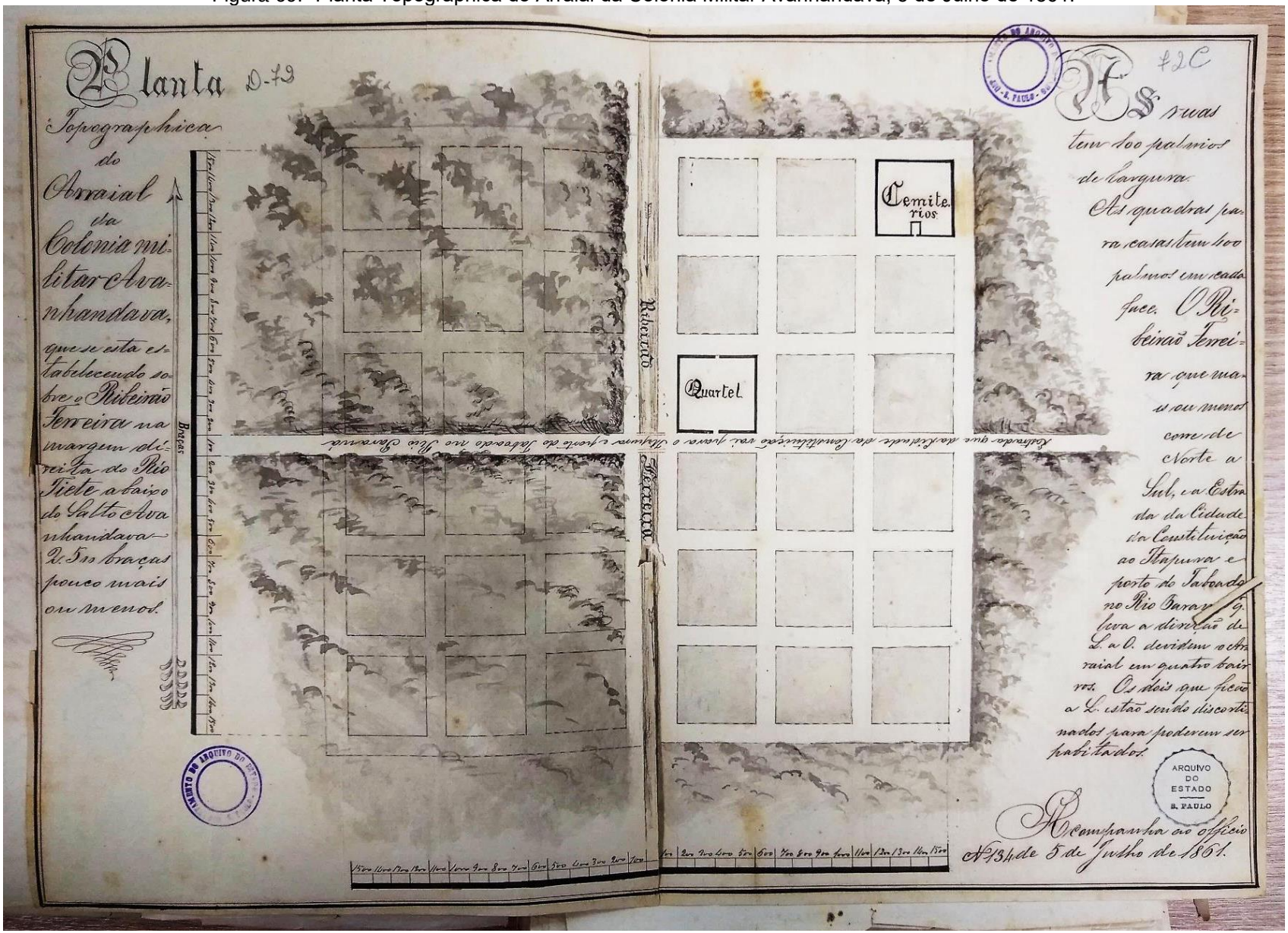
> Longe de servir como uma imagem simples da natureza, que pode ser verdadeira ou falsa, os mapas reescrevem o mundo, como qualquer outro documento, em termos de relacionamentos e práticas de poder, preferências e prioridades culturais. O que lemos em um mapa está tão relacionado a um mundo social e ideologia invisível quanto aos fenômenos vistos e medidos na paisagem. Os mapas sempre mostram mais do que a soma inalterada de um conjunto de técnicas. A aparente multiplicidade dos mapas, sua qualidade de ser "escorregadios", não é um desvio idiossincrático de um perfeito mapa ilusório. Pelo contrário, está no centro das representações cartográficas [...]. O fascínio que os mapas têm como documentos criados pelo ser humano reside não apenas na extensão em que são objetivos ou exatos, mas também em sua ambivalência inerente e em nossa capacidade de encontrar novos significados, agendas ocultas e visões de mundo opostas nas entrelinhas da imagem.[456]

A passagem de Harley resume muito bem a ideia de que, a tarefa da leitura e interpretação de um mapa – e quando se menciona “mapa”, é no seu sentido mais amplo – é algo profundamente instigante e repleto de armadilhas. Abaixo, a primeira planta para a colônia:

[455] BUENO, Beatriz Piccolotto S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo. N. Sér. v.17. n.2., jul.-dez.2009, p. 111-153.

[456] HARLEY, J. B. *Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas.* p.61-62 In: HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografia.* Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2005, pp.59-78 (tradução nossa).

Figura 69: “Planta Topographica do Arraial da Colônia Militar Avanhandava, 5 de Julho de 1861.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 05/07/1861. Fotografia do autor, 2018.

Lê-se:

Planta Topographica do Arraial da Colonia Militar Avanhadava, que se esta estabelecendo sobre o Ribeirão Ferreira na margem direita do Rio Tiete abaixo do Salto Avanhandava – 2500 braças pouco mais ou menos.

Lê-se:

As ruas tem 100 palmos de largura. As quadras para casas tem 400 palmos em cada face. O Ribeirão Ferreira que mais ou menos corre de Norte a Sul, e a Estrada da Cidade da Constituição ao Itapura e porto do Taboado no Rio Paraná q. leva a direção de [Leste] a [Oeste] devidem o Arraial em quatro bairros. Os dois que ficão a [Leste] estão sendo discortinados para poderem ser habitados.

Acompanha ao Officio nº 134 de 5 de Julho de 1861.

A partir do que foi mencionado, buscar-se-á analisar a figura 69, a primeira planta[457] elaborada para a Colônia Militar Avanhandava, datada de 5 de julho de 1861; e anexada ao seguinte ofício nº 134:

Il^mo e Ex^mo Senr.

Estamos ja descortinando-se o lugar que me parece mais proprio para Séde desta Colonia, submetto a consideração de V.Exª. a inclusa Planta topographica do futuro Arraial, para que V.Exª digne-se fazer as alterações que julgar conveniente e mandar suas ordens a respeito.
Deos Guarde a V. Exª.[458]

O primeiro ponto importante a se destacar é que esta planta, diferentemente das que foram mostradas sobre a Colônia Militar de Itapura no capítulo anterior; foi apresentada e submetida à aprovação do presidente da província de São Paulo. Ou seja, representa assim proposta realizada *a priori,* como intenção. Além disso, por não apresentar assinatura na planta, ou menção de autoria, supõe-se que o desenho tenha sido feito pelo próprio diretor Manoel Giraldo do Carmo Barros, pois este assina os outros ofícios anexados. O plano:

As ruas tem 100 palmos de largura. As quadras para casas tem 400 palmos em cada face. O Ribeirão Ferreira que mais ou menos corre de Norte a Sul, e a Estrada da Cidade da Constituição ao Itapura e porto do Taboado no Rio Paraná que leva a direção de [Leste] a [Oeste] devidem o Arraial em quatro bairros. Os dois que ficão a [Leste] estão sendo discortinados para poderem ser habitados.[459]

Em relação às dimensões, a necessidade da precisão e do desenho rigoroso será claramente anterior à paisagem urbana – seria estampado na divisão de propriedades rurais, pois estas, após a Lei de Terras, demandariam demarcação por seus proprietários com a finalidade do registro legal.[460] As quadras de 400 palmos, descritas no plano, equivalem exatamente às dimensões de 88 x 88 metros,[461] tão utilizadas por agrimensores nos parcelamentos das cidades paulistas criadas durante o século XIX. Já as ruas com 100 palmos (22 metros) podem ser consideradas grandes se comparadas às medidas correntes na época.

Sobre o traçado das novas cidades paulistas do século XIX, afirma Ghirardello:

> Quanto às medidas, boa parte delas se referia a quadras quadradas com dimensões de 88 x 88 m. (40 braças; cada braça equivale a 2,20 m) e ruas de 13,20 m (60 palmos; cada palmo equivale a 22 cm). A abstração geométrica do traçado da cidade do século XIX será conduzida por outros determinantes também, como os vários parâmetros dimensionais antigos, substituídos gradativamente pelo sistema métrico francês, adotado pelo Brasil por meio da Lei nº 1157, de 26 de junho de 1862, com prazo de dez anos para regular sua adoção por todo o império.[462]

---

[457] A primeira planta encontrada por este pesquisador no acervo de documentos do Arquivo Público de São Paulo.
[458] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 05/07/1861, documento manuscrito (grifo nosso)
[459] Idem.
[460] GHIRARDELLO, 2002.
[461] Utilizando o palmo como 0,22cm temos que 400 palmos = 88 metros.
[462] GHIRARDELLO, 2010.

Dessa maneira, com um desenho quadrilátero e regular, o plano para a colônia ansiava algo efetivamente racional, que pudesse transmitir não só a ordem e a disciplina militar, mas também a ideia de uma "civilização" que vinha para "demarcar e proteger" a região. A colônia deveria ser como "bastião branco e civilizatório em meio ao sertão". Era a implantação da "racionalidade" em contraponto à "mata incontrolável", por isso o desenho ordenado e simétrico.

Mas o que será que guiou o traçado desta colônia? O intuito era de povoar a região com habitantes brancos, primeiramente militares, imbuídos de dupla função: colono-soldado. Obviamente, como já foi defendido no capítulo II, a construção da "nacionalidade" e o controle do território passavam pela instalação de colônias militares. Pode-se afirmar ainda, que a conquista era fundamental em toda e qualquer forma de colonização, porém, o que tratamos aqui não é somente sobre a ocupação, já que estar na terra não a fazia exatamente sua – era necessário marcá-la, fundá-la, transformá-la e, por vezes, distribuí-la. Lembremo-nos do período colonial, onde os mapas geográficos, corográficos, topográficos, além de sua dimensão pragmática, tratavam-se de instrumentos de diplomacia, propagandísticos das realizações políticas do Estado, acentuando-se de sua dimensão retórica.[463] A tarefa de controle da superfície, essencial à segurança nacional no período do império, exigia a própria presença da corporação "exército" em todo o Brasil. Assim, "ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país."[464]

A demarcação se fazia indispensável e especial, através da representação de mapas e plantas. Para o diretor era necessário tomar o território antes de tudo, fundar a colônia e estabelecê-la em determinado local, pois, quando implantada definitivamente, configurar-se-ia como força de coerção, de imposição, diretamente interligada ao poder central. Conforme Segaud, fundar é uma operação pretendida, que decide uma implantação pontual (como casas, monumentos) ou mais ampla (como cidades, regiões); e é executada por uma autoridade reconhecida – civil, religiosa, ou militar. Trata-se então de pensar o sítio, as origens e o começo de se fazer o território. "Fundar é sempre atribuir qualidades a um espaço: é estabelecer uma relação de parte da extensão com o mundo tecendo vínculos simbólicos."[465]

Fundar, igualmente, sempre é fixar no solo um conjunto de crenças, de visões de mundo. É maneira de tornar o espaço *seu*, apropiando-se dele e distinguindo-o dos espaços de *outrem*. Ou seja, fundar é maneira de classificar, assim como o próprio fato de diferenciar dois espaços ao atribuir-lhes características próprias. Ora, afinal o que seria delimitar senão distinguir dois ou vários espaços conferindo-lhes virtudes, atributos e qualidades diferentes. No caso do diretor, este poderia ponderar sobre o que é "seu" e o que é "do outro" – o espaço de "seu" convívio, de sua segurança, de ordem, de "sua civilização"; ao contrário do outro, espaço "perigoso", "não

[463] BUENO, 2009.
[464] ALVES, 2006, p. 5.
[465] SEGAUD, M. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar.* São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 142.

humano", "bárbaro", "selvagem". Assim, fundar também seria categorizar, é predisposto fundamental que inevitavelmente implanta uma hierarquia, uma estrutura antes não existente.[466]

O que importava, portanto, era essencialmente o ato político, ao mesmo tempo o ápice e a base simbólica do poder imperial, em harmonia com o que se desejava – a conduta garantidora da hierarquia social. A escolha do sítio e a fundação da nova colônia convergiam-se na clara oposição entre os territórios "selvagens" – explorados somente no final do século XIX com a criação da Comissão Geográfica e Geológica em 1886 – e as terras "civilizadas" pelo homem branco. A essa dualidade ainda sucedia-se: "sagrado e não sagrado"; do "conhecido e desconhecido" e do território a ser conquistado e um povo a ser vencido. No fundo, a figura da planta da colônia representava não só um ritual de fundação, ou de elaboração do traçado, era muito mais que isso: tratava-se de uma narrativa.

Contudo, para fundar, por onde o diretor começou? Quais foram suas estratégias? Será que desenhando primeiramente um centro ou traçando um limite? Não seria correto definir uma única inspiração e influência para o desenho regular realizado pelo diretor; podemos somente indicar possibilidades. Traçar é pautar linhas em uma superfície, portanto é operação que se encontra na gênese do desenho de uma planta. É a partir do traçado retilíneo, cartesiano, que se gera a grade – e é através da grade ortogonal que se resulta um conjunto de regras geométricas, produzindo assim espaços regulares. Obviamente não pretendemos aqui discutir as origens da geometria e sua aplicação no desenho urbano. Encontramos esse tipo de divisão quadriculada na terra dos babilônios e no antigo Egito, mas também na Mesopotâmia, antiga China, Assíria, Grécia e no Império Romano. Muito bem documentado e conhecido é o caso de Hipódamo de Mileto, considerado um dos primeiros arquitetos e urbanistas ocidentais a conceber um plano urbano em quadrículas e aplicá-lo às cidades gregas na época clássica.[467]

O fato é que a história urbana mostra que o cruzamento de vias paralelas e perpendiculares, a planta ortogonal, compõe figura recorrente da criação de cidades – desde tempos longínquos, passando pela Idade Média, e utilizado até os dias atuais. Podemos mencionar como grande exemplo os éditos reais espanhóis, codificado por Filipe II em 1573, relativos à fundação de cidades novas na América. Estas deveriam seguir modelo uniforme: tabuleiro de ruas retilíneas que define a série de quarteirões iguais, ora retangulares, ora quadrados. Suprimindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça ("Plaza Mayor") sobre a qual erguiam-se os edifícios mais importantes civis e religiosos, como exemplo: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e colonos mais abastados.[468]

[466] SEGAUD, 2016.
[467] BENEVOLO, 2019, p. 128-129.
[468] BENEVOLO, 2019.

Para Benevolo[469], a combinação destes fatores produz novo tipo de cidade com algumas características originais, são elas:

1 – No momento de fundação, aquilo que se estabelece não é um projeto em três dimensões, mas uma *traza,* ou seja – o plano regulador de duas dimensões. Ora, de fato não se previa a construção de edifícios a curto prazo, somente os mais relevantes e envoltórios à *plaza mayor.* Os lotes eram atribuídos aos proprietários e estes iriam edificá-los como e quando desejassem.

2 – A cidade poderia crescer e não se saberia ao certo o quanto. Dessa forma, o desenho em tabuleiro seria ampliado em todos os sentidos de maneira fácil: pelo simples acréscimo de quadras e continuação das vias. O limite da cidade era sempre provisório, pois as muralhas não se faziam necessárias.

3 – O tabuleiro uniforme, muitas vezes decidido pelos espanhóis, impedia encontrar-se uma adaptação ao caráter dos lugares. Fazendo com que as cidades da América espanhola tivessem aspecto mais simplório do que as medievais europeias, que utilizaram traçados variáveis e definidos pelo local. Em suma:

> As cidades coloniais americanas são as realizações urbanísticas mais importantes do século XVI. [...] O modelo em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis para traças as novas cidades da América Central e do Sul, é aplicado pelos franceses e pelos ingleses no século XVII e XVIII para a colonização da América do Norte. A nova cultura científica considera essa grade como um instrumento geral, aplicável em qualquer escala: para desenhar uma cidade, para repartir um terreno agrícola, para demarcar os limites de um Estado.[470]

É dessa forma também que Thomas Jefferson estabelecerá nos Estados Unidos em 1785 um retículo orientado segundo os meridianos e paralelos que serviria para colonizar os novos territórios do oeste durante o século XIX. “Fica assim estabelecido o padrão geométrico sobre o qual será construída a paisagem urbana e rural do novo mundo.”[471] Podemos constatar influências de tais estratégias ainda no século XX: assim como ocorrerá na Argélia, entre 1955 e 1962, com o reagrupamento de populações rurais em campos organizados militarmente pelo exército francês com a finalidade de “pacificar e neutralizar”. Na descrição de Bordieu e Sayad:

> Tudo está colocado sob o signo da uniformidade e do alinhamento: construídas segundo normas impostas, as casas se distribuem, em linha reta, ao longo de ruas largas que desenham a planta de um *castrum* romano ou de uma aldeia de colonização. [...].[472]

Considera-se, portanto, que a formalização do território decorrente das discussões anteriores está enraizada, conforme Segaud, em duas ideias principais: a de fundação e a do controle do espaço. Estão nos primórdios do urbanismo e do ordenamento territorial desde a

[469] BENOVOLO, 2019.
[470] Ibidem, p. 585.
[471] Ibidem, p. 585.
[472] Bordieu e Sayad (1977) citados por SEGAUD, 2016, p. 252.

colonização grega em torno do Mediterrâneo, desde o império romano e sua grande expansão, desde os espanhóis e as novas cidades cristãs das Américas (espacializadas pelas ordenações espanholas), desde Jefferson e a marcha para o oeste nas planícies americanas, e até o urbanismo progressista de Le Corbusier e outros, no século XX, que propunham a rígida determinação do espaço e do modo de vida social. Lembremos que a ideia de relação entre ordem social – ordem espacial é recorrente no discurso de Le Corbusier e no grupo dos CIAM.[473] Encontramos no princípio de sua planificação, por exemplo, a intenção de substituir o "caos" dos subúrbios por uma ordem ortogonal – a rua reta em lugar da rua curva, sinuosa.[474] Existia claramente o conceito de que a nova estrutura espacial, trazida pela planificação, poderia gerar uma sociedade ordenada para entrar na *modernidade,* ou no *L'esprit nouveau.*[475] Dessa maneira, era imperativo corrigir a natureza para a imposição de um novo espaço – arquitetônico e urbanístico – colocado a serviço da eficácia e da estética.[476] Para Corbusier, citado por Choay, "A linha reta está em toda a história humana, em toda intenção humana, em todo ato humano".[477] Em meados do século XX, não há dúvida que o modernismo contribuiu para promover determinada ordem espacial – baseada na lógica geométrica e matemática em detrimento das particularidades locais.

Não nos prolongando em tais discussões, obviamente cada exemplo citado é diferente, foi utilizado em determinada época, e necessitaria de grande aprofundamento. Não deseja-se comparar os conceitos das primeiras plantas regulares feitas pelos gregos com a planta baixa especulativa tão utilizada no século XIX através da lógica capitalista. Esta por sua vez mantinha-se interessada na terra como simples mercadoria: seu preço no mercado era a expressão de seu único valor. O que busca-se destacar é que a geometria que regia tais modelos era elementar. Para uns, a regularidade era exigida a fim de satisfazer uma ordem cósmica, buscando a melhor implantação, seguindo aspectos divinos; para outros, as cidades em tabuleiro eram criadas para serem vendidas, tratadas como "aventura comercial privada"[478]; ou mesmo em "princípios rigorosamente comerciais, a planta em grade respondia, como nenhuma outra planta, à mudança de valores, à acelerada expansão, à população que se multiplicava, exigências do regime capitalista".[479]

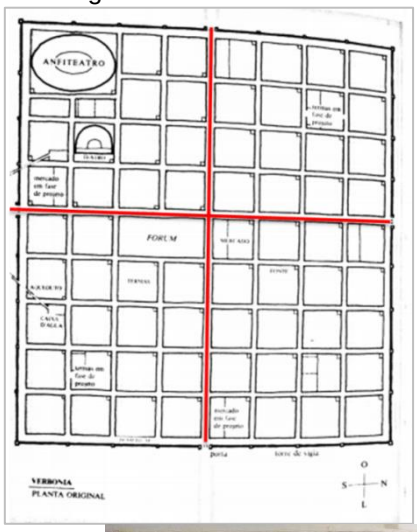
Porém, apesar de múltiplos exemplos, parece-nos que um objetivo entre tantos era na verdade muito semelhante: a necessidade de reorganizar o espaço construído com os "novos princípios" da simetria, da regularidade geométrica; impondo assim os "seus preceitos, seus desejos, a sua ordem, ou a sua civilização", subjulgando e destruindo lugares com culturas

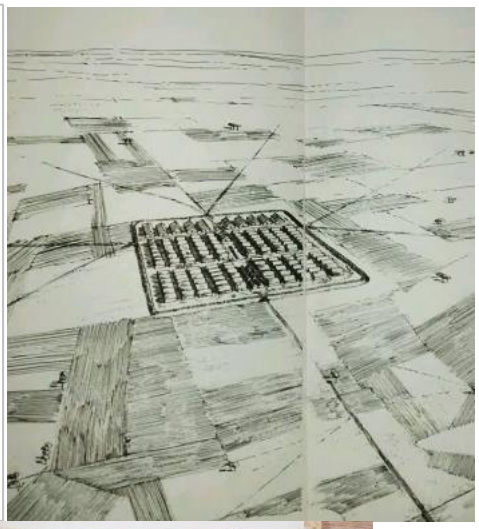
[473] Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.
[474] SEGAUD, 2016.
[475] Nome da revista criada por Le Corbusier em 1919.
[476] CHOAY, Françoise. *O urbanismo.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
[477] Ibidem, p. 188.
[478] MUMFORD, 1982, p. 461.
[479] Ibidem, p. 459.

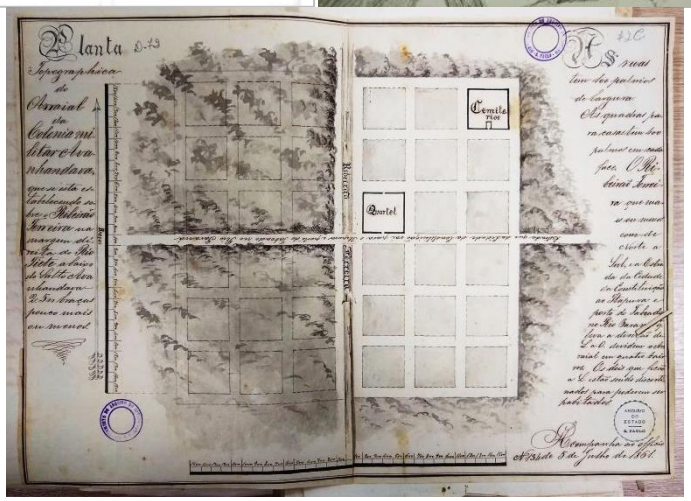
diferentes, com grupos diferentes, ignorando os usos históricos, desrespeitando as condições topográficas e as necessidades sociais.

De modo geral, distribuir o território resulta de ações premeditadas visando delimitá-lo, portanto ordená-lo. Assim, à maneira do colonizador romano, é indiscutível que o diretor da colônia Avanhandava estava encarregado de organizar as novas coletividades, e começaria assim por disciplinar o espaço, como se, por meio deste, esperasse disciplinar os homens. A influência da colonização militar romana é a que nos parece mais intrigante para o desenho da planta elaborada por Carmo Barros. Tem-se a hipótese, portanto, que tal plano e ação de fundar, talvez possam se aproximar ao modelo de *castrum* romano (figura 70b) – acampamentos militares, que posteriormente, se transformavam em cidades. Muitas vezes eram fundados com o objetivo de ocupação territorial e garantia de domínio, ou apenas para interiorização do povoamento, como já mencionado anteriormente. Ver a comparação abaixo:

Figura 70a: Esquerda – Planta da cidade fictícia de Verbonia,[480] em vermelho o *cardo* e *decumanus.*
Figura 70b: Direita – Acampamento militar, *castrum* romano.
Figura 70c: Abaixo – Planta Colônia Militar Avanhandava, 1861.







Fonte: MACAULAY, 1989, p.10-13. Editado pelo autor.

[480] Verbonia é uma cidade fictícia imaginada pelo autor (Macaulay) para descrever a criação da típica cidade romana formada a partir de uma colônia militar.

O traçado em xadrez era definido por duas ruas, norte-sul chamada *cardo*, e leste-oeste chamada *decumanus*. Em seu cruzamento estabelecia-se o *forum*, onde os soldados se reuniam todos os dias para receber as ordens, e este local tornava-se o centro da futura cidade. Ao redor do futuro núcleo citadino, mas ainda dentro dos muros, delimitava-se o *pomerium,* uma faixa de terra que representava a fronteira sagrada da cidade. O terreno interno era considerado inviolável, ungido pelos deuses, tal rito fazia o espaço passar de um *status* para outro. Aos poucos o acampamento recebia calçamento, água encanada, mercados, escolas, anfiteatros, termas, etc.[481] Não se tratava somente do ritual de fundação ou de elaboração do traçado, mas do conjunto de operações deliberadas: legitimando a produção de vínculos simbólicos por um grupo de indivíduos entre seu território e o ambiente construído. Podemos considerar que, assim como ocorre na planta da colônia militar, o ato de delimitar é uma maneira de tornar um espaço seu, de apropriar-se dele ao distingui-lo dos outros espaços.

Para Mumford, as cidades militares de colonização romana, implantadas para servir de pontos de apoio ao grande império, eram permanentemente guarnecidas de legionários e muitas vezes de desenvolviam como cidades manufatureiras especializadas e centros comerciais:

> Ter estabelecido essas novas cidades foi um feito social mais valioso do que quaisquer benefícios conferidos por Roma a si mesma por seus rapaces monopólios. O que faltava em tamanho às cidades novas, ganhavam elas em qualidade e, de passagem, em autossuficiência, pois em tempos normais [...], aquelas cidades poderiam tirar a maior parte dos seus alimentos da região circunvizinha: assim, mantinham o equilíbrio rural-urbano que lugares maiores, por causa do seu próprio crescimento, desfaziam.[482]

Dessa maneira, é claramente notável que os eixos estruturam o plano de 300x300 braças para a Colônia Avanhandava. Pode-se dizer, portanto, que o Ribeirão Ferreira faz o papel de *cardo* (norte-sul), e a "Estrada que vai da cidade da Constituição [...]" como *decumanus* (leste-oeste)*;* dividindo assim o arraial em quatro bairros, os quais dois do lado direito estavam sendo "descortinados".[483] Exatamente ao centro, escolhe-se implantar o quartel; e na região superior

---

[481] MACAULAY, David. *Construção de uma cidade romana.* São Paulo: Martins Fontes. 1989, p. 10-15.

[482] MUMFORD, 1982, p.229-230.

[483] Em ofício de 27 de abril de 1861, o diretor relatava a necessidade de recurso para fazer uma picada de ligação entre o acampamento provisório no Avanhandava até o Ribeirão Ferreira, e também as derrubadas necessárias no lugar que iria ser assentado o Arraial da colônia.

Por officio de 19 de Julho de 1860 fui authorizado pelo Exmo. Governo Provincial para [remover] a colonia de que sou Director para o Ribeirão Ferreira, onde deffinitivamente tem se estabelecer-se; e em officio do 1º de Outubro do dito anno sob numero 36 pedi a quantia de 600$000 reis em que orçava as dispezas de uma picada que é precizo fazer do Avanhandava ao Ferreira (uma legoa e pouco menos segundo o calculo de pessoas praticas); e a derrubada no lugar em que tem de se assentar o Arraial da Colonia: sem decizão de um tal pedido te esta data, e aproximando-se a quadra [propria] de fazer-se derrubadas, e desejando que o corrente anno seja mais propicio para este tão [novo, nosso] estabelecimento que o anno passado; e o mesmo sendo de urgente necessidade acomodar os colonos agricolas nas terras que tem de adquirirem. Peço a V. Ex^cia^. authorização para fazer essas dispezas pagando-as do dinheiro que tenho para dispezas do corrente exercico de 1860 a 1861.

Acampamento provizorio da Colonia Militar Avanhandava 27 de Abril de 1861.
Manoel Giraldo do Carmos Barros, Director da Colonia.

direita o cemitério. Em conjunto com a planta da colônia, é anexado o ofício nº 135 (transcrito abaixo) que esclarece a necessidade da construção destes edifícios; a primeira parte descreve o quartel:

Il^mo e Ex^mo Senr.

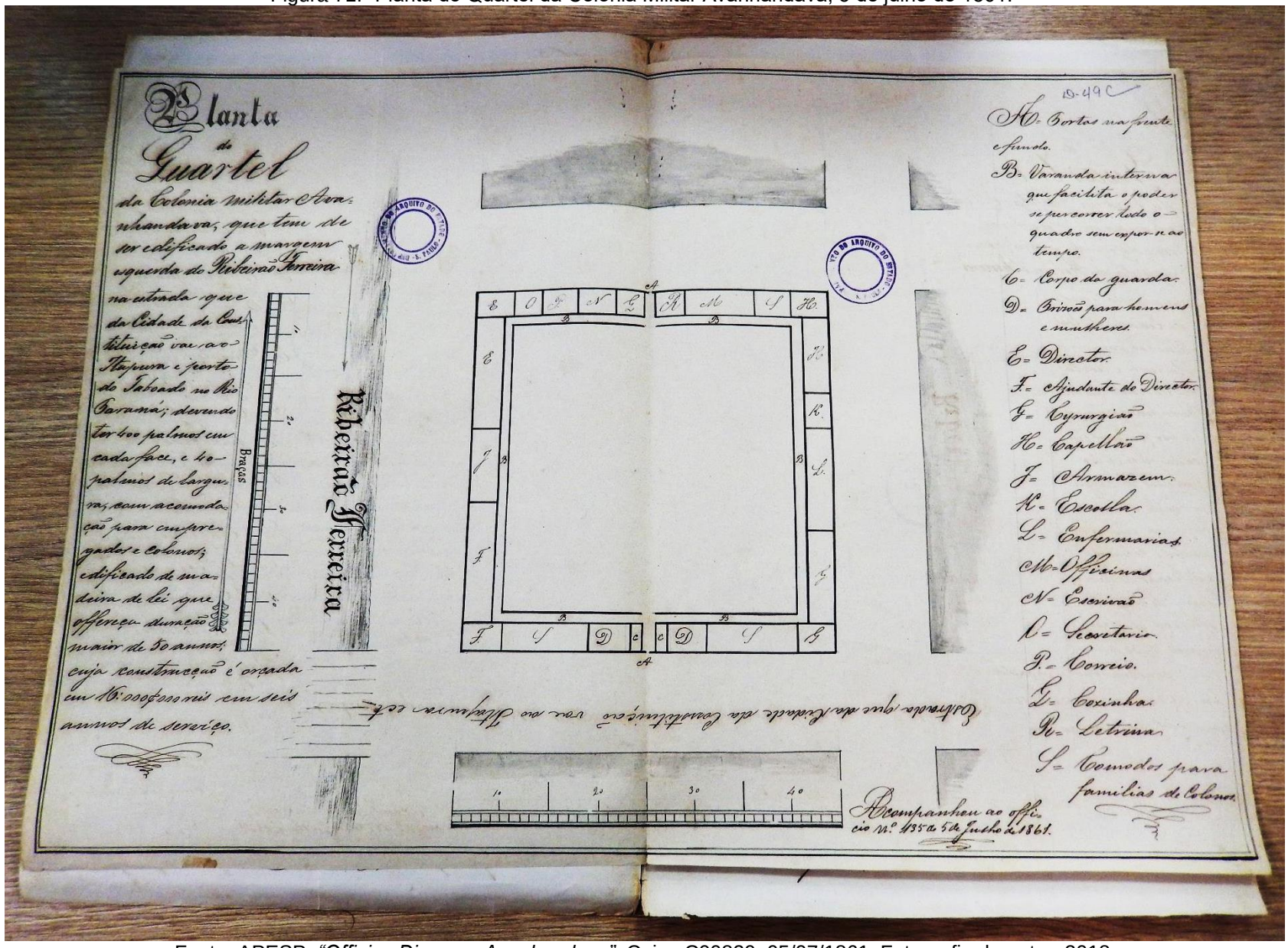
Para facilitar a prosperidade da povoação desta Colonia; regularizar a moradia de seus empregados, que ate o presente tem estado mal acomodados, e firmar o seu Arraial, que por ora é provisorio e distante do lugar designado para esse fim duas legoas e meia pelo menos proponho a V. Exª, na forma do artigo 7º § 1º do Regulamento deste estabelecimento, a construcção de dois edificios que a meu são de urgente necessidade, tanto para estabelecer a base da futura villa, como para recurço dos que por este certão se estão domiciliando no caso de qualquer agressão; cujos edificios constão das duas plantas inclusas e são os seguintes: Primeiro um quartel com acomodação para rezidencia do Director; Ajudante do Director; Cyrurgião; Capellão; Escrivão; Agencia do correio; Doze colonos da 1ª classe; Duas enfermarias; Um laboratorio pharmaceutico; Duas escollas de 1^as lettras; Um armazem; Duas prizões; Cosinhas; e ect.; cujo quartel deve ser edificado em uma quadra de quatro centos palmos em cada face; sendo construido de madeira de lei, que facilita mais sua promptificação, calculo poder ser feito em [seis] annos, gastar [dezasseis] centos de reis e ter uma duração maior de meio seculo. [...][484]

[484] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 05/07/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

Figura 71: “Planta do Quartel da Colônia Militar Avanhandava, 5 de julho de 1861.”

Lê-se:

Planta do Quartel da Colonia Militar Avanhandava, que tem de ser edificado a margem esquerda do Ribeirão Ferreira na estrada que da Cidade da Constituição vae ao Itapura e porto do Taboado no Rio Paraná; devendo ter 400 palmos em cada face, e 40 palmos de largura, com acomodação para empregados e colonos; edificado de madeira de lei que offereça duração maior de 50 annos; cuja construcção é orçada em 16:00$000 reis em seis annos de serviço.



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 05/07/1861. Fotografia do autor, 2018.

Lê-se:

A = Portas na frente e fundo.
B = Varanda interna que facilita o poder se percorrer todo o quadro sem expor-se ao tempo.
C = Corpo da guarda.
D = Prizões para homens e mulheres.
E = Director.
F = Ajudante do Director.
G = Cyrurgião.
H = Capellão.
J = Armazem.
K = Escolla.
L = Enfermarias.
M = Officinas.
N = Escrivão.
O = Secretaira.
P = Correio.
Q = [Cozinha]
R = [Latrina]
S = Comodos para familias de colonos

Acompanhou ao officio nº 135 de 5 de julho de 1861.

O primeiro edifício a ser mencionado pelo diretor é o quartel, que seria implantado no centro da colônia ao lado do Ribeirão Ferreira. Novamente vê-se o desenho simples e regular, porém bem detalhado – atribuíndo os usos em cada cômodo – e com clara inspiração nos quartéis romanos. Ocupando quadra inteira, o quartel tem 400 palmos em cada face e 40 palmos de largura,[485] deveria ser construído com madeira de lei "que facilita mais sua promptificação e offereça duração maior de 50 annos; cuja construcção é orçada em 16:000$000 réis em seis annos de serviço".[486] Com duas portas, a entrada principal possivelmente seria voltada para a rua/eixo (*decumanos*) ao sul, e outra entrada secundária ao norte. Apresenta em seu perímetro interno um pátio avarandado "que facilita poder se percorrer todo o quadro sem expor se ao tempo".[487]

O quartel teria acomodação para: residência do diretor, ajudante do diretor, capelão, cirurgião, escrivão, agência de correio, secretaria, doze colonos de 1ª classe, duas enfermarias, um laboratório farmacêutico, duas escolas de 1as letras, um armazém, duas prisões (para homens e mulheres), oficinas, latrinas e cozinha. Indicado para posicionar-se no centro da colônia, não arbitrariamente, mas por razões militares e sociais, era considerado o lugar mais importante da colônia até então.

A segunda planta a ser anexada é exposta na figura 72 – dois cemitérios e capela. Abaixo, segue a continuação do ofício 135, anteriormente mencionado:

[...] Segundo = Dois Cemiterios, em uma outra quadra de quatro centos palmos em quadro com parede de oito palmos de altura, coberta de telhas, divisão internas e capella na parte que for designada para os catholicos; cuja capella terá oitenta palmos de comprimento, [sessenta] de largura, comprehendendo dois corredores lateraes, e vinte palmos de altura nos lados, para que possa servir para todos os officios divinos em quanto não se levantar templo proprio para isso. A construcção dos [cimiterios] julgo poder fazer-se em um anno com 2:000$ réis de despezas e a da capella em tres annos e despeza de 6:000$ réis. Pelo que peço a V. Exª. digne-se tomar em consideração o exposto e ordenar o que for servido.

Deos Guarde a V.Exª

Acampamento provisorio da Colonia militar Avanhandava 5 de Julho de 1861.
Ilmo. e Exmo. Senr. Conselheiro Doutor Antonio Jose Henriques.
Presidente da Provincia de São Paulo.

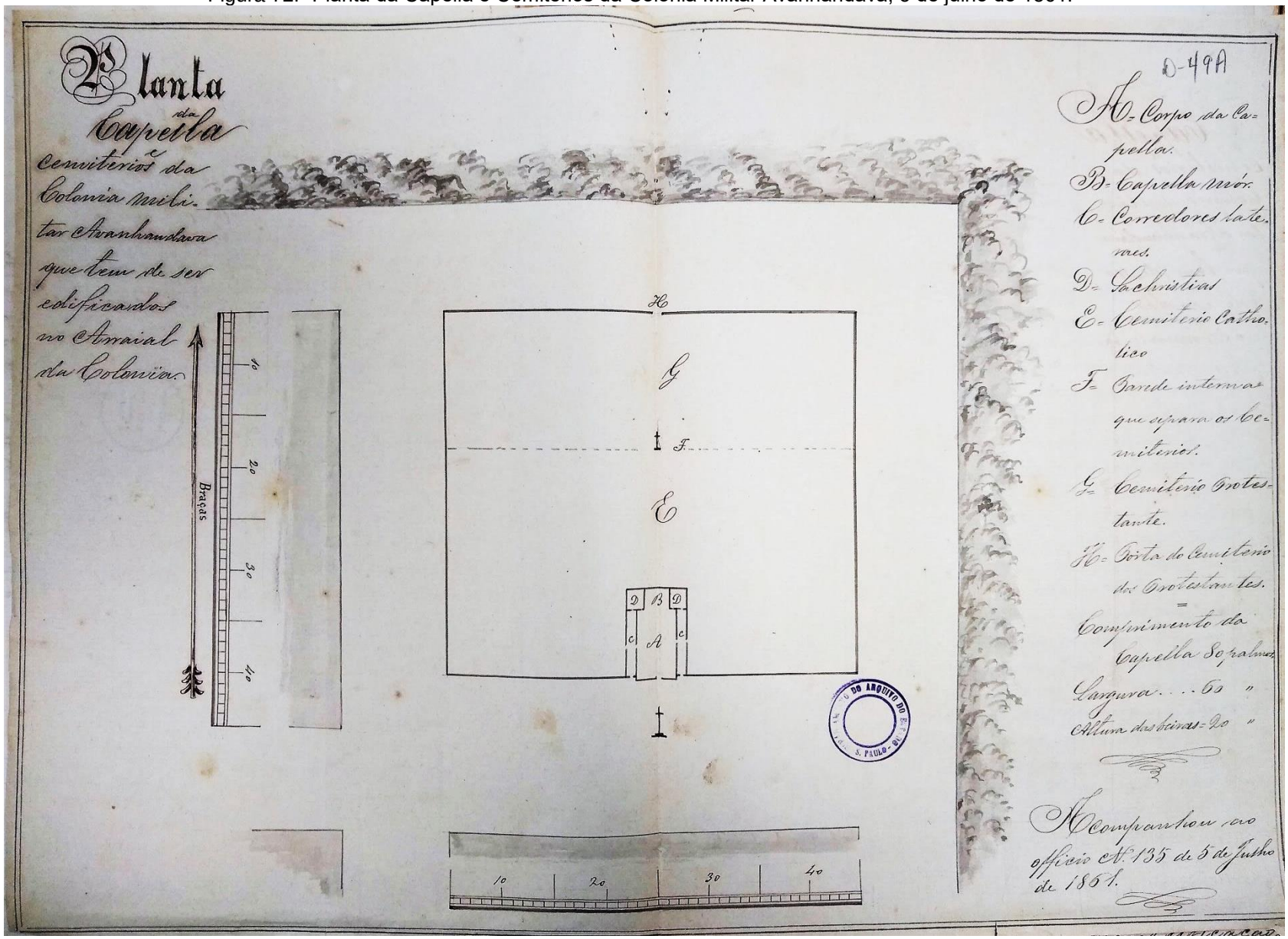
Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia.[488]

[485] Caso utilizarmos a medida de 1 palmo equivalente a 22 cm, o quartel teria 88x88m (medida inteira da quadra) e 8,8m de largura. A rua (100 palmos) teria aproximadamente 22m.
[486] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 05/07/1861, documento manuscrito.
[487] Idem.
[488] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Cx. C00820, 1859-1864, 05/07/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

Figura 72: “Planta da Capella e Cemiterios da Colonia Militar Avanhandava, 5 de julho de 1861.”

Lê-se:

Planta da Capella e Cemiterios da Colonia Militar Avanhandava que tem de ser edificados no Arraial da Colonia.



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 05/07/1861. Fotografia do autor, 2018.

Lê-se:

A = Corpo da Capella.
B = Capella mór
C = Corredores lateraes.
D = Sachristias
E = Cemiterio Catholico
F = Parede interna que separa os Cemiterios
G = Cemiterio Protestante
H = Porta do Cemiterio dos Protestantes.

Comprimento da Capella 80 palmos.
Largura 60
Altura das beiras 20

Acompanhou ao officio nº 135 de 5 de Julho de 1861

A figura acima representa a planta da capela e dos cemitérios da colônia, ocupando uma quadra inteira de 400 por 400 palmos (88x88 metros). Desenvolveremos três aspectos principais, interessantes de se notar.

1. Será necessário voltarmos para a primeira planta da colônia, mostrada na figura 69; e atentar para a localização do cemitério: longe do centro, na região mais afastada possível, contudo, ainda assim dentro do perímetro delimitado pelo plano. Mas por que razão o diretor afastou a igreja e o cemitério do centro da colônia? Muito provável que o líder militar da colônia tinha conhecimento de diretrizes do urbanismo sanitário, que teve início na Europa no final do século XVIII, baseado principalmente em teorias provenientes das áreas médicas como a teoria dos miasmas, ou miasmática. A partir do final dos setecentos, principalmente na Europa, a cidade antiga, medieval, sofrera muitas críticas, sobretudo em relação à higiene e à circulação. Com o alastramento das pestes, a grande ansiedade do século XVIII foi buscar um novo saber – e a teoria miasmática torna-se popular neste momento. O higienismo, decorrente dessa perspectiva, seria um esforço de oposição à cidade medieval.[489]

Conforme explicitam L. Martins e R. Martins, a medicina só se tornou "científica" após o desenvolvimento da teoria microbiana, na segunda metade do século XIX. Anteriormente a isso, não eram conhecidas as causas das doenças e não havia a possibilidade de preveni-las de forma apropriada. Assim, uma das correntes mais antigas da medicina associava as epidemias a certas impurezas existentes no ar, denominadas *miasmas:*

> Supunha-se que os miasmas se originavam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, emanações dos pântanos, de dejetos e substâncias em decomposição. Sua presençã era detectada através do mau cheiro. Acreditava-se que ao impedir a propagação dos maus odores, seria possível prevenir ou evitar as epidemias. Curiosamente, essa teoria "não-científica", que se tornou especialmente popular no século XVIII e início do século XIX, foi responsável pelo surgimento do movimento higienista deste período, que salvou milhões de vidas.[490]

Além disso, os médicos e reformadores do século XIX atribuíam que os males da cidade advinham de tais emanações pútridas, águas estagnadas, esgotos, ar viciado das habitações coletivas, casas insalubres, cortiços, e da falta de circulação de ar. Para Mastromauro,[491] tais conceitos compreendem, de forma básica, em limpar o espaço urbano – a ideia de desinfetar, praticar a higiene desodorizante. Na referida teoria, quando o solo era denunciado insalubre e perigoso, deveria logo ser drenado a fim de torná-lo inofensivo para seus arredores, e para que os ventos não propagassem seu ar contaminado. Limpar significava muito mais do que simplesmente

---

[489] COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século:* O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: Rima, Fapesp, 2003.

[490] MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de Andrade. *Infecção e higiene antes da teoria microbiana:* a história dos miasmas. In: Endereço Eletrônico do Grupo de História, Teoria e Ensino de Ciências da Universidade de São Paulo, São Carlos, p. 1. Disponível em: http://www.ghtc.usp.br/server/pdf/ram-Miasmas-Sci-Am.PDF. Acesso em: 25 jan. 2020.

[491] MASTROMAURO, Giovana C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História,* São Paulo, jul. 2011.

lavar, ou drenar. O certo seria assegurar o escoamento, a evacuação e a eliminação da imundice. Para Corbin, citado por Mastromauro:

> Assim, rebocar, forrar, pintar, caiar as paredes, tetos e madeiramento é vestir uma couraça contra os miasmas. Garantir a ventilação era o principal foco dos médicos higienistas que deveriam controlar o fluxo do ar. Ventilar é varrer as baixas camadas do ar, constranger a selvagem circulação dos miasmas, controlar o fluxo mórbido lá onde a natureza não pode exercer livremente sua regulagem, impedir o aparecimento de doenças.[492]

Dessa maneira, no que se refere aos sepultamentos dentro das igrejas, de acordo com Matragnolo,[493] foi levantada série de questionamentos que levaram a reformulação de pensar os cemitérios em todo o ocidente cristão a partir do século XVIII. Os médicos viam o enterro nas igrejas por uma ótica diferente – a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. É assim que os mortos começam a representar sério problema de saúde pública no Brasil, principalmente no século XIX. Os velórios, as procissões fúnebres, e outros usos funerários eram vistos agora como possíveis focos de doenças, somente mantidos pela resistência da "mentalidade atrasada e supersticiosa, que não condizia com os ideais civilizatórios da nação que se formava".[494] Os médicos e legisladores reconhecendo-se como profissionais vanguardistas, propagadores de tais ideias, passaram a defender que "uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros".[495]

Assim, o diretor ao "escolher afastar" o cemitério do centro da colônia, e ao colocá-lo em terreno atrás da capela, na verdade obedecia ao que fora estabelecido na Lei de 1º de outubro de 1828, já comentada anteriormente, que entre outras questões regulava o sepultamento dentro das igrejas em seu Título III, "Posturas Policiais", Art 66:

> § 2º. Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes e matadouros publicos [...][496]

Além disso, o que se passa a discutir a partir dessa lei não é a construção de mais um "cemitério dos excluídos" como tantos já existentes nas capitais, mas sim verdadeiro campo sagrado, que respeitasse estritamente os padrões higiênicos da época, afastado e público, para onde todos os indivíduos seriam enviados, independente de sua origem social, cor ou raça.[497]

---

[492] CORBIN, 1987, apud MASTROMAURO, 2011, p. 3.
[493] MATRANGOLO, Breno H. S. *Formas de morrer bem em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) São Paulo, 2013.
[494] REIS, João José. *A morte é uma festa.* Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 247.
[495] Ibidem, p. 247.
[496] BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828*. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 83.
[497] MATRANGOLO, 2013.

Com base nessa nova lei, as cidades começaram a implementar as questões relativas à morte em suas posturas. Elaboradas em 1829, a postura nº 19 da cidade de Salvador, por exemplo, já punia com pesada multa de 30 mil réis e oito dias de prisão quem abandonasse cadáveres nos adros das igrejas e outros locais públicos. Curioso notar: o regulamento continuava esclarecendo que os cadáveres assim encontrados seriam "punidos" com o enterro no Campo de Pólvora, a menos que algum pároco, por piedade, lhes fornecesse sepultura gratuita em sua matriz. Mais polêmica foi a postura nº 20 que estabelecia "É absolutamente proibido enterrarem-se corpos dentro das Igrejas, e nos seus adros."[498] Os infratores receberiam a mesma pena da postura anterior. Porém, ressaltavam os legisladores, ela só vigoraria no prazo de dois anos, tempo em que confrarias e paróquias se obrigariam a construir seus cemitérios longe da cidade, e em terrenos aprovados pela Câmara.[499]

Logo, revela-se na planta da colônia a influência dos preceitos higienistas defendidos na época. Percebe-se a preocupação do diretor que o cemitério fosse edificado numa área que não oferecesse riscos à salubridade pública, devidamente afastado, o mais distante possível (porém ainda contido dentro do plano) e onde provavelmente os ventos não soprariam os temíveis miasmas em direção ao centro da colônia.

2. O segundo aspecto a se destacar é a divisão do cemitério em dois: um protestante ao norte, e outro católico ao sul. Lembremos então do caso do Cemitério da Consolação em São Paulo. Com o crescimento da capital da província não é difícil imaginar o surgimento de diversos problemas, um deles era a questão sanitária. A falta de saneamento, aliada aos parcos conhecimentos da medicina já mencionados, fazia com que os paulistanos, assim como os habitantes de outras capitais, fossem frequentemente acometidos por surto epidêmicos. Houve longas discussões em 1829 em relação à proibição do sepultamento nas igrejas, até a concretização do cemitério público da Consolação em 1858 – que, na época, era região afastada do centro urbano (ver figura 73). Para Matrangolo,[500] a própria demora da Câmara em construí-lo deve ser entendida como consequência da resistência da população diante das mudanças, pois estas vinham contra os costumes profundamente arraigados.

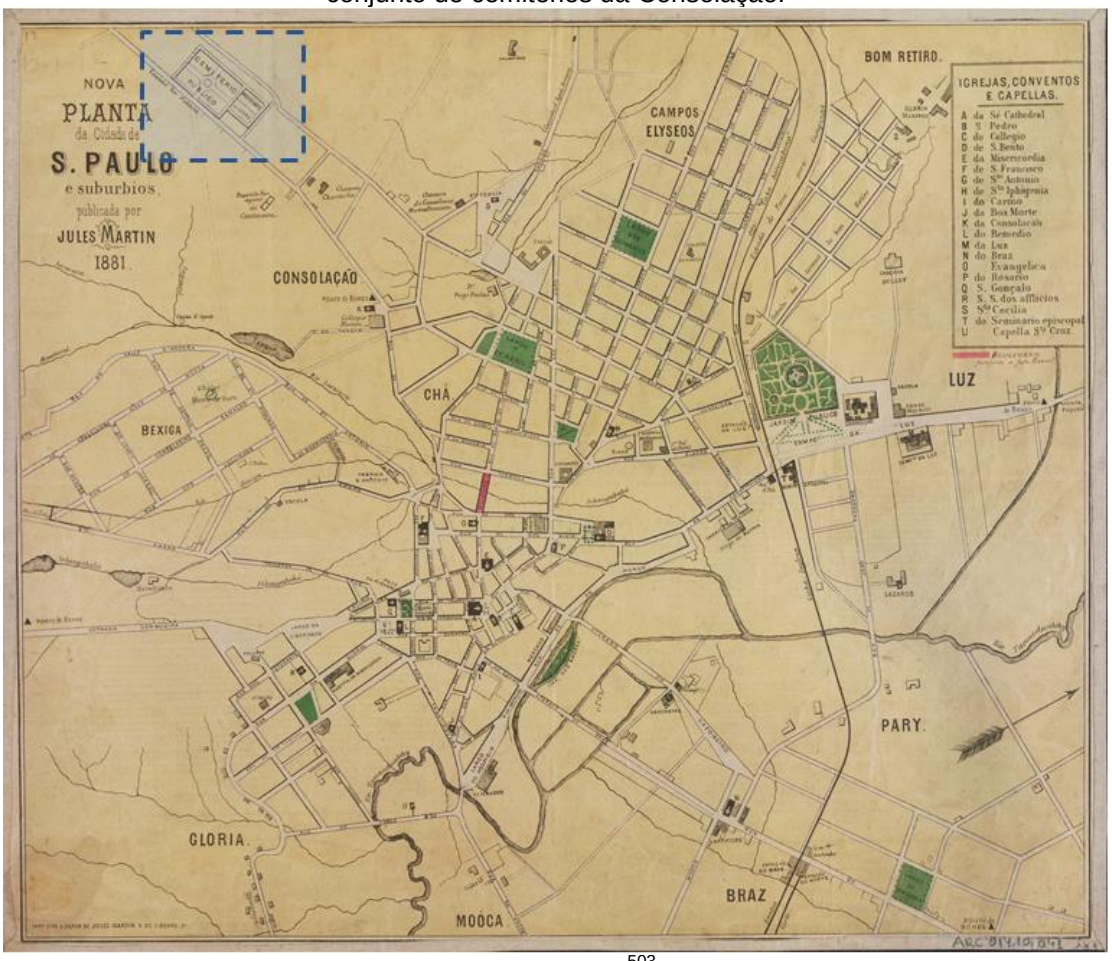
Ainda para o autor, com a inauguração em 1858, os sepultamentos nos cemitérios dos alemães e dos protestantes, localizados no terreno do Recolhimento da Luz, ficaram suspenso, criando-se assim um problema. Ao passo que os estrangeiros católicos podiam ser sepultados na Consolação, a situação era mais embaraçada para os protestantes – que viam-se proibidos de serem enterrados em seu antigo cemitério e, ao mesmo tempo, não tinham ainda lugar próprio para seu sepultamento. É dessa maneira, a partir de pressões, que um vereador da cidade fará a proposta de que se destinasse terreno para os protestantes:

[498] MATRANGOLO, 2013, p. 280.
[499] Ibidem, p. 280.
[500] MATRANGOLO, 2013.

> Não podendo ser inumados dentro do Cemitério da Consolação os Cadáveres dos Protestantes, e não sendo decente que o sejam em campo aberto, em lugares que podem servir de pasto aos animais, proponho que junto ao atual Cemitério se mande cercar com taipas um quadrilongo de 15 braças de frente e 35 de fundo, que deverá servir para esse efeito.[501]

De acordo com Matrangolo, aproveitando a oportunidade, luteranos, anglicanos e presbiterianos, representados pelo engenheiro Carlos Rath (que havia escolhido o local para o Cemitério da Consolação), aceitaram a proposta da Câmara Municipal. O início de sua construção marca a solução do antigo problema e o fim da oposição de tais grupos ao cemitério municipal. Ainda, após grandes discussões, mais um cemitério é construído junto, ao lado dos anteriores: o da Ordem Terceira do Carmo, inaugurado em 1868. Concluindo-se assim o conjunto de três cemitérios – o Cemitério Público, ou Municipal da Consolação em 1858; o Cemitério dos Protestantes, aproximadamente em 1862; e o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo em 1868.[502]

Figura 73: “Nova planta de São Paulo e subúrbios: publicada por Jules Martin, 1881”. Notar destaque para o conjunto de cemitérios da Consolação.



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital[503], editado pelo autor, 2020.

[501] Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 17/02/1859. Volume 45, p. 41, apud. MATRANGOLO, 2013, p. 183.
[502] Ibidem, p. 183.
[503] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart536850/cart536850.html. Acesso em: 26 jan. 2020.

Figura 74: Detalhe figura anterior. Conjunto Cemitério da Consolação – notar cemitério dos protestantes e do Carmo, 1881.



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital.

Pretende-se destacar o caso do Cemitério da Consolação, e também comparar com a planta demonstrada para o cemitério da colônia militar, pois expressa assim a contemporaneidade das ideias do diretor, e como estavam alinhadas ao pensamento da época. Ora, o primeiro cemitério "público"[504] da capital da província fora inaugurado apenas três anos antes do projeto para o cemitério da Colônia Militar Avanhandava; e neste já havia a intenção de construí-lo dividido. Logo, vê-se que era preciso reservar um lugar especial para o sepultamento de católicos e outro, segregado por muros e com entrada própria para os não-católicos, acatólicos, ou excomungados – "aqueles que pertencerem aos diferentes cultos tolerados pela Constituição Política do Império, e bem assim aqueles que são privados de sepultura em lugar sagrado, segundo os Cânones e Constituições do Arcebispado".[505]

[504] Nos primeiros anos do Cemitério da Consolação foram ali sepultadas pessoas das mais variadas classes sociais – desde senhorios até escravos. Foi somente após a virada do século XX que este "perfil" modificou-se, sendo o Cemitério da Consolação local de sepultamento, principalmente, da elite paulistana. O primeiro cemitério da cidade de São Paulo foi o dos Aflitos, inaugurado em 1774 e destinado para os miseráveis, escravos e prisioneiros. No entanto, este era um lugar desprestigiado, pois o ideal de boa morte ditava que o corpo devia ser sepultado dentro de algum templo. Os mais ricos eram enterrados nas próprias igrejas, e quanto mais próximo ao altar, mais caro seria o sepultamento, posição mais nobre por excelência e portanto, "mais importante" era a pessoa. "O cortejo daqueles mais abastados percorria a cidade, embaixo de muita reza, pompa, música e dobres de sino. A ele se juntavam inclusive transeuntes que muitas vezes nem conheciam o defunto." (MATRANGOLO, 2013, p. 86). Até a construção do Cemitério dos Aflitos, era muito comum o abandono de cadáveres de pobres, miseráveis e escravos na porta das igrejas durante a noite. Seus familiares, impossibilitados de arcar com as caras despesas, recorriam à caridade pública ou ao espírito cristão dos párocos – esperando que esses se compadecessem e se responsabilizassem pelos sepultamentos. "Grandes eram as disparidades sociais no modo como os defuntos eram conduzidos. [...] Algumas famílias decadentes recorriam ao subterfúgio dos cortejos noturnos para mascarar seu empobrecimento, conduzindo silenciosamente os seus mortos na calada na noite" (Ibidem, p. 87).

[505] REIS, 1991, p. 305.

3. O terceiro aspecto relevante a ser apontado é a primordialidade da construção da capela. Por que ela estaria entre os primeiros edifícios a serem projetados, ou construídos? Qual era a urgência de ter-se um templo religioso na colônia militar? Ora, era época em que o Estado imperial e a Igreja eram um ente só. A religião católica estava presente na cultura dos brasileiros, e numa região, que era preconceituosamente considerada "selvagem", acreditava-se no conceito que a Igreja, juntamente com o trabalho dos militares, traria os povos indígenas para a "civilização". A figura do padre, ou do capelão-alferes como é no caso da colônia militar, se identificava com a população e seu meio, incluindo atividades políticas e propriedade de bens. Ficava o capelão responsável por, além de suas funções paroquiais, ensinar o catolicismo às crianças da colônia, promover as famílias com dedicação sincera, aconselhar a moral pública e privada, a exatidão dos deveres religiosos aos colonos, o respeito, a obediência legal e a sociabilidade.

Os diretores eram enfáticos ao demonstrar o quanto era ruim a falta do pároco para o amparo espiritual dos colonos (militares ou não); principalmente para aqueles que fossem devotos em tais sociedades caipiras, longe da capital. Além disso, mencionamos também como ser enterrado em lugar impróprio era considerado uma tragédia, infelicidade, verdadeira desgraça para os mortos e para os vivos que os sepultassem. Algo que acontecia muito nestas regiões afastadas era o transporte dos defuntos até o campo sagrado, mesmo freguesias ou vilas mais próximas ficavam a longas léguas de distância.

A Igreja tinha funções que reforçavam a sua importância no panorama geral dos costumes e dos ambientes citadinos, bem como dos rurais. As paróquias funcionavam como "cartório eclesiástico", guardando os registros nos livros de tombo (também já mencionados anteriormente) – fundamentais na vida de qualquer comunidade, como os de nascimentos, casamentos, e óbitos – que posteriormente passariam a ser exclusivamente civis.[506] Para Ghirardello:

> A chamada sociedade caipiria tinha economia de subsistência e exigia o mínimo em relação aos bens materiais e espirituais. Porém, mesmo que a cultura caipira fosse permeada por influências indígenas e também próprias, a religião cumpria um papel fundamental. Era essencial a presença da Igreja Católica que, mesmo a par de todo isolamento, daria o mínimo de amparo espiritual nos momentos e nas situações importantes, como em nascimentos, casamentos, doenças, mortes, etc. E essas atividades estavam ligadas por tradição, fé e pela lei do Estado imperial à religião católica [...].[507]

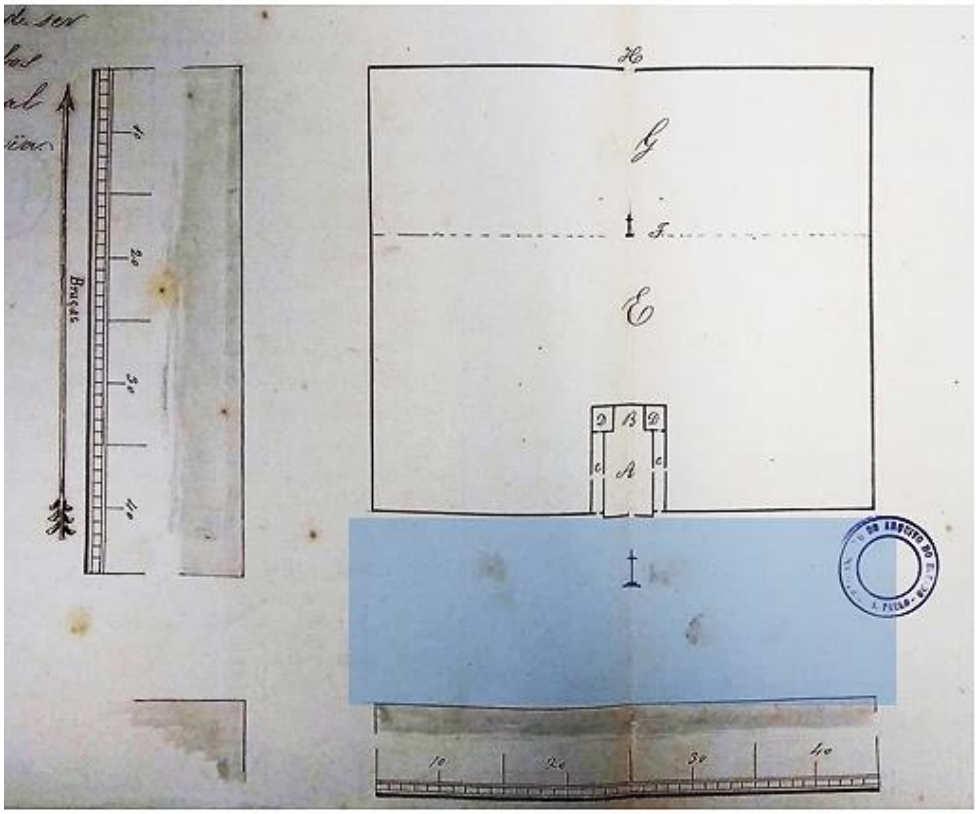
Assim, a religião estava conectada ao Estado e presente no cotidiano da cultura caipira e dos fiéis, as propriedades rurais levavam muitas vezes denominações santas. Esse catolicismo praticado desde o Brasil colonial até o século XIX é o chamado popular, assentado nas tradições luso-brasileiras, sociais e leigas, distante daquele europeu que era triste e pesado. Foi muito presente nas cidades brasileiras, aumentando seu valor e destaque conforme maior fosse o

[506] MARX, Murillo. Nosso chão: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1989, p. 118-119.
[507] GHIRARDELLO, 2010, p. 69.

isolamento das comunidades.[508] Inclusive a parte mais mundana da vida dessas pequenas comunidades era movida pela religião católica, o calendário litúrgico dominava a sucessão dos principais eventos que se davam a céu aberto. Outras manifestações despontavam nas áreas mais comuns dos arraiais, vilas e cidades. Enriquecedoras das festas, religiosas ou cívicas, as constribuições populares, através das irmandades de leigos, por exemplo, aumentavam em número, chegando mesmo a ameaçar o cunho original de tais comemorações.[509]

Devido às razões supracitadas, o segundo edifício a ser indicado pelo diretor da colônia é a capela com planta retangular divida em: corpo central (nave única), corredores laterais, duas sacristias e capela mor. As dimensões indicadas na planta são de 80 palmos (17,6 metros) de comprimento e 60 palmos (13,2 metros) de largura, com "altura das beiras" de 20 palmos (4,4 metros). Além dos três aspectos descritos anteriormente, caso atentarmos para a região à frente da capela percebe-se um espaço em branco e o símbolo da cruz.

Figura 75: Detalhe da planta da capela e cemitérios. Notar destaque da região azul.



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 05/07/1861. Fotografia do autor, 2018, editado em 2020.

A partir disso podemos estabelecer o seguinte pressuposto: apesar de descrever o cemitério com 400x400 palmos (dimensão da quadra), o diretor ao desenhá-lo faz com que um dos lados seja menor em comprimento (compare com a quadra ao lado esquerdo). Dessa forma, talvez, tivesse a intenção de levantar um cruzeiro defronte à capela (notar o símbolo da cruz na figura acima), criando assim um adro, ou mesmo um pequeno largo. Talvez o desejo do diretor

[508] GHIRARDELLO, 2010, p. 69.
[509] MARX, 1989.

fosse possivelmente a criação de uma praça, logradouro público por excelência, e deve sua existência sobretudo aos antigos adros das nossas igrejas.[510]

Todas as questões expostas parecem permear o ato de projeto elaborado pelo diretor em julho de 1861. Assim, em setembro do mesmo ano, é realizado contrato para abrirem-se as picadas que demarcariam a légua em quadro – mencionada no Regulamento da colônia, e que seria distribuída para os colonos. No contrato[511] consta a abertura de três léguas:

A primeira légoa de picada principiará na margem direita do rio Tieté logo acima do Salto Avanhandava, do lugar que for designado pelo já citado capitão director e d'ahí seguirá afastando-se do rio com direcção norte (mais ou menos) ate completar 3000 braças, onde formando um angulo reto em rumo do poente seguirá ate completar a segunda legoa, onde novamente formando outro angulo reto para o lado do sul hirá ate a margem do rio Tieté abaixo do Salto Avanhandava. Pelo trabalho da abertura das refferidas tres legoas de picada receberão os impleiteiros a quantia de 600$000 reis em tres prestações [...] que terão dez palmos de largura bem descortinadas que offereça livre e desembaraçado transito as pessoas que por ellas transitarem quer a pé quer a cavallo com cargueiro ou sem elle [...].[512]

A abertura de picadas, o "descortinamento" das matas, a delimitação da légua em quadro, a escolha do local, o contrato com indivíduos, os projetos e plantas mostrados; tudo nos indica que as tarefas estavam se realizando, e a mudança do acampamento provisório para o Arraial definitivo era algo próximo. Importante mencionar ainda, que no mesmo mês de setembro, um ofício é enviado para o Presidente da Provincia

pedindo a Graça de obter da [Assemblea] Provincial um emprestimo de 3:000$000 reis por dez annos sem juros, para V. Exa. ou quem a Assemblea Provincial authorizar mandar vir colonos europeos agricolas de bons costumes para este novo estabelecimento como colonos da 3ª classe afim de gozarem os favores concedidos pelo Regulamento desta Colonia.[513]

Em novembro do mesmo ano o diretor, o capelão e o médico escreveram relatórios com importantes informações sobre o estado da colônia. Transcreve-se abaixo somente as palavras do capitão diretor;[514] ao final é inserido um quadro da população residente.

[510] MARX, 1980, p. 50.
[511] Para ver o contrato vá aos anexos (final do trabalho). Data do documento: 15/09/1861.
[512] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 15/09/1861, documento manuscrito (grifo nosso).
[513] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 16/09/1861, documento manuscrito (grifo nosso).
[514] Optamos por não transcrever os relatórios do capelão e do médico para não ficar cansativa a leitura. Estes foram anexados ao final do trabalho, data: 15/11/1861.

[...]

Não havendo então terreno algum designado para estabelecer esta Colonia e não convindo permanecer no Salto Avanhandava por causa das febres intermitentes que já reinavão, preciso foi internar-me; e como se me informasse que ao Norte do refferido Salto a 2 legoas e ½ se tanto havia 1 quarto de legoa dado de patrimonio a N. S. do Carmo, onde ja tinhão a annos passados projectado faser uma Capella em um camprestre ou [carrasquinho] que no dito patrimonio havia, por isso vim dar ao lugar em que ainda hoje esta [abarracada] a Colonia: E com effeito a quí achei uma casa comessada com forma de cappela – com 50 palmos no comprimento e 30 na largura : Como tem sido [passivel] e nossas circunstancias permittido, coadjuvado por alguns dos habitantes que já por aqui a annos residião, temos posto essa casa em estado de celebrar-se officios divinos, e é a que nos está servindo de capella desde 26 de Fevereiro de 1860 (primeiro Domingo da Quaresma) dia em que foi dita a primeira Missa; e na reta guarda da Capella [cercou-se] um terreno que serve de cemiterio, sem que para essas despesas tenha concorrido o cofre publico.

<u>O desejo que tinhão, alguns dos habitantes que por aqui sem Religião, sem patria e sem lei vivião, de ver prosperar este lugar e sahir do estado anormal em que ainda hoje existe, foi manifestado pelos cidadãos = José Lourenço de Oliveira = Jose Francisco de Lima (hoje fallecido) = Cassimiro Gularte da Silva = Alexandre Jose de Castilho = e Joaquim Pinto da Silva – na suplica que a [S.M. – Sua Majestade] O Imperador [dirigirão] em 12 de Março de 1860 implorando a Graça de mandar que esta Colonia se estabelecesse definitivamente no Ribeirão Ferreira, que corre a pouco menos de uma legua a baixo do Salto Avanhandava, offerendo entre elles darem trez quartos de legua e 500$000 reis em dinheiro, a fim de suavisar a dispesa que era preciso faser com a compra das terras que o Governo Imperial julque necessaria para [destricto] da Colonia, vista na circunvisinhança do Ribeirão Ferreira e Salto Avanhandava não haver terreno algum devoluto; cuja petição foi acompanhada de officio meo de igual data.</u>

A colocação do Arraial da Colonia no Ribeirão Ferreira a 500 braças distante do Rio Tiete e a menos de uma legoa a baixo do Salto Avanhandava é a meo ver de muita utilidade, pois a lem de prestar-se aos que por aqui habitão offerece ao Governo Imperial meios faceis de por em pratica qualquer plano economico ou politico que seja preciso levar a effeito quer agora quer no futuro; por que o Arraial no Ribeirão Ferreira, com excellente agua e em quantidade para volver a machina que se queira assentar, offerecendo uma vivenda deleitosa e aprazivel não só pela beleza das suas cascatas como pela navegação do Rio Tiete que nessa paragem é sem obstaculo algum; e o Salto Avanhandava que tambem tem suas belezas naturaes offerece um optimo Ponto Militar, e a estrada que da Cidade da Constituição tem de hir para o Itapura e porto do Taboado no Rio Paraná acima da Catadupa Urubupungá [hade] passar no Arraial da Colonia pois é aproximadamente o meio do caminho.

Por officio da Presidencia desta Provincia de 19 de Julho de 1860 fui authorisado a estabelecer a Colonia deffinitivamente no Ribeirão Ferreira, por assim ordenar o Aviso do Ministerio do Imperio de 10 do mesmo mes sob nº 23 mas por falta de dinheiro para as despezas que é preciso faser-se a fim de realizar-se a mudança do pessoal e bagagem ainda hoje estamos no abarracamento construido para residencia provisoria.

Por outro officio da mesma Presidencia datado de 3 de Junho de 1861 fui authorisado a <u>faser as despesas necessarias para abrir uma picada que comonicasse o Salto Avanhandava com a cachoeira ou cascata do Ribeirão Ferreira, onde tem de ser o Arraial da Colonia</u>; cujo serviço, que ja estava em andamento sob minha responçabelidade quando recebi a authorisação, ficou [ultimado] em fins de Julho, offerecendo transito para carro, com 2700 braças de extenção que se tornará mais perto cortando algumas pequenas voltas que ainda tem.

Em 26 de Julho deste correte anno fui authorizado pelo Ex^{mo}. Senr. Presidente da Provincia para <u>demarcar a legua em quadro</u> mencionada no artigo [1º] do Regulamento desta Colonia para

[seu destricto], e a mandar abrir as picadas que a separem do mais terreno; este serviço que foi feito por impleitada ficou prompto no fim de Outubro pela forma seguinte:

Da margem direita do Rio Tiete no Salto Avanhandava, a distancia de um terço da largura do Rio mais ou menos, ha uma pedra grande a cima algumas braças da ponta oriental da Ilhota que existe na queda do Salto, na base dessa pedra figura-se haver uma bacia que recebe boa porção d'agua; cuja pedra tomei como ponto mais ellevado da queda do Salto, e da hi imaginando uma linha reta da em terra n'uma arvore de figueira (unica que ha nessa paragem), de onde olhando-se para a dita pedra parece ella ficar a rumo de = [Sueste 4º, a Sul]. = Da dita arvore marchando-se em direcção de = Nordeste = á 200 braças portuguesas se encontrão outras 2 arvores, sendo uma de aroeira e outra de angico; foi deste lugar que os [impleiteiros] seguirão em rumo de Norte fasendo 3000 braças de picadas e no fim dellas sobre angulo reto outras 3000 braças para o lado do Oeste e daqui por outro angulo reto em direcção ao Sul ate o Rio Tiete: ficando assim pois dentro da legua o Salto Avanhandava para = Ponto militar = e o Ribeirão Ferreira para a futura povoação civil.

O terreno demarcado para destricto da Colonia é matta de boa cultura, e abunda em madeiras de lei para construcção, como seja = arueira = ipé = peroba = cedro e ect.

Ja por experiencia se conhece que produz bem o algodão, a cana de assucar, o cafe, o feijão, milho, arros, a mandioca, a araruta, o amendoim, a laranja doce, as limas, o ananas e ect.; e são silvestres a jaboticaba, o limão e a laranja azeda, o [ariticum] e ect. – Mui a meo pesar foi [infrotificar] a plantação de trigo que fiz o anno passado, pois nem se quer nasceo, mas atribuo a danificação da semente e a nenhuma pratica que tenho dessa cultura.

As terras demarcadas para destricto da Colonia são de propriedade particular, pelo que tem o Governo de as pagar a seos donos; e as razões que estou expondo justificão essa compra: e o cidadão Jose Lourenço de Oliveria já requereo pagamento ao Governo Provincial.

Em todas as terras circunvisinhas desta Colonia existem campos naturaes onde a maior parte dos antigos habitantes deste certão tem [conservadi] criação de gado, com especialidade na margem esquerda do Rio Tiete.

Alem das muitas dificuldades por que era de presumir que passassemos neste certão, tivemos de lutar com falta de dinheiro, tanto para pagamento dos vencimentos como para construcção de obras por dez meses (desde Julho de 1860 ate – Abril de 1861) do que resultou existir a colonia sem progreço algum todo esse tempo, e entretanto por isso não se pode culpar a authoridade alguma, e foi nessa infelis quadra que mais nos flagelou a febre intermitente, e ate a escaces de viveres nos incomodou: Tambem a falta de um Cyrurgião foi [assas] sensivel pois so a 24 de Abril de 1861 foi que chegou o Doutor Marcos Jose [Pereira] do Bom fim, medico nomeado para este estabelecimento em substituição do Doutro Jose Joaquim de Govea, que da Cidade de São Paulo voltou para a côrte em Outubro de 1859 como dei parte a Presidencia da Provincia em officio de 17 desse mes.

Quanto ao estado de salubridade me parece não ser tão assustador como muitos acreditão, pois alem do juiso do Cyrurgião manifestado no incluso relatorio por elle apresentado a esta Directoria, tenho a esperiencia do anno passado quem com muita chuva, ruim moradia, mal alimentados, e irregularmente medicados, forão todos, sem excepção acomettidos das febres, e entretanto so fallecerão quatro homens e uma recem nascida, não dessas febres simplesmente, mas sim por complicações com outras molestias conicas não adquiridas nesta localidade.

No anno passado o Termometro Farinchreid (Fahrenheit) marcou de 96 a 50 graos, no presente anno tem marcado de 99 ate 34 graos pelo que ainda não é possivel estimar-se qual a temperatura athemospherica deste lugar, mas sou inclinado a crer que será mais quente do que friar.

24 leguas a cima do Salto Avanhandava (na cachoeira Guamicanga) aparecerão no anno passado, e neste, porção de Indios, que mais parecem ser fugidos de alguma Aldêa do que bravios,

por isso que alem de usarem de machados e outras ferramentas, entendem o que se lhes diz, e falão alguma cousa que se entenda, e parece estarem dispostos a arrancharem-se em nossa visinhança.

A 9 leguas se tanto, a baixo do Salto Avanhandava (na cachoeira Itupanema, mais conhecida hoje por = Macuco=) tem aparecido frequentemente outra porção de Indios que parecem ser bravios, pois ainda não chegarão a [fallar] com pessoa alguma e tem atacado algumas monções e procurado hostilizal-os.

A caça e o peixe abundão de um modo tal que é prejudicial a alguns habitantes, porque contando com esses infaliveis recursos deixão de cuidar com mais esmero na agricultura e de ordinario cahem na mizeria e acabão vitimas das febres intermitentes, que com o abuso do peixe nunca mais ficão bons.

Depois da chegada da colonia neste lugar tem havido affluencia de para aqué mudarem-se pessoas de Minas Geraes e mesmo desta Provincia; e ultimamente, em Setembro, dirigirão ao Ex^mo. Governo Provincial uma supplica, pedindo a criação de um destricto de Paz, tendo por seu [curato] a Capella da Colonia, visto ficarem a mais de 30 leguas da freguesia á que ora pertencem.

Nessa mesma data (7 de Setembro) derigi um officio sob nº 150 ao mesmo Ex^mo. Governo pedindo a criação de uma subdelegacia de Policia para o bairro do Avanhandava, e contamos com essa equidade do Governo Provincial pois muito concorretá para mais promptamente povoar-se este immenço certão de tão boas mattas e campos.

A Colonia tem partecipado de alguns desses que para aqui tem vindo, por se virem alistar nella expontaneamente, de onde se conhece a necessidade que havia de um estabelecimento que protegesse ao Brasileiro pobre, que não tem meios de comprar terras: Pelo mappa incluso se ve que não obstante as muitas difficuldades por que tem passado a Colonia seu pessoal tem augmentado e não diminuido.

A falta de estrada e do pessoal para costeio do correio são as causas porque ainda não esta em pratica esse serviço, que no meu fraco entender é incompativel o Director da Colonia ser o Agente dessa Repartição embora com isso sofra em seu ordenado a diminuição da Gratificação marcada para esse serviço, cujo prejuiso a munificencia de [S.M.] O Imperador pode reparar como generosamente tem feito com os Empregados que com dedicação servem ao paiz.

A Escolla de 1^as lettras esta funcionando desde Julho do anno passado, o resultado ate hoje obtido não corresponde ao tempo de ensino, mas não é de admirar attendendo-se, as muitas contrariedades por que temos passado, como se vê da inclusa exposição do Capellão, que pelo seu estado morbido não é apto para esse magisterio.

A enfermaria e botica funcionarão com regularidade depois da chegada do Medico, que zelosamente cuida de seus deveres, e antes delle era eu quem servia de curandeiro, pelo que não deve notar-se a má ordem que então houve.

A planta topographica para o Arraial da Colonia, e as plantas e orçamentos, para as obras que a meu ver são de mais necessidade ficão dependendo de deliberação do Ex^mo. Governo Provincial.

A varação que os [combois] ou monções fasem no Salto Avanhandava deve desde já ser feita pela Colonia conforme o Governo Imperial marcar em regulamento especial; pois alem de ser feito hoje com muita irregularidade esse serviço, e somente em proveito de um ou outro expeculador. Ja tem sido preciso hir com força armada ao Salto, por occasião de acumulação de combois, para manter a ordem necessaria a fim de que se faça a varação; tal é o estado de orgia em que la ficão.

De tudo quanto a cima fica dito conclue-se que: 1º Está creada a Colonia Militar Avanhandava; 2º Que tem ella demarcado para seu destricto uma legua quadrada; 3º Que dentro dessa legua esta o Salto Avanhandava, que como ponto militar é de muita importancia, e deve ser cuidado quanto antes; 4º Que tambem esta dentro da dita legua o Ribeirão Ferreira que offerece

boa localidade para uma povoação, pelo que merece igual cuidado, servindo desde já de Arraial da Colonia; 5º Ser necessario criar uma repartição fiscal para arrecadar os rendimentos publicos que desde já pode javer na colonia conforme marcar o regulamento interno; 6º finalmente. Que a prosperidade deste certão está bem perto e só depende de um pouco de sacrificio pecuniario do Governo Imperial.

Necessidade mais urgente da Colonia

Pessoal

Nomeação de um official subalterno do Exercito para Ajudante do Director.
" de um official inferior para escrivão.
" de cinco praças de pret para completar o numero de 12 colonos da 1ª classe que marca o Regulamento.
Engajamento de desoito estafetas para completar o nº de 20 colonos da 4ª classe exigida no regulamento para o serviço do correio.
Contratar um carpinteiro habil para servir de mestre das obras da colonia.
" um pedreiro habil para servir de contra mestre.
" sete officiaes de carpinteiro.
" oito serventes.

Construção de Obras

Tres ranchos cobertos de telha, sendo um no Arraial da Colonia para abrigo dos trabalhadores e deposito de madeiras, os outros dois nos portos de cima e abaixo do Salto Avanhandava para abrigo das cargas dos combois.
Dois valos no mesmo salto para esgotos de aguas estagnadas.
Um quartel fechado com acomodação para os empregados da Colonia e mais necessidades do serviço.
Uma Capella para officios divinos.
Um cemiterio com divisão interna para catholicos e protestantes.

N.B. Os dois valos para esgotos, devem ser na parte superior do Salto Avanhandava, um para dar esgoto as aguas pluviaes que ficão estagnadas na proximidade do dito Salto e que muito concorrem para as febres intermitentes serem ahi mais frequentes do que em outros lugares, e servir ao mesmo tempo de lemite do destricto da Colonia pelo lado do Nascente; o outro valo mais abaixo do a cima mencionado, não so para dar tambem sahida as aguas das chuvas como para receber em si as canoas e facilitar a varação das monções; para o que precisa-se de dois [canos] de eixo fixo com duas rodas, e desesseis juntas de bois (32) para o serviço dos [canos].

Ultimadas as obras a cima mencionadas estará não so deffinitivamente estabelecida a Colonia Militar, como preparada a futura Villa, que talves não leve mais que uma desena de annos para entrar convenientemente no goso de seus direitos [sevis] (civis).

Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava. 15 de Novembro de 1861.

Manoel Giraldo do Carmos Barros.
Capitão, Director da Colonia.[515]

[515] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 15/11/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

Quadro 6: “Mappa demonstrativo do pessoal da colônia em 15 de novembro de 1861”.

Colonia Militar Avanhandava ***Mappa demonstrativo do pessoal da dita Colonia com as alterações occorridas desde 20 de Fevereiro de 1860 até 15 de Novembro de 1861***												
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 15 de Novembro de 1861		***Empregados***					***Colonos***					***Total***
		Director	***Cyrurgião***	***Capellão***	***Escrivão***	***Pessoas de familia***	***Da 1ª Classe***	***Da 2ª Dita***	***Da 3ª Dita***	***Da 4ª Dita***	***Pessoas de familia***	
Augmentou	***Por entrarem para este certão em Fevereiro de 1860***	***1***		***1***	***1***	***1***	***8***		***13***		***9***	***34***
	Por entrarem para a Colonia depois de Fevereiro de 1860		***1***						***9***		***33***	***43***
	Por terem nascido na Colonia										***2***	***2***
	Somma	***1***	***1***	***1***	***1***	***1***	***8***		***22***		***44***	***79***
Diminuio	***Por sahirem da Colonia***								***1***		***5***	***8***
	Por fallecerem				***1***		***1***		***4***		***2***	***8***
	Somma				***1***		***1***		***5***		***7***	***14***
Existem presentes		***1***	***1***	***1***		***1***	***7***		***15***	***2***	***37***	***65***
N. B. Dois dos Colonos da 3ª Classe pasarão para Colonos da 4ª Classe ***Manoel Giraldo do Carmo Barro Capitão Director da Colonia***												

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 15/11/1861, elaboração do autor.

3.4.3 A segunda planta para a colônia

Como já dito anteriormente, a primeira planta fora submetida à aprovação do presidente da província. Foi elaboração *a priori*, concepção que se desejava implantar. Provavelmente esta planta sequer chegara às mãos de João Jacinto de Mendonça, então presidente da província de São Paulo. Ao passar pelo chefe da 3ª seção da Secretaria do Governo, este a impediu de prosseguir; a planta foi invalidada, não foi aceita. Sem o assentimento positivo do chefe da seção ela não seria levada adiante. A Secretaria fizera exigências para que o diretor alterasse a planta, e após fazer tais modificações, enviasse novamente para a validação. Dessa maneira, as figuras abaixo (76 e 77, próximas páginas) representam a segunda planta feita pelo diretor depois de realizar as mudanças necessárias, exigidas pelo governo provincial.

Aqui pode-se observar algo que foi defendido anteriormente, quando abordamos a questão dos códigos de postura: a necessidade que o governo imperial tinha em fazer-se presente nas regiões consideradas longínquas. A vontade de estabelecer-se como poder, como dominador dos costumes, das posturas sociais – refletidas no futuro espaço "urbano" da colônia. A intenção de trazer ordem e "civilização" para lugares ermos, onde:

> Ali, desconhecendo completamente o menor vislumbre de sujeição, vivem ellas [familias] sob um codigo especial, baseado no direito do mais forte, e na justiça de seus bacamartes. As dissenções, por causa dos limites das suppostas propriedades, acabão sempre por assassinatos, saques, e depredações reciprocas. Os indigenas, que ás vezes atacão seus estabelecimentos, originão tambem selvagens carnificinas de parte a parte. Se a isso se ajuntar a existencia de alguns quilombos de negros fugidos, sempre em guerra com os sertanejos, e com os bugres, ver-se-ha que aquelles lugares estão entregues a uma barbaria mais prejudicial, e anachronica, do que o estado selvagem dos primitivos filhos de nossos bosques.[516]

A partir de meados do século XIX a ânsia ao processo de mapeamento de tais áreas aumentou, fazendo com que esse desejo alcançasse tal importância para transformar-se em verdadeira política governamental. As intenções dessa política, o reconhecer, o controlar, o mapear, estavam relacionadas às necessidades de legitimação do poder imperial. A planta voltar às mãos do diretor para ser refeita, para ser adequada, representa o dever de se apresentar como compatível às regras da província, às posturas, aos "bons costumes", às teorias médicas higienistas mais recentes; representa, portanto, manifestação do controle imperial sobre o território.

[516] AZEVEDO, 1858, p. 45.

Figura 76: “Planta Topographica do Arraial da Colonia Militar Avanhandava, 16 de novembro de 1861.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 16/11/1861. Fotografia do autor, 2018.

Lê-se:

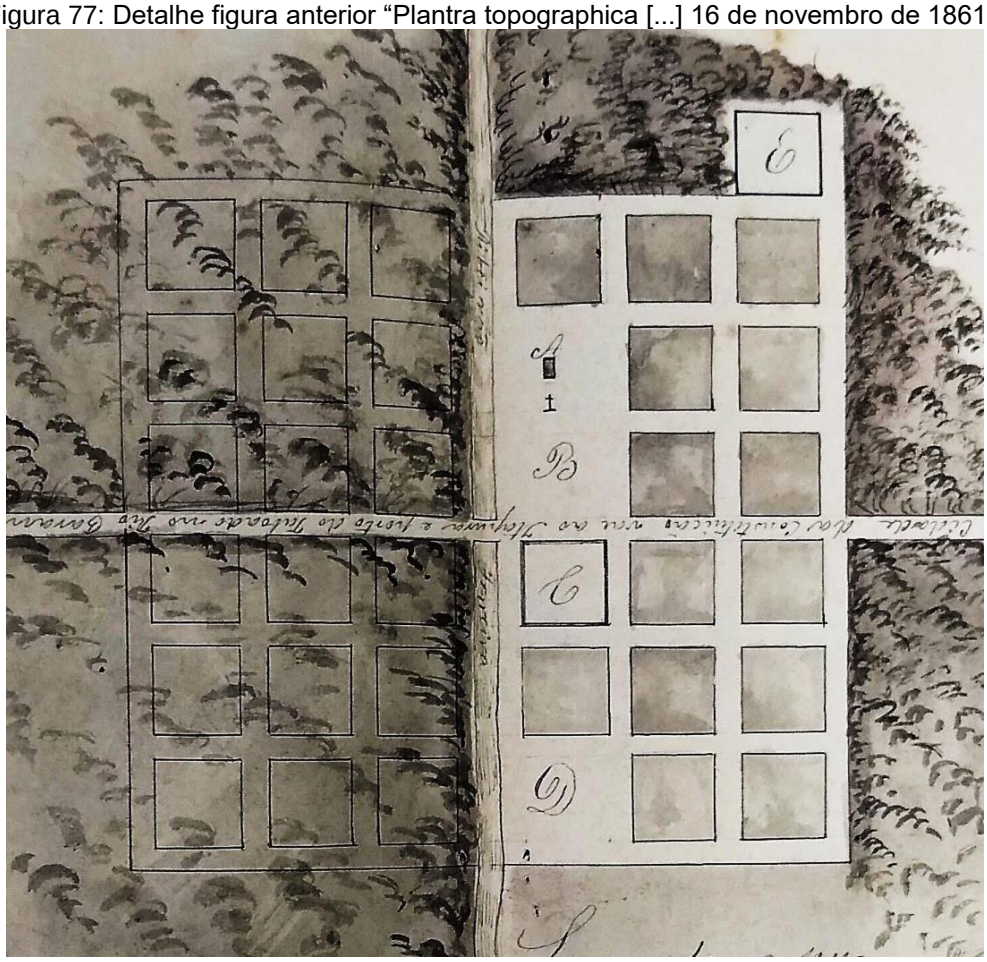
Planta Topographica do Arraial da Colonia Militar Avanhandava que se esta estabelecendo sobre o Ribeirão Ferreira na margem direita do Rio Tiete a baixo do Salto Avanhandava 2500 braças pouco mais ou menos.

Lê-se:

A. Capella
B. Praça
C. Quartel
D. Mercado.
E. Cemiterio

As ruas tem 100 palmos de largura.
As quadras para casas de 400 palmos em cada face.
O Ribeirão Ferreira que mais ou menos corre de Norte a Sul, e a estrada da Cidade da Constituição ao Itapura e porto do Taboado no Rio Parana que leva a direção de [Leste] a [Oeste] devidem o Arraial em quatro bairros.
Os dois bairros que ficão a Leste estão sendo discortinados para poderem ser habitados.

Figura 77: Detalhe figura anterior “Plantra topographica [...] 16 de novembro de 1861.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 16/11/1861. Fotografia do autor, 2018.

O ofício abaixo apresentava a segunda planta para consideração do governo:

Devolvo a V.Ex^{cia}. o projecto de Planta Topographica do Arraial desta Colonia que com officio de V.Ex^{cia}. datado de 14 de [8^{brº}] chegou a meu poder a 8 deste correte mez; hindo igualmente outro projecto de planta topográfica com as alterações mandadas fazer por V.Ex^{cia}., para que digne se determinar o que for servido.
Deos Guarde á V.Excia.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 16 de Novembro de 1861.[517]

Os comentários e exigências do chefe da 3ª seção em relação à primeira planta feita pelo diretor foram os seguintes:

3ª Secção

O Director da Colonia do Avanhandava [partecipa] no presente [Off.] ter começado o descortinamento do local, que julga adaptado para o estabelecimento da séde da mesma Colonia, apresentando uma planta topográfica do futuro Arraial, que sugeita a approvação da Presidencia.

Esta Secção na deficiencia completa de conhecimentos profissionaes, julga-se [inhabilitada] a analysar e a [apreciar] devidamente a posicção escolhida p.ª a [collocação] do dito Arraial. Limita-se por tanto a fazer apenas algumas refleções que lhe parecem convenientes.

Os largos ou as praças, alem de embelesarem as povoações, prestão [summae] utilidade: são os lugares apropriados para os ajuntamentos de povo ou tropa em dias festivos, e para nelles

[517] APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 16/11/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

se construirem edificios publicos e religiosos, praças de commercio. Entretanto na planta não se encontra descripto um só largo ou praça!

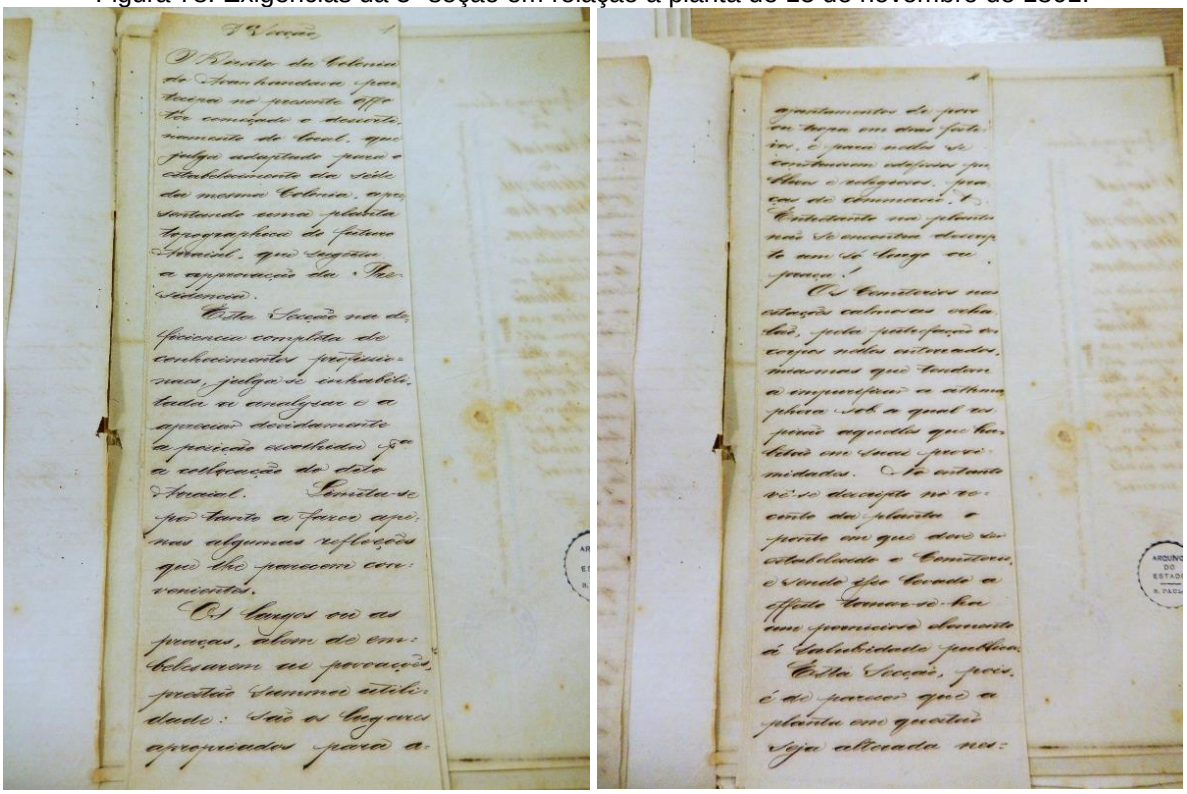
Os cemiterios nas estações calorosas [echalão], pela putrefação dos corpos nelles enterrados, miasmas que tendem a impurificar a athmosphera sob a qual respirão aquelles que habitão em suas proximidades. No entanto vê-se descripto no [recinto] da planta o ponto em que deve ser estabelecido o Cemiterio, e sendo [isso] levado a effeito tornar-se-ha um pernicioso elemento á salubridade publica.

Esta Secção, pois, é de [parecer] que a planta em questão seja alterada nesses [does] pontos = comprehendendo largos ou praças no centro da povoação projetada, e determinando em alguma distancia della o local em que deva ser assentado o Cemitério.

3ª Secção 8 de Outubro de 1861.
N. L. [Bellegarde].[518]

A título de esclarecimento e ilustração, as considerações aparecem em pequenas tiras de papel com aproximadamente 10 cm de largura, anexado ao documento principal. Ver figura a seguir:

Figura 78: Exigências da 3ª seção em relação à planta de 15 de novembro de 1861.



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 08/10/1861. Fotografia do autor, 2018.

[518] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 08/10/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

Desta forma, a nova planta apresenta importantes diferenças se comparada com a primeira. Destacaremos quatro pontos.

1. De início, acatando às sugestões, a primeira mudança realizada foi deslocar o quartel uma quadra ao sul; abrindo lugar para a implantação de uma praça (ou largo), com dimensão de 400x400 palmos (88x88 metros). Ora, a frase enfática de Bellegarde *"na planta não se encontra descripto um só largo ou praça!"*[519] indicava algo que realmente estava faltando. Assim, um novo espaço é conformado. Ao mover o quartel, estabelecer a praça, e implantar a capela (que anteriormente estava junto ao cemitério) – a tríade igreja/praça/quartel ocupa agora lugar privilegiado no ponto central de toda a quadrícula da colônia. Local nobre por excelência, diferenciado do restante.

O conjunto das três entidades determina assim um espaço religioso, mas também cívico e militar. Religioso e cívico, pois, como regra geral de nossas povoações – largos, pátios, rossios e terreiros garantiam área mais generosa à sua frente e espaço mais condizente com a importância do edifício sagrado; e pelo seu destaque e proporção, acolhiam da mesma maneira as atividades mundanas, como as de lazer, recreação, a venda e a troca, assim como caráter político e militar.[520]

> A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira típica e marcante, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destaca, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia seus frequentadores.[521]

Ainda, os templos e igrejas, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias e nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não a Casa de Câmara e Cadeia; ainda, dependendo da importância da cidade, caso uma capital, agregava outros prédios públicos. Para Marx:

> foi o adro das importantes igrejas das ordens primeira e terceira que abrigou o pelourinho – símbolo do poder público, das instituições e da condição jurídica da povoação autônoma – dignificou o palácio dos vice-reis e monarcas portugueses, dos imperadores, e agora reverencia o sistema republicano.[522]

A presença, o porte, o requinte, e sobretudo a situação privilegiada tornaram estes locais balizas das pequenas e grandes aglomerações. Talvez a comparação mais correta, pelo período histórico, seja a praça de uma possível igreja matriz – quando o xadrez já começava a se impor em meados do XIX, principalmente nas glebas doadas para a formação de patrimônios religiosos no interior paulista. A capela, neste caso, seria construída em local elevado do patrimônio, junto ao largo. Eram indicações antigas, estabelecidas pelas *Constituições primeiras do arcebispado da*

[519] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 08/10/1861.
[520] MARX, 1980.
[521] Ibidem, p. 54.
[522] Ibidem, p. 55.

Bahia[523]*,* que determinavam claramente que o templo deveria estar em lugar "decente, alto, livre de umidade, desviado quando possível de lugares imundos" e com espaço ao redor para as diversas manifestações religiosas, como as procissões, celebrações, e mesmo as quermesses.[524]

Além disso, davam-se no espaço comum e exigiam cenário condizente: o que se apresentava como rica tradição popular, pitoresca manifestação folclórica e intenso sentimento religioso, constituía resquício de algo muito forte: "da estrutura oficial de poder que existiu até muito pouco tempo entre nós, sendo alterada neste aspecto apenas com a proclamação da república".[525] Tais eventos oficiais de feição religiosa pontuavam o calendário anual, o espaço, as áreas comuns, especialmente as urbanas. Eram esses acontecimentos os maiores, que transcendiam inegavelmente o cunho litúrgico e sua função cívica. Para Marx, essa transcendência enriquecia seu significado tanto pela variedade quanto pelo porte, tornavam-se verdadeiros espetáculos de fé como desejava a Igreja e de fidelidade à metrópole, à coroa, ou mesmo posteriormente ao império.[526]

Bem como o civil e o religioso, o poder militar, certamente também estaria presente naquele espaço projetado para a colônia. No âmbito estreito das antigas cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para o exército, manobras, desfiles ou ações de defesa. Ainda, por ser parte solene do projeto do diretor, as tropas de colonos-soldados provavelmente se agrupariam para a marcha, vigília, e outros hábitos. Podemos lembrar enquanto exemplo, como nos informa Marx,[527] do caráter esquecido do Campo de Santana no Rio de Janeiro: suas funções desaparecidas, há tempos, eram a religiosa e militar. Ora, antes de ser rasgado pela construção da Avenida Presidentes Vargas,[528] antes de ser palco da proclamação da República do país,[529] antes do projeto de ajardinamento realizado pelo paisagista francês Glaziou,[530] antes da

[523] MARX, 1989, p. 12.
[524] GHIRARDELLO, 2010, p. 136.
[525] MARX, 1989, p. 62.
[526] Ibidem, p. 62.
[527] MARX, 1980, p. 53.
[528] Inaugurada em 1944, a Av. Presidente Vargas com largura de 90 metros e 4,13km de extensão foi construída com a demolição de mais de 500 edificações, incluindo a sede da Prefeitura, 6 igrejas, além da supressão de 1700m² do Campo de Santana. Ver: DUARTE, Claudia Brack. *Plano de gestão para o Campo de Santana:* subsídios e considerações. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.
[529] Em 15 de novembro de 1889, uma sexta-feira, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte) penetrou no Quartel-General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Calmon, "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro", proclamando a República, à tardinha, através do Decreto nº1 do Governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos Constituintes de 1891. In: BENTO, Cláudio Moreira. O 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro*.* Roteiro Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. 1988-1989.* Disponível em: https://bit.ly/2Sr0LU0. Acesso em: 14 jan. 2020
[530] Parque público projetado pelo paisagista Auguste François Marie Glaziou em 1873, foi inaugurado em 1880 por D. Pedro II.

aclamação do imperador D. Pedro I[531] – o Campo de Santana, por ser considerado adequado às manobras militares, foi escolhido para abrigar o Quartel General da Corte (terreno onde atualmente fica o Palácio Duque de Caxias), construído a mando do príncipe regente D. João VI, recém-chegado com a família real ao Brasil em 1808.[532] Além disso, a primeira denominação "Campo de Santana" originou-se na década de 1750 com a construção da Igreja da irmandade de Santana – confirmando seu caráter religioso. Sendo assim, apesar das transformações ocorridas com o passar do tempo, um exemplar de espaço civil, militar e religioso.

Figura 79a: Esquerda - Igreja de Nossa Senhora de Santana, início do século XIX.
Figura 79b: Direta – Quartel no Campo de Santana, início do século XIX.



Fonte: BURDEN, Christopher. Cego furor homicida. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, n. 18, p. 62-66, abr. 2005.



Fonte: BURDEN, Christopher. Cego furor homicida. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, n. 18, p. 62-66, abr. 2005.

Fonte: PINTO, 2007, p. 109 [533]

[531] A aclamação de D. Pedro I como Imperador Constitucional do Brasil em 1822 ocorrida no Campo, leva à mudança de nome para Campo da Aclamação. As efemérides de inauguração e deposição do regime monárquico aconteceram no Campo de Santana: a Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil e a Proclamação da República. In: DUARTE, 2012.

[532] A chegada da família real havia acarretado um aumento do contingente militar. O Campo passa a ser utilizado para manobras militares. Ali, entre 1811 e 1818 é construído o quartel central. Durante todo o século XIX o local seria utilizado para festejos da nobreza, manifestações populares, além de atividades e festas militares. In: DUARTE, 2012, p. 11.

[533] Figuras retiradas de: PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro:* agentes, personalidades e planos. Dissertação (Mestrado) UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2007, p. 109.

Figura 80: O Campo e a Igreja de Santana em gravura de 1817, Thomas Ender.



Fonte: Acervo da Akademie der Bildenden Künste Wien, Viena, Áustria.[534]

Figura 81: Quartel General do Exército Brasileiro, fotografia de 1894.



Fonte: Juan Gutierrez. Biblioteca Nacional, acervo digital.[535]

[534] Disponível em: https://bit.ly/2H2QRCV. Acesso em: 14 jan. 2020.
[535] Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7469. Acesso em: 14 jan. 2020.

2. Na primeira planta, apesar de escolher o local longe da área central, o diretor desenhara o cemitério na mesma quadra e às costas da capela. Assim, após as exigências da Secretaria do Governo, foi necessário retirá-la das proximidades do cemitério e implantá-la no centro da colônia. Ou seja, o melhor local para o campo sagrado e enterro dos mortos não seria aos fundos do terreno da igreja como demarcara Barros. Como exemplo, vejamos o caso da vila de Santo Antônio de Jacobina, na Província da Bahia, em que o cemitério atrás da capela também não foi bem considerado:

Em fevereiro de 1836, chegaria à Assembleia Provincial o caso da vila de Santo Antônio de Jacobina. O procurador da Câmara acusava a legislatura anterior de, em desobediência à lei, projetar o cemitério da vila nos fundos da igreja matriz. "Esta igreja" denunciava, "está no meio d'uma praça seguida de ruas e o cemitério não só interceptará a vista d'ambas, como demais fora o lugar horroroso". Definia o cemitério como um curral anti-higiênico e antiestético que não eliminaria os "efeitos da putrefação dos corpos".[536]

Logo, segundo Reis,[537] a proibição de enterros nas igrejas e a tranferência de cemitérios para fora das cidades faziam parte do esforço pela criação de um espaço urbano higienicamente concebido. A lei de 1828 tinha como intuito estabelecer a vida civilizada nas cidades do Império e desse objetivo fazia parte a expulsão dos mortos para o mais distante possível. Para os médicos, legisladores e higienistas, a localização ideal do cemitério seria fora do centro urbano, longe das fontes de águas, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não soprassem em direção à cidade.

Geralmente as grandes aglomerações urbanas, como Salvador e Rio de Janeiro, deveriam ter mais de um cemitério, em cujas imediações não se fizessem casas residenciais. Para Manoel Maurício Rebouças, autor da tese contra enterros no interior das igrejas e na época professor da Faculdade de Medicina de Salvador; em torno dos cemitérios se fariam muros de oito a dez pés de altura – os muros altos evitariam o que ocorreu no interior de Minas Gerais, onde um cemitério aberto facilitara a entrada de porcos e outros animais, que devoraram alguns cadáveres, "resultando disso maior infecção do ar que se o antigo costume ainda continuasse".[538] É devido a estas razões que o diretor, acatando novamente às exigências, irá trazer a capela para o centro da colônia, e afastar mais ainda o cemitério – para fora do plano regular de 300x300 braças (660x660 metros) – em consequência dos *"miasmas que tendem a impurificar a athmosohera".*[539]

3. O terceiro ponto a se destacar é a demarcação de um mercado público na nova planta. Isto porque o mercado talvez seja, junto com diversos outros equipamentos, uma forma que marca a separação homem-natureza, ou melhor, o momento em que o homem começa a anunciar outro ritmo: o da troca, compra e venda de produtos. É considerado sistema de intercâmbio de

[536] In: REIS, 1991, p. 289.
[537] Ibidem, p. 289.
[538] In: REIS, J., 1991, p. 260.
[539] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 08/10/1861, documento manuscrito.

mercadorias encontrado em cidades deste a antiguidade, e se até hoje tem continuidade no espaço, deve-se certamente ao fato de poder dialogar com outras formas de comércio.[540] Não caberia aqui explicitarmos a origem e o desenvolvimento do mercado público até a época em questão, meados do século XIX, porém, para tentarmos entender a intenção do diretor serão necessárias rápidas considerações sobre o assunto.

A primeira revolução industrial, de acordo com Benevolo, proporcionou inúmeras alterações que se iniciaram no século XVIII e influenciaram na organização das cidades e do território: o aumento da população foi o principal. Seguidamente, aumentam-se os bens de serviços produzidos pela agricultura, indústria e atividades terciárias; a redistribuição dos habitantes no território; o desenvolvimento dos meios de transporte, etc. [541]

Assim, novos desafios (e certamente novos problemas) estavam colocados para o ambiente urbano. Estas questões levaram à valorização da racionalidade, com a confiança de que era possível corrigir os defeitos e limitações da cidade através de ações calculáveis. Deram-se inicío as primeiras tentativas para melhorá-la com reformas setoriais. É nesse contexto que, de acordo com Silva,[542] ocorre o primeiro impulso de renovação dos mercados públicos, vinculado à aparição de “um novo saber urbano”, pautado pelos ideais iluministas de racionalidade.

Através da organização centralizadora do Estado, novas formas de gestão urbana são produzidas, e tem-se início a “cidade dos equipamentos”. A partir deste momento, mercados, matadouros, escolas, hospitais, museus, estabelecimentos judiciais, e outros, são compreendidos como equipamentos responsáveis pelos serviços públicos; e é assim que no último quartel do século XVIII os primeiros esboços de criação do mercado coberto surgem como um tipo arquitetônico. Ainda segundo o autor,[543] as características mais marcantes na conformação deste tipo são: a busca por localizações centrais na cidade, a separação de produtos de diferentes ramos de atividade e, também, a organização de fluxos.

> Para tal, foi disseminado o modelo de mercado coberto, retirando-se das ruas e das praças o congestionamento, até então característico das cidades. Podemos vincular esta medida às nascentes concepções higienistas, mas também a uma intenção clara de distinção entre espaço público e privado. Outro ponto que não pode ser menosprezado é o papel regulatório e fiscalizador do Estado, e o ganho que os mercados cobertos, delimitados, significavam para maior controle sobre as operações de venda, sobre os produtos e também sobre os comerciantes.[544]

Grande exemplo deste tipo, desta mudança do comércio realizado no espaço da rua (“a céu aberto”), para um edifício “fechado” foi o antigo Mercado Público da Candelária, o primeiro na

---

[540] PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfose de um espaço na história urbana. In: *Revista Cidades*, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 3, n. 5, 2006.
[541] BENEVOLO, 2019, p. 656-658.
[542] SILVA, Diego Vernille da. *Mercados Públicos em São Paulo:* arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, 2017.
[543] SILVA, D., 2017.
[544] Ibidem, p. 45.

cidade do Rio de Janeiro. A venda de mercadorias na capital do império e o abastecimento de alimentos, no início do século XIX, eram feitos através de comércio informal, nas ruas e praças públicas. Nas imediações do Largo do Paço (próximo a Praça XV de Novembro e Rua da Alfândega) já se observava um demonstrativo de barracas para a venda de peixes e víveres, frenquentado pelos escravos, vendedores ambulantes, pescadores e portugueses mercantes pouco abastados. O comércio dava-se em barracas de construção simples, compostas por quatro esteios retos e coberturas de folhas de bananeira, eram armadas de manhã e desarmadas à noite.[545]

Desse modo, tendo em vista a precariedade, a falta de higiene e a forma como os diversos gêneros alimentícios eram vendidos na cidade nas duas primeiras décadas do século XIX, em 1834, a Câmara Municipal solicitou que fosse construído um mercado público adequado para as atividades realizadas ali. O Mercado da Candelária (antecessor do Mercado Municipal Praça XV), localizado na área central da cidade, veio a ser edificado com o intuito de atender a anseios estéticos, sanitários e segregadores, característico do início do processo de modernização ocorrente no Rio de Janeiro. Projetado pelo renomado arquiteto Grandjean de Montigny com planta quadrada de 5.187m², sua construção em alvenaria de tijolos foi planejada em 1834 e inaugurada em 1841.[546]

> Por este ter sido provavelmente o primeiro mercado público construído no Brasil após a legislação de 1828, levanta-se a hipótese de que no Brasil o mesmo tenha servido como modelo para a construção de outros mercados públicos abertos, com pátio interno, principalmente na segunda metade do século XIX, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em algumas cidades Paulistas.[547]

[545] MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113. Acesso em: 03 fev. 2020.

[546] FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. / *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

[547] MURILHA; SALGADO, 2011.

Figura 82: Mercado da Candelária (RJ), fotografia final do século XIX começo do XX.



Fonte: Jornal Diário do Rio, disponível em: https://bit.ly/2w6wwdL. Acesso em: 21 fev. 2020

Como mencionado anteriormente, o primeiro impulso de estruturação de redes de mercado foi a tentativa de retirar o comércio existente nos espaços públicos a céu aberto, geralmente mal organizados, considerados anti-higiênicos, para o ediíficio “fechado”, utilizando às vezes construções preexistentes reconfigurados como mercados. Já a segunda onda de expansão teve como principal característica a introdução do ferro na sua construção, que embora tenha na Grã-Bretanha a sua origem, foi em Paris na segunda metade do século XIX que se definiu como “modelo”[548].

Segundo Silva, a grande influência inglesa sobre o Brasil, à época, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, capital do império, e posteriormente São Paulo (com o avanço da cafeicultura e o advento das ferroviais), a política de apoio à construção de mercados públicos chega ao Brasil em meados deste mesmo século, que começa com edifícios construídos em alvenaria, como foi visto, e recebendo depois exemplares metálicos. Ainda de acordo o autor, os mercados metálicos principiaram no país apenas no último quartel do século XIX, com o Mercado de São José, no Recife, inaugurado em 1875. Belém e Manaus são exemplos de outras cidades com importantes exemplares desta tipologia, financiada pela extração de látex da seringueira e comercialização da borracha; contudo, o maior mercado metálico do Brasil já não existe, tratava-

[548] Foi na Paris pós-liberal de Haussmann que se observou o fortalecimento dos Les Halles como modelo de mercado público, posteriormente disseminado para o restante da Europa, e outras partes do globo. Os mercados estavam enquadrados na série de transformações levadas a cabo por Haussmann, num contexto de ampliação das redes de serviços secundários da cidade, junto aos hospitais, escolas, prisões, parques públicos, etc. (SILVA, D., 2017, p. 46).

se do Mercado Municipal da Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro inaugurado em 1907 e cuja área de 12.500m² era equivalente a quatro vezes a do mercado São José.[549]

Porém, qual seria a ideia de "Mercado" elaborado pelo diretor Barros, em 1861, para uma colônia militar no interior da província paulista, que ficava a 12 dias de penosa viagem saindo de Piracicaba, por meio de canoas, através do rio Tietê (imaginemos assim, a distância até a capital)? Lembrando que é apenas em 1867 que São Paulo recebe aquilo que Taunay, citado por Silva, definiu como "a primeira praça de mercado digna deste nome de que a cidade dispôs." [550] Foi justamente neste ano que se inaugurou a estrada de ferro São Paulo Railway Company ligando o planalto ao litoral. Os mercados vão ganhar assim a conformação de recintos fechados, e serão tratados como equipamentos públicos. O primeiro exemplar desse período é o Mercado 25 de Março, que posteriormente ganhou anexos, o Mercado dos Caipiras e o Mercado de Peixes, situados nas proximidades do Rio Tamanduateí. O projeto do mercado foi desenvolvido pelo engenheiro inglês Newton Bennaton, e tratava-se de planta bastante simples. Consistia num pavilhão alongado, formado por 35 arcos plenos, sendo que destes, 33 se abriam para um pátio (a praça de mercado).[551]

Figura 83: Mercado 25 de Março, em 1870.



Fonte: SILVA, 2017, p. 102 – Casa da Imagem, São Paulo.

> Não há necessidade de duvidar de que o mercado apareceu inicialmente para regular a troca local, muito antes que qualquer "economia de mercado", baseada em transações tendo em vista um lucro monetário e a acumulação de capital privado, viesse a existir. Se essas alusões ao mercado podem ser tomadas

[549] SILVA, D. 2017, p. 48
[550] Ibidem, p. 100.
[551] Ibidem, p. 100.

> seguramente como indicações de um uso mais geral, as duas formas clássicas do mercado, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C., a mais tardar.[552]

A partir dos dizeres de Mumford nos perguntamos novamente – qual era a intenção de estabelecer um mercado na colônia? Gostaria Barros de um espaço descomprometido, frequentado por todos, o ir e vir de futuros mercantes em praça a céu aberto onde a troca e venda poderia acontecer livremente? Prefereria o diretor ordenar pequenas barracas de madeira, coberta de telhas, um lado para os pescadores do Tietê, outro para os gêneros alimentícios e víveres, mas ainda com certa liberdade de configuração? Ou mesmo, imaginaria algo mais definido, um grande edifício com pátio interno, provavelmente de alvenaria, com controle de fluxos, organização das cargas e classificação por setores? Pensando como capitão do exército, decerto seria forma de centralizar o comércio num determinado lugar, facilitando o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos, além de provavelmente estabelecer impostos.

Infelizmente não encontramos ofiício em que o diretor descreve seus objetivos para com o mercado. Pode-se dizer ainda, que a ideia de implantá-lo na área da colônia se justificaria por diversos motivos: a possibilidade de escoamento da produção efetivada ao redor pelos colonos, as dificuldades de acesso, o deslocamento de grandes distâncias, a necessidade de troca, a dependência de certas mercadorias, e a importância que o local representava para o abastecimento da futura cidade e da sua região de abrangência. Em 1861, ano em que a planta foi elaborada, nem mesmo a capital da província tinha um edifício que poderia ser considerado como mercado público – havia locais de comércio já consolidados, praças, etc; mas não uma construção estabelecida exclusivamente para esta finalidade. Assim, parece-nos que mercado público era mais um indicador do anseio que se tinha ao conceber a colônia militar.

4. Caso comparássemos as duas plantas para a colônia militar, lado a lado, grande diferença se apresentará. No primeiro desenho acha-se representada unicamente a quadrícula de 300x300 braças. Não há menção dos elementos em seu entorno, somente a presença da mata. As duas referências são: o Ribeirão Ferreira e a Estrada que vai de Piracicaba ao Porto do Taboado. Somente com essas informações, não sabemos de fato a localização do Arraial.

Com a segunda planta isso se distingue. Aqui, o diretor referencia o Arraial da colônia em relação ao rio Tietê. O intuito era demonstrar que o novo estabelecimento implantaria-se próximo àquele grande rio, por onde a maioria das comunicações chegavam. Dessa maneira, a conexão e dependência entre a colônia militar, o Ribeirão Ferreira e o Tietê é apresentada graficamente no desenho.

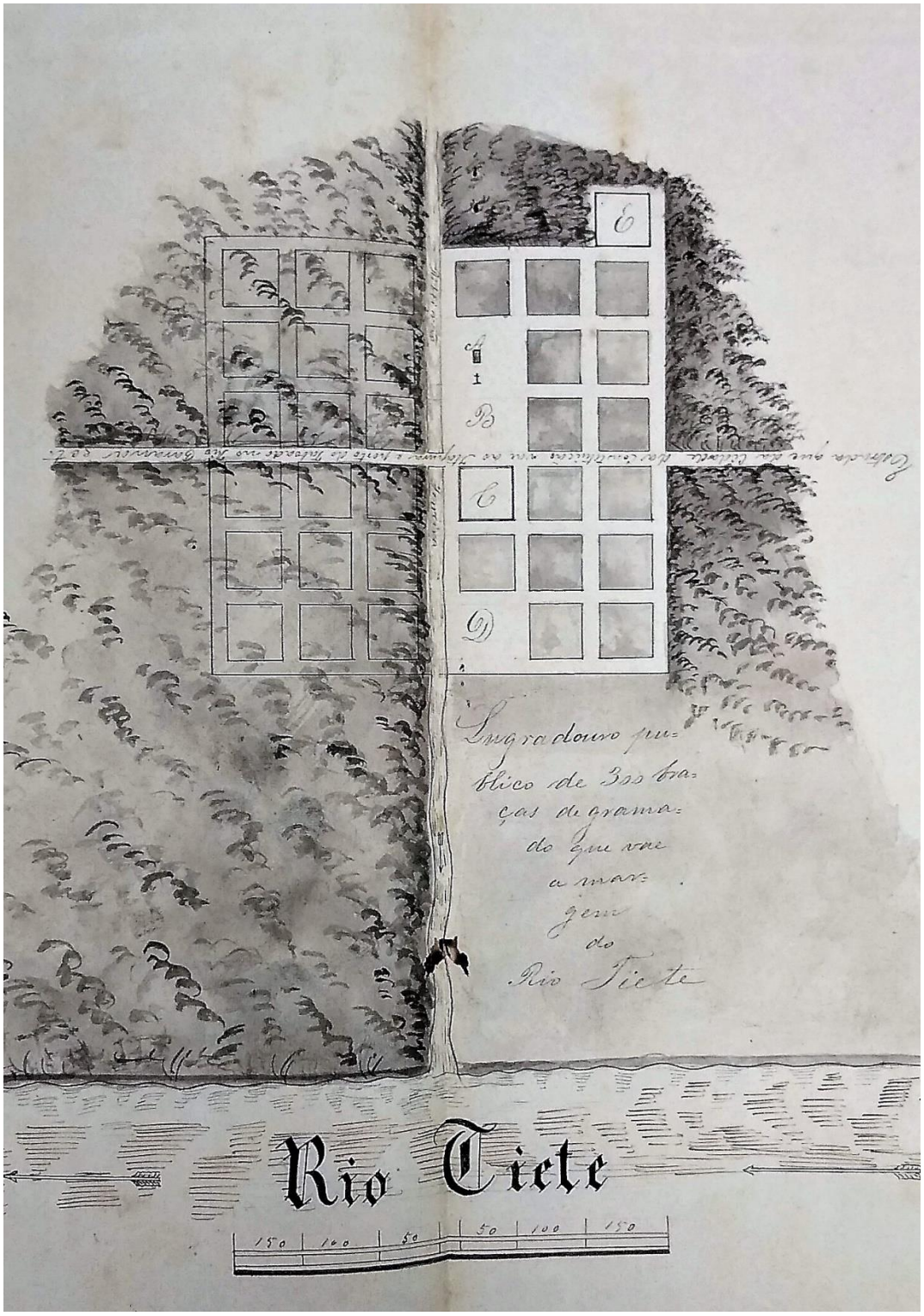
---

[552] MUMFORD, 1982, p. 85.

Destaca-se também a presença, ao sul, do *"Logradouro publico de 300 braças de gramado que vae a margem do Rio Tietê"* (ver figura a seguir). Provavelmente, este espaço foi desmatado para dar fácil e desembaraçado acesso ao lado direito do Tietê. Leva-se em consideração o aspecto militar do posicionamento, era preciso ter visão daqueles que transitavam via fluvial e tinham o Salto do Avanhandava como obstáculo, distante menos de uma légua dali (2500 braças, 5500 metros, de acordo com o diretor).

Entretanto, o diretor não descreve o objetivo de tal logradouro. O que se faria ali? Não seria de todo errado, supormos que fosse utilizado para exercícios militares extramuros. Com o aumento da população e da quantidade de praças do exército, eventualmente, seria necessário ter amplo espaço para tais atividades. Ainda, possivelmente, os primeiros lotes rurais poderiam ser distribuídos naquele local, próximos ao ambiente "urbano", e talvez mais fáceis de serem demarcados por apresentarem como limite o próprio rio ao sul. De fato, a presença deste grande descampado é algo intrigante que se difere na segunda planta.

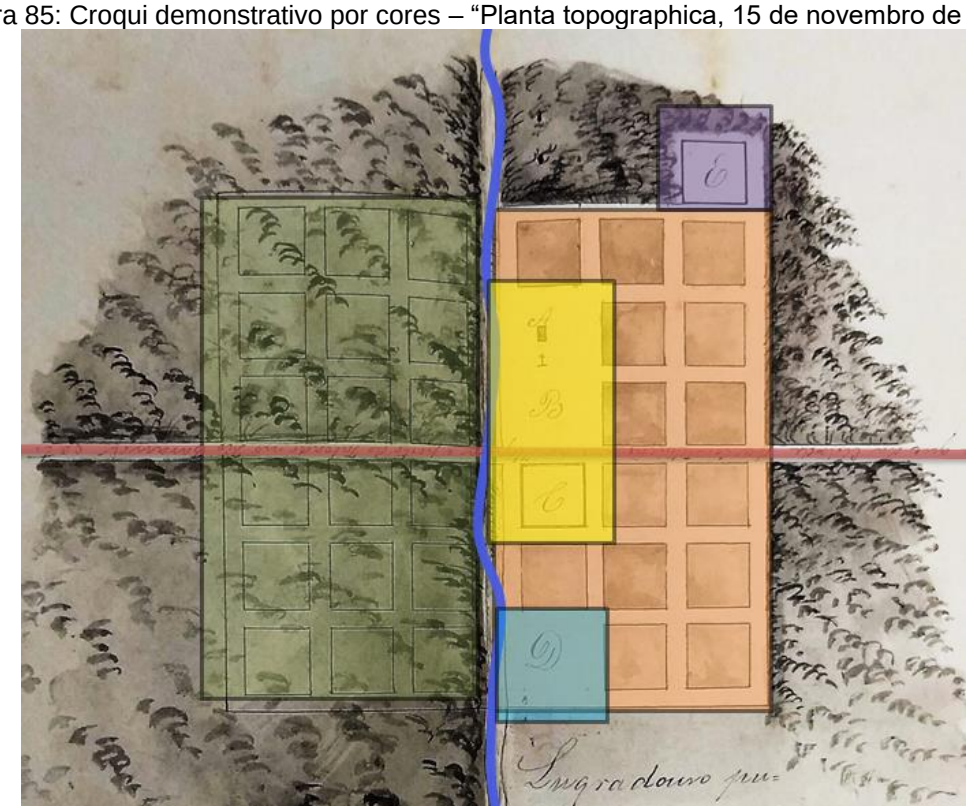
Figura 84: Detalhe segunda planta para a Colônia Militar Avanhandava. Notar “logradouro público [...]” ao sul.



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 16/11/1861. Fotografia do autor, 2018.

Dessa maneira, para resumirem-se as intenções do diretor com o projeto para a colônia militar, faremos uma síntese com a apresentação da figura abaixo:

Figura 85: Croqui demonstrativo por cores – “Planta topographica, 15 de novembro de 1861”.



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 16/11/1861. Elaboração do autor 2020.

Legenda:

Ribeirão Ferreira – representa o eixo *cardo,* norte-sul;

“Estrada que vai da cidade da Constituição [...]” – representa o eixo *decumanus,* leste-oeste;

Dois “bairros que estão sendo descortinados” – ou seja, os primeiros bairros a serem ocupados seriam estes;

Dois bairros que foram projetados, mas ainda eram matas – futuramente seriam abertos para o povoamento;

Igreja/Praça/Quartel – espaço mais importante, nobre, ao centro da colônia;

Mercado;

Cemitério – posicionado fora do traçado 300x300 braças.

Além das exigências referentes à distribuição dos edifícios na planta da colônia, o chefe da 3ª seção (Bellegarde), em outro aviso ao diretor declara que era necessária a elaboração de orçamento detalhado, juntamente com a planta de cada obra a se construir. Seguindo tais ordenações, Barros faz os orçamentos do quartel, cemitério (protestante e católico) e capela[553].

[553] Optamos por colocar os orçamentos em anexo, ao final do trabalho. Data do documento: 17/11/1861.

Como a planta do quartel já havia sido feita, somente faltava um desenho específico do novo cemitério – que já não tinha a capela conjugada em seu terreno – e outro somente do templo religioso – estabelecido agora para o centro da colônia. Vejamos o ofício 172 que descreve os novos desenhos executados, os pedidos do diretor para construir um engenho de serrar madeira, olaria para telhas e tijolos, além da tentativa de contratar um "mestre de obras" da cidade de Constituição:

[Officio] Numero 172 *Ilmº e Exmº Senr.*

Satisfasendo a determinação de V. Ex^cia^. constante do officio de 14 de outubro em que me ordena a remessa dos orçamentos da dispesa provavil que seja preciso para construcção do Quartel, Capella e Cemiterios desta Colonia, tenho a honra de apresentar a V. Ex^cia^. os tres inclusos orçamentos, hindo os da Capella e Cemiterios acompanhados de novas plantas por ter sido preciso separar as que acompanharão o meu officio de 5 de Julho sob nº 135, pelas alterações que fiz na Planta Topographica do Arraial da Colonia como consta do meu officio de hontem datado sob nº 171. – Permita-me V. Ex^cia^. que eu diga o que sinto a respeito de taes obras. – Se o Governo Imperial mandar montar engenho de serrar madeira, olaria para telhas e tijolos; ordenar a compra de carros e bois; e mandar vir colonos europeos para serventes dessa machina de construcção, eu continuo a pensar que as obras propostas serão feitas com a terça parte do que ora esta orçado, fora a mão d'obra, e esta mesma muito diminuirá com a vinda de colonos estrangeiros, os quaes alem de poderem ser contractados mais enconta doque os nacionaes, se estabelecerão neste certão nas terras que adquirirem. Ainda depois de concluida a edificação que o Governo julgar conveniente o engenho de serrar madeira, a olaria, o carro e bois podem continuar a funcionar com bom resultado para o Governo e para os que se quiserem delles utilizar: Assim pois peço a V. Ex^cia^. digne-se attender estas minhas toscas expressões. – Eu me vejo só e só, sem instrucção presa para bem desempenhar certos serviços, por isso se é oneroso a vinda de um engenheiro a este lugar ao menos seja contractada uma pessoa habilitada pela pratica para levar a effeito essas obras, e eu ter de menos alguns dos muitos embaraços em que me vejo, como o de faser orçamentos de obras que nunca vi faser, sem ter uma pessoa entendida que me coadjuve.

Conheço na Cidade da Constituição um carpinteiro de nome Francicsco Alves Lobo que dizem-me ser bom mestre, não simplesmente de carpinteiro mas também de outras obras; dirigi-me a elle, e a resposta não foi desanimadoura, com quanto um pouco [desarrazoada?] , mas persuado-me que se V. Ex^cia^. encarregar alguma pessoa para tratar com elle ou com outro que seja habilitado elle chegará a uma convenção possivel.

Deos Guarde a V. Ex^cia^.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 17 de Novembro de 1861.[554]

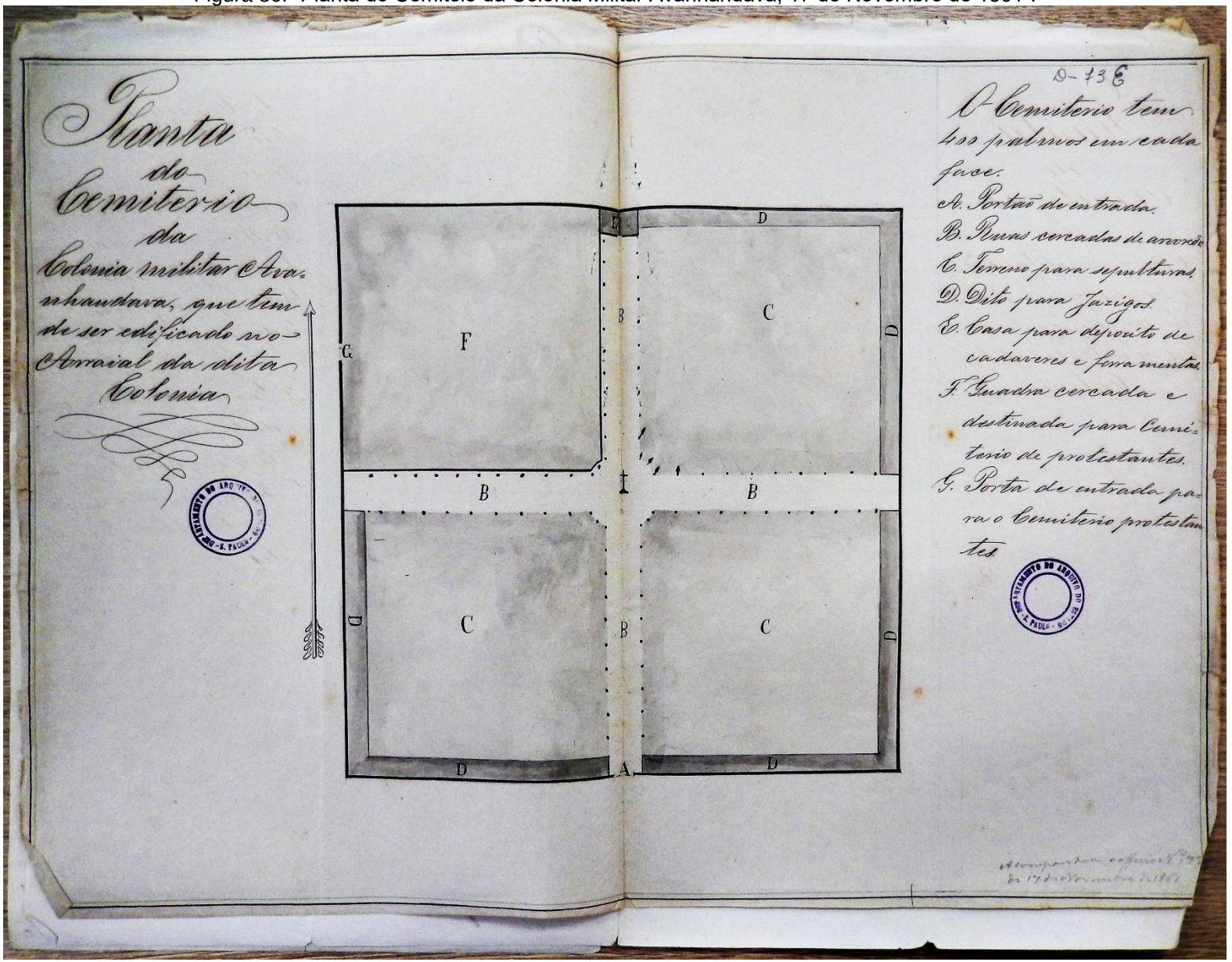
A figura abaixo apresenta a nova planta do cemitério, após as alterações:

[554] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 17/11/1861, documento manuscrito (grifo nosso).

Figura 86: “Planta do Cemiteio da Colonia Militar Avanhandava, 17 de Novembro de 1861”.

Lê-se:

Planta do Cemiterio da Colonia Militar Avanhandava, que tem de ser edificado no Arraial da dita Colonia.



APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 17/11/1861. Fotografia do autor, 2018.

Lê-se:

O Cemiterio tem 400 palmos em cada face.
A. Portão de entrada.
B. Ruas cercadas de arvoredo
C. Terreno para sepulturas
D. Dito para jazigos
E. Casa para deposito de cadaveres e ferramentas
F. Quadra cercada e destinada para Cemiterio de protestantes
G. Porta de entrada para o Cemiterio protestantes.

Com este novo desenho bem estruturado, possivelmente Barros conseguiria a aprovação da Secretaria de Estado. Primeiro, a separação do cemitério dos protestantes, conformando aproximadamente um quadrado de 200x200 braças (440x440 metros) com entrada própria (letra G) e cercado por muros.[555] A entrada do cemitério católico dá-se pelo portão sul (letra A), seguido pelo arborizado corredor norte-sul, e posteriormente, cruzado pelo eixo leste-oeste. Ao centro, certamente demonstrando o zelo do diretor, o cruzeiro é implatado sobre pequena região circular com árvores ao seu redor. Mais ao fundo a casa para depósito de cadáveres e ferramentas.

Para Rebouças, médico e professor na Faculdade de Medicina de Salvador, citado anteriormente, além de murados, os novos cemitérios deviam ser cercados por árvores que purificassem o ar ambiente. Estas também serviriam para adornar sobriamente a "morada da morte". Alguns renovadores especificavam o plantio de ciprestes, outros sugeriam jardins floridos. Os vegetais, escreveu Rebouças "aumentam a impressão melancólica que nasce ao aspecto dos túmulos, e purificam o ar que se respira ao pé deles, e nas circunvizinhanças".[556] Continua Reis descrevendo que, na organização interna, os novos cemitérios seriam construídos segundo especificacões técnicas – a profundidade das covas seria de sete pés, mantendo-se distância conveniente entre elas, e o período de dois em dois anos deveria separar um enterro do outro numa mesma sepultura, dependendo do solo.

Assim, o médico considerava-se como "herói da civilização", que tinha como objetivo tornar o Brasil um país policiado, higienizado, expurgando os comportamentos "insalubres":

> A lista de maus hábitos era grande e variada: a disposição de lixo nas vias públicas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a indisposição para exercícios físicos e para higiene pessoal. Na verdade, os médicos propunham uma verdadeira revolução cultural. Para alcançá-la, preconizavam a reorganização e racionalização de algumas instituições básicas, como as prisões, hospitais, escolas e cemitérios, todas vistas como causadoras de doenças físicas e morais. [...] A criação do homem higiênico seria o objetivo de um trabalho pedagógico permanente. Para isso, os médicos se organizaram com eficiência surpreendente.[557]

Para o autor, a ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano – que foi defendido por médicos, e posteriormente por engenheiros higienistas – denota a preocupação em "civilizar o império". "Urbano, aliás, significava civilizado."[558] A construção de cemitérios que substituíssem as igrejas como locais de sepultamento fazia parte desse projeto liberal, civilizatório e higienizador.[559]

Com efeito, caso atentarmos para a planta, é possível distinguir duas regiões diferentes: representadas pelas letras C ("terreno para sepulturas") e D ("terreno para jazigos"). Dessa

[555] O diretor Barros ainda deixa claro que os muros serão de 8 palmos de altura (1,76m) e cobertos com telhas.
[556] REBOUÇAS (1832), citado por REIS, 1991, p. 260.
[557] REIS, 1991, p. 249.
[558] Ibidem, p. 276.
[559] Ibidem, p. 276.

maneira, poderíamos presumir que o diretor estabelecera diferentes tipos de sepultamento. A área delimitada pela letra D, que percorre quase todo o perímetro interno junto aos muros, e supondo também pela sua largura, talvez fosse local destinado para o sepultamento em gavetas verticais. Como exemplo, um dos cemitérios com esse tipo de sepultura foi construído entre 1831 e 1838[560] ao lado da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (MG):

Figura 87: Cemitério São Francisco de Assis, Ouro Preto.



Fonte: https://bit.ly/2wVUoB3. Acesso em 04 mar./2020.

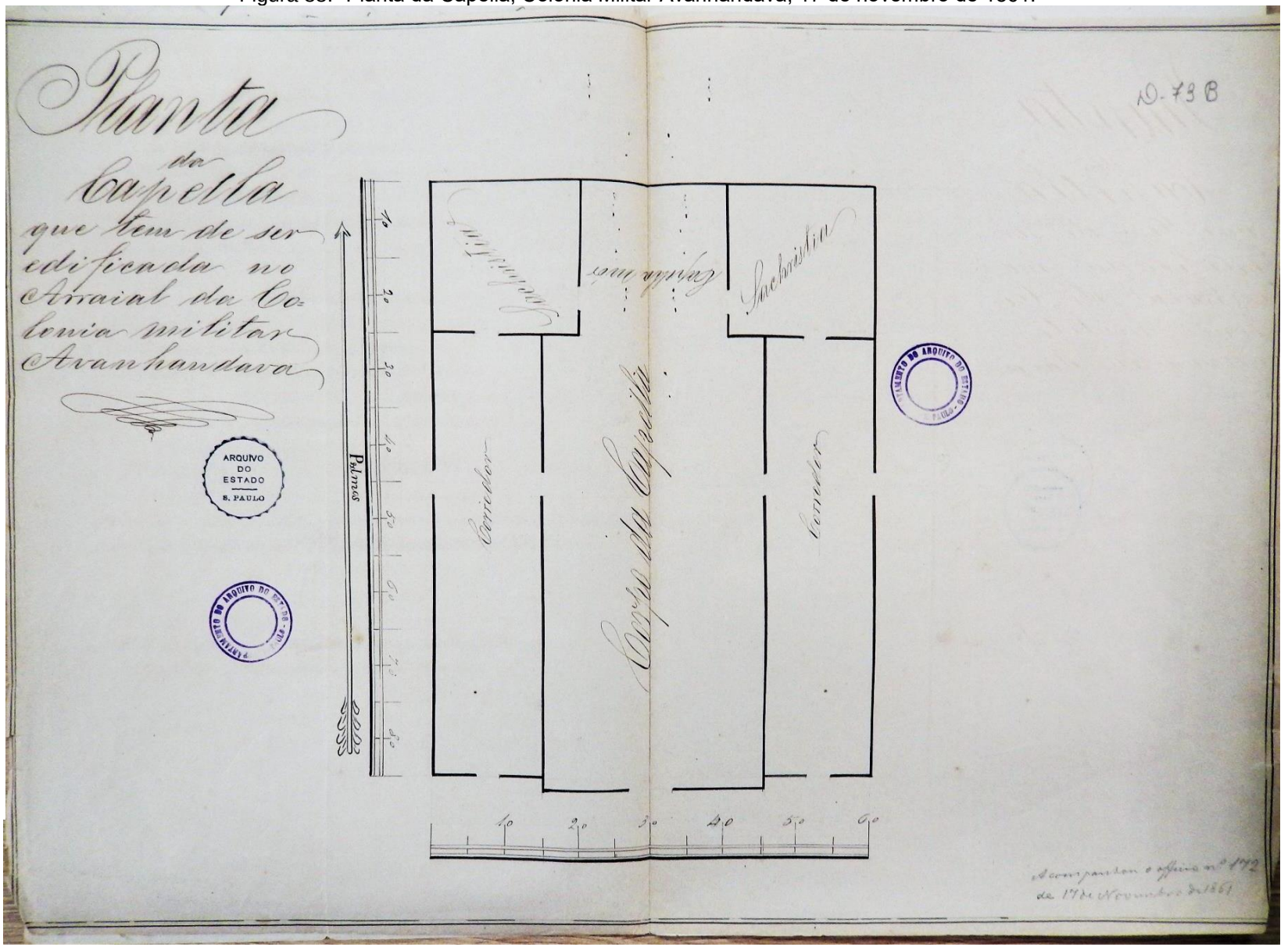
Ainda, é possível supor que Barros procurava separar por *status* os locais onde os defuntos seriam enterrados. Ora, esse pensamento não é tão irreal da nossa parte. Apesar de ser apenas conjectura, de acordo com Reis, a organização das sepulturas nos novos cemitérios sugeria uma "sociologia da desigualdade entre os mortos".[561] Haveria, por exemplo, túmulos particulares, e covas comuns. Estas representavam a forma mais primitiva de enterro em cemitérios, a sepultura do mais pobre, que, uma vez enterrado, entraria no anonimato, nenhuma marca pessoal singularizando seu jazigo, do qual seria desalojado quando reduzido a ossos. Porém, os vivos ainda teriam visão aprazível e serena dessas covas, já que os corredores de acesso a elas estariam "bordadas de arvoredos próprios". Os túmulos seriam sepulturas individuais ou jazigos de família, com direito à lápide e outros adereços. Assim, a seleção diferenciada como decoração cemiterial reforçava a hierarquia social dos mortos.[562]

[560] Informações Portal do IPHAN, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1378. Acesso em: 05 mar. 2020.
[561] REIS, 1991, p. 295.
[562] Ibidem, p. 295.

Figura 88: “Planta da Capella, Colonia Militar Avanhandava, 17 de novembro de 1861.”

Lê-se:

Planta da Capella que tem de ser edificada no Arraial da Colonia Militar Avanhandava.



Lê-se:

Corpo da Capella
Corredor
Sachristia
Capella mór

APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 17/11/1861. Fotografia do autor, 2018.

A figura 87 representa a planta da capela que seria implantada no centro da colônia. De forma retangular, 80 palmos (17,6 metros) de comprimento por 60 palmos (13,2 metros) de largura, com 20 palmos (4,4 metros) de altura; o desenho é simples e conciso: provavelmente cumpriria sua função público-religiosa com primazia e singeleza. Composta por nave única (corpo), dois corredores laterais com suas sacristias, e ao fundo o altar-mor (ou "capella mór" como denominado na figura). É difícil afirmar somente com a planta, mas pelo período, materiais de construção e mão de obra disponíveis, pode-se supor a tipologia bastante frequente em Minas Gerais, que era construída com estrutura de madeira "independente" da vedação, as paredes externas geralmente de taipa de pilão e internas de taipa de mão; onde os cheios em muito superam os vazios.[563] Foi trazida para São Paulo pelos mineiros em meados do século XIX com as migrações e ocupações das terras do oeste e centro-oeste paulista. Sua modéstia é evidenciada pela ausência de torres, estando os sinos possivelmente em sineiras à parte, construídas em madeira.[564] Caso atentemos, ainda apresenta certo detalhe: a entrada principal é formalizada pelo tamanho de sua abertura, mas, principalmente, pela hierarquia demarcada através do pequeno avanço da nave em relação aos corredores laterais.

Ainda em novembro de 1861, em relação aos edifícios e outras obras orçadas pelo diretor, têm-se "três ranchos cobertos de telhas"[565] e "dous vallos para desecar um brejo que ha proximo ao Salto".[566]

---

[563] GHIRARDELLO, Nilson. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru.* Dissertação (Mestrado). São Carlos – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1992, p. 77.
[564] Ibidem, p. 77.
[565] *Ilmº e Ex^mo^. Senr.*

Proponho a V. Ex^cia^. a construcção de trez ranchos cobertos de telha com 90 palmos de comprimento e 30 de largura, seis portas e dose jannelas, calculados em 1:869$240 reis, pelo que importarão os trez em 5:607$720 reis segundo se vê do orçamento incluzo; pelo que peço a approvação de V. Ex^cia^. e authorização para fazer as dispezas necessarias para a construcção dessas obras, pois são de urgentissima necessidade, pelas razões seguintes: um desses ranchos é para ser feito no Ribeirão Ferreira, onde está destinado para Arraial da Colonia, a fim de servir de abrigo aos trabalhadores e deposito dos materiais que tem de ser empregados nas proximas futuras obras; e findas essas obras o rancho servirá para pouzo de viandantes ou outra utilidade publica: Os outros dois ranchos são para os portos de varação a cima e abaixo do Salto Avanhandava, cuja falta de abrigo se faz sentir em qualquer estação do anno mui principalmente na quadra das chuvas, pois as monções ou comboios que navegão o Rio Tiete as vezes ahi demorão se mais tempo do que o precizo, pelas irrigularidades com que é feita a varação, e mesmo por acumulação de comboios, e todo esse tempo de demora passão expostos ao rigor da estação; entretanto que essa varação é feita a custa de dinheiro em proveito de um ou outro expeculador que só cuida de si e nenhum benificio faz a esse intereçante porto.[...]
(APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 28/11/1861, documento manuscrito, grifo nosso).

[566] Ilmº e Ex^mo^ Senr.

Convindo dessecar um brejo que ha proximo ao Salto Avanhandava proponho a V. Ex^cia^. a abertura de dois vallos que importão na quantia de 400$000 réis, conforme orçamento incluzo ; cujo serviço tem duplo resultado, por que sendo um á 200 braças acima da quéda do Salto ficará tambem sendo a diviza [oriental] da legua quadrada marcada para districto da Colonia, e outro vallo mais abaixo do que aquelle, dando-se-lhe mais largura, servirá tambem para recolher as canoas dos comboios, facilitando assim a varação e preservando-as de [rodarem] salto abaixo como já tem acontecido; por isso peço a approvação de V. Ex^cia^. e Digne authorizar-me a fazer essa dispeza.[...]
(APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 30/11/1861, documento manuscrito, grifo nosso).

Dessa maneira, com a análise e descrição dos projetos feitos pelo diretor Barros, buscamos revelar rapidamente que nos desenhos a trama ortogonal encontra-se representando, na verdade, uma “visão de mundo” em duas dimensões. Sua homogeneidade não significa nada mais que essa identidade de estrutura regular, fundada no caráter comum de uma tarefa lógica, da sua significação, das determinações ideais formuladas por um administrador. Ora, o espaço homogêneo, portanto, nunca é um espaço dado: é um espaço gerado por uma construção.[567] As plantas nos trazem uma nova realidade, que antes de ser demarcada não existia; é realidade abstrata, simbólica, que segue convenções sociais validadas pelo uso, que percorre aspectos culturais, que faz com que naquele momento histórico a sociedade se reconheça representada em um pedaço de papel.

Logo, devemos considerar que se tratava de:

> [...] um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares.[568]

A configuração gráfica, o ato de projetar realizado pelo diretor, significava domesticar, conhecer, conquistar, controlar, contradizer e ordenar a natureza. Nas cartas, nos desenhos, nos mapas, nas figuras que descobrimos e descobriremos – produzia-se um território limitado e contínuo, sobre a ideia de uma natureza descontinuada e ilimitada. Ainda nesse sentido, pode-se afirmar a intenção (do diretor) sobre a utilização do espaço como instrumento de saber, e essencialmente de poder, levando a uma eficácia social.

Logo, a preocupação em mapear o Brasil, em reconhecer e fixar tanto a sua paisagem como o seu território, pode ser encontrada desde meados dos oitocentos. Na verdade, de acordo com Arruda, é a partir desse período que foi dado forte impulso no processo de mapeamento e reconhecimento do interior do país, fazendo com que tal desejo assumisse foros de política governamental. A criação da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) em 1886 é exemplo desta política. Os terrenos considerados "desconhecidos" passariam, posteriormente, a ser representados nos mapas como "conquistados para os grêmios da civilização".[569]

Bem como nos informa Bueno, procuramos demonstrar que os mapas e ofícios circulavam juntos, interligando e articulando mundos, seja registrando obras, seja projetando outras, seja definindo políticas de ocupação e conquista, seja assinalando imperativos territoriais de uma agressiva expansão em novos e velhos mundos, seja legitimando-os em acordos políticos, seja

---

[567] CASSIRER, 1977 citado por SEGAUD, 2016, p. 264.

[568] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras,* Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008, p. 57.

[569] ARRUDA, 2000, p. 134. "Um território a ser conquistado e um povo a ser vencido, seria a legenda possível." (Ibidem, p. 148).

propagandeando feitos.[570] Os mapas são, portanto, "[...] artefatos culturais, carregados de subjetividade e dos valores culturais da sociedade que os criou, e essencialmente das marcas do poder".[571]

Todas as descrições do local transcritas demonstram que não foi uma escolha aleatória daquele espaço conquistado, ou a se conquistar; mas seleção entre diversos motivos. As plantas e mapas cumpriam também não só objetivo de publicidade, como atendiam a um objeto político: isto é, confirmando que o diretor da colônia e, por conseguinte os governantes, não estavam desatentos quanto aos territórios que deveriam controlar. Possuíam um saber necessário, cada vez mais mediado pela ciência (lembremo-nos, por exemplo, das alterações exigidas para as plantas, e da teoria miasmática) para poder governar; uma verdadeira estratégia de legitimação da ação governamental.

Assim, o pesquisador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial,

> [...] deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que ali estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo seus, naturais, ancestrais, divinos ou legítimos.[572]

3.5 A "realidade"

3.5.1 Orçamento para demarcação dos lotes rurais e obras construídas

Em 1863, o diretor realiza orçamento para abrirem-se picadas de demarcação dos lotes de terras a serem distribuídos aos colonos. Logicamente, Barros procurava seguir o que fora estabelecido desde a Lei de Terras de 1850 e o subsequente decreto imperial nº 1318 de 1854, além do regulamento da colônia. No verso do ofício consta importante mapa localizando o Arraial da colônia, sua légua quadrada, as picadas a serem feitas, o Rio Tietê, o Salto do Avanhandava e o Ribeirão Ferreira. Vide transcrição:

Ilmo. e Exmo. Senr.

A vista do officio de V. Excia. de 13 de Abril e copia a elle añexa do officio de Senr. Inspector da Thesouraria de Fasenda de 10 desse dito mes sob numero 360, tenho a honra de faser chegar a Presença de V. Excia. o orçamento da dispesa que calculo ser precizo se fazer com a medição e demarcação dos lótes de terras que tem de ser destribuidos na legua quadrada pelos colonos, na forma do respectivo Regulamento; cujo serviço só póde ser feito na estação secca e ainda assim com difficuldades pela falta que ha de jornaleiros e [abreviatura ilegível], por isso proponho a V. Excia. que seja dividido em trez secções, fasendo-se já uma no terreno que está sendo cultivado, e as outras nas seccas futura, pelo que passo a incluir no calculo das dispesas de Julho a Dezembro proximo futuro a terça parte da importancia do orçamento incluzo, e peço a approvação de V. Excia.

[570] BUENO, 2009, p. 114-115.
[571] ARRUDA, 2000, p. 137.
[572] ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 58.

Deos Guarde a V. Excia. Directoria da Colonia Militar Avanhandava, 28 de Maio de 1863.
Ilmo. e Exmo. Senr. Conselheiro Dor. Padre Vicente Pires da [Motta]. Presidente da Provincia de Sam Paulo.

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia.

_____

Colonia Militar Avanhandava

Orçamento para medição e demarcação dos terrenos que devem ser destribuidos aos colonos, na forma do Artigo 30 do respectivo Regulamento deste estabelecimento.

<u>31 Picadas, 15 de Norte a Sul e 16 de Leste a Oeste, de 3000 braças de extenção, cada uma, com dez palmos de largura, feitas a fouce conforme o plano traçado no verço deste orçamento, na rasão de 150$000 reis cada legoa, por ser calculado 50 reis para cada braça quadrada.</u>

Somma em: 4:650$000 rs.[573]

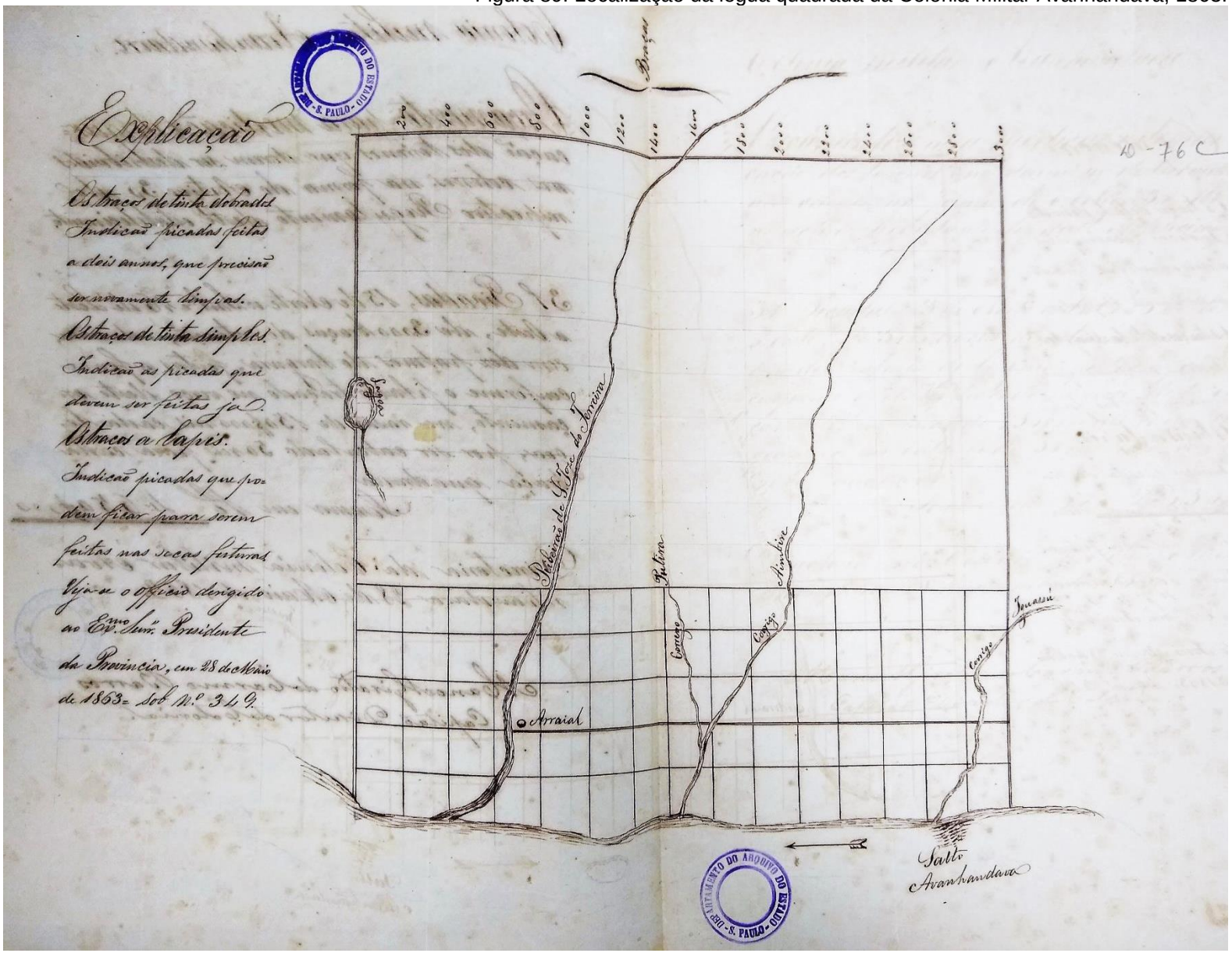
[573] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 28/05/1863, documento manuscrito (grifo nosso).

Lê-se:

Explicação

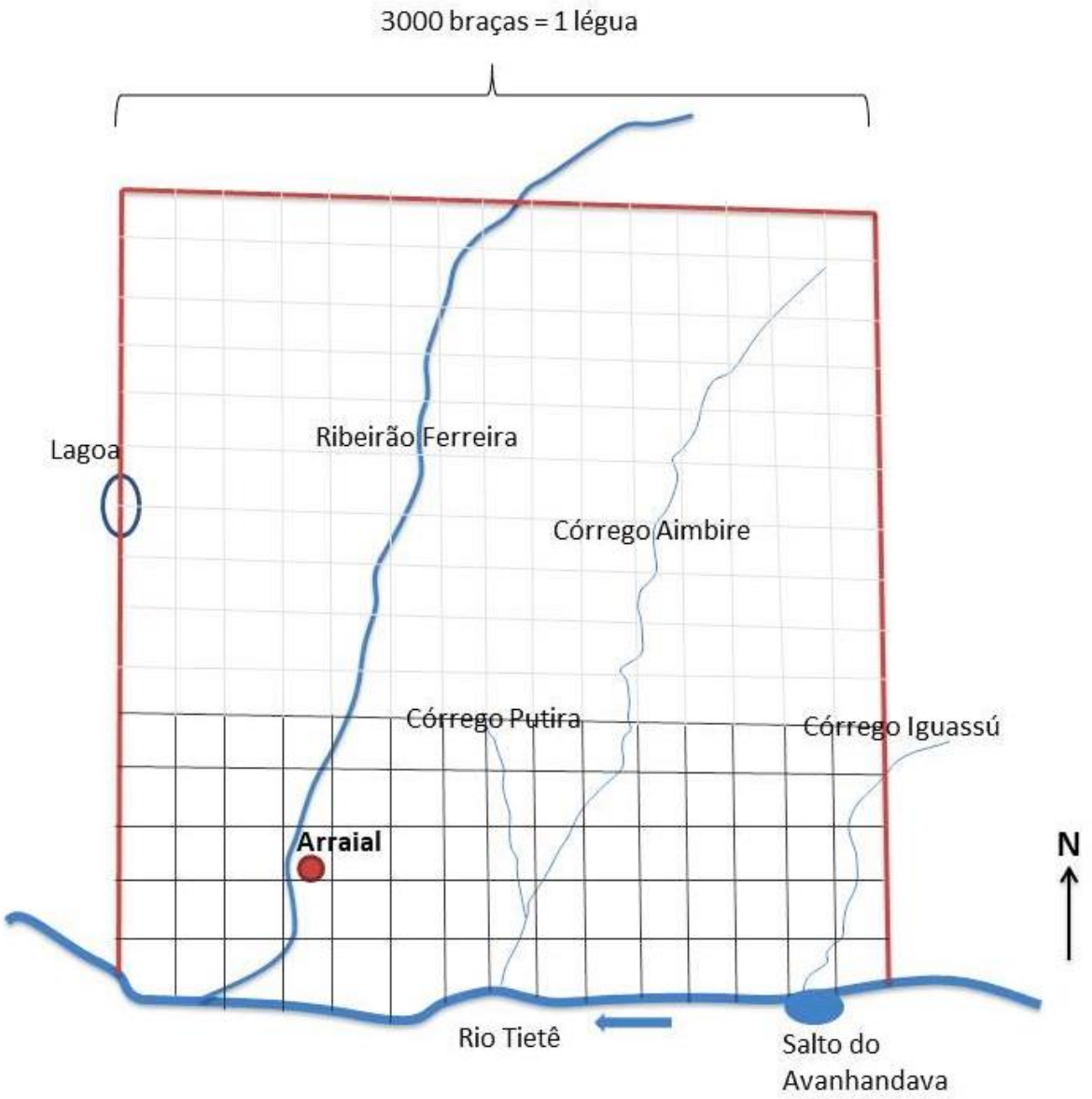
Os traços de tinta dobrados indicão picadas feitas a dois annos, que precisão ser novamente limpas. Os traços de tinta simples indicão as picadas que devem ser feitas ja.
Os traços a lapis indicão picadas que podem ficar para serem feitas nas secas futuras. Veja-se o officio derigido ao Exmo. Senr. Presidente da Provincia, em 28 de Maio de 1863 = sob nº 349.

Figura 89: Localização da légua quadrada da Colônia Militar Avanhandava, 1863.



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 28/05/1863, fotografia do autor, 2019.

Figura 90: Croqui explicativo – Légua quadrada da colônia e lotes a serem distribuídos.



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 28/05/1863. Elaboração do autor, 2020.

Assim, partindo do desenho acima: temos o rio Tietê como limite ao sul, as três retas vermelhas na figura representam as picadas abertas anteriormente, que demarcam a légua quadrada da colônia a leste, norte, e oeste. As linhas escuras representam as picadas que eram necessárias para a delimitação dos lotes rurais a serem distribuídos aos colonos. As linhas claras configuram as picadas que futuramente seriam abertas para a medição de outros lotes. É neste croqui que, pela primeira vez, o diretor indica a posição do Arraial da colônia em relação ao Salto do Avanhandava, ao rio Tietê e a outros córregos na região. Logo, neste momento, o diretor situa a futuro núcleo em relação àquilo que era conhecido, associado ao mapa da província, à capital, ao conhecimento geográfico e científico. Ao situar-se encadeada ao rio Tietê, a colônia ganha lugar em relação ao mundo. A planta surge então como veículo de informação, de comunicação, de instrumento de poder e controle; refletindo formas de saber, atribuindo limites. Em ofício do

mesmo dia, Barros informa que dezessete colonos "estão adquirindo o direito á um lóte de terra".[574]

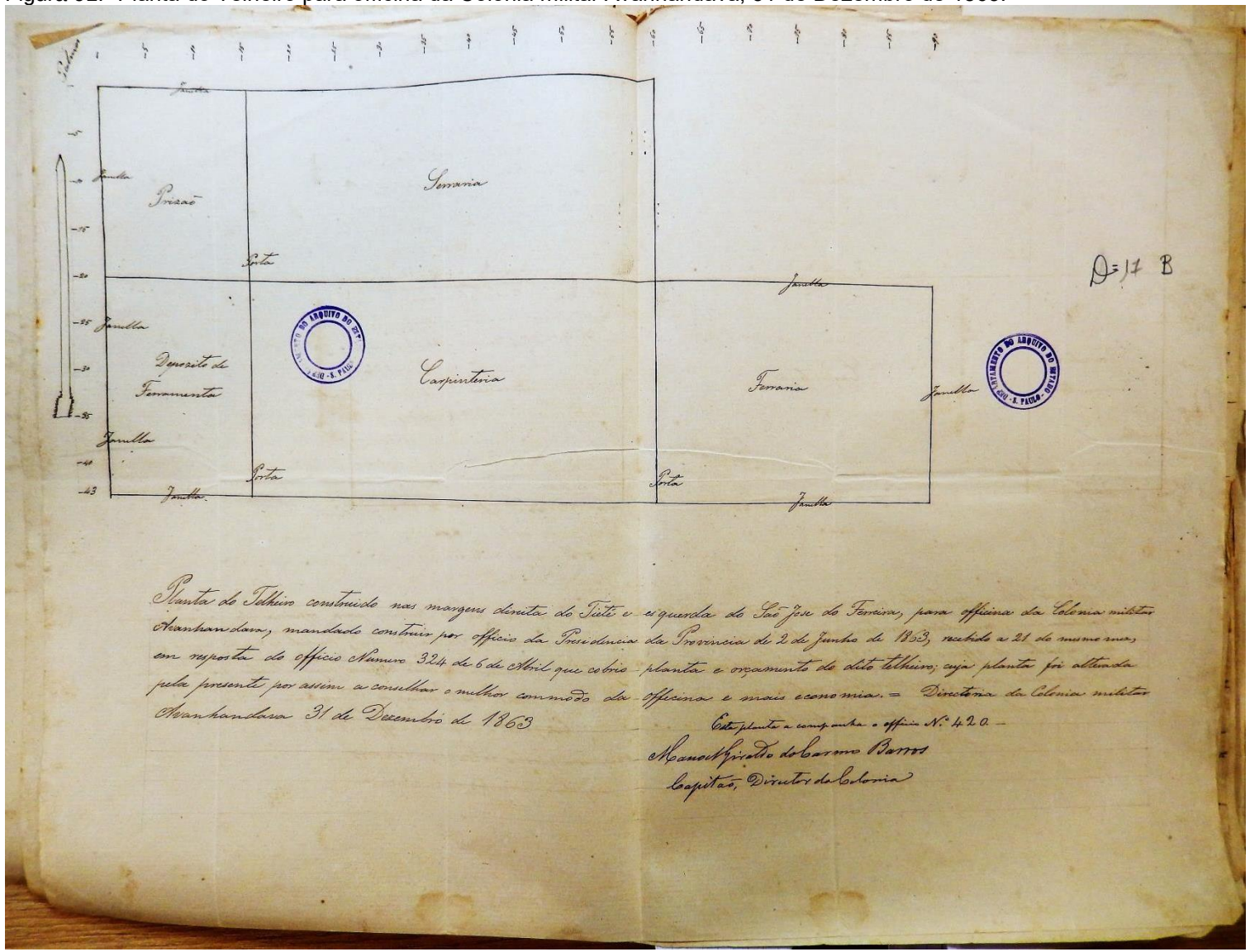
No final de 1863 foi concluída uma das primeiras obras no Arraial da colônia – a oficina:

Dou parte a V. Excia. que o telheiro construido para officina da Colonia está prompto, conforme a planta incluza, que alterou á dirigida a V. Excia. em 6 de Abril com officio sob numero 324, por assim a conselhar a pratica, e não ter por isso augmentado a dispesa; pelo que peço a V. Excia. digne-se approvar este meu procedimento.[575]

Importante mencionar ainda que esta obra foi realizada por mestre de obras (contratado da colônia) chamado Francisco Alves Lobo que desenhou a planta e orçamento do telheiro em abril de 1863. De acordo com tal orçamento, as madeiras utilizadas para a construção foram a "ourindiuva" (orindiúva, possivelmente aroeira), a peroba e o cedro; além de outros materiais como cipó, telhas, pregos, cal, etc. A planta a seguir apresenta o projeto final construído após passar por modificações. O telheiro é composto por espaços para oficinas de serraria, carpintaria e ferraria, além de um depósito de ferramentas e uma prisão.

[574] O ofício descrevendo cada um destes colonos está em anexo, ao fim da dissertação. Data do documento: 27/05/1863.
[575] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 31/12/1863, documento manuscrito.

Figura 91: “Planta do Telheiro para officina da Colonia militar Avanhandava, 31 de Dezembro de 1863.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 31/12/1863. Fotografia do autor, 2019.

Lê-se:

Planta do Telheiro construido nas margens direita do Tieté e esquerda do São Jose do Ferreira, para officina da Colonia militar Avanhandava, mandado construir por officio da Presidencia da Provincia de 2 de Junho de 1863, recebido a 21 do mesmo mes, em resposta do officio numero 324 de 6 de Abril que cobrio planta e orçamento do dito telheiro; cuja planta foi alterada pela presente por assim aconselhar o melhor commodo da officina e mais economia = Directoria da Colonia militar Avanhandava, 31 de Dezembro de 1863.

Esta planta acompanha o officio nº 420.
Manoel Giraldo do Carmo Barros, Capitão Director da Colonia.

Porém será somente no ano de 1864 que os habitantes farão a mudança do acampamento provisório para o Arraial da colônia – por questões inevitáveis: o abarracamento estava em péssimas condições (ruindo segundo o próprio diretor). É a partir de então que Barros – compreendendo que desde o ano de 1861, em que fizera seus projetos, não conseguira até o momento efetuar as construções por escassez de recursos e meios para tais obras – teria que passar por situação adversa, fazendo construções mais simples, improvisando por conta própria, realizando grandes esforços para transferir a população e buscando resolver os problemas.

Assim no início do ano são iniciadas obras para habitações permanentes, e ainda parte do quartel para acomodar o Cirurgião com a botica e a enfermaria da colônia. Concluído em agosto, segue abaixo o ofício com a planta e o orçamento:

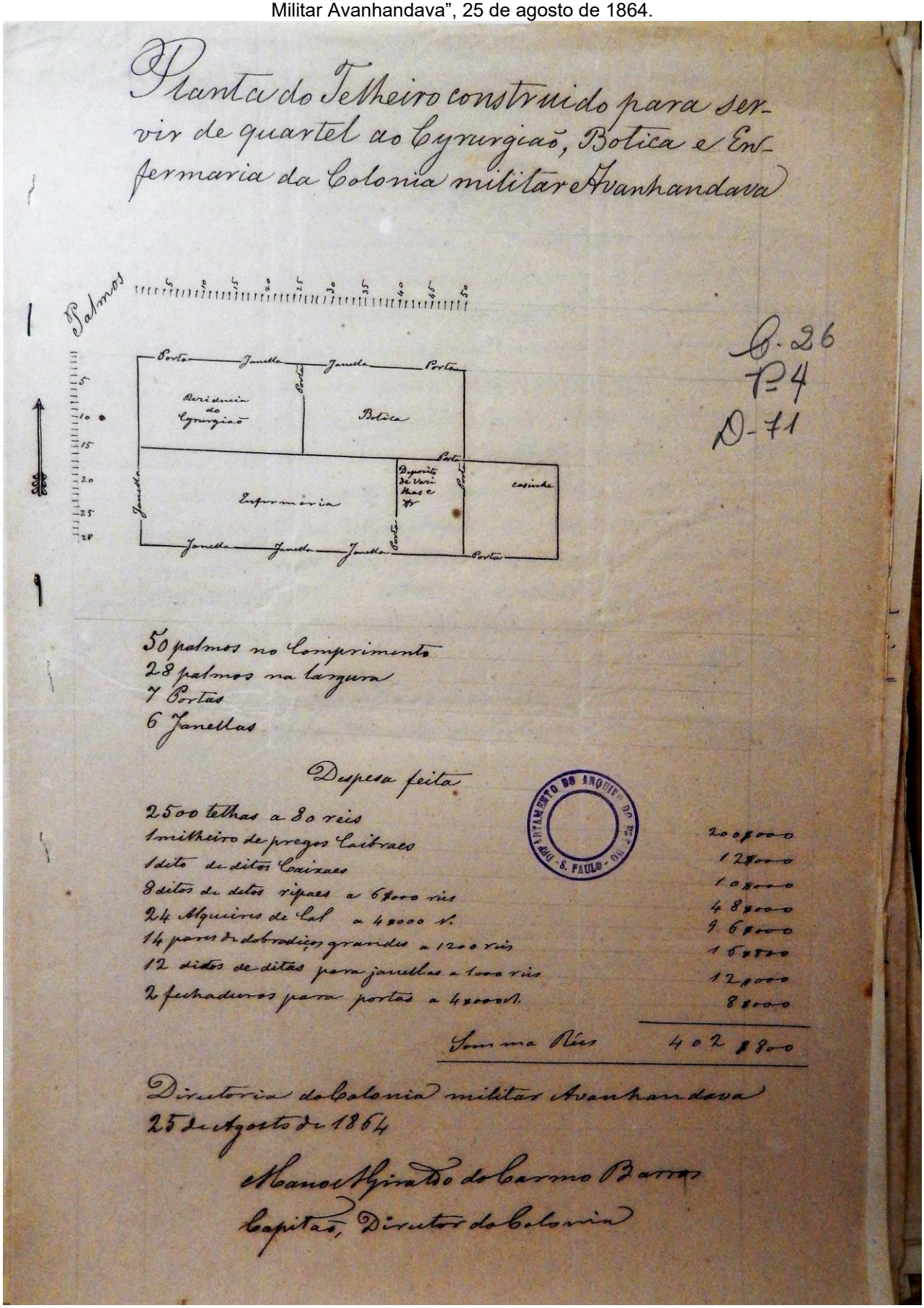
Ilmo. e Exmo. Senr.

Tendo abandonado, por estar em mau estado, o abarracamento que por 4 annos servio de abrigo provisorio aos fundadores deste Estabelecimento, sem que ainda se houvesse construido no Arraial da Colonia agazalho para os empregado, como dei parte a V. Excia [...], forçoso me foi mandar faser sob minha responsabilidade um telheiro para acommodar o Cyrurgião com a botica e enfermaria; cuja obra está prompta como consta da parte incluza por copia e conforme planta annexa, tendo importado na quantia de quatrocentos e dois mil oitocentos reis as dispesas que fis com ella; pelo que rogo a V. Excia. digne-se approvar o meu procedimento, authorizar a despesa que fiz e ordenar a Thesouraria da Fasenda que me pague.
Deos Guarde a V. Excia.
Directoria da Colonia Militar Avanhandava 26 de Agosto de 1864.[576]

Composto de cinco cômodos – residência do cirurgião, botica, depósito de “vasilhas e etc”, enfermaria e cozinha – o “telheiro” construído em madeira tem 50 palmos (11 m.) de comprimento e 28 palmos (6,16 m.) de largura; com 7 portas e 6 janelas.

[576] APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 26/08/1864, documento manuscrito.

Figura 92: “Planta do telheiro construido para servir de quartel ao Cyrurgião, Botica e Enfermaria da Colonia Militar Avanhandava”, 25 de agosto de 1864.



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 25/08/1864, fotografia do autor, 2019.

Além do “quartel ao cyrurgião, botica e enfermaria”, foi construído também outro telheiro de madeira para servir de capela da colônia, enquanto a Igreja não fosse edificada; e *“prompto se acha para selebrarse os officios Divinos com alguma decencia [...]”.* Infelizmente não é mencionada a localização destas construções; é sabido somente que foram erguidas no Arraial da colônia, mas não se indica a quadra, ou o local específico.

Pelos motivos refferidos no officio numero 514 que dirigi a V. Excia. a 26 de Agosto preterito mandei sob minha responsabilidade augmentar, cobrir de telha e fazer mais obras na barraca de taboas mencionada no officio numero 488 que dirigi a V. Excia. a 27 de Junho deste anno para ficar servindo de Capella da Colonia até que se construa Igreja; cuja obra está prompta como consta da parte por copia incluza e conforme a planta annexa; tendo eu gasto a quantia de trezentos cincoenta e oito mil reis, pelo que peço a V. Excia digne-se approvar o meu procedimento authorisando-me a dispesa feita e ordenando a Thesouraria de Fasenda que me pague.

Deos Guarde a V. Excia.
Directoria da Colonia Militar Avanhandava, 5 de Setembro de 1864.[577]

A figura a seguir representa a capela com planta retangular, 65 palmos (14,3 m.) de comprimento por 20 palmos (4,4 m.) de largura, bem singela, composta de nave única (corpo da capela), altar-mor e sacristia ao fundo. Construída em madeira de lei, forrada, assoalhada e coberta de telhas, a nave apresenta três portas de entrada ao sul e seis janelas – três em cada fachada lateral; e a sacristia tem uma porta a leste e duas janelas a norte.

[577] APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 05/09/1864, documento manuscrito.

Figura 93: “Planta do Telheiro construido na Colonia Militar Avanhandava para servir de Capella em quanto não houver Igreja, 5 de Setembro de 1864.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 05/09/1864, fotografia do autor, 2019.

É dessa maneira que Barros, ao ser exonerado do lugar de diretor no final de 1864, deixa a situação da colônia militar. A improvisação tornou-se realidade típica em Avanhandava, já que, devido à sua localização erma, improvisar era muitas vezes a única opção. Percebe-se, portanto, a adaptação dos espaços, como observamos nas figuras anteriores, construindo somente "parte do quartel" para acomodar o cirurgião, a botica e a enfermaria; além do "telheiro para capela" – tudo isso demonstra fato comum nas áreas de pouco acesso a recursos, uma vida já conhecida dos chamados "sertanejos". Parece-nos, portanto que fizeram o possível para suprir a colônia com o mínimo de estrutura; os projetos não foram realizados, a utopia não foi concretizada, os planos e ideais ficaram somente nos papéis que, porventura, chegaram às mãos deste pesquisador e talvez essa seja a primeira vez que tais documentos vêm à luz.

Em seu último relatório como diretor temos o conhecimento, entre muitos assuntos, que a capela fora elevada à categoria de curato (cura). Uma capela curada simbolizava algo grandioso para a colônia militar – dessa maneira, seria tratada como significativo polo religioso, convidando e unindo pela fé os moradores da região dos Campos do Avanhandava. Cada vez mais pessoas se congregariam para as missas, atividades festivas e dias santos. Frequentemente as comunidades sertanejas erigiam uma ermida, porém pouco adiantava se não fosse curada, isto é, se não possuíse um cura para as atividades ligadas à fé e para o registro paroquial. Para Ghirardello o ideal seria a capela com pároco permanente para o funcionamento do cartório eclesiástico, e Avanhandava possuiu um capelão até 1864. Ainda para o autor:

> A capela também simbolizava a representação física do governo, pois a Igreja era braço do impéio, e sua construção colocava o poder deste nos locais mais afastados. A capela curada representaria o poder divino e o poder do império, afinal ela era parte integrante deste. Competiam ao pároco a responsabilidade pelo cartório eclesiástico, a administração da fábrica paroquial, a vida religiosa da comunidade e, ainda, conforme a lei eleitoral vigente no império, a participação ativa na organização das eleições. Entre seus deveres, estavam a fixação, na porta da matriz, do censo com o número de fogos da freguesia [...]. Uma capela poderia existir livremente, mesmo que privada – as antigas e grandes propriedades rurais brasileiras estão aí para comprovar – porém capela curada se igualava a paróquia, outro *status* de importância, com óbvios desdobramentos urbanos, e esta só era obtida diante de chão próprio.[578]

Abaixo, transcreve-se trechos significativos de tal relatório:

[...]

Fundação = Por Decreto de 28 d'Agosto de 1858 foi honrado com a indicação de Director da citada Colonia o Capitão Manoel Giraldo do Carmo Barros – o [menos] habilitado de quantos dedicados dispõe o Governo – que, por ter sido empregado em outro serviço, só em Julho de 1859 passou a cuidar de levar á effeito o Patriotico Pensamento do Governo Imperial – Com mais difficuldades do que é [prescindivel?] imaginar-se na fundação de uma tal Povoação sahio o Director da Colonia da Cidade Cidade de São Paulo no dia 29 de Dezembro com destino á Cidade da Constituição onde chegou á 10 de Janeiro de 1860 [sem] os seus Companheiros de trabalhos, que, por terem ficado com a bagagem, só no dia 14 poderão por [ilegível] a má viagem terrestre. –

[578] GHIRADELLO, 2010, p. 71.

A 8 de Fevereiro largarão do porto da Cidade da Constituição [3] canoas com a bagagem o pessoal da nova colonia, e a 20 d'esse mesmo mez chegarão ao Salto Avanhandava com as pessoas mencionadas no mappa [nummero 1] – Era no tempo em que as febres intermitentes acommeteve com mais força. Para abrigo provisorio foi em Março de 1860 construido um abarracamento coberto de sapé á duas legua distantes do Salto Avanhandava em rumo do Norte. – Por Aviso do Ministerio do Imperio de 3 de Março de 1860 sob nº 8 foi communicado que S. M. O Imperador Houve por bem Determinar que a citada Colonia tomasse o nome de – Avanhandava. Por outro [aviso] do mesmo Ministerio do Imperio de 10 de Julho de 1860 sob nº 25 foi ordenado que esta Colonia se [estabelecesse] proximo do ribeirão S. José do Ferreira abaixo do Salto Avanhandava pouco menos de uma legua; em direcção do [Poente]. – Por officio Presidencia da Provincia datado de [20 ou 26] de Julho de 1861 foi o Director da Colonia autorisado a demarcar a legua em quadro mencionada no Artigo 1º do Regulamento approvado pelo Decreto que creou este Estabelecimento; para cuja demarcação forão abertas tres picadas de legua cada uma, que estão hoje necessitando ser novamente feitas. – A legua quadrada da Colonia compehende terras da fasenda do Cidadão José Lourenço de Oliveira que está reclamando do Governo Imperial indenisação do seu valor. Desde a secca de 1861 [convergio] todo serviço para a foz do ribeirão S. José do Ferreira para onde se ia embarcado pelo rio Tieté até que se conseguio fazer picadas e mais [bem] feitorias que facilitarão o transito por terra; mas só em Junho de [1864] foi que, por uma [resolução] de força de vontade, passarão os Empregado para o Arraial da Colonia, abandonando o abarracamento provisorio já muito em máu estado, que [assim] mesmo offerecia melhor agasalho do que no Arraial que era nenhum; [com tudo] o sacrificio individual foi compensado [pelo] adiantamento que tiverão as obras que se [fasião] [morosamente] no Arraial não só pela falta de meios [pecuniarios] como pela distancia de tres leguas que separava o acampamento provisorio do Arraial da Colonia. No dia [24] de Junho de 1864 foi celebrada a primeira [Missa] no Arraial da Colonia e de então para cá se ha feito muito em proporção dos [meios e tempo], porém é forçoso [confessar] que muito mais tem a se faser para que se diga com verdade que está prompta a [base] da futura Villa: para cujo fim não [só] é preciso dinheiro como tempo.

[...]

Territorio = A legua quadrada demarcada para districto da Colonia está [assentada] á margem direita do rio Tiete, no Municipio de Araraguara distante da Villa de [S. Bento] quarenta e poucas leguas em direcção do [nordeste]; e da Cidade da Constituição cincoenta e tantas em [ilegível direcção] do Nascente. A [dusentas] braças mais ou menos a [cima] da queda da grande cachoeira Avanhandava em direcção do norte, foi aberta uma picada de 3.000 braças que, [marcando] o [lemite] da Colonia pela lado do Nascente, servio de base as linhas divisorias do Norte e [Poente], [por isso] que o rio Tieté divide pelo Sul, comprehendendo dentro desta legua quadrada os portos de varações das canôas que viajão [esta] parte do Rio Tieté; e bem assim os corregos Iguassú, [Aimbire] e o [regato] [Potira] que são sugeitos as grandes seccas; e o Ribeirão ou pequeno Rio S. José do Ferreira, que quasi todo emcachoeirado offerece proporções para [assentar] toda e qualquer machina; mais ao poente, já na divisa do Oeste ha uma legua que não está explorada, da [que se] parece que corre um regato para o S. José do Ferreira. – Da catadupa Avanhandava á cincoente legoas ou pouco [menos] está a villa de Sant'Anna da Parnahyba da Provincia do Matto Grosso, para onde inda não ha caminho, pelo que as pessoas que d'aqui vão a dita Villa [teve dir] ao Estabelecimento Naval do Itapura a trista leguas ao Poente d'esta Colonia, [fasendo] assim uma volta consideravel.

Capella = Com o [Paramento] recebido na Côrte em 1859 para [Altar volante], e a despesa de sessenta mil reis por anno para [guisamentos] por parte do Governo, tem-se feito muito, pois além das [Ladainhas] nos sabbados, praticas Evangelicas e Missas nos Domingos e Dias Santos tem havido festas religiosas á [expensa] dos fieis, que muito tem influido para o augmento da Colonia.

É Padroeira da Colonia Nossa Senhora do Carmo que tem sido sempre [festejada] pela melhor fórma possivel, sem que o Governo haja concorrido para isso com mais do que já acima ficou mencionado. Ha Devoção do Divino Espirito Santo, de S. José e de S. Sebastião, que todos tem sido festejados por occasião da festa de Nossa Senhora. Igualmente tem sido festejados os dias 7 de Setembro e 2 de Dezembro. [Alem] dos objectos ecclesiasticos fornecidos pelo Governo, que são bem poucos e já estão bem estragados: há uma corôa de prata do Divino Espirito Santo; uma Imagem de Nossa Senhora do Carmo, outra de São José, tres sinos, um [thuribulo] de prata ingleza; uma [ilegível Umbella? Âmbela?] e mais outros ornatos offertados por devotos e comprados com donativos espontaneos. O Exmo. e Revmo. Senr. Bispo Diocesano concedeo á Capella da Colonia a cathegoria de Capella Curada e nomeou o Capellão seu cura, [mercê] esta que muito vai influir no progresso deste sertão. Por officio do Exmo. Senr. Presidente da Provincia de 5 de Abril de 1864 foi ordenado ao Director da Colonia que [fisesse] recolher á Capitão da Provincia o Capellão Alferes da Repartição Ecclesiastica do Exercito Padre [Joaquim] de Araujo Rangel e Silva, que serve neste Estabelecimento, a fim de ser inspeccionado por uma [junta] de saúde, conforme recomendou o Avizo do Ministerio da Guerra de 24 de Março deste anno. A [espera] de solução de um requerimento que o Reverendo Capellão fez subir á presença do Exmo. Governo pedindo meios para poder se transportar tem deixado de seguir ao seu novo destino.

[...]

Necessidades mais urgentes da Colonia = Terminarei a presente resenha indicando as mais urgentes necessidades que exigem do Governo Imperial prompto remedio, [qndo, ndo?] só para suavisar o muito que se ha soffrido n'este sertão em cinco annos de contrariedade [successivas], como para definitivamente ter o Governo neste ponto do Imperio em pouco annos uma boa povoação que se preste aos planos que serão precisos pôr em pratica a fim de facilitar a communicação interna com o Provincia de Matto Grosso, cujas necessidades são as seguintes:
Construcção: De [quarto] para residencia do Director;
Do Ajudante do Director;
Do Medico; e
Do Capellão;
De Igreja;
De Cemiterio.
Dividir a legua quadrada em lotes para se poder cumprir com o disposto no Artigo [30] do Regulamento, pois alem dos Colonos que já requererão lóte de terra ha outros que já adquirirão direito de propriedade mencionado no artigo 34, e que por ainda não se lhes ter dado posse do seu lóte de terra, estão cultivando terreno que talvez não fique dentro da sua propriedade, com grande prejuizo para o colono. Melhorar o estado da botica e enfermaria, como já acima fica indicado. Nomear Escrivão, cujo emprego está vago desde Novembro de 1860, não obstante as muitas representações que ha feito o Director da Colonia. Completar o numero de colonos da 1ª classe.

Directoria da Colonia Militar Avanhandava, 26 de Setembro de 1864.
Manoel Giraldo do Carmo Barros, Capitão, Director da Colonia. [579]

Além dos trechos acima, o relatório ainda menciona a ótima fertilidade das terras da colônia, sobre o clima, a escola de primeiras letras, a salubridade, a botica e a enfermaria, o correio etc:

A pratica nos autorisa a certificar que produz bem trigo, algodão, café, fumo, canna de assucar de todas as qualidades conhecidas, mandioca, arroz, feijão, milho, araruta, batatas, [ananaz]

[579] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 26/09/1864, documento manuscrito (grifo nosso).

goiabas, bananas, laranjas doces, [amendoim], limão e laranjas azedas são silvestres e muitas outras plantas. Madeiras de lei se encontrão facilmente, aroeira, ipé, [balsamo], cedro, peroba, [ect.]. A caça e o peixe abundão de uma maneira tal [...].[580]

Ao fim, dois "mappas" referentes à população da colônia são colocados para comparação: Quadro 7 (fevereiro de 1860) com o total de 36 moradores; e Quadro 8 (setembro de 1864) com 233 moradores. Ou seja, a colônia teve o aumento de aproximadamente 200 habitantes neste período de quatro anos, e o diretor gostaria de mostrar o crescimento populacional ao presidente da província por meio destes quadros.

Quadro 7: "Mappa do pessoal que chegou á este sertão em Fevereiro de 1860".

Colonia Militar Avanhandava					
Mappa do pessoal que chegou á este sertão em Fevereiro de 1860					
Classificação		***Chefes de familia***	***Pessoas de familia***		***Total***
			Do sexo mascolino	***Do sexo feminino***	
Empregados	***Director***	***1***		***1***	***2***
	Capellão	***1***			***1***
	Escrivão	***1***			***1***
Colonos	***Da 1ª classe***	***8***		***6***	***14***
	Da 2ª classe	***13***		***3***	***16***
Estranhos á Colonia				***2***	***2***
Somma		***24***		***12***	***36***
N. B. As duas pessoas extranhas á Colonia forão - Rita Maria da Conceição que casou com soldado Manuel José Teixeira ; e [Felisbina] Candida do Espirito Santo que casou com o colono da 3ª classe João Antonio de Oliveira					
Avanhandava 26 de Setembro de 1864					
Manoel Giraldo do Carmo Barros					
Capitão, Director da Colonia					

Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 26/09/1864, elaboração do autor.

[580] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00820, 26/09/1864, documento manuscrito.

Quadro 8: “Mappa do pessoal existente hoje na Colonia, 26 de Setembro de 1864”.

Colonia Militar Avanhandava				
Mappa do pessoal existente hoje na Colonia				
Classificação	***Chefes de familia***	***Pessoas de familia***		***Total***
		Do sexo mascolino	***Do sexo feminino***	
Director	***1***	***2***	***3***	***6***
Ajudante	***1***	***1***	***3***	***5***
Cirurgião	***1***			***1***
Capellão	***1***			***1***
Colonos da 1ª classe	***6***		***9***	***15***
Colonos da 2ª classe	***10***	***11***	***17***	***38***
Colonos da 3ª classe	***32***	***37***	***66***	***135***
Colonos da 4ª classe	***10***	***5***	***6***	***21***
Habitantes da Colonia	***4***	***1***	***6***	***11***
Somma	***66***	***57***	***110***	***233***
Directoria da Colonia Militar Avanhandava 26 de Setembro de 1864				
Manoel Giraldo do Carmo Barros				
Capitão, Director da Colonia				

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00820, 26/09/1864, elaboração do autor.

3.5.2 A gradual decadência da colônia e outros projetos não concluídos

Após a saída de Manoel Barros, em 1864, a colônia não manifestará melhoramentos, ou crescimento da população. Os diretores que assumiram, posteriormente, não conquistaram avanços significativos. Obras foram orçadas e planejadas, entretanto, pouco foi realmente construído. Os entraves foram muitos. Contratavam-se operários e mestres como colonos, porém a maleita muita vezes impedia as atividades produtivas da colônia; ficando doentes, não poderiam construir ou reformar, e a constituição física ficava dependendo de leigos após o egresso do médico em 1867 (lembrando que o capelão também havia ido embora, por questões de saúde, em 1864). O último “mappa do pessoal” que tivemos conhecimento por documentação é datado de dezembro de 1864, elaborado pelo diretor interino Tenente Gaspar José Menna Barreto. De acordo com o quadro abaixo, existiam 132 homens e 122 mulheres distribuídos em 77 fogos. Além disso, havia também 128 cabeças de gado bovino (vacum) e 11 “predios”, sendo que três eram pertencentes ao governo:

Quadro 9: “Mappa estatistico da colonia, com declaração dos predios e mais objectos, dezembro de 1864”.

Provincia de São Paulo													
Colonia militar Avanhandava, Dezembro de 1864.													
Mappa estatistico da colonia acima dita, com declaração dos predios e mais objectos													
Directoria da Colonia 31 de Dezembro de 1864		***Habitantes***		***Fogos***	***Animaes***					***Predios***	***Diversos objectos***		
		Homens	***Mulheres***		***Cabrum***	***Cavallar***	***Muar***	***Suino***	***Vacum***		***Canoa***	***Carro***	***[Jaeses]***
Bens pertencentes a Fasenda Nacional						***1***	***10***		***32***	***3***		***2***	***12***
Empregados e pessoas de familia		***6***	***6***	***3***									
Colonos	***Da 1ª classe***	***5***	***9***	***5***	***5***	***2***			***1***				***2***
	Da 2ª classe	***22***	***18***	***11***		***2***			***3***	***1***			***2***
	Da 3ª classe	***75***	***73***	***43***	***4***	***20***		***10***	***60***	***4***	***1***	***1***	***20***
	Da 4ª classe	***18***	***10***	***11***		***3***	***2***	***4***	***2***	***1***			***5***
Habitantes que não são Colonos		***6***	***6***	***4***		***6***	***2***		***30***	***2***	***2***	***1***	***8***
Somma		***132***	***122***	***77***	***9***	***34***	***14***	***14***	***128***	***11***	***3***	***4***	***49***
Observações:													
Os trez predios pertencentes a Fasenda Nacional são:													
1º Uma casa construida no anno de 1863, destinada para officina da Colonia, ha nella uma ferraria, um salão para carpintaria, um estaleito para serrar madeira, e um quarto fixado que tem servido de prizão, porem torna-se inutil porque esta colocado quazi um quarto de legua distante deste arraial ficando no tempo de chuvas impraticavel o caminho e alem [disso] todas as suas partes e mesmo o edeficio é acanhado e não satisfaz os fins para que foi construido.													
O 2º É um telheiro de madeira sem labrar, de 62 palmos de frente, 25 de fundo, conforme foi participado em officio numero 514 de 26 de Agosto de 1864 nelle esta acommodado o Cyrurgião com botica e enfermaria tudo muito mal acomodado, achando-se alem disto este renxo colocado em um lugar baixo e improprio para enfermaria.													
O 3º É uma barraca cuberta de telhas e tapada aos lados com taboas como consta dos officios numeros 488 de 27 de Junho e 521 de 5 de Setembro de 1864 tem 22 palmos de frente e 60 de fundo, serve actualmente de capella.													

Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00821, 10/02/1865, elaboração do autor.

Poucos anos depois, em 1867, o estado da colônia era desastroso – sem diretor, sem ajudante, sem capelão, sem médico, sem escrivão, sem colonos da 1ª classe (praças militares) e 4ª classe (estafetas/correio). Apesar disso, existia ainda boa quantidade de colonos que continuava a cultivar suas terras. E mesmo residindo efetivamente na colônia há cinco, seis, sete anos; todos consequentemente com o direito de adquirirem seus títulos de propriedades, ainda não os tinham obtido – isso porque a demarcação dos lotes rurais, orçada e mapeada por Barros desde 1863, não havia sido realizada.

De acordo com o relatório deste mesmo ano,[581] escrito por José Izidro Gonçalves Neves, membro da comissão da diretoria, haviam cinco edifícios construídos e pertencentes ao governo:

1º = Telheiro destinado para officina porem que não se presta a esse fim
2º = Casa = actual residencia dos Directores
3º = Dita sem [assoalho] nem forro onde esta a botica e enfermaria
4º = Capella muito pequena
5º = Casa principiada em boas proporções, porem parece-me não se podera concluir convenientemente esta obra sem que primeiro se costrua uma serra movida por agua = para cuja obra existe o lugar explorado = nivellada a tirada de agua = feitas 500 braças de rego e grande parte da madeira de [cerne] tirada.[582]

Em 1871, novamente é mencionado em ofício pelo diretor da colônia (João Pereira Lima Junior) que não existia marcação de lotes rurais para serem distribuídos aos colonos, mesmo após os reiterados pedidos ao governo. Ora, isso fazia com que, meses após meses, por não conseguir ter acesso à propriedade de seu pequeno lote de terra, a quantidade de colonos que abandonava suas funções e desertava da colônia, só aumentava:

Tenho a honra de informar a V. Sª, que nesta Colonia não existe de marcação alguma de lotes de terras, nem para Colonos, nem pª Voluntarios da Patria, e nem tam pouco pª immigrantes Americanos, o q. tem sido grande transtorno por q. os Colonos, que obtiverão direito a lotes de terras [requererão] por meu intermedio ao Exmo. Governo em [posse, passe] dos artigos 3º e 30 do regulamento da Colonia e Decreto nº 2126 de 13 de Março de 1858, eu os enderessei com as competentes informações ao Exmo. Governo por diversas vezes até mandando por particulares, para pagar [sello] e mais [emulumentos] q. fosse persizo na repartição das terras Publicas mais ate o prezente não tive solução, dando lugar a que [m.tos.] desgostassem por não poderem cultivar o q. lhe pertencia ou vender a outrem q. cultivaria, mudarão-se varios, o q. tambem acontesseu de pois da grande geada no mez de Junho do anno [pp. – passado]; apezar de minhas [ademoestações], que os titulos de terras logo virião e q. a geada foi geral, [uns] atenderão outros sahirão o q. participei ao Exmo. Governo [...].[583]

De acordo com o relatório deste mesmo ano, no Arraial existiam 120 moradores, com 25 casas particulares e 5 do governo – a primeira servia para botica, enfermaria, quartel e prisão (mesmo sem médico, um colono fazia o papel de enfermeiro); a segunda para diretoria; a terceira em construção, que seria destinada para a nova sede da diretoria; a quarta era utilizada para

[581] Transcrição completa em anexo, data do documento: 14/01/1867.
[582] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00821, 14/01/1867, documento manuscrito.
[583] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00821, 11/01/1871, documento manuscrito (grifo nosso).

capela (sem capelão); e a última estava desocupada no pontal do ribeirão Ferreira. Apesar das dificuldades, a lavoura era próspera, produzindo o necessário para o suprimento da população da colônia e às vezes exportava-se para Itapura e Piracicaba. Ainda conforme o diretor Lima Junior, havia na região do Salto do Avanhandava aproximadamente 1000 almas. O serviço de correio não funcionava desde 1869, quando a comunicação entre as províncias do Rio de Janeiro e Matto Grosso dava-se então pelo rio Paraguai. *"Nunca mais tivemos correios; mandava e mando todas as vezes um portador a cavallo com um cargueiro buscar toda correspondencia para estes dous pontos militares (Itapura e Avanhandava) [...]".*[584] Além disso, é interessante mencionar que a colônia possuía uma posição de utilidade pública em relação à renda, pois, cobrando-se pelos serviços de varações de canoas e "batelões", gerava-se assim retribuição anual ao Estado de 1:000$000 réis.

Abaixo, conclui-se que o Arraial estava implantado segundo o projeto inicial do diretor Barros, ao menos em parte, com a conhecida quadra de 40 braças (88x88 metros), ruas de 60 palmos (13,2 m.) e os lotes urbanos para colonos com 10 braças de frente (22 m.) por 20 braças de fundo (44 m.). As plantações eram feitas com limites incertos, e por isso Lima Junior reenvia o orçamento feito por Barros há oito anos, referente à demarcação dos lotes rurais:

[...] O Arraial aqui está feito em quadras de quarenta braças, as ruas são de 60 palmos, tem-se dado a colonos e moradores 10 braças de frente e vinte de fundo para fazer suas cazas. A plantação por ora é feita sem [demarcação] de proprietario e só sim com divisas provisorias; no mappa [observara] V. Sª q. as dispezas a fazer-se importão em 2:350$000 rs. [Expendendo] todas estas considerações a V. Sª espero q. as transmitirá ao Exmo. Senr. Prizidente da Provincia com a clareza preciza q. exige neste negocio afim do [m.mo] Exmo. Senr. ordenar o pagamento desta verba no orçamento, q. tenho de fazer do corrente simestre por q. estes serviços devem-se principiar por todos mez de Maio p. fucturo endiante e são de grande necessidade.[585]

Por fim, em 1877, o último diretor do estabelecimento, Eliseo Dantas Bacellar, realiza outros diversos orçamentos e projetos, talvez como tentativa derradeira de reerguer algo que já não fazia jus aos seus objetivos desde muito tempo. Não adentraremos na análise destes novos planos, apenas indicando o que foi produzido pelo diretor através das figuras a seguir. Muitos pedidos foram feitos: extensas relações de materiais, operários a se contratar, necessidade de praças do destacamento (que deveriam ser 12, mas não havia nenhum); contudo, apesar das súplicas, a colônia acabará por perecer pouco tempo depois.

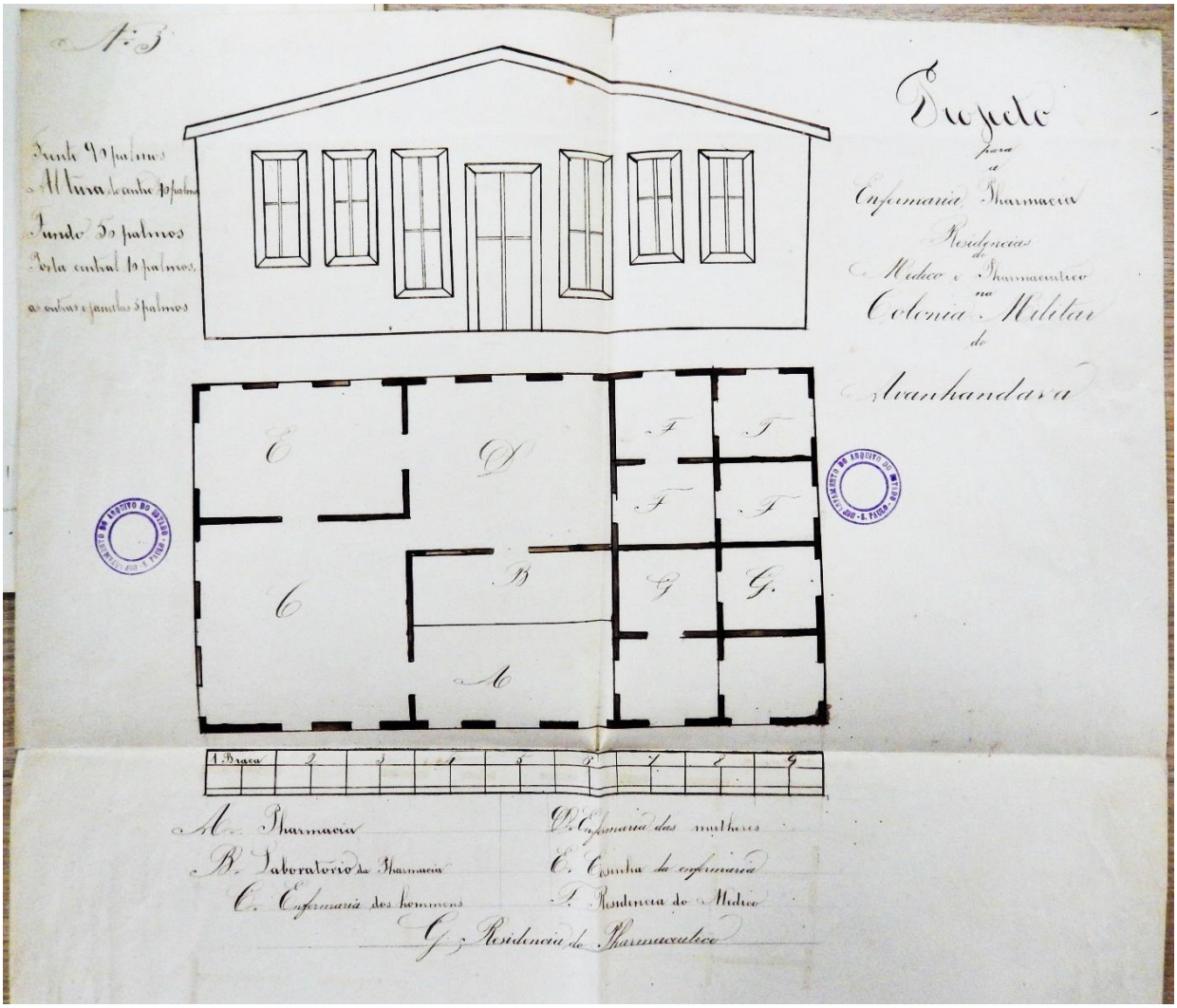
[...] É tão urgente o que peço a V. Exa. que [disso] depende o desenvolvimento ou o completo aniquilamento da Colonia, porque seus habitantes já estão cansados de esperarem pelo soccorro do Governo, em falta do qual já tem se affugentado toda a sua população que já foi numeroza e feliz. Porem d'um certo tempo para cá foi ella desmerecendo pouco a pouco; sahio o seo Director e

[584] Relatório da Colônia Militar Avanhandava por João Pereira Lima Junior, em 15 de Novembro de 1871, *In:* BRASIL, Relatorio apresentado á Assemblea Geral Legislativa na quarta sessão da decima-quarta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios de Guerra Visconde do Rio Branco, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872, p. 4.

[585] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00821, 11/01/1871, documento manuscrito (grifo nosso).

fundador, seu Capellão, seu Medico, seu escrivão, suas praças; os Colonos matriculados sem mais receberem suas diarias nem suas terras, sujeitos ao rigor do regulamento que só servia para satisfazer ás paixões particulares, forão se libertando da nuvem negra que [toldava-lhes] o horizonte de seus futuros, ficando como signal da antiga Colonia, um Director no meio das ruinas que em cada montão [assignalão] em seos destroços os dinheiros dos Cofres Publicos.[586]

Figura 94: "Projecto para a Enfermaria, Pharmacia, Residencia do Medico e Pharmaceutico na Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877."



Fonte: APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00821, 25/04/1877, fotografia do autor, 2019.

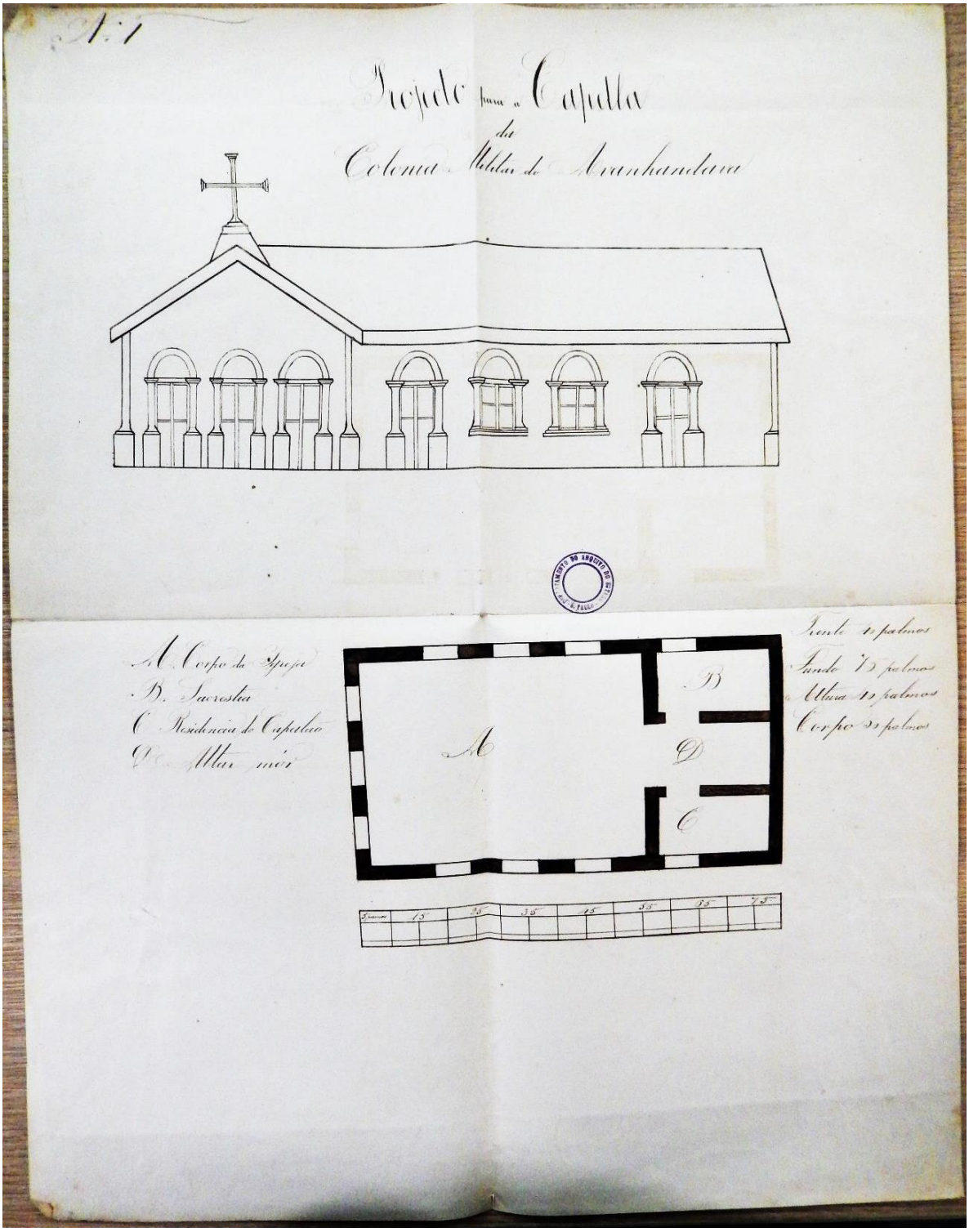
Lê-se:

Frente 90 palmos (19,8 m)
Altura do centro 40 palmos (8,8m)
Fundo 50 palmos (11m)
Porta central 10 palmos, (2,2m)
as outras e janelas 5 palmos. (1,1m)

A – Pharmacia
B – Laboratorio da pharmacia
C – Enfermaria dos hommens
D – Enfermaria das mulheres
E – Cosinha da enfermaria
F – Residencia do Medico
G – Residencia do Pharmaceutico

[586] APESP. *"Officios Diversos Avanhandava",* Caixa C00821, 11/02/1877, documento manuscrito (grifo nosso).

Figura 95: “Projecto para a Capella da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.”



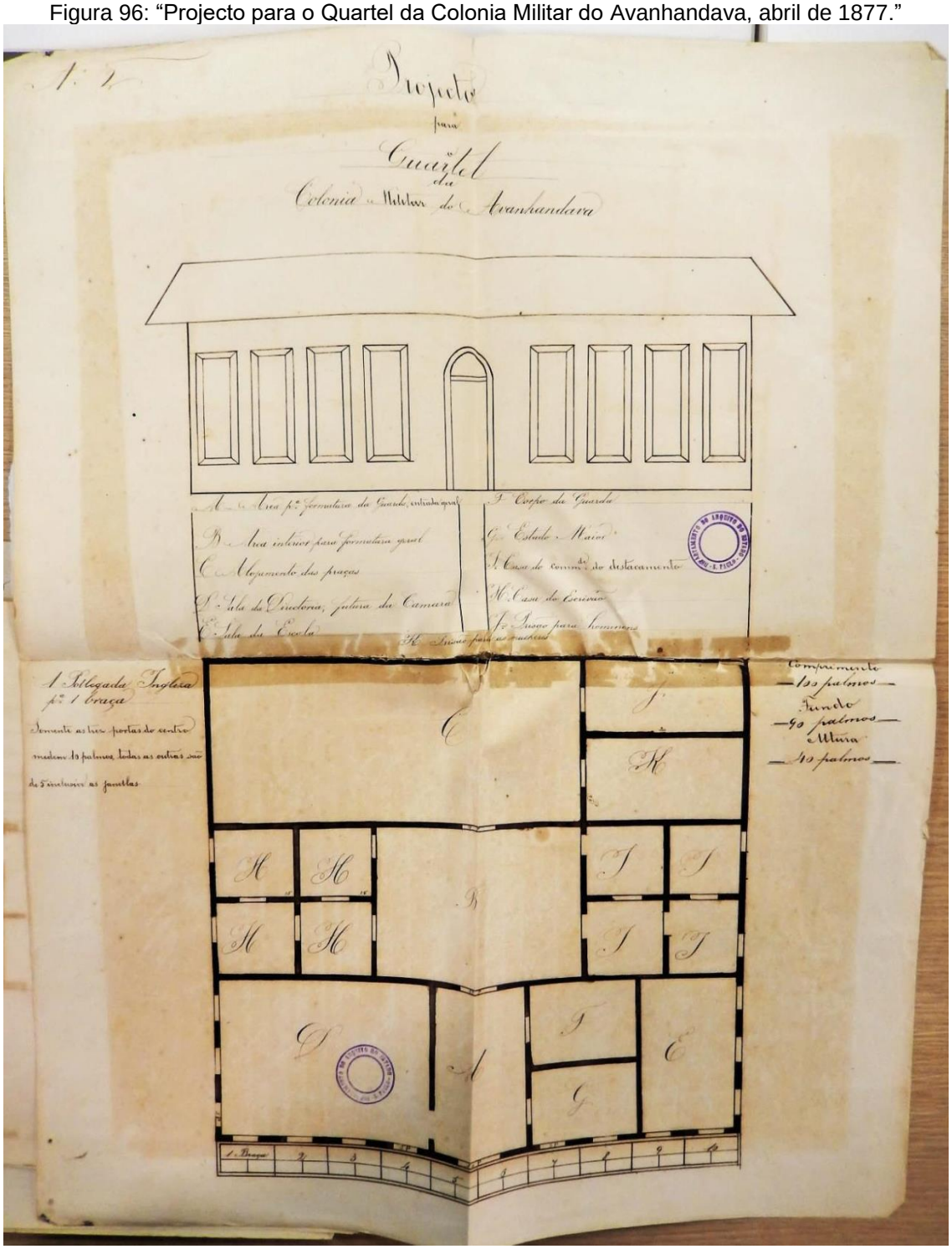
Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00821, 25/04/1877, fotografia do autor, 2019.

Lê-se:

A – Corpo da igreja.
B – Sacristia.
C – Residencia do Capelão
D – Altar mór

Frente 40 palmos (8,8m)
Fundo 75 palmos (16,5m)
Altura 40 palmos (8,8m)
Corpo 50 palmos (11m)

Figura 96: “Projecto para o Quartel da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00821, 25/04/1877, fotografia do autor, 2019.

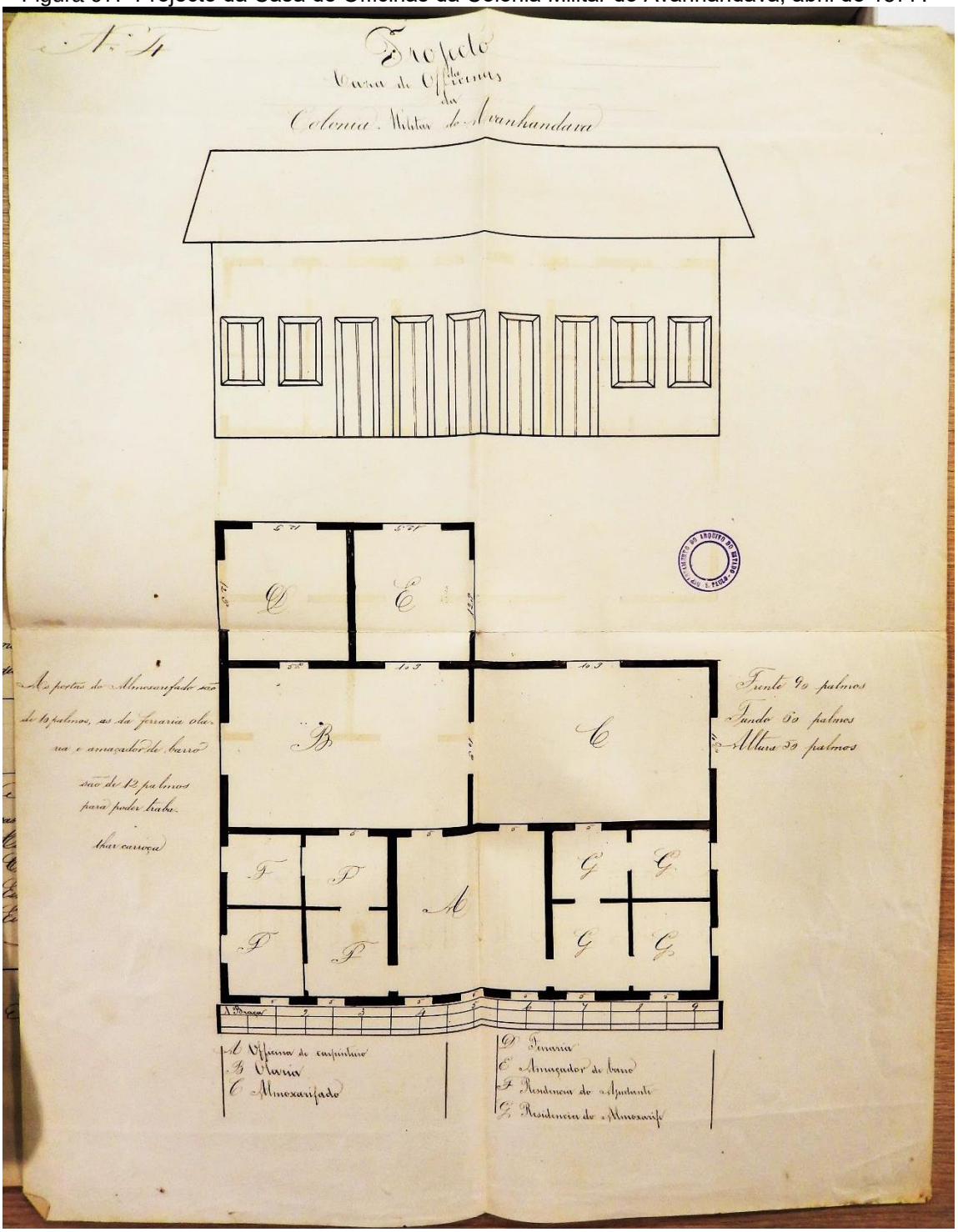
Lê-se:
A – Area pª. formatura da Guarda, entrada geral.
B – Area interior para formatura geral.
C – Alojamento das praças.
D – Sala da Directoria, futura da Camara.
E – Sala da Escola.
F – Corpo da Guarda
G – Estado Maior
I – Casa do comm^{de} do destacamento.
H – Casa do escrivão
J – Prisão para hommens.
K – Prisão para mulheres

1 Pollegada Ingleza pª 1 braça

Somente as trez portas do centro medem 10 palmos todas as outras são de 5 inclusive as janellas.

Comprimento – 100 palmos (22m)
Fundo – 90 palmos (19,8m).
Altura – 40 palmos (8,8m)

Figura 97: “Projecto da Casa de Officinas da Colonia Militar do Avanhandava, abril de 1877.”



Fonte: APESP. *“Officios Diversos Avanhandava”,* Caixa C00821, 25/04/1877, fotografia do autor, 2019.

Lê-se:
As portas do almoxarifado são de 10 palmos, as da ferraria, olaria e amaçador de barro são de 12 palmos para poder trabalhar carroça.

A – Officina de carpinteiro
B – Olaria
C – Almoxarifado
D – Ferraria
E – Amaçador de barro
F – Residencia do Ajudante
G – Residencia do Almoxarife

Frente 90 palmos (19,8m)
Fundo 60 palmos (13,2m)
Altura 50 palmos (11m)

O tempo revelou que o plano de ocupar as extensas fronteiras exigia infinitamente mais recursos materiais e humanos do que o jovem império brasileiro era capaz de fornecer. Finalmente, a Colônia Militar de Avanhandava foi emancipada por aviso imperial de 28 de janeiro de 1878.[587] Uma a uma, as colônias estagnaram e foram abandonadas. A enormidade de tarefas empreendidas, aliadas à deficiência dos recursos disponíveis, frustrou os esforços do governo a cada momento. Ao criarem-se esses tipos de estabelecimentos, depositavam-se neles muitas esperanças, e acabaram se tornando mais dependentes, frágeis, e menos autônomas do que o previsto. Além disso, havia a falta de abastecimento e víveres, o atraso no pagamento das diárias, a carência de pessoas que quisessem ir para a região (conhecendo os problemas). A longa distância, os danos e quebras dos produtos sofridos pelas viagens monçoeiras (que demoravam entre ida e volta de seis a oito meses), faziam com que os negociantes elevassem o preço das mercadorias.

Ainda, em 1862, houve tentativa de enviar para Avanhandava colonos alemães (vide Relatório do Presidente da Provincía João Jacyntho de Menconça abaixo), entretanto, nada foi concluído.

> Colonisação:
>
> Para poder dar cumprimento ao artigo 23 da lei nº 8 de 19 de Maio do corrente ano, que decretou a quantia de tres contos de réis para a acquisição de algumas familias allemans que se vão estabelecer na Colonia do Avanhandava, dirigi-me ao Governo Imperial pedindo-lhe que se dignasse auziliar-me n'esta util empresa proporcionando-me a vinda de colonos morigerados, e quantos podessem vir com o dispendio da quantia decretada que declarei que estava prompta. Dei tambem ao Governo conhecimento das outras vantagens que o referido artigo de lei concede á esses colonos; mas não tendo tido ainda resposta, não posso dar a V. Ex. uma informação mais detalhada a esse respeito.[588]

De fato, a colônia de Avanhandava, assim como os outros estabelecimentos militares criados sob o mesmo modelo estrutural, com objetivos semelhantes, enfrentou muitas dificuldades e entraves que prejudicaram o seu desenvolvimento. Os obstáculos, salientados e comentados em inúmeros ofícios pelos diretores, relacionavam-se, basicamente, com a posição geográfica e as dificuldades no setor financeiro. Assim, as grandes distâncias e a dificuldade em estabelecer comunicações rápidas e eficientes com as demais vilas e cidades próximas, juntamente com a falta de verbas, especialmente para a construção de melhorias e a falta de pessoal especializado, podem ser apontadas como as principais causas que dificultaram o progresso da colônia. A sua principal função, que era estabelecer uma linha de estafetas para a comunicação com o Mato Grosso, foi mantida durante pouco tempo. De acordo com Oliveira:

---

[587] BRASIL, Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, Marquez do Herval, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 35.

[588] SÃO PAULO. Relatorio com que o Ilmo. e Exmo. Senhor Doutor João Jacyntho de Mendonça entregou a Presidencia da Provincia de S. Paulo ao Ilmo. e Exmo. Senhor Conselheiro Dor. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 24 de Setembro de 1862. S. Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1862, p. 13-14.

> No Mato Grosso e em Goiás, eram as fronteiras que preocupavam, as colônias militares dividrasm espaço com as fortalezas e presídios. Nos anos 1850, o Mato Grosso era preocupação central do governo. As negociações com as repúblicas vizinhas eram delicadas, houve ameaças da Bolívia, embates dom os paraguaios, invasões periódicas. Era constante o pedido para o aumento dos efetivos militares, assim como a demanda de investimento nos fortes para a instalação de novas colônias militares. O problema começava na própria circulação das informações, uma vez que o serviço do correio tinha que ser feito por soldados tanto no Mato Grosso como em Goiás.[589]

A autora continua explicitando que não adiantava definir novas rotas de comunicação fluvial entre as províncias, se a viagem fosse inviável pela dificuldade de abastecimento em longos percursos e pela ameaça de ataques indígenas. Entre outras causas que impediram o aumento e a expansão de tal unidade dizia respeito à falta de assistência do governo – especialmente em relação ao cumprimento do próprio regulamento da colônia. Em nenhum período estudado todos os cargos estavam preenchidos e em plena função: diretor, escrivão (ou ajudante do diretor), capelão, médico, enfermeiro; colonos de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe. As ausências ou a verdadeira falta destes postos, além dos operários para construção, do agrimensor para a demarcação dos lotes rurais, entre outros – impediu a realização de muitas atividades. Somando-se a isso, tinha-se também a falta do auxílio governamental sob a forma de concessão de verbas; tanto para aplicação em melhorias, novas construções, quanto para a própria diária dos colonos. Os recursos destinados ao pagamento dos militares e despesas com os colonos sofriam constantes atrasos, e não era raro ficarem meses sem receber. Prejudicando assim, a execução e o desempenho dos compromissos assumidos com os trabalhos coloniais.

Em 1886, o major de engenheiros Jacques Ourique afirmava sobre Avanhandava:

> Actualmente, a ex-colonia do Avanhandava, 20 leguas abaixo do ultimo ponto da navegação do Tieté que nas enchentes já tem até lá chegado, está abandonada, como já dissemos, por ter sido entregue muito cedo aos proprios recursos, só existindo, hoje, na barranca do rio junto ao salto, algumas casas dos derradeiros colonos, que se occupam na varação das canôas, e a do Itapura vegete e lucta por manter-se.[590]

De certa maneira o império era incapaz, e muitas vezes burocrático e relutante, em suprir as necessidades básicas da colônia, permitindo assim que fosse desemparada. Aqueles que permaneceram no isolamento das colônias durante algum período de tempo encontraram pouco para encorajar suas energias. Em 1913, o governo "finalmente abandonou as colônias sobreviventes em seu próprio destino."[591]

Pode-se afirmar, apesar das adversidades acima, que a colônia contribuiu para o aumento de povoadores nas zonas rurais, e de moradores na região dos Campos do Avanhandava. Isso

---

[589] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Exército e "A difícil luta contra a independência dos homens do campo": embates na construção do Estado do Brasil, 1840-1870. *In:* Adriana Barreto de Souza, Luis Edmundo de Souza Moraes, Maud Chirio, Angela Moreira Domingues (orgs), *Pacificar o Brasil, das guerras justas às UPPs.* São Paulo: Alameda, 2017, p. 197-224.

[590] OURIQUE, Jacques. Colônias Militares. Itapura e Avanhandava. In: *Revista do Exercito Brasileiro*, anno quinto. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1886, p. 10.

[591] WOOD, 1972, p. XII.

fica claro ao analisarmos as variadas tentativas de abrirem-se estradas e picadas que tinham como direção o Avanhandava. Mesmo com o pequeno povoamento remanescente ali, com efeito, a região do Salto só retomará a colonização a partir da construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX, que afirmara a direção fundamental ao crescimento da vida rural e urbana, além do transporte e escoamento em grande escala da produção cafeeira.

3.5.3 As estradas para Avanhandava

3.5.3.1 Estrada Itapura-Avanhandava

Jacques Ourique era major do exército e, em determinada época, responsável por realizar inspeções nas colônias militares, grande conhecedor da problemática das políticas de colonização em todo o Brasil; para ele, fazia-se indispensável a preparação material para a criação e fundação de tais estabelecimentos. “Esta preparação consiste, principalmente: na escolha de pontos apropriados, divisão de lotes, construccção de boas estradas e mais trabalhos indispensáveis á adaptação da natureza as necessidades do colono.”[592] A necessidade da construção da estrada que ligaria Avanhandava ao Itapura já tinha sido mencionada por Antonio Mariano de Azevedo, em sua expedição ao rio Tietê realizada em 1857.

O presidente da província escreveu para Araraquara confiando a Joaquim Roberto Freire para a construção de tal estrada. Este, apesar de não aceitar a tarefa, conseguiu um morador do Salto do Avanhandava que se determinou em fazê-la. Em ofício de 13 de janeiro de 1858, Joaquim R. Freire comunica ao presidente da província informações sobre os saltos de Avanhandava e Itapura, e que a dita picada estava encarregada ao cidadão João Gonçalves [Gonsalves] Peixoto:

Ilmo e Exmo Senr.

Accuzo a recepção do Officio de V. Exa, [datado] de 28 de 10bro [prop.] exigindo-me [ilegível] qual o Salto que ja tem chegado [causa?]. Tenho a declarar a V. Exa. [que e] o do Avanhandava, sendo o Salto do Itapura, vinte legoas mais ou menos abaixo, e do Salto do Avanhandava ao do Itapura nada tem de caminho; [cumpre-me] tão bem a levar ao conhecimento de V. Exa. que a picada de [entre] os saltos está encarregada ao cidadão João Gonsalves Peixoto, morador naquelle lugar, para abrir com toda a [brevidade] afim de que eu possa [hir] fazer o [exame] da estrada, mas não será feito com a brevidade desejada, por que a estação do tempo tem sido de [muita] chuva, [a isto, e isto] para fazer serviços em hum [certão] onde tudo é mato. É muito defficient por que qual quer [corrego] hoje é hum ribeirão e impede a passagem. [Abreviaturas – Deos guarde a V. Exa. por muitos annos]. Araraquara, 13 de Janeiro de 1858.

Ilmo e Exmo Senr. Prezidente da Provincia de S. Paulo

[592] OURIQUE, Jacques. Colonias Militares In: *Revista do Exército Brasileiro.* Anno terceiro. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1884, p. 13.

Joaquim Roberto Rodrigues Freire.[593]

Solucionada a dificuldade de encontrar um "empreendedor", apresentava-se então o problema da mão de obra. A solução mais fácil, como usual na época, recaiu sobre os negros escravizados. Eles já haviam construído a maioria das estradas particulares existentes na província, e agora eram solicitados para a construção de uma estrada oficial, da qual dependeria o êxito das duas colônias – Avanhandava e Itapura; além de facilitar a comunicação com a Província de Mato Grosso. Segundo Silva, João Gonçalves Peixoto e o diretor da Colônia Militar de Itapura, a quem tocara o encargo da administração da estrada, solicitaram ao Ministério da Marinha o envio de "negros livres" da Fábrica de Ferro São João do Ipanema (também chamada de Real Fábrica do Ipanema, ou Fundição Ipanema) para o serviço.[594]

O primeiro encargo seria a contrução de somente uma picada de 20 palmos de largura, permitindo trânsito de animais de cela e de carga. O posterior descuido com tal picada levou administradores a recearem pelo malogro dos objetivos governamentais. Em 1862, comprovados os relevantes serviços que a estrada prestaria, objetivos estratégicos e econômicos, passou ela do Ministério da Marinha para o Ministério da Secretaria d'Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e um novo contrato foi realizado com Peixoto. Dessa vez, a estrada seria construída em duas seções: a primeira de doze léguas, do Itapura até a cachoeira do Ribeirão Azevedo; dali ao Alambary e deste ao Avanhandava.[595] A estrada deveria, em toda sua extensão, permitir o trânsito de carros de bois, nas baixadas e lugares úmidos deveria ser feita a derrubada das matas para ficar completamente exposta ao sol. Além disso, as pontes e pontilhões, em número de 34, deveriam ser construídos em madeira de lei.

De acordo com Barros, a primeira comunicação por terra, a picada do Avanhandava ao Itapura foi feita em 1858. Apesar de, logo depois ter havido muitas tentativas para transformar a dita picada em estrada, isto nunca se concluiu:

> Durante quase 50 anos a fio, os diretores da Colônia do Itapura reclamariam, insistentemente, a efetivação daquela estrada, que permitisse o trânsito carroçável, para se evitar a navegação trágica do trecho entre o Avanhandava e o Itapura, escaramuçado e pestilento, verdadeiro cemitério de embarcações e de viajantes.[596]

Ainda para Silva, no ponto de vista político-militar, era uma via terrestre de grande importância estratégica, que poderia ter salvaguardado Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, e que deixou de ser construída por falta de cumprimento do contrato. Perderam-se 12 léguas já construídas com as respectivas pontes e 16 léguas de picada.

---

[593] APESP. *"Oficios de Araraquara."* Caixa C00805, Cx. 11, Pasta 4. 13/01/1858. Disponível em: https://bit.ly/37pZy5C. Acesso em: 12 dez. 2019 (grifo nosso).
[594] SILVA, M., 1972, p. 121.
[595] Ibidem, p. 123.
[596] BARROS, F., 1957, p. 288.

> A ausência da estrada foi a causa do isolamento da região por quase um século. Sua abertura constituiria um benefício à civilização. Essa área do Brasil, pouco conhecida e injustiçada, teria sido engrandecida com a construção de uma via terrestre, missão reservada à Estrada de Ferro Noroeste, que, assumindo o papel outrora representado pela corrente do rio, vai efetivamente tornar possível a exploração do solo e a abertura de outras vias de comunicação.[597]

3.5.3.2 Picadão Botucatu-Avanhandava

Como já foi mencionado anteriormente, um problema de grande importância que se colocava para os núcleos de povoamento no interior da Província de São Paulo era o das comunicações. A falta de estradas isolava as incipientes povoações quanto à obtenção de gêneros alimentícios, mas também ao escoamento de sua produção. Um plano foi enviado para a Assembleia Provincial que consistia na elaboração de caminho que partiria de Botucatu, um picadão através das matas, e se estenderia até a Serra dos Agudos, à margem esquerda do rio Tietê. Essa estrada devia colocar em comunicação os lugares povoados a oeste da Vila de Botucatu com a povoação do Salto do Avanhandava. O presidente da província designou Felicíssimo Antônio Pereira para a abertura do traçado, o mesmo que tinha sido indicado para comandar a expedição que, em 1858, se organizou contra os indígenas.[598]

Assim, este cidadão, representante dos grandes proprietários da região denominada "Matas do Bauru" e "Sertão de Botucatu", apresentava forte convicção de que era necessária a estrada que passasse por Campos Novos do Paranapanema e atingisse os Campos do Avanhandava. Pode-se afirmar que a construção deste tipo de empreendimento – a estrada – permitiria pressionar os indígenas para que estes fugissem da região; incrementar o escoamento de gêneros entre as povoações; e acarretaria também a valorização e expansão das propriedades rurais. Porém,

> como valorizar aquelas imensas áreas, terras de grande fertilidade, com o entrave da presença nativa, que amarrava e desestimulava a entrada do "branco" e sua fixação pelo temor de ataques indígenas? Tal deveria ser o raciocínio do Governo Provincial, que, na época, estava elaborando uma política fundiária para a região.[599]

É assim que, de acordo com Di Creddo, a partir da década de 1860, constata-se a ação do Estado no sentido de incentivar a colonização do sertão, utilizando-se da política de aldeamentos, bandeiras e, neste caso aqui tratado, a abertura de estradas. Para a autora, na época acreditava-se, tanto por parte do governo provincial, quanto dos grandes proprietários, que eram estas as medidas mais eficazes no sentido de expulsar os indígenas bravios, e fazer-se avançar para o oeste a frente de populações "brancas".

---

[597] SILVA, M., 1972, p. 124.
[598] DI CREDDO, 2003.
[599] DI CREDDO, 2003, p. 137. Anteriormente Felicíssimo já tinha se dirigido ao presidente da província, em nome de 350 moradores "do Bairro do Bauru, costa da Serra do Turvo, distrito da Villa de Botucatu" reclamando dos ataques dos índios bravios na região (GHIRARDELLO, 1992, p. 45).

Em 21 de janeiro de 1859, conforme Ghirardello, a Câmara de Botucatu pede a abertura da comunicação com o Avanhandava, sugerindo que por ali poderia passar o escoamento da produção e também comunicação mais eficiente com a Província de Mato Grosso. Assim, o picadão tinha claramente posição econômica e estratégica, tanto no sentido bélico, a serviço da Guerra do Paraguai, como em relação à comunicação, retirando o excessivo isolamento daquela região da província.[600] Ainda segundo o autor, em 12 de julho do mesmo ano Felicíssimo é encarregado de abrir o picadão e inicia os trabalhos nos "Campos novos de Baurú", tendo o mesmo "de oito a dez palmos". Porém pouco tempo depois os trabalhos são prejudicados por falta de pagamentos.[601]

Nos anos seguintes, os pedidos foram reiterados em relação à construção da estrada. Em 1861, no capítulo sobre "Cathequese, e civilisação dos Indios", presente no *Discurso* do Presidente da Provincia à Assembleia Legislativa Provincial, lê-se:

> Appareceu então a idéa de abrir-se uma estrada, que, partindo do Bahurú, se aproximasse á Serra dos Agudos, e proseguisse até os campos do Avanhandava, já povoados, e cujos moradores na defficiencia de uma via de communicação, que os ligue a Botucatú, que lhes fica mais proximo, entretem relações commerciaes com Araraquara em maior distancia. E' de presumir, que essa estrada, pondo os Indigenas em contacto com a gente civilisada, concorra para modificar-lhes as tendencias feroses, de que tem dado repetidas provas.[602]

Em 1863 novamente a Câmara Municipal da Vila de Botucatu dirige oficio ao presidente da província, Vicente Pires da Mota, solicitando a abertura da estrada que, partindo do sítio de José Theodoro de Souza, no rio Turvo, Distrito de São Domingos, alcançasse o Salto do Avanhandava. Em 1871, o Diretor Geral de Índios enviava ofício endereçado ao presidente da província, descrevendo a situação:

> Há na margem esquerda do Tietê e na Serra dos Agudos, índios selvagens que atuam nas fazendas do sertão de Botucatu. Seria conveniente a estrada entre Bauru e os campos do Avanhandava, na extensão de 17 léguas aproximando-se da Serra dos Agudos, pois seria o meio de afugentar os selvagens e de atrair a civilização para aproveitar as tão férteis terras que existem. A estrada de Botucatu ao Avanhandava seria de grandes resultados políticos e comerciais. A Freguesia dos Lençóis precisa de fácil comunicação com o Avanhandava. Os índios de Botucatu e Avanhandava são os mais selvagens da Província. Não havendo catequese, nem início de civilização hoje possíveis, o meio mais eficaz para corrigir as correrias dos índios e dar esperanças às populações adjacentes é sem dúvida a abertura de estradas que vão ter ao Tietê, no sertão do Avanhandava e outras ao Paranapanema, procurando os convenientes pontos das margens desses rios. O Diretor da Colônia Militar de Avanhandava diz que nas proximidades há guaranis, xavantes, e que os ataques são constantes e a população é muito pobre. Necessário recursos para não se despovoar esta rica parte da província.[603]

---

[600] GHIRARDELLO, 1992, p. 45.
[601] Ibidem, p. 45.
[602] SÃO PAULO. *Discurso com que o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, Presidente da Provincia de S. Paulo, abrio a Assemblea Legislativa Provincial no anno de 1861*. São Paulo: Typographia Impacial de Joaquim R. A. Marques, 1861, p. 31.
[603] APESP. Abertura de estrada Botucatu/Avanhandava (1871) R/ALP, p.8 *In:* DI CREDDO, 2003, p. 141, nota de rodapé.

Ora, o discurso do Diretor Geral de Índios confirma muito do que foi explanado até agora. O interesse era dos grandes proprietários, mas sobretudo do Governo Provincial: a abertura de estradas era recurso para o povoamento e consequente valorização das terras – afugentava os grupos indígenas das regiões férteis, pressionando-os para as matas virgens, e zonas cada vez mais afastadas "a oeste"; liberando as frentes de expansão onde a população branca poderia estabelecer-se. Além disso, ainda podemos ponderar sobre como a colonização militar, considerada braço do governo, buscava "auxiliar" nestas questões. Segundo Oliveira:

> A fundação de colônias militares por todo o Brasil a partir de 1850 vincula-se ao equacionamento de problemas de controle social e de domínio do território. A ideia era arrefecer os conflitos indígenas, melhorar as condições de transporte de mercadorias por estradas inseguras, não apenas pela presença de índios "bravos", mas também de quilombos, de "vadios" e "facinorosos". Procurava-se a viabilização da circulação de mercadorias, o comério, e também o povoamento dos "interiores" pela agricultura, atacando o hábito nômade de muitos do que ali viviam. O projeto parecia ainda mais oportuno pois facilitava o uso de índios como mão de obra na construção de estradas, vedetes do projeto colonizador moderno.[604]

Novamente em 1871, no relatório à Assembleia Legislativa Provincial, há trecho escrito pelo juiz de direito de Botucatu recolocando a questão da abertura de entrada entre a Vila de Lençóis e o povoamento de Avanhandava:

> Tratando de colligir informações sobre as vantagens da estrada projectada entre a villa de Lençoes e a colonia de Avanhandava, como a V. Exc. havia promettido, vim ultimamente no conhecimento de que já existe alguma cousa n'esse sentido. Consta-me de pessoas de conceito que muitos habitantes da freguezia de São Domingos, por iniciativa e sob a direção de Antonio Alves Nantes, estão abrindo uma picada entre essa freguezia e aquella colonia, que os trabalhos estão muito adiantados e promettem bom resultado.[605]

Em 1876 retomava-se a questão da necessidade de abertura da estrada para o Avanhandava. Conforme descreve Di Creddo, propunha-se um sistema de comunicação através do trajeto que passaria por três pontos considerados básicos, não só para comunicar regiões distantes e férteis, mas também para afastar o indígena. Estes pontos seriam: Bauru-Avanhandava, aproximando-se da Serra dos Agudos, onde havia concentração de nativos; Botucatu-Avanhandava, ligando a Freguesia de Lençóis com Avanhandava; e o último ponto era ainda mais ambicioso, próximo ao Paranapanema.[606]

Assim, para Dornelles, com a ocupação destas regiões por imigrantes mineiros, desde aproximadamente a década de 1830/1840, os conflitos entre diferentes grupos indígenas e os novos habitantes tornaram-se mais frequentes. As transformações das leis, tanto refentes à política de aldeamentos para a "civilização" dos índios, quanto o novo formato de acesso às terras (lembremo-nos da Lei de Terras de 1850), provocaram alterações nos padrões de ação destes

---

[604] OLIVEIRA, 2017, p. 200.

[605] SÃO PAULO. *Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Provincia o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva no dia 5 de Fevereiro de 1871.* Typographia Americana, 1871, p. 245.

[606] DI CREDDO, 2003, p. 141.

agentes envolvidos. Já naquela época se percebia que os nativos "não cederiam passivamente às disposições legais colocadas à revelia de suas próprias pretensões."[607]

Di Creddo constatou ao analisar os anais da Assembleia Legislativa Provincial que os moradores do Salto do Avanhandava, considerados como os habitantes mais interiorizados, "sertanejos práticos", afirmavam que as correrias dos índios eram cada vez mais comuns e ousadas – destruindo plantações, cometendo assassinatos, praticando outras atrocidades. Segundo tais sertanejos, parecia que, após a promulgação da Lei de Terras, as correrias haviam intensificado devido aos indígenas se reconhecerem como proprietários. É assim que a política de abertura de estradas ligando os povoados, juntamente com a de aldeamentos e mesmo a organização das chamadas bandeiras – passam a ter como objetivo extinguir ou forçar o indígena a abandonar as áreas ocupadas. Contraditório, na medida em que o próprio Governo Provincial organizava a constituição e ação dessas bandeiras.[608]

Assim, todas as tentativas de abertura de caminhos que seguiam ao Avanhandava indicam que aquele lugar tinha certamente alguma importância para a região. O Picadão Botucatu-Avanhandava parece ter sido feito em partes, porém nunca chegou a ser totalmente concluído, do mesmo modo como as outras estradas mencionadas anteriormente; "talvez, devido a um novo meio de transporte que vinha chegando: o trem".[609]

3.6 Avanhandava no século XX

3.6.1 Relatório "Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)", Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

> Que território é esse? Apesar de se achar a dia de distância desta capital por estrada de ferro, esse território, segundo o dizer comum que já a ninguem suscetibiliza: é desconhecido, pousco explorado e habitado por indígenas; é mais do que isso, é uma zona misteriosa, e envolve lenda, algumas pavorosa [...]. É indispensável, pois fazer o reconhecimento geográfico dessa região, civilizar o indígena, arrotear a terra, para apagar do nosso progresso esse borrão que o enfeia [...]. É a autorização para que uma grande parte do Estado de São Paulo seja extraída da barbaria e entregue à civilização.[610]

O discurso acima do então deputado estadual Washington Luís à Assembleia Legislativa, em 1904, resume o pensamento da elite política e econômica paulista da época em relação ao desconhecimento do território daquele Estado. Arruda nos esclarece que uma das instituições criadas, ainda no império, com a finalidade de preencher a lacuna deste "desconhecimento" dos interiores do Brasil foi a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP). Fundada em

---

[607] DORNELLES, Soraia Salles. *A questão indígena e o Império:* índios, terras, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2017, p. 79.
[608] DI CREDDO, 2003, p. 148.
[609] GHIRARDELLO, 1992, p. 46.
[610] In: ARRUDA, 2000, p. 130.

1886, durante toda a sua existência produziu grande quantidade de material cartográfico, fotográfico, relatórios de expedições, etc. Para o autor:

> Esta instituição pode ser considerada como uma das principais responsáveis pela constituição de uma visibilidade cartográfica do Estado de São Paulo, tanto no sentido de delimitação de suas divisas com outros Estados, como na produção de imagens sobre os "recursos econômicos" que se "escondiam" no interior do Estado, nas regiões consideradas, até o início do século, "desconhecidas" ou "pouco exploradas". [611]

Não é nosso objetivo refletir sobre a concepção da CGGSP e seus diversos trabalhos; há excelentes pesquisas que tratam sobre o assunto.[612] A grande diferença do período imperial, é que a CGGSP apresentava claramente outro projeto de país. Lembremo-nos que o capítulo II abordou sobre questões referentes à criação da identidade nacional, na época do império. Pois bem, a preocupação agora era outra – o projeto que a CGG buscava era de possibilitar o desenvolvimento econômico e social – visando ainda "à ocupação do território abertamente calcada na possibilidade de exploração das potencialidades econômicas da área."[613] O que, para Costa, só foi possível em razão da mudança na estrutura social vigente e na mentalidade, levando a uma atmosfera cultural propícia ao desdobramento de ideias mais progressistas, mudança esta vinculada à cultura do café. "Portanto está claro o real objetivo vislumbrado para a CGGSP: reconhecer o território para melhor infra-estruturálo, e por consequência, explorá-lo".[614]

Assim, a partir da reformulação ocorrida em 1905 pela saída de Orville Derby, foram determinados os levantamentos chamados de "exploração do extremo sertão do Estado." O intuito era percorrer, mapear e descrever a região compreendida entre os rios Peixe, Feio, Tietê e Paraná. Quatro grandes equipes foram constituídas: uma que deveria descer o rio do Peixe até sua barra no rio Paraná; a segunda desceria o rio Feio e localizaria a sua barra (não se sabia que o rio Feio e o Aguapeí eram o mesmo, que desaguavam no rio Paraná); a terceira turma deveria descer o rio Tietê até sua barra no rio Paraná; e a última exploraria o rio Paraná, da sua barra no rio Tietê até sua junção com o rio Paranapanema (que já havia sido explorado por Theodoro Sampaio em 1886).[615]

> As representações construídas, neste momento, dividem os territórios em dois, com atributos e histórias própias. De um lado, estavam os terrenos já explorados e povoados, habitados por pessoas com história e "civilizadas"; de outro, estava o "extremo sertão do estado", habitado por pessoas sem história e sem cultura,

---

[611] ARRUDA, 2000, p. 117.

[612] Os trabalhos de Figueirôa são certamente referência, ver por exemplo: FIGUEIRÔA, Silvia F. M. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997. Outros já citados que tratam, com perspectivas e objetivos diferentes, sobre o assunto: ARRUDA, 2000; e COSTA, L., 2003. Ver também: LUCIO, Silvana T. M. P. *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação do território paulista, 1905-1931*. 2v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, 2014. E ainda, abordando especificamente as fotografias da CGGSP: MOI, Cláudia. *Explorações do olhar:* ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas – SP, 2005.

[613] COSTA, L., 2003, p. 174.

[614] Ibidem, p. 152.

[615] ARRUDA, 2000, p. 129.

> "incivilizados". É um ponto de vista que se revela nitidamente nos documentos elaborados pela Comissão Geográfica e Geológica; porém, não prevalece somente entre os engenheiros ou no universo intelectual dos funcionários da CGG: constituía-se efetivamente no imágino social corrente, era um "horizonte espacial coletivo".[616]

A importância dos estudos da CGGSP para esta dissertação está nas fotografias das ruínas de Itapura e nas descrições das duas ex-colônias militares paulistas nos relatórios de exploração. São trechos relativamente pequenos, contudo, constituem-se de material documental significativo para "provar" e descrever os "restos" das colônias. Dessa maneira, no início do século XX dois relatórios mencionam os resquícios da Colônia Militar Avanhandava. O primeiro que mencionaremos é o Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em expedição ao rio Tietê chefiada por Jorge Black Scorrar, publicado em 1905:

> Salto de Avanhandava:
>
> O rio em frente ao porto, no começo da corredeira, antes do Salto, mede 444 metros de largura e desce em corredeira com velocidade crescente até ás duas quédas principaes no lado direito. Ahi divide-se em duas partes, uma que se precipita por esses dois boqueirões de 13,20 [metros] de altura; a outra, que continúa em corredeira mais 280 metros, vae formar outras duas quédas no lado esquerdo, cahindo as sobras pelas rochas em degráus dando assim um aspecto pittoresco a todo o salto. As duas cascatas reunidas medes 50 metros de largura e as outras duas 55, ao todo 105 metros. [...] A altura entre o começo da corredeira ácima do salto e 200 metros abaixo do canal estreito é de [17,57m] e a descarga de 263 metros cubicos por segundo, produzindo uma força virtual de 61600 cavallos.
>
> [...]
>
> De Avanhandava em deante não se encontra mais morador na margem esquerda, sendo o ultimo o Sr. João de Castilho, estabelecido 4 leguas em frente ao Salto, e na direita existem alguns, porém bastante afastados do rio.
>
> [...]
>
> Ex-Colonias Militares de Avanhandava e Itapura:
>
> Em Avanhandava existe um terreno demarcado com área de 4356 hectares, propriedade do Governo Federal, onde foi estabelecida uma Colonia Militar da qual só existem duas casas assoalhadas e cobertas de telhas, em estado precario de conservação, porém habitadas, que alli se ostentam como padrão do progresso dos tempos idos. Neste terreno existem tambem outros casebres, alguns cobertos de telhas e outros de sapé, construidos posteriormente. Além dessas encontram-se outras fóra dos limites do terreno federal, perfazendo o total de 13 fogões.
> Contam-se tambem uma olaria e um monjolo.
> Fomos informados de que nas immediações existem 3000 almas que se occupam na plantação de cereaes e de canna para o fabrico d'aguardente e rapadura, e de criações de gado. As suas relações são com S. José do Rio Preto distante 93 kilometros 230 metros, apezar de haver a 20 kilometros a freguezia de S. Jeronymo que por estar ainda em estado embrionario não offerece os recursos que os habitantes encontram em S. José.
>
> [...]
>
> Em tempo tentaram ligar Itapura com Avanhandava por uma estrada de rodagem afim de evitar os grandes perigos que corriam as monções que desciam o Tieté, conseguindo mesmo abril-a n'uma extensão de 5 leguas, segundo um officio encontrado no archivo da ex-colonia [de Itapura], datado de 10 de Outubro de 1893, dirigido ao commandante do 4º districto militar pelo então director coronel

[616] ARRUDA, 2000, p. 129.

> Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto. Essa estrada, porém, não foi levada á conclusão por ter o governo deixado de attender aos reiterados pedidos de auctorisação por parte do director da colonia.[617]

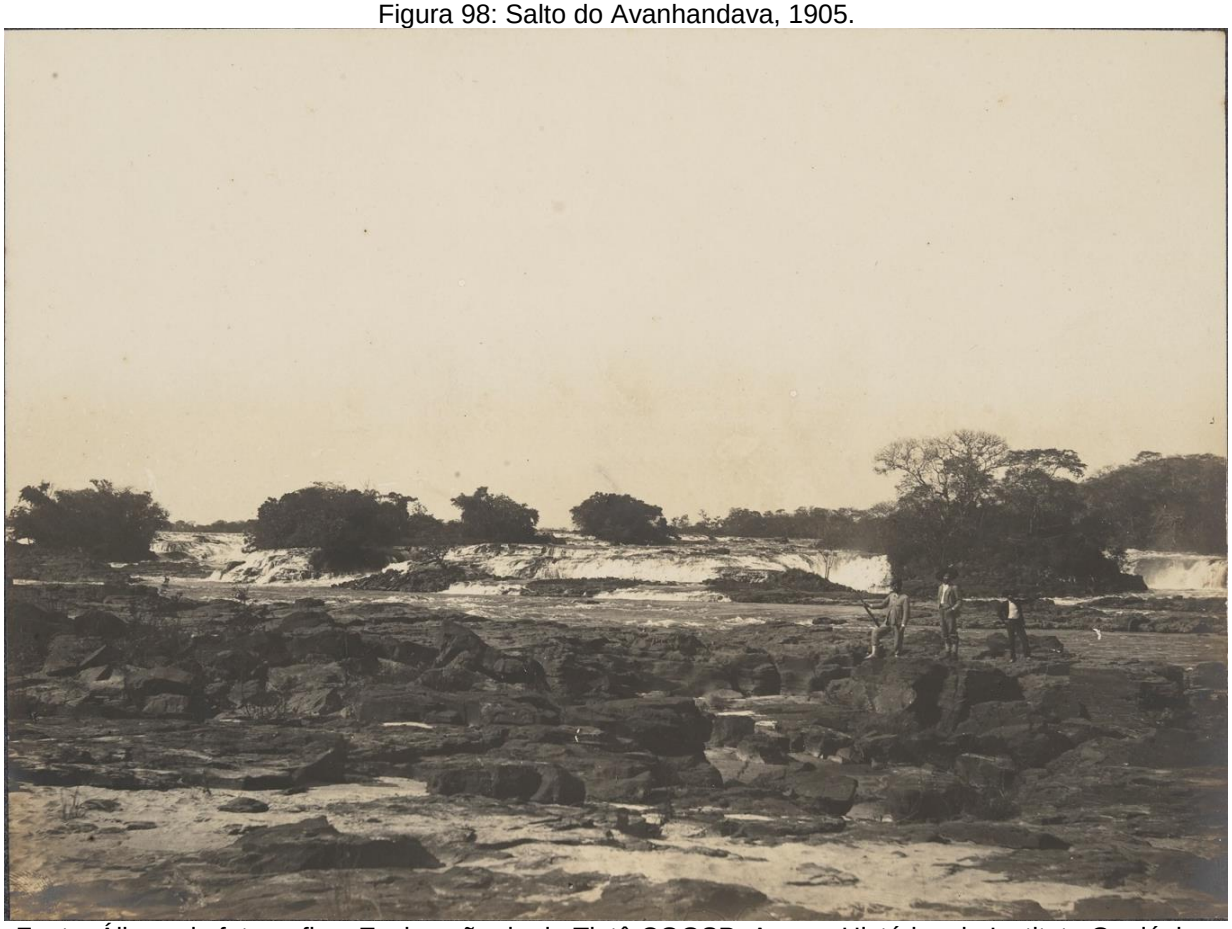
Este é importante relatório que nos esclarece diversos pontos: em primeiro lugar, as medidas de comprimento, largura, altura, etc, do Salto do Avanhandava; e ademais, Scorrar ainda faz uma relação com o volume de água descarregado e a produção de 61 mil cavalos de força – já prevendo assim o engenheiro em, futuramente, aproveitar-se a queda para gerar energia. O segundo trecho, comenta sobre não existir "moradores" na margem esquerda do rio Tietê, somente João de Castilho. O terceiro trecho descreve o terreno demarcado para a antiga colônia militar com 4356 hectares – o que equivale a exatamente uma légua quadrada (6600 x 6600 metros), confirmando assim a delimitação da colônia realizada durante a direção de Manoel Giraldo do Carmo Barros. Diferentemente de Itapura, não existem fotografias das "ruínas" de Avanhandava. Devido, provavelmente, à razão desta não ter tido construções dignas de nota, ou pujantes, como as de Itapura. Somente pequenos casebres, "ranchos ou ranchões" construídos com táboas e cobertos com palha, sapé ou folhas de bananeira – posteriormente algumas foram cobertas de telhas. Ainda, segundo a descrição, existia uma olaria e um monjolo.

As figuras seguintes pertencem ao Álbum de fotografias da *"Exploração ao rio Tieté"*.[618]

[617] Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo *"Exploração do Rio Tieté"* (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) Publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho, 1905. Typographia Brazil de Rothschild & Cia. São Paulo, p. 3-7 (grifo nosso). Acervo do Museu Geológico – Instituto Geológico de São Paulo.

[618] Sobre as imagens Moi afirma que: "[...] grande parte das paisagens naturais fotografadas nas viagens de exploração científica da CGG possuem grande formato. Neste sentido, ao apresentarem as fotografias em grande suporte, a questão evidencia a grandiosidade, vastidão da natureza do "sertão" paulista. A maioria das fotografias de paisagens naturais traz a presença minúscula dos comissários diante das imagens de grandes cachoeiras, saltos, corredeiras, extensos rios, rochedos, imensas cavernas e outros acidentes naturais, que tornam a estatura humana ínfima em comparação à natureza grandiosa. Assim, a dilatação da percepção da natureza permitida pela paisagem natural, enfatiza as características de sublime e do belo na natureza, pois ao mesmo tempo em que ela é captada sob um olhar estendido à vastidão, a presença humana é quase sempre reduzida em relação à escala do conjunto." (MOI, 2005, p. 119).

Figura 98: Salto do Avanhandava, 1905.



Fonte: Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP. Acervo Histórico do Instituto Geológico.

Figura 99: Fotografias do Salto do Avanhandava, 1905.



Fonte: Álbum de fotografias, Exploração do rio Tietê CGGSP. Acervo Histórico do Instituto Geológico. Composição do autor.

Figura 100: “Acampamento no Salto do Avanhandava.”



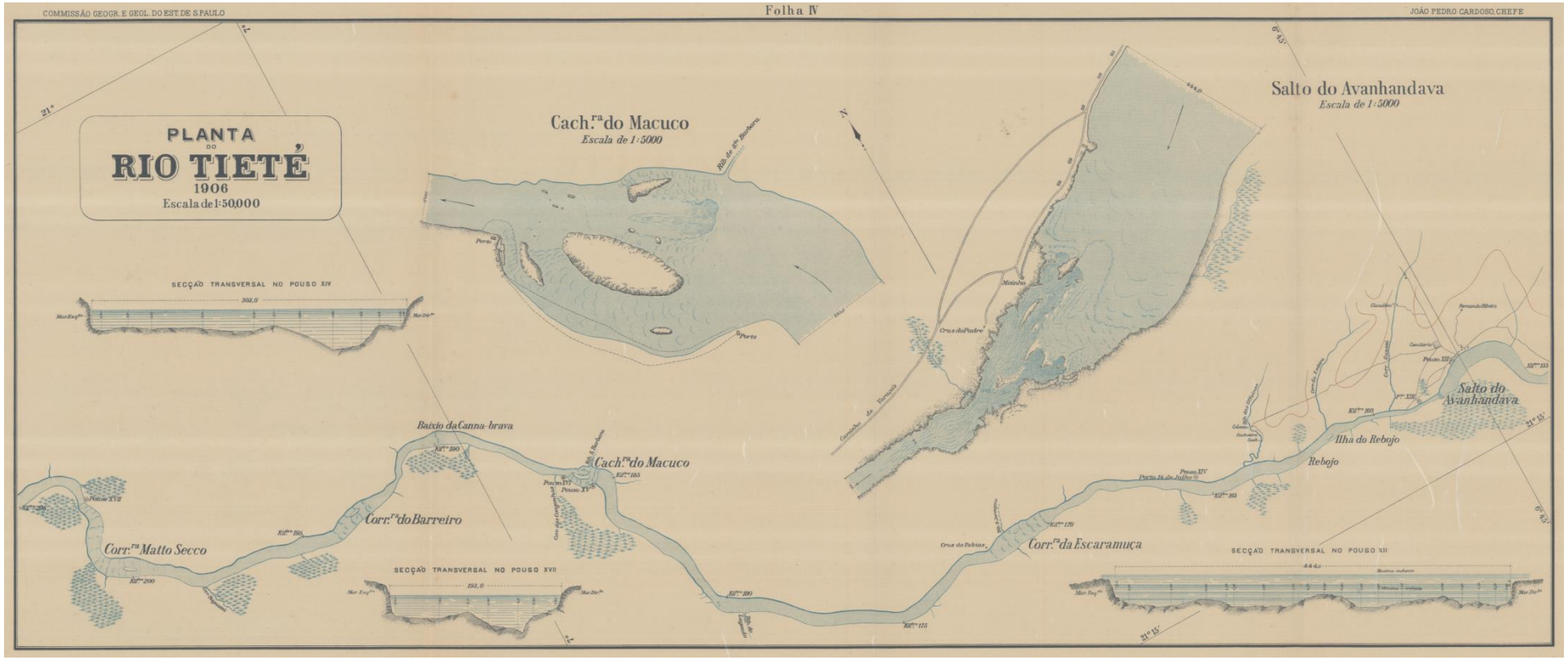
Fonte: Álbum de fotografias, exploração do rio Tietê CGGSP, 1905. Acervo Histórico do Instituto Geológico.

Figura 101: Detalhe figura anterior – notar as construções ao longe.



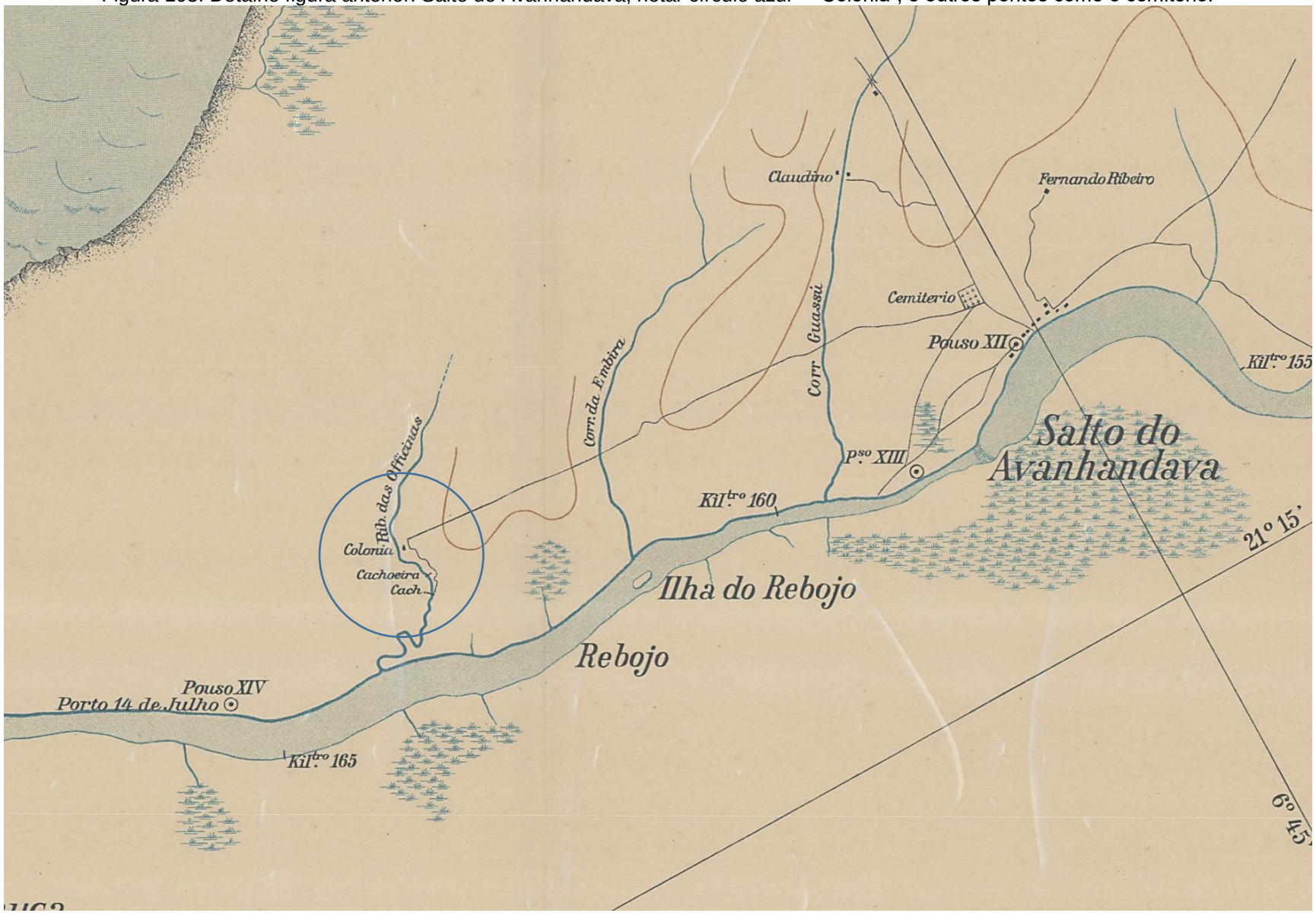
Fonte: Álbum de fotografias, exploração do rio Tietê CGGSP, 1905. Acervo Histórico do Instituto Geológico.

Figura 102: “Planta do Rio Tieté, 1906” – Notar ao lado direito: Salto do Avanhandava.



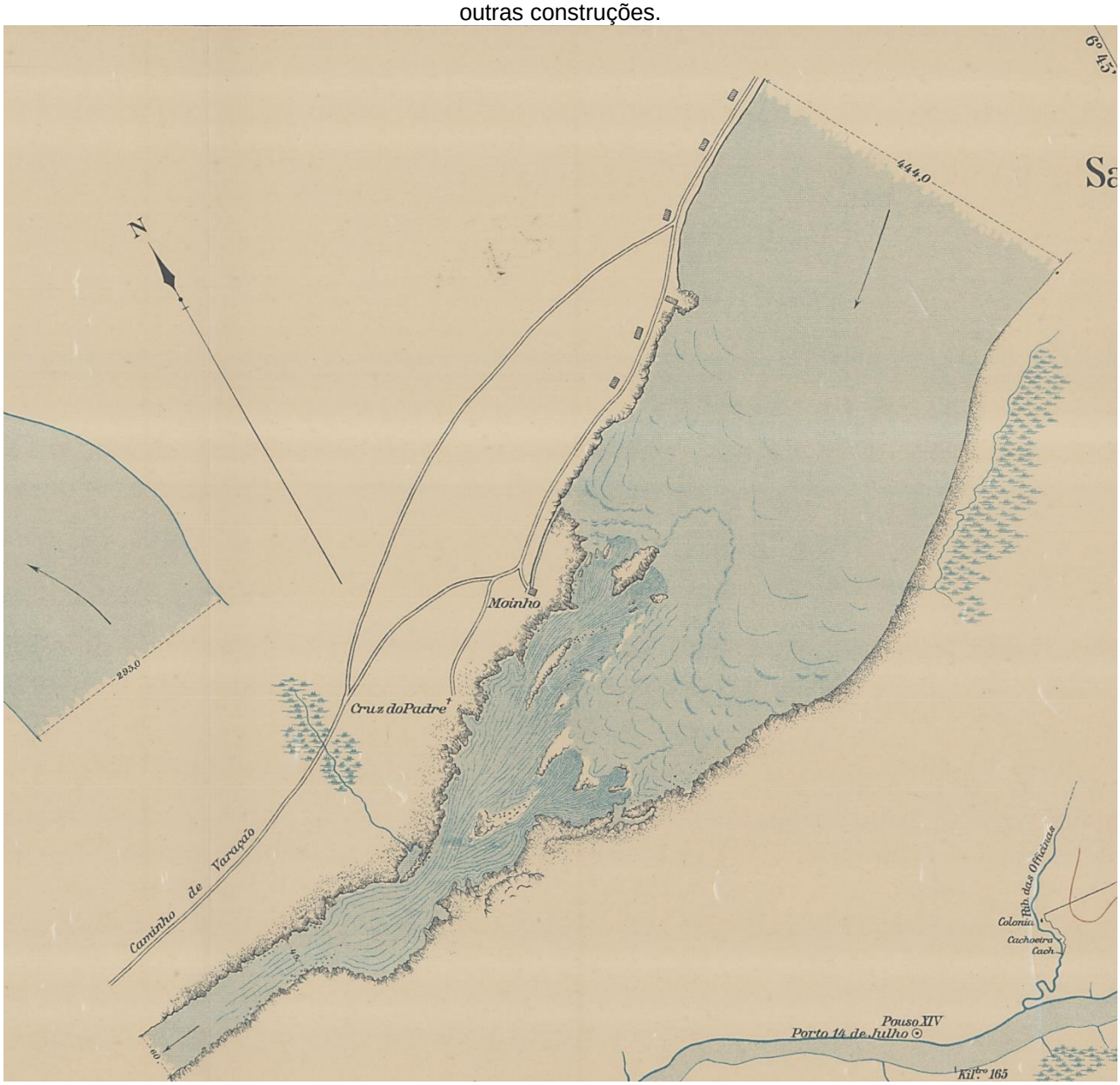
Fonte: Relatório Exploração do Rio Tietê – CGGSP, folha IV. Acervo Histórico do Instituto Geológico.

Figura 103: Detalhe figura anterior: Salto do Avanhandava, notar círculo azul – “Colonia”; e outros pontos como o cemiterio.



Fonte: Relatório Exploração do Rio Tietê – CGGSP, folha IV. Acervo Histórico do Instituto Geológico. Editado pelo autor, 2020.
(Nota: O círculo azul é o local onde o antigo “Arraial da colônia militar” estava. – Escolhido e projetado pelo diretor Barros).

Figura 104: Detalhe figura 101: Salto do Avanhandava – notar caminho de varação, moinho, cruz do padre e outras construções.



Fonte: Relatório Exploração do Rio Tietê – CGGSP, folha IV. Acervo Histórico do Instituto Geológico. Editado pelo autor, 2020.

Figura 105: “Porto 14 de Julho, 1905.”



Fonte: Álbum de fotografias, exploração do rio Tietê CGGSP, 1905. Acervo Histórico do Instituto Geológico.
(Nota: Na figura 102 o “Porto XIV de Julho” ficava próximo ao local onde era o “Arraial” da Colônia).

3.6.2 Relatório da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) em 1906

O segundo relatório que mencionaremos, realizado pelos engenheiros para definição do traçado da CEFNOB, descreve a região do Salto do Avanhandava no início do século XX. Publicado em 1906, o estudo foi realizado na época em que a dita ferrovia teria como ponto final a cidade de Cuiabá no Mato Grosso. O objetivo era ligar o grande porto de Santos à região central do Brasil. Os trechos transcritos se encontram no "Annexo nº 4 – Reconhecimento da zona comprehendida entre Bahurú e Itapura" e o engenheiro-chefe encarregado do reconhecimento era Luiz Gonzaga de Campos.

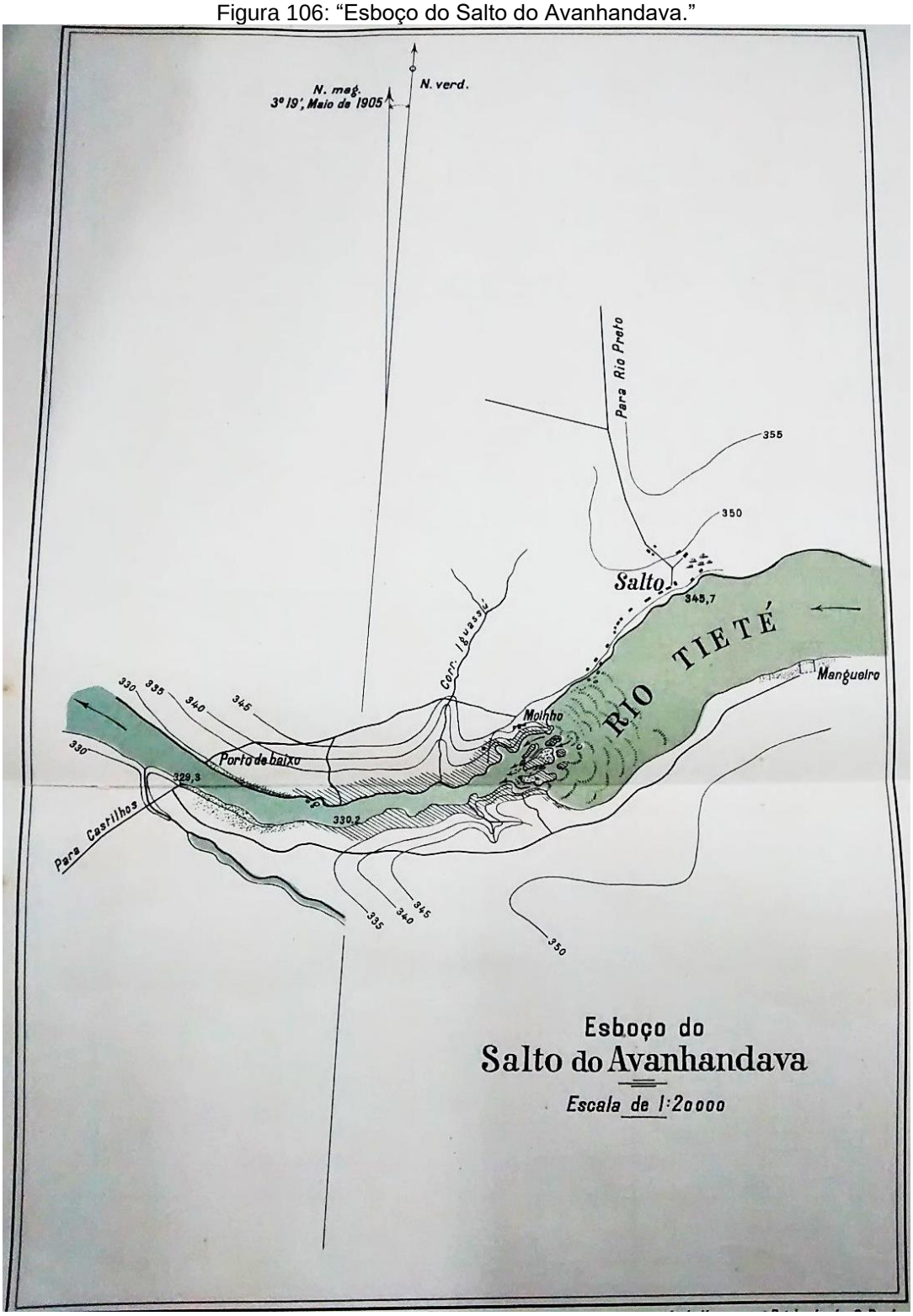
> Salto do Avanhandava:
>
> Depois de receber o ribeirão do Farello, o Tieté volve para [Norte], e ao fim de um semicirculo de 1 kilometro de raio, alargado em ampla bacia de 450 m. de largura, precipita-se por estreitos boqueirões cuja descarga é toda collectada em baixo n'um unico canal rochoso de extraordinaria constricção.
> Cerca de 500 m. antes da quéda, principia a corredeira n'um plano inclinado com velocidade crescente até chegar ao paredão do salto. Este paredão não é uma muralha continua. Em planta faz uma sinuosa e interrompida com direcção média orientada a N.N.E. [...]
> A altura da quéda entre o apertado e a cabeça da corredeira, na extensão de um kilometro é de 16 m. A força virtual do Salto seria de 59.000 cavallos-vapor.[...]
> O Avanhandava tem degarus; o Itapura é uma queda aparada. Aquelle é mais pittoresco, este mais imponente.[...]
>
> Occupação do solo e vias de communicação:
>
> Pode-se dizer que o valle do baixo Tieté é hoje inteiramente despovoado e sem caminhos. Existia já de longa data a estrada de Sant'Anna do Paranahyba a Piracicaba, passando pelo Avanhandava, quando em Março de 1858 resolveu o Governo crear a colonia militar do Avanhandava. Em Junho do mesmo anno determinava fundar a do Itapura, com o intuito de manter forças no Alto Paraná; e talvez só esperançado do estabelecimento da navegação, pois que não cuidara de ligar os dois estabelecimentos por estrada.
> Essa primeira tentativa de povoamento parecia destinada a feliz exito.
> Mas a unica via de communicação era o Tieté, com todos os sacrificios das monções arriscadas e dispendiosas. Só em 1863 começaram a abertura da estrada para o Avanhandava. Construiram 80 kilometros; e dizem que por picada varava-se naquelle tempo entre os dois pontos. Difficuldade de administração e de verba paralysaram as obras e o desenvolvimento da Colonia. Em 1881 começaram a reabertura da estrada; mas os mesmos motivos actuaram em sentido de estagnação, que foi até a decadencia daquelle nucleo, hoje abandonado e em ruinas. Em má hora deixaram esse caminho. Concluido traria como consequencia o aproveitamento da zona, pois que já a iniciativa particular tinha ido ao encontro dos esforços do Governo: de Avanhandava levar um caminho ao povoado novo de Macahubas, na extensão de 90 kilometros, e, com a abertura do pequeno trecho interposto de 46 kilometros, teria sido feita a communicação e estabelecido o povoamento.
> Naquelle tempo havia, pela margem direita do Tieté, de Avanhandava a Macahubas, 23 fazendas de crear, e uma população de 1500 almas.
> Nos campos do Avanhandava havia então mais de 50 familias occupadas em creação de gado; em Agosto 1887, foram inopinadamente assaltadas e massacradas pelos indios, tendo de abandonar allo grande parte dos seus haveres.

> Era o trafego das monções do Governo que animava a producção naquella zona longinqua e de difficeis communicações com os centros de consumo. A decadencia da colonia arrastrou a de toda a região, que só agora começa a reerguer-se, pela approximação dos prolongamentos da Paulista e da Sorocabana.
> A Colonia do Avanhandava, sita no ribeirão dos Ferreiras, desappareceu: resta apenas o embryão de povoado do Salto, que aliás parece destinado a um rapido crescimento.
> A estrada do Taboado é apenas hoje representada por um caminho que vae entroncar na estrada do rio Preto áquelle Porto [...].
> [...]
> Mas, do Avanhandava para baixo, os accidentes são tantos e tão grandes, que não é possivel pensar em navegação regular.
> Na mór parte das corredeiras é necessario entrar n'agua e sustentar as embarcações a pulso. Em muitas dellas é preciso descarregar as canoas, e varal-as a braço ou a sirga, operação em que quasi sempre sossobram, e em que a tripulação corre ás vezes serio perigo. E' bastante ver a luta contra a correnteza violenta, em meio ás pontas e as depressões fundas da rocha subjacente, para alcançar immediatamente a inefficacia daquella via de communicação. Seria talvez muito difficil executar a salvo uma dessas expedições pelo Tieté, se não fora um punhado de homens affeitos áquella lide, amestrados nas monções do Itapura. [...].[619]

No primeiro trecho transcrito descrevem-se as medidas do Salto do Avanhandava e sua força virtual de aproximadamente 60 mil cavalos-vapor; demonstrando mais uma vez a intenção dos engenheiros em valer-se da descarga d'água naquele salto para a geração de energia. No segundo trecho, sobre a ocupação do solo e as vias de comunicação. Mencionam-se as tentativas de abertura da estrada de ligação entre as colônias, e sobre o desaparecimento da Colônia Militar do Avanhandava. Ainda, com perspectiva otimista, é indicado que restou o "embrião de povoado que parece destinado a um rápido crescimento".

[619] Relatorio da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil apresentado á Assembléa Geral Ordinaria realisada em 11 de Junho de 1906. Rio de Janeiro: Typographia de Heitor Ribeiro & C., 1906, p. 65-67, 79-81.

Figura 106: “Esboço do Salto do Avanhandava.”



Fonte: Relatório da Directoria da CEFNOB [...] 1906, p.65. Acervo Museu Ferroviário Regional de Bauru.

3.6.3 Hidrelétricas e a inundação do Salto do Avanhandava

No século XX foram construídas três hidrelétricas no Salto do Avanhandava. Contudo, a região em estudo somente desaparecerá com a inundação do grande reservatório da UHE Nova Avanhandava em 1982. Trataremos do assunto abaixo.

3.6.3.1 A primeira hidrelétrica

Em 1915, a companhia *The San Paulo Land & Lumber Company* [620] obteve concessão da Câmara Municipal de Penápolis para explorar o serviço de energia elétrica na cidade. Coordenando o empreendimento estavam os dirigentes Robert Clark, Edward Hamer e Manoel Bento da Cruz (fundador de Penápolis, advogado e grande proprietário de terras).[621] A empresa planejava aproveitar o potencial hidrelétrico do Salto do Avanhandava – apontado anteriormente nos estudos dos engenheiros da CGGSP e da CEFNOB. Assim, em 1917 os acionistas da *Land & Lumber* resolvem dividir o negócio de energia que exploravam em Penápolis e criam outra empresa: a Companhia Luz e Força do Avanhandava.

Esta companhia no ano de 1918, tendo como diretor o engenheiro Flávio de Mendonça Uchoa, adquire o terreno necessário à instalação de pequena hidrelétrica na margem esquerda do rio Tietê – segundo Martins, a primeira da Noroeste:

> Inicialmente foram estudadas as quedas d'água e saneadas as lagoas e charcos das imediações. Constuiu-se, em seguida, a casa das máquinas, com comportas de entrada da água para as turbinas e comportas para a descarga da caixa de compensação, com capacidade de quarenta metros cúbicos por segundo, acionadas à distância por eletricidade.[622]

[620] Depois transformada em Companhia de Terras, Madeiras e Colonização São Paulo, com sede em Birigui.
[621] MARTINS, Orentino. *Apontamentos biográficos Cel. Manoel Bento da Cruz.* Araçatuba: Norograf, Tip. Noroestina LTDA, 1968.
[622] CESP, 1988, p. 21.

Figura 107: A primeira hidrelétrica do Salto do Avanhandava, final da década de 1930.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Penápolis.

Nesse período, a Companhia Luz e Força do Avanhandava também havia obtido a concessão para distribuir energia elétrica aos municípios próximos, como Birigui, Coroados, Araçatuba e Glicério. A vinda das peças destinadas à hidroelétrica demorou por mais de um ano, não só porque estas foram importadas dos Estados Unidos, mas também porque, após chegar a Santos, deveriam vir pelos trilhos até Penápolis. E ainda, depois de descarregadas na estação da Noroeste, deveriam seguir por estradas rústicas, transportadas por carros de bois até as barrancas do Tietê; demorando quinze dias de viagem de Penápolis ao Salto (30 km de distância).[623]

Será em 1921, após a empresa já ter estendido cento e vinte quilômetros de linha de alta tensão – alcançando Birigui, Araçatuba, Calmon (atual Avanhandava), Hector Legru (atual Promissão) Glicério e Penápolis – que foi inaugurada a primeira unidade com potência de 1000 CV (cavalos-vapor).

[623] CESP, 1988.

Figura 108: Primeira hidrelétrica do Salto do Avanhandava. Fotografia sem data.



Fonte: acervo do Museu Histórico de Penápolis.

3.6.3.2 A segunda hidrelétrica:

Em função do crescimento urbano e expansão da ocupação da região Noroeste do Estado, a demanda de carga acabou por tornar esta pequena hidrelétrica insuficiente. Assim a Companhia Luz e Força do Avanhandava foi incorporada à Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL) e, na margem direita do rio Tietê, construiu-se uma ampliação em 1940 – produzindo perto de 16000 kW, com canal de aproximadamente dezoito metros e largura por quatrocentos de comprimento.

Figura 109: Ampliação da Usina, fotografia da década de 1960.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Após a ampliação (figura acima), deu-se início então às grandes obras de captação de energia hidráulica do Salto do Avanhandava. Para este novo empreendimento, que objetivava evoluir as instalações desta usina e aumentar sua capacidade geradora, foram contratados os serviços da Cia. Servix – Elétrica Ltda. A construção da nova usina hidrelétrica, essa de maior porte, já se encontrava bem adiantada em 1945. A primeira unidade foi inaugurada em 1946. E em 1947, com a presença do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e outras autoridades políticas do Rio de Janeiro, além de convidados ilustres das zonas Araquarense, Paulista, Sorocabana e Noroeste, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica do Salto do Avanhandava, com suas unidades geradoras de 14200 HP já em funcionamento. Os trabalhos para a instalação da terceira, de igual capacidade, já estavam em desenvolvimento. As turbinas que foram colocadas ao ar livre eram, na época, “a última palavra do gênero”.[624]

> A construção da nova importou cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros e estava aparelhada para o fornecimento de eletricidade a mais cem municípios das zonas Noroeste, Paulista e Araraquarense, com uma linha de transmissão de 66000 volts, que a interligava com outras usinas, ampliando o suprimento de energia elétrica às cidades industriais como Campinas, Americana e Piracicaba.[625]

[624] CESP, 1988, p.25
[625] Ibidem, p. 26.

Figura 110: Vista aérea do Salto do Avanhandava e usina hidrelétrica inaugurada em 1947. Fotografia início da década de 1980.



Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 111: Salto do Avanhandava e usina hidrelétrica. Fotografia início da década de 1980.

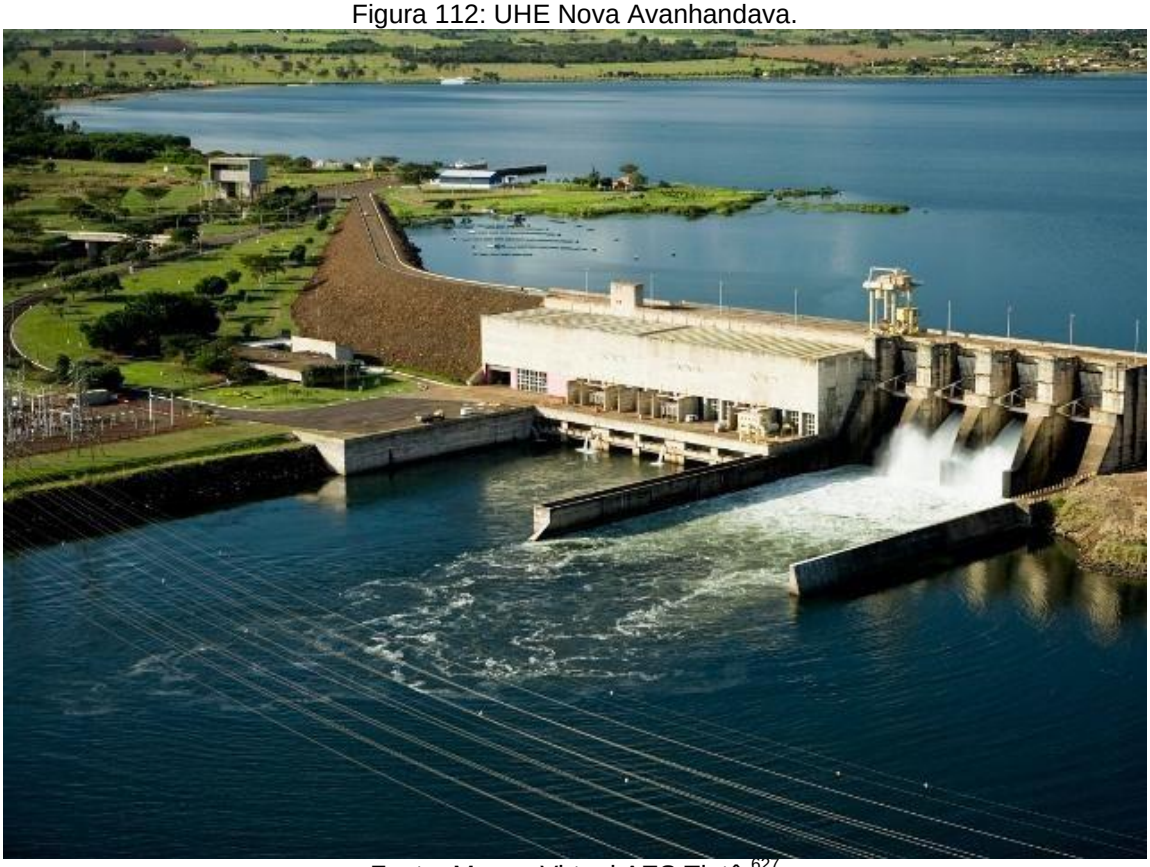


Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

3.6.3.3 A terceira hidrelétrica e o fim do Avanhandava

Por fim, a última construída foi a “UHE Nova Avanhandava”, localizada no rio Tietê, no município de Buritama, considerada a 5ª maior hidrelétrica realizada pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). Localizada a jusante da usina Mário Lopes Leão (em Promissão), acrescentou ao sistema de geração de energia da CESP 302.400 kW e possui três turbinas tipo kaplan. As obras civis tiveram início em 1979 e entrou em operação em 1982. O comprimento da barragem é de aproximadamente dois quilômetros, seu desnível máximo é de 29,7 metros, e possui duas câmaras de eclusas e um canal de interligação. Contudo, para a construção de seu reservatório, foi necessário alagar a área de 214 km².[626]

Figura 112: UHE Nova Avanhandava.



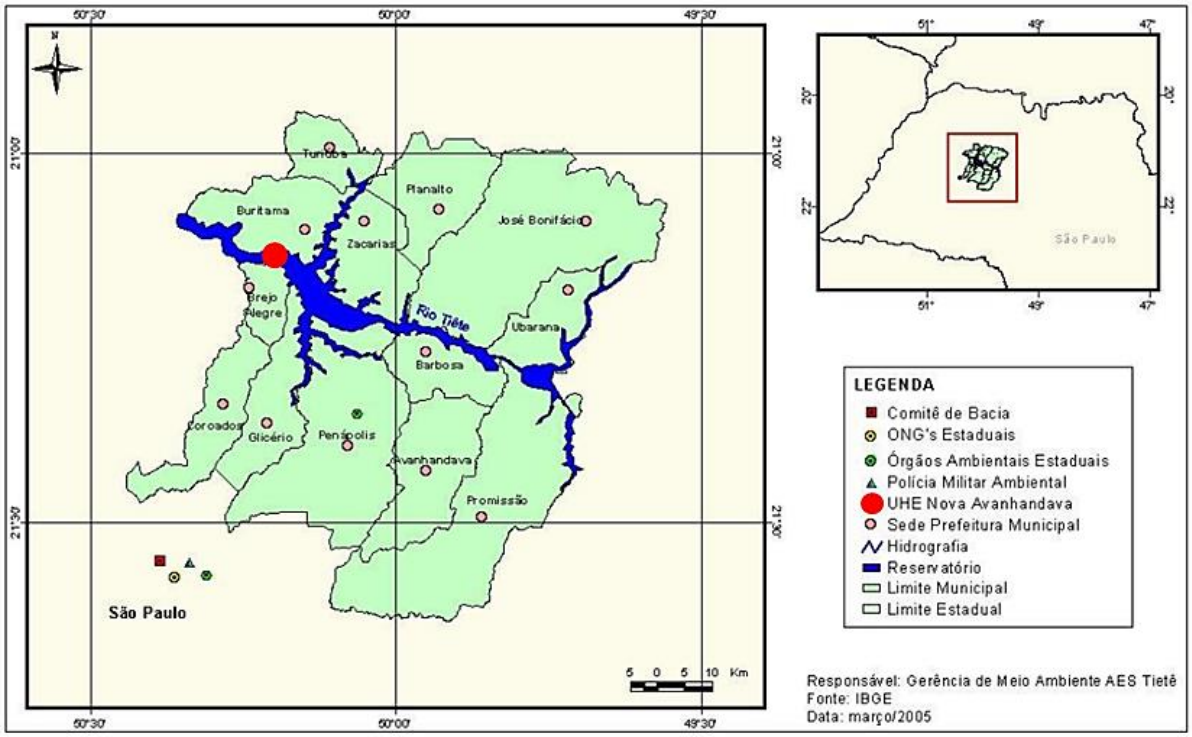
Fonte: Museu Virtual AES Tietê.[627]

Por mais de trinta anos a usina anterior havia servido a toda região. Porém, hoje desapareceu, junto com o Salto do Avanhandava, submerso pelas águas que formam o imenso lago que alimenta a nova hidrelétrica. Além do próprio Salto, foram inundados: o restaurante (ver figura 115-116), a sede da Sociedade Esportiva de Pesca do Salto do Avanhandava; para citar apenas as construções mais significativas. A região da antiga colônia militar também fora submersa, próxima ao Ribeirão Ferreira. De acordo com Martins, a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Nova Avanhandava determinou a inundação de oitenta e sete quilômetros rio

[626] CESP, 1988.
[627] Disponível em: https://bit.ly/2vNI8C6. Acesso em: 22 fev. 2020.

acima. Parte deste reservatório ocupa a área de vários municípios, entre eles: José Bonifácio, Barbosa, Buritama, Zacarias, Coroados, Glicério, Avanhandava, Brejo Alegre, Penápolis, etc.; alguns destes eram grandes produtores, na época, de tijolos e telhas de cerâmica. Ainda segundo o autor, centenas de oleiros e ceramistas foram desalojados.[628]

Figura 113: Municípios localizados na área de influência da UHE Nova Avanhandava.



Fonte: Museu Virtual AES Tietê[629], editado pelo autor, 2020.

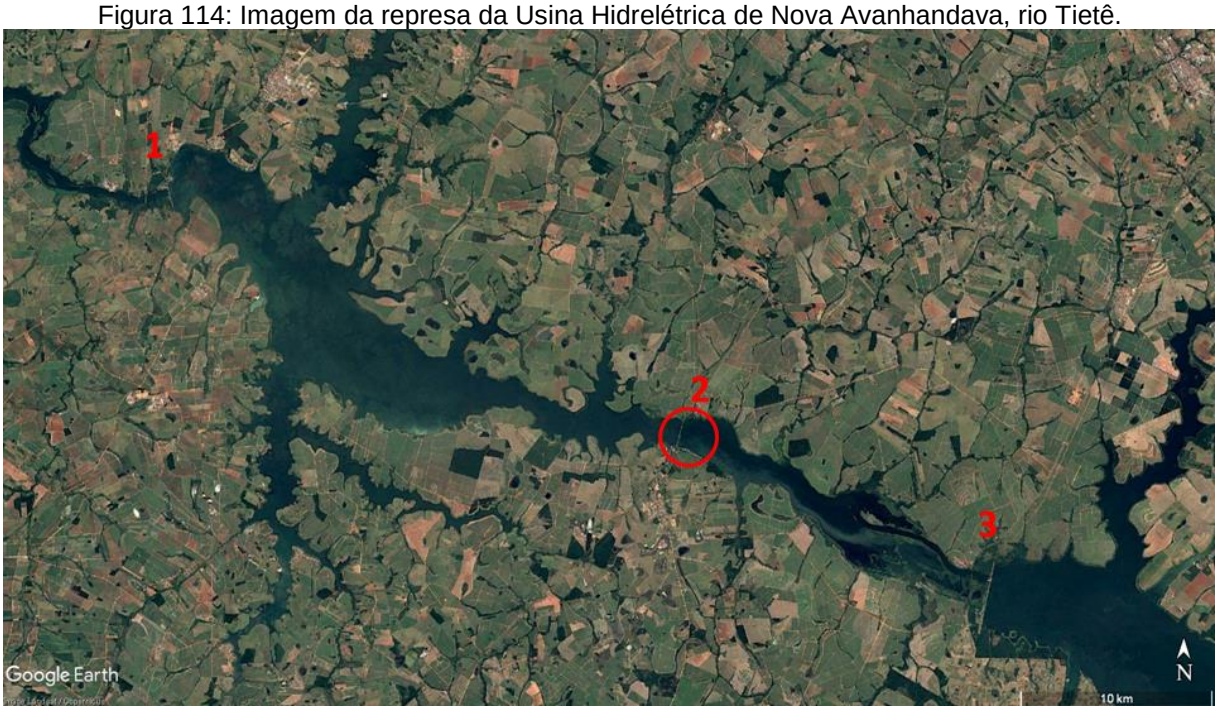
Contudo, não nos cabe desenvolver as questões relativas os inúmeros impactos – sociais, culturais, econômicos, ambientais, etc – causados pelas sucessivas construções de hidrelétricas no rio Tietê.[630] Por fim, a formação do grande reservatório da nova usina tece como consequência uma transformação incrível do rio Tietê, que foi abordado neste trabalho desde o século XVII. Submerso pelas águas da represa, hoje está sepultado o Salto do Avanhandava – e também a região da antiga colônia militar (a légua quadrada que fora delimitada). Juntos, desapareceram para sempre, bens naturais, materiais, sociais, culturais, e bens tradicionais – todos ligados à história e à memória da região.[631]

Assim, caso percorrêssemos os municípios limítrofes, os relatos orais certamente seriam saudosos. Até hoje existem comunidades que se encontram ressentidas com a perda do Salto, da paisagem, do lazer; ou mesmo da perda, para muitos, de seus meios de vida através da pesca abundante; o que comprova grande descontentamento resultante após a destruição.

---

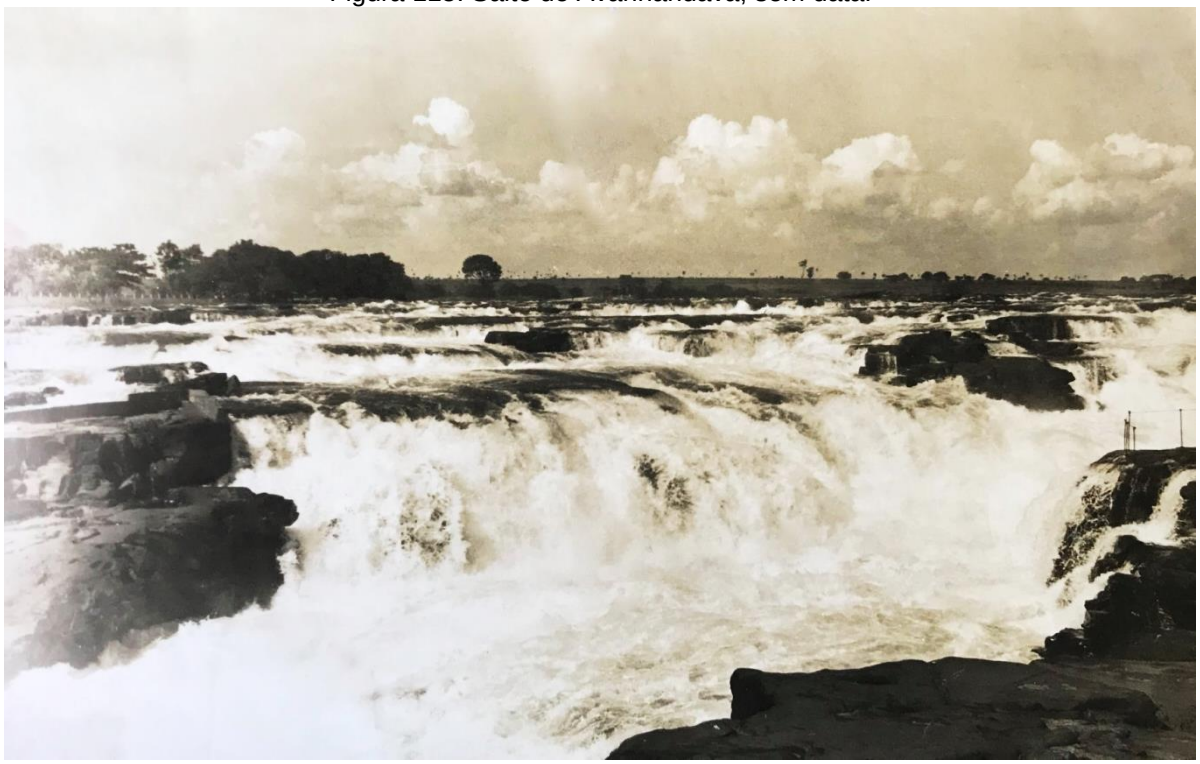
[628] CESP, 1988.
[629] Disponível em: https://bit.ly/2vNI8C6. Acesso em: 22 fev. 2020.
[630] Ver, por exemplo: SAZIMA, Solange P. B. *As espécies de peixes oriundas da pesca artesanal num trecho do baixo rio Tietê:* composição, rendimento e avaliação empírica da sustentabilidade da pesca. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Botucatu – SP, 2007.
[631] CESP, 1988, p. 43.

Figura 114: Imagem da represa da Usina Hidrelétrica de Nova Avanhandava, rio Tietê.



Legenda: (1) – UHE Nova Avanhandava (Buritama)
(2) Localização aproximada do Salto do Avanhandava (submerso).
(3) – UHE Mário Lopes Leão (Promissão)
Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2020.

Figura 115: Salto do Avanhandava, sem data.



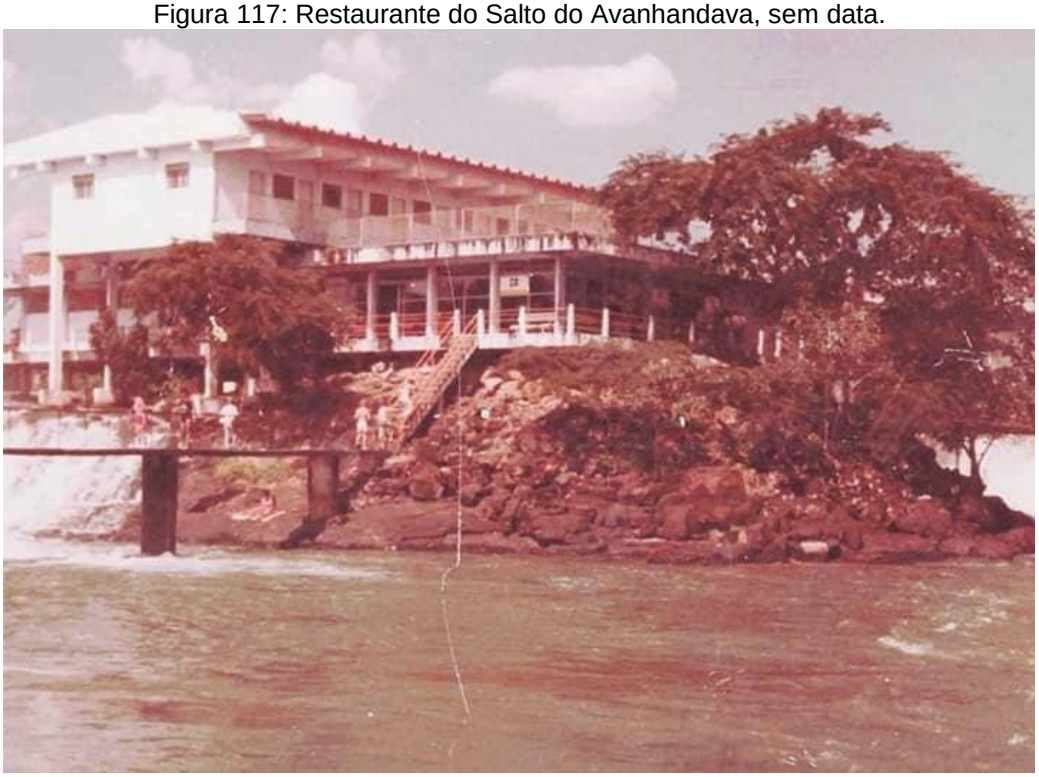
Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 116: Salto do Avanhandava, passarela de pesca ao centro e o restaurante à direita. Sem data.



Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 117: Restaurante do Salto do Avanhandava, sem data.



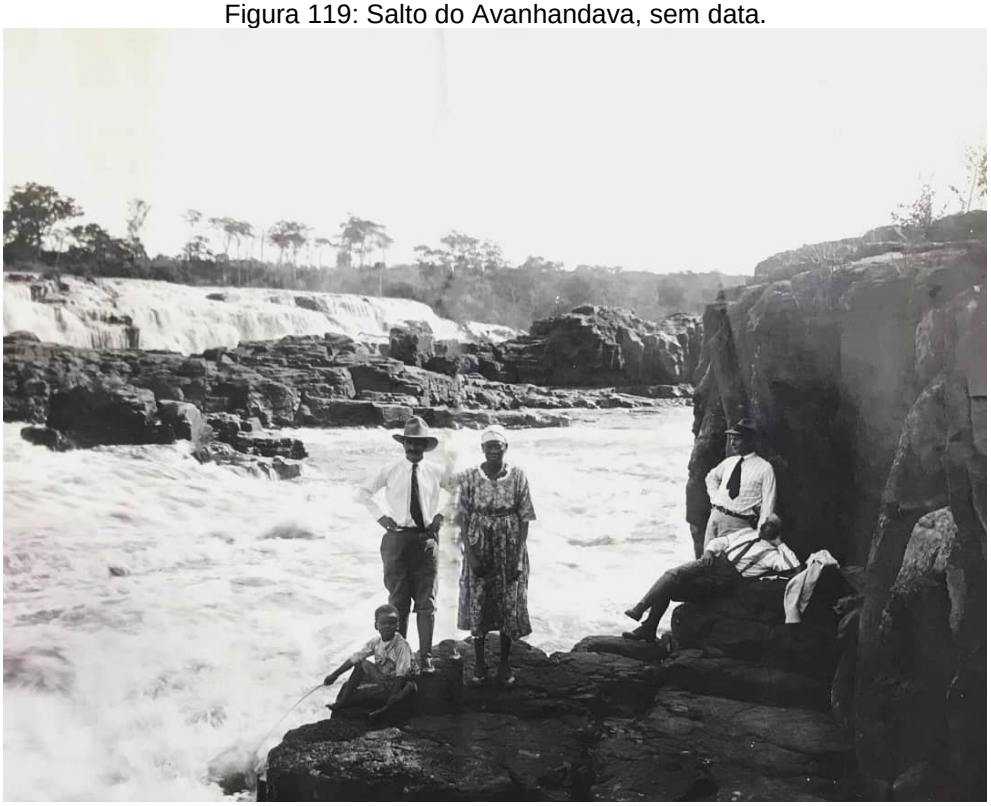
Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 118: Salto do Avanhandava, sem data.



Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 119: Salto do Avanhandava, sem data.



Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Figura 120: Salto do Avanhandava, sem data.



Fonte: acervo Museu Histórico de Penápolis.

Por fim, os sublimes Saltos do Avanhandava e Itapura, que foram impasses na navegação do antigo Anhembi, hoje jazem submersos no leito de suas águas. O trágico desfecho dos saltos, e das regiões das colônias militares, ocorreu com a construção das usinas hidrelétricas e seus imensos reservatórios. Talvez, atualmente, atravessando o topo de suas barragens, ainda consigamos imaginar o que um dia se erguera ali; talvez possamos ouvir o eco dos estrondos sonoros e sentir a brisa das névoas de gotículas suspensas no ar pelas antigas cachoeiras. As colônias Itapura e Avanhandava sobrevivem na memória, nos documentos, em algumas fotografias e resquícios materiais. Apenas a antiga casa do diretor de Itapura resiste como vestígio arquitetônico e velho baluarte de meados dos oitocentos. Restando assim, o único e solitário testemunho do passado submerso das colônias militares em solo paulista. Concluímos nosso percurso buscando emergí-las e consagrando-as como protagonistas que pereceram, mas o efeito da *presença* é capaz de *estar* mesmo sendo objeto ausente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o Segundo Reinado foi adotado e implantado no Brasil o grande plano de instalar um sistema de colonização que procedesse à fixação da população e a ocupação em territórios através da união de elementos militares e civis. Por definição, a Colônia Militar de Avanhandava foi concebida para ser retaguarda de outro estabelecimento: Itapura. Assim, teria de assegurar ao Estado a posse sobre a região chamada “Campos do Avanhandava”, além de servir como núcleo de apoio e trabalho para ligações viárias e fluviais. Seu principal objetivo era estabelecer via de estafetas para comunicação com a província de Mato Grosso.

Numerosos temas foram levantados neste trabalho, e, caso considerássemos cuidadosamente cada um deles, diferentes pesquisas poderiam ser realizadas expondo outras perspectivas, outras metodologias, outras abordagens, e sobretudo outros questionamentos. Porém, procuramos ao longo desta dissertação demostrar a pertinência de nossa hipótese inicial – o propósito era não só construir um simples estabelecimento militar, implantado próximo a um porto fluvial, que daria apoio à varação, traria segurança para a região, ocuparia territórios “desabitados” e distribuiria terras aos colonos; o ideal era construir uma cidade planejada, inicialmente de caráter militar e agrícola, que seria a semente de um futuro núcleo civil. De fato, as plantas, mapas e croquis encontrados entre as caixas do Arquivo Público do Estado de São Paulo foram os indícios de que tal conjectura era possível. O olhar inicial foi, de certa forma, inocente, ingênuo, quase tolo, uma vez que o encontro com aqueles desenhos feitos em meados do século XIX fosse como *descobrir* um tesouro talvez nunca antes apercebido.

Assim o trabalho iniciou-se descrevendo a região dos Campos do Avanhandava, os povos indígenas, verdadeiros pioneiros, a paisagem do rio Tietê, a influência da Lei de Terras, e a ocupação mineira. Em seguida adentramos nas questões relativas ao império, a colonização militar como política de ocupação do território e de construção de um Estado-nação. Nesse sentido, evidenciamos como aquela pode ser inserida dentro do panorama histórico em que era necessário integrar um império fragmentado espacialmente. Era necessário impor delimitação às fronteiras brasileiras, caso não, perderiam-se terras para as nações vizinhas. Era necessário ocupar e afastar os indígenas das regiões a oeste de São Paulo. Era necessária a comunicação com as províncias interioranas, como a de Mato Grosso por exemplo. Para isso, foi fundamental buscar as respostas em um novo sistema. Ou, no mínimo, empenhar-se em buscá-las. Discordâncias e concordâncias entre planejadores levaram a mais uma tentativa, resultando esta, na implantação de colônias militares em todo o território nacional.

Certamente a hidrografia da bacia dos rios platinos era verdadeiro entrave ao domínio brasileiro destes territórios. Em especial, tratamos sobre o rio Tietê. As dificuldades do transporte fluvial eram notórias. Além de não existirem estradas regulares, as poucas picadas que interligavam as cidades e vilas menores, e mesmo do interior à capital, eram de penoso trânsito,

frequentemente impraticável o percurso por carroças e carros de bois, sendo vencidas apenas a pé ou sobre os lombos muares.

Buscamos apresentar a maneira como o rio Tietê, atualmente negligenciado e poluído, teve desde muito tempo papel essencial como caminho para outras províncias e regiões, e tornou-se o percurso das monções e expedições científicas, colaborando significativamente para a expansão do povoamento não só paulista, mas brasileiro. Tratamos das primeiras experiências de ocupação dos Saltos do Avanhandava e Itapura, desde o governo do 4º Morgado de Mateus no século XVIII.

Parece-nos, após a pesquisa realizada, que o tema – colonização militar paulista – é ainda pouco mencionado em trabalhos que tratam sobre a ocupação territorial da antiga província. As duas colônias militares ganham somente rápidas alusões, raros comentários, prontamente depreciadas junto à importância dos trilhos de ferro e da riqueza vinda dos inúmeros pés de café, já no último quartel do século XIX e começo do XX.

Raras são as informações disponíveis sobre a Colônia Militar do Avanhandava. A maior fonte são os relatórios de seus diretores, encaminhados à tesouraria, à Assembleia Legislativa e ao presidente da província de São Paulo, precioso material textual e cartográfico presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e circunscrito ao período de 1858 a 1878. Assim, o trabalho aqui apresentado pode ser considerado pioneiro em sua área do conhecimento, trazendo luz a esta documentação. Há muito ainda a se desvendar sobre a história da colônia Avanhandava e das colônias militares de modo geral.

Realmente, é difícil afirmar que a colônia estudada triunfou em seu período de vida. Com mais perdas do que ganhos, Avanhandava sobreviveu durante vinte anos após ser emancipada. Desse modo, desempenhou papel significativo – por ser precursora – porém modesto em seu alcance, relacionado ao apoio à população rural e à promoção da base essencial que permitiu progressivamente o avanço do povoamento.

Contudo, notadamente em sua concepção já se percebia a grande influência de ideais “modernos” – desde a distribuição de terras, pequenas propriedades para cultivo agrícola, até a tentativa de estabelecer-se como um ponto mercantil, de apoio às comunicações entre as capitais das províncias vizinhas (São Paulo e Mato Grosso). Demonstramos que havia o princípio de traçado urbano: uma quadrícula formada basicamente por quatro bairros, cortados de norte a sul pelo ribeirão Ferreira, e de leste a oeste pela estrada que ia de Piracicaba até a antiga Sant’Anna do Parnahyba (atual Paranaíba, Mato Grosso do Sul). Em seu ponto central, o quartel e a igreja conectados por uma praça, configurando espaço de excelência: civil, militar e religioso. Ao sul o mercado, e ao longe seria implantado o cemitério, seguindo as teorias miasmáticas correntes na época. Além disso, testemunhamos outros projetos como enfermarias, boticas, oficinas, residências. Ora, muitas cidades da província ainda não possuíam tais equipamentos, quiçá a própria capital São Paulo.

Portanto, o objetivo foi demonstrar que havia um ideal que estava além de demarcar, vigiar e proteger o território; mas principalmente, tendo como meta implantar estabelecimentos sob projeto racional, cujas bases parecem vir de colônias militares romanas somadas às aspirações urbanas das cidades do século XIX. Desde a escolha do local, estrategicamente posicionado, até a elaboração de mapas e plantas, verificou-se tal desejo. Os documentos brevemente analisados sob o olhar da Arquitetura e do Urbanismo explicitam claramente o intuito de ocupar – não de qualquer maneira – um espaço que era "desconhecido" para o homem branco; e que, para sua criação, concorreram os poderes civis, religiosos e militares, parte de uma mesma estrutura de poder. Buscamos estudar e compreender os planos criados pelo diretor da colônia. Infelizmente tal desejo não se concretizou, e atualmente, junto com o Salto do Avanhandava tiveram um final trágico: a beleza da cachoeira, e a utopia da colônia jazem sob o leito do rio Tietê.

Por fim, acreditamos ter conseguido valorizar principalmente a cartografia e iconografia por meio das descrições e análises das figuras que ilustraram e enriqueceram o trabalho. Estas são inéditas ou pouco conhecidas em meio acadêmico, bem como a transcrição de incontáveis documentos manuscritos que complementaram o conteúdo. Procuramos ir além de nossos objetivos específicos e presumimos que portas foram abertas para futuras pesquisas. Inúmeras são as possibilidades a partir de então, sobre os mais variados aspectos: historiográfico, econômico, militar, político, arquitetônico, urbanístico. O intuito foi dar o primeiro passo – pequeno, porém importante e firme, calcado sobre bases documentais sólidas – de uma longa caminhada para a compreensão da colonização militar e a ocupação territorial da província de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras,* Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales.* Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (60), 1 de agosto de 2006.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império:* A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões:* entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000 (Coleção História).

AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. *Roma e seu Império.* Tomo II, 2º volume. As civilizações da unidade romana. Tradução P. M. Campos. 4ª Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, Coleção História Geral das Civilizações, 4, Maurice Crouzet (Dir.), 1976.

AZEVEDO, Antonio Mariano de. *Relatório do primeiro tenente d'armada sobre os exames de que foi incumbido no interior da província de S. Paulo.* Rio de Janeiro: Typografia Peixoto, 1858.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Uso e mau uso dos arquivos.* In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista brasileira de estudos de população*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 549-565, set./dez., 2017.

BARROS, Fausto Ribeiro de. *Penápolis. História e Geografia.* Penápolis-SP: Gráfica do Jornal Diário Interior, 1992.

_____. Itapura. Ex-Colônia Militar e Estabelecimento Naval. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP),* São Paulo: Gráfica Canton Ltda., Volume LIV, 1957.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim – 1882 a 1909.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1980.

BEIER, José Rogério*. Biografia de um mapa: A trajetória do primeiro mapa impresso da província de São Paulo (1835-1842). In: Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Petrópolis, RJ, nov./2013.*

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade.* 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar os Sertões, Consolidar o Estado: A Colônia Militar do Jataí e os Aldeamentos Indígenas no Tibagi (1845-1897).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada. O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

BUENO, Beatriz Piccolotto Silveira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *In: Anais do Museu Paulista,* São Paulo. N. Sér. v.17. n.2., jul.-dez.2009, p. 111-153.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *De Architectura* de Vitrúvio e *Thamugadi:* Teoria e Prática. *In: Phoînix*, Rio de Janeiro. V. 3, N. 1, 1997, p. 381-401.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista. Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v 19, n. 1, p. 81-109, jan-jun. 2011.

CESP. *Salto do Avanhandava: História e Documentação.* Orentino Martins, Penápolis: Companhia Energética de São Paulo, 1988.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, São Paulo, vol. *26*, e33, p. 1-53, 2018.

COLONIAS Militares na China. Revista Militar. Tomo X. Lisboa: Typographia Universal, 1858, p. 509-511.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Araraquara 1720-1930:* um capítulo da história do café em São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia.* 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século* – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: Rima, Fapesp, 2003.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 10ª reimpressão, 2018.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico (São Paulo),* v. 14, p. 141-148, 1944; v. 15, p. 299-308, 1944.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte:* criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado), São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAUUSP, 2010.

_____. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, v. 20, n. 1, p.109-131, jan-jun, 2012.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios.* Propriedade da terra no Vale do Paranapanema. São Paulo: Arte & Ciência, Coleção Universidade Aberta, 2003.

D'OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Plano de uma Colonia Militar no Brasil. *In: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa. Tomo sétimo. nº 26, julho de 1846, p. 239-255.

DUARTE, Claudia Brack. *Plano de gestão para o Campo de Santana:* subsídios e considerações. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

EXPEDIÇÃO LANGSDORFF. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: Gráfica Trena, 2010. Disponível em: https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

FARIA, Regina Helena Martins de. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX. *Revista de Pesquisa Histórica – CLIO*, Universidade Federal de Pernambuco, n 29.2, 2011.

_____. Colonização militar e a formação do capesinato no século XIX: O caso da Colônia Militar do Gurupi, Maranhão*. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas.* UFMA. Eixo 10. 2009. p.1-10.

_____. Policiamento em Área de Fronteira Interna: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão oitocentista*. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História.* Fortaleza, 2009, p.1-9.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.* Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 93, 2007.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-350-1-SP.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha:* formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900).* São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru.* Dissertação (Mestrado). São Carlos – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, ápice do pensamento urbanístico-militar do império brasileiro. *In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – IX SHCU.* São Paulo, Setembro de 2006.

_____. Os códigos de posturas e as cidades paulistas do século XIX. In: MAGAGNIN, Renata Cardoso; SALCEDO, Rosio Fernández Baca; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (Orgs.) *Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: contexto contemporâneo e desafios.* São Paulo: Cultura Acadêmica, vol. 2, 2013.

GRIMAL, Pierre. *As cidades romanas.* Presses Universitaires de France. Lisboa: Edições 70, 2003.

GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos.* Piracicaba-SP: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba IHGP, 1º volume, 2009.

GROAT, Linda; WANG, David. *Architectural research methods.* New York, John Wiley & Sons, 2002.

HARLEY, John Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografia.* Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875.* Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 28 ed. 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista.* Organização Laura de Mello Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (Dir.) *História geral da civilização brasileira.* O Brasil monárquico: reações e transações. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, volume 5.

JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro. Território e territorialidade no império do Brasil.* (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

_____. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, julho 2011.

LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru.* Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.

LOPES, Joaquim Francisco. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes.* Atualização e introdução por Hildebrando Campestrini. Série Relatos Históricos, vol. II, Campo Grande (MS): Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007.

LAMPARELLI, Celso M. *Metodologia de pesquisa aplicada à arquitetura e ao urbanismo.* São Paulo: FAU-USP, 1996.

MACAULAY, David. *Construção de uma cidade romana.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822-1850). *Revista Geo UERJ*. Rio de Janeiro – Ano 16, nº 25, v. 2, 2º semestre de 2014, p.458-476. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/14407. Acesso em: 12 jan. 2020.

MARTINS, Orentino. *Apontamentos biográficos Cel. Manoel Bento da Cruz.* Araçatuba: Norograf, Tip. Noroestina LTDA, 1968.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira.* São Paulo: Melhoramentos. Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. *Nosso chão:* do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1989.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, jul. 2011.

MATRANGOLO, Breno Henrique Selmine. *Formas de morrer bem em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) São Paulo, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema.* São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos.* Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 727-736.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Revista Almanack Brasiliense*, n. 01, maio/2005, p. 8-26.

MATTOS, Izabel Missagia de. *"Civilização" e "Revolta": Povos Botocudos Indigenismo Missionário na Província de Minas*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, 2002.

MELLO, Raul Silveira de. *A Epopéia de Antônio João. Aos 100 anos da epopéia militar dos Dourados.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969 (Coleção General Benício, v. 71, publ. 393).

MOI, Cláudia. *Explorações do olhar:* ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas – SP, 2005.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MORAIS FILHO, J. G. Pioneiros da Noroeste*. Separata da Revista do Arquivo*, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico, Departamento de Cultura, vol. CXXXVLIII, 1951.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história:* suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113. Acesso em: 03 fev. 2020.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1887/1907).* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Curso de Pós-Graduação em História, Niterói, 2009.

NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba.* Piracicaba, SP: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009.

_____. *Piracicaba no século XVIII.* Separata da Revista do Arquivo nº XLV. Piracicaba, São Paulo: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2010.

NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê. 2*ª ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Coleções paulísticas, v. 8, 1978.

OBERACKER JR. Carlos H. *A colonização baseada no sistema de pequena propriedade agrícola.* In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (Dir.) *História geral da civilização brasileira.* O Brasil monárquico: reações e transações. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, Tomo II, volume 5.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Exército e "A difícil luta contra a independência dos homens do campo": embates na construção do Estado do Brasil, 1840-1870. *In:* Adriana Barreto de Souza, Luis Edmundo de Souza Moraes, Maud Chirio, Angela Moreira Domingues (Orgs.), *Pacificar o Brasil, das guerras justas às UPPs.* São Paulo: Alameda, 2017, p.197-224.

_____. As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

_____. As Guerras nas matas de Jacuípe. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica,* Universidade Federal de Pernambuco, n. 33.2, 2015.

_____. O Exército, a circulação e a ocupação – embates pela construção da unidade nacional na segunda metade do século XIX. *In: Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais. G17 – Instituição militar e ordem social, 2015.

OURIQUE, Jacques. Colonias Militares *In: Revista do Exército Brasileiro.* Anno terceiro. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1884.

_____. Colônias e Estradas militares. *In: Revista do Exército Brasileiro.* Anno Quarto. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1885, p. 97-101.

_____. Colônias Militares. Itapura e Avanhandava. In: *Revista do Exercito Brasileiro*, Anno Quinto. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exercito Brasileiro, 1886.

PARDIM, Sonia Leni Chamon. *Imagens de um Rio. Um olhar sobre a iconografia do rio Tietê.* (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2005.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfose de um espaço na história urbana. *In: Revista Cidades*, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 3, n. 5, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1949.

REIS, João José. *A morte é uma festa.* Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720).* 2ª ed. São Paulo: Pini, 2000.

RITT, Evandro. *A Colônia Militar de Foz do Iguaçu – PR. Um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880-1920.* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina (UEL), Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Londrina, 2011.

ROCHA, Joaquim da Silva. *História da Colonização do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, 2º vol.

RONCARI, Luiz. Lugar do Sertão. *In: Revista UFG*, v. 8, n. 2, 28 jul. 2017. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48103 Acesso em: 16 nov. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo.* Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Coleção "O Brasil Visto por Estrangeiros", 2002.

_____. *Viagem à Provincia de São Paulo*. Direção de Rubens Borba de Moraes. Biblioteca História Brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SAMPAIO, Theodoro. *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema.* Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. Nº 4. São Paulo: Typographia King, 1890.

SANTANA, Ana Caroline da Silva. Códigos de posturas municipais: reflexo de um discurso e suas problemáticas. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de Julho de 2013. Disponível em: https://bit.ly/2sHLp4G. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, Arthur Germano. Poder e administração no Maranhão Oitocentista: o caso da Colônia Militar do Gurupi. *Almanack.* UNIFESP, Guarulhos, n. 12, jan./abr. 2016.

SÃO PAULO. Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. Secretaria Instituto Geográfico e Cartográfico, 2011. Disponível em: https://bit.ly/2POJRgT. Acesso em: 20 nov. 2019.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço:* habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Colônia Militar Leopoldina: das "Matas incultas" às "Matas civilizadas" (1851-1867).* (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em História, 2016.

SILVA, Cassia Queiroz da; BORGES, Maria Celma. Caminhos antigos no sul de Mato Grosso (século XIX): a estrada do Piquiri. *In: Anais da XV Semana de História UFMS,* p. 337-353, 2013.

SILVA, Diego Vernille da. *Mercados Públicos em São Paulo:* arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, 2017.

SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da. *"Na paz, cumpre-se preparar a guerra": a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865).* (Dissertação de Mestrado). Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos, Rio de Janeiro, 2017.

_____. A criação do Estabelecimento naval do Itapura e Colônia Militar (1858). *In: Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 135, n. 04/05, abr./jun. 2015, p. 125-136.

SILVA, Maria Apparecida. *Itapura – Estabelecimento Naval e Colônia Militar (1858-1870).* Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1972.

SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889).* São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Augusto Fausto. Fortificações no Brazil. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil.* Tomo XLVIII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C. 1885, p. 138-139.

SOUZA, Cândido Xavier de Almeida e. Descrição diaria dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Volume 202, Janeiro-Março de 1949. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.) *Diário de navegação* – Teotônio José Juzarte. São Paulo: Edusp. Imprensa Oficial, 2000.

VASCONCELLOS, José Rufino Rodrigues. *Colônias Militares – Memoria*. *In:* BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra – João Lustosa da Cunha Paranaguá. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador:* D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *História das Bandeiras paulistas.* Relatos Monçoeiros São Paulo: Edições Melhoramentos, 3ª ed., Tomo III, 1975.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Piracicaba no século XIX.* Piracicaba-SP: Editora Equilíbrio, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba IHGP, 2009.

VASCONCELLOS, José Rufino Rodrigues. *Colônias Militares – Memoria.* In: BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra – João Lustosa da Cunha Paranaguá. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

VICENTE, Marcos Felipe. O Código de Posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o Código da Vila de Guarany (1898). *In: Anais do Evento XII Semana de História da FECLESC* – Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em: http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos.html. Acesso em: 12 jan. 2020.

WOOD, David Lyle. *Abortive panacea:* Brazilian military settlements, 1850 to 1913. A dissertation submitted to the faculty of the University of Utah in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy – Department of History, University of Utah, 1972.

LEIS, DECRETOS, CÓDIGOS E RELATÓRIOS IMPERIAIS

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1824.* Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1828.* Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1845*. Tomo VII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1850.* Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

BRASIL*. Colleção das Leis do Imperio do Brasil de 1854.* Tomo XVII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.

BRASIL, *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1858.* Tomo XIX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1873.* Tomo XXXII. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra* – Jeronymo Francisco Coelho. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios de Guerra* – Marquês de Caxias. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1862.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra* – João Lustoza da Cunha Paranaguá. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra* – Visconde do Rio Branco. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra* – João José de Oliveira Junqueira. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1875.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra* – Marquez do Herval. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra* – Thomaz José Coelho d'Almeida. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

SÃO PAULO. *Relatorio com que o Ilmo. e Exmo. Senhor Doutor João Jacyntho de Mendonça entregou a Presidencia da Provincia de S. Paulo ao Ilmo. e Exmo. Senhor Conselheiro Dor. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 24 de Setembro de 1862*. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1862.

SÃO PAULO. *Discurso com que o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conselheiro Antonio José Henriques, Presidente da Provincia de S. Paulo, abrio a Assemblea Legislativa Provincial no anno de 1861*. São Paulo: Typographia Impacial de Joaquim R. A. Marques, 1861.

SÃO PAULO. *Relatorio apresentado á Assemblea Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Provincia o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva no dia 5 de Fevereiro de 1871.* São Paulo: Typographia Americana, 1871.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Fundo Secretaria de Governo da Província. Grupo 5G1. *"Officios Diversos Avanhandava"* Annos 1859 – 1864. Nº de ordem [C00820]. Pastas 1 a 4 (Manuscrito).

Fundo Secretaria de Governo da Província. Grupo 5G1. *"Officios Diversos Avanhandava"* Annos 1865 – 1882. Nº de ordem [C00821]. Pastas 1 a 4 (Manuscrito).

RELATÓRIOS E ESTUDOS DA CEFNOB

RELATORIO da Directoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil apresentado á Assembléa Geral Ordinaria realisada em 11 de Junho de 1906. Rio de Janeiro: Typographia de Heitor Ribeiro & C., 1906.

RELATORIO da Directoria da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil apresentado á Assembléa Geral Ordinaria realisada em 22 de Setembro de 1908. Rio de Janeiro: Papelaria União, 1908.

RELATÓRIO E ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS DA CGGSP

Arquivo Histórico do Instituto Geológico:

Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo "Exploração do Rio Tieté" (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) Publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretario da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho, 1905. Typographia Brazil de Rothschild & Cia. São Paulo. 3ª edição 1930.

Álbuns fotográficos:

Série: Álbuns fotográficos de exploração dos rios Tietê e Paraná.

ANEXO I – Arquivo Público de São Paulo (APESP). Acervo Textual: "Officios Diversos Avanhandava, Caixa C00820, Annos 1859-1864".

Transcrição de documentos em ordem cronológica.

Data do documento: 2 de Julho de 1859

Ilmº e Ex^mo Snrº

Tendo eu sido nomeado Director da Colonia Militar que por Decreto Imperial deve ser creada entre a Cidade da Constituição desta Provincia e a Villa de Santa Anna da Parnahiba da Provincia de Matto Grosso, cheguei hoje da diligencia em que estava na comarca da Franca desde Agosto do anno passado, pelo que preciso hir a Villa do Iguassú da Provincia do Rio de Janeiro buscar minha familia, que tem de comigo seguir para a colonia, por isso peço a V. Ex^cia haja de conceder-me permissão para esse fim; mandando-me [dar] passagem por conta do Governo, não só por ter sido separado de minha familia por causa do serviço publico, como pelas excessivas dispesas que acabo de faser com o meu regresso a esta cidade.

DEOS Guarde a V. Ex^cia.
Cidade de Sam Paulo 2 de Julho de 1859.
Ilmº. e Ex^mo. Senrº Conselheiro D.^or. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.
Vice Presidente da Provincia de S. Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão Director da Colonia Militar

Data do documento: 29 de Setembro de 1859

Ilmº e Ex^mo Snrº

Sendo necessario algumas barracas de algodao para os empregados, praças de pret, e colonos que tem de hir comigo para a colonia mandada crear, pelo Decreto nº 2126 de 13 de Março de 1858, na estrada que vai da Cidade da Constituição á Villa de Santa Anna da Parnahyba; e sabendo que, no depozito de artigos bellicos desta Capital, ha esse utensilio, por isso peço á V. Ex^cia haja de mandar-me dar dez dessas barracas, para servir de albergue aos fundadores da colonia.

Deos Guarde á V. Ex^cia.
Cidade de São Paulo 29 de Setembro de 1859.

Il^mo e Ex^mo Snrº Conselheiro.
José Joaquim Fernandes Torres.
Presidente da Provincia de São Paulo.

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia.

Data do documento: 11 de Outubro de 1859

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Tendo chegado á esta Capital no dia oito do corrente mez, dezessete caixões remettidos da Corte á V. Ex^cia. pela repartição das terras publicas, cujos caixoes contem a ambulancia, [livros], e outros objectos que são destinados para a colonia militar que se tem de fundar na estrada que vai da Cidade da Constituição á Villa de Santa Anna da Parnahyba, da qual sou Director, cumpre-me por isso pedir á V. Ex^cia. se [sirva] nomear uma Comissão afim de que examine ditos caixões e possão ser por ella abertos para se tirarem os livros, que conforme marca o regulamento devem ser rubricados pelo Senrº. Inspector da Thesouraria da Fazenda, e [bem] assim verificar se os pedidos que por copia tenho a honra de dirigir á V. Ex^cia. forão satisfeitos em tudo ou em parte.

Deos Guarde á V. Ex^cia.
Cidade de S. Paulo 11 de Outubro de 1859.

Il^mo e Ex^mo Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia

Data do documento: 15 de Outubro de 1859

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Tenho presente o Officio de V. Ex^cia. datado de hontem, authorizanto-me a fazer as despesas que forem precisas com o aluguel ou mesmo compra de quatro canôas de cem cargas, bem como com os salarios dos que as devem tripular, afim de poder transportar o pessoal e bagagens da colonia que se vai estabelecer entre a Cidade da Constituição á Villa de Santa Anna da Parnahyba.

Deos Guarde á V. Ex^cia.
Cidade de S. Paulo 15 de Outubro de 1859.

Il^mo e Ex^mo Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia

Data do documento: 30 de Novembro de 1859

Ilmº e Ex^mo Senrº.

A recepção do Officio da V. Ex^cia. datado de hoje, com copia do Avizo numero 51 do Ministerio do Imperio de 24 deste mez, me scientificou que está nomeado para servir na colonia militar que tenho de hir fundir na estrada que vai da Cidade da Constituição á Villa de Santa Anna da Parnahyba o Capellão Alferes do Corpo Ecclesiastico do Exercito Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva.

Deos Guarde á V. Ex^cia.

Cidade de São Paulo 30 de Novembro de 1859.

Il^mo^ e Ex^mo^ Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia

Data do documento: 15 de Janeiro de 1860

Colonia Militar creada pelo Decreto numero 2126 de 14 de Março de 1858.

Relação das pessôas que estão fazendo parte da Colonia acima mencionada, para as quaes peço nesta data ao Ex^mo^. Senr. Prezidente da Provincia sua approvação, afim de serem admittidos colonos de 3ªClasse, pois hé nesta qualidade que os tenho considerado desde as datas em que se me aprezentarão.

Paizano - Francisco de Castro Moreira	*Brasileiro – natural desta Provincia, cazado com Maria da Gloria [Villalva], e tem um filho de nome João com 3 annos de idade; aprezentou-se a fazer parte da Colonia no dia 29 de 10brº de 1859 desde quando tem elle só recebido a diaria de 320^re^ por ter ficado a familia na Cidade de São Paulo para mais tarde vir.*
Paizano – Manoel Fidencio de Andrade	*Brasileiro – natural desta Provincia, cazado com Margarida Eugenia, e tem uma filha de nome Maria do Carmo com 13 annos de idade; aprezentou-se a fazer parte da Colonia no dia 29 de Dezembro de 1859 desde quando tem elle só recebido a diaria de 320^re^ por ter ficado a familia na Cidade de São Paulo para mais tarde vir.*

Paizano Rodolpho [Henrchsen Esald]	*Brasileiro – natural da Cidade de São Paulo, solteiro, officio carpinteiro, apresentou-se a fazer parte da Colonia a 29 de 10brº de 1859 desde quando tem recebido a diaria de 320rs*
Paizano Joaquim Moreira Neves	*Brasileiro – natural do Rio de Janeiro – solteiro, officio sapateiro, aprezentou-se a fazer parte da Colonia a 29 de 10brº de 1859 desde quando tem recebido a diaria de 320rs*
Paizano Francisco José Martins Uchôa	*Portuguez – solteiro – officio carpinteiro, aprezentou-se a fazer parte da Colonia a 29 de 10brº de 1859 desde quando tem recebido a diaria de 320rs.*
Paizano Firmino Lacerda [Leite]	*Brasileiro – natural desta Provincia, solteiro, officio alfaiate, aprezentou-se a fazer parte da Colonia a 29 de 10brº de 1859 desde quando tem recebido a diaria de 320rs.*
Paizano Arlindo Martins de Oliveira	*Brasileiro – natural da Cidade de Santos, solteiro, officio Pedreiro, aprezentou-se a fazer parte da Colonia a 29 de 10brº de 1859 desde quando tem recebido a diaria de 320rs.*
Paizano Guilherme Christiano Henrique [Fatom]	*Dinamarquez – solteiro, officio Ferreiro, aprezentou-se a fazer parte da Colonia na Cidade de Campinas no dia 5 de Janeiro de 1860, desde quando tem recebido a diaria de 320rs.*

Cidade da Constituição 15 de Janeiro de 1860

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia

Data do documento: 25 de Janeiro de 1860

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Dou parte a V. Ex^cia. que [dontem] fiz seguir por terra o Sargento Escrivão da Colonia, com tres colonos afim de examinar o estado da estrada que desta Cidade vai ate a altura do Salto do Avanhandava, onde devo desembarcar para examinar o resto da estrada e ver qual o terreno [de voluto] que ha.

Deos Guarde á V. Ex^cia.
Cidade da Constituição 25 de Janeiro de 1860.

Il^mo e Ex^mo Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colônia

Data do documento: 20 de Fevereiro de 1860

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Dou parte a V. Ex^cia. que tendo sahido da Cidade da Constituição na tarde de 8 do corrente mes cheguei a este lugar na manhã de hoje, tendo sido a viagem mais longa do que do costume por causa [das chuvas].
Da cometiva só eu adoeci de sezões, mas estou melhor e amanhã pretendo seguir para o Arraial de Nossa Senhora do Carmo distante deste Salto duas legoas pouco mais ou menos.
Por falta de [comado?] nas tres canoas ficarão na Cidade da Constituição quatro pessoas das que me acompanhão para a fundação da colonia e alguma cousa de bagagem, que espero venhão pela canoa que amanhã faço voltar a refferida Cidade; e quanto as outras duas canoas ficão neste porto encalhadas.

Deos Guarde á V. Ex^cia.
Salto do Avanhandava 20 de Fevereiro de 1860.

Il^mo e Ex^mo Senr. Conselheiro Doutor José Joaquim Fernandes Torres
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colônia Militar

Data do documento: 20 de Dezembro de 1860

Ilmº e Ex^mo Senrº.

Em observancia ao disposto no paragrapho 11 do artigo 7º do Regulamento desta Colonia apresento a V. Ex^cia. um mappa da população e outro demonstrativo do estado actual da Colonia, pedindo a V. Ex^cia. permissão para [diser] alguma cousa relativamente a este estabelecimento.

A Colonia militar Avanhandava [foi] mandada crear pelo Decreto numero 2126 de 13 de Março de 1858, porem só em Fevereiro de 1860 é que cheguei a este logar, afim de funda-la sem que estivesse designado o terreno para seu estabelecimento. Não sendo então conveniente [permanecer] junto ao Salto Avanhandava, por estar em [reinando] as febres intermitentes, [mister foi internar]. Informado de haver terras [dadas] para Patrimonio de Nossa Senhora do Carmo, onde já se tinha [comessado] a criação de um Arraial, sahi do Salto Avanhandava com direcção ao Norte em busca dellas, e a duas legoas e meia [(2 e tanto)] de bôa matta sem agua cheguei ao [carrasquinho] (ou campestre como por aqui [denominão]) onde provisoriamente está acampada da Colonia. Não obstante ser circundada por dois corregos a terra do Patrimonio, com tudo sente se falta d'agua para que possa aqui faser-se uma povoação, entretanto que sendo [elevado] o terreno como é, [e tendo] um bosque (ou capão de matto) no alto da collina com pouco serviço presta-se para um [excellente] pasto fechado para gado tanto dos[as] [circumvizinhos/as], como das que nesse [genero] [commerciarem] de Matto Grosso para esta Provincia ou Rio de Janeiro, pois o dito terreno está na estrada que vem da Cidade da Constituição para a Villa de Sant'Anna de Parnahyba; [e o rendimento?/arendimento] do pasto será applicado a [Magnificencia] com que deve ser venerada a Virgem do Carmello padroeira desta Colonia. No lugar em que estamos encontrei uma [caza] que era destinada para Capella a qual não estava acabada e nem ainda hoje está, mas é onde se celebrão os Officios Divinos para cujo fim foi [rebocada], caiada, e [feichada] da melhor forma que [esteve] a nosso [alcance], ficando contudo muito longe [do que deva ser?]; e nella encontrei as Imagens de Nossa Senhora do Carmo e São José que forão [bentas] pelo Capellão da Colonia, e igualmente existia um sino de duas arrobas e sete [libras]. [Tambem] achei neste lugar [quatro] ranchos cobertos de telha e dois [de palha] em [mau estado]; como estivessem dois dos telheiros [abandonados] me servi delles, até que construisse o abarracamento. O abarracamento construido são duas casas cobertas de sapé tendo uma cincoenta palmos de comprimento e é ocupada pelo Capellão, escolla de 1ªs lettras, deposito de ferramentas, medicamentos, e secretaria; a outra é [de cento e setenta] palmos de [comprido] e habitada por vinte-seis pessoas; os mais colonos estão por ora em [barraquinhas] que por falta de dinheiro mandei construir para abrigar do tempo.

Por aviso do Ministerio do Imperio de 10 de Junho deste anno sob numero 23, foi [determinado] que a Colonia se estabeleça deffinitivamente no Ribeirao Ferreira, para onde ainda não possui por ser [preciso] abrir caminho e [faser] derrubada para [a que/o que] necessito de dinheiro que já [pedi]. A colocação do Arraial da Colonia no Ribeirao Ferreira me parece que [preencherá] satisfatoriamente as [vistas] do Governo Imperial, pois [ilegível, ao meo ver] prestar-se-há tanto para ponto [civel/civil] como militar, [e fica] em lugar que participará não só do transito da estrada que da Cidade da Constituição vai a Villa de Santa Anna da Parnahyba, como da navegação fluvial d'aquella Cidade ao Avanhandava.

No salto do Avanhandava há optimo lugar para povoação, mais [a prudencia e a economia] aconselhão que em quanto não houverem [exgostos] que evitem as aguas das enchentes annuaes ficarem extagnadas seja a povoação afastada do dito Salto; assim [pois] no Ribeirão Ferreira ficará a Colonia na distancia de preservar-se mais das enfermidades que [provirem/provierem] das aguas [putridas] do Avanhandava e irá preparando o terreno para a futura Cidade, sem que [por/para] isso nesse tempo desmereça aque se tiver feito no Ferreira tal é sua posição [vantajosa].

Chegamos aqui na maior influencia das febres intermitentes, o abrigo que tivemos foi mau, o [passadio] [ilegível] por isso foi bom, uma só pessoa não deixou de ser affetada da epedemia e della nennhuma morreo, [acrescendo?] mais que até com falta de remedios lutamos, pois a botica não estava convenientemente [provida] para a molestia que tivemos.

Que a Colonia Avanhandava promette prompta [prosperidade] já se [deixa] ver [pelo] que passo a expor: na margem direita do Tiete, do Salto Avanhandava [discrevendo-se] um [cimiciruclo] que abranja dez leguas encontar-se-ha tresentos e settenta e quatro pessoas formando [cesenta e tres] [ilegível], que [sem] [Pacto] Espiritual, sem Medico, e [sem] outro [recurço] mais do que aquillo que cada hum por si podia faser vivião por [isto/esto/este] certão a annos sem esperança de tão [cedo] melhorarem não [ilegível desacoraçarão?]; agora que alguma cousa melhorou do muito que [soffrião] é [de – ilegível] que haja [affluencia] de para aqui mandarem-se muitas familias pobres da Provincia de Minas, mesmo desta com vistas de adquirirem terras e para provar já tenho factos na Colonia: Em Fevereiro cheguei no Avanhandava com trinta e seis pessoas, nasceo uma, fallecerão cinco (inclusive a recem nascida) e [tenho] hoje cincoenta e uma pessoas; devendo notar [se] que o que por aqui temos passado não é tão bom que faça cobiça, mais tal era [a] necessidade de colonisar os nossos propios patricios. Tenho noticia [certa] que do [lado?] de Minas estão em viagem para esta Colonia duas familia, e isto ainda [quando] é notorio que a Colonia não tem terras para distribuir já, pelo que é [forçoso] por em quanto habitar [em] communs, do que muitos não [gostão], e a pratica me há [convencido] de não ser conveniente; quanto mais quando estiverem divididos os lotes de terra e que cada familia venha domiciliar-se na porção que tem [de ser] sua. Assim pois [nutro] as melhores esperanças que se podem imaginar pelo futuro de uma Colonia em um Certão tão [ilegível, talvez desértida] como é o do Avanhandava.

[O] estabelecimento desta Colonia podia estar mais adiantado se não tivessem concorrido tantas cousas para o aniquilar; por exemplo: o Ajudante do Director até hoje ainda não foi nomeado; o Medico ainda aqui não chegou; o numero [marcados] para Colonos da 2ªclasse é [doze?], e só ha sete; estafetas para o serviço do correio não há um; para as dispesas do corrente anno financeiro de 1860 a 1861 ainda não recebi quantia alguma, [o que] me há [posto] na maior [illegível – llisão] possivel de imaginar-se; e ultimamente o fallecimento do Escrivão não pouco [influio] pois era o nosso enfermeiro. Em 19 de Outubro com officio sob numero 57 fes chegar a presença de V. Ex^{cia}. uma proposta de Antonio José de Freitas pedindo para ser o incarregado da conducção das mallas do correio; e como [me] pareça vantajosa essa proposta, já haja comonicação por terra com a Colonia do Itapura [persuado-me] que breve será o transito do correio para Santª Anna da Parnahyba por esta estrada, não pela que ora se fas.

Não [obstante] não haver terreno marcado para a Colonia, com tudo os colonos fiserão roças nas terras do Patrimonio, e [nas] do Cidadão José Lourenço de Oliveira que as offereceu gratuitamente para esse fim, e plantarão em pequenas quantidade arroz, amendoim, abobora, cana, feijão, mandioca, mellão, milho, quiabos, e verduras.

Alem das quantias dispendidas no anno financeiro de 1859 a 1860 com os preparativos desta Colonia, em Medicamentos, [Alfaias] para a Capella, Livros, Ferramentas, transporte e [ect]. Gastei a quantia de 8:265$334 reis; a saber:

Pelo Ministerio do Imperio

Gratificações aos Empregados	*1:099$440*
Diarias aos Colonos e suas familias	*1:206$080*
	2:305$520

Pelo Ministerio do Imperio

Transporte	*2:305$520*
Dispesas com a viagem	*2:535$260*
Dispesas com exploração de terreno, derrubada, e abarracamento provisório	*998$800*
Guisamentos para a Capella	*41$250*
Somma	*5:881$030*

Pelo Ministerio da Guerra

Pagamento dos vencimentos aque tiverão direito as praças do Exercito que fasem parte da Colonia	*2:384$304*
Total Reis	*8:265$334*

[Exceptuamos] a [deserção] do colono Francisco de Castro Moreira cuja punição está dependendo do Juizo de V. Ex^cia^. nenhum outro crime propriamente dito foi praticado; algumas faltas que houverão forão punidas com reprehensões e prizão que não excedeo a tres dias de detenção.

A escolla de 1ªs letras aberta no dia 2 de Julho conta hoje oito meninos e duas meninas.

O thermometro de Fahrenheis no dia de mais frio desceo a 50°, e no de maior calor (por occasião das queimadas) subio a 98°, no mais tempo regula de 75 a 85°.

O terreno não é montanhoso mas também não tão plano que seja [paludoso].

Falto [como sou] dos [precisos] conhecimentos para bem e [circunstanciadamente] informar do estado desta Colonia [recorro] a indulgencia de V. Exª afim de ser relevado pelas falhas contidas no [presente] Officio.

Deos Guarde á V. Ex^cia^.
Acampamento Provisorio da Colonia Militar Avanhandava 20 de Dezembro de 1860.

Il^mo^ e Ex^mo^ Senr. Conselheiro Doutor Manoel Joaquim de Amaral Gurgel.
Prezidente da Provincia de S. Paulo

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colônia

Data do documento: 1 de Janeiro de 1861

("Capa em letras grandes")
Informação de Conducta
Dos Empregados da Colonia Militar Avanhandava
No simestre de Julho á Dezembro de 1860

Colonia militar Avanhandava

Simestre de Julho a Dezembro de 1860

Director *Manoel Giraldo do Carmos Barros*
Filho de *Marcello Paulo de Barros*
Natural da *Cidade de Belem Prov.cia do Pará*
Idade *Quarenta e dois annos*
Estado *Casado*
Filhos *Nenhum*
Capitão *Da 1ª Companhia do Corpo de Guarnição Fixa da Provincia de S. Paulo*

Informações

Disposição phisica _____
Saude _____
Conduta Civil _____
Conduta Militar _____
Capacidade do empregado _____
Opinião do Director _____

Casualidade do Simestre
Nenhuma = Acampamento
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Janeiro de 1861.
Maniel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia.

Colonia militar Avanhandava
Simestre de Julho a Dezembro de 1860

Ajudante do Director: VAGO por ainda não ter sido nomeado.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Janeiro de 1861.
Maniel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia.

Colonia militar Avanhandava
Simestre de Julho a Dezembro de 1860

Medico = Dor. Marcos Jose Pereira do Bomfim.
Filho de _____
Natural da _____
Idade _____
Estado _____
Filhos _____

Informações

Disposição phisica _____
Saude _____
Conduta Civil _____
Conduta Militar _____
Capacidade do empregado _____
Opinião do Director _____

Casualidade do Simestre
Tendo sido nomeado Medico.
Medico desta Colonia por Decreto de 13 de Fevereiro de 1860, te esta data inda se não apresentou neste lugar.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Janeiro de 1861.
Maniel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia.

Colonia militar Avanhandava
Simestre de Julho a Dezembro de 1860

Capellão *Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva.*
Filho de *Diogo Jose da Silva*
Natural da *Provincia de S. Paulo*
Idade de *Quarenta e quatro annos.*
Estado _____
Filhos _____
Capellão Alferes da Repartição Ecclesiastica do Exercito.

Informações

Disposição phisica	*Cachético*
Saude	*Má*
Conduta Civil	*Má por ser bebado*
Conduta Militar	*Má por ser bebado; é com tudo subordinado.*
Capacidade do empregado	*A bebedice tem [embotado] o seu entendimento; toda via vai cumprindo os seus deveres.*
Opinião do Director	*Seria favoravel se não fosse a bebedice, pois fóra ella é bem bom homem. Ainda não desespetei de [obter?] que este empregado abomine o vicio que tem, pois ja delle fas uso mais moderado; e é esta a razão por que não hei dado "Parte" aos meos superiores para que seja elle substituido por outro.*

Casualidades do simestre

Alem de [admoestações] por cauza das bebedices nada mais se deo durante o simestre.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Janeiro de 1861.
Maniel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia.

Colonia militar Avanhandava

Simestre de Julho a Dezembro de 1860

Escrivão = Vago pelo fallecimento do 2º Sargento Felisberto [Egydio] de Araujo [Cantalice], em 27 de Novembro de 1860.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Janeiro de 1861.
Maniel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia.

Data do documento: 1 de Janeiro de 1861

Colonia Militar Avanhandava					
Balanço da entrada e sahida dos diverços objectos a cargo da Colonia acima dita no simestre do 1º de Julho a 31 de Dezembro de 1860					
Denominação dos objectos	Unidades	Existião em 30 de Junho de 1860	De 1º de Julho a 30 de Dezembro de 1860		Passarão para o simestre seguinte
			Entradas	Sahidas	
Objectos Ecclesiasticos					
Alvas de linho	Nº	2			2
[Ambula] de prata com pata de seda d'ouro	Nº	1			1
Aspersorio	Nº	1			1
Bacia de louça	Nº	1			1
Bacia de metal de dous palmos de diametro	Nº	1			1
Banqueta completa com castiçaes de madeira entalhados e açucenas	Nº	1			1
[Bolças]	Nº	2			2
Caixa de folha para guardar hostias	Nº	1			1
Caixa de folha para guardar [particulas]	Nº	1			1
Caixa de folha para guardar sál	Nº	1			1
Caixa de Santos Oleo [provida]	Nº	1			1
Calice de prata e colherinha	Nº	1			1
Caldeirinha de metal	Nº	1			1
Campainha de metal galvavnisada	Nº	1			1
Caneco de louça	Nº	1			1
Casulas, estolas e manipulos	Nº	2			2
Cera em vellas	Libras	12		8	4
Cingulos	Nº	2			2
Copo de vidro	Nº	1			1
[Corporaes]	Nº	6			6
Estante envernisada	Nº	1			1
[Estolla] parochial	Nº	2			2
Farinha de trigo	Libras	4		2	2
[Frontaes]	Nº	2			2
Ferro para faser hostias	Nº	1			1
Garrafas	Nº	6			6
Guarda do Altar	Nº	2			1
[G] Irlanda de linho	Varas	15			15
Livros de todas as Benções	Nº		1		1
Livros para a [scripturação?] da Capella	Nº	5			3
Missal Romano	Nº	1			1
Pallas de linho	Nº	2			2
Pallas de damasco	Nº	2			2
[Patina] que acompanha o [calix]	Nº	1			1
Par de galhetas de metal	Nº	1			1
Pedra [d'Ara]	Nº	1			1
Ritual de Paulo 5º	Nº	1			1
[Sacras] para o altar	Nº	3			3
[Sanguinhos]	Nº	6			6
Sobrepelises com rendas largas de linho	Nº	2			2
Tapete pequeno e [supedaneo]	Nº	1			1
Tualhas	Nº	7			7
Vêos de seda	Nº	4			4
Vinho branco	Quartilhos	3	3	6	[rasurado]

Medicamentos					
Accetato de amoniaca	Onças	5		1	4
Accetato de chumbo	Onças	8		1/8	7 7/8
Acido citrico	Onças	16		2	14
Accido nitrico	Onças	2	1	2	1
Accido sulphurico	Onças	2		1	1
Aconito	Onças	5		1/8	4 7/8
Agua de louro cerejo	Libras	2		2/16	1 14/16
Alcacuz	Libras		2	4/16	1 [12/14]
Alcali volatil	Onças		1	1/8	7/8
Alcool a 36 gráos	Garrafas	3		3	$
[Alteia]	Onças	6		6	$
Ammoniaco	Onças	4			4
Aquillão gomado	Libras	3		1	2
Arnica	Onças	16		4	12
Asafetida	Onças	16		1	15
Balsamo genuino de Pedro Garbazza	Vidros	3		3	$
Bardana	Onças	16		2	14
Basilicão amarello	Onças	12		12	$
Basilicão [preto]	Onças	16		8	8
Borragem	Onças	15 1/2	32	27 1/2	20
Cabeça de dormideiras	Libras	2		1	1
Calomelanos de patente	Oitavas	32			32
Camomilla Romana	Onças	1			1
Camphora	Libras	1 1/2		1	8/16
Canella	Onças	15		3	12
Cantaridas	Oitavas	15 1/2		1/2	15
Carbonato de [potasso]	Libras	1			
Centeio espigado	Onças		2	1/2	1 1/2
[Cerato]	Libras	4 1/2		1/2	4
Cevada	Libras	1		1	$
[Cinco] raiz aperiente	Onças	4	32	20	16
Citrato de ferro	Onças	5		1/8	4 7/8
Cloroformio	Onças	1			1
[Contra] erva	Onças		32	2	30
Copaiabas	Onças	16			16
[Cremor] tartaro	Onças	24		24	$
[Cubebas] em pó	Libras	2			2
[Degitalis] em pó	Onças	4			4
Emmetico	Oitavas	32		1	31
[Enxofar] em pó	Onças	32		8	24
Electuario [anthelmentico] do Doutor Silva	Vidros	4		1/2	3 1/2
Erva cidreira	Libras	2		1/2	1 1/2
Erva tostão	Onças		32	16	16
Fedegoso	Onças		16	1	15
Fios de linho	Libras	2		2	$
Fumaria	Onças		16	1	15
Funcho	Onças		16	1/2	15 1/2
Flores de viola	Onças		32	1/2	31 1/2
Genciana	Libras	2		[12/16]	1 4/16
Gervão	Onças		16	4	12
Gomma alcatira	Onças		8	8	$
Gomma arabica	Onças		4	4	$
Guaiaco	Libras	2		1/2	1 1/2
[Yodorato] de Potassium	Libras	2			2
[Ypicacuanha] em pó	Onças	28		4	24
[Jequitibá]	Onças	16		4	12
[Hernes?] mineral	Onças	4			4
[Labassa]	Onças	16			16
Linhaça	Libras	4		4	$
Linhaça em pó	Libras	7		7	$

Losna	Onças		32	2	30
Massela galega	Onças	63		3	60
Magnesia calcinada optima	Onças	24		24	$
Malvas	Libras		4		4
Maná	Libras		5	5	$
Mostarda em pó	Libras	7		7	$
Nitrato de [Potasso]	Libras	4		4/16	3 12/16
Oleo de amendoas doce	Libras	7 1/2		7 1/2	$
Oleo de [Ricino]	Libras	1/4	6	6 1/4	$
Opio	Onças	2		1	1
Oxido rubro de mercurio	Onças	4			4
[Periparoba]	Onças		32	8	24
Pedra infernal (nota do autor: nitrato de prata)	Onças	1			1
Purgantes de Le Roy	Garrafas	3 1/2		2 1/2	1
[Quina Perusiana]	Libras	5			5
Raiz da China	Onças	4			4
Rasuras de quassia	Onças	4		1	6
Sabugueiro	Onças	46		14	32
Sal amargo	Onças		64	64	$
Salça [parrilha]	Libras	4		1	3
[Santonina]	Onças	1		1	$
[Seidlitz powders] (nota: pó laxante/digestão)	Caixas	1		1	$
Sementes contra vermes	Onças	2			2
[Senne]	Onças	16		2	14
Sipó de chumbo	Onças		16	4	12
Sulphato de magnesia	Onças		16	16	$
Sulphato de quinina	Onças	5 1/2		1 1/2	4
Sulphato de soda	Onças		32	32	$
Sulphato de zinco	Onças	8			8
Tamarindos	Libras		8	8	$
Tanchagem	Onças		16	1	16
Tilia	Libras	2			2
Tiras aglutinativas	Onças	16			16
Valeriana	Libras	2			2
Xarope de gomma	Garrafas		2	2	$
Utencilios de Botica					
Almofaris de louça	Nº	1			1
Almofaris de metal	Nº	1			1
Balança pequena	Nº	1			1
[Carteira?] cirurgica	Nº	1			1
Cobertores de lam	Nº	12			12
Colxões	Nº	12			12
[Copos] graduados	Nº	4			4
Espatula de marfim	Nº	1			1
Espatulas de metal	Nº	2			2
Estojo para [baixo] e alta cirurgia	Caixa	1			1
Estojo para partos	Caixa	1			1
Forma para faser [pilula]	Nº	1			1
Garradas de vidro branco	Nº	20			20
Lençoes de algodão trançado	Nº	48			48
Máquina de aplicar ventosas	Caixa	1			1
Morim ordinario	Pessa	2		1	1
Panno de linho ordinario	Pessa	1			1
Pedra para estender massa para pilulas	Nº	1			1
[Penas?] de botica	Caixa	1			1
Seringa para clister	Nº	1			1
Travesseiros	Nº	12			12
Objectos da Secretaria					
Livros para a iscripturação da Colonia	Nº	8			8

Objectos da Escolla					
[Artes] completas de manuscriptos	Nº	6			6
Cathecismos de [Montpelier]	Nº	12			12
Gramatica da lingua portuguesa	Nº	12			12
Lapis de pau	Nº	12		2	10
Libro para matricula	Nº	1			1
Papel almaço	[Pusma?]	3		1/2	2 1/2
[Pantas] número 2	Nº	12			12
Pennas de aço	Caixa	1		1/2	1/2
Pennas de ave	Nº	2		1/2	1 1/2
Tinta de escrever	[Quartetos?]	2		1/2	1 1/2
Traslados	Nº	12			12
Armamento, munição, e equipamento					
Bainhas de [baioneta]	Nº	9		1	8
Baionetas	Nº	9		1	8
Banduleiras	Nº	9		1	8
Cantil de madeira	Nº	8		1	7
Cartuxos amballados [adarme] 14	Nº	1000			1000
Cartuxeiras de folha	Nº	1		1	$
Cartuxeira de madeira	Nº	1			1
Cinturão completo	Nº	9		1	8
Correia de marmita	Nº	4			4
Correias de mochila	Nº	9		1	8
Correiras de cantil	Nº	8		1	7
Correias de [capato?]	Nº	4		1	3
[Chumbeiras]	Nº	9		1	8
Escovinhas, e agulhetas com correias	Nº	3			3
Espingardas	Nº	9		1	8
Guarda [feichos]	Nº	4			4
Martellinho	Nº	1			1
Marmitas	Nº	4			4
Mochillas	Nº	9		1	8
[Patronas] com correias	Nº	1			1
Pederneiras	Nº	9		1	8
[Saentrapos]	Nº	4			4
Predios					
Barracas de palha	Nº	2			2
Instrumento de Engenh.ª					
Nenhum					
Objectos semoventes					
Cavallos	Nº	1			1
Objectos de Pedreiro					
[Culher] pequena	Nº	1			1
Esquadro	Nº	1			1
Martello	Nº	1			1
Meia [picadeira]	Nº	1			1
Peças de corda	Nº	2			2
Prummo	Nº	1			1
[Torques]	Nº	1			1
Objectos de Carpintaria					
Arco de puta	Nº	1			1
Cantil	Nº	3			3
Compassos	Nº	2			2

Cordél para prummo	Peça	1			1
Chaves de parafusos	Nº	2			2
Enxó	Nº	1			1
Escalla de medir (com 24 pollegadas)	Nº	1			1
Esquadro	Nº	1			1
Ferros de cantil (sortidos)	Nº	8			8
Ferros de faser caxilhos	Nº	1			1
Ferros de junctura	Nº	1			1
Ferros de pua (sortidos)	Nº	36			36
Fita de medir	Peça	1			1
Formões [badame] (sortidos)	Nº	6			6
Formões [chatos] (sortidos)	Nº	24			24
Formões de [alvado] (sortidos)	Nº	6			6
Formões [goivas] (sortidos)	Nº	6			6
Garlopa	Nº	1			1
Limas de 3 quinas (sortidas)	Nº	24			24
Martellos	Nº	2			2
Plainas dobradas	Nº	1			1
Prumo	Nº	1			1
Rebotes	Nº	2			2
[Serrilherma?]	Nº	1			1
Serra fina de 1/2 pollegada de largura	Nº		1		1
Serra larga de desdobrar madeira no [banco]	Nº	1			1
Serra de mão	Nº	1			1
Serrotes de [costas]	Nº	2			2
Serrotes de mão	Nº	2			2
Suta de escallas (de 11 pollegadas)	Nº	1			1
[Trados] (sortidos)	Nº	6			6
Travadeiras (sortidos)	Nº	2			2
Torques	Nº	1			1
Verrumas (sortidos)	Nº	16			16
Instrummentos ruraes					
Enxadas	Nº	28	3	2	29
Ferros de cova	Nº	28	3	2	29
[Foices]	Nº	28	3	2	29
Machadas	Nº	28	3	2	29
Terçados	Nº	28	3	2	29
Objectos de diversos usos					
Barracas de algodão	Nº	10			10
Canoas	Nº	3		2	1

Data do documento: 1º de Junho de 1861

Ilmº e Ex^{mo} Senr.

Pelo artigo 1º do Regulamento desta Colonia tem de ser demarcada uma legoa em quadro para destribuir-se pelos Colonos a fim de adquirirem direito, pelo artigo [9º] devo conservar abertas as picadas das linhas de demarcação da dita legoa em quadro; por isso peço a V. Ex^{cia}. authorização para demarcar a refferida legoa e abrir as picadas que a separem do mais terreno, tirando dinheiro para pagar as despezas, que calculo em = [RS] = 800$000 = na razão de 200$000 reis cada legoa, da importancia por mim recebida pelo Ministerio do Imperio para suprimento do anno financeiro corrente de 1860 a 1861; pois é urgente a necessidade de distribuir os lotes de terra durante a quadra das derrubadas deste corrente anno.

Deos Guarde á V. Ex^{cia}.
Acampamento provizorio da Colonia Militar Avanhandava 1º de Junho de 1861.

Il^{mo} e Ex^{mo} Senr. Conselheiro Doutor Antonio José Henriques
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia

Data do documento: 15 de Setembro de 1861

Ilmº e Ex^{mo} Senr.

Pelo officio de V. Exa. de 26 de Julho recebido a 10 de Setembro fui authorizado para demarcar a legoa em quadro, mencionada no Regulamento desta Colonia, que tem de ser destribuida por colonos; e bem assim de mandar abrir as picadas que separe do mais terreno; em consequencia pois dessa authorização [empleitei] tres legoas de dita picada, não só por ser esse o meio de mais prontamente ficar concluido esse serviço, como por me ter a pratica demonstrado que o serviço por jornal é mais morozo e encontra mais embaraços pela dependencia que ha de jornaleiros, e estes quererem se aproveitar da occasião para exigirem alto salario.

Pela inlclusa cópia do termo V. Exa. ficará ao facto do meu procedimento que espero merecerá a approvação de V. Exa.

Deos Guarde a V. Ex^{cia}.
Acampamento provizorio da Colonia Militar Avanhandava 15 de Setembro de 1861.

Il^{mo} e Ex^{mo} Senr. Conselheiro Doutor João Jacyntho de Mendonça
Presidente da Provincia de São Paulo

Manoel Giraldo do Carmos Barros
Capitão, Director da Colonia

Copia = Termo de contracto de impleitada de tres legoas de picada feito entre o Capitão Director e os empleitadores João [Chrisostomo] Martins da Silva, Casimiro [Gulart] da Silva e Joaquim Bernardes Lemes = Anno do Nascimento do N. S. Jesus Christo de 1861, aos 14 dias do mes de

Setembro neste acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava na residencia do Capitão Director Manoel Giraldo do Carmo Barros comparecerão João [Chrisostomo] Martins da Silva, Casimiro [Gulart] da Silva e Joaquim Bernardes Lemes para faserem o contracto de impleitada seguintes: Tendo sido o Capitão director da Colonia authorizado, por officio de vinte e seis de Julho findo, pelo Exmo. Senr. Presidente desta provincia de Sam Paulo para abrir as picadas que devem demarcar a legua quadrada, que, pelo artigo 1º do regulamento approvado pelo decreto nº 2126 de 13 de Março de 1858 fica sendo destricto desta Colonia a fim de ser destribuido pelos colonos; deliberou o refferido capitão director empleitar tres legoas desse serviço, para que com mais promptidão se leve a effeito por ser de urgente necessidade, e comparecendo tres individuos acima mencionados celebrou-se o presente contracto de impleitada com as [condições] e formulas seguinte: A primeira légoa de picada principiará na margem direita do rio Tieté logo acima do Salto Avanhandava, do lugar que for designado pelo já citado capitão director e d'ahí seguirá afastando-se do rio com direcção norte (mais ou menos) ate completar 3000 braças, onde formando um angulo reto em rumo do poente seguirá ate completar a segunda legoa, onde novamente formando outro angulo reto para o lado do sul hirá ate a margem do rio Tieté abaixo do Salto Avanhandava. Pelo trabalho da abertura das refferidas tres legoas de picada receberão os impleiteiros a quantia de 600$000 reis em tres prestações de = 200$000 reis = cada umma, sendo a 1ª logo que esteja concluida a primeira legoa de picada e assim receberão as 2ª e 3ª prestações somente quando tiverem apromptado as segunda e terceira legoas de picadas, que terão dez palmos de largura bem descortinadas que offereça livre e desembaraçado transito as pessoas que por ellas transitarem quer a pé quer a cavallo com cargueiro ou sem elle; devendo as tres legoas de picada ficarem promptas ate o dia trinta de outubro proximo futuro, sob pena de pagarem os impleiteiros a multa de 5$000 reis por dia ate concluirem o serviço [...].

(Abaixo assinado – testemunhas, os três indíviduos, e o Capitão Diretor da colônia)

Data do documento: 15 de Novembro de 1861

Colonia Militar Avanhandava
Relatorio acerca do estado sanitario do acampamento que provisoriamente occupa esta colonia; e bem assim do lugar indicado para arraial da mesma á margem do Ribeirão Ferreira, na legua quadrada q. está marcada para seu destricto, acompanhado de [breves] reflexões sobre o carater e causas das febres ahi [reinantes].

O acampamento que provisoriamente occupa esta colonia estabelecida sobre huma planicie, a duas legoas de distancia do Salto do mesmo nome, a direita do rio Tiete, he cercada de bosques e atravessa parallelamente nos fundos do acampamento o ribeirão denominado do arraial. O acampamento se acha bem situado, o clima he [sufrivel?], mas a sua temperatura he muito variavel, assim o inverno he bastante frio e humido e as veses ha muitas noites de geadas [como] se observou este anno, outras veses ventos fortes e [aguaceiros] do sul ou do sudeste que reinão em [certos] e determinados dias, e indicão mudanças de tempo ou de estação, frio excessivos de noite e de manhã, ao meio dia calor fortissimo. O verão he muito quente com [calmaria], acompanhado de muita chuva que as veses dura muitos meses.
Os terrenos são fertilissimos com mais ou menos facilidades de communicações para todos os lados, mas existe a pouca distancia desta colonia lugarares baixos alagadiços ou mesmo pantanosos ou com aguas estagnadas, q. podem [ser] devidos as grandes chuvas, d'onde [nos vem] os [miasmas] trazidos por ventos [ahuinantes], e são causas de febres intermittentes e as veses acompanhados de [obstruções] do baço e figado que [final da página rasgado] tão frequentes são n'esta colonia, principalmente [durante] todo o tempo de verão. Estas febres [paludosas] [como] demonstrado a observação, tem ainda maior influencia sobre os indeviduos

estranhos a esta localidade, de que aos aclimatados, ellas apparecem no tempo [quente] na estação [calmosa], acompanhada de grandes chuvas, e depois dellas, [ilegível] outras veses apparecem durante o invernno quando o frio he intenso e humido que se [prolonga] por algum tempo como se observou este anno.

Esta [maleita] que não poupa sexo nem idade, começa logo acompanhada de [congestões] de baço e figado, orgãos que pelos [progessos] da molestia tomão hum volume espantoso, passando a [phlegmasia] ao estado de cronicidade, devido a falta de conveniente tratamento como acontecia antes da minha chegada a esta colonia. Alem das febres intermittentes [paludosas], não he raro observar-se casos de [hypoemia?], ictericia e sobre tudo [hepato-splenite?] chronica, que mais não são que [expressão] de acessos intermittentes anteriores. Outras enfermidades apparecem n'esta colonia como são as [ilegível] das vias gastricas, as [ilegível] da transpiração, as bronchittes, alguns [ilegível] mais ou menos complicados com algun vicio ou [ilegivel] interno, e as ulceras [rebeldes] a qual quer tratamento apropriado.

As causas que concorrem ao desenvolvimento d'estas molestias são a influencia que devem exercer sobre os colonos as mudanças, de localidade, de alimentação, do [genero] de vida, e bem assim algum endividuos [ilegivel], affectados de sesões cronicas, outras causas se devem [ilegivel] a estas que são devidas a posição topografica desta colonia, que acima ficão referidas e são devidas as causas geares dependentes de hum principio peculiar do ar athmospherico: ha porem outras causas que podem mais ou menos influir não só sobre a saude dos habitantes d'esta povoação, eo caracter das enfermidades dominantes, de outro lado molestias ha que varião segundo a disposição peculiar a cada hum [...] sexo, idade, [...].

A construcção do abarracamento que serve de alojamento aos colonos he bastante extenso, com divisões internas, he baixo, com portas e janellas, coberto de palha, não sendo assoalhado, he [arejado], h'uma extremidade fica a enfermaria da colonia.

A agua que ha n'esta povoação para uso dos seus habitantes he do ribeirão q. passa nos fundos do abarracamento, he boa agoa, porem no tempo da [seca] não gosa de todoas as qualidades que deve ter a agua potavel, ficou de mais grossa, pesada, por ter pouca corrente e as veses fica como estagnada por falta de chuvas.

Alguns melhoramentos podem aqui [serem] mencionados como medidas [hygienicas], mas como a colonia se acha aqui provisoriamente, não poderão [serem] a maior parte dellas adotadas, como sejão os aterros e esgotos de alguns lugares alagadiços baixos ou pantanosos que existem em certos lugares distantes d'esta povoação, alguns melhoramentos quanto a construção do abarracamento que deve ser mais alto e assoalhado de taboas, [para garantir] melhor do frio e da humidade e [entreter o aceio] (limpeza) interior e exterior. Alem disso todo o abarracamento se recente da necessidade de grandes reparos, pelos estragos causados pelas grandes chuvas deste anno.

A enfermaria consta de huma unica sala espaçosa onde pode [accomodar] para mais de dose enfermos, não he assoalhada nem forrada, he arejada, e [quanto] a sua construção he a mesma de todo o abarracamento. A sua criação data do dia 25 de Abril d'este anno que fui encarregado della, onde forão logo alojados os enfermos, que estavão em tratamento.

A enfermaria deve ter os mesmos melhoramentos q. acima fallamos a respeito do abarracamento para melhor preencher a seu fim.

Não [convindo] que nella se trate todo o genero de enfermidade, convem que haja huma enfermaria distante deste acampamento, em logar apropriado para as molestias contagiosas como as [bexigas, hexigas] (talvez varíola), [escarlatinas], [coqueluche], e outroa, molestias estas que ainda felismente não apparecerão nesta colonia. No espaço de sete meses forão tratados [90] enfermos de todas as idades e sexos, pertencentes a esta povoação, alguns indeviduos empregados nas monções da colonia militar do Itapura e muitos africanos livres do mesmo estabelecimento, que aqui chegão e forão deixados com molestias graves, para serem medicados.

Dos [90] enfermos entrados, sahio com alta 85, falleceo 1, ficão em tratamento 4. O unico fallecido na enfermaria foi de molestias cronicas não adquirida nesta localidade, e apresentava o organismo estragado não só pela molestia, como pelo vicio da [ilegivel], a que muitos annos se tinha entregado.
Falleceo mais outro colono da 3ª classe que não residia n'este acampamento mas sim na sua barraca no sitio do ribeirão Ferreira, onde enfermou e não quis se recolher a enfermaria d'esta colonia, chegando o seu [ilegível] 12 horas depois de fallecido de huma febre perniciosa.
Tenho seguido na enfermaria o que se acha disposto no regulamento dos hospitaes regimentaes, [respeito] a applicação dos remedios e dictos, como determina o artigo 23 do regulamento desta colonia, e tem sido cumprido o artigo 22 deste regulamento como tem sido possivel com as circunstancias da colonia.

O terreno indicado para o arraial da colonia á margem do ribeirão Ferreira que ahi passa encachoeirado, he um lugar alto e [aprazivel], e fas limite do destricto da colonia com a margem direita do Salto no rio Tiete, consta de huma planicie [essa] extensa onde estão fasendo as derrubadas e abrindo-se estradas, he cercada de mattos por todos os lados, tendo o referido ribeirão grande abundancia de boa agua, e ser ella mui leve, cristalina, arejada e de [fresco sabor] para consumo do estabelecimento e para se entreter o aceio necessario.
Tendo examinado cuidadosamente o terreno para o referido arraial da colonia, reconheci que a sua posição he muito vantajosa, acha-se bem situado e julgo muito proprio para o fim designado.
Desta [sorte] ella fica pouco abrigada da [viração] (vento suave e fresco, brisa que sopra do mar para terra) sem deixar de ser arejada. Esta vantagem não he pequena, tendo a experiencia reconhecida que os lugares mais expostos a viração não são os mais sadios, porque nelles são frequentes as molestias [pulmonares] ou dos orgaos respiratorios, e outras enfermidades occasionadas pela [suppresões da transpiração]
O abaixo assignado não desconhece que a dita localidade he algum tanto sujeita as febres intermitentes [paludosas], em razão da proximidade do rio Tiete cujas margens são alagadiças e alguns lugares baixos e pantanosos que existem em [circunferencia] da referida colonia do qual se desenvolvem miasmas paludosos que infeccionão todo este lugar e a povoação onde se acha provisoriamente o acampamento; porem deve [ponderar] que mui dificilmente se [poderá] achar outro lugar inteiramente sadio a este respeito, que reuna todas as condições necessarias para o fim desejado.
De mais he de esperar que os aterros e esgotos de lugares baixos e alagadiços da margem do Tiete e outros lugares pantanosos que ficão na circunferencia da colonia, a boa construção das casas e aquartelamento para os colonos, cujas habitações devem ser em lugares elevados, casas espaçosas, arejadas, altas e [enchutas], forão desapparecendo depois de curto tempo os inconvenientes que delle resultão.

Acampamento provisorio da colonia militar do Avanhandava, 15 de Novembro de 1861.
Dor. Marcos Joze Pereira do Bonfim.
Cirurgião da mesma colonia.

Data do documento: 15 de Novembro de 1861

Colonia Militar Avanhandava
Relatorio do estado da Capella desta Colonia

No dia 22 de Fevereiro de 1860 cheguemos neste acampamento, onde encontremos um principio de uma pequena caza com paredes principiadas em andaimes, que existia por muitos

annos parada que dizião ser caza para oração, e achou-se em um canto da mesma um caixão com duas Imagens, sendo uma de Nossa Senhora do Carmo, e outra de S. José, ainda por benzer-se, e um sino pendurado ao lado direito da caza; e a 26 primeiro Domingo da Quaresma [benzeo-se] as Imagens, e juntamente os [paramentos] que por ordem do Governo foi enviado para os actos Religiozos, e arranjou-se um Altar portatil, para o que teve lugar a primeira Missa que foi cellebrada com toda solemnidade, com assistencia do Sr. Director como authoridade desta Colonia, das pessoas mais gradas deste lugar, e mais habitantes aqui rezidentes, e mostrarão-se muito satisfeitos por encontrarem nesta localidade os socorros Espirituaes; prezentemente a dita caza de Oração acha-se com outra decencia por que foi mandada acabar por ordem do Senr. Director com novo Altar, e nicho que preenchem melhor seo fim. Tenho cumprido com as Missas dos Domingos e Dias Santos, feito as predicas [prédicas] doutrinaes, administrado os Sacramentos em [artigo] de morte aos Colonos, e tudo quanto manda o Artigo 19 do Regulamento desta Colonia. Muitas braças do fundo desta Capella se acha collocado um cemiterio desta Colonia muito bem cercado, e alinhando como é possivel.

Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava. 15 de Novembro de 1861.

Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva.
Capellão Alferes.

Data do documento: 15 de Novembro de 1861

Colonia Militar Avanhandava
Relatorio do estado da escola de 1as letras da mesma colonia.

A escola de 1as letras desta colonia foi aberta neste acampamento no dia 2 de Julho de 1860 com a assistencia do Ilmº. Senr. Capitão director, e do Capellão como encarregado de ensinar as 1as letras pelo methodo mais facil, e geralmente adoptado nas escolas publicas.

Neste dia matricularão-se duas meninas e um menino: = A 1ª de nome Helena Gabriela India do Brazil, filha natural de Maria Amelia da Conceicão, natural da Villa de S. Gabriel Rio Grande do Sul com idade 8 annos, tendo já algumas noções de 1as letras [presentemente] esta lendo escriptos, e impressos, e fazendo a 1ª operação de conta de sommar, e escrevendo bastantinho, e instuida na doutrina preciza para a confissão: = A 2ª de nome Anna Ramos de idade 5 annos, [enteada] de João [Louriano] de Ramos Colono da 3ª classe cazado com Maria Caetana, natural da freguesia de [Brotas], sem principio de 1as letras, acha-se ainda lendo [carta] de nome, e escrevendo [abc] por [traslado], e já sabendo parte da doutrina preciza para confissão: = E o 3º de nome Francisco Ramos irmão da acima dita de idade 7 annos, natural da mesma freguesia, não tenho ainda principio algum das 1ªs letras, acha-se lendo escriptos, e impressos escrevendo [bastardo], e com a doutrina preciza para a confissão.

No dia 3 do dito mez de Julho matriculou-se o 4º de nome José da Silva, que não é da Colonia, idade 13 annos, filho legitimo de [Gertrudes] Maria e do finado Bento Jose, natural deste lugar, e sem principio algum das 1ªs letras, e sahio desta escola em 13 de Março deste corrente anno de 1861 por não se achar capaz de comprehender.

No dia 6 do mesmo mez de Julho de 1860, matriculou-se o 5º de nome José [Venancio/Nenancio] Teixeira, que não é da colonia, filho ligitimo do finado [Venancio] José Teixeira com Maria [Umbelina], de 10 annos de idade, já com algum principio de 1ªs. letras, natural de S. Bento de Araraquara, rezidente neste lugar a 7 annos. E sahio desta escola a 20 de Dezembro do mesmo anno.

No dia 29 de Julho de 1860 matriculou-se o 6º de nome José Machado, que não é da colonia, idade 8 annos, filho legitimo de [Belizario] José Machado e de Maria José do Carmo, ambos já fallecidos, natural deste lugar, não tendo principio algum das 1ªs. letras, porém agora se acha já lendo escriptos, e escrevendo por [traslado] o abc e já sabendo parte da doutrina para confissão.

Aos 2 de Agosto de 1860 matriculou-se o 7º de nome Antonio José de idade 8 annos, filho legitimo de José Valentim, com Maria Francisca, natural deste lugar, tendo já algum principio ou conhecimento do abc, e com o tempo adiante já estava lendo escripto e escrevendo por traslado o abc, sahio desta escola em 18 de Março de 1861 a pedido dos pais.

Aos 10 de Setembro de 1860, matriculou-se o 8º de nome Antonio José Torres com 8 annos de idade, filho legitimo de Gabriel [Simão] de Torres e de sua mulher Anna Ferreira Alves, moradores no lugar denominado Santa [Barbara?] , distante deste acampamento 3 leguas, sem principio algum de 1ªs. letras, sahio da escola a 18 de Março de 1861, achando-se com algum aproveitamento.

Aos 12 de Setembro de 1860 matriculou-se o 9º de nome José Bernardes [Lemes], de 11 annos de idade, filho legitimo de Joaquim Bernardes Lemes e sua 1ª mulher [Barbara] Maria de Jesus, sem principio algum de 1ªs. letras, natural do lugar denominado Santa [Barbara], e hoje já se acha com alguns conhecimentos por estar lendo escriptos e escrevendo [maximas] por translados, e tambem instruido na doutrina christã, o que até aqui ignora, [e ajuda Missa.?]

Aos 11 de Novembro de 1860 matriculou-se o 10º de nome Antonio José de Lima, filho legitimo do finado José Francisco de Lima e de Maria Theodora, com 11 annos de idade, morador deste lugar 5 leguas distante, ja lendo [carta] de nome e cubrindo [ilegível], desde o tempo da sua matricula até o dia 9 de Abril que sahio desta escola já se achava lendo escripto e escrevendo por [traslados maximas].

Aos 2 de Janeiro de 1861, matriculou-se o 11º de nome José de Oliveira Brazeiro, idade 10 annos, filho legitimo do finado colono da 3ª classe Joaquim Lopes Mrazeiro, e de Veronica [Pires] de Oliveira, sem conhecimento algum de 1ªs. letras, porém desde o 1º de Abril deste corrente anno tem deixado de comparecer a escola, e por isso o fallecido pai, e hoje a viuva se acha pagando a multa marcada no artigo 19 § 1º parte 2ª; e já se achava lendo carta de nome, e escrevendo por [de buxo/debusco?]

Aos 2 de Janeiro de 1861 matriculou-se o 12º de nome Salvador de Oliveira Brazeiro irmão do acima, de idade 8 annos sem conhecimento algum de 1ªs. letras, porém não teve aproveitamento por ter sido acometido de um ataque no dia 16 do mesmo mes e anno do que veio a morrer.

Aos 14 de Janeiro de 1861, matriculou-se o 13º de nome Frederico Guilherme Erdmann [Gaede], de idade de 14 annos, filho legitimo de Guilherme João Christianno [Gaede] Colono da 3ª Classe e de sua mulher Carolina Helena [Gaede], já falecida, natural da Alemanha, já tendo algum conhecimento do abc e [presistio] nesta escola até 30 de Junho deste corrente anno, dia em que sahio e já se achava por sua capacidade lendo escriptos e escrevendo por [trastado maximas?].

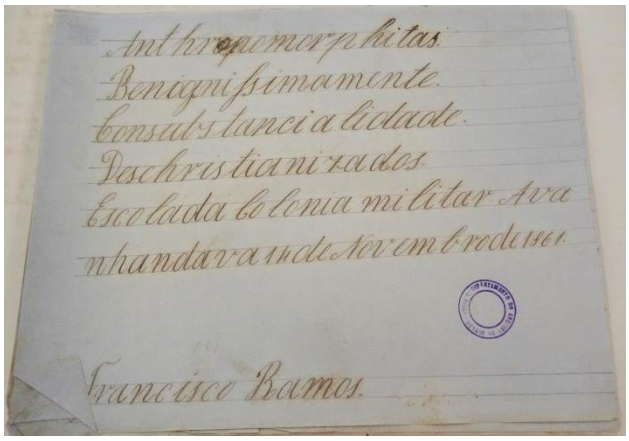
Aos 29 de Julho de 1861, matricularão-se as 14ª e 15ª de nomes Anna Thereza Lemes de 10 annos de idade, e Justina Maria Lemes, de 8 annos de idade, ambas filhas ligitimas do colonos da 3ª Classe Joaquim Bernardes Lemes, e de sua mulher já fallecida [Barbara] Maria de Jesus, e não tendo conhecimento alguns do abc, porém agora já estão lendo carta de nome, e escrevendo por [de buxo] e se instruindo na doutrina christã.

As horas de escola para os meninos são das 9 horas da manhã até ao meio dia, e para as meninas do meio dia até as 3 horas da tarde, de modo que a escola é funcionada em horas separadas.

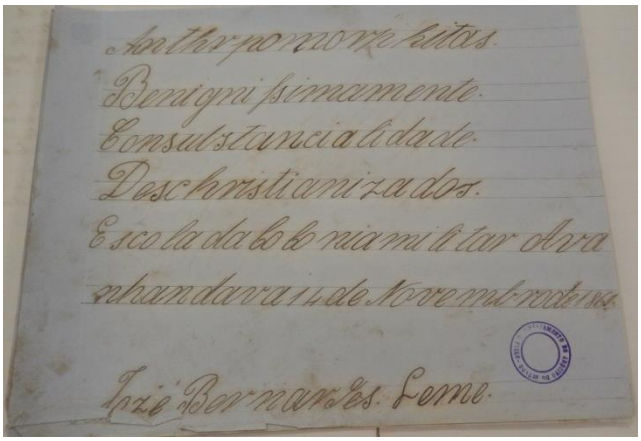
Os castigos desta escola tem sido moraes, por meio de [reprehenções] quando não se portão com modestia e [decoro], e quando não sabem lição [ficarem] de pé ou de joelhos por

algum expaço de tempo, afim de infundir o respeito, e com isto terem applicação a leitura e as escripta; e quando nos poucos cazos, que tem sido precizo recorrer a palmatoria tem sido feito esse uzo com muita moderação e na prezença dos pais com conhecimento do Senr. Director da Colonia.

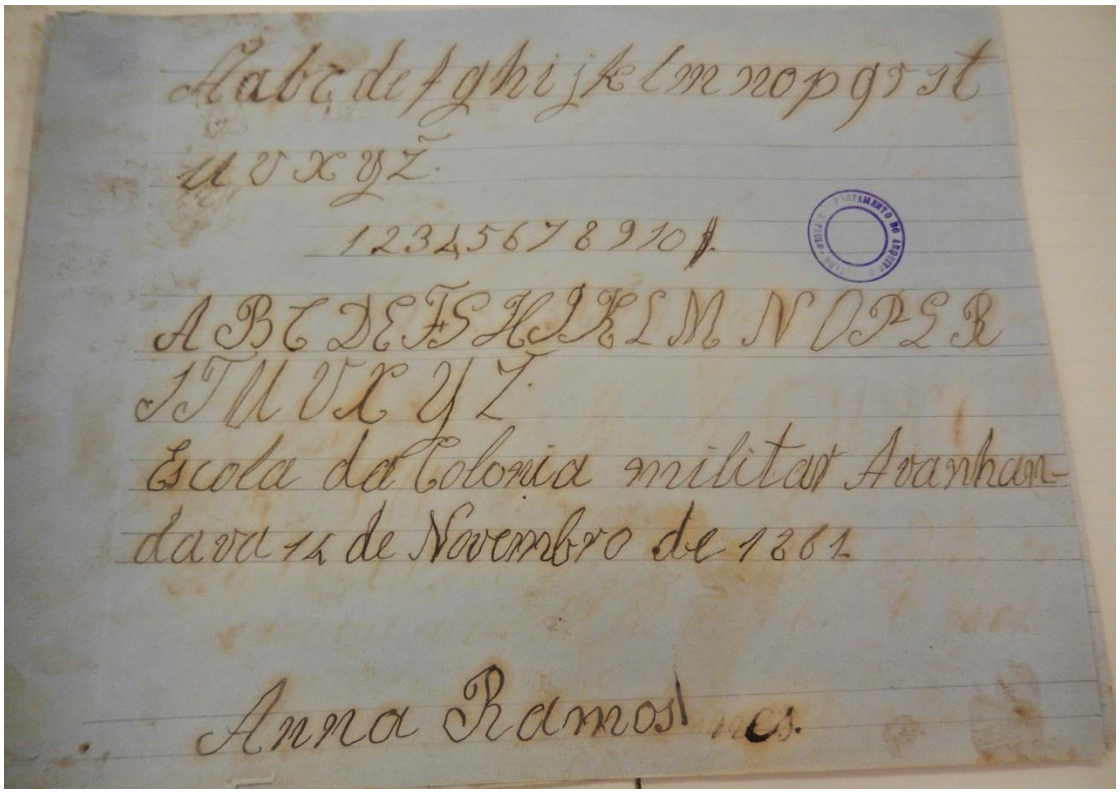
Finalmente para melhor se apreciar o adiantamento dos escolasticos que estão frequentando a escola incluzo se encontra uma escripta de cada um.


Anthropomorphitas
Benignissimamente.
Consubstancialidade.
Deschristianizados
Escola da Colonia militar Avanhandava 14 de Novembro

Francisco Ramos.


Anthropomorphitas
Benignissimamente.
Consubstancialidade.
Deschristianizados.
Escola da Colonia militar Avanhandava 14 de Novembro

Izié Bermardes. Leme.


abcdefghijklmnopqrst
uvxyz.
1234567890.
ABCDEFGHIKLMNOPQR
STUVXYZ.
Escola da Colonia militar Avanhandava 14 de Novembro de 1861.

Anna Ramos.

Data: 15 de Novembro de 1861

Ilmo e Exmo Senr.

Em cumprimento ao disposto no Officio de V. Exa. de 24 de Setembro que com copia do Aviso do Ministro da Guerra de 13 desse mes [me veio] as mãos a 8 do corrente tenho a honra de apresentar a V. Exa. o Relatorio do Estado desta Colonia acompanhado de um projecto de Regulamento para a administração especial da mesma.
A obscuridade de minha intelligencia e o pouco tempo que [dispos] são a causa de mal ser satisfeita a tão justa e bem lembrada determinação do Governo Imperial, porem acredite V. Exa. que não me falta vontade de bem servir.
Deos Guarde a V. Exa.
Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 15 de Novembro de 1861.
Ilmo e Exmo Senr. Dor. João Jacyntho de Mendonça.
Presidente da Provincia de São Paulo.
Manoel Giraldo do Carmo Barro, Capitão, Director da Colonia.

Provincia de São Paulo
Colonia Militar Avanhandava
Projecto de Regulamento para o serviço interno da mesma Colonia.

A Colonia militar Avanhandava foi mandada crear pelo Imperial Decreto nº 2126 de 13 de março de 1858, que baixo approvando tão bem o Regulamento que a rege.

Pelo artigo 1º do regulamento foi concedido para destricto da Colonia uma legua quadrada, que está demarcada abrangendo dois pontos [intricantes] – O Salto Avanhandava no rio Tiete e o Ribeirao Ferreira abaixo do Salto – este Salto que é por sua natureza ponto militar, merece e deve ser cuidado para – Registro – tanto dos que transitarem por terra como para os que viajarem o rio Tiete; o Ribeirão Ferreira offerece posição vantajoza e aprazivel para Arraial da Colonia e futura Cidade, e é mais preservado do que o Salto, das febres intermitentes que annualmente por aqui ha, portanto tão bem é digno da attenção do Governo.
O artigo 2º marca 12 praças de pret para colonos da 1ª classe, porem a localidade especial da Colonia exige que esse numero seja ellevado ao menos para 18 praças, e que seja completo, pois só assim podera manter-se os dois pontos importantes da Colonia [suffrivelmente] guarnecidos.
Faz-se preciso [desegnar] o numero de colonos da 3ª classe que o artigo 3º não precisou com claresa.
Pelo artigo 6º [é] o Director da Colonia tão bem o agente do correio; o que me parece incompativel.
É para o Estabelecimento Naval do Itapura que deve hir o correio desta Colonia, e não para Santa Anna do Parnahyba.
O regulamento da Colonia manda insinar a Doutrina christã pelo cathecismo de [Montpellier], e a [Pastoral do Bispado] que baixou com o cathecismo para a Diocese de São Paulo, prohibe-o. Por isso na escola de 1ºs letras é posto em pratica o de [Montpellier], e nas instruções feita pelo

Capellão nos Domingos e dias Santos segue-se o do Bispado, no que me parece não haver prejuizo, mas é bom que o Governo Imperial saiba desta ocorrencia.
Aos [200$000 reis] annuaes marcados para os colonos da 4ª classe é [de] justiça que se lhe adione etapa igual a das praças de pret do exercito, ao menos durante os dias que estiverem em serviço do correio.
Os dias marcados no artigo [47], para sahida e chegada dos estafetas do correio penso não estar em harmonia com os da Cidade da Constituição, por [alterações] que houverão posterior ao regulamento.
Esta Colonia está assentada nos certões do vasto municipio da Villa de Araraquara, pelo que parece ser o Juiz Municipal desta Villa [que me] deve conhecer do delicto dos estafetas do correio, mencionado no artigo 50, e não o da Cidade da Constituição, porem o Governo Imperial sabe por que assim determinou.
Esta Colonia pela sua localidade offerece desde ja um pequeno rendimento ao Estado que convem não desprezar; e para leva-lo a effeito penso não precisa mais do que crear um conselho a similhança dos conselhos Economicos dos corpos do Exercito [...].
[...]

A area de 300 braças em quadro que está [dessignada] para Arraial da Colonia, devidida em quadras e ruas, conforme a planta topographica submitida a consideração do Exmo. Governo Provincial ou como melhor o Governo Imperial intender; offerecerá os precisos comodos para as obras publicas que se tiverem de faser, e as quadras ou quarteiroes que ficarem devoluto podem ser afforados aos que quiserem [possoir] predios no Arraial; por pequeno que seja o afforamento produzirá maior rendimentos no correr dos annos do que sendo vendido.
Somente no Arraial da Colonia e no Salto Avanhandava é que deve haver casa de negosio, e em todo o mais destricto da Colonia deve ser prohibido sob pena de multa.

As casas de negocio devem pagar um direito simestral como pagão as que se estabelecem nas municipalidades, [tendo se] en consederação os generos que venderem, por exemplo a casa de negocio que só vender generos [alimenticos] deve pagar menos do que a de [fasenda], louça e ferragem; as de bebidas, as de joias, as de jogo devem pagar mais do que aquelles; e assim as que em uma só casa venderem mais de uma qualidade de generos.

Os Direitos devem ser pagos adiantado e o vencimento delles nos fins de Junho e de Dezembro de cada anno embora a casa de negocio se [estabeleça] em qualquer tempo.

Os negociantes volantes [mascates] devem pagar direito muito maior do que for marcado para os negociantes fixos, pelo menos o dobro.

O gado vaccum, cavallar, muar, suino, ovelhum, cabrum e ect. que pelo destricto da Colonia transitarem da Provincia de São Paulo para a de Matto Grosso ou viceverça devem pagar direitos por pequeno que seja.

No Matadouro publico, que desde ja deve haver no Arraial da Colonia é o unico lugar onde deve ser [carnecido] o gado que tiver de ser vendido ao publico, seja o gado de que qualidade for, sob pena de multa ou ect.

Pelo gado carneado no matadouro se cobrará um direito por cabeça, conforme a especie.

Deve ser [vedado] ter no Arraial da Colonia [solto] toda e qualquer qualidade de quadrupedes, sob a pena de multa por cabeça de animal: Exceptuado devem ser os [caens] que açaimados acompanharem qualquer pessoa.

Desde ja havera no Arraial da Colonia potreiros fechados para recolher animais dos viandantes gratuitamente nas 1ªas 24 horas e d'ahi por diante devem pagar pequena quantia por cabeças.

Ha necessidade de viajar-se com espingarda de caça, facão de mato e mesmo faca de ponta, por isso deve ser permitido na estrada, porem nas ruas do Arraial deve ser prohibido sob pena de multa ou ect.

Ainda mesmo em [possilga] deve ser prohibido crearse Porcos no Arraial da Colonia, e no Salto Avanhandava, sob pena de multa: e no caso de ser [vexatoria] esta disposição, é de necessidade que se não [consista, consinta] em cada casa mais de um porco a engordar; pois ha bastante febre intermitente a combater.

As casas do Arraial e do Salto serão de tempos em tempos visitadas pelo Director ou seu Ajudante para verificar se são conservadas com aceio, e no caso contrario serão multados os que as habitarem.

Sendo como é o districto da Colonia mata de cultura e não campos de crear, por isso os que no dito destricto quiserem crear seja que especie de creação for, cercarão de sorte tal que nenhum damno possa a creação causar as plantações dos visinhos, sob pena de multa e de pagarem o danno causado.

Os [formigueiros] que houverem no Arraial em lugares publicos serão tirados por conta da Fasenda Publica, e os existentes nos terrenos aforados serão tirados por conta dos seus donos ou de quem nelles morarem, sob pena de multa.

Deve ser prohibido correr a cavallo nas ruas do Arraial da Colonia sob pena de multa.

Tambem não será permitido ter animaes, ou nelles pasear, dentro do passeio das ruas, sob pena de multa.

Os que edificarem no Arraial mandarão acender uma [lanterna] durante a noite, mesmo de lugar, no lugar da obra, sob pena de multa (que [he, ilegível] por conta da fasenda publica mandarse por a luz).

As madeiras que por necessidade conhecida for mister conservar nas ruas proximo das obras, estarão [prolungadas?] de sorte que não embarace o transito e ainda mesmo de carro, sob pena de multa.

Os divirtimentos publicos como theatros, circo olimpicos, cavalhadas ect pagarão um tanto de licença para cada espetaculo: Exceptuão-se os divertimentos que forem offerecidos gratuitamente ao publico.

Deve ser prohibido dar tiros no Arraial da Colonia sob pena de multa de tanto: Exceptuão-se os casos que possão ser justificados como por exemplo – uma onça ou outro bixo feroz que só por meio de tiro se evitará o danno que elle ameaçava fazer ect.

Os carros de eixo movel que por aqui [são] de pecima construcção e estragão consideravelmente as estradas, por isso devem ser sobrecarregados de imposto afim de por esse meio serem substituidos pelos de eixo fixo e rodas com raios, que tambem devem pagar alguma couza, mas muito menos que os outros.

No Salto Avanhandava é feita a varação das canoas e suas cargas por terra puxadas por carros e boi, [presentemente é] praticado esse trabalho pela peior forma possivel; entretanto esse serviço é de grande importancia para navegação rio Tiete e deve quanto antes melhorar; Os particulares que fazem essa varação cobrão: pelo arrastamento de 1 canoa grande [10$000 rs]; pelo de uma menor 6$000 rs; pelo de uma mais pequena 3$000 rs; e por cada [carrada] de condução 4$000 rs; elles só cuidão de ganhar o dinheiro do viajante e nada mais, e nem seque se responsabelisão pelo mau resultado desse serviço, cuja culpa é delles e não do viajante – por exemplo mais de uma canoa do Estabelecimento Naval do Itapura tem ficado quebrada na varação, sem ter dequem haver esse prejuizo.

O melhoramento para a varação é tão util aos navegantes como aos habitantes, pois trará tambem atenuação as febres intermitentes que abundão mais no Salto pelo desleixo em que está do que em outros lugares.

Tem se me [ocultado] o rendimento que annualmente produz a varação, mas eu calculo seja em mais de 400$000 rs.

No mesmo Salto Avanhandava (abaixo) ha uma mulher (viuva) que dá passagem de uma margem para outra do Tieté mediante [pago]; este serviço [é] irregularmente feito, e penso que terá de ser mudado para a foz do Ferreira quando lá estiver assentada a séde da Colonia; portanto havera mais este rendimento.

Ha trez [festas] no anno que deve ser coadjuvada pelo Governo; a saber: N. S. do Carmo Padroeira da Colonia, 16 de Julho, em cuja occazião deve haver [premio] aos agricultores que mais tenhão trabalhado, pois já é então conhecida a colheira do anno: 7 de Setembro: e Aniversario [natalicio?] de S. M. o Imperador 2 de Dezembro. Nos 2 annos [decorridos] não tem passado desapercebidos esses Dias, mas nossas circunstancias não tem permitido festeja-los como desejamos.

O Director da Colonia deve ser authorisado a mandar receber em dinheiro os dias de prizão que devão soffrer os que [incorrerem] em falta no destricto da Colonia, uma vez que elles requeirão isso; devendo a quantia ser igual a que nessa occasião se pagar a um jornaleiro multiplicada pelos dias de prizão. (não entendi muito bem)

Igual authorização precisa o Director para [consentir] que o colono dê em dinheiro o dia que tiver de dar de serviço pelo mesmo processo acima descripto. (também não entendi).

O que incorrer [em pena] de multa pecuniaria e não poder satisfase-la, deve ser preso por tantos dias quantos [davia] a multa para [jornal] de um trabalhador.

O processo para as multas pecuniarias será [peremptorio] e a decisão do Director será executada; ficando porem salvo ao multado o direito de recorrer ao Governo Provincial, e deste ao Geral.

O mais que deixo de mencionar neste projecto de regulamente esta previsto ou no regulamento actual da Colonia, ou nos que elle se reffere, ou nas leis civis e militares em vigor, pelo que deixo de reproduzir, confiando na indulgencia dos meus superiores para que as minhas faltas sejão relevadas, pois minha acanhada intelligencia me priva de concorrer como tenho vontade com mais força para o serviço publico.

Acampamento Provisorio da Colonia Militar Avanhandava, 15 de Novembro de 1861.
Manoel Giraldo do Carmo Barros.
Capitão, Director da Colonia.

Data: 17 de Novembro de 1861

Orçamento Quartel

Orçamento da despeza calculada para construcção de um Quartel na Colonia Militar Avanhandava, com quatro faces de 400 palmos de comprimento em cada uma e quarenta na largura, conforme a planta submetida ao conhecimento do Ex^{mo}. Senr. Presidente da Provincia em officio de 5 de Julho de 1861 sob numero 135.

384 Esteios lavrados, com 18 palmos de [astea] a 400 reis o palmo ----
7:200 r^{s}. cada um *2:764$800*

160 Linhas lavradas, de 50 palmos a 160 reis o palmo. 8$000 cada uma *1:280$000*

128 Ditas de 45 palmos (pª travar) a 7:200 r^{s}. *921$600*

256 Ditas de 20 palmos (pª 128 tezouras) a 3:200 r^{s}. *819$000*

8 Ditas de 24 palmos (pª espigões) a [3:840] reis *30$720*

960 Ditas de 17 palmos (pª forro) a 2:720 r^{s}. *2:611$200*

1920 Ditas de ditos (pª assoalho) a 1:700 r^{s}. *3:264$000*

160 Duzias de Caibros pª o telhado --- a 3:000 r^{s}. *480$000*

960 Ditas de ditos pª [barrotes] --- a 3:000 r^{s}. *2:880$000*

576 Ditas de ripas pª o telhado a 3:840 r^{s}. *2:221$840*

1760 Ditas de ditas pª o enchim^{to}. a 3:840 r^{s}. *6:758$400*

128 Baldrames de 30 palmos a 240 reis o palmo, 7:200 r^{s}. cada um *921:600*

288 Ditos de 17 palmos a 4:080 reis *1:175$040*

129 Duzias de taboa de 20 palmos, para assoalho a 24:000 r^{s}. *3:096$000*

256 Ditas de ditas, pª forro a 18:000 r^{s}. *4:608$000*

2 Portões *a 28:000 r^{s}.* *56$000*

34 Portas *a 14$000 r^{s}.* *476$000*

150 Janellas *a 12$000* *1:800$000*

100 Caxilhos com vidraças a 20$000 r^{s}. *2:000$000*

5 Armarios *a 20$000 r^{s}.* *100$000*

10 Mezas *a 12$000 r^{s}.* *120$000*

1 Armação de botica com vidraças *150$000*

18 [Moxos] *a 3$000 r^{s}.* *54$000*

4 Bancos *a 2$000 r^{s}.* *8$000*

600 [Paos] para andaimes a 300 r^{s}. *180$000*

10 Carradas de sipó pª andaimes a 16$ rˢ.		*160$000*
	Somma Reis	*38:926$400*

Transporte

Um Milheiro de pregos [galiota] grande		*8$800*
Oito Ditos de ditos pequenos a 5$000 rˢ.		*40$000*
Dez Ditos de dito ripaes a 3$600 rˢ.		*36$000*
32 Carradas de sipó a 16$000 rˢ.		*512$000*
1056 Ditas de barro a 8$000 rˢ.		*8:448$000*
400 Ditas de Emboço e reboque a 8$000 rˢ.		*3:200$000*
320 Alqueires de cal a 3800 rˢ.		*1:216$000*
Oleo, tinta e mais misteres pª pintura		*600$000*
Ferragens		*422$800*
	Reis	*53:410$000*

Mão d'obra

Em 6 annos = 1:740 dias de serviço		
1 Mestre, encarregado das Obras do Quartel, Capella e Cimeterio a 6:000 rˢ. p. dia =	*10:440$000*	
1 Contra Mestre – Idem – a 5:000 rˢ. p. dia	*8:700$000*	
4 Carpinteiros pª as obras do quartel a 3:000 rˢ. cada um p. dia	*20:880$000*	*73:080$000*
3 Pedreiros – Idem – a 3:000 rˢ. cada um p. dia	*15:660$000*	
5 Serventes – Idem – a 2:000 rˢ. cada um por dia	*17:400$000*	
	Total réis	*126:490$000*

Acampamento provizorio da Colonia militar Avanhandava 17 de Novembro de 1861
Manoel Giraldo do Carmo Barros, Capitão, Director da Colonia.

Data: 17 de Novembro de 1861

Orçamento Cemiterio

Orçamento da despesa calculada para construcção de um cimiterio na Colonia Militar Avanhandava, conforme o planto junto, em uma quadra de 400 palmos em cada face, com parede de 8 palmos de alto coberta de telha, dividido interiormente para catholicos e protestantes, com uma pequena casa para deposito de cadaveres.

125 Esteios lavrados, com 8 palmos de [astea] a 400 reis o palmo		
---------- 3:200 r^{s}. cada um		*400$000*
100 Linhas lavradas, com 20 palmos a 160 r^{s}. o palmo - 3:200 reis cada uma		*320$000*
115 Baldrames, com 16 palmos a 240 r^{s}. o palmo – 3:840 reis cada um		*441$600*
1875 Enchimentos (barrotes) a 100 r^{s}.		*187$500*
3200 Ripas para enchimentar a 320 r^{s}.		*1:024$000*
5 Carradas de sipó	*a 16$000 r^{s}.*	*80$000*
60 Carradas de barro	*a 8$000 r^{s}.*	*480$000*
20 Carradas de reboque	*a 8$000 r^{s}.*	*160$000*
20 Alqueires de cal	*a 3:800 r^{s}.*	*114$000*
Um Milheiro de telha		*50$000*
Uma Cruz grande		*16$000*
Uma Casa pequena pª depozito		*126$900*
	Somma	*3:400$000*

<u>Mão d'obra</u>

Em um anno = 290 dias de serviço

1 Carpinteiro a 3:000 r^{s}. por dia	*870$000*	
1 Pedreiro idem	*870$000*	*2:320$000*
1 Servente a 2$000 r^{s}. por dia	*580$000*	
	Total réis	*5:720$000*

Acampamento provisorio da Colonia Militar Avanhandava 17 de Novembro de 1861.

Manoel Giraldo do Carmo Barros.
Capitão, Director da Colonia.

Data: 17 de Novembro de 1861

Orçamento Capella

Orçamento da despesa calculada para construcção de uma capella na Colonia militar Avanhandava, conforme o plano junto, com 80 palmos de comprimento, 60 de largura e 20 de altura nos lados.

12 Esteios lavrados, com 20 palmos de astea a 400 reis o palmo
----------8:000 reis cada um *96$000*

12 ditos, com 27 ½ palmos de astea ---------- a 11$000 r$ *132$000*

5 linhas lavradas, de 80 palmos cada uma a 160 reis o palmo
---------- 12:800 rs cada linha *64$000*

6 ditas, de 60 palmos cada uma, para travar a 9:600 r$ *57$000*

20 ditas, de 20 palmos cada uma, para 10 tezouras --------- a 3:200 r$ *64$000*

80 ditas, de 20 palmos, para forro ------ a 3:200 r$ *256$000*

160 ditas, de 60 palmo, a 100 r$. o palmo, pª soalho a 6:000 r$. cada uma *960$000*

160 Caibros roliços, de 20 palmos, a 250 r$. *40$000*

320 ditos, para inchimentar, de 20 palmos = 80:000

320 ditos, ditos, de 27 ½ palmos *108:000* *188$800*

480 Ripas de 20 palmos, pª telhado a 320 reis *153$600*

3000 ditas, para paredes *960$000*

5 Baldrames de 80 palmos cada um a 240 reis o palmo
---------- 19:200 r$. cada baldrame *96$000*

192 Taboas para soalho, de 20 palmos a 2$000 r$. *384$000*

576 ditas para forro, de 20 palmos a 1:500 r$. *864$000*

12 Janellas ---------- a 12$000 r$. *144$000*

1 Porta grande *28$000*

6 Portas pequenas a 14$000 r^{s}. 84$000

12 Cachilhos com vidraças a 20$000 r^{s}. 240$000

2 Armarios " 40$000

3 Mezas a 12:000 r^{s}. 36$000

6 [Muxos/Moxos] a 3:000 r^{s}. 18$000

2 Altares, sendo 1 na sacristia 100$000

2 Nichos, pª N. S. do Carmo e S. Jose 100$000

2 Sinos, sendo um maior e outro menor 200$000

Somma 5:306$000

<u>Transporte</u>

12 milheiros de telha a 50:000 r^{s}. 600$000

50 Carradas de barro a 8$000 r^{s}. 400$000

40 Alqueires de cal a 3:800 r^{s}. 152$000

5 Carradas de sipó pª andaimes a 16$000 r^{s}. 80$000

320 [Paós] para andaimes a 300 r^{s}. 96$000

Um Milheiro de pregos [galiota] grande 8$800

20 Milheiros de dito dito pequeno = a 5$ r^{s}. 100$000

30 Milheiros de dito ripaes a 3:600 r^{s}. 108$000

Oleo, tintas e mais misteres pª pintura 200$000

Ferragens e [ect] 155$200

Somma réis 7:206$000

<u>Mão d'obra</u>

Em 3 annos -------- 870 dias de serviço

2 Carpinteiros a 3:000 r^{s}. pª dia cada um = 5:220:000

2 Pedreiros idem 5:220:000 13:920$000

2 Serventes a 2:000 r^{s}. pª dia cada um 3:480:000

Total 21:126$000

Acampamento Provizorio da Colonia Militar Avanhandava, 17 de Novembro de 1861.

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia.

Data do documento: 27 de Abril de 1863

Numero 333 *Ilmº e Ex^{mo} Senr.*

A 19 do corrente mez recebi o officio de V. Exa. dactado de 19 de Fevereiro deste anno, que cobrio ao Aviso circular do Ministro dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas de 9 do citado mez de Fevereiro, com hum impresso dos = destinados aos titulos provisorios dos Colonos existentes nos Estabelecimentos desta Provincia pertencentes ao Estado, aos quaes em se achando quites com a Fasenda Nacional, se passarão, os de propriedade deffinitiva. Determinando por isso V. Excia. Que eu envie = as declarações necessarias aos refferidos titulos, bem como á relação dos Colonos, que, tendo solvido o seo débito, estejão no caso de serem conciderados livres e desembaraçados no dominio dos respectivos lótes para obterem os competentes titulos. Sem saber como dêva cumprir saptisfactoriamente a determinação de V. Excia. Remetto incluso huma relação dos Colonos que já estão adquirindo direito á lóte de terra na legoa quadrada deste Estabelecimento.
A rasão por que me vejo embaraçado para prestar as declaraçãos necessarias, he por que tendo sido esta Colonia creada pelo Decreto numero 2126 de 13 de Março de 1858, conforme o Regulamento que baixou approvado pelo citado Decreto, inda não foi thé hoje posto em pratica tudo quanto está determinado no referido Regulamento: por exemplo a legoa quadrada medida e demarcada para districto da Colonia, inda não está dividida em lótes por falta de quem faça esse serviço: e assim mais outros factos que tem concorrido para á morosidade do desenvolvimento deste Estabelecimento, que só com a perceverança e tempo deixarão de existir, como seja o [prehenximento] dos lugares de Ajudante escrivão, e outros empregos que athé hoje tem estado vago.
Por tanto espero que V. Excia será indulgente para com a falta que agora commetto e peço digne-se esclarecer-me no que devo faser para bem cumprir o meu dever.

Deos Guarde a V. Ex^{cia}.
Directoria da Colonia Militar Avanhandava 27 de Abril de 1863.

Manoel Giraldo do Carmo Barros
Capitão, Director da Colonia

Relação dos Colonos que estão adquirindo direito á hum lóte de térra na legoa quadrada deste Estabelecimento conforme os artigos numeros 30, 32, 33, e 36 do Regulamento approvado pelo Decreto numero 2126 de 13 de Março de 1858.

José Francisco de Sousa, natural da Provincia do Ceará, casado e tem duas filhas como colono da 3ª classe completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia a 17 de Septembro de [1861], por isso está adquirindo direito á hum lóte de térra desde 18 do dicto mez de Septembro de 1861.

João [Chrisosthomo] Martins da Silva natural da Freguesia de [Una] da Provincia de Sam Paulo, solteiro; como colono da 3ª classe completou dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 31 de Ouctubro de 1861, por isso está adquirindo direito á hum lóte de térra desde 1º de Novembro do dicto anno de 1861.

Rodolpho [Henrichisin] Evald, natural da cidade de Sam Paulo, casado; como colono de 3ª classe completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 28 de Desembro de 1861, por isso esta adquirindo direito á hum lóte de terra desde 29 de Desembro de 1861.

Joaquim Moreira Neves, natural da cidade de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, casado; como colono da 3ª classe completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 28 de Desembro de 1861, por isso esta adquirindo direito á um lóte de terra desde 29 de Desembro de 1861.

Mariana de Oliveira Braseiro, natural de Mogy-assú Provincia de Sam Paulo, tem huma filha, viuva de Guilherme Christiano Henrique Fatum, que como colono de 3ª classe se completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 4 de Janeiro de 1862, por isso estava adquirindo direito á hum lóte de terra desde 5 de Janeiro de 1862; faleceo em 5 de Abril de 1863 pelo que passou á viuva a continuar adquirir o direito que seo marido [fasia júz].

João Lauriano de Ramos, natural da Cidade da Constituição Provincia de Sam Paulo, casado, tem dous filhos; como colono da 3ª classe completou os 2 annos que lhe deo direito á diaria de familia em 30 de Abril de 1862, por isso está adquirindo direito á hum lóte de terra desde 1º de Maio de 1862.

José Agostinho da Conceição Barros, natural da cidade de [Bethelém] Provincia do Pará, solteiro, como Colono da 3ª classe completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 31 de Julho de 1862, por isso esta adquirindo direito á hum lóte de terra desde 1º de Agosto de 1862.

Veronica Pires de Oliveira, natural da Freguesia do Rosario Municipio de Bragança Provincia de Sam Paulo, tem quatro filhos, sendo viuva do colono da 3ª classe Joaquim Lopes Braseiro, completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 30 de Novembro de 1862, por isso está adquirindo direito á hum lóte de terra desde 1º de Desembro de 1862.

João Luiz de Castilho, natural de [Pinhauy] Provincia de Minas geraes, casado, tem dous filhos, como colono da 3ª classe completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 15 de Janeiro de 1863, por isso está adquirindo direito á hum lóte de terra desde 16 de Janeiro de 1863.

Joaquim Bernardes Lemes, natural da Cidade das Trez Pontas, Provincia de Minas geraes, casado, tem quatro filhos, contractou-se como operario em 26 de Novembro de 1862 para servir por trez annos com direito á hum lóte de terra, cujo contracto foi approvado em 5 de Janeiro de 1863 pela Presidencia da provincia, apresentou-se para entrar no gôso de seo contracto em 1º de Março de 1863.

João Custodio Alves, natural de Sam Bento de Araraquara Provincia de Sam Paulo, solteiro, está adquirindo direito á hum lóte de terra desde 1º de Agosto de 1862, por ter-se contractado como Colono da 4ª classe.

Manoel de Jesus Cathanheda, natural da Provincia do Maranhão, casado, está adquirindo direito á hum lóte de terra desde 1º de Julho de 1861, por ter-se contractado colono da 4ª classe.

Joaquim Antonio Dias natural Sam Bento de Araraquara Provincia de Sam Paulo, casado, tem huma filha, contractou-se como operario em 25 de Novembro de 1862, para servir por trez annos, com direito á hum lóte de terra, cujo contracto foi approvado em 5 de Janeiro de 1863 pela Presidencia da Provincia, apresentou-se para entrar no gôso de seo contracto no 1º de Março de 1863.

Luiz Antonio Martins, natural da cidade de Itú Provincia de Sam Paulo, casado, tem dous filhos, contractou-se como operario em 25 de Novembro de 1862, para servir por trez annos com direito á hum lóte de terra, cujo contracto foi approvado em 5 de Janeiro de 1863 pela Presidencia da provincia, apresentou-se para entrar no gôso de seo contracto no 1º de Março de 1863.

José Antonio de Sousa, natural da Ilha da Madeira, solteiro, como Colono da 3ª classe, completou os dous annos que lhe deo direito á diaria de familia em 20 de Março de 1863, por isso esta adquirindo direito á hum lóte de terra desde 21 de Março de 1863.

Francisco Alves Lobo, natural da cidade de Itú Provincia de Sam Paulo, casado, tem cinco filhos, contractou-se como mestre e administrador das Obras da Colonia em 27 de Novembro de 1862, para servir por trez annos com direito á hum lóte de terra, cujo contracto foi approvado em 9 de Janeiro de 1863 pela Presidencia da Provincia, apresentou-se para entrar no gôso de seo contracto no 1º de Abril de 1863.

Joaquim José Francisco, natural de Sam João [de El Rei] Provincia de Minas geraes, casado, tem dous filhos, contractou-se como colono de 4ª classe para servir por trez annos em 2 de Junho de 1862, por isso está adquirindo do direito á hum lóte de terra.

Directoria da Colonia Militar Avanhandava, 27 de Abril de 1863.
Manoel Giraldo do Carmo Barros. Capitão, Director da Colonia.
Data do documento: 26 de Setembro de 1864

Numero 527 *Ilmº e Ex^{mo} Senr.*

Em cumprimento ao Aviso do Ministerio da Guerra de 16 de Julho de 1864 foi determinado por V. Exa em Officio de 28 do citado mes que eu remetesse relatorio do estado desta Colonia; assim pois dando execução a Ordem de V. Exa. apresento o incluzo relatorio, que organizei sempre sobrecarregado de muitos afazeres, como se não bastasse o acanhamento e pouco cultivo de minha intelligencia; pelo que rogo a V. Excia. haja de relevar as faltas nelle encontradas.
Deos Guarde a V. Excia.
Directoria da Colonia Militar Avanhandava 26 de Setembro de 1864.
Ilmo. e Exmo. Senr. Dor. Francisco Ignacio Marconde [Homem] de Mello – Presidente da Provincia de S. Paulo.

(Ass.) Manoel Giraldo do Carmo Barros

Capitão, Director da Colonia.

_____

Provincia de São Paulo – Colonia Militar do Avanhandava – Relatorio do Estado da Colonia desde sua creação até 26 de Setembro de 1864
Creação = O Imperial Decreto Numero 2126 de 13 de Março de 1858 creou uma Colonia Militar na estrada que vai da Cidade da Constituição em São Paulo, á Villa de Sant'Anna da Parnahyba em Matto Grosso – Cuja estrada inda até o presente não está concluida, havendo apenas um traço que offerece mau transito.

Fundação = Por Decreto de 28 d'Agosto de 1858 foi honrado com a indicação de Director da citada Colonia o Capitão Manoel Giraldo do Carmo Barros – o [menos] habilitado de quantos dedicados dispõe o Governo – que, por ter sido empregado em outro serviço, só em Julho de 1859 passou a cuidar de levar á effeito o Patriotico Pensamento do Governo Imperial – Com mais difficuldades do que é [prescindivel?] imaginar-se na fundação de uma tal Povoação sahio o Director da Colonia da Cidade Cidade de São Paulo no dia 29 de Dezembro com destino á Cidade da Constituição onde chegou á 10 de Janeiro de 1860 [sem] os seus Companheiros de trabalhos, que, por terem ficado com a bagagem, só no dia 14 poderão por [ilegível] a má viagem terrestre. – A 8 de Fevereiro largarão do porto da Cidade da Constituição [3] canoas com a bagagem o pessoal da nova colonia, e a 20 d'esse mesmo mez chegarão ao Salto Avanhandava com as pessoas mencionadas no mappa [nummero 1] – Era no tempo em que as febres intermitentes acommeteve com mais força. Para abrigo provisorio foi em Março de 1860 construido um abarracamento coberto de sapé á duas legua distantes do Salto Avanhandava em rumo do Norte. – Por Aviso do Ministerio do Imperio de 3 de Março de 1860 sob nº 8 foi communicado que S. M. O Imperador Houve por bem Determinar que a citada Colonia tomasse o nome de – Avanhandava. Por outro [aviso] do mesmo Ministerio do Imperio de 10 de Julho de 1860 sob nº 25 foi ordenado que esta Colonia se [estabelecesse] proximo do ribeirão S. José do Ferreira abaixo do Salto Avanhandava pouco menos de uma legua; em direcção do [Poente]. – Por officio Presidencia da Provincia datado de [20 ou 26] de Julho de 1861 foi o Director da Colonia autorisado a demarcar a legua em quadro mencionada no Artigo 1º do Regulamento approvado pelo Decreto que creou este Estabelecimento; para cuja demarcação forão abertas tres picadas de legua cada uma, que estão hoje necessitando ser novamente feitas. – A legua quadrada da Colonia compehende terras da fasenda do Cidadão José Lourenço de Oliveira que está reclamando do Governo Imperial indenisação do seu valor. Desde a secca de 1861 [convergio] todo serviço para a foz do ribeirão S. José do Ferreira para onde se ia embarcado pelo rio Tieté até que se conseguio fazer picadas e mais [bem] feitorias que facilitarão o transito por terra; mas só em Junho de [1864] foi que, por uma [resolução] de força de vontade, passarão os Empregado para o Arraial da Colonia, abandonando o abarracamento provisorio já muito em máu estado, que [assim] mesmo offerecia melhor agasalho do que no Arraial que era nenhum; [com tudo] o sacrificio individual foi compensado [pelo] adiantamento que tiverão as obras que se [fasião] [morosamente] no Arraial não só pela falta de meios [pecuniarios] (faltava dinheiro) como pela distancia de tres leguas que separava o acampamento provisorio do Arraial da Colonia. No dia [24] de Junho de 1864 foi celebrada a primeira [Missa] no Arraial da Colonia e de então para cá se ha feito muito em proporção dos [meios e tempo], porém é forçoso [confessar] que muito mais tem a se faser para que se diga com verdade que está prompta a [base] da futura Villa: para cujo fim não [só] é preciso dinheiro como tempo.

Territorio = A legua quadrada demarcada para districto da Colonia está [assentada] á margem direita do rio Tiete, no Municipio de Araraquara distante da Villa de [S. Bento] quarenta e poucas leguas em direcção do [nordeste]; e da Cidade da Constituição cincoenta e tantas em [ilegível

direcção] do Nascente. A [dusentas] braças mais ou menos a [cima] da queda da grande cachoeira Avanhandava em direcção do norte, foi aberta uma picada de 3.000 braças que, [marcando] o [lemite] da Colonia pela lado do Nascente, servio de base as linhas divisorias do Norte e [Poente], [por isso] que o rio Tieté divide pelo Sul, comprehendendo dentro desta legua quadrada os portos de varações das canôas que viajão [esta] parte do Rio Tieté; e bem assim os corregos Iguassú, [Aimbire] e o [regato] [Potira] que são sugeitos as grandes seccas; e o Ribeirão ou pequeno Rio S. José do Ferreira, que quasi todo emcachoeirado offerece proporções para [assentar] toda e qualquer machina; mais ao poente, já na divisa do Oeste ha uma legua que não está explorada, da [que se] parece que corre um regato para o S. José do Ferreira. – Da catadupa Avanhandava á cincoente legoas ou pouco [menos] está a villa de Sant'Anna da Parnahyba da Provincia do Matto Grosso, para onde inda não ha caminho, pelo que as pessoas que d'aqui vão a dita Villa [teve dir] ao Estabelecimento Naval do Itapura a trista leguas ao Poente d'esta Colonia, [fasendo] assim uma volta consideravel.

Fertilidade = Dizem os entendedores que são optimas as terras da Colonia e suas circunvisinhanças. A pratica nos autorisa a certificar que produz bem trigo, algodão, café, fumo, canna de assucar de todas as qualidades conhecidas, mandioca, arroz, feijão, milho, araruta, batatas, [ananaz] goiabas, bananas, laranjas doces, [amendoim], limão e laranjas azedas são silvestres e muitas outras plantas. Madeiras de lei se encontrão facilmente, aroeira, ipé, [balsamo], cedro, peroba, [ect.]. A caça e o peixe abundão de uma maneira tal que até se torna prejudiciais á alguns habitantes por que contando com esse infalivel recurso deixão de se empregar com mais [esmero] na agricultura.

Clima = Tem sido muito irregular a temperatura athmospherica, com tudo – exceptuando o anno de 1861 – no qual o termometro [Farenchreid – Fahrenheit] desceo a 34 gráos (aprox. 1° Celsius) e subio 99 (37° C.), tem os outros annos seguido mais ou menos o de 1862 que [correo] pela fórma seguinte:
Janeiro de 64 gráos a 88. (17 a 31° C)
Fevereiro de 69 a 88. (20 a 31° C)
Março de 68 a 84. (20 a 29° C)
Abril de 55 a 84. (13 a 29° C)
Maio de 54 a 82. (12 a 28° C)
Junho de 48 a 80. (9 a 26,5° C)
Julho de 46 a 88. (8 a 31° C)
Agosto de 48 a 88. (9 a 31° C)
Setembro de 54 a 90. (12 a 32° C)
Outubro de 58 a 94. (14 a 34° C)
Novembro de 62 a 94. (17 a 34° C)
Dezembro de 68 a 88. (20 a 31° C)

Salubridade.
Desde Fevereiro de 1860 até hoje tem nascido n'esta Colonia 38 pessoas, e fallecido 51, inclusive 8 das 36 que para aqui entrarão comigo. O numero dos fallecidos não serve para depôr [contra] a salubridade do lugar, porque – [sem] habitação regular, sem passadio (alimentação diária) soffrivel, sem vestimenta que agasalhe, sem systema hygienico de qualidade alguma, [em esse] sertão a margem de um rio regular como é o Tieté, sugeito a enchentes periodicas, tendo suas margens cobertas de densas florestas, não é de admirar que as febres intermitentes se tornassem mais mortiferas aos novos habitantes do que em outro lugar.

Estado actual da Colonia = Supportados como foi possivel os soffrimentos do anno de 1861, cujos [males] desapparecerão lentamente, fizerão-se n'esse anno e no de 1862 roçadas e derrubadas no Salto Avanhandava e á margem esquerda do Ribeirão S. José do Ferreira, lugar este em que está assentado o Arraial da Colonia, e [abrirão-se] picadas que estão servindo ao transito sem todavia serem as que devem ficar como estradas. – No anno de 1863, forão contractados os primeiros operarios para a officina da Colonia, e com elles se contruio um telheiro autorisado pelo Governo e se deo começo [o tiramento] de madeira para obras que se houverem de faser. – Ao corrente anno de 1864 foi realisada a compra de carros e boi, com que muito melhorou o serviço da Officina, não obstante ser [assás] (muito) diminuto o numero de operarios. Obrigado pela necessidade forão construidos sem autorisação dois telheiros, que estão servindo, um de moradia do medico, botica e enfermaria, e o outro de capella e habitação do capellão. – O Director e Ajudante do Director estão sendo agasalhados em telheiros de particulares. As duas porções de terrenos descortinados por conta do Governo no Salto Avanhandava e na margem esquerda do S. José do Ferreira, são ainda inferiores ao que exige a hygiene. Desde que aqui cheguei tem sempre augmentado o pessoal da Colonia, cujo estado actual se vê no mappa nº 2. [É] da Provincia de Minas Geraes que mais tem affluido gente para aqui, e eu presumo que em bem poucos annos estará este sertão povoado convenientemente.

Capella = Com o [Paramento] recebido na Côrte em 1859 para [Altar volante], e a despesa de sessenta mil reis por anno para [guisamentos] por parte do Governo, tem-se feito muito, pois além das [Ladainhas] nos sabbados, praticas Evangelicas e Missas nos Domingos e Dias Santos tem havido festas religiosas á [expensa] dos fieis, que muito tem influido para o augmento da Colonia. É Padroeira da Colonia Nossa Senhora do Carmo que tem sido sempre [festejada] pela melhor fórma possivel, sem que o Governo haja concorrido para isso com mais do que já acima ficou mencionado. Ha Devoção do Divino Espirito Santo, de S. José e de S. Sebastião, que todos tem sido festejados por occasião da festa de Nossa Senhora. Igualmente tem sido destejados os dias 7 de Setembro e 2 de Dezembro. [Alem] dos objectos ecclesiasticos fornecidos pelo Governo, que são bem poucos e já estão bem estragados: há uma corôa de prata do Divino Espirito Santo; uma Imagem de Nossa Senhora do Carmo, outra de São José, tres sinos, um [thuribulo] de prata ingleza; uma [ilegível Umbella? Âmbela?] e mais outros ornatos offertados por devotos e comprados com donativos espontaneos. O Exmo. e Revmo. Senr. Bispo Diocesano concedeo á Capella da Colonia a cathegoria de Capella Curada e nomeou o Capellão seu cura, [mercê] esta que muito vai influir no progresso deste ssertão. Por officio do Exmo. Senr. Presidente da Provincia de 5 de Abril de 1864 foi ordenado ao Director da Colonia que [fisesse] recolher á Capitão da Provincia o Capellão Alferes da Repartição Ecclesiastica do Exercito Padre [Joaquim] de Araujo Rangel e Silva, que serve neste Estabelecimento, a fim de ser inspeccionado por uma [junta] de saúde, conforme recomendou o Avizo do Ministerio da Guerra de 24 de Março deste anno. A [espera] de solução de um requerimento que o Reverendo Capellão fez subir á presença do Exmo. Governo pedindo meios para poder se transportar tem deixado de seguir ao seu novo destino.

Escola de 1as Lettras. = Desde Julho de 1861 funccionou a escola de 1as. Lettras, para o sexo masculino de manhã e para o feminino de tarde, dirigidos pelo Reverendo Capellão que não tem habilitação para esse fim. De Outubro de 1863 até hoje deixou de funccionar essa repartição pela distancia que separou os escolasticos da escola, porém está dada ordem para continuar a funccionar de 3 de Outubro proximo futuro em diante, a dos [meninos] no Corpo da Capella que se manhã é occupado pelo espediente da Directoria da Colonia, até que haja commodo para abrir a aula das meninas. Ao principio foi tal [repugnancia] que os Pais tinhão a esta santa instituição que não só dizião ser um mal que a Colonia tinha [trasido] com sigo como que alguns [prefirirão] pagar

a multa do regulamento a que seu filho aprendesse a ler!!! Mas este prejuizo já está extincto, hoje pensão differente de então.

Botica e Enfermaria. = Já acima [dice] que um telheiro construido sem autorisação estava servindo de quartel do Medico, botica e enfermaria, mas esse telheiro não guarda as necessarias regras hygienicas e nem tem commodo sufficiente para tudo quanto elle hoje serve, tendo apenas capacidade para uma regular botica. O pessoal para [cuidar] dos doentes, da escripturação e de tudo mais que compõe a botica e enfermaria deste Estabelecimento lemita-se a um Medico e um enfermeiro; e é com estes [does] empregados que a Colonia até hoje tem se mantido, mal podendo lutar com as difficuldades que se hão multiplicado n'esta Repartição, por prestar-se aos enfermos das monções do Itapura, dos da Provincia de Goyaz e outras pessoas extranhas á Colonia que por aqui transitão, pelo que torna-se de urgente necessidade que o Governo melhore esta repartição augmentado-lhe o pessoal pelo menos com um boticario, uma enfermeira e quatro serventes, pois ainda assim não será este pessoal sufficiente para o serviço dos [quadros] criticos.

Correio = O Regulamento d'esta Colonia creou uma repartição de correio, da qual é o Agente o Director da Colonia, que me parece ser incompativel; e marcou vinte estafetas para conducção das malas entre a Cidade da Constituição em S. Paulo e a Villa de Santa Anna da Parnahyba em Matto Grosso. O numero de estafetas não tem sido possivel levar-se ao estado completo, por isso só uma vez por mez tem lugar por [ora] a conducção das malas, e isto mesmo com grande volta por falta de estradas.
Rendas = A posição que occupa este Estabelecimento é de tanta utilidade publica que – sem ser decretado pelos poderes competentes – já ha dado rendimento ao Estado; caso este que me parece ser unico nas Colonias que se tem estabelecido até hoje no Imperio. No anno de 1862 a varação das canôas no porto da Colonia produzio a quantia de 150$000 reis; no de 1863 rendeo 100$000 reis, que forão recolhidos á Thesousaria da Fasenda, e no de 1864 já arrecadou até 30 de Junho [61$º20 reis?] além de 85$400 reis que se poupou ao Estado pelas varações das monções do Estabelecimento Naval do Itapura.

Necessidades mais urgentes da Colonia = Terminarei a presente resenha indicando as mais urgentes necessidades que exigem do Governo Imperial prompto remedio, [qndo, ndo?] só para suavisar o muito que se ha soffrido n'este sertão em cinco annos de contrariedade [successivas], como para definitivamente ter o Governo neste ponto do Imperio em pouco annos uma boa povoação que se preste aos planos que serão precisos pôr em pratica a fim de facilitar a communicação interna com o Provincia de Matto Grosso, cujas necessidades são as seguintes:
Construcção: De [quarto] para residencia do Director;
Do Ajudante do Director;
Do Medico; e
Do Capellão;
De Igreja;
De Cemiterio.
Dividir a legua quadrada em lotes para se poder cumprir com o disposto no Artigo [30] do Regulamento, pois alem dos Colonos que já requererão lóte de terra ha outros que já adquirirão direito de propriedade mencionado no artigo 34, e que por ainda não se lhes ter dado posse do seu lóte de terra, estão cultivando terreno que talvez não fique dentro da sua propriedade, com grande prejuizo para o colono. Melhorar o estado da botica e enfermaria, como já acima fica indicado. Nomear Escrivão, cujo emprego está vago desde Novembro de 1860, não obstante as muitas representações que ha feito o Director da Colonia. Completar o numero de colonos da 1ª classe.

Directoria da Colonia Militar Avanhandava, 26 de Setembro de 1864.
Manoel Giraldo do Carmo Barros, Capitão, Director da Colonia.

Data do documento: 10 de Janeiro de 1867

Ilmº e Ex^{mo} Senr.

Tenho a honra de remetter a V. Exa. algumas amostras [de] tecidos [de] algodao que uma Colona apresentou [em feito] pela mesma e [julguei] aproveitavel propôr a V. Exa. a [abertura] [de] uma [escola] de tecidos, que sendo tão util a este estabelecimento, [só] trará a [despesa] de um thear, e a gratificação [ilegível], entretanto V. Exa [realizará] como julgar mais conveniente.

Deos [guarde] a V. Exia.
[Colonia] Militar de Avanhandava, 10 de [Janeiro] de 1867.

Ilmo. Exmo. Sr. Dezembargador [Jose Tavares Bastos]
[D. Prez. Provª].

[Firmino Autºs Campos Penteado]
Major [Director, Dirºr.]



Data do documento: 14 de Janeiro de 1867

Ilmº e Ex^{mo} Senr.

Tenho a honra de passar as máos de V. Exa. o relatorio incluzo, com que [me foi] [ilegível] [ilegível] Colonia [Jose] Izidro Gonsalves Neve; rogando a V. Exa. que quando julgar conveniente [me?] seja devolvido, [afim de] archival-o neste Estabelecimento.
Peço licença a V. Exa. para [declarar] que o que vai [narrado] a cerca da fundação e estado actual da Colonia é verdadeiro.
Deos g.de. a V. Exa.
Colonia Mr. Avanhandava, 14 de Janr. de 1867.

Ilmo. Exmo. Senr. Dezembargador Jose Tavares [Bastos]
[D. Prez. da Prov.]

Firmino [Autºs.] Campos Penteado.
Major [Dir.or. intr.o] (provavelmente diretor interino).

_____

Relatorio do estado da colonia, apresentado pelo membro da commissão directora da mesma colonia Jose Isidro Gonçalves Neves, ao Ilmo. Senr. Major Fermino Antonio de Campos Penteado, Director da Colonia, aos 25 de Dezembro de 1866.

Ainda por mais uma vez fui forçado a abandonar a pacifica vida de lavrador desconhecido, pela qual tenho, com gosto, trocado parentes, amigos e praseres das Cidades = para, fasendo parte de uma comissão, no dia 30 de Setembro do corrente anno, aceitar mais uma vez, para mim, a difficil tarefa de encarregado do seu expediente, e hoje com acanhamento e [impiricia] lançar mão da penna, usando della com simplicidade e franqueza, e nunca com malicia, rancor ou outro qualquer sentimento contrario a verdade. = Não quero accusar = Quero defender = Não exijo punição para ninguem. = Quero só defesa e perdão para o innocente.

Fundado nos ditames de minha conciencia tranquila diante do Governo e do meu Paiz, chego a aprezentar estes meros desejos, que nem esses desejos são meus, tão pobre sou, Deus por intermedio da razão [m'os] deo para os offerecer.

Não tendo intenção de discutir no prezente relatorio, mais do que o necessario para, da melhor forma que permetirem as minhas debeis forças, justificar a quadra presente, [passarei] em rapida rezenha os actos, mais notaveis, anteriores [a prezente] épocha.

Creação, denominação, fundação, territorio, fertilidade, clima e salubridade.

Foi creada esta colonia pelo Decreto Imperial nº 2126 de 23 de Março de 1858, sem nome nem designação fixa do lugar onde devia ser estabelecida, mandando tão sómente que [fosse] entre a Cidade da Constituição, nesta Provincia, e a Villa de Sant'Anna da Parnahyba na de Matto-Grosso. Por Aviso de 28 de Agosto do mesmo anno foi nomeado o seu primeiro Director, o Capitão de 1ª Linha Manoel Geraldo do Carmo Barros.

Pelo Aviso do Ministerio do Imperio de 3 de Março de 1860, foi ordenado que tomaria esta colonia o nome de Avanhandava, em relação a proximidade do Salto deste nome, que no Rio Tiete lhe fica mais proximo.

Por outro Aviso do mesmo Ministerio de 10 de Julho de 1860, foi ordenado que a colonia fosse estabelecida no lugar em que se acha; isto é; que fosse na margem do Ribeirão São Jose dos Ferreira, que desagua no Rio Tiete, abaixo do grande Salto Avanhandava pouco menos de uma legua. Achando-se hoje a colonia definitivamente fundada na barra deste Ribeirão, foi demarcado o seu territorio no anno de 1861 por picadas que não forão mais retocadas ate esta data, sendo tres estas picadas por [isso] que na face do Sul serve o Rio Tiete de [devisa – divisa].

Permetio o mao destino que o primeiro ato do primeiro Director na fundação desta colonia [fosse] sellado com um grave erro, do qual, ate hoje, se recente e continuará a se recentir a povoação.

Por zelo talves de com brevidade chegar aquelle Director ao seu destino, pençando [erradamente] que a demora de mais dois mezes na viagem para entrar neste certão, servia uma grande falta, apreçadamente embarcou em quatro canoas na Cidade da Constituição com um pessoal de 40 pessoas, no dia 8 de Fevereiro de 1859 e chegou ao Salto Avanhandava no dia 20 [desse] mez, gastando 12 dias nesta viagem, com grande enchente do Rio e copiosas chuvas; tempo por conseguinte o mais improprio possivel, por ser aquelle em que mais acomettem as febres intermitentes, [mormente] (principalmente, sobretudo) naquelles que são vindouros, chegando já grande parte deste pessoal acomettido das febres inclusive o Director, Capellão, ect.

Ainda aqui porem não parou o [erro]; chegado ao Salto, trazendo elle já quasi que tenção firme de ahi estabelecer a colonia, segundo informações que pode obter de ser este o lugar mais [adquado] para fundar este estabelecimento, vendo-se porem elle e parte do pessoal enfermo, apareceo o infalivel remorso que costuma acompanhar aos graves erros, [assim] faltando-lhe a necessaria [resignação] para permanecer no lugar, na falsa esperança de salvar das febres o restante da gente, retirou-se para o [sentro] 3 leguas longe do Salto e do Rio para um campo improprio para o fim desejado.

Não obstante, nesse lugar abarracou-se gastando o dinheiro para esse fim fornecido pelo Governo, e neste abarracamento demorou-se ate Junho de 1863, épocha em que recolheu-se a este lugar.

Deste passo resultou que forão gravemente todas as 40 pessoas acomettidas das febres que soffrerão longo tempo [perecendo] grande parte.

Acampados provisoriamente neste lugar improprio para plantações de qualquer genero que seja por ser [campo] = acostumou aos colonos destes quatro annos a comprar e a não plantar. Todos principiarão e acabarão de receber as diarias sem ter incitado trabalho algum que lhes desse algum proveito por isso que acampados provisoriamente, em terras que não erão as da Colonia, não convinha estabelecerem-se. – O abarracamento e outras despezas e serviços que se fizerão forão [esperdiçados] por isso que ficarão abandonados, sendo de todos o maior mal = o estar a Colonia no sertão e a sete annos, e contar somente tres de existencia, por isso que os primeiro quatro annos forão esperdiçados.

A Colonia e seu destricto esta assentada na margem direita do Rio Tiete na Commarca da Villa de Araraquara, da qual dista 40 a 50 leguas, 28 a 30 do Estabelecimento Naval do Itapura e 50 mais ou menos da Villa de Sant'Anna da Parnahyba na Provincia de Matto Grosso.

Como é geral em todas as margens do Rio Tiete, este territorio é de [excellentes] terras para a lavoura e é abundante em madeira de qualidade.

O peixe é abundante, e a caça é a tal ponto que causa grandes prejuizos nas plantações de toda natureza, sendo um dos grandes inimigos com quem tem o roceiro de [lutar] dia e noite.

O Clima tem sido muito irregular. As febres intermitentes é a molestia mais conhecida, depois della são as feridas ou chagas, conhecidas aqui com a denominação de = feridas brabas = as rasões que concorrem para o desenvolvimento destas molestias = são, em primeiro lugar = costumes acostumados e contrarios a hygiene inveterados (bastante antigos, arraigados) e hereditarios, que só com o correr dos tempos e com a reunião de pessoal mais illustrado, poderão, com custo e tempo, por meio do exemplo e da pratica, ser abandonados e esquecidos pelas futuras gerações deste certão.

Do dia 9 de Janeiro ate esta data fallecerão

	Adultos	
Homens	*3*	
Mulher	*1*	*4*
	Menores	
Homens	*4*	
Mulheres	*1*	*5*
	(soma:)	*9*

Edeficios

Existem 5 edeficios que são:

1º = Telheiro destinado para officina porem que não se presta a esse fim

2º = Casa = actual residencia dos Directores

3º = Dita sem [assoalho] nem forro onde esta a botica e enfermaria

4º = Capella muito pequena
5º = Casa principiada em boas proporções, porem parece-me não se podera concluir convenientemente esta obra sem que primeiro se costrua uma serra movida por agua = para cuja obra existe o lugar explorado = nivellada a tirada de agua = feitas 500 braças de rego e grande parte da madeira de [cerne] tirada.

Secretaria
Acha-se mal archivada na Casa da residencia do Director. Consta de 14 livros para [escripturação] da Colonia = Ordens e Avisos do Governo, e documentos de despesa e outros como se vê da relação sob nº 1 que a este acompanha. (não tem relação nenhuma em anexo).

Capella
Acha-se o zelo desta repartição, entregue aos cuidados do colono de 3ª classe Joaquim Antonio de Oliveira Leme, que gratuitamente e por simples devoção presta-se a este cerviço, conservando-a na melhor ordem e [aceio] (limpeza, esmero, capricho) desejaveis.
O Exmo. e Revmo. Senr. Bispo Diocezano concedeo a esta Capella a cathegoria de Capella Curada, como consta no livro do Tombo da mesma capella.
Por ordem do Exmo. Governo foi chamado a Capital da Provincia o Capellão desta colonia Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva – o qual partio desta colonia com destino a Capital no dia 23 de Outubro de 1864 = e dessa data em diante tem estado a colonia sem Capellão.
Existem cinco livros destinados para a escripturação desta repartição, estes e todos os mais objectos constão da relação nº 2 que a este acompanha (não há anexo com essa relação).

Escolla de 1ªas lettras.
Este ramo de serviço não tem tido desenvolvimento, e tem se conservado [feixada] a escolla desde a retirada do Capellão, a quem comprete o encino. Os objectos pertencentes a esta repartição, poucos existem em mao estado, e grande parte tem sido dados [em consumo] como consta de diversas actas do anno de 1865.

Botica e enfermaria.
O [caso, casco] desta importante repartição = entregue des do dia 5 de Janeiro do corrente anno, por se ter retirado o Doutor Marcos Jose Pereira do Bomfim, ao enfermeiro João Chrisostomo Martins da Silva, colono de 3ª classe, = conservou-se em boa regularidade ate o dia 25 de Julho proximo passado, dessa data ate o dia 30 de Setembro sofrreo alguma alteração, mandando o Director Senr. Tenente João Pereira Lima Junior, destribuir roupas e outros objectos, dos quaes alguns se extraviarão = entretanto o seu enfermeiro tem bem desempenhado suas obrigações.
Em um edeficio por demais acanhado e improprio pela sua localidade umida e fria, com limitadissimos recursos poucos socorros se teria a esperar desta repartição, que muito podera melhorar mandando-se vir uns caixões com remedios, enviados pelo Exmo. Governo, e que estão entregues ao Senr. Tenente Coronel Joaquim Lourenço Correa, na Villa de Araraquara.
Para maior esclarecimento desta repartição será conveniente proceder-se a um novo balanço.

Correio.
Tem esta repartição a seu cargo [faser] effectiva a conducção das malas do ponto = [Grama?] = 13 leguas aquem de Araraquara, ate a Villa de Sant'Anna da Parnahyba na Provincia de Matto Grosso = para cujo serviço concorre a Administração Geral dos correios com a quantia de 320$000 reis mensaes, considerando quatro estafetas empregados neste serviço vencendo cada um 80$000 reis por mez = entretando que, retirando-se o Director Lima Junior desta colonia no dia 30 de Setembro, incumbio a Commissão Directora de conservar tão sómente esta linha do ponto =

[Grama?] = ate o Estabelecimento Naval do Itapura, como se vê de um termo por elle assignado nessa occasião que por cópia sob nº 1 a este acompanha (não há anexado cópia de termo).
Designando-se, [declarar-nos] verbalmente que não deixava dinheiro para conservar a linha do Itapura a Villa de Sant'Anna, porque tinha um estafeta estacionado naquelle Estabelecimento para este fim, e que esse estafeta estava pago ate o dia 31 do corrente mez, e que esse negocio estava [afecto] ao Digno Director daquelle estabelecimento.
Entretanto estou hoje convencido de que esta [acerção] é falsa, por isso que depois da retirada do Senr. Director Lima Junior tive que pagar 40$000 reis ao estafeta indicado = como consta da copia do documento sob nº 2 = por serviços prestados no mez de Setembro, não querendo mais [continuar] porque a Directoria desta colonia não cumpria os tractos que fazia.
Em vista da inferior quantia destinada a este serviço entregue a commissão, ella não poude contractar estafeta para esta parte da linha, desdo 1º de Outubro ate esta data.
Pela copia nº 3 se vê que em 25 de Outubro me foi exigida pelo Digno Director do Itapura uma informação official a este respeito, e em virtude dessa exigencia dei essa informação no dia 1º do corrente mez.
Quando esta commissão recebo a Directoria desta colonia no dia 30 de Setembro, não havendo nem estafetas empregados na parte da linha daqui ao Itapura nem contracto algum para o mesmo fim, não havendo [animaes] do Governo para este serviço, vio-se esta commissão forçada a contractar a conducção das malas daqui para o Itapura e vice versa com o Cidadão João Pedro do Amaral, que esta condições de fazer e desempenhar este contracto por ter animaes e meios, recebendo por esse serviço toda a quantia supprida pelo Governo para este fim destinada, isto é; 160$000 reis por mez ou 480$000 reis durante ou tres mezes de Outubro, Novembro e Dezembro.
Na parte da linha, que consta, da [Grama] a esta Colonia, esteve empregado o estafeta Jose da [Crus] [Pontes, Bortes], que tem exercido esse emprego desda organização desta linha = No fim do mez de Agosto deo-me parte de [doente] declarando achar-se com encommodos que o privavão de montar a cavalo, por isso empregnei nesse serviço ao colono de 3ª classe Francisco Correa Rangel, durante este mez de Dezembro, e [vencerão] ambos durante o tempo que servirão a gratificação de 80$000 reis por mez.

Pessoal da Colonia.
Director.
O Tenente da [Guarda Naval] João Pereira Lima Junior, no dia 24 de Julho do corrente anno chegou a esta colonia, e no 25 tomou [entrega] da mesma, do Conselho Director provisorio, que se havia organizado no dia 26 de Janeiro por occasião do falecimento do Director Capitão Ignacio Jose Bastos, esteve com a direcção da Colonia ate o dia 30 de Setembro, dia em que retirou-se da Colonia, deixando-a entregue aos cuidados da prezente commisão que tenho o prazer de representar.

Ajudante.
Esta vago este lugar desdo dia 9 de Janeiro do corrente anno, dia em que se retirou o Tenente reformado do exercito Gaspar Jose Menna Barreto.

Capellão.
Esta vago este lugar desdo dia 23 de Outubro de 1864 = em que retirou-se para a Capital o Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva – em virtude de ordem da Prezidencia da Provincia de 5 de Abril do mesmo anno.

Medico.

Vago desdo dia 4 de Janeiro de corrente anno, em que retirou-se o Doutor Jose Pereira do Bonfim, que foi para a Côrte com trez mezes de licença, e ate esta data nada consta sobre este empregado.

Escrivão.
Acha-se vago este lugar desdo anno de 1860, em que faleceo o escrivão Sargento Felisberto Egidio de Araujo Cantalice.

Colonos de 1ª Classe.
Não há nem um. = Por ordem da Prezidencia da Provincia de 3 de Janeiro de 1865 = forão todos chamados a Capital para reunirem-se ao Corpo fixo a que pertencião, marcharão desta colonia no dia 15 de Março do mesmo anno, e nem um mais voltou.

Colonos de 2ª Classe.
Consta de quatro colonos e suas familias, dos quaes dois são [carreiros] e dois carpinteiros, durante estes tres meses estiverão empregados nos serviços seguintes: = Conserto da parte do edeficio que serve de enfermaria, cujo telhado estava ameaçando [mina]. = Tirada de madeira e principio de construção de um carro para a colonia serviço este que a muito tempo era precizo faser-se.

Colonos de 3ª Classe.
Estimo ter de aprezentar um relatorio desta ordem a uma authoridade imparcial tal como V. [Exa?] e que alem de tudo terá de julgar da verdade dos factos, e de perto e de face a face poderá V. Sª avaliar dos lugares e das pessoas de que pretendo e de que me julgo com restricta obrigação de fallar, mencionando-os neste ligeiro e imperfeito trabalho, digno, pelas circunstancias excepcionaes em que se acha esta colonia, de melhor penna, e de um mais cultivado e profundo talento, entretando em falta destas habilitações, sómente apelando para a verdade dos factos [espenderei] a minha fraca opinião com aquella confiança que inspira a lealdade e carater justiceiro e imparcial de V. Sª.
Esta classe de colonos, deprimidos, injuriados, calunniados, ate o infinito, no ultimo relatorio desta colonia aprezentado ao Governo e ao Publico = impresso no Diario de São Paulo de 2 de Fevereiro de 1866 = feito pelo Tenente reformado do Exercito Gaspar Jose Menna Barreto, [desenptos] por este Director com [cores] e aspectos tão medonho e desanimador. = Esta classe de colonos, que merecem do actual Director João Pereira de Lima Junior os epitetos de = malvados = assacinos = Esta classe de colonos que do [Ilustre] e destincto escriptor = correspondente de Araraquara = merecem o tratamento de = devassos e vadios = martir desdo principio da colonia, martir com todos seus Directores, martir enfim pela sua posição hoje critica, merece por certo ser tratada não só com mais moderação e justiça, como mesmo com mais conveniencia social.
O homem por ser pintor pinta o Leão sufocado e abatido pelo homem = quadro este que tanto tem de arrogante quanto tem de exagerado e contrario a boa razão e a verdade.
Podemos por tanto com justo raciocinio afiançar que se os Leões [fossem] pintores, mais verdades pintarião, assim como se fosse licito aos colonos faserem relatorios das suas colonias e dos seus Directores, melhores verdade aparecerião.
Assim estes dois Directores quando chega a occazião de falarem da colonia, do seu progresso = atormentados de remorços = pelos abusos que tem praticado – por terem transtornado toda a ordem e todo o direito – por terem convertido a directoria em [taberna] eo cofre da colonia em caixa de suas privativas economias = Porque assim como apresentão na mão esquerda o artigo de Guerra = Todo soldado é obrigado a contentar-se com a [paga, pago] e quartel tal qual se lhe der = ect. = que nesta colonia tem sido interpretado = Todo colono é obrigado a contentar-se com todo

prejuizo que soffrer ect. = Da mesma forma aprezentão-se tendo na mão direita = um saco sem fundo = contas do Director.
Aí daquelle que não comprar exclusivamente do seu Director, embora custem os generos o dobro ou o trépulo do preço ordinario.
Ai daquelle que reclamar dinheiro do seu Director para pagar dividas estranhas por antigas que são, ou contrahidas de qualquer forma, ainda mesmo em tempo de molestia, e anteriores ao seu [feudo, fendo].
Desta forma, com estes tristes e detestaveis [preceitos]m em falta de um sabio, [prudente] e patriotico regulamento interno = a onde se hira achar homens, ou anjos, que satisfação a estas [desmarcadas] ambições, e formem uma classe destincta em uma colonia.
Muito se tem falado e escripto procurando provar-se a injustificavel vadiação desta classe de colonos, entretando tocando de passagem, como em tudo tenho feito, neste ponto, não é minha intenção justifical-os ou provar que sejão todos trabalhores e industriosos, porem somente demonstrar que o Governo fundando uma colonia com tão limitados recursos, não tinha por fim reunir nella homens abastados e fasendeiros estabelecidos, e sim reunir por este meio homens pobres = vadios = apartados do contacto proximo da sociedade = homens mesmo alheios aos trabalhos agricolas = homens emfim em [risco] de perderem-se e se tornarem nocivos = que precizam de educação, de doutrina e de regeneração = Supponho pois que o patriotico pensamento desta instituição [seria] = os bons e abastados elles se reunirão e formarão sociedade = Os maos, para tornarem-se bons, precisão de proteção e doutrina = ajuntemol-los pois e eduquemos.
Ora [consedendo], por hypothese, que os colonos do Avanhandava sejão todos = maos = vadios = faltos de educação e de principios = o que se póde concluir disto? É sertamente que temos obtido os meios, e obtidos estes meios por que não conseguiremos o humanitario fim? Porque não educar os maos? Por que não doutrinal-os? Porque em vez de os Directores usarem de meios brandos e persuasivos por meio da pratica e do exemplo, cooperando para a prosperidade, para a necessaria concorrencia do commercio; constituem-se tyrannos, negociantes e impondo preços fabulosos = centralisando todos os dinheiros em seu poder chegando a ponto de venderem a agoardente e o fumo? = E quando chega a occasião de falarem perante o Governo e o paiz = amaldiçoão a instituição = amaldiçoão aos colonos = esquecendo seus proprios defeitos, so apontão os do pobre indefezo colono = no fim de muito lidar de muito [discutir] inutilmente = nem uma ideia de prudencia apresentão = nem um pençamento patriorico = nem uma medida ou indicação, que mostre, ao menos, que tivessem comprehendido a importancia da comissão de que se achavão incarregados.
Entretanto digo esta classe de colonos merece ser tratada com mais conveniencia social, porque é verdade que entre elles ha abuso que é preciso punir, entre elles ha vadios que é preciso deciplinar e acostumar ao trabalho; porem não é menos verdade que entre elles ha homens, pobres sim, porem honrados = resignados = com amor ao trabalho = amigos da justiça e da ordem = vivendo do seu trabalho = bons pais de familia = bons cidadãos = em cujo numero conto e recomendo a apreciação de V. Sª os seguintes:
Joaquim Bernardes Lemes = estabelecido junto a este arraial na margem esquerda do Ribeirão = casado tem quatro filhos = tem casa = paiol = bom gramado = monjolo = engenho de cana = boa plantação de milho, feijão, arros = café = e cana = este anno já [supprio] algum assucar nesta colonia e maior quantidade poderá supprir para o anno de 1867, possue mais 6 cabeças de gado = 3 cavalos = 15 porcos = tudo com systema e ordem acommodado dentro das terras que lhe poderão caber em destribuição de lotes, cujo direito esta a muito tempo adquirido por já ter vencido os 3 annos exigidos pelo artigo 32 do Regulamento,
Joaquim Antonio de Oliveira Leme = Estabelecido junto a este arraial a quem do Ribeirão = casado tem sete filhos = tem casa de telha = paiol = monjolo e Engenho de cana = gramado um ponto

pequeno = boa plantação de milho, feijão, arros = café e cana = em porção = já supprio este anno algum assucar, e para o anno podera fabricar em maior porção = não tem criação.
João Antonio Garcia = estabelecido na devisa da colonia do lado do norte = casado tem tres filhos = possue = casa e olaria bem montada em que trabalha = carro e bois = pequeno engenho de cana = plantação de milho, feijão, arros e mandioca = e cana = tem bois de carro, vacas e poucos porcos de criar.
Francisco Correa Rangel = estabelecido na devisa das terras da colonia no lugar sapé = casado = tem pequena casa e engenhoca de cana = monjolo = boa plantação de milho, feijão, arros, cana, mandioca e algodão.
Manoel Jose [Ramos] = estabelecido em terras da colonia no lugar = sapé = casado tem tres filhos = pequena casa = gramado = monjolo = boa plantação de milho, feijão, arros, cana = possue alguns animaes de montaria e vacas de criar que tem para fora das terras da colonia por falta de commodos.
Ha mais alguns colonos estabelecidos em terras da colonia, como sejão João Luis de Castilho, Jose Francisco de Souza, Vicente Luis de Oliveria e outros, tendo cada um sua maior ou menor plantação de milho, feijão e arros.
Alguns na verdade há, que não só não tendo plantação, como afastão-se para morarem fóra desta provoação longe das vistas da Directoria. Com o tempo e a pratica V. Sª chegará ao perfeito conhecimento das individualidades.

Colonos de 4ª classe.
Esta classe de colonos, desde Junho de 1865, ate esta data não receberão [seus] vencimentos, em Julho deste anno informou o Senr. Administrador Geral do Correio, a Thesouraria de Fasenda, que estes colonos não tinhão direito a esses vencimentos atrazados, e vencidos em virtude de contractos, em vista de tão estranha informação e de não haver dinheiro para os pagar, a propria Directoria vio-se em embaraços com esta gente, não podendo nem chamal-os a serviço, nem dispensal-os = ficarão como que esquecidos e independentes = uns ausentarão-se, outros passarão para outras classes de colonos e [dispensou-se, dispersou-se] a 4ª classe.
Renda.
Importou a arrecadação do imposto pelo trabalho das varações de canoas e cargas no porto desta colonia, durante o corrente trimestre do 1º de Outubro a 31 de Dezembro em 248$780, duzentos quarenta e oito mil duzentos, digo, mil sete centos e oitenta reis, que estão lançados no livro competente.

Estado prezente da colonia.
Sem Director, sem Ajudante, sem Medico, sem Capellão, sem Escrivão = entregue por conseguinte a si mesma, podendo apresentar a colonia uma [anarchia], uma desordem; pelo contrario tem nestas criticas circunstancias com que luta a um anno, procurado centralizar-se e manter a ordem da melhor forma possivel, para o que tem, com seus proprios recursos, se reunido e de [entre] si mesma tem elegido seu governo ou antes propriamente seus representantes como sempre tem mantido a boa ordem e segurança publica. A sete annos estabelecida neste termo de Araraquara em todo este tempo ainda nos tribunaes daquella Villa foi julgado um só crime, nem da colonia, nem de suas vesinhanças, provando-se assim ser a colonia uma reunião de homens pobres, mas não de devassos e vadios por que estes não se pode não conservar reunidos em boa ordem e tranquilidade.
Pela localidade propriamente central que ocupa a colonia, não apresenta outras vantagens, nem pode ter outro fim, se não o de a todo tempo formar um centro de população, um ponto de recurso na grande estrada, que algum dia deve haver da Cidade de São João do Rio Claro, a Villa de

Sant'Anna da Parnahyba na Provincia de Matto Grosso, dando mais rapida e franca communicação entre as duas Provincias por se esta a linha mais aproximadamente [reta] em relação a todas as outras estradas existentes.
Considerada a colonia debaixo deste ponto de vista, parece-me que será de grande vantagem para um mais rapido e satisfatorio progresso da colonia convertel-a em um estabelecimento propriamente agricola, isto é; convertel-a em colonia civil dando-lhe o Governo uma nova organização, importando mesmo alguns colonos estrangeiros e dotando a colonia com conveniente Regulamento interno, falta esta que tem sido muito sencivel desda fundação da colonia, tendo estado sempre em pratica o erroneo principio = cada cabeça = cada sentença = não havendo uma [vereda] certa e determinada pela qual se [derijão] todos a um ponto certo e determinado.
Existem muitos colonos com 5, 6 e 7 annos de residencia effectiva na colonia e cultivando terras em maior ou menor escala, todos por conseguinte com o direito adquerido de obter seus titulos de propriedade, sobre as terras a que cada um tiver direito, entretanto [tendo] todos requerido nem um ainda poude obter estes titulos. Este direito que serveria de estimulo a todos no caso de ser consedido, a sua falta tem pelo contrario servido de desgosto para os que, com justiça, [deverião] ser proprietarios na colonia, e de desanimo e [descrença] para os demais.

A retirada da 1ª classe de colonos = a falta de supprimentos para serem pagos os colonos de 4ª classe = o estado ambiguo em que estes ficarão = as proprias difficuldades da Directoria para com estes homens contractados pelo Governo, e descontractados por não serem pagos; contractados por direito e descontractados de facto = a falta de novos contractos para novos colonos de 2ª classe = a falta de construções e obras indispensaveis, a retirada enfim de todos os empregados, desdo Director ate o escrivão = a falta finalmente de pagamentos para a colonia, embora demorados; porem que fossem feitos com dignidade e justiça = tudo isto que poderia ter concorrido para a dispersão de um estabelecimento desta ordem, teria causado a sua ruina se não fosse a 3ª classe de colonos que amigos da ordem, do direito e da justiça tem sustentado a colonia = confiando no Governo com resignação e heroismo tem suportado injustiças e vexames = e [conscio] de seus direitos = em vez de uma deserção geral e para evitar mal maior, e a infalivel ruina da colonia [...].

(Ass.) Jose Isidro Glz [Gonçalves] Neves.

Apêndice I:

Tentativa de criar um Distrito de Paz em Avanhandava

Notável constatar que, no 2º semestre de 1859, mesmo antes do diretor Manoel Giraldo do Carmo Barros chegar ao Salto do Avanhandava com seu pessoal, parece ter havido intenção de criar-se um Distrito de Paz naquela localidade. Todos os ofícios transcritos abaixo referem-se a essa tentativa.

O primeiro documento a esse respeito foi escrito pelo delegado de polícia de Araraquara encaminhado ao Vice-Presidente da Província, datado em 5 de setembro de 1859, informando-lhe da criação da colônia militar, e a necessidade de também criar-se um Distrito de Paz:

Ilmo e Exmo Senr.
Tendo [dece] criar huma Collonia Militar no Salto de Avanhandava Municipio desta Villa, [e tendo] naquelle bairro huma Capella, e grande [reunido] de fogos não só [aquem] do Tiete como alem, sendo talves metade desses povos criminosos [de diverços] lugares q. pª. ali vão pª. escaparem da ação da [justiça] julgo de grande [necessidade] criar-se ali um Destricto de Pas [Subdelegado] afim de auxiliar e [ajudar] a nova colonia que tem de commeçar nos trabalhos este anno, [a que] levo ao conhecimento de V. Exa. que julgara aque for mais acertado. Deos Guarde a V. Exa. por muitos annos. Araraquara 5 de 7bro.[Setembro] de 1859.

Ilmo e Exmo. Senr. Dor. Manoel Joaquim de Amaral [Gurgel]
Digno Vice Presidente desta Provincia.

Jose Domingues da Silva
Delegado de Policia.[632]

Em seguida, o ofício datado de 7 de outubro próximo, escrito pela Câmara da Vila de Araraquara e destinado ao Vice-Presidente da Província, refere-se à criação do Distrito de Paz na "Capela do Avanhandava":

Ilmo e Exmo Senr.
A Camara Municipal d'esta Villa tem a honra de responder a V. Exa. acerca da creação de hum Destricto de Pas na Capella do Avanhandava, que [até tem] pessoas com a capacidade necessária [para se] occuparem os cargos publicos. Deos G. a V. Exa.
[Pacço] da Camª Municipal da Villa d'Araraquara em Secção ordinaria de 7 de 8brº de 1859.

Ilmo. e Exmo. Conselheiro Manuel Joaquim Amaral Gorgel
D. Vice Presidente d'esta Provincia de S. Paulo.

Antonio Carlos de Arruda Botelho
Joze Aranha do Amaral
Francisco de Paula Correa e Silva
João Carlos de Azevedo
Flavio Antonio Mendes[633]

Aproximadamente dois anos depois, já com a colônia militar em seu acampamento provisório (localizado próximo ao Salto do Avanhandava), em 7 de setembro de 1861 é feito um abaixo assinado com os moradores do "bairro Avanhandava" pedindo novamente a criação de um Distrito de Paz naquela localidade:

Ilmo e Exmo Senr.

Os abaixo assignados, moradores no bairro do Avanhandava, Respeitosamente vem expor a V. Exa. a necessidade da criação de um destricto de Paz no dito bairro, para que V. Exa. attendendo as razões dos suplicantes e a [informação] da Camara Municial da Villa de Araraquara, a cujo termo pertence, Digne-se attender tão [razoavel] supplica fundada nos justos e seguintes motivos:

[632] APESP. *"Oficios de Araraquara."* Caixa C00805, Cx. 11, Pasta 5. 05/09/1859. Disponível em: https://bit.ly/37pZy5C. Acesso em: dez./2019 (grifo nosso).
[633] Idem, 07/10/1859.

1º O salto Avanhandava, que da nome a um [circulo] maior de vinte legoas de diametro esta distante da Villa de Araraquara mais de trinta legoas, e acha-se habitado por mais de sete centas almas, cujo numero de dia em dia cresse.

2º O estabelecimento da Colonia Militar Avanhandava no Ribeirão Ferreira, a baixo do dito salto pouco menos de uma legoa, muito concorre para animar aos que tem deixado de vir para este certão pelo bem fundado receio de serem acometidos por alguma [orda] de Indios, por isso é inquestionavel que em muito pouco tempo a actual população ter-se-ha ellevado a um numero que presentemente não é imaginado.

3º A Capella e Sacerdote da dita Colonia Militar podem ficar servindo de Capella Curada e Parocho do destricto, ficando assim os cofres publicos [isentos] de maior despesa e o destricto habilitado para faser as suas elleições independente de hir a Villa de Araraquara sua actual Freguezia, que não só pela longitude como pelos [maos] caminhos torna-se muito [honeroso] aos habitantes deste lugar.

4º A necessidade de uma autoridade civil e de um escrivão publico é conhecida de todos que imaginarem a aglomeração de sete centas almas na aproximidade de uma colonia militar regularmente estabelecida, cujos [indeviduos] tem por força de entreter relações, com a vantagem de que os habitantes da colonia tem recurso no seu Directos, e os mais só tem dahi a trinta legoas por caminhos que nos tempos de chuvas se tornão quasi intransitaveis.

5º A facelidade de com mais prontidão poderem ser [arrecadados] os bens de Orfãos e Ausentes que pela longa distancia em que se acha da residencia do Juiz competente sofrem tanto os que a ditos bens tem direito como igualmente sofre a Fazenda Publica.

6º Finalmente. A vantagem da criação do destricto que os supplicantes [implotão] não só é util aos seus habitantes como conveniente ao Grande [Pensamento] do Governo de S. M. [Sua Majestade] o Imperador com a criação da Colonia Militar, por isso que muito concorrerá para em poucos annos levar-se a effeito a povoação deste certão.

Por tanto os supplicantes
[abreviatura] a V. Exa.

Digne-se mandar criar o destricto de Paz, tendo por divisa na margem direita do Rio Tiete, o Ribeirão do [Cervo] grande ate as cabeceiras, seguindo linha reta ate o espigão contra vertentes do Rio preto, e por este espigão e contra vertentes do Rio São [José] ate frontear as cabeceiras do Riberião Macauba, e por este abaixo até o Rio Tiete, e passando para a margem esquerda do dito Tiete busca o Ribeirão Baguaçu e por elle a cima e suas contravertentes sobem ate frontear o Ribeirão do Douradinho e por este a baixo ate o Rio Tiete; de cuja graça esperão

[R. Mce.]
Carmo do Avanhandava, 7 de 7brº de 1861.

Manoel Jacinto Perª [Pereira]
Inspector de [corterão]

[Assinaturas]
Casemiro Goulart [Dalª] Fazendeiro
João Pedro do Amaral – Fazendeiro
Joaq.m [Joaquim] Marianno de Vasconcelos – Fazendeiro
Alexandre Joze de Castilho
Joaquim Pereira Dias
Inspector do [Corterão do [br'o] esquerdo do Rio Tiete]
Manoel Perª Dias
[João] Joze Perª

Manoel Antonio do Amaral
José Candido [da Costa] – Lavrador
Vicente Jose [de Freitas]
Zeferino Joze de Castilho
Antonio Candido Borges
Domingos Machado de Souza
Joaqu.m [Joze] de Catilho
Francisco Jose de Castilho
Alexandre Joze de Castilho
[Pedro] Pinto Caldeira
Joze Antonio de Castilho
João Antonio de Castilho
Francisco Borges [da Silva]
[Jose Venancio de Freitas]
Joze Izidro Gonçalves Neves
José Lourenço [de Oliveira].[634]

O juiz municipal suplente da Vila de Araraquara, em 31 de outubro próximo, remete ao presidente e membros da Câmara Municipal um ofício relatando sobre o pedido dos moradores do "bairo Avanhandava" para a criação do Distrito de Paz; e pede para que os integrantes da Câmara prestem informações a respeito do que julgarem conveniente:

Ilmo. Senr.

Tendo os povos do bairro de Avanhandava de fazer subir aprezença do Exmo. Governo uma reprezentação pedindo criação de destrito de Pas naquele bairro, e por isso incluzo acharão [Vossas Senhorias] a [mesma] reprezentação afim de [Vossas Senhorias] informar a respeito o que julgarem conviniente, devendo [Vossas Senhorias] devolverme a [dita] imformação, e representações dos povos para subirão ao conhecimento do Exmo. Governo.

Deos Guarde a Vossas Senhoras por muitos annos, Araraquara, 31 de outº de 1861.
Ilmo. Senr. Pres. e Membros da Camara Municipal

Jose Domingues da Silva
Juis [Municipal] [Suplente].[635]

Assim, a Câmara Municipal da Vila de Araraquara envia ofício ao Presidente da Província, em 2 de novembro de 1861, informando sobre o requerimento dos moradores:

Ilmo. e Exmo. Senr.

A Camara Municipal d'esta Villa tem a honra de remetter a [V. Exa.] a reprezentação incluza acompanhada do officio do Juiz Municipal d'esta Villa dos moradores da Colonia do Avanhandava, em que pedem a criação de um Destricto n'aquella Colonia attento aly existir na Capella e Capelão sob cuja pretensão a [Camara] não pode deixar de informar á [V. Exa.] que [apretenção] d'aquelles moradores, é de vital interesse tanto ao publico, como particular.

Deos [Guarde a V. Exa.]. Passo da Camara Municipal de Araraquara em Sessão [ordinaria] do dia 2 de [novº] de 1861.

---

[634] APESP. *"Oficios de Araraquara."* Caixa C00805, Cx. 11, Pasta 5. 07/10/1861. Disponível em: https://bit.ly/37pZy5C. Acesso em: dez./2019 (grifo nosso).
[635] Idem, 31/10/1861.

Ilmo. e Exmo. Senr. Dor. João Jacintho de Mendonça
Digno. Pres. d'esta Prov. de São Paulo

Antonio de [Almeida] Leite
Joaqm. de [Sampaio] Peixoto
[Amancio] Gomes Ramalho
Justino Ferreira da [Roxa]
Joze Rodrigues Lima
Luciano [Ribeiro] de [Almeida] [Ponce]
Antonio Ferraz de Camargo[636]

Ainda no mesmo mês, dois dias depois, o mesmo Juiz Municipal Suplente despacha ofício ao Presidente da Província, reiterando a solicitação dos habitantes da região da Colônia Avanhandava para a criação do Distrito de Paz, e além disso, ainda sugere a criação de uma "Collectoria" – possivelmente para a coleta de impostos no distrito – e infere que há pessoas aptas para desempenhar cargos públicos.

Ilmo. e Exmo. Senr.

Remetto a V. Exa. a representação dos povos do Bairro do Avanhandava acompanhada da informação da Camara Municipal desta Villa, em que pedem a V. Exa. a criação de um destrito de Paz naquele Bairro. Exmo. Senr. a creação do referido destricto é de grande vantagem para o Municipio e os povos, muito lucrará á admnistração de justiça civil, a Colonia Militar agricola, estabellecida nas proximdades da Capella que ali tem. Levo mais ao conhecimento de V. Exa. a necessidade de creação de uma agencia de Collectoria no mesmo destricto, visto que tem pessoas aptas para bem desempenhar não so os lugares de Juizes de Paz, como Agente.
Deos guarde a V. Exa. por muitos annos.
Araraquara, 4 de Novembro de 1861.

Ilmo. e Exmo. Senr. Presidente da Provincia de São Paulo

Joze Domingues da Silva
Juis [Municipal] [Suplente].[637]

Logo, os documentos transcritos comprovam o esforço – tanto dos moradores dos Campos do Avanhandava, quanto da Câmara Municipal e do Juiz da Vila de Araraquara – de criar-se na região um Distrito de Paz. Certamente os moradores creditavam à Colônia Militar como um ponto de segurança, representando fisicamente a força do estado imperial, ou mesmo como um momento oportuno para a garantia de posse das terras e de condição favorável para o povoamento.

[636] APESP. *"Oficios de Araraquara."* Caixa C00805, Cx. 11, Pasta 5. 02/11/1861. Disponível em: https://bit.ly/37pZy5C. Acesso em: dez./2019 (grifo nosso).
[637] Idem, 04/11/1861.